República Federativa do Brasil
Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Diário da Justiça

Secretário Geral: Paulo Sílvio Mourão Veras

PRESIDENTE

Des. Erivan José da Silva Lopes

VICE-PRESIDENTE

Des. José James Gomes Pereira

CORREGEDOR

Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

TRIBUNAL PLENO

Des. Brandão de Carvalho

Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar

Des. Edvaldo Pereira de Moura

Desa. Eulália Maria Pinheiro

Des. José Ribamar Oliveira

Des. Fernando Carvalho Mendes

Des. Haroldo Oliveira Rehem

Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho

Des. Joaquim Dias de Santana Filho

Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho

Des. Sebastião Ribeiro Martins

Des. José James Gomes Pereira

Des. Erivan José da Silva Lopes

Des. Pedro de Alcântara Macêdo

Des. José Francisco do Nascimento

Des. Hilo de Almeida Sousa

Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

Des. Oton Mário José Lustosa Torres

Des. Fernando Lopes e Silva Neto

FRANCISCO DIEGO MARQUES SANTOS:1133
Assinado digitalmente por FRANCISCO DIEGO MARQUES SANTOS:1133
Data: 2018.05.07 15:10:35 -0300

1. EXPEDIENTES DA PRESIDÊNCIA

1.1. Portaria (Presidência) Nº 1224/2018 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 04 de maio de 2018

O Excelentíssimo Desembargador**ERIVAN LOPES,**Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições regimentais;
CONSIDERANDOo requerimento0461496e decisão0477584,constantes nos autos do processo nº18.0.000016831-5,
CONSIDERANDOas disposições constantes da Resolução TJ/PI nº 90/2017, que disciplina o recesso natalino e divulga os feriados no ano de 2018, além de outras disposições,
RESOLVE:
I -Não haverá expedienteforense na Comarca de União nos dias**29 de agosto**(Dia Nacional do Vaqueiro),**31 de agosto**(Dia de São Raimundo Nonato),**17 de Setembro**(Dia da Emancipação Política de União),**16 de outubro**(Dia da Padroeira "Nossa Senhora dos Remédios") e**28 de dezembro**(Aniversário de União)**do corrente ano,**em decorrência de feriados municipais instituídos pela Lei nº 578/2011 e Lei nº 484/2005 (0461498).
II -Os prazos que, porventura, iniciem-se ou encerrem-se no dia do feriado ficam prorrogadospara o primeiro dia útil subsequente.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 04 de maio de 2018.
Desembargador**Erivan Lopes**
Presidente do TJ/PI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 04/05/2018, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.2. Portaria (Presidência) Nº 1227/2018 - PJPI/TJPI/SEAD, de 04 de maio de 2018

O**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,**Desembargador**ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**,no uso de suas atribuições regimentais etc.,
CONSIDERANDOo Termo de Desistência de Nomeação e Posse, conforme Protocolo Nº 4084/2018 nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018423-0,
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICAa exclusão de**MOISÉS TIMBÓ DE OLIVEIRA**, da lista de classificados para o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA/ANALISTA JUDICIAL do Concurso para Servidores Efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - Edital nº 01/2015, em virtude de desistência formal docandidato, conforme Processo SEI nº18.0.000018423-0.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,**em Teresina, 04 de maio de 2018.**
Desembargador**ERIVANLOPES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 04/05/2018, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.3. Portaria (Presidência) Nº 1229/2018 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 04 de maio de 2018

O Desembargador**ERIVAN LOPES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDOo requerimento apresentado no Proc. 18.0.000019196-1,
RESOLVE:
DESIGNARo Juiz de Direito ANTONIO SOARES DOS SANTOS, titular da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina, de entrância final, para celebrar a cerimônia de casamento civil de JARDSON NEVES DO NASCIMENTO e ROZANGELA FERREIRA DA SILVA, a ser realizada no dia 29 de junho de 2018, na cidade de Teresina-PI.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina,04 de maio de 2018.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.4. Portaria (Presidência) Nº 1232/2018 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 04 de maio de 2018

O Desembargador**ERIVAN LOPES**,PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDOo requerimento apresentado no Proc. 18.0.000019230-5,
RESOLVE:
DESIGNARa Juíza de Direito MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA, titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina, de entrância final, para celebrar a cerimônia de casamento civil de RAFAEL FERREIRA DA SILVA e BRUNA BARROS DOS SANTOS, a ser realizada no dia 10 de maio de 2018, na cidade de Teresina-PI.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina,04 de maio de 2018.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.5. Portaria (Presidência) Nº 1235/2018 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 04 de maio de 2018

O Desembargador**ERIVAN LOPES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDOo requerimento (0478762) apresentado no Proc. SEI Nº 18.0.000019215-1,
RESOLVE:
DESIGNARo Juiz de Direito ULYSSES GONÇALVES DA SILVA NETO, titular da Vara Única da Comarca de Porto, de entrância intermediária,

para celebrar a cerimônia de casamento civil de LEANDRO CARVALHO SAMPAIO e VALDÉLIA MARIA CARVALHO CARDOZO, a ser realizada no dia 16 de junho de 2018, na cidade de Teresina-PI.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina,04 de maio de 2018.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.6. Portaria (Presidência) Nº 1233/2018 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 04 de maio de 2018

O Desembargador**ERIVAN LOPES**,PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDOo requerimento apresentado no Proc. 18.0.000019233-0,
RESOLVE:
DESIGNARa Juíza de Direito MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA, titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina, de entrância final, para celebrar a cerimônia de casamento civil de WAGNER JOSÉ MAURÍCIO COSTA e VANESSA MAIRA DE AQUINO SANTOS, a ser realizada no dia 09 de maio de 2018, na cidade de Teresina-PI.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina,04 de maio de 2018.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.7. Portaria (Presidência) Nº 1234/2018 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 04 de maio de 2018

O Desembargador**ERIVAN LOPES**, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDOo pedido do Desembargador José Ribamar Oliveira no Processo SEI nº 18.0.000019213-5;
CONSIDERANDOo disposto no Art. 19, parágrafo único, do Provimento 54/2015;
R E S O L V E:
INTERROMPER, a partir do dia 09.05.2018,*ad referendum*do Egrégio Tribunal Pleno, a pedido do Desembargador JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA, a licença concedida para tratamento de saúde, por meio da Portaria nº 751, de 13.03.2018, publicada no DJe nº 8.393.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.8. DECISÃO SEI 18.0.000013935-8. Requerente: DAYSA MÔNICA BUENO DE ALMEIDA. Assunto: ABONO DE PERMANÊNCIA

Decisão Nº 2467/2018 - PJPI/TJPI/SAJ
A par das informações apresentadas pela SEAD, revelando que a servidora**DAYSA MÔNICA BUENO DE ALMEIDA**preencheu os requisitos previstos no art. 3º da E.C. 47/2005,**CONCEDO**em seu favor, com fundamento no art. 40, § 19, da CF, o**abono de permanência**pleiteado, com efeitos financeiros retroativos à data do preenchimento dos requisitos (03/04/2018), eis que o requerimento foi formulado nos 60 dias seguintes,conforme art. 5º, § 9º, da Lei Complementar Estadual nº 40/2004.
À SEAD para cientificação, anotações e demais providências necessárias.
Publique-se.
Desembargador Erivan Lopes
PRESIDENTE

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.9. DECISÃO SEI 18.0.000001361-3. Reqte: Cícero Rivonaldo dos Santos e Jaime Rodrigues d Alencar. Assunto: ref. remoção

DECISÃO
A par das informações prestadas pela SEAD (0355890) e dos fundamentos fático-jurídicos já expostos pela douta Corregedoria-Geral da Justiça nos autos do Processo SEI nº 18.0.000001362-1 (0423978), evidenciando que oconcurso de remoção de servidores deste Tribunal de Justiça contempla apenasos que já possuem estabilidade na carreira, sendo vedada a participação de servidores em estágio probatório, e que as Comarcas foram ofertadas com observânciados termos do art. 2ºe art. 7º do Provimento nº 41/2016, prestígiando-seo princípio da eficiência, INDEFIRO o pedido de remoção formulado pelos requerentes.
À SEAD, para a cientificação e registros necessários
Publique-se.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
Presidente do TJPI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.10. DECISÃO SEI 18.0.000001122-0. Requte: Lucas Corrêa de Pádua e Wesley Rodrigues de Holanda Miranda. Assunto: ref. remoção

DECISÃO

A par das informações prestadas pela SEAD (0356978) e dos fundamentos fático-jurídicos já expostos pela douta Corregedoria-Geral da Justiça nos autos do Processo SEI nº 18.0.000001362-1 (0423978), evidenciando que oconcurso de remoção de servidores deste Tribunal de Justiça contempla apenasos que já possuem estabilidade na carreira, sendo vedada a participação de servidores em estágio probatório, e que as Comarcas foram ofertadas com observânciados termos do art. 2ºe art. 7º do Provimento nº 41/2016, prestígiando-seo princípio da eficiência, INDEFIRO o pedido de remoção formulado pelos requerentes.
À SEAD, para a cientificação e registros necessários.
Publique-se.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
Presidente do TJPI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.11. Despacho SEI 18.0.000017348-3. Requerente: Ivana Dantas de Arêa Leão Carvalho. Assunto: Cessão ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Despacho Nº 26314/2018 - PJPI/TJPI/SAJ
Considerando que a cessão ou disposição de servidor compete privativamente ao chefe de poder, consoante o art. 100, §2º da LC nº 13/1995 e art. 5º,*caput*do Decreto Estadual nº 15.085/2013;
Considerando que os pedidos de cessão e disposição devem ser oficializados pelo gestor do órgão ou entidade requisitante aoórgão ou entidade de origem do servidor, conforme procedimento disciplinado pelo art. 15 e incisos do Decreto supramencionado;
Considerando que, no caso dos autos, o requerimento foi formulado pela própria servidora a ser cedida:
INDEFIROo pedido de cessão formulado pela servidoraIvana Dantas de Arêa Leão Carvalho.
À SEAD, para a cientificação e registros necessários.
Publique-se.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
PRESIDENTE

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.12. DECISÃO SEI 18.0.000011841-5. Requte: Maria Hosana Rocha Gomes. Assunto: ref. apuração de acúmulo inconstitucional de cargos.

Decisão Nº 2512/2018 - PJPI/TJPI/SAJ
Considerando que a servidoraMaria Hosana Rocha Gomes teve a aposentadoria deferida em31 de outubro de 2017;
Considerando que, de acordo com o art. 37, §10, da Constituição Federal, a acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo público só é possível quando os cargos são acumuláveis na atividade;
Considerando que os ocupantes do cargo de Analista Judicial, caso da servidora, podem acumular, quando houver compatibilidade de horários, seu cargo com um outro de professor, conforme autorizado pelo art. 37, XVI, "b", da CF/88;
Considerandoa declaração da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) (0436969), segundo a qual a carga horária da referida servidora enquanto professora era compatível com o cargo de Analista deste Tribunal:
Considerando, assim,comprovada a regularidade do acúmulo dos proventos de aprosentadoria do cargo de Analista deste Tribunal com o cargo de professora.
Determino o ARQUIVAMENTOdo procedimento de apuração de acúmulo inconstitucional de cargos em relação à servidora inativa Maria Hosana Rocha Gomes.
À SEAD para cientificação e anotações necessárias.
Publique-se.
Desembargador Erivan Lopes
Presidente

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.13. DECISÃO SEI 18.0.000018243-1. Requte: Lucas Moura Mendes. Assunto: ref. VII Concurso de Remoção deflagrado pela Administração deste TJ/PI.

Decisão Nº 2519/2018 - PJPI/TJPI/SAJ
A par das razões fático-jurídicas apresentadas pela SEAD, evidenciando que a vedação de remoção do servidor em estágio probatório tem embasamento na legislação de regência, na forma do art. 19,§ 6º, da LC 13/94 [*Não haverá para o servidor, no período do estágio probatório, remoção, promoção e redistribuição. (Incluído pela Lei Complementar Nº84, de 07.05.2007*)], e do art. 7º da Resolução TJ/PI nº 41/2016 (*É vedada qualquer modalidade de remoção durante o estágio probatório*), INDEFIRO o pedido formulado peloservidorLucas Moura Mendes que objetiva participação no VII Concurso de Remoção deflagrado pela Administração deste TJ/PI.
À SEAD para intimação e anotações necessárias.
Publique-se.
Desembargador Erivan Lopes
PRESIDENTE

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.14. DECISÃO SEI 18.0.000012020-7. Requte: Francisca Alves da Costa Moreira. Assunto: abono de permanência

Decisão Nº 2523/2018 - PJPI/TJPI/SAJ
A par das informações apresentadas pela SEAD, revelando quea servidora**Francisca Alves da Costa Moreira**preencheu os requisitos previstos no art. 3º da E.C. 47/2005, CONCEDO em seu favor, com fundamento no art. 40, § 19, da CF, o abono de permanência pleiteado, com efeitos financeiros retroativos à data do requerimento (21/03/2018), conforme art. 5º, § 8º, da Lei Complementar Estadual nº 40/2004.

À SEAD para cientificação, anotações e demais providências necessárias.
Publique-se.
Desembargador Erivan Lopes
PRESIDENTE

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.15. Portaria (Presidência) Nº 1237/2018 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 07 de maio de 2018

O Desembargador**ERIVAN LOPES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDOo requerimento da Juíza de Direito CELINA MARIA FREITAS DE SOUSA MOURA, titular da Vara de Registros Públicos da Comarca de Teresina, de entrância final - Processo SEI nº 18.0.000019410-3,
R E S O L V E:
ADIAR,*ad referendum*do Egrégio Tribunal Pleno, o gozo de 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao 2º período do exercício de 2018, da Juíza de Direito CELINA MARIA FREITAS DE SOUSA MOURA, titular da Vara de Registros Públicos da Comarca de Teresina, de entrância final, previstas para terem início em 01.06.2018, devendo o período ser gozado em data oportuna mediante requerimento do interessado e de acordo com a conveniência da Administração.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Desembargador**ERIVAN LOPES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.16. Portaria (Presidência) Nº 1239/2018 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 07 de maio de 2018

O Excelentíssimo Desembargador**ERIVAN LOPES**??, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições regimentais,
CONSIDERANDOo requerimento (0479659)edecisão (0480366), constantes do processo que tramita sob onº 18.0.000019462-6,
RESOLVE:
I - DISPENSAR, a pedido, o servidorRAFAEL LIMA MARTINS,matrícula 3517, da Função Gratificada de Pregoeiro - FC/03, da estrutura administrativa da Superintendênciade Licitações e Contratos;
II - DESIGNARANDRE QUEIROZ WAGNER, matrícula 28122, para exercer aFunção Gratificada de Pregoeiro - FC/03, da estrutura administrativa da Superintendênciade Licitações e Contratos.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em 07 de maio de 2018.
Desembargador**Erivan Lopes**
Presidente do TJ/PI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.17. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Edital Nº 25/2018 - PJPI/TJPI/SAJ

Edital Nº 25/2018 - PJPI/TJPI/SAJ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Desembargador ERIVAN LOPES, no uso de suas atribuiçõesregimentais, e
Considerando os termos daResolução 85/2017 do TJ/PI, que redefiniu, na forma do art. 1º, as datas de eleição(primeira sessão ordinária do mês de outubro dos anos pares)e posse (sessão solene de instalação do ano judiciário subsequente) dos cargos de direção do TJ/PI;
Considerando que o eg. Conselho Nacional de Justiça, na sessão plenária realizada no dia 20 de fevereiro do corrente ano, na apreciação doPCA nº 0009531-47.2017.2.00.0000, deliberoususpender a eficácia do art. 2º, masmantevehígida a norma doart. 1º da referida Resolução;
Considerando que, por força da decisãodo eg. Conselho Nacional de Justiça, a eleição dos novos gestores paramandato regular de 2 (dois) anos se dará apenas em outubro de 2018, composse em janeiro de 2019, criandoa necessidade de eleição excepcional para mandato tampão correspondente ao período de 1º de junho de 2018 a 06de janeiro de 2019;
Considerando o precedente firmado pelo eg.Conselho Nacional de Justiça no julgamento doPedido de Providências nº 0001592-65.2007.2.00.0000,Rel. PAULO LÔBO,segundo o qual, no caso de eleição para complementar mandato com tempo inferior a 1 (um) ano, não se aplicam as restrições previstas no art. 102, *caput*, da LOMAN:
RESOLVE:
Art. 1ºConvocar os Excelentíssimos Senhores Desembargadores em atividade do TJ/PI para eleição excepcional, na forma do art. 102, parágrafo único, da LOMAN,para oscargos de direçãodeste Tribunal, referente aomandato tampãocorrespondente ao período de 1º de junho de 2018 a 06de janeiro de 2019.
Art. 2ºOs escrutínios serão realizados no dia 21de maiode 2018, a partir das 09 horas, no Plenário do Palácio da Justiça.
Desembargador ERIVAN LOPES
PRESIDENTE

Documento assinado eletronicamente por **Erivan José da Silva Lopes**, **Presidente**, em 07/05/2018, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador **0480725** e o código CRC **591CD625**.

2. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

2.1. Aviso Nº 24/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí torna público, para conhecimento dos interessados e adoção das providências que se

fizerem necessárias, o comunicado expedido pelo representante interino do Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de Piracuruca-PI, relativo à inutilização de 02 (duas) cartelas de selos do tipo Padrão, totalizando 100 (cem) selos, da referida serventia, pertencentes à sequência AAL -68501 a AAL-68600.
GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 27 de abril de 2018.
Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.2. Portaria Nº 1697/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDOo que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018604-6,
R E S O L V E :
CONCEDER à servidora**THEREZA BEATRIZ LUSTOSA QUEIROZ CALDAS**, Oficial de Gabinete de Magistrado, matrícula nº 28128, com lotação na 5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina-PI, 01(um) diade licença para tratamento de saúde **(27/04/2018)**, nos termos do Atestado Médico apresentado eDespacho Nº 26002/2018 - PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia 27 de abril de 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 03 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.3. Portaria Nº 1699/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDOo que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018827-8
R E S O L V E:
CONCEDER licença para tratamento de saúde de 01 (um) dia **(02/05/2018)**, ao servidor **JADER VASCONCELLOS FILHO**, Analista Judicial,matrícula nº. 4078896, com lotação na Distribuição da Central de Mandados da Comarca de Teresina, nos termos do Atestado Médico apresentado edo Despacho Nº 26205/2018- PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia 02 de maiode 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 03 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.4. Portaria Nº 1700/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018649-6,
R E S O L V E :
ADIAR, em razão da necessidade do serviço, o gozo de **15 (quinze) dias de férias** regulamentares do servidor **CARLOS HENRIQUE DA COSTA CASTELO BRANCO**, Técnico Administrativo, matrícula nº 4162331, lotado na 1ª Vara Criminal da Comarca de Parnaíba-PI, relativas ao **exercício de 2017/2018 (2ª fração)**, anteriormente marcadas para o período de 16 a 30 de julho de 2018, nos termos da Escala de Férias de 2017/2018, republicadas no DJe nº 8327 de 17 de novembro de 2017, a serem usufruídas no **período de 16 a 30 de outubro de 2018**.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 03 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.5. Portaria Nº 1702/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o Despacho Nº 26213/2018 - PJPI/CGJ/SECCOR, proferido nos autos do Processo SEI nº 18.0.000014148-4,
R E S O L V E :
AUTORIZAR o afastamento do servidor **RAIMUNDO NONATO NUNES**, ocupante do cargo efetivo deOficial de Justiça e Avaliador, matrícula nº 4096878, lotado na Central de Mandados da Comarca de Floriano-PI, para gozo de **90 (noventa) dias de licença prêmio**, concedida pela Portaria nº 271/96-SEAD, no período de**02de julho a 29 de setembro de 2018**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 03 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral daJustiça

2.6. Portaria Nº 1703/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO as informações constantes no Processo SEI nº 18.0.000018938-0, referendadas pela magistrada a que se subordina o servidor em questão,
R E S O L V E :
AUTORIZAR O AFASTAMENTO do servidor**ARIOVALDO MARTINS DO LAGO**, ocupante do cargo efetivo de Analista Judicial,matrícula nº 4233700, com lotação no JECC da Zona Norte 2- Buenos Aires, desta Capital, a fim de usufruir 10 (dez) dias de férias remanescentes, iniciadas em 18/09/2017 e suspensas pela Portaria nº 4573/2017 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 23 de outubro de 2017 (exercícios 2014/2015 e 2015/2016), a serem gozadas de **07 a 16 de maio de 2018**, restando 20 (vinte) dias para uso oportuno.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 03 de maiode 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES

Secretário da Corregedoria Geral daJustiça

2.7. Portaria Nº 1704/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo SEI nº 18.0.000018370-5, referendada pelo magistrado a que se subordina a servidora em questão,
R E S O L V E :
AUTORIZAR O AFASTAMENTO da servidora **JANE GLAURA SOARES SILVA**,ocupante do cargo efetivo de Analista Judicial,matrícula nº 3438, com lotação na 1ª Vara Criminal desta Capital, a fim de gozar 10 (dez) dias de férias regulamentares (exercício 2016/2017), adiadas por necessidade de serviço (Portaria nº 924/2017 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 16 de fevereiro de 2017), a serem utilizadas no período de **21 a 30 de maio de 2018**, restando 10 (dez) dias para gozo oportuno.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 03 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral daJustiça

2.8. Portaria Nº 1707/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDOo que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018665-8,
R E S O L V E:
CONCEDERlicença para para acompanhar pessoa da família de 05 (cinco) dias,**a partir de 02/05/2018**,àservidora **VERBENA MARIA CASTELO BRANCO DE MORAES**, ocupante do cargo efetivo deOficial de Justiça e Avaliador,matrícula nº.64050, com lotação na Central de Mandados da Comarca de Parnaíba, nos termos do Atestado Médico apresentado edo Despacho Nº 26388/2018- PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia 02 de maiode 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 03 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.9. Portaria Nº 1708/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o Despacho Nº 26275/2018 - PJPI/CGJ/SECCOR, proferido nos autos do Processo SEI Nº 18.0.000018870-7,
R E S O L V E :
DETERMINAR que os30 (trinta) diasde férias(exercício 2016/2017)concedidaspor meio da Portaria Nº 1608/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 24 de abril de 2018, ao servidor **FRANCISCO RAFAEL COELHO GOMES**, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 27685, lotado no Setor de Controle de Processos desta Corregedoria, sejam usufruídos **a partir de18 de junho de 2018.**
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 03de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.10. Portaria Nº 1710/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo SEI nº 18.0.000018873-1, referendadas pelo magistrado a que se subordina a requerente,
R E S O L V E :
AUTORIZAR O AFASTAMENTO da servidora **CARLENE MARIA DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Justiça e Avaliador,matrícula nº 26603, com lotação na Vara Única da Comarca de Uruçuí-PI, a fim de usufruir os últimos 10 (dez) dias de férias regulamentares (exercício 2016/2017), a serem gozadas de **04 a 13 de junho de 2018**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 03 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral daJustiça

2.11. Portaria Nº 1711/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo SEI Nº 18.0.000018800-6,
R E S O L V E :
ADIAR, em razão da necessidade do serviço, o gozo de **30 (trinta) dias de férias**regulamentares da servidora **HANNYANA CAVALCANTE DOS SANTOS**, ocupante do cargo efetivo de Oficiala de Justiça e Avaliadora,matrícula nº 271110, lotada nesta Central de Mandados da Comarca de Teresina-PI, anteriormente marcadas para o período de 18.06.2018 a 17.07.2018, conforme Portaria (SEAD) Nº 1857/2017 - PJPI/TJPI/SEAD, de 27 de dezembro de 2017, a fim de que seja usufruída nos seguintes períodos:
1º período: 12 (doze) dias - de 02 a13 de julho de2018
2º período: 18 (dezoito) dias - de 03 a20 de dezembro de2018.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 03de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.12. Portaria Nº 1713/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da

competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 18.0.000018812-0,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o afastamento do servidor **RICARDO DE SOUSA SILVA**, Diretor de Secretaria, matrícula 27786, lotado na sede do Juizado Especial Cível e Criminal - Zona Centro 2 (Unidade II) da Comarca de Teresina-PI, para gozo de **02(dois) dias** de folga nos dias **10 e 11 de maio de 2018**,como forma de compensação pelos serviços prestados ao Plantão Judiciário de 1º Grau, nos dias 23/04/2017 e 10/10/2017, conforme certidão apresentada.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.13. Portaria Nº 1714/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 18.0.000018753-0,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o afastamento da servidora **DAYSE MICHELLE COSTA E SILVA**, Oficiala de Justiça e Avaliadora, matrícula 1800, lotada na Central de Mandados da Comarca de Picos-PI**,** para gozo de **03 (três) dias** de folga nos dias **17, 18 e 19 de dezembro de 2018**, como forma de compensação pelos serviços prestados ao Plantão Judiciário de 1º Grau, nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2018, conforme certidão apresentada.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.14. Portaria Nº 1715/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 18.0.000018574-0,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o afastamento da servidora **SHAYONARA OLIVEIRA ALVES ALENCAR**, Assessora de Magistrado, matrícula 27929, lotada na Vara Única da Comarca de Valença do Piauí-PI,para gozo de**02 (dois) dias** de folga nos dias **29 e 30 de maio de 2018,**como forma de compensação pelos serviços prestados ao Plantão Judiciário de 1º Grau, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2017, conforme certidão apresentada.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.15. Portaria Nº 1717/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta do Processo SEI nº 18.0.000018622-4,
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora **CLÁUDIA MARIA BEZERRA GOMES NEIVA,** Oficiala de Justiça e Avaliadora, matrícula 47430, lotada na Central de Mandados da Comarca de Teresina-PI, **07 (sete) dias**de licença para tratamento de saúde, **a partir de 24 de abril de 2018**, em prorrogação, nos termos do atestado médico apresentado e do Despacho Nº 26030/2018 - PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 24 de abril de 2018.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.16. Portaria Nº 1718/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 18.0.000018851-0,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o afastamento do servidor **WILSON CORDEIRO DE MORAES**, Oficial de Gabinete de Magistrado, matrícula 27839, lotado na 4ª Vara Criminal da Comarca de Teresina-PI, para gozo de **03 (três) dias** de folga nos dias **13, 14 e 15 de junho de 2018**,como forma de compensação pelos serviços prestados ao Plantão Judiciário de 1º Grau, no período de 27 a 29 de abril de 2018, conforme certidão apresentada.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.17. Portaria Nº 1716/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018573-2,
R E S O L V E:
CONCEDER licença para tratamento de saúde de 02 (dois) dias,a partir de 01/05/2018, em prorrogação, à servidora**ROSÂNGELA FÉLIX DE AGUIAR PINHEIRO**, Analista Judicial,matrícula nº. 3547, com lotação na 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina-PI, nos termos do Atestado Médico apresentado edo Despacho Nº 26174/2018- PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia 01 de maiode 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.18. Portaria Nº 1719/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta do Processo SEI nº 18.0.000018282-2,
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora **JACINTA LINHARES DE AZEVEDO,** Diretora de Secretaria, matrícula 27975, lotada no Juizado Especial Cível e Criminal - Zona Norte 1 - Unidade IV, da Comarca de Teresina-PI, **02 (dois) dias**de licença para tratamento de saúde, **a partir de 26 de abril de 2018**, nos termos do atestado médico apresentado e do Despacho Nº 26400/2018 - PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 26 de abril de 2018.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.19. Portaria Nº 1743/2018 - PJPI/CGJ/SECCOR, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,**Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016 e considerando o disposto no art.1º e no inciso IVdo Anexo Único ao Provimento nº 008/2015, alterado pelo Provimento 011/2017, desta Corregedoria, etc.
CONSIDERANDOa solicitação constante no Processo SEI nº 18.0.000016847-1,
R E S O L V E:
Art. 1º AUTORIZARo pagamento de 1,5(uma e meia) diárias e 01 (uma) ajuda de custos, equivalente a 0,5 (meia) diária, amagistrada**MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE**, matrícula:2159465,Juíza de Direito Titular do Juizado Especial de Piripiri, em razão do deslocamento a cidade de**TERESINA-PI**, no período de**15a 16 de março de 2018,**com o fito de participar doEncontro da Corregedoria da JustiçaPiauiense - eCOPI, obedecendo ao disposto no artigo 1º e no inciso IVdo Anexo Único ao Provimento n° 08/2015,alterado pelo Provimento 011/2017,desta Corregedoria, conforme tabela abaixo:

Beneficiário	Valor Unitário - Diárias	Valor - Ajuda de Custo	Valor Total a ser Pago
MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	R$ 388,00 (trezentos e oitenta e oito reais)	R$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais)	R$ 776,00 (setecentos e setenta e seis reais)

Art. 2° Com o fito de garantir o perfeito cumprimento do Provimento n° 08, de 27 de maio de 2015,**DETERMINAR**que o(s) beneficiário(s) das diárias referidas no art. 1° desta Portaria, apresente(m), em até 05 (cinco) dias após o retorno, Relatório de Viagem contendo a identificação dos beneficiários (nome, cargo e matrícula), informações sobre o deslocamento (motivo, destino, quantidade de dias, detalhamento da viagem, data de ida e retorno) e informações sobre as diárias concedidas (quantidade, valor recebido a título de diárias e ajuda de custo, bem como valor a ser restituído, se houver).
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria

2.20. Portaria Nº 1721/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta do Processo SEI nº 18.0.000008952-0,
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora **MARIA DO PERPETUO SOCORRO MOREIRA SOARES SOBRAL**, Analista Judicial, matrícula 1027719, lotada na Secretaria das Turmas Recursais da Comarca de Teresina-PI, **45 (quarenta e cinco) dias**de licença para tratamento de saúde, **a partir de 30 de abril de 2018**, em prorrogação, nos termos do atestado médico apresentado e do Despacho Nº 26225/2018 - PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 30 de abril de 2018.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.21. Portaria Nº 1722/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 18.0.000017434-0,
CONSIDERANDO, ainda, o Despacho Nº 25989/2018 - PJPI/CGJ/SECCOR,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o afastamento da servidora **VANESSA PIRES BRANDÃO BOAVISTA**, Analista Judicial, matrícula 1133071, lotada na Superintendência da Justiça Itinerante, para gozo de **12 (doze) dias** de folga nos dias**03, 04, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24 e 25 de maio de 2018**, como forma de compensação pelos serviços prestados ao Plantão Judiciário de 1º Grau (trabalho extraordinário), nos períodos de 09 a 12 de maio; 15 a 18 de maio; e 06 a 09 de junho, todos do ano de 2017, conforme certidão apresentada.
DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 03 de maio de 2018.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.22. Portaria Nº 1723/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta do Processo SEI nº 18.0.000018974-6,
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora **WINDSON JOSÉ DAVID E SILVA,** Analista Judicial, matrícula 27879, lotado na Vara Única da Comarca de Ribeiro Gonçalves-PI, **02 (dois) dias**de licença para acompanhar pessoa da família, **a partir de 02de maio de 2018**, nos termos do atestado médico apresentado e do Despacho Nº 26395/2018 - PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 02 de maio de 2018.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.23. Portaria Nº 1709/2018 - PJPI/CGJ/SECCOR, de 03 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,**Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016 e considerando o disposto no art.1º e no inciso VI do Anexo Único ao Provimento nº 008/2015, alterado pelo Provimento 011/2017, desta Corregedoria, etc.
CONSIDERANDOa solicitação constante no Processo SEI nº 18.0.000014656-7,
R E S O L V E:
Art. 1ºAUTORIZARo pagamento de6,5 (seis e meia) diáriasaoservidor**FRANCISCO NETO DA SILVA??**, Oficial de Justiça e Avaliador, matrícula nº 4143701, lotado na Vara Única da Comarca de Marcos Parente, em razão do deslocamento à Comarca de**RIBEIRO GONÇALVES**, noperíodo de**13 a 19 de maio de 2018,**com o fito deauxiliar nocumprimento dos mandados judiciais na referidaComarca, obedecendo ao disposto no artigo 1º e no inciso VI do Anexo Único ao Provimento n° 08/2015, alterado pelo Provimento 011/2017, desta Corregedoria, conforme tabela abaixo:

Beneficiário	Valor Unitário - Diárias	Valor Total a ser Pago
FRANCISCO NETO DA SILVA	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	R$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais)

Art. 2° Com o fito de garantir o perfeito cumprimento do Provimento n° 08, de 27 de maio de 2015,**DETERMINAR**que o(s) beneficiário(s) das diárias referidas no art. 1° desta Portaria, apresente(m), em até 05 (cinco) dias após o retorno, Relatório de Viagem contendo a identificação dos beneficiários (nome, cargo e matrícula), informações sobre o deslocamento (motivo, destino, quantidade de dias, detalhamento da viagem, data de ida e retorno) e informações sobre as diárias concedidas (quantidade, valor recebido a título de diárias e ajuda de custo, bem como valor a ser restituído, se houver).
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 03de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria

2.24. Portaria Nº 1737/2018 - PJPI/CGJ/SECCOR, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,**Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016 e considerando o disposto no art.1º e no inciso VI do Anexo Único ao Provimento nº 008/2015, alterado pelo Provimento 011/2017, desta Corregedoria, etc.
CONSIDERANDOa solicitação constante no Processo SEI nº 18.0.000017989-9,
R E S O L V E:
Art. 1ºAUTORIZARo pagamento de 5,5 (cinco e meia) diárias e 01 (uma) ajudade custo, equivalente a 0,5 (meia) diária, aos servidores**RAIMUNDO SAYLLON LIMA SOUSA,**matrícula nº 28162, Oficial de Gabinete de Magistrado,lotado no Juizado Especial de São João do Piauí e**GILMARIO BORGES DE OLIVEIRA,**matríucla 4122380,Técnico Administrativo,lotado na Vara Única da Comarca de Inhuma, em razão do deslocamento a Comarcade**FLORIANO?-PI**, no período de**13 a 18 de maio? de 2018**, com o fito de auxiliar a 2ª vara da referida comarca, obedecendo ao disposto no artigo 1º e no inciso VI do Anexo Único ao Provimento n° 08/2015,alterado pelo Provimento 011/2017,desta Corregedoria, conforme tabela abaixo:

Beneficiários	Valor Unitário - Diárias	Valor - Ajuda de Custo	Valor Total a ser Pago
RAIMUNDO SAYLLON LIMA SOUSA	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	R$ 110,00 (cento e dez reais)	R$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)
GILMARIO BORGES DE OLIVEIRA	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	R$ 110,00 (cento e dez reais)	R$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

Art. 2° Com o fito de garantir o perfeito cumprimento do Provimento n° 08, de 27 de maio de 2015,**DETERMINAR**que o(s) beneficiário(s) das diárias referidas no art. 1° desta Portaria, apresente(m), em até 05 (cinco) dias após o retorno, Relatório de Viagem contendo a identificação dos beneficiários (nome, cargo e matrícula), informações sobre o deslocamento (motivo, destino, quantidade de dias, detalhamento da viagem, data de ida e retorno) e informações sobre as diárias concedidas (quantidade, valor recebido a título de diárias e ajuda de custo, bem como valor a ser restituído, se houver).
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria

2.25. Portaria Nº 1747/2018 - PJPI/CGJ/SECCOR, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, **Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016 e considerando o disposto no art.1º e no inciso VI do Anexo Único ao Provimento nº 008/2015, alterado pelo Provimento 011/2017, desta Corregedoria, etc.
CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo SEI nº 18.0.000016943-5,
R E S O L V E:
Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de 4,5 (quatro e meia) diárias aos servidores**JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR**, Analista Judicial, matrícula

nº 1032127, lotado no Gabinete dos Juízes Auxiliares da Corregedoria,**ROGÉRIO MARTINS DA SILVA LEAL**, Colaborador Eventual, Lotado na Vara Única da Comarca de Inhuma, **FRANCISCO MODESTO BARBOSA**, Técnico Judicial, matrícula nº 4233450, lotado na Secretaria da 7ª Vara Cível da Comarca de Teresina, **ARTHUR BENEDICTO DE REIS FEITOSA**, Analista Judicial, matrícula nº 3854, lotado na 2ª Vara da Comarca de Oeiras, **LUIZ CÂNDIDO BRITO NOGUEIRA**, Técnico Administrativo, matrícula nº 10490100, lotado na Vara Única da Comarca de Barras, em razão do deslocamento à Comarca de **Porto do Piauí-PI**, no período de **07 a 11 de maio** do ano em curso, com o fito de cumprir a demanda de trabalho reprimida na secretaria da Vara Única da Comarca retro, obedecendo ao disposto no artigo 1º e no inciso VI do Anexo Único ao Provimento n° 08/2015, alterado pelo Provimento 011/2017, desta Corregedoria, conforme tabela abaixo:

Beneficiários	Valor Unitário - Diárias	Valor Total a ser Pago
JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	R$ 990,00 (novecentos e noventa reais)
ROGÉRIO MARTINS DA SILVA LEAL	R$ 200,00 (duzentos reais)	R$ 900,00 (novecentos reais)
FRANCISCO MODESTO BARBOSA	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	R$ 990,00 (novecentos e noventa reais)
ARTHUR BENEDICTO DE REIS FEITOSA	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	R$ 990,00 (novecentos e noventa reais)
LUIZ CÂNDIDO BRITO NOGUEIRA	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	R$ 990,00 (novecentos e noventa reais)

Art. 2° Com o fito de garantir o perfeito cumprimento do Provimento n° 08, de 27 de maio de 2015, **DETERMINAR** que o(s) beneficiário(s) das diárias referidas no art. 1° desta Portaria, apresente(m), em até 05 (cinco) dias após o retorno, Relatório de Viagem contendo a identificação dos beneficiários (nome, cargo e matrícula), informações sobre o deslocamento (motivo, destino, quantidade de dias, detalhamento da viagem, data de ida e retorno) e informações sobre as diárias concedidas (quantidade, valor recebido a título de diárias e ajuda de custo, bem como valor a ser restituído, se houver).
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria

2.26. Portaria Nº 1751/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 07 de maio de 2018

O Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS,Corregedor-Geral de Justiça, no uso das suas atribuições regimentais;
CONSIDERANDOa adesão da República Federativa do Brasil à Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila), aprovada pelo Congresso Nacional consoante Decreto Legislativo 148, de 6 de julho de 2015, ratificada no plano internacional por meio do depósito do instrumento de adesão perante o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, em 2 de dezembro de 2015, e promulgada no plano interno conforme Decreto 8.660, de 29 de janeiro de 2016;
CONSIDERANDOque o instrumento de adesão à Convenção da Apostila indica o Poder Judiciário como órgão competente para a implementação de suas disposições no território nacional;
CONSIDERANDOque compete ao Poder Judiciário fiscalizar os serviços notariais e de registro, nos termos do art. 236, § 1º, da Constituição Federal e dos art. 37 e 38 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 228 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça;
CONSIDERANDO a necessidade de dar ampla publicidade nos casos de extravio ou inutilização do papel de segurança utilizado para o ato de aposição de apostila, de acordo com oProvimento CNJ nº 58 de 0/12/2016;
RESOLVE:
Art. 1º TORNAR PÚBLICAa inutilização e a consequente destruição, pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina (Processo SEI nº 18.0.000018894-4),dos seguintes papéis segurosda casa da moeda:

TIPO	NÚMERO	LOCAL DE ORIGEM
Papel Moeda	A2399652, A2399564, A1767869, A2400204, A2399641, A2399568, A1767888, A1767923, A2399616, A2399579, A1767915, A1767861, A2399627, A2399563, A2399566, A2399528, A2399610, A2399570, A1767884, A2399604, A2399582, A2399502, A1767992, A2399675, A2399581, A1767874, A1767872	2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Criciúma

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA em Teresina, 07 de maio de 2018
Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

2.27. Portaria Nº 1763/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 07 de maio de 2018

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, **Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, etc.,
CONSIDERANDO a remoção provisória, pelo prazo de 01 (um) ano, para esta Capital, da servidora Layla Soares Daniel, com lotação originária na Vara Única da Comarca de Batalha, nos termos da Portaria (Presidência) Nº 1210/2018 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 03 de maio de 2018,
R E S O L V E :
LOTAR a servidora **LAYLA SOARES DANIEL**, ocupante do cargo efetivo de Analista Judicial, matrícula nº 27864, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Piauí, junto à Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.
GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.28. Portaria Nº 1724/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1724/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018913-4,
R E S O L V E :
ADIAR, em razão da necessidade do serviço,**o gozo de 15(quinze) dias de férias**regulamentares da servidora**GIANE MARIA ALCOBAÇA GOMES MACHADO**, Analista Judicial, matrícula nº 3521, com lotação na 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina, relativas ao

exercício de 2017/2018 (1ª fração), anteriormente previstas para o período de 07 a 21 de maio de 2018, nos termos da Escala de Férias de 2017/2018, republicada noDJe nº 8237, de 17/11/2017, a fim de quesejam usufruídas em momento oportuno.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.29. Portaria Nº 1720/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1720/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDOo que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018844-8,
R E S O L V E:
CONCEDERlicença para tratamento de saúde de 15(quinze) dias,**em prorrogação,**apartir de01/05/2018,àservidora**MARINEIA GOMES FERREIRA COSTA**,Técnico Administrativo,matrícula nº.4230000,com lotaçãona Vara Privativa de Registros Públicosda Comarca de Teresina-PI,nos termos do Atestado Médico apresentado edoDespacho Nº26380/2018-PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 01 de maio de 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina,04demaiode 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.30. Portaria Nº 1726/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1726/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDOo que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018315-2
R E S O L V E:
CONCEDERlicença para tratamento de saúde de 30(trinta) dias,apartir de 25/04/2018,ao servidor**JOAQUIMDA SILVA RÊGO FILHO**,Analista Judicial,matrícula nº.4079000,com lotaçãona 2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública,nos termos do Atestado Médico apresentado edoDespacho Nº25951/2018- PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta Portaria retroajam ao dia 25 de abrilde 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina,04demaiode 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.31. Portaria Nº 1727/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1727/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018942-8,
R E S O L V E :
ADIAR, em razão da imperiosa necessidade do serviço,**o gozo de 15(quinze) dias de férias**regulamentares da servidora**SAMARY BISPO DE SÁ**, Oficial de Gabinete de Magistrado, matrícula nº 27793, com lotação na Vara Única da Comarca de Altos-PI, relativas ao exercício de 2017/2018 (1ª fração), anteriormente previstas para o período de 11 a 25 de maio de 2018, nos termos da Escala de Férias de 2017/2018, republicada noDJe nº 8237, de 17/11/2017, a fim de quesejam usufruídas em momento oportuno.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DAJUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.32. Portaria Nº 1728/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1728/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDOo que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000017859-0,
R E S O L V E:
CONCEDERlicença para tratamento de saúde de 15(quinze) dias,**em prorrogação,**apartir de23/04/2018,àservidora**CÉLIA MARIA FONSECA BEMVINDOBARBOSA**,Analista Judicial,matrícula nº.4096282,com lotaçãona 4ª Vara dosFeitos da FazendaPública da Capital,nos termos do Atestado Médico apresentado edoDespacho Nº25845/2018- PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia 23de abrilde 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina,04demaiode 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.33. Portaria Nº 1730/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1730/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDOo que consta nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018582-1,
R E S O L V E:
CONCEDERlicença para tratamento de saúde, em prorrogação de 01(um) dia,no dia27/04/2018, em prorrogação, àservidora**ROSEMEIRE COSTA MELO BARROS**,Analista Judiciário/Oficial Judiciário,matrícula nº. 4100301,com lotaçãona Distribuição do 1º Grau da Comarca de

Teresina,nos termos do Atestado Médico apresentado edoDespacho Nº25877/2018- PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia27de abrilde 2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina,04demaiode 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.34. Portaria Nº 1731/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1731/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta do Processo SEI nº 18.0.000018828-6,
R E S O L V E:
CONCEDERà servidora**CONCEIÇÃODE MARIA BRAGA DE SALES**,Analista Administrativo, matrícula nº1032046, lotada na 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina-PI,**02(dois)dias**de licença para tratamento de saúde, em prorrogação,**a partir do dia 26deabrilde2018**, nos termos do atestado médico apresentado e do Despacho Nº 26176/2018 - PJPI/TJPI/SUGESQ.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia 26 de abril de 2018.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.35. Portaria Nº 1733/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1733/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 106, III, "b", da Lei Complementar nº 13 de 03 de janeiro de 1994, o servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, em razão de falecimento de parente;
CONSIDERANDO, ainda, as informações constantes nos autos do Processo SEI nº 18.0.000018597-0,
R E S O L V E:
CONCEDERà servidora**MARIA JOSÉDO NASCIMENTO**,Assistente Social, matrícula 3337, lotada na 5ª Vara - Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher (Maria da Penha) da Comarca de Teresina-PI,**08 (oito) dias**de licença nojo, pelo falecimento de seu irmão, a partir de**27de abrilde 2018**, nos termos da Declaração de Óbito apresentada.
DETERMINARque os efeitos desta portaria retroajam ao dia 27 de abril de 2018.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral de Justiça

2.36. Portaria Nº 1734/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1734/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 18.0.000019113-9,
R E S O L V E:
AUTORIZARo afastamento da servidora**FABRICIAH ROCHA AGUIAR**, Analista Judicial, matrícula 1921, lotada na 6ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina-PI,para gozo de**05 (cinco) dias**de folga nos dias**25, 26, 27, 28 e 29 de junho de 2018,**como forma de compensação pelos serviços prestados ao Plantão Judiciário de 1º Grau, nos dias20 de agosto; 15, 17, 18 e 19de novembro, todos do ano de2017, conforme Declaração Nº 65/2018 - PJPI/COM/TER/FORTER/6VARFAMTER.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

2.37. Portaria Nº 1735/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018

Portaria Nº 1735/2018 - PJPI/CGJ/EXPCGJ, de 04 de maio de 2018
O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.240, de 25/08/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.048, de 25/08/2016,
CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 18.0.000019128-7,
R E S O L V E:
AUTORIZARo afastamento da servidora**ALDENORA DE ARAÚJO CUNHA**,Analista Judicial,matrícula4242602, lotada naCentral de Inquéritosda Comarca deTeresina-PI, para gozo de**03(três) dias**de folga, nos dias**07, 08 e 09 de maio de 2018**,como forma de compensação pelos serviços prestados ao Plantão Judiciário de 1º Grau, nos dias20 de dezembro de 2017; e 22 e 27 de janeiro de 2018,conforme Certidão Nº 4041/2018 - PJPI/COM/TER/CENINQTER.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina,04 de maio de 2018.
Bacharel ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

3. EXPEDIENTES DA SECRETARIA GERAL

3.1. Portaria Nº 1758/2018 - PJPI/TJPI/GABPRE/SECGER, de 07 de maio de 2018

O**SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ**, Bel.**Paulo Silvio Mourão Veras**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, conforme dispõem os incisos II e VIII, do art.1º, da Portaria nº 1831 de 04 de julho de

2016, etc,
R E S O L V E:
DESIGNARos servidores, adiante nominados, para fins de**fiscalização de ordem de fornecimento n°40/2018**, relativa à nota de empenho anexada no documento SEI nº0465008, cujo objeto relacionado se trata de aquisição de 2 (dois) fornos micro-ondas de 21 Litros, marca Panasonic, para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, sob o valor contratual de R$714,80 (setecentos e quatorze reais e oitenta centavos):
-MICHAEL ACIOLI BELTRAO, MAT.27542 - Fiscal
-MIRELLY MELCK ALVES RIBEIRO, MAT27994- Suplente
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

3.2. Portaria Nº 1745/2018 - PJPI/TJPI/GABPRE/SECGER, de 04 de maio de 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bel. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS, no uso de suas atribuições legais, etc.,
CONSIDERANDO o teor do art. 1º, incs. II e VIII, da Portaria nº 1.831, de 04 de julho de 2016;
CONSIDERANDO solicitação contida no Despacho da SGC Nº 351/2018 - PJPI/TJPI/SGC (0478392),
CONSIDERANDO, por fim, o teor do Despacho Nº 26683/2018 - PJPI/TJPI/SENA (0478571)
R E S O L V E:
DESIGNARservidores deste Tribunal de Justiça, para acompanharem, na qualidade de fiscal e suplente, a execução do Contrato nº**109/2012**, a saber:
-CARLOS EDUARDO DE CARVALHO E SOUZA - Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista - Matrícula nº 28038**-**Fiscal de Contrato
-SAMUEL DE ALENCAR BEZERRA - Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista - Matrícula nº 27677**-**Suplente de fiscal
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

4. AVISO DE INTIMAÇÃO - CORREGEDORIA

4.1. ATO ORDINATÓRIO - DEVOLUÇÃO DOS AUTOS

ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Proceda o advogado/procurador, DR. FRANCISCO MAURÍCIO LIMA E SILVA OAB/PI 9955, à devolução dos autos retirados com carga em 31/10/2017, tendo em vista expiração do prazo, em 03 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório e incorrer em multa correspondente à metade do salário-mínimo (art. 234, §2º do NCPC).

4.2. EDITAL - COMISSÃO PERMANENTE DE PAD 1 GRAU

AVISO DE INTIMAÇÃO (Comissão Permanente de PAD 1 GRAU de TERESINA)
Processo nº 0000589-29.2016.8.18.0139
Classe: Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor
Requerente: JUIZO DE DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA-PI
Advogado(s):
Requerido: PETER CAVALCANTE ARAÚJO COSTA
Advogado(s): RAIMUNDO NONATO MARQUES TEIXEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7779)
DESPACHO:
Intime-se o requerido para, através do seu procurador - Dr. Raimundo Nonato Marques Teixeira (OAB nº 7779), manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da decisão de fls. 110-125.
Teresina-PI, 04 de maio de 2018.
Carlos Eduardo Rêgo de Oliveira - 1864.
Pedro Paulo de Araújo Silva - 3266
Diana Maria Magalhães de Almeida Melo - 3109

4.3. EDITAL - COMISSÃO PERMANENTE DE PAD 1 GRAU

AVISO DE INTIMAÇÃO (Comissão Permanente de PAD 1 GRAU de TERESINA)
Processo nº 0000102-69.2010.8.18.0139
Classe: Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor
Requerente: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Requerido: ROSA MARIA GOMES DE SOUSA SOARES
Advogado(s): VITOR TABATINGA DO REGO LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 6989)
DESPACHO: Considerando o relatório final apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ? 1º Grau, INTIME-SE a Requerida e seu patrono para, querendo, apresentar razões finais no prazo de 05 dias, conforme estabelece o art. 59 e seu parágrafo único, do Provimento 22/2014 ? Regimento Interno das Comissões de Sindicância e Processo Disciplinar. As razões finais deverão ser apresentadas diretamente à Autoridade Instauradora do PAD.
Teresina, 02 de maio de 2018.
Bel. Carlos Eduardo Rego de Oliveira ? Presidente mat. 1864
Bel. Pedro Paulo de Araújo Silva ? 1º Vogal mat. 3266
Bela. Diana Maria Magalhães de Almeida Melo ? 2º Vogal mat. 3109

5. FERMOJUPI/SECOF

5.1. Procedimento Administrativo Fiscal nº 17.0.000025817-2 - Sujeito Passivo: Jandisléia Alcântara da Gama

EMENTA:ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE AVELINO LOPES-PI.SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. RESPONSÁVEL INTERINA POR SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DECLARADA VAGA.INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. AFRONTA AO ART. 8º DO PROVIMENTO CONJUNTO Nº 06/2016. REVELIA.06/2016. REVELIA.
D E C I S Ã O
Trata-se de Processo Administrativo Fiscal movido pelo FERMOJUPI tendo como sujeito passivo a responsável interina pelo1º Cartório de

Registro de Imóveis de Avelino Lopes-PI,**JANDISLÉIA ALCÂNTARA DA GAMA**, CPF: 713.388.883-15, em razão da não prestação de contas mensais ao FERMOJUPI nos períodos compreendidos entre setembro/2010a junho/2017.
Intimadaase manifestar no prazo legal de 30 (trinta) dias através da Termo de Intimação Fiscal Nº 5/2017 - PJPI/TJPI/FERMOJUPI (Id:0180988), o sujeito passivo apresentou impugnação em relação ao período que não estava sob sua responsabilidade, em razão de ter sido designada apenas em 06/09/2016 (Id:0284142). Após verificação da informação, foi concedido novo prazo de 30 (trinta) dias para a prestação de contas dos períodos sob a responsabilidade da interina (Id:0387253).
Em manifestação, o FERMOJUPI informa que, transcorrido o prazo, em consulta ao sistema COBJUD, constatou-se que persiste o inadimplementovisto que inexiste qualquer informação transmitida, inclusive do período posterior. Ou seja, a interina encontra-se inadimplente de setembro de 2016 até março de 2018.
Sendo o sujeito passivo em questão interina do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Avelino Lopes-PI, gozando da confiança consignada pelo Poder Público ao designá-la como responsável pela prestação dos serviços extrajudiciais, ao deixar de repassar as informações mensais da serventia de seu encargo, torna-se inadimplente com as suas obrigações.
Conforme informações prestadas pela Superintendente do FERMOJUPI quanto à persistência da inobservância das obrigações impostas pelo Tribunal de Justiça, conclui-se demonstrada a violação, de forma recorrente, da confiança conferida à interina.
Ante o exposto,**ACOLHO**aManifestação Nº 1315/2018 - PJPI/TJPI/FERMOJUPI (Id:0462171), exarada pela Superintendência do FERMOJUPI, e**DETERMINO**o encaminhamento do presente procedimento administrativo à Corregedoria Geral da Justiça para conhecimento e providências considerando o disposto nos artigos 32 a 34 da Lei nº 8.935/94, e ainda, o entendimento pela caracterização de potencial quebra de confiança.
Intime-se o sujeito passivo desta decisão.
Cumpra-se.
Teresina-PI, data registrada no sistema SEI.
Desembargador**ERIVAN LOPES** - Presidente do TJ/PI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

5.2. Procedimento Administrativo Fiscal nº 18.0.000006608-3 - Sujeito Passivo: Jane Kelly Carvalho de Moraes Meneses Fernandes

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.2º CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE PIRACURUCA.SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. RESPONSÁVEL INTERINA POR SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DECLARADA VAGA.INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. AFRONTA AO ART. 8º DO PROVIMENTO CONJUNTO Nº 06/2016. REVELIA.
D E C I S Ã O
Trata-se de Processo Administrativo Fiscal movido pelo FERMOJUPI tendo como sujeito passivo a responsável interina pelo 2° Cartório de Notas e Registro Civil de Piracuruca-PI,**JANE KELLY CARVALHO DE MORAES MENESES FERNANDES**, CPF: 463.235.203-97, em razão da não prestação de contas mensais ao FERMOJUPI nos períodos compreendidos entre outubro/2017a janeiro/2018.
Em manifestação, o FERMOJUPI informa que, em consulta ao sistema COBJUD, constatou-se que persiste o inadimplementovisto queforam transmitidas apenas as informações referentes às competências de outubro e novembro de 2017. Ou seja, a interina encontra-se inadimplente de dezembrode 2017até março de 2018.
Sendo o sujeito passivo em questão interina do 2° Cartório de Notas e Registro Civil de Piracuruca-PI,gozando da confiança consignada pelo Poder Público ao designá-la como responsável pela prestação dos serviços extrajudiciais, ao deixar de repassar as informações mensais da serventia de seu encargo, torna-se inadimplente com as suas obrigações.
Conforme informações prestadas pela Superintendente do FERMOJUPI quanto à persistência da inobservância das obrigações impostas pelo Tribunal de Justiça, conclui-se demonstrada a violação, de forma recorrente, da confiança conferida à interina.
Ante o exposto,**ACOLHO**aManifestação Nº 1345/2018 - PJPI/TJPI/FERMOJUPI (Id:0464093), exarada pela Superintendência do FERMOJUPI, e**DETERMINO**o encaminhamento do presente procedimento administrativo à Corregedoria Geral da Justiça para conhecimento e providências considerando o disposto nos artigos 32 a 34 da Lei nº 8.935/94, e ainda, o entendimento pela caracterização de potencial quebra de confiança.
Intime-se o sujeito passivo desta decisão.
Cumpra-se.
Teresina-PI, data registrada no sistema SEI.
Desembargador**ERIVAN LOPES** - Presidente do TJ/PI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

5.3. Procedimento Administrativo Fiscal nº 17.0.000029060-2 - Sujeito Passivo: Analia Rodrigues de Carvalho e Lira

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.CARTÓRIO ÚNICO DE BARREIRAS DO PIAUÍ.SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. RESPONSÁVELINTERINA POR SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DECLARADA VAGA.INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. AFRONTA AO ART. 8º DO PROVIMENTO CONJUNTO Nº 06/2016. REVELIA.
D E C I S Ã O
Trata-se de Processo Administrativo Fiscal movido pelo FERMOJUPI tendo como sujeito passivo a responsável interina peloCartório Único de Barreiras do Piauí,**ANALIA RODRIGUES DE CARVALHO E LIRA**, CPF:299.804.453-00., em razão da não prestação de contas mensais ao FERMOJUPI nos períodos compreendidos entre julho/2010a julho/2017.
Em manifestação, o FERMOJUPI informa que, em consulta ao sistema COBJUD, constatou-se que persiste o inadimplementovisto que foram transmitidas apenas as informações referentes às competências de julho a novembro de 2010. Ou seja, a interina encontra-se inadimplente de dezembrode 2010até março de 2018.
Sendo o sujeito passivo em questão interina do Cartório Único de Barreiras do Piauí-PI,gozando da confiança consignada pelo Poder Público ao designá-la como responsável pela prestação dos serviços extrajudiciais, ao deixar de repassar as informações mensais da serventia de seu encargo, torna-se inadimplente com as suas obrigações.
Conforme informações prestadas pela Superintendente do FERMOJUPI quanto à persistência da inobservância das obrigações impostas pelo Tribunal de Justiça, conclui-se demonstrada a violação, de forma recorrente, da confiança conferida à interina.
Ante o exposto,**ACOLHO**aManifestação Nº 1354/2018 - PJPI/TJPI/FERMOJUPI (Id:0464273), exarada pela Superintendência do FERMOJUPI, e**DETERMINO**o encaminhamento do presente procedimento administrativo à Corregedoria Geral da Justiça para conhecimento e providências considerando o disposto nos artigos 32 a 34 da Lei nº 8.935/94, e ainda, o entendimento pela caracterização de potencial quebra de confiança.
Intime-se o sujeito passivo desta decisão.
Cumpra-se.
Teresina-PI, data registrada no sistema SEI.

Desembargador**ERIVAN LOPES** - Presidente do TJ/PI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

5.4. Procedimento Administrativo Fiscal nº 17.0.000029063-7 - Sujeito Passivo: José de Arimatéa Silva e Sousa

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LUZILÂNDIA-PI. SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. TABELIÃO INTERINO. INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. AFRONTA AO ART. 8º DO PROVIMENTO CONJUNTO Nº 06/2016. REVELIA.

D E C I S Ã O

Trata-se de Processo Administrativo Fiscal movido pelo FERMOJUPI tendo como sujeito passivo o Interinodo 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Luzilândia,**JOSÉ DE ARIMATEA SILVA E SOUSA**, CPF: 200.778.153-00,em razão da não prestação de contas mensais ao FERMOJUPI nos períodos compreendidos entre novembro/2010a julho/2017.

Intimadoase manifestar no prazo legal de 30 (trinta) dias através da Termo de Intimação Fiscal Nº 22/2017 - PJPI/TJPI/FERMOJUPI (Id:0202707), o sujeito passivo limitou-se a requerer dilação de prazo para apresentação das prestações de contas, o qual foi concedido.

Em manifestação, o FERMOJUPI informa que, transcorrido o prazo, em consulta o sistema COBJUD, constatou-se que persiste o inadimplementovisto queforam transmitidas apenas as informações referentes às competências de novembro de 2010 a dezembrode 2011. Ou seja, ointerinoencontra-se inadimplente de janeirode 2012até março de 2018.

Sendo o sujeito passivo em questão tabeliã interinodo 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Luzilândia-PI, gozando da confiança consignada pelo Poder Público ao designá-locomo responsável pela prestação dos serviços extrajudiciais, ao deixar de repassar as informações mensais da serventia de seu encargo, torna-se inadimplente com as suas obrigações.

Conforme informações prestadas pela Superintendente do FERMOJUPI quanto à persistência da inobservância das obrigações impostas pelo Tribunal de Justiça, conclui-se demonstrada a violação, de forma recorrente, da confiança conferida aointerino.

Ante o exposto,**ACOLHO**a Manifestação Nº 599/2018 - PJPI/TJPI/FERMOJUPI (Id:0408937), exarada pela Superintendência do FERMOJUPI, e**DETERMINO**o encaminhamento do presente procedimento administrativo à Corregedoria Geral da Justiça para conhecimento e providências considerando o disposto nos artigos 32 a 34 da Lei nº 8.935/94, e ainda, o entendimento pela caracterização de potencial quebra de confiança.

Intime-se o sujeito passivo desta decisão.

Cumpra-se.

Teresina-PI, data registrada no sistema SEI.

Desembargador**ERIVAN LOPES** - Presidente do TJ/PI

Documento assinado eletronicamente por**Erivan José da Silva Lopes**,**Presidente**, em 07/05/2018, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

5.5. Portaria (Presidência) Nº 1238/2018 - PJPI/TJPI/SOF/DEPORCPRO, de 07 de maio de 2018

O DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, etc,.

RESOLVE:

RENOVAR A PORTARIA DE DESIGNAÇÃO daservidora**MARIA CAROLINA ALMEIDA DA SILVA**,matrículaNº**1932**, CPF Nº 234.557.991-91, como tomador de Suprimento de Fundos e portador do Cartão Corporativo da9ª Vara Criminal de Teresina/PI por um exercício financeiro, conforme art 5º, §2º da Portaria 481/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,em Teresina, 07de maio de 2018.

6. CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.1. Extrato Nº 35/2018 - PJPI/TJPI/SLC

ATO/ESPÉCIE: Contrato Nº 56/2018 - PJPI/TJPI/SLC
PROCESSO ADMINISTRATIVO 18.0.000015775-5
Contratante: A ESCOLA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - 04106
CNPJ/CONTRATANTE:21.732.903/0001-37
EMPRESA/CONTRATADA: DF TURISMO E EVENTOS LTDA
CNPJ/CONTRATADA: 07.832.586/0001-08.
OBJETO/RESUMO: Prestação dos serviços de cotação, reserva e fornecimento de PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS,**por intermédio de operadora ou agência de viagens, com atendimento remoto (e-mail e/ou telefone) no estabelecimento da própria empresa contratada, em regime de empreitada por preço unitário, para atender à Escola Judiciária do Estado do Piauí, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.**
DO VALOR: O CONTRATANTE pagará pela prestação dos serviços contratados o valor totalestimado deR$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)? - 1º Grau.
O valor acima mencionado inclui todas as despesas incidentes sobre a execução da prestação dos serviços de cotação, reserva e fornecimento depassagens aéreas nacionais e internacionais,por intermédio de operadora ou agência de viagens, com atendimento remoto (e-mail e/ou telefone) no estabelecimento da própria contratada, para atender à Escola Judiciária do Estado do Piauí
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA:
Nas Leis Federais nº 10.520/2002, e nº 8.666/93, no Decreto nº 5.450/2005, na Resolução TJPI-19/2007, de 11.10.07; nos preceitos de Direito Público; supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado e vincula-se aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 53/2017/TJ/PI e seus anexos, constante do Processo Administrativo SEI nº 17.0.000009343-2; da proposta vencedora da CONTRATADA; ARP nº 46/2017/TJ/PI (0455534) e ao Termo de Liberação Administrativa Interna Nº 44/2018 - PJPI/TJPI/SLC (0475222)
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Contrato serão oriundos da EJUD
Unidade Orçamentária: 040106 - EJUD; FONTE: 118 - Fundos Especiais; Ação Orçamentária: 1096 - Treinamento e Capacitação - 1º Grau; Classificação Funcional Programática: 0206100811096; Natureza da Despesa: 339033 - Passagens e Despesas com Locomoção.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses,a partir da publicação do seu extrato no Diário da Justiça TJ/PI.
Documento assinado eletronicamente por LUCIMARCOS PEREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo, em 04/05/2018, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por Fernando Lopes e Silva Neto, Diretor Geral da EJUD, em 05/05/2018, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

6.2. Extrato Nº 36/2018 - PJPI/TJPI/SLC

ATO/ESPÉCIE: Contrato Nº 57/2018 - PJPI/TJPI/SLC
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 18.0.000015775-5
Contratante: AESCOLA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - 04106
CNPJ/CONTRATANTE:21.732.903/0001-37
EMPRESA/CONTRATADA: DF TURISMO E EVENTOS LTDA
CNPJ/CONTRATADA: 07.832.586/0001-08 .
OBJETO/RESUMO: Prestação dos serviços de cotação, reserva e fornecimento dePASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS,**por intermédio de operadora ou agência de viagens, com atendimento remoto (e-mail e/ou telefone) no estabelecimento da própria empresa contratada, em regime de empreitada por preço unitário, para atender à Escola Judiciária do Estado do Piauí, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.**
DO VALOR: O CONTRATANTE pagará pela prestação dos serviços contratados o valor totalestimado deR$113.750,00 (cento e treze mil setecentos e cinquenta reais) - 2º Grau.
O valor acima mencionado inclui todas as despesas incidentes sobre a execução da prestação dos serviços de cotação, reserva e fornecimento depassagens aéreas nacionais e internacionais,por intermédio de operadora ou agência de viagens, com atendimento remoto (e-mail e/ou telefone) no estabelecimento da própria contratada, para atender à Escola Judiciária do Estado do Piauí.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA:
Nas Leis Federais nº 10.520/2002, e nº 8.666/93, no Decreto nº 5.450/2005, na Resolução TJPI-19/2007, de 11.10.07 e na Portaria TJ/PI nº 168/11, de 25.01.11; nos preceitos de Direito Público; supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado e vincula-se aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 53/2017/TJ/PI e seus anexos, constante do Processo Administrativo SEI nº 17.0.000009343-2; da proposta vencedora da CONTRATADA; ARP nº 46/2017/TJ/PI (0455534) e ao Termo de Liberação Administrativa Interna Nº 44/2018 - PJPI/TJPI/SLC (0475222)
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Contrato serão oriundos da EJUD
Unidade Orçamentária: 040106 - EJUD; FONTE: 18 - Fundos Especiais; Ação Orçamentária: 1097 -Treinamento e Capacitação = 2º Grau; Classificação Funcional Programática: 0206100811097; Natureza da Despesa: 339033 - Passagens e Despesas com Locomoção339033 - Passagens e Despesas com Locomoção.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses,a partir da publicação do seu extrato no Diário da Justiça TJ/PI.
Documento assinado eletronicamente por LUCIMARCOS PEREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo, em 04/05/2018, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Documento assinado eletronicamente por Fernando Lopes e Silva Neto, Diretor Geral da EJUD, em 05/05/2018, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

6.3. Aviso de Licitação Nº 19/2018 - PJPI/TJPI/SLC

AVISO DE LICITAÇÃO N° 19/2018/PJPI/TJPI/SLC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2018/PJPI/TJPI/SLC
SEI Nº 18.0.000015443-8
O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na sua**forma Eletrônica**, do tipo**MENOR PREÇO**,**CONSIDERANDO O VALOR GLOBAL DO LOTE**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.
SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO
Data: 18/05/2018.
Horário de abertura da sessão: 09:00 horas (horário de Brasília/DF)
Horário da disputa(fase de lances):10:00 horas (horário de Brasília/DF)
Endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br
Licitações-e BB:**718429.**
Órgão Realizador: Tribunal de Justiça de Estado do Piauí.
Endereço: Central de Licitações e Contratos, anexo do Palácio da Justiça, Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico, Bairro Cabral, em Teresina, Piauí, CEP 64.000-830.
Sítio do TJ/PI:www.tjpi.jus.br
Horário de expediente: 07h às 14h (horário local)
Comissão Responsável: Comissão Permanente de Licitação - 1
Presidente de Comissão: Leonardo Carvalho Martins Sales,Portaria (Presidência) Nº 86/2018 - PJPI/TJPI/GABPRE/SECGER (0368596)
Pregoeiro: Rafael Lima Martins,Portaria (Presidência) Nº 88/2018 (0368596).
Equipe de apoio: Dielson Monteiro Brandão Filho e André Queiroz Wagner,Portaria (Presidência) Nº 88/2018 (0368596).
Telefone/Fax:(86) 3215-4440 / (86) 3216-7450.
E-mail:cpl1@tjpi.jus.br
OBJETO:?Formação de Registro de Preços para eventual aquisição de VEÍCULOS AUTOMOTORES, conforme especificações e quantitativos do Termo de Referência n° 58/2018.
Documento assinado eletronicamente por **Rafael Lima Martins**, **Pregoeiro**, em 07/05/2018, às 10:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

7. GESTÃO DE CONTRATOS

7.1. EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº40/2018 - TJPIPROCESSOSEI Nº:18.0.000019208-9**CONVENENTE:**Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar**CNPJNº:**06.981.344/0001-05**CONVENIADO:**Serviço Social do Comércio**CNPJNº:**03.581.526/0007-96 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**CNPJNº:**03.778.391/0001-68**OBJETO:**a adoção de providências no sentido de realizar satisfatóriamente o *desideratum* da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJ/PI, inclusive as Semanas da Justiça pela Paz em Casa, que ocorrem 03 (três) vezes ao ano.**VALOR:** não haverá transferência de recursos entre os convenetes**VIGÊNCIA:**por tempo indeterminado**DATA DA ASSINATURA:**04/05/2018**ASSINAM PELACONVENENTE:**José James Gomes Pereira **-**Vice - Presidente do TJ-PI e**PELOCONVENIADO:**Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante - Presidente do SESC e do SENAC.

7.2. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2018- TJ/PI PROCESSO SEI nº:18.0.000016712-2**CONTRATANTE**: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**CNPJ Nº**: 10.540.909/0001-96**CONTRATADO**: GERAFORTE GRUPO GERADORES LTDA**CNPJNº**: 10.618.016/0001-16**OBJETO:**prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Termo, o prazo de entrega dos objetos adquiridos por meio do Contrato nº 15/2018**VIGÊNCIA:**tem como termo inicial o dia posterior ao término do prazo inicial de execução do contrato**DATA DA ASSINATURA:**04/05/2018**ASSINAM PELOCONTRATANTE:**Erivan José da Silva Lopes**-**Presidente doTJ-PI e**CONTRATADO:** Denancir Filipin-Representante Legal da Empresa.

8. PAUTA DE JULGAMENTO

8.1. PAUTA - 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL PLENO - 14 DE MAIO DE 2018

Serão apreciados na 22ª sessão extraordinária de julgamento de caráter administrativo do Tribunal Pleno, a ser realizada no dia **14.05.2018**, às **09h (nove horas)**, os expedientes administrativos pautados abaixo. Os processos constantes desta pauta de julgamento, que não forem julgados, ficam automaticamente incluídos na pauta ordinária administrativa seguinte, independentemente de nova publicação.
OS RELATÓRIOS DOS PROCESSOS OS PROJETOS DE RESOLUÇÃO CONSTANTES DESTA PAUTA SERÃO INCLUÍDOS EM ATÉ 48 HORAS ANTES DA SESSÃO NO PROCESSO ELETRÔNICO (SEI) **18.0.000019646-7**
I - ACESSO AO CARGO DE DESEMBARGADOR
1. PROCESSO SEI 18.0.000017825-6
Assunto: Acesso ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, pelo critério de antiguidade, conforme Aviso nº 23/2018
Relator: Des. Erivan Lopes, Presidente do TJPI
II - PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONTRA MAGISTRADOS
01. Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado nº 2017.0001.006251-0
Requerido: Francisco das Chagas Ferreira
Advogado: Paulo Germano Martins Aragão (OAB/PI 5128)
Relator: Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo
Publicado em 12.04.2018 - ADIADO
Pedido de vista em 23.04.2018 - Des. Erivan Lopes
Publicado em 25.04.2018 - ADIADO
02. Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado nº 2017.0001.012960-4
Requerido: Francisco das Chagas Ferreira
Advogado: José Edilson Ferreira dos Santos Júnior (OAB/PI 12.279)
Relator: Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho
Publicado em 12.04.2018 - ADIADO
Pedido de vista em 23.04.2018 - Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar
Publicado em 25.04.2018 - ADIADO
03. Embargos de Declaração no Pedido de Providências nº 16.0.000001652-0
Embargante: Sílvio Valois Cruz Júnior, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Capitão de Campos
Advogados: Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI 2.953) e outros
Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Corregedor-Geral da Justiça
Publicado em 25.04.2018 - ADIADO
Pedido de vista em 07.05.2018 - Des. Edvaldo Pereira de Moura
04. Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado nº 2017.0001.012673-1
Requerido: CARLOS MARCELLO SALES CAMPOS, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Corrente
Advogado: Ítalo Franklin Galeno de Melo (OAB/PI 10531) e outros
Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar
Publicado em 25.04.2018 - ADIADO
III - PROJETOS DE RESOLUÇÃO
01. PROJETO DE RESOLUÇÃO - Estabelece a Lotação Paradigma de 1º grau de Jurisdição
Publicado em 25.04.2018 - ADIADO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Marcos da Silva Venancio
Coordenador Judiciário do Tribunal Pleno

8.2. 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL - 16/05/2018

PAUTA DE JULGAMENTO
3ª Câmara Especializada Cível
A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária da **3ª Câmara Especializada Cível** a ser realizada no dia **16 de maio de 2018**, a partir das **9:00 horas**. Os eventuais processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.
01. 2010.0001.007041-0 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 4ª Vara Cível
Apelante/Apelado: NATÁLIA WINGRYD VERAS VIANA e outro
Advogados: Edward Robert Lopes de Moura (OAB/PI nº 5.262) e outros
Apelado/Apelante: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A. e outro
Advogados: Michela do Vale Brito (OAB/PI nº 3.148) e outros
Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem
02. 2015.0001.004662-3 - Embargos de Declaração na Apelação Cível
Origem: Teresina / 7ª Vara Cível
Embargante: EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ-EMGERPI
Advogado: Adauto Fortes Júnior (OAB/PI nº 5.756)
Embargado: FRANCISCO WASHINGTON DA CONCEIÇÃO
Defensora Pública: Elisabeth Maria Memória Aguiar
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho

03. 2010.0001.007331-8 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 1ª Vara Cível
Apelante: BRASIL U.S.A.-VACATIONS LTDA.
Advogados: Raimundo de Lavor Neto(OAB/CE nº 13.141) e Milena Fonseca Casemiro (OAB/PI nº 4.552)
Apelada: LUCIMAR RAMOS RIBEIRO GONÇALVES e outro
Advogado: Danilo e Silva Almendra Freitas (OAB/PI nº 3.552)
Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem
04. 2016.0001.002312-3 - Agravo de Instrumento
Origem: Castelo do Piauí / Vara Única
Agravante: ANASTACIO PEREIRA DA SILVA
Advogados: Marcello Vidal Martins (OAB/PI nº 6.317) e outro
Agravado: BANCO DAYCOVAL S/A
Advogados: Rafael Antônio da Silva (OAB/SP nº 244.223) e Fábio Roberto de Almeida Tavares (OAB/PI nº 147.386)
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
05. 2011.0001.002056-2 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 6ª Vara Cível
Apelante: BANCO BRADESCO S/A e outro
Advogados: Josino Ribeiro Neto (OAB/PI nº 748) e outros
Apelado: JOSE SILVA DE FARIAS e outro
Advogados: Ricardo Ilton Correia dos Santos (OAB/PI nº 3.047)
Apelado :
Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem
06. 2016.0001.001377-4 - Agravo de Instrumento
Origem: Piripiri / 3ª Vara
Agravante: RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO
Advogado: Lorena Cavalcanti Cabral (OAB/PI nº 12.751-A)
Agravado: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A)
Advogados: Antônio Moraes Dourado Neto (OAB/PE nº 23.255) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
07. 2014.0001.004281-9 - Apelação Cível
Origem: Manoel Emídio / Vara Única
Apelante: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A)
Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros
Apelado: RAIMUNDO DE FREITAS MARTINS
Advogados: Jonatas Berreto Neto (OAB/PI nº 3.101) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
08. 2015.0001.004667-2 - Apelação Cível
Origem: Campo Maior / 2ª Vara
Apelante: AMÂNCIO MACHADO FILHO
Advogado: Henry Wall Gomes Freitas (OAB/PI nº 4.344)
Apelado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogados: João Pedro de Macedo (OAB/PI nº 1.174) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
09. 2014.0001.008483-8 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 8ª Vara Cível **Pedido de Vista:**
Apelante: TRANSPORTADORA JB FERNANDES LTDA **Exmo. Des. Paes Landim**
Advogado: Robinson Elvas Rosal (OAB/PI nº 2.730)
Apelada: VIAÇAO TRANSPIAUI SAO RAIMUNDENSE LTDA
Advogado: Vicente Ribeiro Goncalves Neto(OAB/PI nº 4.393)
Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa
10. 2012.0001.005092-3 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 6ª Vara Cível
Apelante: JOELINA LOPES DA SILVA RIBEIRO
Advogado: Antonio Marcos Soares de Sousa (OAB/PI nº 2.866)
Apelado: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogados: ednan soares Coutinho Moura (OAB/PI nº 1.841) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
11. 2016.0001.004820-0 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 4ª Vara Cível
Apelante: FÁBIO MELO DE CARVALHO
Advogados: Marcos Luiz de Sá Rêgo (OAB/PI nº 3.083) e outra
Apelado: BANCO DO BRASIL S. A.
Advogados: Servio Tulio de Barcelos (OAB/PI nº 12.008) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
12. 2016.0001.000197-8 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 10ª Vara Cível
Apelante: ASSOCIAÇÃO DOS COORDENADORES DE ESCOLINHAS DE FUTEBOL AMADOR DE TERESINA - ACEFAT
Advogado: Rafael Cavalcanti Bezerra (OAB/PI nº 9.098)
Apelado: LUCÍDIO FERREIRA DE PAIVA
Advogado: Raimundo Marcos Barbosa Soares (OAB/PI nº 119-B)
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
13. 2015.0001.005811-0 - Apelação Cível
Origem: Aroazes / Vara Única
Apelante: ANTONIA ROSA DA SILVA
Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros
Apelada: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho

14. 2015.0001.009803-9 - Apelação Cível
Origem: Antônio Almeida / Vara Única
Apelante: OTACILIO JOSÉ RODRIGUES
Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros
Apelado: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S. A.
Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
15. 2015.0001.007319-5 - Apelação Cível
Origem: São João do Piauí / Vara Única
Apelante: RAIMUNDA RIBEIRO NETA
Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros
Apelada: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Manuela Sarmento (OAB/PI nº 9.499) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
16. 2015.0001.002319-2 - Apelação Cível
Origem: Aroazes / Vara Única
Apelante: NAPOLEÃO ALVES DA SILVA
Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros
Apelado: BANCO BONSUCESSO S.A.
Advogado: Manuela Sarmento (OAB/PI nº 9.499) e outros
Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
SECRETARIA JUDICIÁRIA, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Bela. Gabriela Lustosa Lira
Analista Administrativa

8.3. 4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 16/05/2018

A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão
PAUTA DE JULGAMENTO
4ª Câmara Direito Público
A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária da **4ª Câmara de Direito Público** a ser realizada no dia **16 de maio de 2018**, a partir das **9:00 horas**. Os eventuais processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.
01. 2017.0001.000895-3 - Apelação / Reexame Necessário
Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública
Embargante: ESTADO DO PIAUÍ
Procurador do Estado: Fagner José da Silva Santos (OAB/PI nº 16.151)
Embargado: ISMAIAS SANTANA MESQUITA
Defensor Público: Nelson Nery Costa
Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto
02. 2017.0001.007743-4 - Embargos de Declaração no Agravo interno apenso ao Mandado de Segurança 2016.0001.007734-0
Embargante: VALDIRENE ALVES DA SILVA
Defensor Público: Nelson Nery Costa
Embargado: ESTADO DO PIAUÍ
Procurador do Estado: Paulo Paulwok Maia de Carvalho (OAB/PI nº 13.866)
Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto
03. 2018.0001.003150-5 - Apelação / Reexame Necessário
Origem: Batalha / Vara Única
Apelante: ESTADO DO PIAUÍ
Procura dor do Estado: Francisco Evaldo Martins Rosal Pádua (OAB/PI nº 15.786)
Apelado: MARIA ISOLETE DUTRA DE ARAÚJO
Advogados: Roger Loureiro Falcão Mendes (OAB/PI nº 5.788)
Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto
04. 2018.0001.002539-6 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública
Apelantes: DOMINGOS DE OLIVEIRA NEVES e MARIA DE NAZARÉ SILVA NEVES
Advogado: José Arimateia Dantas Lacerda (OAB/PI nº 1.613)
Apelado: JOSÉ DE RIBAMAR SANTOS
Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto
05. 2018.0001.003362-9 - Apelação Cível
Origem: Batalha / Vara Única
Apelante: MUNICÍPIO DE BATALHA-PI
Advogados: Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) e outro
Apelado: ANTONIO JOSÉ DE ARAUJO JUNIOR
Advogados: Alexandre Fortes Amorim de Carvalho (OAB/PI nº 11.686) e outro
Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto
06. 2016.0001.013108-4 - Apelação Cível
Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública
Apelante: MARIA DE FÁTIMA SOARES ALVES
Advogados: Antônio Anésio Belchior Aguiar (OAB/PI nº 1.065) e outros
Apelado: ESTADO DO PIAUÍ e COHAB
Procurador do Estado: Henrique José de Carvalho Nunes Filho (OAB/PI Nº 8.253)
Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto
SECRETARIA JUDICIÁRIA, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Bela. Gabriela Lustosa Lira
Analista Administrativa

8.4. CÂMARAS REUNIDAS CRIMINAIS - 11/05/2018

PAUTA DE JULGAMENTO
Câmaras Reunidas Criminais
A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária das **Câmaras Reunidas Criminais** a ser realizada no dia **11 de maio de 2018**, a partir das **9:00 horas**. Os eventuais processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.
01. 2017.0001.002813-7 - Revisão Criminal Publicado em 10-04-2018
Origem: Itaueira / Vara Única **ADIADO**
Requerente: MÁXIMO RIBEIRO DE SÁ
Advogado: João Evangelista Ayres dos Santos (OAB/RJ nº 156.140)
Requerido : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura
02. 2017.0001.006632-1 - Revisão Criminal Publicado em 10-04-2018
Origem: Teresina / 1ª Vara Criminal **ADIADO**
Requerente: FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA ALENCAR e CIRCINATO DA SILVA ALENCAR
Advogado: Edson Pereira de Sá (OAB/PI nº 4.288)
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Relator: Desa. Eulália Maria Pinheiro
03. 2017.0001.010159-0 - Revisão Criminal Publicado em 10-04-2018
Origem: Teresina / 1ª Vara do Tribunal Popular do Júri **ADIADO**
Requerente: WENDELL REIS COSTA DE ARAUJO **Pedido de Vista:**
Advogado: Lucas Nogueira do Rego Monteiro Villa Lages OAB/PI nº 9.159)
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ **Exmo. Sr. Des. Joaquim Santana**
Relator: Desa. Eulália Maria Pinheiro
04. 2017.0001.008109-7 - Desaforamento de Julgamento
Origem: Padre Marcos / Vara Única
Requerente: EDILTON LAZARO LEAL
Advogada: Zaira Livanda Conceição da Silva (OAB/PI nº 15.316)
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura
05. 2017.0001.010148-5 - Revisão Criminal
Requerentes: JOSÉ GONÇALVES NUNES e JOSIMAR HOLANDA NUNES
Advogados: Milton Gustavo Vasconcelos Barbosa (OAB/PI nº 5.553) e outro
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Relator: Des. Joaquim Dias de Santana Filho
06. 2017.0001.009562-0 - Desaforamento de Julgamento
Origem: São Miguel do Tapuio / Vara Única
Requerente: CLEWILSON VIEIRA MATIAS
Defensora Pública: Myrtes Maria de Freitas e Silva
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Relator: Des. Sebastião Ribeiro Martins
07. 2017.0001.007645-4 - Desaforamento de Julgamento
Origem: Padre Marcos / Vara Única
Requerente: EDILTON LAZARO LEAL
Advogada: Zaira Livanda Conceição da Silva (OAB/PI nº 15.316)
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura
08. 2015.0001.002328-3 - Desaforamento de Julgamento
Origem: Corrente / Vara Única
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Requerido: ARNALDO ALVES MESSIAS e RENATO EVILÁSIO ALVES MESSIAS
Advogados: Lúcio Tadeu Ribeiro dos Santos (OAB/PI nº 3.022) e outro
Relator: Des. Sebastião Ribeiro Martins
SECRETARIA JUDICIÁRIA, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Bela. Gabriela Lustosa Lira
Analista Administrativa

9. ATA DE JULGAMENTO

9.1. ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DA EGRÉGIA 4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2018.

Aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018), reuniu-se às nove horas e vinte e dois minutos (09h 22min), em sessão ordinária de julgamento, a **4ª CÂMARA de DIREITO PÚBLICO**, presidida pelo Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes, convocado em razão da ausência justificada do Des. Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. Comigo a Secretária, Bela. Izabel Fernanda Nunes Sá de Oliveira com o auxílio funcional do oficial de justiça Juarez Azevedo e o operador de som José Luardo Marques Moreno. ***ATA DA SESSÃO ANTERIOR:Ata da 11ª sessão ordinária de julgamento da 4ª Câmara de Direito Público, realizada no dia 18 de abril de 2018, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico nº 8.419, de 20.04.2018, publicada no dia 23.04.2018***. *Conforme disposto no art. 153 do Regimento Interno do TJPI, as "atas consignarão de* ***modo sucinto****, o que se passar nas sessões, e serão submetidas a aprovação na sessão seguinte, adiando-se a aprovação para outra oportunidade, na hipótese de circunstância de ordem relevante".* ***PROCESSOS PAUTADOS/JULGADOS: 2015.0001.012092-6 - Embargos de Declaração na Apelação Cível. Origem: Parnaíba / 4ª Vara. Embargante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Danilo Mendes de Santana (OAB/PI nº 16.149). Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existentes as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos. Condenaram, ainda, o embargante a pagar ao embargado***

multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da casa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.000665-1 - Agravo de Instrumento apenso ao Mandado de Segurança 2016.0001.012548-5. Agravante: IDILA ROCHA MACIEL. Defensor Público: Nelson Nery Costa. Agravado: ESTADO DO PIAUI. Procurador do Estado: Danilo e Silva Almendra Freitas (OAB/PI nº 3.552). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do agravo interno, para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo a decisão agravada em todos os seus termos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.011300-8 -Embargos de Declaração na Apelação Cível. Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Embargante: MARIA DO SOCORRO DE SOUSA SILVA. Advogados: Ricardo Ilton Correia dos Santos (OAB/PI nº 3.047) e outro. Embargado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Danilo e Silva Almendra Freitas (OAB/PI nº 3.552). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existentes as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos. Condenaram, ainda, a embargante a pagar ao embargado multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da casa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.***Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.007676-4 - Agravo Interno apenso ao Agravo de Instrumento nº 2017.0001.006030-6. Agravante: ESTADO DO PIAUÍ. Advogado: Paulo Henrique Sá Costa (OAB/PI nº 8.767). Agravado: EDILSON LIMA DE ARAÚJO JÚNIOR. Advogado: Edilson Lima de Araujo Junior (OAB/PI nº 9.207). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do agravo interno, para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo a decisão agravada em todos os seus termos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado).Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares.Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.006662-0 - Agravo Interno apenso ao Agravo de Instrumento nº 2017.0001.006030-6. Agravante: NÚCLEO DE CONCURSO E PROMOÇÃO DE EVENTOS NUCEPE/FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI. Advogado: Gerson Almeida da Silva (OAB/PI nº 8.767). Agravado: EDILSON LIMA DE ARAÚJO JÚNIOR. Advogado: Edilson Lima de Araujo Junior (OAB/PI nº 9.207).Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do agravo interno, para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo a decisão agravada em todos os seus termos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2015.0001.002371-4 - Apelação Cível. Origem: Parnaíba / 4ª Vara. Embargante: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI. Advogado: Willian Guimaraes Santos de Carvalho (OAB/PI nº 2.644) e outros. Embargado: DARIO SPINDOLA DAMASCENO. Defensor Público: Nelson Nery Costa. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existentes as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos. Condenaram, ainda, a embargante a pagar ao embargado multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da casa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.***Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.010985-6 - Embargos de Declaração na Apelação Cível. Origem: Parnaíba / 4ª Vara. Embargante: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI. Advogado: Willian Guimarães Santos Carvalho (OAB/PI nº 2.644). Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existentes as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos. Condenaram, ainda, a embargante a pagar ao embargado multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da casa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.***Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2015.0001.003658-7 - Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário. Origem: Picos / 1ª Vara. Embargante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Danilo e Silva de Almendra Freitas (OAB/PI nº 3.552). Embargado: JOSÉ CARLOS DE SOUSA BRITO. Advogada: Lilian Érica lima Ribeiro (OAB/PI nº 3.508). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram dos presentes Embargos de Declaração, visto que preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhes provimento mantendo, in totum, o Acórdão embargado.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.012356-7 - Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário. Origem: Amarante / Vara Única. Embargante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Jorge Lucas de Sousa Leal Lopes (OAB/PI nº 15.842).Embargado: OSMIR ALMEIDA DOS SANTOS. Advogados: João Dias de Sousa Junior (OAB/PI nº 3.063) e outros. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existentes as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos. Condenaram, ainda, a embargante a pagar ao embargado multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da casa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.***Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado).Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.006093-4 - Agravo de Instrumento. Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Agravante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA-PI. Procurador: Sergio Alves de Góis (OAB/PI nº 7.278).Agravados: LUISA CRISTINA PAIVA E PAIXÃO e outros. Advogados: Nina Rafaelle Modesto Guimarães Lisboa (OAB/PI nº 13.644). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do presente recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, via de consequência, cassar a decisão agravada proferida no juízo de 1º grau, em consonância com o parecer emitido pelo Ministério Público Superior.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente

justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.007603-0 - Apelação Cível. Origem: São Raimundo Nonato / 2ª Vara. Apelante: MUNICÍPIO DE VÁRZEA BRANCA-PI. Advogado: Alexandro da Silva Macedo (OAB/PI nº 4.771). Apelado: DEMERVAL PAES DA SILVA. Advogados: Wilson José Ferreira Neto (OAB/PI nº 7.387) e outro. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento do recurso, mantendo-se incólume a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.000050-8 - Agravo de Instrumento. Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Agravante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Paulo Victor Alves Maneco (OAB/PI nº 13.867). Agravado: FÁBIO LEONARDO MENESES DA SILVA. Advogados: Aline Maciel do Nascimento (OAB/PI nº 12.895) e outro. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do Agravo de Instrumento, pois, preenchidos os pressupostos processuais de sua admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão agravada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.011705-5 - Apelação Cível. Origem: Esperantina / Vara Única. Apelante: MARIA NATIVIDADE ARAUJO. Advogadoe: João Dias de Sousa Junior (OAB/PI nº 3.596) e outro. Apelado: MUNICIPIO DE ESPERANTINA-PIAUÍ. Advogados: João Ulisses de Brito Azêdo (OAB/PI nº 3.446) e outros. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, pelo não provimento do recurso, mantendo-se incólume a decisão recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.008606-0 - Mandado de Segurança. Impetrante: FRANCISCO FERREIRA DE LIMA e outros. Advogado: Paula Andrea Dantas Avelino Madeira Campos (OAB/PI nº 11.082). Impetrado: SECRETARIO DE ADMINISTRACÃO DO ESTADO DO PIAUI. Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Maurício Cézar Araújo Fortes (OAB/PI nº 16.150). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não conhecimento da preliminar de concessão de liminar contra a Fazenda Pública e, no mérito, pela concessão da segurança requestada, determinando-se à autoridade coatora que se abstenha de retirar a Vantagem Pessoal do art.6º da Lei nº 4.950-A/66 (cod. 270) e a Vantagem Pessoal advinha da Condição Especial de Trabalho (cod. 202) dos futuros proventos de aposentadoria dos impetrantes, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior . Sem honorários, consoante dispõem o art.25 da Lei nº 12.016/09 e Súmulas 105 do STJ e 512 do STF.Custas na forma da Lei.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2015.0001.002164-0 - Apelação Cível. Origem: Picos / 1ª Vara. Apelante/Apelada: ELAINE RIBEIRO GONÇALVES. Advogados: Herval Ribeiro (OAB/PI nº 4.213/04) e outros. Apelado/Apelante: ESTADO DO PIAUÍ. Advogado: Tarso Rodrigues Proença (OAB/PI nº 6.647-B). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, ao tempo em que conheceram dos recursos, pois atendidos os seus pressupostos de admissibilidade, contudo, para que lhes sejam denegado provimento, mantendo-se incólume, por via de consequência, a sentença fustigada, por suas próprias razões de decidir.em consonância com o parecer ministerial, pelo não provimento do recurso, mantendo-se incólume a decisão recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.013378-0 - Apelação Cível. Origem: Teresina / 1ª Vara da Infância e da Juventude. Apelante: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Procuradora do Estado: Maria de Fátima Moura da Silva Macedo (OAB/PI nº 1.628). Apelada: OLGA FERNANDES MURADA BRAGA. Defensor Público: Nelson Nery Costa. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, para que, ex offício, decretaram a nulidade da sentença, porquanto, proferida por Juízo absolutamente incompetente, devendo os autos serem remetidos, mediante distribuição, para uma das Varas da Fazenda Pública (1ª ou 2ª) da Comarca de Teresina-PI, que é o Juízo competente para processar e julgar a presente ação, prevalecendo os benefícios concedidos em favor do menor até apreciação do Juízo competente (art.64, § 4º, NCPC), em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior. Sem honorários advocatícios nesta fase recursal, nos termos do Enunciado Administrativo nº 7, do STJ c/c o artigo 14, 2ª parte, do Novo CPC.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.009625-8 - Apelação Cível. Origem: Parnaíba / 4ª Vara. Apelante: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI. Advogados: Willian Guimaraes Santos de Carvalho (OAB/PI nº 2.644) e outros. Apelada: SONIA MARIA DE ARAÚJO OLIVEIRA. Advogados: Victor de Aguiar Pires (OAB/PI nº 8.931) e outro. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento do recurso, mantendo-se incólume a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.011197-8 - Mandado de Segurança. Impetrante: JONAS NETO GUEDES. Advogados: Ariana Leite e Silva (OAB/PI nº 11.155) e outros. Impetrado: COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ. Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Paulo Henrique Sá Costa (OAB/PI nº 13.864). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, pela concessão da segurança reclamada, para ratificar a liminar anteriormente concedida que conferiu ao impetrante o direito de participar do Curso de Formação de Cabos Sargentos/2016. Custas de lei, e, sem condenação em honorários advocatícios, diante do dispostos no artigo 25 da lei nº 12.016/09.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.012280-4 - Apelação / Reexame Necessário. Origem: Picos / 2ª Vara. Apelante: MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES-PI. Advogados: Igor Martins Ferreira de Carvalho (OAB/PI nº 5.085) e outros. Apelado: MARIA GONÇALVES DOS SANTOS MOURA. Advogado: Marcos Vinicius Araujo Veloso (OAB/PI nº 8.526). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento do recurso em análise, para que se mantenha inalterada a sentença recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores

Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.007527-5 - Apelação Cível. Origem: Regeneração / Vara Única. Apelante: MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO-PIAUÍ. Advogado: João Francisco Pinheiro de Carvalho (OAB/PI nº 2.108). Apelado: JOSÉ VALDO DOS SANTOS. Advogado: Mário José Rodrigues Nogueira Barros (OAB/PI nº 2.566). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Apelação Cível, para afastar a prescrição, em consonância com o parecer do Ministério público Superior e, no mérito, manter os termos da sentença recorrida. Ausente o parecer de mérito do Ministério Público Superior. Sem honorários advocatícios recursais, a teor do Enunciado Administrativo nº 07, do STJ.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.001410-6 - Reexame Necessário. Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Requerente: FRANCISCO TOMAZ TEIXEIRA FILHO, assistido por sua genitora Maria Cecília Baldi Simões Ferreira. Advogado: David Oliveira Silva Júnior (OAB/PI nº 5.764). Requerido: DIRETOR DO COLÉGIO ESQUADROS. Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador: Plínio Clerton. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Remessa Necessária, pois, preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo-se a sentença reexaminada em sua integralidade, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.003061-6 - Reexame Necessário. Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Requerente: MARCIO LUAN DE SOUSA LIMA. Advogados: Franklin Alexsandro Mendes Siqueira (OAB/PI nº 192-B) e outros. Requerido: DIRETOR DO COLÉGIO SINOPSE. Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Kildere Ronne de Carvalho Souza (OAB/PI nº 3.238/2000). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Remessa Necessária, pois, preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo-se a sentença reexaminada em sua integralidade, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.003144-0 - Apelação / Reexame Necessário. Origem: Batalha / Vara Única. Apelante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: João Eulálio de Pádua Filho (OAB/PI nº 15.479). Apelada: FILOMENA MARIA GOMES DA SILVEIRA. Advogado: Roger Loureiro Falcão Mendes (OAB/PI nº 5.788). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Apelação Cível, pois, preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo a sentença em seus demais termos, restando prejudicado o Reexame Necessário. Ausência de parecer do Ministério Público Superior acerca do mérito recursal.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.011930-1 - Agravo Interno apenso ao Agravo de Instrumento nº 2017.0001.011930- Interno apenso ao Agravo de Instrumento nº 2017.0001.011930-1. Agravante: ANTÔNIO CAIO HENRIQUE DE SOUSA. Advogado: Fábio Monteiro Campelo (OAB/PI nº 14.702. Agravado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. Advogados: Maria Deusly Costa (OAB/PI nº 2.061) e outros. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, embora o Agravo Interno em apreço mereça conhecimento, de uma vez que atendem aos requisitos de admissibilidade, para que lhe seja denegado provimento, mercê das razões atrás expendidas.*** **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores** Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). **Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador** Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. **Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça,** Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.000768-0 - Agravo Interno apenso na Apelação Cível nº 2016.0001.001751-2. Agravante: JOSE PEDRO SOBREIRA FILHO. Advogados: Bruno Milton Sousa Batista (OAB/PI nº 5.150) e outros. Agravado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: João Eulálio de Pádua Filho (OAB/PI nº 15.479). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do agravo interno, para no mérito, negar-lhe provimento mantendo a decisãoagravada em todos os seus termos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.006864-0 - Embargos de Declaração na Apelação Cível. Origem: Inhuma / Vara Única. Embargante: ALILO DE SOUSA LEAL. Advogados: Daniel Moura Marinho (OAB/PI nº 5.825) e outros. Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existentes a omissão e contradição alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.003298-0 - Embargos de Declaração na Apelação Cível. Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Embargante: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ - IASPI. Procuradora: Maria de Fátima Moura da Silva Macêdo (OAB/PI nº 1.628).Embargados: JULIO DA SILVA OLIVEIRA e GISA MARA CARVALHO DE OLIVEIRA. Advogada: Gisa Mara Carvalho de Oliveira (OAB/PI nº 4.289). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existente as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos.Condenaram, ainda, o embargante a pagar aos embargados multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da causa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.002859-2 - Apelação Cível. Origem: Batalha / Vara Única. Apelante: MUNICÍPIO DE BATALHA-PI. Advogados: Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) e outro. Apelada: MARIA ISONEIDE DUTRA DE ARAÚJO. Advogados: Alexandre Fortes Amorim de Carvalho (OAB/PI nº 11.686) e outro. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Apelação Cível pois, preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos. Ausência de parecer do Ministério Público Superior. Quanto ao mérito recursal.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo

Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.004990-2 - Embargos de Declaração na Apelação Cível. Origem: Piracuruca / Vara Única. Embargante: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. Advogados: Francisca Maria Barbosa Cardoso (OAB/PI nº 11.004) e outros. Embargado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Luís Soares de Amorim (OAB/PI nº 2.433). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existente as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos.Condenaram, ainda, o embargante a pagar aos embargados multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da causa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.002183-4 - Apelação Cível. Origem: Teresina / 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Apelante: ESTADO DO PIAUÍ. Procuradora do Estado: Lucimeire Sousa dos Anjos Medeiros (OAB/PI nº 5.185). Apelado: NERIS E SAMPAIO LTDA. Advogados: Moises Angelo de Moura Reis (OAB/PI nº 874) e outra. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Apelação Cível pois, preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade para, no mérito,dar-lhe parcial provimento reformando-se parcialmente a sentença apenas para reduzir o quantum fixado, a título de honorários advocatícios para o equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor da causa, prefazendo o importe de 2.720,313 UFIR's, mantendo-se a sentença em seus demais termos. Sem honorários advocatícios nesta fase recursal, nos termos do Enunciado Administrativo nº 7, do STJ c/c o artigo 14, 2ª parte, do Novo CPC.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.011179-6 - Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário. Origem: Picos / 1ª Vara. Embargante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Jorge Lucas de Sousa Leal Lopes (OAB/PI nº 15.842). Embargada: MARIA SOCORRO PEREIRA DA SILVA. Advogados: Carlos Mateus Cortez Macedo (OAB/PI nº 4.526) e outros. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existente as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos. Condenaram, ainda, o embargante a pagar a embargada multa no importe de 2% sobre o valor atualizado da causa, de acordo com o § 2º, do art. 1.026, do CPC.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.002845-2 - Apelação Cível. Origem: Batalha / Vara Única. Apelante: MUNICÍPIO DE BATALHA-PI. Advogados: Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) e outro. Apelada: ANTONIA ALVES DE CARVALHO SILVA. Advogados: Alexandre Fortes Amorim de Carvalho (OAB/PI nº 11.686) e outro. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Apelação Cível pois, preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade para, no mérito,negar-lhe provimento mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos. Ausência de parecer do Ministério Público Superior quanto ao mérito recursal.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.013840-6 - Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário. Origem: São Raimundo Nonato / 2ª Vara. Embargante: MANOEL EUDÂMIDAS DAMASCENO SEGUNDO. Defensor Público: Nelson Nery Costa. Embargado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Francisco Evaldo Martins Rosal Pádua (OAB/PI nº 15.876). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender não existente as omissões alegadas, mantendo-se incólume, consequentemente, o Aresto recorrido, em todos os seus termos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.003980-2 - Apelação Cível. Origem: Corrente / Vara Única. Apelante: MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI. Procurador do Município: João Augusto Nunes Paranaguá e Lago (OAB/PI nº 8.045). Apelada: ADNA CRISTINA ARAÚJO ALVES. Advogado: André Rocha de Souza (OAB/PI nº 6.992). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram da Apelação Cível, pois, preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, para rejeitar a preliminar de denunciação da lide do ex-gestor Municipal suscitada pelo apelante, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior e, no mérito,dar-lhe parcial provimento reformando-se a sentença apenas para excluir a condenação do apelante ao pagamento das contribuições previdenciárias na forma da Lei nº 8.212/91, uma vez que a apelada possui regime próprio de previdência, em consonância parcial com o parecer do Parquet Superior.Sem honorários advocatícios, nos termos do Enunciado Administrativo nº 7, do STJ c/c o artigo 14, 2ª parte, do Novo CPC.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.012987-2 - Agravo de Instrumento. Agravante: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI. Advogados: Willian Guimaraes Santos de Carvalho (OAB/PI nº 2.644) e outros. Agravado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DA BAIXA DO ARGÃO - ACTRBA. Advogado: Laercio Nascimento (OAB/PI nº 4.064). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do recurso, pois que atende aos pressupostos de admissibilidade, para que lhe seja denegado provimento, mantendo-se incólume, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a decisão vergastada, a despeito do parecer do procurador de justiça oficiante nos autos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.000415-0 - Agravo de Instrumento. Origem: Pedro II / Vara Única. Agravante: MUNICÍPIO DE MILTON BRANDÃO. Advogados: Diego Alencar da Silveira (OAB/PI nº 4.709) e outros. Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do Agravo de Instrumento, pois, preenchidos os pressupostos processuais de sua admissibilidade, rejeitaram as preliminares de não conhecimento do presente recurso suscitada pelo Ministério Público e de ausência de fundamentação da decisão agravada suscitada pelo agravante, para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo em todos os seus termos a decisão agravada.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.011145-0 - Mandado de Segurança. Impetrante: REGINALDO TEXEIRA ALENCAR.***

Advogados: Jason Nunes Ribeiro Gonçalves (OAB/PI nº 10.611) e outros. Impetrado: COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ. Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Paulo Victor Alves Maneco (OAB/PI nº 13.867). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em parcial consonância com o parecer ministerial, pela denegação da segurança reclamada, nos termos do artigo 6º, §§ 5º, da Lei n. 12.016/09 e do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas, em virtude do deferimento da gratuidade de justiça e sem condenação em honorários advocatícios, a teor do artigo 25 da Lei n. 12.016/09. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.008893-6 - Agravo de Instrumento. Origem: Monsenhor Gil / Vara Única. Agravante: FRANCISCO PESSOA DA SILVA. Advogados: Bruno Ferreira Correia Lima (OAB/PI nº 3.767) e outros. Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conheceram do Agravo de Instrumento, pois, preenchidos os pressupostos processuais de sua admissibilidade, rejeitaram a preliminar do Ministério Público Superior e, no mérito, negaram-lhe provimento mantendo em todos os seus termos a decisão agravada, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2016.0001.012321-0 - Mandado de Segurança. Impetrante: CLD CONSTRUTORA LAÇOS DETENTORES E ELETRÔNICA LTDA. Advogado: Paula Rondon e Silva (OAB/SP nº 300.500) e outros. Impetrado: SECRETÁRIO(A) DE FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ. Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ. Procuradora do Estado: Ana Lina Brito Cavalcante e Meneses (OAB/PI nº 7.103). Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em consonância com o parecer ministerial de grau superior, pela concessão da segurança em requesto no writ, para impedir a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS da impetrante na transferência de insumos/mercadorias entre estabelecimento de sua titularidade, bem como na aquisição de insumos diretamente de seus fornecedores, ainda que em operações interestaduais, em ambos os casos, a fim de viabilizar a execução do contrato administrativo sob a outorga TT - 009/2014-01. Custas de lei, sem, contudo, condenação em honorários advocatícios, mercê do disposto no artigo 25, da Lei n. 12.016/09.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2018.0001.002120-2 - Reexame Necessário. Origem: Parnaíba / 4ª Vara. Requerente: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI. Advogado: Fábio Silva Araújo (OAB/PI nº 4.475). Requerido: TELEMAR NORTE LESTE S.A. Advogados: Mario Roberto Pereira de Araújo (OAB/PI nº 2.209) e outro. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo conhecimento desta remessa necessária e pela manutenção da sentença, por seus próprios e jurídicos fundamentos.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. ***//*** Nada mais a tratar, o Exmo. Senhor Desembargador Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a presente sessão às dez e seis minutos (10h06min). Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo ferro Gomes. ***PROCESSOS PAUTADOS ADIADOS, RETIRADOS DE PAUTA E/OU COM JULGAMENTO SUSPENSO . 2016.0001.012136-4 - Apelação Cível. Origem: Teresina/2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Apelantes: FRANCISCO DE ASSIS DE PORTELA E CASTRO VELOSO e outros. Advogados: Lucas de Almendra Freitas Pires (OAB/PI nº 8.242) e outros. Apelado: EMATER-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Anderson Vieira da Costa (OAB/PI nº 11.192) e outro. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto.ADIADO*** *o julgamento do processo em epígrafe, em razão do pedido de vista do Des. Fernando Carvalho Mendes, na ampliação de quórum da sessão do dia* ***04.04.2018****, e ausência justificada do Des. Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares e participou da sessão de julgamento.* Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2015.0001.000945-6 - Apelação Cível. Origem: Arraial / Vara Única. Exmo Des. Othon Lustosa. Apelante: LELUIANE DA SILVA SANTOS. Advogado: Neyran Oliveira Porto (OAB/PI nº 5.624). Apelado: MUNICÍPIO DE ARRAIAL-PI.Advogados: Carlos Eduardo pereira de Carvalho (OAB/PI nº 9.358) e outros. Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. ADIADO*** *o julgamento do* ***processo em epígrafe, em razão de pedido de vista do Des. Oton Mário José Lustosa Torres e sua ausência justificada (férias).*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente-Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.006030-6 - Agravo de Instrumento. Origem: Teresina / 2ª Vara da Fazenda Pública/Assistência Judiciária. Agravante: EDILSON LIMA DE ARAÚJO JÚNIOR. Advogado: Edilson Lima de Araujo Junior (OAB/PI nº 8.767). 1º Agravado: PRESIDENTE DO NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ(NUCEPE-UESPI). Advogado: Gerson Almeida da Silva (OAB/PI nº 8.767). 2º Agravado: ESTADO DO PIAUÍ. Advogado: Paulo Henrique Sá Costa (OAB/PI nº 8.767). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. RETIRADO DE PAUTA***o julgamento do processo em epígrafe, a pedido do Relator. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.000895-3 - Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário. Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Embargante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Fagner José da Silva Santos (OAB/PI nº 16.151). Defensor Público: Nelson Nery Costa. Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. RETIRADO DE PAUTA****o julgamento do processo em epígrafe, a pedido do Relator, para correção da pauta, haja vista não ter constado o nome do embargado na publicação do dia 17.04.2018.* Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.003940-8 - Mandado de Segurança. Impetrante: DANIELLE BUENO FERNANDES NAVARINI. Advogado: Sirlene de Jesus Bueno (OAB/PI nº 6.697). Impetrados: DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA/CESPE, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO DE NOTÓRIOS E OFICIAIS DE REGISTRO DO ESTADO DO PIAUÍ e PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Antônio Lincoln Andrade Nogueira (OAB/PI nº 7.187). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto.ADIADO o julgamento do processo em epígrafe, por falta de quórum, em razão da ausência justificada do Des. Oton Mário José Lustosa Torres e do impedimento do Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2014.0001.009452-2 - Apelação Cível. Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da***

Fazenda Pública. Apelante: MARIA DO CARMO DE AZEVEDO MOREIRA. Advogado: Baltemir Lima de Sousa (OAB/PI nº 10.584). Apelado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Antônio Lincoln Andrade Nogueira (OAB/PI nº 7.187). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. ADIADO o julgamento do processo em epígrafe, por falta de quórum, em razão da ausência justificada do Des. Oton Mário José Lustosa Torres e do impedimento do Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. Impedimento/suspeição: **Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. // *2017.0001.011294-0 - Apelação / Reexame Necessário. Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Apelante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Paulo Henrique Sá Costa (OAB/PI nº 13.864). Apelado: ZÉLIA MARIA DE AGUIAR AYRES. Advogado: Eudes de Aguiar Ayres (OAB/PI nº 5.154). Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto. RETIRADO DE PAUTA o processo em epígrafe, a pedido do Relator.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // ***2017.0001.010203-9 - Apelação Cível. Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Apelante: ANTONIO JOSÉ DOS ANJOS. Advogados: Jairo Braz da Silva (OAB/PI nº 9.916) e outro. Apelado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: PaADIADO o julgamento do processo em epígrafe, a pedido do Relator.*** Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente), Fernando Lopes e Silva Neto (Relator) e Fernando Carvalho Mendes (Convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que se encontra no gozo de férias regulamentares. Presente o Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. // Antes do término da sessão, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar propôs Moção de Pesar a família do Dr. Jônio Evangelista Leal, Juiz de Direito da Comarca de Barro Duro, falecido prematura nesta data, tendo sido acompanhado pelos demais membros do deste órgão fracionário. Nada mais a tratar, o Exmo. Senhor Desembargador Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a presente sessão às onze horas e vinte e nove minutos (11h29min). Do que, para constar, eu, _____ (Bela. Izabel Fernanda Nunes Sá de Oliveira), Secretária, lavrei a presente Ata, sendo por mim subscrita, que, após a sua publicação no Diário da Justiça e não havendo impugnação, será assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.

9.2. ERRATA DA ATA DE JULGAMENTO DA 10ª SESSÃO DA EGRÉGIA 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO REALIZADA NO DIA 05.DE ABRIL DE 2018.

Aos cinco (05) dias do mês de abril (03) do ano de dois mil e dezoito (2018), reuniu-se, em Sessão Ordinária, a Egrégia 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, sob a presidência do Exmo. Sr. Des.Fernando Carvalho Mendes (em exercício), presentes os Exmos. Srs: Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho e Dr. Antônio Soares dos Santos - Juiz de Direito Convocado em razão da ausência justificada do Exmo. Sr. Des. Haroldo Oliveira Rehem, através da Portaria (Presidência) nº 694//2018 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 08 de março de 2018,**com a assistência da Exma. Sra. Dra. Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Procuradora de Justiça. Às 09:26hs (nove horas e vinte e seis minutos), comigo, Bacharela Elisa Pereira Leal de Oliveira, Secretária, com o auxílio funcional do oficial de justiça Francisco Evangelista Vaz Filho e a operadora de som Cinthia de Almeida Coutinho,** registro a presença dos estudantes de Direito das Faculdades FATEPI:**David Rodrigues dos Santos e FACID - WYDEN: Cinthia de almeida Coutinho, foi aberta a sessão com as formalidades legais. Foi submetida à apreciação a ATA DA SESSÃO ANTERIOR, realizada no dia 22 de abril de 2018, disponibilizada em 19 de março de 2018 e publicada no dia 26 de março de 2018, no diário da justiça eletrônico de nº 8.402 e até esta data não foi impugnada - APROVADA, sem restrições.JULGAMENTO DOS PROCESSOS PAUTADOS: 2016.0001.010662-4 - Apelação Cível. Origem: Cocal / Vara Única. Apelante: MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS ARAÚJO. Advogado: João Dias de Sousa Júnior (OAB/PI nº 3.063). Apelado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Raimundo Nonato de Carvalho Reis Neto (OAB/PI nº 7.306). Relator: Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho.** Decisão:**"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, CONHECER da APELAÇÃO CÍVEL. ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade, e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, EXCLUSIVAMENTE, para REFORMAR A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU condenando o ESTADO DO PIAUÍ ao pagamento das verbas referentes ao FGTS, MANTENDO a SENTENÇA *a quo* INCÓLUME nos seus demais termos. Custas *ex legis.*" Verifica-se que a questão debatida na demanda originária não se insere nas hipóteses previstas no art. 178, inciso I a III, do novo CPC. Assim, o Ministério Público Superior manifesta-se, em banca, pelo conhecimento do recurso, deixando de opinar quanto ao mérito, ante a ausência de interesse público que justifique sua intervenção.**Participaram os Excelentíssimos Senhores: Des. Fernando Carvalho Mendes - Presidente da Câmara, Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho - Relator e Dr. Antônio Soares dos Santos - Juiz de Direito, convocado em razão da ausência justificada do Exmo. Sr. Haroldo Oliviera Rehem, através da Portaria (Presidência) nº 2231/2017 - SECPLE, de 03 de outubro de 2017. Presente a Exma. Sra. Dra. Rosângela de Fátima Loureiro Mendes - Procuradora de Justiça. Não houve. Presente a Exma. Sra. Dra. Rosângela de Fátima Loureiro Mendes - Procuradora de Justiça. E, não havendo mais nada a tratar, a sessão foi encerrada com as formalidades de estilo. Do que, para constar, eu, Bela. Elisa Pereira Leal de Oliveira, Secretária Substituta, lavrei a presente ata, sendo por mim subscrita, que após a sua publicação no Diário da Justiça e, não havendo impugnação, será assinada pelo Exmo. Sr. Des. Presidente._____

9.3. ATA DE JULGAMENTO DA EGRÉGIA 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL, SESSÃO DO DIA 02.05.2018.

ATA DE JULGAMENTO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL, REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2018.

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Egrégia **1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL,** sob a presidência do Exmo. Sr. Des. Edvaldo Pereira de Moura, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento, com a assistência do Exmo. Sr. Dr. Luís Francisco Ribeiro- Procurador de Justiça, comigo, Bacharela Vanessa Elisama Alves Ferreira, Secretária, foi aberta a Sessão com as formalidades legais. Presente o oficial de justiça Francisco Evangelista Paz Filho e operador de som Jesiel Matos da Silva, iniciou-se a sessão às 09:20 hs e terminou às 13:55 hs. Presente os acadêmicos do curso de Direito: Thamissa Rayrianne Fernandes Pires, Myrcianne Ferreira Barbosa, Samya Stefânia Rodrigues Lima, Raimundo Trindade Neto, Maria Caroline de Sousa Chaves Silva, Lyana Mendes Melo, Susiane Medina de Oliveira, Francisco Gymeson da Costa Crespim, José Geovane de Araújo Vieira, Alana Mirtis Duarte Silva, Júlia Naira Lustosa Costa, Leonardo Henrique B. Lages, Julia Cardoso Bona Andrade, Rebeca Martins A. Rocha, Maria Clara Alves Leite, Karollyne de Sousa Camarço, André Portela Sousa Costa, Cláudio José Galvão Júnior, Maria Gabrielle Oliveira Brito, Geovana Gonçalves Halanda Pereira, Helena Lorrayne da Costa V. Valença, João Lucas dos Santos, Ellen Caroline Alves da Silva, Larissa Raquel Barroso, Tayane Gabriele Corrêa Aguiar, Victoria Emylle Soares Luz, Elaine Rodrigues Alves, Ingridy Hínara Braga, Isabel Pinheiro de Carvalho e Everton Soares Pedroza (ESTÁCIO- CEUT). **ATA DA SESSÃO ANTERIOR, realizada no dia 25 de abrilde 2018 e publicada no Diário da Justiça nº 8.424, de 30de abrilde 2018 (disponibilizado em 27 de abrilde 2018) e, até a presente data, não foi impugnada- APROVADA, sem restrições. HABEAS CORPUS DENEGADOS: 2017.0001.002890-3- Habeas Corpus.**Origem: Teresina/ 9ª Vara Criminal.Impetrantes: Ana Carolina Rodrigues Lopes e outra.Paciente: Antônio Elias de Sousa.**Relator: Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo.2018.0001.000803-9- Habeas Corpus.**Origem: Bom Jesus/ PI.Impetrante: Dimas Batista de Oliveira.Paciente: Rosileide Pereira de Sousa.**Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura**.**2018.0001.001725-9- Habeas Corpus.**Origem: Elesbão

Veloso/ Vara Única.Impetrante: Lucélia Wáldyna Costa Santos.Paciente: Manoel da Cruz Tavares Silva.**Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura**.**2018.0001.001939-6- Habeas Corpus.**Origem: Teresina/ Central de Inquéritos.Impetrante: Juliano de Oliveira Leonel.Paciente: Tarcísio Wendel Santos Martins.**Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura**.**2018.0001.002003-9- Habeas Corpus.**Origem: Itainópolis/ Vara Única.Impetrantes: José Urtiga de Sá Júnior e Daniel Bruno Formiga da Costa.Paciente: Espedito Ferreira Freitas Filho.**Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura**.**2018.0001.002441-0- Habeas Corpus.**Origem: Parnaíba/ 1ª Vara Criminal.Impetrante: Natanael do Nascimento Gomes Júnior.Paciente: Hítalo Roberto Rodrigues da Silva.**Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.PROCESSOS PAUTADOS JULGADOS: 2015.0001.009499-0- Recurso em Sentido Estrito.Origem: Teresina / 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri.Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Recorrido: TIAGO PLACIDO ALVES GALVAO.Advogada: Teresa Raquel Gomes dos Santos Galvão (OAB/PI nº 9.346).Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO: "Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em dissonânciacom o parecer do Ministério Público Superior".** Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**2015.0001.010047-2- Apelação Criminal.Origem: Piracuruca / Vara Única.Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Apelado: ANTONIO MACHADO CERQUEIRA.Advogado: William Ribeiro Magalhaes de Sousa (OAB/PI nº 3.364).Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em dissonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2015.0001.010441-6 - Apelação Criminal.Origem: São João do Piauí / Vara Única.Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Apelado: AURICÉLIO MORAES DE ARAUJO.Advogado: Leovegildo Modesto Amorim (OAB/PI nº 3.272).Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em dissonânciacom o parecer do Ministério Público Superior".** Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**2017.0001.006553-5- Apelação Criminal.Origem: Teresina / 8ª Vara Criminal.Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Apelado: JADSON LUCAS DA SILVA FREIRE.Defensor Público: José Weligton de Andrade.Relator: Des. Pedro de Alcântara Macêdo.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE parcial provimento, a fim de reconhecer a majorante prevista no art. 157, 2º, I, do CP, como também redimensionar a pena para 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 165 (cento e sessenta e cinco) dias-multa, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2017.0001.009043-8-Apelação Criminal.Origem: Floriano / 2ª Vara.Apelante/Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Apelado/Apelante: MARCELO PEREIRA DE SOUSA.Advogado: Francisco Philippe C. Nunes (OAB/PI nº 9.851).Relator: Des. Pedro de Alcântara Macêdo.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos presentes recursos, negam provimento ao apelo defensivo, alterando, ex offício, a fração de aumento referente ao art. 71, caput, do CP para 1/5, e dão parcial provimento ao recurso ministerial, como o fim de redimensionar a pena para 11 (onze) anos, 8 (oito) meses e 12 (doze) dias de reclusão, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior".** Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**2017.0001.008296-0- Apelação Criminal.Origem: Floriano / 1ª Vara.Apelante: FRANÇOILTON GOMES DA SILVA.Defensora Pública: Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas.Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Pedro de Alcântara Macêdo.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2018.0001.003344-7- Apelação Criminal.Origem: Pio IX / Vara Única.Apelante: BARNABÉ ELIZEU DE MOURA.Advogados: José Diumar da Silva Carvalho Júnior (OAB/PI nº 14.691) e Valdemar Henrique da Rocha Sobrinho (OAB/PI nº 16.115).Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. José Francisco do Nascimento.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2017.0001.012939-2 - Apelação Criminal.**Origem: Teresina / 6ª Vara Criminal.Apelante: JORDÃO BRAZ DE SOUSA.Defensora Pública: Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas.Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.**Relator: Des. José Francisco do Nascimento.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior".** Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**2014.0001.007657-0- Apelação Criminal.Origem: José de Freitas / Vara Única.1º Apelante: PEDRO JUNIOR ALVES DE MELO.Advogados: Delmar Uedes Matos da Fonseca (OAB/PI nº 10.039) e Rafael Sérvio Santos (OAB/PI nº 8.542).2º Apelante: RAIMUNDO DA SILVA ARAÚJO.Defensora Pública: Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas.Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. José Francisco do Nascimento.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior".** Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**2016.0001.000707-5- Apelação Criminal.Origem: Floriano / 1ª Vara.Apelante: MARCOS VINICIUS DA SILVA TORRES.Advogados: Gilberto Pereira Duarte (OAB/PI nº 3.961) e Pablo Christian Pereira Duarte (OAB/PI nº 7.061).Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2015.0001.012015-0- Apelação Criminal.Origem: São Raimundo Nonato / 1ª Vara.Apelante: MANOEL MELQUIADES RIBEIRO OLIVEIRA.Advogados: Nilo Eduardo Figueiredo Lopes (OAB/PI nº 10.375) e outro.Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO: "Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior".** Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**2015.0001.010951-7- Apelação Criminal.Origem: Parnaíba / 1ª Vara.Apelante: MARCOS ANTONIO DA**

CONCEIÇÃO SOUSA.Advogado: Antônio Calixto Silva da Rocha (OAB/PI nº 6.850).Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2017.0001.011698-1- Recurso em Sentido Estrito.Origem: Teresina / 1ª Vara do Tribunal Popular do Júri.Recorrente: DAVID SILVESTRE VIEIRA AZEVEDO.Defensor Público: José Weligton de Andrade.Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Pedro de Alcântara Macêdo.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, deixam de conhecer o presente recurso, por ausência de interesse recursal, em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2018.0001.003513-4- Apelação Criminal. Origem: Parnaíba / 2ª Vara Criminal.Apelante: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DE ANDRADE.Defensora Pública: Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas.Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.**Relator: Des. José Francisco do Nascimento.DECISÃO: "Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE parcial provimento, tão somente para fixar o regime aberto para cumprimento de pena, e ato contínuo substituir a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, consistentes em prestação de serviço à comunidade e limitação de final de semana, em condições a serem especificadas pelo juízo de Execução, pelo prazo de duração da pena corporal aplicada, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2017.0001.004132-4- Apelação Criminal.Origem: Valença do Piauí / Vara Única.Apelante: FRANCISCO EUCLIDES VINÍCIO DOS REIS.Advogados: Gleuton Araújo Portela (OAB/CE nº 11.777) e outro.Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE parcial provimento, para reconhecer de ofício, a deficiência na fixação da pena-base e afastam as circunstâncias judiciais negativas, fixando a pena definitiva de 04 (quatro) anos e pagamento de 416 dias-multa, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em parcial consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2017.0001.003472-1- Apelação Criminal.Origem: Castelo do Piauí / Vara Única.Apelantes: PEDRO VIEIRA GOMES NETO e MARIA ARLENE SOARES.Advogado: Acelino de Paula Vanderlei Filho (OAB/PI nº 7.573-B).Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior".** Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**2015.0001.009915-9- Apelação Criminal.Origem: Piripiri / 1ª Vara.Apelante: FRANCISCO LUIZ DIAS FERREIRA.Advogado: Edivar Gomes de Araujo (OAB/PI nº 994).Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHEprovimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.2017.0001.001908-2- Apelação Criminal.Origem: Porto / Vara Única.Apelante: PLINIO JACEMIR SILVA SOUSA ROMÃO.Defensora Pública: Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas.Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura.DECISÃO: "Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE parcial provimento, para desclassificar o crime previsto no art.14 da Lei 10.826/03 para o art. 12 do mesmo diploma legal e dessa forma reduzir a pena do apelante para 05 anos de reclusão e 01 ano de detenção, a serem cumpridos sucessivamente, fixando regime inicial semiaberto, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em consonânciacom o parecer do Ministério Público Superior". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento. PROCESSOS JULGADOS PJE: 0700208-38.2018.8.18.0000- Habeas Corpus.**Origem: Piracuruca/ Vara Única.Impetrante: Robert Rios Magalhães Júnior- Defensor Público.Paciente: Ismael da Silva Almeida.**Relator: Des. José Francisco do Nascimento.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, votam pelo não conhecimento da ordem de Habeas Corpus, no tocante à modificação do regime de cumprimento de pena, do fechado para o semiaberto, e pelo conhecimento do writ em relação ao excesso de prazo, mas julgando-o prejudicado, dado o regular envio da Apelação Criminal ao Tribunal de Justiça, em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior." Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.0700086-25.2018.8.18.0000- Habeas Corpus.**Origem: Teresina/ 1ª Vara Criminal.Impetrante: Amilria Cardoso Menezes.Paciente: Paulo Henrique Lustosa Pereira.**Relator: Des. José Francisco do Nascimento.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente Habeas Corpus, para confirmar a liminar de (mov. 12768)pelos seus próprios fundamentos, concedendo-se a ordem em definitivo, mediante imposição de medidas cautelares (art. 319, I, II e Vdo CPP), em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior. Salientam, ainda, que o magistrado a quo encontra-se legitimado a tomar as providências cabíveis em caso de descumprimento das medidas cautelares impostas." Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.**0700340-95.2018.8.18.0000- Habeas Corpus.**Origem: Água Branca/ Vara Única.Impetrantes: Humberto Vilarinho dos Santos e outro.Paciente: Alexandre Duarte de Assis Marques.**Relator: Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer parcialmente do presente Habeas Corpus, para CONCEDER a ordem impetrada, com fim de revogar a prisão imposta a paciente ALEXANDRE DUARTE DE ASSIS MARQUES, impondo-lhe as medidas cautelares previstas no art. 319, I, IVe V c/c o art. 282, ambos do CPP, advertindo-lhe que o descumprimento destas medidas implicará na decretação de sua prisão pelo juízo de primeiro grau, caso não seja possível a aplicação de medida cautelar menos gravosa, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior. Expeça-se o competente alvará de soltura, salvo se por outro motivo estiver preso". Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.0700190-17.2018.8.18.0000- Habeas Corpus.**Origem: Teresina/ 8ª Vara Criminal.Impetrante: Conceição de Maria da Silva Negreiros- Defensora Pública.Paciente: Francisco das Chagas da Conceição.**Relator: Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo.DECISÃO: "Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, pela DENEGAÇÃO da ordem impetrada, face à ausência do alegado constrangimento, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior." Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento.0700427-51.2018.8.18.0000- Habeas Corpus.**Origem: Picos/ 4ª Vara.Impetrante: Everton Valter da Silva Carvalho.Paciente: Jefferson de Sousa.**Relator: Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo.DECISÃO:"Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara**

Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, pela DENEGAÇÃO da ordem impetrada, face à ausência do alegado constrangimento, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior." Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo e Des. José Francisco do Nascimento. PROCESSOS ADIADOS A PEDIDO DOS RELATORES: 2017.0001.009576-0- Apelação Criminal. 2016.0001.006076-4- Apelação Criminal.2015.0001.007579-9- Apelação Criminal. 2015.0001.002531-0- Apelação Criminal.2015.0001.007731-0- Apelação Criminal. 2015.0001.008989-0- Apelação Criminal.2017.0001.012000-5- Apelação Criminal. 2017.0001.013593-8- Apelação Criminal. PROCESSO ADIADO A PEDIDO DO ADVOGADO DA PARTE APELANTE: 2016.0001.010692-2- Apelação Criminal. PROCESSO RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR:2015.0001.006781-0- Apelação Criminal. Origem: Teresina / 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri. Apelante: RUY BARBOSA DE OLIVEIRA. Advogado: Rusdael Melo do Nascimento (OAB/PI nº 8.857). Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura. Houve sustentação oral: Dra. Ana Carolina Rodrigues Lopes, OAB-PI nº 6.424. O referido é verdade; dou fé. Do que, para constar, eu_____(Bacharela Vanessa Elisama Alves Ferreira, Secretária), lavrei a presente ata, sendo por mim subscrita, que após a sua publicação no Diário da Justiça e, não havendo impugnação, será assinada pelo Presidente.

10. CONCLUSÕES DE ACÓRDÃOS

10.1. HC 0700163-34.2018.8.18.0000

Habeas Corpus nº 0700163-34.2018.8.18.0000 (Teresina-PI/Central de Inquéritos)
Processo de Origem nº0001630-57.2018.8.18.0140
Impetrante : Franklin Dourado Rebêlo/OAB-PI N°3.330/01
Paciente: Rozenaide Cardoso Rodrigues
Relator: Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo
EMENTA: PROCESSO PENAL - HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR NÃO DEMONSTRADA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO - ORDEM CONCEDIDA - DECISÃO UNÂNIME.
1. A legitimidade da prisão preventiva exige fundamentação que indique a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, podendo ser decretada ou mantida "como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal", e desde que o magistrado aponte fatos que justifiquem sua necessidade, sob pena de nulidade da decisão proferida;
2. No caso dos autos, embora o *decisum* mencione com clareza a gravidade concreta do crime supostamente praticado, delineando a participação da paciente, não registra o grau de periculosidade, a ponto de justificar a medida extrema. Ora, a simples menção à gravidade e periculosidade social não constitui fundamentação idônea a autorizar a prisão cautelar, notadamente quando a paciente é primária, possuidora de bons antecedentes e residência fixa, como na espécie;
3. Ordem conhecida e concedida, à unanimidade.
DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente Habeas Corpus, para CONCEDER a ordem impetrada, com fim de revogar a prisão imposta a paciente ROZENAIDE CARDOSO RODRIGUES, impondo-lhe as medidas cautelares previstas no art. 319, I, II, III, IV e V c/c o art. 282, ambos do CPP, advertindo-lhe que o descumprimento destas medidas implicará na decretação de sua prisão pelo juízo de primeiro grau, caso não seja possível a aplicação de medida cautelar menos gravosa, em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior.
Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Des. Edvaldo Pereira de Moura, Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo (Relator) e Des. José Francisco do Nascimento.
Impedido: não houve.
Presente o Exmo. Sr. Dr. Luís Francisco Ribeiro - Procurador de Justiça.
Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Teresina, 25 de abril de 2018.

10.2. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.010548-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.010548-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: FRANCISCO DE JESUS LIMA
ADVOGADO(S): ENDERSON FLÁVIO COSTA LIMA (PI010357) E OUTRO
REQUERIDO: EMIR MARTINS FILHO E OUTROS
ADVOGADO(S): PAULO VICTOR ALVES MANECO (PI013867)
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DE DESRESPEITO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. LEGALIDADE DA TRAMITAÇÃO DO PAD. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. I- Verifica-se do despacho da Comissão Processante, encartado às fls. 139, que a referida CP, detalhadamente, justificou todos os indeferimentos feitos ao Apelante, entendendo que a reinquirição de testemunha pleiteada seria medida \"desnecessária, porquanto os fatos que resultam na abertura do procedimento, constante de sua representação, foram todos ratificados por ela em seu depoimento, que se deu, inclusive, na presença do acusado\". II- Nesse ponto, os indeferimentos acima pontuados, de per si, não maculam o PAD com cerceamento de defesa, uma vez que, como bem observado pelo Magistrado a quo, o julgador é o destinatário final da prova, é quem determina necessidade ou não de outros elementos instrutórios para a formação do seu convencimento, podendo indeferir provas que entenda impertinentes ou inúteis à elucidação da lide, consoante entendimento perpetrado pela jurisprudência pátria. III- Assim, a aludida tese de cerceamento de defesa não merece prosperar, na medida em que se verifica que o PAD ao qual foi submetido o Apelante, seguiu todas as diretrizes estabelecidas em lei, e não se observa qualquer ilegalidade em sua tramitação. IV- Além, disso, sobre o argumento de suposta incorreção no Processo da Exceção de Suspeição apresentado contra membro da Comissão Processante, constata-se que o Juízo primevo, acertadamente, verificou que \"não há, nos autos, qualquer prova da suspeição alegada, o que afasta a nulidade por qualquer aspecto formal porventura desatendido\" (fls. 239). V- Logo, no caso sub examen, o Apelante não se desincumbiu do ônus de demonstrar os motivos da Exceção de Suspeição, não bastando a simples alegação para a obrigatoriedade do seu deferimento, de modo que a sentença recorrida é hígida e escorreita, não merecendo reparos. VI- Recurso conhecido e improvido, mantendo-se incólume a sentença recorrida em todos os seus termos. VII- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, CONHECER da APELAÇÃO CÍVEL, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INCÓLUME a SENTENÇA recorrida, em todos os seus termos, em harmonia

com o parecer ministerial superior. Custas ex legis.

10.3. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.003236-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.003236-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: PADRE MARCOS/VARA ÚNICA
REQUERENTE: VALDO BENEDITO DA SILVA
ADVOGADO(S): EDVAR JOSÉ DOS SANTOS (PI003722)
REQUERIDO: ESTADO DO PIAUÍ (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ)
ADVOGADO(S): CID CARLOS GONCALVES COELHO (PI002844)
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. VALIDADE DO JULGAMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. I- No tocante à intimação da sessão de julgamento, destaque-se que para tal fim, conforme arts. 257, 266 e 268, da Resolução nº 13/11 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí), não é necessária a intimação pessoal para a sessão de julgamento dos processos que tramitam na Corte de Contas do Estado, bastando a publicação da pauta através de diário oficial, e assim tem se alinhado a jurisprudência deste TJPI. II- Do exame dos autos, vê-se que o Apelante participou efetivamente da instrução do aludido processo, tendo em vista que a folha de informação e despacho do Processo nº TC-E 39.413/11 (fls.115) informa quais documentos acompanhavam o Processo TC-E 14.132/08, relativo à prestação de contas do Município de Padre Marcos/PI, exercício de 2007. III- Noutro ponto, no que pertine ao argumento de irregularidade no julgamento da sua prestação de contas, sob alegação de que as falhas apontadas pelo TCE-PI são meramente formais e não causaram dano ao erário e nem implicaram em locupletamento ilícito do Recorrente, é sabido que o Poder Judiciário não deve enveredar no mérito da prestação de contas, autoridade conferida, exclusivamente, aos Tribunais de Contas, de modo que sua triagem é circunspecta aos critérios de legalidade e de legitimidade, consoante a jurisprudência da 1ª Câmara Especializada Cível deste Tribunal de Justiça. IV- Como se vê, é patente que o Judiciário não pode adentrar no mérito da decisão do TCE, mas tão somente quanto à sua legalidade, assim como na espécie, não restou comprovado qualquer vício ou irregularidade na intimação do Apelante, portanto, no processo administrativo, extraindo-se das provas produzidas no presente recurso que o mesmo, até prova em contrário, fora conduzido dentro da legalidade, sendo atendidos os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, consoante destacado alhures. V- Recurso conhecido e improvido. VI- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, CONHECER da APELAÇÃO CÍVEL interposta, por restarem configurados os seus requisitos legais de admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INCÓLUME a SENTENÇA RECORRIDA (fls. 201/204), em harmonia com o parecer do Ministério Público Superior. Custas ex legis.

10.4. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2017.0001.011800-0

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2017.0001.011800-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA-PI
ADVOGADO(S): SERGIO ALVES DE GOIS (PI7278) E OUTROS
REQUERIDO: KÁTIA ALMEIDA DO REGO LOBÃO E OUTROS
ADVOGADO(S): RANIERY AUGUSTO DO NASCIMENTO ALMEIDA (PI8029) E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA DE OFÍCIO E APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. RECONHECIMENTO DA CARGAHORÁRIASEMANAL DE 30 (TRINTA) HORAS COM CORRESPODENTE E PROPORCIONAL AO VENCIMENTO. ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DA DECADÊNCIA. NÃO CONSUMAÇÃO. DA INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. DO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE NOMINAL REMUNERATÓRIA. VENCIMENTOS BÁSICOS. CORRESPONDÊNCIA À JORNADA DE TRABALHO CORRELATA AO CARGO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. I- O writ foi impetrado em face de ato coator omissivo sem prazo da Autoridade Pública, razão pela qual o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias (art. 23, da Lei n.º 12.016/09) para a impetração não corre, entendimento sedimentado da jurisprudência dos tribunais pátrios, inclusive deste TJPI. II- A Lei Complementar Municipal n.º 4.056/2010 alterou o regime jurídico administrativo dos servidores lotados na Fundação Municipal de Saúde, que antes eram regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina (Lei Municipal n.º 2.138/92), ampliando os limites de fixação da jornada de trabalho semanal para 40 (quarenta) horas, observados os limites mínimo e máximo de 06 (seis) horas e 08 (oito) horas diárias. III- Assim, malgrado a ilegalidade do Edital n.º 001/2006 (fls. 84/93), ao prever jornada superior à determinada pela Lei regente à época (Lei Municipal de Teresina n.º 2.138/1992), uma vez que o instrumento editalício previa jornada de 40 (quarenta) horas semanais enquanto a referida Lei fixava-a em 30 (trinta) horas semanais, houve a prefalada alteração legislativa ulterior de regime jurídico administrativo, veiculada por meio da Lei Complementar Municipal n.º 4.056/2010. IV- E, como a referida alteração legislativa é legal e constitucional, porquanto não há direito adquirido a regime jurídico administrativo, isto é, o administrado não tem direito à determinada carga horária, de modo que à Administração Pública é permitido promover alterações unilaterais, em homenagem ao postulado da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, desde que preservado o valor nominal da remuneração global. V- No caso em espeque, o art. 4º, da Lei Complementar Municipal n.º 4.056/2010, prevê que as suas regras aplicam-se imediatamente, e o seu § 1º preconiza que os servidores já integrantes dos quadros da FMS, quando da entrada em vigor da aludida Lei, poderiam optar por ingressar no novo regime ou ficar no regime geral dos servidores municipais (30h), mas ressalva que, em todo caso, fazem jus à devida adequação remuneratória, como não poderia deixar de ser, garantindo-se a irredutibilidade nominal de vencimentos, em homenagem ao princípio da proporcionalidade (verhaltnismassigkeit). VI- Como se vê do substrato probatório colhido nos autos, as Apeladas desempenham jornada semanal de 30 (trinta) horas, contudo, são remuneradas com base nos vencimentos devidos àqueles que realizam jornada de 20 (vinte) horas semanais, conforme se depreende das cópias dos registros de ponto de frequência (fls. 66/73, 77/81) e dos contracheques (fls. 29/62). VII- Com efeito, é inadmissível que as Apeladas sejam remuneradas por vencimentos não correspondentes à respectiva carga horária laborativa semanal desempenhada por elas, e, portanto, remuneradas a menor, de modo que a adequação remuneratória é medida que se impõe. VIII- Além disso, a Apelante aduz que as Apeladas submetem-se à Lei Municipal n.º 3.021/2001, que dispõe sobre o Programa Saúde da Família - PSF, cuja jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais para aqueles que ocupem a correlata função de confiança, porém, a gratificação pelo exercício das aludidas funções de confiança. IX- Todavia, os vencimentos básicos das Apeladas devem corresponder à jornada de trabalho a que se submetem e ao cargo a que estão investidas, sob pena de gerar enriquecimento sem causa da FMS, portanto, se laboram 30 (trinta) horas semanais, devem auferir vencimento básico correspondente, independentemente de eventual gratificação por função de confiança exercida, que é devida em razão das atribuições de chefia, direção e assessoramento. X- Ressalte-se, ainda, que a atividade jurisdicional de garantir o vencimento básico dos servidores correspondente ao cargo e à jornada laboral não encontra óbice no Enunciado n.º 37, da Súmula Vinculante do STF (Enunciado n.º 339, da Súmula do STF), na medida em que não se respalda no princípio da isonomia, mas, sim, na vedação do enriquecimento sem causa, não

consubstanciando invasão indevida no mérito administrativo, em homenagem ao princípio da reserva administrativa (verwaltungsvorbehalt). XI- Remessa Necessária admitida e Apelação Cível conhecida, exceto no que tange ao ponto "da impossibilidade da concessão de medida liminar em face da fazenda pública por expressa vedação legal", sendo-lhes negado provimento, mantendo incólume a sentença recorrida, em todos os seus termos, em harmonia com o parecer do Ministério Público Superior. XII- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, ADMITIR a REMESSA NECESSÁRIA e CONHECER da APELAÇÃO CÍVEL, EXCETO NO QUE TANGE AO PONTO 'da impossibilidade da concessão de medida liminar em face da fazenda pública por expressa vedação legal', por restarem configurados os seus requisitos legais de admissibilidade, mas NEGAR-LHES PROVIMENTO, MANTENDO INCÓLUME A SENTENÇA RECORRIDA (fls.313/314v), em todos os seus termos, em todos os seus termos, em harmonia com o parecer do Ministério Público Superior (fls. 364/368), Custas ex legis.

10.5. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.013251-9

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.013251-9
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): LUIS FERNANDO RAMOS RIBEIRO GONÇALVES(PI009154)
AGRAVADO: ANTONIA SOARES DE OLIVEIRA MORAES E OUTROS
ADVOGADO(S): LILIAN ERICA LIMA RIBEIRO (PI003508) E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO VÁLIDA. CÁLCULO DA CONTADORIA JUDICIAL. CONSONÂNCIA COM PROVIMENTO CONJUNTO Nº 06/2009 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. TABELA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. I- O cálculo apresentado pela Contadoria Judicial está em total consonância com o Provimento Conjunto n.º 06/2009 deste TJPI, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí, da Tabela de Correção Monetária da Justiça Federal. II- Por certo, os juros de mora devem incidir a partir da data da citação, isto é, em 07/02/2001 (e não em agosto de 2006, como requer o Agravante) - notificação da autoridade coatora às fls. 430/431, no percentual de 1% (um por cento) a.m., até a data da edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, em agosto de 2001, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a.m., a partir de setembro de 2001 até a edição da Lei n.º 11.960/2009 em junho de 2009, quando passou a ser aplicada a taxa de juros referente à caderneta de poupança, consoante entendimento dos precedentes dos tribunais pátrios, inclusive deste TJPI. III- Evidencia-se que os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial (fls. 55/57), que apurou o valor de R$ 157.206,50 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e seis reais e cinquenta centavos), estão em perfeita harmonia com o Provimento Conjunto n.º 06/2009 deste TJPI, bem como com a Tabela de Correção Monetária da Justiça Federal, razão pela qual a manutenção da decisão recorrida é medida que se impõe, não havendo falar em excesso de execução. IV- Conhecimento e improvimento do recurso. V- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, CONHECER do AGRAVO DE INSTRUMENTO, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO MANTENDO INCÓLUME a DECISÃO RECORRIDA (fls. 70/72), que homologou o cálculo apresentado pela Contadora Judicial (fls. 55/57), computando-se o valor de R$ 157.206,50 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e seis reais e cinquenta centavos). Custas ex legis.

10.6. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2017.0001.010185-0

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2017.0001.010185-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): PAULO FERDINAND FERNANDES LOPES JUNIOR (PI015767)
REQUERIDO: WENDELL DANTAS NOGUEIRA BARBOSA
ADVOGADO(S): LUIS CINEAS DE CASTRO NOGUEIRA (PI000232B)E OUTRO
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA DE DIREITO C/C COBRANÇA DE DIFERENÇA DE VENCIMENTOS JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO BIENAL. REJEIÇÃO. RESP nº 1.251.993/PR, STJ. MÉRITO. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO DE FUNÇÃO CARACTERIZADO. SÚMULA N° 378, DO STJ. MANUTENÇÃO, IN TOTUM, DA SENTENÇA RECORRIDA. I- No caso, repise-se que a pretensão do Apelado cinge-se na cobrança do pagamento das diferenças salariais no período em que exerceu a função inerente ao cargo de Delegado da Polícia Civil do Estado do Piauí, porquanto, em face da caracterização do desvio da função do servidor público, configurando, na espécie, em indenização referente à prestação de um serviço, relativo a determinado lapso temporal. II- Quanto ao ponto, oportuno destacar que se aplicam ao caso em comento os fundamentos expendidos no julgamento do REsp nº 1.251.993/PR, da relatoria do Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na qual o STJ pacificou o entendimento de que é quinquenal o prazo prescricional para propositura da ação de qualquer natureza contra a Fazenda Pública, a teor do art. 1°, do Decreto nº 20.910/32, afastando, assim, a aplicação do Código Civil, posicionamento comungado na jurisprudência do STJ e dos tribunais pátrios, inclusive deste Tribunal de Justiça. III- Com isso, correta a sentença ao aplicar o prazo prescricional previsto no art. 1º, do Decreto-Lei nº 20.910/32, reconhecendo, em face disso, a ausência da prescrição da pretensão do Apelado, nos moldes da Súmula nº 85, do STJ, da Corte Especial. IV- No mérito, examinando-se os autos, constata-se que o Estado do Piauí, ora Apelante, não negou que o Apelado estivesse trabalhando em desvio de função, nem o período de duração desse desvio, e que, o Apelado, através das Portarias acostadas às fls. 40 e 47 e demais documentos juntados como prova documental do alegado (fls. 39/70), comprovam que, embora seja Agente de Polícia Civil, exerceu o cargo de Delegado de Polícia Civil de novembro de 2008 a agosto de 2009, restando evidente e incontroversa a ocorrência do chamado desvio de função no sistema administrativo, de modo que o fato constitutivo de seu direito ficou devidamente comprovado. V- Quanto ao ponto, ressalte-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, quando há desvio de função do servidor público, é devida a diferença salarial correspondente à função efetivamente desempenhada, tendo sido corretamente aplicado, no caso, o enunciado da Súmula nº 378, do STJ. VI- Com efeito, a obrigação de pagamento pelas diferenças destacadas, redunda da própria natureza do exercício funcional em desvio de função realizado pelo servidor em favor da Administração Pública, circunstância que não atenta contra os preceitos encartados nos arts. 37, X e XIV, 39, §1º, e 169, todos da Constituição Federal, posicionamento manifestado pela jurisprudência do TJPI. VII- Por conseguinte, não prosperam as alegações vertidas pelo Apelante, uma vez que restou comprovado o desvio de função do Apelado, conforme se extrai da prova documental produzida nos autos, exsurgindo, assim, o direito ao recebimento da diferença de vencimentos, que não constitui pretensão de extensão dos vencimentos de uma carreira a outra diversa, razão pela qual a sentença requestada não merece reparos. VIII- Sendo assim, comprovado o desvio de função se

faz necessária percepção, pelo Apelado, das diferenças remuneratórias, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública. IX- Nessa vereda, também não há que se falar em violação ao princípio da separação dos poderes, por aplicação da Súmula Vinculante nº 37, do STF, haja vista que a questão jurídica debatida não se reporta a aumento de vencimentos, mas, sim, o pagamento da diferença de vencimentos, em razão do comprovado desvio de função, por se tratar de Policial Civil designado, por Portaria, para exercer o cargo de Delegado de Polícia Civil. X- Remessa Necessária e Apelação Cível conhecida, para rejeitar a prejudicial de prescrição bienal da pretensão do Apelado, e, no mérito, negar provimento ao apelo. XI- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, ADMITIR a REMESSA NECESSÁRIA e CONHECER da APELAÇÃO CÍVEL, por atender aos requisitos legais de sua admissibilidade, REJEITAR A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO BIENAL DA PRETENSÃO DO APELADO, consoante o entendimento do STJ, sedimentado em julgamento pelo rito dos recursos repetitivos, e, no MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma dos fundamentos expendidos, MANTENDO INCÓLUME a DECISÃO de 1º grau, em todos os seus termos, em harmonia com o parecer ministerial superior. Custas ex legis.

10.7. REEXAME NECESSÁRIO Nº 2018.0001.001375-8

REEXAME NECESSÁRIO Nº 2018.0001.001375-8
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: EMMANUELLE ANE SOUSA SILVA E OUTRO
ADVOGADO(S): LUIS MOURA NETO (PI002969) E OUTRO
REQUERIDO: DIRETORA DO INSTITUTO DOM BARRETO E OUTROS
ADVOGADO(S): KILDERE RONNE DE CARVALHO SOUZA (PI003238)E OUTRO
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
REMESSA DE OFÍCIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. I- A jurisprudência hodierna, inclusive deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob os auspícios da teoria do fato consumado, em excepcionalíssimas situações, em que o decurso do tempo consolida uma situação fática que, se desfeita, gerará grande prejuízo à parte, admite maior ductilidade à estrita legalidade, dado o extenso lapso temporal percorrido. II- No caso concreto, os autos registram que o decurso do tempo, como dito alhures, consolidou a situação fática da Requerente, que, por meio de liminar, teve concedido o direito de efetuar matrícula em Instituição de Ensino Superior, razão pela qual a aplicação da teoria do fato consumado é medida que se impõe, posto que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação solidificada com o transcorrer temporal. III- Outrossim, há de se mencionar que a reforma da sentença, que levaria a desconstituição da situação fática, ocasionaria violação à segurança das relações jurídicas, causando à Requerente prejuízos desnecessários e de difícil reparação. IV- Remessa Necessária admitida, mantendo-se a sentença incólume em todos os seus termos. V- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, CONHECER DA remessa de ofício, ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão de 1º grau, em todos os seus termos, em harmonia com o parecer do Ministério Público Superior. Custas ex legis.

10.8. REEXAME NECESSÁRIO Nº 2018.0001.001313-8

REEXAME NECESSÁRIO Nº 2018.0001.001313-8
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: ISABELA PORTELA DE DEUS CAMPOS E OUTRO
ADVOGADO(S): JOSÉ LUSTOSA MACHADO FILHO (PI006935) E OUTROS
REQUERIDO: DIRETORA DO EDUCANDÁRIO SANTA MARIA GORETTI E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
REMESSA DE OFÍCIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. I- A jurisprudência hodierna, inclusive deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob os auspícios da teoria do fato consumado, em excepcionalíssimas situações, em que o decurso do tempo consolida uma situação fática que, se desfeita, gerará grande prejuízo à parte, admite maior ductilidade à estrita legalidade, dado o extenso lapso temporal percorrido. II- No caso concreto, os autos registram que o decurso do tempo, como dito alhures, consolidou a situação fática da Requerente, que, por meio de liminar, teve concedido o direito de efetuar matrícula em Instituição de Ensino Superior, razão pela qual a aplicação da teoria do fato consumado é medida que se impõe, posto que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação solidificada com o transcorrer temporal. III- Outrossim, há de se mencionar que a reforma da sentença, que levaria a desconstituição da situação fática, ocasionaria violação à segurança das relações jurídicas, causando à Requerente prejuízos desnecessários e de difícil reparação. IV- Remessa Necessária admitida, mantendo-se a sentença incólume em todos os seus termos. V- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, CONHECER DA remessa de ofício, ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão de 1º grau, em todos os seus termos, em harmonia com o parecer do Ministério Público Superior. Custas ex legis.

10.9. REEXAME NECESSÁRIO Nº 2018.0001.001313-8

REEXAME NECESSÁRIO Nº 2018.0001.001313-8
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: ISABELA PORTELA DE DEUS CAMPOS E OUTRO
ADVOGADO(S): JOSÉ LUSTOSA MACHADO FILHO (PI006935) E OUTROS
REQUERIDO: DIRETORA DO EDUCANDÁRIO SANTA MARIA GORETTI E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
REMESSA DE OFÍCIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. I- A jurisprudência hodierna, inclusive deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob os auspícios da teoria do fato consumado, em excepcionalíssimas situações, em que o decurso do tempo consolida uma situação fática que, se desfeita, gerará grande prejuízo à parte, admite maior ductilidade à estrita legalidade, dado o extenso lapso temporal percorrido. II- No caso concreto, os autos registram que o decurso do tempo, como dito alhures, consolidou a situação fática da Requerente, que, por meio de

liminar, teve concedido o direito de efetuar matrícula em Instituição de Ensino Superior, razão pela qual a aplicação da teoria do fato consumado é medida que se impõe, posto que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação solidificada com o transcorrer temporal. III- Outrossim, há de se mencionar que a reforma da sentença, que levaria a desconstituição da situação fática, ocasionaria violação à segurança das relações jurídicas, causando à Requerente prejuízos desnecessários e de difícil reparação. IV- Remessa Necessária admitida, mantendo-se a sentença incólume em todos os seus termos. V- Decisão por votação unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, CONHECER DA remessa de ofício, ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão de 1º grau, em todos os seus termos, em harmonia com o parecer do Ministério Público Superior. Custas ex legis.

10.10. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.005501-6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.005501-6
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: ITAUEIRA/VARA ÚNICA
APELANTE: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.
ADVOGADO(S): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (MG076696) E OUTROS
APELADO: FRANCISCO PEREIRA MEDRADO
ADVOGADO(S): CLAUDIO ROBERTO CASTELO BRANCO (PI006534)
RELATOR: DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
EMENTA
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE NULIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C DANOS MORAIS - PETIÇÃO INICIAL ASSINADA POR MEIO REPROGRÁFICO - ASSINATURA INEXISTENTE - RECURSO CONHECIDO - PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. 1 - Cuida-se, na origem, de Ação de Nulidade de Relação Jurídica c/c Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais, onde o autor/apelado alega estar sofrendo descontos mensais em seus proventos em decorrência de contrato de empréstimo bancário não realizado. 2 - Ao protocolizar a petição inicial, fls. 02/13, a parte autora apresentou a peça inicial sem a aposição da assinatura de seu procurador, o que não é admito como válido pelo nosso ordenamento pátrio. 3 - Esclareça-se ainda, que fora dada à parte autora a oportunidade de sanar tal irregularida, porém, manteve-se inerte. 4 - O processo deve ser extinto sem julgamento do mérito, com base no art. 485, I e IV, do CPC/15. 5 - Recurso conhecido, processo extinto sem julgamento do mérito.
DECISÃO
\"Vistos, relatados e discutidos estes autos, A C O R D A M os componentes da Egrégia 1ª. Câmara Especializada Cível de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do recurso entretanto, de ofício, verificando que a petição inicial não fora assinada pela parte autora, apesar de devidamente intimada, cumprindo extinguir o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 485, I e IV do CPC/15. Inverter a condenação em custas e honorários, restando estas suspensas por ser a parte autora beneficiária da gratuidade da justiça\".

10.11. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2013.0001.005175-0

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2013.0001.005175-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CÍVEL
APELANTE: JÚLIO CÉSAR ARAÚJO BATISTA
ADVOGADO(S): JOAO ULISSES DE BRITTO AZEDO (PI003446) E OUTROS
APELADO: P.M. MOTOS LTDA.
ADVOGADO(S): TALMY TERCIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (PI006170)
RELATOR: DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
EMENTA
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - EMBARGOS IMPROCEDENTES. 1- O CPC consagra o princípio do livre convencimento motivado (art. 371 do CPC/2015), segundo o qual, o juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como a necessidade de produção das que forem requeridas pelas partes, sendo-lhe lícito indeferir, fundamentadamente, na forma do art. 370 do CPC/15, as que reputar inúteis ou protelatórias. 2 - Compulsando os autos, em especial o acórdão ora vergastado, verifico que o que pretende a parte ora embargante é a rediscussão do mérito da demanda, o que lhe é vedado por meio deste instrumento, posto que em nenhum momento apontem qualquer omissão, contradição ou obscuridade. 3 - Embargos conhecidos e improvidos por unanimidade.
DECISÃO
\"Vistos, relatados e discutidos, A C O R D A M os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Cível de Direito Privado, do Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, em votar pelo conhecimento e improvimento dos embargos, cumprindo a manutenção da decisão atacada em todos os seus termos.\"

10.12. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.004317-1

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.004317-1
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/8ª VARA CRIMINAL
APELANTE: J. S. S.
ADVOGADO(S): CONCEICAO DE MARIA SILVA NEGREIROS (PI003139)
APELADO: G. E. P.
RELATOR: DES. PEDRO DE ALCÂNTARA MACÊDO
EMENTA
PENAL PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO (ART. 213 DO CP) - RECURSO DEFENSIVO - ABSOLVIÇÃO - IN DUBIO PRO REO - REGIME INICIAL - EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA - DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - PLEITO MINISTERIAL - EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, À UNANIMIDADE. 1 A palavra da vítima possui grande relevância em crimes contra a liberdade sexual, sobretudo quando corroborada por outros elementos, conforme jurisprudência pacífica dos Tribunais pátrios. Precedentes. 2 Pelo que se extrai do conjunto probatório, notadamente das declarações da vítima, depoimento de testemunha e laudo pericial, restam demonstradas a materialidade e autoria delitivas, impondo-se então a manutenção da condenação. 3. Tendo em vista a pena imposta - 6 (seis) anos de reclusão -, a primariedade do apelante e a inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, impõe-se a alteração do regime inicial de cumprimento da pena para o semiaberto, nos termos do art. 33, §2º, "b", e §3º. 4. O preceito secundário do art. 213 do Código Penal não prevê a pena de multa, sendo então impossível a sua cumulação com a pena privativa de liberdade. 5. Não há que se falar em execução provisória da pena neste momento, até porque ainda não houve esgotamento da jurisdição ordinária, ou seja, pronunciamento definitivo da Corte de Justiça passível de ser impugnando por meio de recurso especial ou extraordinário, o que se daria

somente após o julgamento de Embargos de Declaração. Precedentes. Rejeição do pleito ministerial. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido. Decisão unânime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE parcial provimento, para fixar o regime inicial semiaberto e excluir a pena de multa, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em parcial consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.13. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.012652-0

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.012652-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: CAMPO MAIOR/1ª VARA
APELANTE: CARLOS VICTOR ARAUJO DE LIMA
ADVOGADO(S): JOSE LUIS DE OLIVEIRA FILHO (PI012574) E OUTRO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. CONTINUIDADE DELITIVA. APLICAÇÃO DO IN DUBIO PRO REO. PROVAS CONTUNDENTES DE AUTORIA DE MATERIALIDADE, CONFISSÃO PARCIAL. RECONHECIMENTO DAS VÍTIMAS. CONTINUIDADE DELITIVA. CRIMES PRATICADOS NO MESMO DIA, HORÁRIO E MODUS OPERANDI. PENA FIXADO NO MÍNIMO POSSÍVEL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR, PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1- As provas de autoria estão fartamente documentadas, inclusive, através do reconhecimento de diversas vítimas, que apontam de forma contundente a autoria do apelante na prática de três crimes de roubo em continuidade delitiva. Destarte, incabível a aplicação do princípio in dubio pro reo porquanto não existe dúvidas acerca da autoria delitiva. 2- No caso dos autos, restou evidenciada a participação de mais de um agente no iter criminis, cujas circunstâncias descritas ao norte demonstram a sua deliberada intenção de participar da ação delitiva, bem como a sua efetiva contribuição para a empreitada criminosa. 3- No caso dos autos, não há como se considerar que os delitos foram isolados, eventuais ou de oportunidade. Na verdade, os crimes aparentam ter sido realizados com relativa premeditação, no mesmo dia e mesmo horário noturno, indicando o concurso formal de crimes. 4- Pena fixada em patamar mínimo possível dentro das circunstâncias. 5- Apelo conhecido e improvido
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.14. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.007814-1

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.007814-1
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: JOAIS GUSMÃO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO(S): LEONARDO CARVALHO QUEIROZ (PI8982) E OUTROS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PRELIMINAR DE NULIDADE DO RECONHECIMENTO DAS VÍTIMAS. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES COMPROVADA. DOSIMETRIA DA PENA. CONCURSO FORMAL. EXASPERAÇÃO ÚNICA INDEPENDENTE DA QUANTIDADE DE CRIMES. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. INCABÍVEL. REGIME INICIAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. REPARAÇÃO DOS DANOS. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO. PENA DE MULTA. PARTE DO PRECEITO NORMATIVO. DIREITO AO RECURSO EM LIBERDADE. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA SE MANTÉM. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1- O reconhecimento informal realizado em sede pré-processual não tem força suficiente para anular a ação penal, consubstanciando-se em matéria a ser apreciada por ocasião da sentença. Com efeito, eventuais vícios no inquérito policial não contaminam a ação penal, tendo em vista tratar-se, o mesmo, de peça meramente informativa e, não, probatória. 2- A materialidade e autoria do crime de corrupção de menores está delineada, inclusive pelas declarações dos apelantes que demonstram que praticaram crime de roubo na companhia de um menor. 3- O emprego de arma de fogo, se não computado como majorante, pode ser utilizado como circunstância judicial negativa, estando correta a primeira fase da dosimetria da pena. 4- O magistrado, na dosimetria da pena, considerando o concurso formal de três delitos, aplicou sucessivamente, duas vezes, a exasperação nos termos do artigo 70 do Código Penal, incorrendo em erro material que merece reparação. Dessa forma, aumento a pena apenas uma vez 1/6 pelo concurso formal dos três crimes. 5- Na hipótese dos autos, é incabível a substituição da pena privativa por restritiva de direitos, vez que ausentes os seus pressupostos autorizativos (art. 44 do CP). De igual forma, não estão presentes os requisitos exigidos para a suspensão condicional da pena (art. 77 do CP). 6- A fixação da pena-base acima do mínimo legal, tendo em vista a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, constitui fundamento idôneo a justificar a imposição do regime mais severo. 7- Na sentença condenatória não houve condenação por reparação civil dos danos. 8- O delito imputado ao apelante fixa no seu preceito secundário tanto a pena privativa de liberdade como a pena pecuniária, de pagamento de multa. Neste contexto, não pode o julgador discricionariamente afastar a pena, inexistindo previsão legal para tal benefício. 9- Mantendo-se os requisitos da prisão preventiva, deve ser negado o direito ao recurso em liberdade. 10- Apelo conhecido e parcialmente provido.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, votam pelo conhecimento e provimento parcial das apelações interpostas, determinando a redução das penas de AIJALON CARVALHO DE SOUSA para 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão em regime inicial semiaberto; DANILO GABRIEL BRASIL ALVES 07 (sete) anos de reclusão em regime semiaberto e JOAIS GUSMÃO DA SILVA para 07 (sete) anos de reclusão em regime inicial semiaberto, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em parcial consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.15. HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.002051-9

HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.002051-9
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
REQUERIDO: JACIANE RAQUEL GOMES DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADO(S): JOÃO BATISTA VIANA DO LAGO NETO (PI000000)
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA

EMENTA
HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR DOMICILIAR EM FUNÇÃO DE MATERNIDADE. INSUFICIÊNCIA. DENEGAÇÃO. 1. A regra do Artigo 318 do CPP não é absoluta, devendo cada caso ser analisado de forma concreta e específica; 2. Desprovida de previsão legal específica, a liminar em sede de habeas corpus reclama a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o periculum in mora e o fumus boni iuris; 3. Ordem denegada à unanimidade, em consonância com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, pela DENEGAÇÃO da ordem impetrada, face à ausência do alegado constrangimento, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.16. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2017.0001.004560-3

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2017.0001.004560-3
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MANOEL OLIVEIRA DE MACEDO
ADVOGADO(S): RENATO NOGUEIRA RAMOS (PI9937)
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Decisão de magistrado a quo anulando decisão anulatória de outro magistrado de mesma hierarquia e no mesmo processo constitui flagrante violação ao princípio do devido processo legal e ao princípio da segurança jurídica. 2. Cerceamento de defesa configurado ao constituir defensor dativo sem anuência expressa do réu; 3. Recurso provido à unanimidade, em consonância com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE provimento, para reconhecer a preclusão, cassando a decisão do MM. Juiz João de Castro Silva às fls. 184/186, sendo determinado o retorno do processo desde a apresentação da resposta escrita (já apresentada), para que as testemunhas de acusação e de defesa sejam intimadas para audiência de instrução e julgamento, e que o processo siga o seu trâmite normal, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.17. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.004717-2

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.004717-2
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: SIMÕES/VARA ÚNICA
APELANTE: PEDRO PAULO ROBERTO DE CARVALHO
ADVOGADO(S): CLENIO EDUARDO DA SILVA (PE034957) E OUTRO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PROCESSO PENAL. PRELIMINAR. INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. EDITAL. RÉU NÃO ENCONTRADO. POSSIBILIDADE. PENAL. VEREDICTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - Tendo o apelante comparecido ao interrogatório judicial e sabendo, portanto, da existência da ação penal em tela, e não tendo sido encontrado no endereço por ele mesmo indicado nos autos, para fins de intimação da decisão de pronúncia, não se pode falar que não foram esgotados os meios disponíveis para autorizar a sua notificação por edital. Ao declinar endereço certo nos autos, cumpre ao recorrente acompanhar os atos do processo em questão, já que sabia da sua existência, bem como informar ao Juízo eventual mudança de residência, mostrando-se despropositada a pretensão de se invocar a nulidade da intimação da decisão de pronúncia. 2 - No caso dos autos, o veredicto popular se encontra lastreado em elementos e provas colhidas no curso da ação penal. Assim, sendo o veredicto plenamente extraível dos autos, a qual encontra um mínimo probatório suficientemente apto a sustentá-lo, e sendo razoável a convicção dos jurados, deve ser mantida a decisão do Conselho de Sentença, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos. Somente se admite a anulação do veredicto, por contrariedade à prova dos autos, quando for absurdo, arbitrário, divorciado de tais provas, o que não se verifica na espécie dos autos. 3 - Apelação conhecida e desprovida, mantendo intactos o veredicto do Conselho de Sentença e a consequente sentença condenatória prolatada pelo magistrado a quo, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.18. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003357-4

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003357-4
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/7ª VARA CRIMINAL
APELANTE: EDSON ANTONIO FEITOSA OLIVEIRA
ADVOGADO(S): CARLOS ALBERTO TEIVE DE ARAÚJO (PI005293) E OUTRO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS. VALOR PROBATÓRIO. DENUNCIAÇÃO POPULAR. VALIDADE. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO DE POSSE PARA USO PRÓPRIO. DELITO DE NATUREZA MÚLTIPLA E CONDUTA VARIADO. DOSIMETRIA. PENA BASE NO MINIMO LEGAL. MINORANTE. PERCENTUAL. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGA. CRACK. INCIDÊNCIA EM SEU GRAU MÍNIMO. REGIME INICIAL. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA PARCIALMENTE. 1 - A materialidade do delito se encontra comprovada pelo auto de apreensão e apresentação, pelo auto de exame preliminar e pelo laudo definitivo de exame em substância entorpecente, indicando que a droga apreendida se constituía em uma porção de maconha e 56 (cinquenta e seis) pedras de crack. A autoria, por seu turno, está sobejamente demonstrada pelo auto do flagrante e pelas declarações colacionadas durante a instrução processual de primeiro grau, sobretudo pelo depoimento dos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante do apelante. 2 - Consigne-se que, no caso dos autos, os policiais somente se dirigiram à residência do apelante, localizada na rural daquele município, por conta das informações dadas

pelos membros da própria comunidade, de que o local estava sendo utilizando para a disseminação de drogas. Assim, de posse das notícias populares colhidas, os policiais abordaram na região duas pessoas com comportamento suspeito, que descobriu-se serem dois usuários de drogas, que afirmaram que tinham acabado de comprar as drogas com o apelante, inclusive indicando a residência específica, para onde os policiais então se dirigiram, efetuando a prisão em flagrante. 3 - A existência de informações populares acerca da mercância, que motivaram a diligência policial, a dinâmica da prisão em flagrante, a quantidade e a forma de acondicionamento da droga encontrada, a negativa de autoria sem qualquer verossimilhança, tudo isto assinala de forma veemente e incontornável que a droga apreendida com o apelante não se destinava ao uso próprio, mas sim à mercancia. 4 - O tipo penal previsto no caput do artigo 33 da Lei 11.343/06 é crime de natureza múltipla ou de conteúdo variado e a prática de qualquer das condutas descritas no preceito primário da norma autoriza a condenação pelo crime de tráfico, nas penas de seu preceito secundário. Assim, evidenciada a aquisição, a posse e a guarda, para fins de mercância, fatos esses demonstrados pelas circunstâncias constantes dos autos, já se tem o crime por consumado, sobretudo considerando os elementos indicados acima. 5 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. Em se tratando de tráfico de drogas, ainda devem ser consideradas, como preponderantes, as circunstâncias previstas no art. 42 da lei 11.343/06. 6 - No caso, a pena base foi fixada no mínimo legal. Não existem circunstâncias agravantes ou atenuantes, nominadas ou inominadas, a serem aplicadas ao caso. De igual forma, não existem circunstâncias majorantes a serem consideradas. Enfim, foi aplicada a minorante prevista no § 4o do art. 33 da Lei 11.343/06, em seu patamar mínimo, de 1/6 (um sexto). No ponto, o critério a ser utilizado para a escolha do percentual de diminuição não se relaciona aos elementos previstos no próprio dispositivo, mas sim à quantidade e à espécie de droga apreendida. 7 - No caso, o apelante foi flagrado com uma porção significativa de maconha e ainda com 56 (cinquenta e seis) pedras de crack, que possui notório poder viciante e destrutivo, quer dizer, de alto poder lesivo, devendo, portanto, ser mantido o percentual mínimo de redução da pena. Não se vislumbra, neste contexto, deficiência na fixação da pena privativa imposta ao apelante, devendo ela ser mantida em 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 420 (quatrocentos e vinte) dias multa. As circunstâncias judiciais não foram consideradas desfavoráveis, inexistindo motivos concretos para a incidência de regime mais grave, devendo ser modificado para o semiaberto. 8 - O delito imputado ao apelante fixa no seu preceito secundário tanto a pena privativa de liberdade como a pena pecuniária, de pagamento de multa. Neste contexto, não pode o julgador discricionariamente afastar a pena cominada ao crime, seja privativa de liberdade, restritiva de direito ou ainda de natureza pecuniária, como a multa, inexistindo previsão legal para tal benefício. 9 - Apelação conhecida e provida parcialmente, apenas para modificar o regime inicial de cumprimento da reprimenda para o semiaberto, mantendo a sentença vergastada em seus demais termos, em desacordo com o parecer ministerial superior, que opinava pelo desprovimento integral do recurso.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE provimento, apenas para modificar o regime de cumprimento da reprimenda para semiaberto, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.19. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003655-1

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003655-1
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: PIRACURUCA/VARA ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
APELADO: ANTONIO MARCIEL CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO(S): GILBERTO DE MELO ESCORCIO (PI007068B)
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. FURTO. AUTORIA NÃO DEMONSTRADA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - Consultando detidamente o fólio processual, constata-se que, apesar de efetivamente demonstrada a materialidade do furto cometido contra a vítima, não há nos autos provas ou elementos suficientes para indicar a autoria delitiva imputada ao apelado. 2 - A própria vítima reconhece que não sabe quem foi o autor do furto praticado em sua residência, apenas indicando que houve o arrombamento da porta de seu guarda-roupa e a subtração do dinheiro que estava lá. As testemunhas ouvidas em juízo, por seu turno, se restringiram a afirmar que souberam do ocorrido, pela própria vítima, e que o apelado teria tendência à prática desse tipo de crime, mas nenhuma delas afirma ter visto o apelado entrando ou saindo da residência da vítima. Em verdade, ninguém ouvido nos autos viu o apelado nos arredores da referida casa ou sequer em atitude suspeita. 3 - a falta de provas e elementos de convicção que demonstrem a ligação do apelado com o fato delituoso impõe ao julgador a absolvição pelo princípio in dubio pro reo, acolhido expressamente pelo art. 386, V, do Código de Processo Penal. 4 - Apelação conhecida e desprovida, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.20. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003541-8

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003541-8
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: PEDRO II/VARA ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
APELADO: MANOEL ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S): ADRIANO MORETI BATISTA (PI002776)
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. CONCUSSÃO. CONTINUIDADE DELITIVA. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR PROBATÓRIO. DELITO FORMAL. CONSUMAÇÃO. MERA EXIGÊNCIA DA VANTAGEM INDEVIDA. PAGAMENTO. EXAURIMENTO. DOSIMETRIA. CONFISSÃO. ATENUANTE. CONTINUIDADE DELITIVA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. PERCENTUAL MÍNIMO DE EXASPERAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. CABIMENTO. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - A materialidade e a autoria delitivas da concussão imputada estão suficientemente demonstradas nos autos, notadamente pelo depoimento das quatro vítimas ouvidas em juízo, todas apontando que o apelante, aproveitando-se de sua função pública, exigia valores para a expedição dos documentos de identidades naquela municipalidade. O próprio apelante reconhece a conduta delitiva imputada, destacando que cobrava os valores para apressar o processo de expedição, vez que pagaria a motoristas para levar e trazer a documentação dos interessados. 2 - O delito de concussão é um delito formal, que se consuma com a simples exigência de vantagem indevida, nos moldes em que descrito no tipo penal. A obtenção da referida vantagem, com a entrega do dinheiro exigido, se consubstancia como mero exaurimento do crime. Ademais, a prática do ato público, que deveria ser gratuito, também não afasta a tipicidade da conduta, bastando a constatação de que a vantagem obtida era indevida, como no caso. 3 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com

acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. No caso, apesar de não considerar desfavorável nenhuma das circunstâncias judiciais, a pena base foi aplicada acima do mínimo legal. Sem agravantes a serem consideradas. Foi reconhecida a circunstância atenuante de confissão, motivo pelo qual a pena foi reduzida em 1/6 (um sexto), percentual este aceito majoritariamente pela jurisprudência, quando inexistentes peculiaridades e justificar sua fixação em parâmetro distinto. Não foram identificadas circunstâncias majorantes ou minorantes especiais. 4 - Enfim, acerca da continuidade delitiva, a jurisprudência consolidada de nossos tribunais entende que a definição do percentual de aumento deve levar em consideração, além do número de infrações praticadas, as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP. No caso, tendo em vista a pequena quantidade de concussões praticadas, bem como a inexistência de circunstâncias objetivas ou subjetivas desfavoráveis, afigura-se suficiente o acréscimo equivalente a 1/6 (um sexto) de uma das penas aplicadas, como realizado pelo magistrado a quo. Não se vislumbra, portanto, deficiência na fixação da pena privativa imposta ao recorrido, devendo ela ser mantida em 2 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão. 5 - Presentes também os requisitos previstos no art. 44 do Código Penal, o que autorizou o juiz a substituir a pena privativa por restritivas de direitos, consistentes na prestação de serviços à comunidade e na prestação pecuniária, no importe de 1 (um) salário mínimo. Não existem correções a serem feitas. 6 - Apelação conhecida e desprovida, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.21. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005327-5

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005327-5
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/8ª VARA CRIMINAL
APELANTE: FRANCISCO DA COSTA FERREIRA DE SOUSA
ADVOGADO(S): CONCEICAO DE MARIA SILVA NEGREIROS (PI003139)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA. LESÃO CORPORAL. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. LEGÍTIMA DEFESA INVOCADA PELO APELANTE. AUSÊNCIA DAS ELEMENTARES DA EXCLUDENTE. EMPREGO DE ARMA. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE. DELITO MATERIAL. CONSUMAÇÃO. DOSIMETRIA. CONDUTA SOCIAL. PERSONALIDADE. VALORAÇÃO NEGATIVA. PROCEDIMENTOS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO. AFASTAMENTO. CONCURSO FORMAL. CÚMULO MATERIAL BENÉFICO. REGIME INICIAL. MODIFICAÇÃO. MULTA. CUSTAS JUDICIAIS. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGREGAÇÃO CAUTELAR. MANUTENÇÃO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA PARCIALMENTE. 1 - A materialidade e a autoria de ambos os delitos imputados - de roubo majorado e lesão corporal - se encontram suficientemente demonstrados nos autos, sobretudo pelo depoimento da vítima, pelo auto de reconhecimento, pelo auto de apreensão e apresentação e restituição, pelo exame de corpo de delito na vítima e ainda pelo depoimento dos policiais que atenderem a ocorrência e prenderem o apelante em flagrante. As declarações e o reconhecimento feito pela vítima representam elementos probatórios lícitos e devem merecer o devido valor dentro do livre convencimento do magistrado e de sua persuasão racional. O depoimento dos policiais que participaram da prisão pode ser levado em consideração como prova para a condenação, vez que se constituem em prova idônea, como também o depoimento de qualquer outra testemunha que não esteja impedida ou suspeita. 2 - A configuração da legítima defesa demanda a presença das seguintes circunstâncias: uma agressão atual ou iminente; uma agressão injusta; uma agressão a direito seu ou de outrem; e a moderação do emprego dos meios para repelir a agressão. No caso, restou comprovado que as vítimas reagiram após a consumação do roubo, quando ele já se preparava para ir embora com a motocicleta da vítima. No ponto, descrevem como elas se envolveram na luta corporal com o apelante, vindo a serem feridas pela tesoura empregada por ele. Assim, resta afastada desde logo, e de forma evidente, a agressão injusta apta a caracterizar a legítima defesa invocada pelo apelante. 3 - A expressão \"arma\", presente no inciso I do § 2o do art. 157 do CP, deve ser entendida em sentido amplo, abrangendo todo e qualquer instrumento, com ou sem finalidade bélica, desde que sirva ao seu propósito de ataque ou intimidação. Assim, demonstrada a utilização da tesoura durante a ação delitiva, deve incidir a circunstância majorante. 4 - O roubo próprio é um delito material, que se consuma com a mera subtração da coisa mediante violência ou grave ameaça. Assim, basta o autor do roubo vencer a posse da vítima, excluindo a disponibilidade, a custódia desta sobre a coisa (apprehensio ou amotio). Por esse motivo, nem mesmo o flagrante obsta a consumação do roubo, desde que já tenha havido o emprego da violência ou grave ameaça e a respectiva subtração, como no caso concreto em análise, sendo irrelevante o tempo de permanência com a coisa subtraída ou ainda a sua posterior recuperação. 5 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. no caso, o magistrado a quo valorou de forma desfavorável a conduta social e a personalidade do apelante, pelo fato de ele responder a diversos procedimentos criminais. Ocorre que a jurisprudência assente nos Tribunais Superiores entende que a mera existência de procedimentos criminais anteriores não é suficiente para fundamentar ou justificar a análise desfavorável dos antecedentes, da conduta social ou mesmo da personalidade do agente. 6 - Diante do concurso formal perfeito entre o roubo majorado e a lesão corporal, cabível a incidência da exasperação prevista no caput do art. 70 do Código Penal. Outrossim, tendo em vista a regra prevista no seu parágrafo único, mais favorável ao apelante a aplicação do cúmulo material benéfico, na forma do art. 69 do mesmo diploma legal. Com a exclusão da referida circunstância judicial desfavorável e a consequente redução da pena, e aplicando a detração (art. 387, § 2o do CPP), deve o regime inicial de cumprimento ser modificado para o semiaberto. 7 - Um dos delitos imputados ao apelante - de roubo majorado - fixa no seu preceito secundário tanto a pena privativa de liberdade como a pena pecuniária, de pagamento de multa. Neste contexto, não pode o julgador discricionariamente afastar a pena cominada ao crime, seja privativa de liberdade, restritiva de direito ou ainda de natureza pecuniária, como a multa, inexistindo previsão legal para tal benefício. 8 - A segregação cautelar deverá ser mantida quando evidenciado o fumus comissi delicti e ainda presente o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. No caso concreto, como destacado pelo magistrado a quo, o apelante aparenta manifestar uma intensa persistência delitiva, registrando diversos procedimentos criminais instaurados nesta comarca contra si, a apontar a insuficiência de outras medidas cautelares e a necessidade de manutenção de sua segregação cautelar. 9 - Apelação conhecida e provida parcialmente, apenas para excluir a valoração negativa da conduta social e da personalidade, reduzindo a pena imposta para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 3 (três) meses de detenção, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, e o pagamento de 13 (treze) dias multa, mantendo a sentença vergastada em todos os seus demais termos, em desacordo com o parecer ministerial superior, que opinava pelo desprovimento.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE parcial provimento, para excluir a valoração negativa da conduta social e da personalidade, reduzindo a pena imposta para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 3 (três) meses de detenção, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, e o pagamento de 13 (treze) dias- multa, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em dissonância com o parecer do Ministério

Público Superior. Adote a Secretaria do Cartório Criminal deste Tribunal as providências pertinentes à expedição da nova guia de execução provisória do apelante, fazendo constar a nova pena imposta por este Tribunal e devendo ser a guia acompanhada, no que couber, das peças e informações previstas no art. 1ª da Resolução 113/10, do Conselho Nacional de Justiça.

10.22. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005397-4

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005397-4
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: CAMPO MAIOR/1ª VARA
APELANTE: PAULO RONDINELLE DA SILVA FRANCO E OUTROS
ADVOGADO(S): CARLA YÁSCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR (PI006003) E OUTROS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. DEPOIMENTO DE USUÁRIOS E POLICIAS. DELITO DE NATUREZA MÚLTIPLA E CONTEÚDO VARIADO. CONSUMAÇÃO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. VÍNCULO SUBJETIVO SÓLIDO E DURÁVEL. CORRUPÇÃO DE MENORES. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. CONCURSO MATERIAL. DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGAS. CRACK. VALORAÇÃO NEGATIVA. FIXAÇÃO DA PENA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. MENORIDADE RELATIVA. DOCUMENTO IDÔNEO. ATENUAÇÃO DA PENA. TRÁFICO PRIVILEGIADO. INCOMPATIBILIDADE COM ASSOCIAÇÃO. SEGREGAÇÃO PREVENTIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. APELAÇÕES CONHECIDAS E PROVIDAS PARCIALMENTE. 1 - Em relação ao tráfico de drogas, a materialidade delitiva está suficientemente demonstrada nos autos, notadamente pelo auto de apresentação e apreensão e pelos laudos de exame preliminar e de exame pericial em substância. Estes documentos apontam a significativa quantidade de droga encontrada com os apelantes, a saber, 50 (cinquenta) pedras de crack embaladas em papel-alumínio e 5 (cinco) trouxinhas de crack também embaladas, bem como um rolo de papel-alumínio, dois rolos de plástico, e uma quantia significativa de dinheiro em diversas cédulas pequenas. 2 - Anote-se que a prisão em flagrante dos apelantes não ocorreu por acaso, mas sim durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão numa residência, deferido judicialmente pelo juízo a quo com base em informações de que o referido local funcionaria como ponto de venda e distribuição de drogas. A autoria, por seu turno, também se encontra suficientemente demonstrada, notadamente pelo depoimento dos policiais que participaram da operação policial que culminou com a prisão dos apelantes no próprio local, bem como de alguns usuários de drogas. 3 - O tipo penal previsto no caput do artigo 33 da Lei 11.343/06 é crime de natureza múltipla ou de conteúdo variado e a prática de qualquer das condutas descritas no preceito primário da norma autoriza a condenação pelo crime de tráfico, nas penas de seu preceito secundário. Assim, evidenciada a aquisição, a posse e a guarda, para fins de mercância, fatos esses demonstrados pelas circunstâncias constantes dos autos, já se tem o crime por consumado, sobretudo considerando os elementos indicados acima. 4 - O delito de associação para o tráfico não se confunde com o concurso de agentes no tráfico de drogas, vez que tratam de delitos autônomos. No caso dos autos, o forte vínculo associativo entre os apelantes emerge das próprias circunstâncias em que os delitos eram cometidos, que indicam uma união de desígnios anterior e durável, a saber, a existência de um liame subjetivo sólido entre eles, visando o armazenamento e a comercialização de drogas, suficiente para caracterizar o delito de associação. 5 - Enfim, também resta suficientemente demonstradas a materialidade e autoria do delito de corrupção de menores, notadamente pelo depoimento dos policiais militares que efetuaram a prisão dos apelantes, apontando a presença de uma adolescente, namorada do apelante ZÉ FILHO, na empreitada criminosa. Com efeito, a referida adolescente foi apreendida em flagrante ao lado das drogas embaladas para venda e de cédulas de dinheiro. para a configuração deste delito é desnecessária qualquer comprovação de efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal. Súmula 500 do Superior Tribunal de Justiça. 6 - No caso dos autos, os policiais somente se dirigiram à residência dos apelantes PAULO e MARIA DO AMPARO, por conta das informações dadas pelos membros da própria comunidade, de que o local estava sendo utilizando para a disseminação de drogas. Esta denunciação popular - sobretudo porque advinda da própria comunidade local, que detém a frontal e direta legitimidade na repressão aos crimes - é mais do que apta para justificar a intervenção policial, visando cessar o tráfico de drogas, cuja gravidade, no caso, além de inconteste, é acentuada pelo concurso dos delitos de associação para o tráfico e de corrupção de menores. 7 - Os três delitos, imputados a cada um dos apelantes, devem ser considerados praticados em concurso material, vez que protegem bens jurídicos diversos e foram praticados de forma completamente autônoma, a fazer incidir a regra insculpida no art. 69 do Código Penal. 8 - Como é sabido, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos no art. 59 do Código Penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. Em se tratando dos delitos relacionados a drogas, ainda devem ser consideradas, como preponderantes, as circunstâncias previstas no art. 42 da lei 11.343/06. 9 - No caso dos autos, o magistrado considerou como desfavoráveis a culpabilidade de todos os apelantes, e, em especial, as circunstâncias e as consequências o tráfico de drogas e da associação para o tráfico. A propósito, ele destacou a quantidade e a natureza da droga encontrada, crack, de notório e intenso poder viciante e destrutivo. Outrossim, tendo em vista a menoridade relativa do apelante ZÉ FILHO, devem ser reduzidas as penas impostas em 1/6 (um sexo), percentual este considerado adequado e razoável pela ampla jurisprudência de nossas cortes superiores. 10 - A condenação pelo delito de associação para o tráfico de drogas obsta a aplicação da minorante do tráfico privilegiado, uma vez que demanda a existência de animus associativo estável e permanente entre os agentes no cometimento do delito, evidenciando, assim, a dedicação do agente à atividade criminosa. 11 - A segregação cautelar deverá ser mantida quando evidenciado o fumus comissi delicti e ainda presente o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. No caso concreto, como destacado pelo magistrado a quo, os apelantes foram flagrados em sua própria residência armazenando drogas para comercialização, no caso, crack, de alto poder viciante e destrutivo. As circunstâncias em que o delito estava sendo cometido, bem como as informações populares sobre o local de venda e sobre a pessoa dos apelantes, tudo isto indica uma relativa habitualidade delitiva, a apontar a incompatibilidade de aplicação de outras medidas cautelares, notadamente de restrição domiciliar, e a necessidade de manutenção de sua segregação cautelar. 12 - Apelações conhecidas e providas parcialmente, apenas para reconhecer a incidência de menoridade relativa em relação ao apelante JOSE CARDOSO DA SILVA FILHO e reduzir sua pena privativa de liberdade para 9 (nove) anos, 9 (nove) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e 1.166 (hum mil cento e sessenta e seis) dias multa, mantendo a sentença vergastada em todos os seus demais termos, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, votam pelo conhecimento das apelações interpostas, e pelo DESPROVIMENTO da apelação interposta por PAULO RONDINELLE DA SILVA FRANCO e MARIA DO AMPARO PAZ DA SILVA e pelo provimento parcial da apelação interposta por JOSÉ CARDOSO DA SILVA FILHO, apenas para reconhecer a incidência de menoridade relativa e reduzir sua pena privativa de liberdade para 9 (nove) anos, 9 (nove) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e 1.166 (um mil cento e sessenta e seis) dias multa, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em consonância com o arecer do Ministério Público Superior. Adote a Secretaria do Cartório Criminal deste Tribunal as providências pertinentes à expedição da nova guia de execução provisória do apelante JOSÉ CARDOSO DA SILVA FILHO, fazendo constar a nova pena imposta por este Tribunal e devendo ser a guia acompanhada, no que couber, das peças e informações previstas no art. 1º da Resolução 113/10, do Conselho Nacional de Justiça.

10.23. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.007455-2

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.007455-2
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: UNIÃO/VARA ÚNICA
APELANTE: MARCELO DA SILVA
ADVOGADO(S): ADRIANO MORETI BATISTA (PI002776)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. FURTO QUALIFICADO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. ERRO DE TIPO. COISA ABANDONADA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. QUALIFICADORA. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. EXAME PERICIAL. CONSTATAÇÃO POR OUTRAS PROVAS. OITIVA DA VÍTIMA. TESTEMUNHAS. CONFISSÃO. INCIDÊNCIA. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. PENA BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - No caso, estão suficientemente demonstrada a materialidade e autoria delitiva imputadas, notadamente pelos autos de apreensão e apresentação e de restituição dos bens furtados, que foram encontrados em posse do apelante, bem como pelos depoimentos colacionados e pela própria confissão do apelante, que admitiu a prática da subtração. 2 - Os bens furtados estavam localizados dentro de uma residência trancada, o que inclusive demandou do apelante subir no telhado e retirar algumas telhas para ingressar. Tal circunstância, neste sentido, não permitia presumir se tratar aqueles bens de res nullius ou de res derelictae, mas justamente o contrário, de que eles possuíam dono, apesar de eventualmente desconhecido. Assim, não tendo restado demonstrada de forma inequívoca a situação, invocada pelo apelante, de abandono ou despojamento das coisas por sua proprietária, a vítima, impõe-se o afastamento do erro de tipo alegado. 2 - O laudo pericial não é o único elemento de prova apto para demonstrar o rompimento de obstáculo à subtração da coisa, e sua ausência não tem o condão de, por si só, afastar a referida qualificadora, quando puder ser constatada por outras provas, como a testemunhal. Precedentes. No caso dos autos, tanto a vítima como as testemunhas ouvidas em juízo apontam a retirada das telhas da casa, para que o apelante pudesse ingressar em seu interior. De igual forma, o próprio apelante também confirma que subiu no telhado e retirou algumas telhas para ter acesso ao interior e ver a geladeira e os outros bens a serem furtados, retornando depois com um carroceiro. 3 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. A valoração negativa das circunstâncias judiciais, fundamentada em elementos concretos que não são inerentes ao tipo penal, autoriza sua aplicação na primeira fase da dosimetria e a fixação da pena base acima do mínimo legal, não havendo reparos a serem feitos. 4 - Apelação conhecida e desprovida, em desacordo com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.24. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.007647-0

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.007647-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ANTONIO CARLOS PEREIRA
ADVOGADO(S): VIVIANE PINHEIRO PIRES SETUBAL (PI003495)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. EXAME PERICIAL. PROVA TESTEMUNHAL. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. AGRESSÃO ATUAL OU IMINENTE. MODERAÇÃO DOS MEIOS DEFENSIVOS. CIRCUNSTÂNCIAS NÃO DEMONSTRADAS. NATUREZA GRAVE DAS LESÕES. EXAME PERICIAL COMPLEMENTAR. PRESCINDIBILIDADE. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. EXASPERAÇÃO EM PATAMAR IRRAZOÁVEL. REDUÇÃO DA PENA BASE. SUBSTITUIÇÃO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA PARCIALMENTE. 1 - A configuração da legítima defesa demanda a presença das seguintes circunstâncias: uma agressão atual ou iminente; uma agressão injusta; uma agressão a direito seu ou de outrem; e a moderação do emprego dos meios para repelir a agressão. No caso, o fato de a vítima já se encontrar derrubada ao chão, e ser atingida nas costas pelo golpe perfurante de faca, afasta por completo a atualidade da eventual agressão alegada bem como a moderação dos meios utilizados pelo apelante. Neste contexto, o comportamento do apelante não se resumiu a atos defensivos. Mesmo que inicialmente tenha tentado apenas se defender, num segundo momento ele se tornou o agressor, praticando um ataque violento à vítima. 2 - É certo que, na apuração do delito tipificado no artigo 129, §1º, inciso I, do Código Penal, em regra, haverá necessidade de exame complementar para efeitos de configuração da qualificadora. Entretanto, emanando das provas coletadas que as lesões sofridas pelo ofendido ensejaram sua incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, fica suprida a exigência do exame pericial complementar. No caso concreto dos autos, não bastasse o laudo pericial atestando a gravidade das lesões sofridas pela vítima, uma perfuração de arma branca nas costas, todas as testemunhas ouvidas em juízo apontam que a vítima PAULO demorou meses para se recuperar dos ferimentos infligidos pelo apelante. 3 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. No caso dos autos, em que pese a valoração negativa das circunstâncias judiciais autorizar a fixação da pena base acima do mínimo legal, verifica-se que a exasperação foi feita em patamar muito acima do que razoavelmente é permitido, impondo sua redução. 4 - No caso, é incabível a substituição da pena privativa por penas restritivas de direitos, vez que ausente ao menos um de seus requisitos autorizadores cumulativos (art. 44 do CP). De fato, o delito foi praticado com extrema violência à pessoa. De igual forma, também não estão presentes os requisitos para a suspensão condicional da pena (art. 77 do CP), vez que a culpabilidade e os motivos foram valorados negativamente pelo magistrado a quo, notadamente considerando que ele já se dirigiu ao local embriagado e armado com uma faca. 5 - Apelação conhecida e provida parcialmente, apenas para redimensionar a pena imposta para 1 (hum) ano e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime aberto, vez que incabível a sua substituição ou suspensão, em desacordo com o parecer ministerial superior, que opinava pelo desprovimento.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e DAR-LHE parcial provimento, apenas para redimensionar a pena imposta para 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime aberto, vez que incabível a sua substituição ou suspensão, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.25. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003091-3

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003091-3
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: PIRIPIRI/1ª VARA
APELANTE: F. R. S.
ADVOGADO(S): JOSUE SOARES DA SILVA (PI004003)
APELADO: M. P. E. P.
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DELITO DE NATUREZA MÚLTIPLA E CONDUTA VARIADO. ATOS LIBIDINOSOS DIVERSOS DA CONJUNÇÃO CARNAL. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR PROBATÓRIO. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA. NEGATIVA DE AUTORIA DISSOCIADA DAS OUTRAS PROVAS E ELEMENTOS. DOSIMETRIA. PENA MÍNIMA. REGIME FECHADO. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - O estupro de vulnerável é um delito de natureza múltipla e conteúdo variado, abrangendo tanto a conjunção carnal em si, bem como a prática de atos libidinosos diversos, cometidos contra crianças e adolescentes, até 14 (quatorze) anos. Tais atos libidinosos, por sua própria natureza, deixam pouquíssimo ou nenhum vestígio material, não havendo, por isso, como se exigir a realização de exame pericial para a comprovação de sua materialidade. Ao contrário, a comprovação da materialidade dos atos libidinosos, como o toque e o apalpamento das zonas sexuais, no mais das vezes, alinha-se à demonstração simultânea da autoria delitiva, extraída a partir da versão da vítima, desde que narrada de forma verossímil e coerente, e desde que harmoniosa com as outras provas coligidas nos autos. 2 - No caso, a vítima, descreve que o apelante lhe coagiu a acompanhá-lo até uma oficina abandonada e que, lá chegando, tirou suas roupas - seu short e sua calcinha - e \"fez coisas comigo\". Ato contínuo, ela descreve que o apelante praticou sexo oral nela e que esfregou seu pênis na sua vagina e ânus e que, após, ele lhe deu a quantia de R$ 13,000 (treze reais). Esta mesma versão foi apresentada logo perante os policiais que efetuaram a prisão em flagrante, e também perante a autoridade policial, na fase inquisitorial. Também foi a versão detalhadamente narrada perante as conselheiras do conselho tutelar e no relatório psicológico perante o grupo multidisciplinar, e ainda perante o magistrado a quo, em sede de contraditório e ampla defesa (DVD nos autos). 3 - A propósito, o laudo psicológico, no ponto, aponta na vítima, uma criança de 9 (nove) anos, os sintomas característicos e normalmente encontrados em episódios de crimes sexuais, como resistência e desconforto, corroborando os fatos narrados por ela. Vale dizer, apesar de o delito praticado pelo apelante não ter deixado vestígios materiais detectáveis pelo exame de corpo de delito, deixaram sequelas psíquicas, que foram validamente detectadas pelos profissionais da área, atestando a veracidade da versão da vítima. 4 - A testemunha ouvida em juízo, por seu turno, conta que estava na esquina de sua casa quando viu a vítima e um homem entrarem dentro do mato, deixando as bicicletas encostadas, passando trinta minutos por lá. Afirma que, quando ela saiu do mato, interpelou a vítima, tendo ela inicialmente negado os fatos. Conta que confrontou o apelante, quando então a vítima admitiu que eles tinha praticado sexo, sendo repreendida pelo apelante: \"Menina, por que tu disse!?\". Narra que, diante destes fatos, chamou a polícia militar, sendo o apelante preso em flagrante e conduzido à delegacia local. O apelante, em seu interrogatório, restringe-se a negar os fatos descritos pela vítima, apresentando versões diferentes para o fato de estarem naquele local e naquele momento. Assim, não há como chegar a conclusão diversa do juiz de primeiro grau, devendo ser rejeitada a alegação de inexistência de provas suficientes para condenação. 5 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. No caso, a pena base foi fixada no mínimo legal. Não existem circunstâncias agravantes ou atenuantes, nominadas ou inominadas, a serem aplicadas ao caso. De igual forma, não existem majorantes ou minorantes a serem consideradas no caso. Não se vislumbra, portanto, deficiência na fixação da pena privativa imposto ao apelante, devendo ela ser mantida em 8 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado. 6 - Apelação conhecida e desprovida, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.26. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.002975-3

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.002975-3
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/8ª VARA CRIMINAL
APELANTE: FERNANDO HENRIQUE ABREU COSTA
ADVOGADO(S): CONCEICAO DE MARIA SILVA NEGREIROS (PI003139)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. DOSIMETRIA. PENA BASE NO MINIMO LEGAL. SUBSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MULTA. ISENÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - A materialidade e a autoria delitivas se encontram suficientemente comprovadas, sobretudo pela oitiva judicial das vítimas, que apontaram o apelante como o indivíduo que lhes abordou naquela tarde, supostamente portando um revólver, e subtraindo-lhes os seus celulares. E as testemunhas de acusação, policiais militares, informam que receberam a descrição do assaltante, passando a efetuar diligências na região, encontrando o apelante num bar próximo, momento no qual ele passou a fugir, inclusive pulando muros de várias residências, tendo sido finalmente preso num matagal. 2 - O roubo próprio é um delito material, que se consuma com a mera subtração da coisa mediante violência ou grave ameaça. Assim, basta o autor do roubo vencer a posse da vítima, excluindo a disponibilidade, a custódia desta sobre a coisa (apprehensio ou amotio). Em síntese, quando o criminoso vence a resistência efetiva da vítima, torna ipso facto consumado o crime de roubo. Por esse motivo, nem mesmo o flagrante obsta a consumação do roubo, desde que já tenha havido o emprego da violência ou grave ameaça e a respectiva subtração, e notadamente no presente caso, em que os bens roubados não foram recuperados. 3 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. No caso, não se vislumbra deficiência na fixação da pena privativa imposta ao apelante, devendo ela ser mantida em 4 (quatro) anos de reclusão. 4 - Na hipótese dos autos, é incabível a substituição da pena privativa por restritiva de direitos, vez que ausentes os seus pressupostos autorizativos (art. 44 do CP), vez que o delito foi cometido com grave ameaça às vítimas. De igual forma, não estão presentes os requisitos exigidos para a suspensão condicional da pena (art. 77 do CP), vez que a pena é superior a dois anos. 5 - O delito imputado ao apelante - de roubo - fixa no seu preceito secundário tanto a pena privativa de liberdade como a pena pecuniária, de pagamento de multa. Neste contexto, não pode o julgador discricionariamente afastar a pena cominada ao crime, seja privativa de liberdade, restritiva de direito ou ainda de natureza pecuniária, como a multa, inexistindo previsão legal para tal benefício. 6 - Apelação conhecida e desprovida, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer

do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.27. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003075-5

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003075-5
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: SANTA CRUZ DO PIAUÍ/VARA ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
APELADO: EDNO DE MOURA SILVA
ADVOGADO(S): MONAELTON GONÇALVES DA SILVA (PI009160)E OUTRO
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. LESÃO CORPORAL SIMPLES. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS NÃO COMPROVADAS. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - A materialidade das lesões sofridas pela vítima são comprovadas pelo exame de corpo de delito ainda realizado na fase inquisitorial. A autoria também resta suficientemente demonstrada pela oitiva da vítima e pelos demais depoimentos colacionados durante a fase judicial, que corroboram as declarações prestadas no inquérito, todos apontando o apelado como o autor do disparo da arma de fogo, que atingiu a vítima. A propósito, os jurados responderam positivamente aos dois primeiros quesitos, chancelando que a vítima recebeu o tiro de arma de fogo, sofrendo as lesões descritas no laudo pericial, e que foi o apelado que efetuou o referido disparo. Ocorre que os mesmos jurados responderam negativamente ao terceiro quesito, entendendo que o apelado não teria dado início a um delito de homicídio. 2 - De fato, os jurados, após a apreciação das teses acusatória e defensiva e a avaliação soberana das provas produzidas na sessão plenária, concluíram que ele não teria praticado o delito de homicídio, afastando sua competência para apreciação dos demais quesitos. Não obstante a irresignação ministerial limitada ao fundamento da \"decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos\" (art. 593, III, d, do CPP), verifica-se que os jurados extraíram tal conclusão das provas produzidas durante a ação penal e nos limites das teses invocadas pela acusação e defesa. Nesta vereda, descabe ao Tribunal de Justiça afrontar a decisão do conselho de sentença que, com base nas provas coligidas nos autos, notadamente na sessão plenária, adotou uma das teses apresentadas em plenário, no caso, afastando a ocorrência do delito de homicídio, desclassificando a conduta do apelado para lesão corporal. 3 - Em regra, faz-se necessária a produção de laudo complementar para a comprovação da materialidade de lesão corporal que imponha à vítima a incapacidade, por mais de trinta dias, para as suas ocupações habituais. o princípio do livre convencimento judicial permite a dispensa da prova pericial se, por outros elementos idôneos colhidos na cognição exauriente, ficar comprovado que a incapacidade funcional da vítima perdurou por período superior a trinta dias. Ocorre que não há nos autos nenhuma notícia da realização do exame pericial complementar previsto no § 2o do art. 168 do Código de Processo Penal, a fim de atestar a referida incapacidade pelo prazo acima. Assim, de forma residual, cabível apenas a subsunção da conduta imputada à sua forma simples ou leve, prevista no caput do art. 129 do Código Penal, como realizada pelo magistrado da origem. 4 - No caso, a decisão de pronuncia foi prolatada mais de 10 (dez) anos depois do recebimento da denúncia e não houve nenhum marco interruptivo do curso do prazo prescricional (art. 117 do CP). De fato, a denúncia foi recebida em 15/01/2004 e a decisão de pronúncia foi prolatada apenas em 10/04/2014. Assim, impõe-se a manutenção da decisão que reconheceu a prescrição da pretensão punitiva estatal, na modalidade retroativa, com a consequente extinção da punibilidade do crime imputado ao apelado. 5 - Apelação conhecida e desprovida, em desacordo com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em dissonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.28. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.013708-0

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.013708-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/3ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: ORLANDO DOUGLAS FEITOSA NUNES
ADVOGADO(S): JOÃO BATISTA VIANA DO LAGO NETO (MA006747)
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. EXCLUSÃO DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. IMPOSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO DE ARMA DESCRITA DE FORMA COERENTE PELA VÍTIMA. 1- A palavra da vítima, protagonista dos crimes contra o patrimônio, é suficiente para caracterizar o emprego de arma de fogo no crime de roubo circunstanciado. 2- Apelo conhecido e improvido.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.29. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.003862-0

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.003862-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: PICOS/5ª VARA
APELANTE: FRANCISCO ROMÁRIO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO(S): JULIETA SAMPAIO NEVES AIRES (PI006035B)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ E OUTRO
ADVOGADO(S): JULIETA SAMPAIO NEVES AIRES (PI006035B)
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÕES CRIMINAIS. ROUBO MAJORADO. CONTINUIDADE DELITIVA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. PERSONALIDADE DO AGENTE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CORRUPÇÃO DE MENORES. SÚMULA 500. CONCURSO MATERIAL BENÉFICO. RECURSO DA APELAÇÃO PROVIDO. RECURSO DA DEFESA PARCIALMENTE PROVIDO. 1- A pena deve ser fixada com fundamentação concreta e vinculada, tal como exige o próprio princípio do livre convencimento fundamentado (arts. 157 , 381 e 387 do CPP c/c o art. 93, inciso IX, segunda parte da Lex Maxima). Dessa maneira, consideraçõesgenéricas, abstrações ou dados integrantes da própria conduta tipificada não podem supedanear a elevação da reprimenda (Precedentes). II - Não havendo elementos suficientes para a aferição dapersonalidadedoagente, mostra-se incorreta sua valoração negativa a fim de supedanear o aumento da pena-base (Precedentes). 2- O Superior Tribunal de Justiça, por ocasião

da edição da Súmula nº500, decidiu ser formal o crime decorrupçãode menores, independentemente deprovadaefetivadegeneração da índole do inimputável, não dependendo sua configuração de provas de efetiva corrupção. 3- Inviável a aplicação do CP , art. 70 , parágrafo único , vez que a pena emconcursoformal, consoante fixada na condenação do paciente, mostra-se efetivamente mais branda frente à aplicação doconcursomaterial. 4- Apelo da acusação provido e apelo da defesa parcialmente provido.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer e DAR provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, determinando a condenação do apelante pelo crime de corrupção de menores e pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL do recurso da defesa, reduzindo a pena-base pelo crime de roubo em função da desconsideração da personalidade do agente como circunstância judicial negativa, fixando pena definitiva de 09 anos, 01 mês e 23 dias de reclusão, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos, em parcial consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.30. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2017.0001.012151-4

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2017.0001.012151-4
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: COCAL/VARA ÚNICA
REQUERENTE: AURÉLIO CARDOSO DE BRITO
ADVOGADO(S): FRANCISCO DA SILVA FILHO (PI005301)
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
PROCESSUAL PENAL ? RECURSO EM SENTIDO ESTRITO ? HOMICÍDIO QUALIFICADO ? EXCESSO DE LINGUAGEM ? LEGÍTIMA DEFESA ? TESE DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA ? EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA ? REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA ? RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Não merecem prosperar os argumentos do advogado acerca do excesso de linguagem na decisão de pronúncia, uma vez que a razão de tê-lo invocado fundamenta-se em transcrição errônea da sentença do magistrado, pois que este, na verdade, invocou apenas as dúvidas que pairam no processo, as quais deverão ser dirimidas pelo Conselho de Sentença. 2. Os elementos coligidos, não são hábeis a comprovar, de forma incontroversa, a prática da conduta sob legítima defesa. 3. Mesmo havendo dúvida acerca da incidência das qualificadoras e causas de aumento de pena no caso concreto, deverão ser mantidas tais circunstâncias para a devida apreciação pelo Tribunal Popular, sob pena de usurpação de sua competência constitucional. Dessa forma, é de ser rejeitado o pedido de exclusão das qualificadoras e, também, de desclassificação do delito para sua forma privilegiada. 4. Entendendo restarem inalteradas as circunstâncias que autorizaram a segregação preventiva do recorrente e sobretudo considerando a proteção à instrução criminal e à futura aplicação de lei penal, é de ser mantida a medida cautelar então fixada. 5. Recurso conhecido e desprovido.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, por maioria de votos, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior. O Exmo. Des. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo, votou pela concessão da liberdade do Requerente e foi voto vencido.

10.31. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2015.0001.011489-6

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2015.0001.011489-6
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/7ª VARA CRIMINAL
RECORRENTE: M. P. E. P.
RECORRIDO: H. P. A.
ADVOGADO(S): DUERNO DAMASCENO BEZERRA (PI009539) E OUTROS
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
PROCESSUAL PENAL ? RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL ? REJEIÇÃO DA DENÚNCIA ? AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA ? PLEITO PELA NULIDADE DA DECISÃO ? RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO 1. Nos crimes contra a dignidade sexual, a palavra da vítima tem muita força, pois que, em geral, o delito é praticado em ambiente privado, distante da presença de terceiros. Todavia, não se pode atribuir robustez tanta ao depoimento da mesma de forma que sejam descartadas as demais circunstâncias que cercam o crime. 2. Não consta nos autos provas suficientes para apontar diretamente ao réu a autoria do crime. 3. Dessa forma, ainda que observado o valor do testemunho da vítima, é de se priorizar o princípio da presunção de inocência, atentando que a dúvida deve militar a favor do acusado. 4. Recurso conhecido e desprovido.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.32. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005759-1

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005759-1
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: DEMERVAL LOBÃO/VARA ÚNICA
APELANTE: EDILENE DE SOUSA SILVA E OUTROS
ADVOGADO(S): JOSE MARIA GOMES DA SILVA FILHO (PI006704) E OUTROS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. VÍNCULO SUBJETIVO SÓLIDO E DURÁVEL. UNIÃO DE DESÍGNIOS. DOSIMETRIA. PENA BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. MINORANTE DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. INCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MULTA. EXCLUSÃO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PERSISTÊNCIA DELITIVA. MEDIDAS DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - Em relação ao tráfico de drogas, a materialidade delitiva está suficientemente demonstrada nos autos, notadamente pelo auto de exibição e apreensão da droga, pelo laudo preliminar de constatação e pelo laudo de exame pericial em substância, todos indicando a droga encontrada com os apelantes, \"Cannabis Sativa L\", bem como a apreensão de uma quantia significativa de dinheiro em diversas cédulas pequenas. A autoria, por seu turno, também se encontra suficientemente demonstrada, notadamente pelo depoimento de alguns usuários de drogas, que narram as vezes que compraram drogas na referida residência, apontando o preço da pedra de

crack em R$ 10,00 (dez reais) e detalhando que nos fins de semana o movimento na casa era maior. 2 - No caso específico dos autos, não bastassem as denúncias populares de que o local funcionava com uma \"boca-de-fumo\" e o fato de alguns usuários também terem narrado que compraram drogas - inclusive pedras de crack - das mãos dos apelantes, na diligência policial foram encontrados mais entorpecentes no local, em quantidade significativa e espalhada por toda a residência, por sinal. Não há dúvidas, portanto, de que os apelantes praticavam não apenas a comercialização ilícita de drogas, mas utilizavam especificamente a residência comum como ponto de armazenamento, venda e distribuição de drogas, conforme apontam as declarações colhidas durante o inquérito e os testemunhos colacionados na instrução processual perante a juíza a quo. 3 - No caso dos autos, o forte vínculo associativo entre os apelantes emerge das relações familiares e do fato de residirem na mesma casa, bem como as próprias circunstâncias em que os delitos eram cometidos, que indicam uma união de desígnios anterior e durável, a saber, a existência de um liame subjetivo sólido entre eles, visando o armazenamento e a comercialização de drogas, suficiente para caracterizar o delito de associação. Reforçando a existência de tal vínculo, o depoimento dos usuários e dos policiais indica que as drogas eram vendidas por todos os apelantes, que, conforme já dito acima, utilizavam a residência comum como ponto de armazenamento, venda e distribuição de drogas, e como fonte de renda familiar. 4 - Como é sabido, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos no art. 59 do Código Penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. Em se tratando dos delitos relacionados a drogas, ainda devem ser consideradas, como preponderantes, as circunstâncias previstas no art. 42 da lei 11.343/06. No caso dos autos, todas as penas base foram fixadas no mínimo legal. Não foram identificadas circunstâncias agravantes ou atenuantes, nominadas ou inominadas, a serem consideradas. Também não existem majorantes a incidirem. 5 - Não se aplica a causa de diminuição de pena do § 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 ao réu também condenado pelo crime de associação para o tráfico de drogas, pois evidenciada a dedicação a atividades ilícitas e sua participação em associação criminosa, o que exclui a incidência do benefício, em razão da ausência de preenchimento dos requisitos legalmente exigidos para a sua concessão. 6 - Os delitos imputados aos apelantes fixam no seu preceito secundário tanto a pena privativa de liberdade como a pena pecuniária, de pagamento de multa. Neste contexto, não pode o julgador discricionariamente afastar a pena cominada ao crime, seja privativa de liberdade, restritiva de direito ou ainda de natureza pecuniária, como a multa, inexistindo previsão legal para tal benefício. No caso, o valor do dia multa foi fixado em seu mínimo, de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, não havendo nenhum motivo para a modificação de tal valor. 7 - A segregação cautelar deverá ser mantida quando evidenciado o fumus comissi delicti e ainda presente o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. Como destacado pelo magistrado a quo, os apelantes, associados, utilizavam a própria residência para o armazenamento e comercialização de drogas, maconha e crack, esta de alto poder viciante e destrutivo, fazendo de tal atividade a fonte principal de sua renda familiar. As circunstâncias em que o delito estava sendo cometido, bem como as informações populares sobre o local de venda e sobre a pessoa dos apelantes, tudo isto indica uma relativa habitualidade delitiva, a apontar a incompatibilidade de aplicação de outras medidas cautelares, notadamente de restrição domiciliar ou limitação de fim de semana, e a necessidade de manutenção de sua segregação cautelar. 8 - Apelação conhecida e desprovida, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.33. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005565-0

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.005565-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: CAMPO MAIOR/1ª VARA
APELANTE: LEONARDO REIS OLIVEIRA
ADVOGADO(S): CARLA YÁSCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR (PI006003)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. FURTO QUALIFICADO MAJORADO. ESCALADA. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. BAGATELA PRÓPRIA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO PRIVILEGIADO. REQUISITOS AUSENTES. REPOUSO NOTURNO. COMPROVAÇÃO. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. MAJORANTE. PERCENTUAL RAZOÁVEL. MULTA. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PERSISTÊNCIA DELITIVA. MEDIDAS DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - A materialidade e a autoria delitivas se encontram suficientemente comprovadas nos autos, pelos autos de apresentação e apreensão e de restituição e pelos testemunhos dos policiais militares que efetuaram as diligências e prenderam o apelante. A vítima, ouvida judicialmente, corrobora a primeira versão narrada pelo apelante, indicando que encontrou a escada encostada na parede de sua casa, no quintal, bem como algumas telhas retiradas. A propósito, os policiais que compareceram ao local do crime também constataram a presença da referida escada e ainda a falta das referidas telhas. 2 - Para o reconhecimento da incidência da qualificadora da escalada (art. 155, § 4°, II, do CP), em regra é indispensável a realização de exame pericial. Entretanto, referido exame pode ser afastado quando o delito não deixar vestígios, quando estes tiverem desparecido ou, ainda, quando as circunstâncias do crime não permitirem a confecção do laudo. Diga-se ainda que a escalada não deixa vestígios, sendo possível comprová-la através de depoimentos, como no caso dos autos, uma vez que se cinge na comprovação do esforço incomum do agente para alcançar altura superior à alcançável pelo homo medius. 3 - A aplicação da bagatela, sobretudo nos crimes patrimoniais, demanda a presença cumulativa de quatro condições objetivas: (a) mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento, e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. No caso, a conduta do apelante, como narrada na inicial acusatória e acolhida integralmente pelo magistrado a quo, não pode ser considerada inexpressiva para fins penais, devendo ser afastada a pretensão de aplicação do princípio da insignificância. 4 - Na espécie, é incabível a desclassificação para o tipo de furto privilegiado, vez que, primeiro, não é de pequeno valor os bens furtados, notadamente o aparelho de som e o botijão de gás. Segundo, conforme noticia o próprio magistrado, o apelante não é primário, mas reincidente e contumaz na prática destes mesmos delitos patrimoniais. 5 - Ao contrário do que alega a defesa, restou suficientemente comprovada a majorante referente ao repouso noturno, notadamente pelo depoimento da vítima, pelos testemunhos dos policiais, e ainda pelo próprio interrogatório do apelante, todos indicando que o furto foi praticado no início da madrugada. 6 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. No caso, o magistrado fixou a pena base acima do mínimo legal em face de uma circunstância judicial desfavorável, analisada de forma concreta, bem como aplicou corretamente as circunstâncias agravante e atenuante e ainda a majorante referente ao repouso noturno, diga-se, em percentual razoável. 7 - O delito imputado ao apelante fixa no seu preceito secundário tanto a pena privativa de liberdade como a pena pecuniária, de pagamento de multa. Neste contexto, não pode o julgador discricionariamente afastar a pena, inexistindo previsão legal para tal benefício. 8 - A segregação cautelar deverá ser mantida quando evidenciado o fumus comissi delicti e ainda presente o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. O magistrado a quo ressaltou que o apelante tem péssima conduta social, sendo contumaz na prática de delitos naquela municipalidade, o que impõe o seu imediato afastamento do meio social, como forma de proteger a

comunidade de sua insistência delitiva. 9 - Apelação conhecida e desprovida, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.34. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.001801-9

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.001801-9
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CRIMINAL
APELANTE: WILLIAN ARAUJO CYRILLO
ADVOGADO(S): JOÃO BATISTA VIANA DO LAGO NETO (PI000000)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
EMENTA
APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO. TEORIA DA IRRELEVÂNCIA PENAL DO FATO. NÃO ACOLHIMENTO. NECESSIDADE CONCRETA DA PENA. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. DOSIMETRIA. PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. MAJORANTE FIXADA NO PERCENTUAL MÍNIMO. MULTA. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1 - O julgador não está obrigado a refutar expressamente todos os argumentos declinados pelas partes na defesa de suas posições processuais, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões deduzidas. No caso dos autos, a tese invocada pelo apelante - de irrelevância penal do fato - foi implicitamente afastada pelo magistrado, que considerou inexistentes quaisquer causas extintivas da punibilidade e concluiu pela efetiva necessidade da aplicação da pena ao apelante. 2 - Enquanto os crimes bagatelares próprios e o princípio da insignificância estão ligados à teoria do crime, sendo caso de atipicidade material, os crimes bagatelares impróprios e o princípio da irrelevância penal, invocado pelo apelante, estão relacionados à teoria da pena, sendo caso de desnecessidade de aplicação da sanção penal. Neste contexto, no exame da necessidade concreta da pena, deve o julgador avaliar a indispensabilidade repressiva e preventiva da sanção penal, quer dizer, deve ele analisar se o interesse estatal em punir tem relevância ou não, se a punição prevista na lei será imprescindível ou não. 3 - No presente caso, a pena estabelecida pelo juízo de piso se mostra necessária para a reprovação da conduta delituosa praticada, bem como para a prevenção de outros crimes similares, nos exatos termos do dispositivo invocado. Desta forma, resta suficientemente demonstrada a imprescindibilidade da pena fixada pelo juízo de origem, devendo ser rejeitadas a aplicação da teoria da irrelevância penal e o argumento de desnecessidade de aplicação da pena. 4 - A materialidade e a autoria delitivas se encontram suficientemente comprovadas nos autos, sobretudo pelo auto de prisão em flagrante, pelo auto de apresentação e apreensão, e pelo auto de restituição da res furtiva, pelo reconhecimento das vítimas, bem como pela sua oitiva judicial e ainda pelos depoimentos coletados. E, corroborando todas essas provas, tanto o apelante como seu comparsa assumiram a conduta delitiva imputada pelo Ministério Público, o que autorizou, inclusive, a consideração da atenuante de confissão, que não foi aplicada pelo óbice da súmula 231 do STJ. 5 - Como cediço, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. No caso, não foram consideradas desfavoráveis nenhuma das circunstâncias judiciais, motivo pelo qual a pena base foi fixada no mínimo legal. A propósito, destaco que a análise conjunta destas circunstâncias judiciais não trouxe nenhum prejuízo à dosimetria da pena imposta. No caso, também não se mostra possível a redução da majoração da terceira fase da dosimetria, referente à aplicação daa causa de aumento de pena de concurso de agentes, vez que foi aplicado o percentual mínimo previsto no tipo, de 1/3 (um terço). 6 - O delito imputado ao apelante - de roubo majorado - fixa no seu preceito secundário tanto a pena privativa de liberdade como a pena pecuniária, de pagamento de multa. Neste contexto, não pode o julgador discricionariamente afastar a pena cominada ao crime, seja privativa de liberdade, restritiva de direito ou ainda de natureza pecuniária, como a multa, inexistindo previsão legal para tal benefício. 7 - Apelação conhecida e desprovida, acordes com o parecer ministerial superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 1ª Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.35. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.003987-4

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.003987-4
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.
ADVOGADO(S): RICARDO BERNARDES MACHADO (RS044811) E OUTRO
APELADO: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): MARCOS ANTONIO ALVES DE ANDRADE (PI005397)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. DESERÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. NULIDADE DA SENTENÇA. JULGAMENTO CITRA PETITA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ICMS-ST. RECOLHIMENTO A MENOR. AUTOS DE INFRAÇÃO. 1. O Estado do Piauí arguiu as prejudiciais de deserção e intempestividade do apelo. A deserção, arguida em razão da insuficiência no recolhimento do valor do preparo, resta prejudicada, porquanto a empresa Apelante, efetuou o recolhimento do complemento do preparo. 2. Quanto à tempestividade, é de se considerar que, no caso, houve a suspensão dos prazos processuais e que o recurso foi interposto no primeiro dia útil após o período de suspensão, de modo que o recorrente atendeu satisfatória ao prazo processual. 3. Nas razões de recorrer a empresa apelante cotejou acerca da nulidade da sentença, por se tratar de decisão citra petita e cerceamento de defesa. 4. Na verdade a Apelante requereu \"a produção de todos os meios de prova em direto admitido, tais como oitiva de testemunhas, perícia contábil, posterior juntada de documentos, e tudo que possa ser útil ou necessário à solução da controvérsia\". Não obstante essa circunstância, não havendo a necessidade de produção de provas, pode o julgador proferir decisão sem que com isso ocasione cerceamento de defesa. Assim, o fato de o magistrado não ter determinado a realização de perícia contábil não enseja cerceamento do direito de defesa. 5. A sentença recorrida, ao decidir a contenda apontou os fatos e circunstância postos na inicial e contestação, além de apresentar a fundamentação devida, de modo que não há que se cogitar de nulidades a ser reconhecida. 6. No mérito em si, trata-se, na origem, de ação anulatória de débito tributário, tendo como objeto desconstituir os autos de infração nº 48.527, 29.275, 48.526, 42.450 e 29.274. 7. Dentre os argumentos exposto para tal fim a Apelante assegura que os autos de infração apresentam vícios insanáveis a justificar a sua validade, dentre eles deficiência de motivação, isto é, insuficiente descrição da matéria tributável; erro de cálculo, já que o Fisco levou em consideração percentuais incorretos de Margem de Valor Agregado - MVA para fins de apuração da base de cálculo do ICMS cobrado em regime de substituição tributária, aplicando-os sobre o valor total da nota e não sobre o valor total dos produtos, como seria o correto; e, ainda, que o

cálculo do ICMS-ST desconsiderou a redução da base de cálculo em relação às operações com medicamentos similares e genéricos. 8. Além dessas impropriedades, a recorrente sustenta que é inadmissível a utilização do preço máximo ao consumidor final para fins de determinação da base de cálculo do ICMS-ST, haja vista que esse valor não reflete a média dos preços usualmente praticados pelo mercado varejista, por ser muito superior e, portanto, imprestável para fins de cálculo do ICMS-ST. 9. Denota-se, da descrição do fato, que os autos de infração não apontam objetivamente a infração que a Apelante teria praticado. E, do mesmo modo, não indica os demonstrativos de cálculos que instrui os autos de infração fiscal. Deixam, portanto, de apontar as corretas margens de agregação aplicáveis às operações promovidas pela autora. 10. Ora, se os agentes Fiscais admitem, que as margens de valor agregado, utilizadas pela recorrente, assim como as deduções estão incorretas, deveriam, por óbvio, apontar de forma clara e objetiva, quais os parâmetros que deveriam ser levados em conta para efeito de determinação da base de cálculo do ICMS-ST, em acatamento à regra do art. 142, CTN. 11. Acrescente-se que a necessidade da descrição completa da matéria tributária decorre, também, do fundamento constitucional incerto no art. 5º, inciso LV, CF, que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recurso a ele inerentes. 12. Ressalte-se que ocorre no caso descompasso quanto ao cálculo referente à apuração do ICMS-ST, e legislação aplicável, pairando divergência quanto à aplicação do Percentual de Margem de Valor Agregado (MVA), assim como, deixaram de aplicar os percentuais de redução da base de cálculo do ICMS-ST, por ocasião da lavratura dos autos de infração. 13. É de se destacar que a base de cálculo representa o aspecto fundamental da estrutura de qualquer espécie de tributo, porquanto, a partir desse elemento é que se afere a dimensão da obrigação pecuniária, além de quantificar o objeto da imposição fiscal. 14. Ausentes tais pressupostos, os autos de infração questionados padece de vícios de nulidade insanável. 15. Por tudo o que foi exposto e considerando o mais que dos autos constam afastando as preliminares suscitadas, conhece-se do apelo para dar-lhe provimento, reformando-se a sentença recorrida, dando-se pela procedência da demanda, declarando, em consequência, a nulidade dos autos infracionais objeto da ação. Prejudicado o agravo regimental intentado pelo Estado do Piauí.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de intempestividade, de acordo com o parecer verbal do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. José Ribamar da Costa Assunção, afastar a prejudicial de nulidade da sentença e, no mérito, votar pelo conhecimento e PROVIMENTO do apelo, para reformar a sentença recorrida, dando-se pela procedência da demanda, declarando, em consequência, a nulidade dos autos infracionais objeto da ação. Prejudicado o agravo regimental intentado pelo Estado do Piauí. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar a sua intervenção.

10.36. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.004699-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.004699-0
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ALFA BEBIDAS E COMERCIO LTDA. E OUTROS
ADVOGADO(S): LEONARDO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS (PI004138) E OUTROS
APELADO: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): MARCOS ANTONIO ALVES DE ANDRADE (PI005397)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. VIA RECURSAL INADEQUADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. DESACOLHIMENTO. 1. O acórdão embargado foi fundamentado com base em jurisprudência consolidada nos tribunais pátrios, pelo que se depreende que a matéria controvertida foi suficientemente deliberada, por fundamentação proba, lógica e clara. 2. A atribuição de efeitos infringentes ou modificação do julgado, assim em sede de embargos de declaração, somente é admissível em casos excepcionais, os quais exigem, necessariamente, a ocorrência de qualquer dos vícios previstos no art. 1.022 Código de Processo Civil, hipótese não configurada nos autos. 3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e desacolhimento dos embargos, uma vez que não há quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, hipótese não configurada nos autos.

10.37. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2016.0001.003677-4

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2016.0001.003677-4
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: AVELINO LOPES/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE MORRO CABEÇA NO TEMPO-PI
ADVOGADO(S): MAURICIO DA SILVA VIEIRA (PI008208) E OUTRO
REQUERIDO: IOLANDA MENDES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO(S): WESLLEY MOREIRA DOS SANTOS (PI006338) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO. DECRETO MUNICIPAL. EXONERAÇÃO DE SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REVOGAÇÃO DO DECRETO. SENTENÇA MANTIDA.. Cuida-se, na origem, de mandado de segurança impugnando Decreto Municipal que exonerou as impetrantes/Apeladas..A sentença recorrida deu pela procedência da ação, anulando o ato impugnado com o retorno das Impetrantes a seus cargos. O ato emanado da Administração, desfavorável às impetrantes, impunha-se a observância da ampla defesa e do contraditório para modificação do ato administrativo, uma vez que se trata de matéria de ordem pública. Ainda que se considere irregular a nomeação das recorridas, não pode a Administração simplesmente afastá-las, sem ao menos assegurar o devido processo legal O decreto municipal impugnado, apesar de apresentar motivação, não privilegiou o devido processo legal, de modo a assegurar o contraditório e a ampla defesa. Acentue-se que a nomeação das impetrantes para os cargos públicos que ocupavam se deu após prévia aprovação em concurso público. Recursos conhecidos e improvidos, em anuência com o opinativo do Ministério Público Superior.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e improvimento dos recursos, em anuência com o opinativo do Ministério Público Superior.

10.38. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.010450-7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.010450-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: AMARANTE/VARA ÚNICA

APELANTE: RITA DE CÁSSIA MOURA SOARES
ADVOGADO(S): FLAVIO ALMEIDA MARTINS (PI003161) E OUTROS
APELADO: MUNICÍPIO DE AMARANTE-PI
ADVOGADO(S): MARCOS FERREIRA LIMA (PI007070B) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO, INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DO PASEP C/C OBRIGAÇÃO DE DAR. CABIMENTO. PRECEDENTE. 1. A contratação dos agentes comunitários de saúde não foi expressamente regulada na Carta Política/88, mas passou a receber peculiar tratamento com a EC nº 51/2006, ou seja, no ano de 2006 foi incluso no texto da Constituição o § 4º, no art. 198, pelo qual os gestores municipais poderiam admitir agentes através de processo seletivo. Assim, após a criação deste dispositivo constitucional, a jurisprudência do STJ assentou que o processo seletivo público previsto no art. 198, §4°, não se confunde propriamente com a exigência de concurso público previsto no art. 37, II, da CF, mas é uma nova forma de provimento no serviço público consistente em um processo seletivo simplificado, para a admissão dos agentes comunitário de saúde e agentes de combate à endemias. 2. Logo, a EC n° 51/2006 previu, de maneira expressa que o processo seletivo passa a ser o método obrigatório dos agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias (art. 2º caput). 3. Conforme os autos, a apelante exerce a função de agente comunitário de saúde desde 1998, aprovada por meio de teste seletivo realizado pela Secretaria de Saúde, do Estado do Piauí, no âmbito do Município de Amarante-PI. 4. No tocante ao adicional por tempo de serviço, trata-se de verba prevista no art. 56, do referido estatuto, como apontou a Apelante. Art. 56 ? O Adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público efetivo, observando o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) incidente sobre o vencimento básico a cargo efetivo, ainda que investido em função ou cargo de confiança. Parágrafo único ? O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o quinquênio, referido artigo exige que o funcionário complete 5 (cinco) anos de prestação de "serviço público efetivo", para que receba adicional por tempo de serviço, cujo valor será de 5% (cinco por cento). Percebe-se que, a lei municipal fala em serviço público efetivo. 5. Neste caso, o vínculo da recorrente sempre foi estatutário, contudo, nem sempre foi efetivo, pois, inicialmente, esta foi admitida como servidora temporária, e só com a edição da Lei Municipal n° 720/2002 passou a ter vínculo efetivo com a municipalidade. 6. Diante disso, o requisito temporal para a concessão do adicional por tempo de serviço apenas deve ser contado a partir do momento em que a Apelante se tornou servidora efetiva, o que ocorreu em 14/10/2002, com a edição da lei mencionada. Portanto, in caso, não faz jus ao recebimento as verbas de adicional por tempo de serviço, em relação ao período inicial de sua contratação, como requer na inicial, já que, neste período, a natureza de seu vínculo funcional era temporário e, não, efetivo, como exige o art. 56, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Amarante-PI. 7. Quanto a indenização substituta do PASEP, não há como negar o direito da Apelante ao recebimento da indenização substitutiva do PASEP, uma vez que ficou comprovado nos autos ter direito ao recebimento do abono previsto na Lei n 7.859/89 e o Apelado não se desincumbiu do ônus de provar que a inscreveu oportunamente no referido programa. A par disso, a condenação deverá se limitar nas prestações vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, ou seja, 03/08/2011, tendo em vista que as anteriores já foram alcançadas pela prescrição, de acordo com o art. 1° do Decreto 20.910/32 e Súmula 85, do STF. 8. Recurso conhecido e parcialmente provido.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do recurso, e, no mérito, dar-lhes PARCIAL PROVIMENTO para condenar o município Apelado ao pagamento de indenização substitutiva do PASEP, quanto as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação, ocorrida em 03/08/2011, mas dar pela improcedência da condenação ao pagamento das verbas pretéritas de adicional por tempo de serviço, quanto ao mesmo período. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.39. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.005443-7

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.005443-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: STRANS-SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
ADVOGADO(S): MARCUS VINICIUS MONTE MORAES (PI008527) E OUTRO
REQUERIDO: LISY MARIA SILVA
ADVOGADO(S): REGINALDO CORREIA MOREIRA (PI001053)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
Apelação Cível. Ação de Indenização por Danos Morais. 1. O Código Civil é bastante preciso quando preconiza sobre o dever de indenizar de quem comete ato ilícito, nos termos de seus artigos 186 e 927. 2. A caracterização da ocorrência dos danos morais depende da prova do nexo de causalidade entre o fato gerador do dano e suas consequências nocivas à moral do ofendido, o que resta claro no caso dos autos. 3. No que diz respeito ao quantum indenizatório, verifica-se que o ressarcimento do dano moral abrange duas forças: uma de caráter punitivo, visando a castigar o causador do dano pela ofensa que praticou; outra, de caráter compensatório, que proporcionará à vítima algum bem em contrapartida ao mal sofrido. 4. Recurso Conhecido e Improvido. O Ministério Público Superior não emitiu parecer de mérito. Decisão Unanime
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Piauí, a unanimidade, em votar pelo conhecimento e improvimento, para manter a sentença em todos os seus termos e fundamentos. O Ministério Público Superior não emitiu parecer de mérito.

10.40. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.004663-2

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.004663-2
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: PARNAÍBA/4ª VARA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI
ADVOGADO(S): WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO (PI002644) E OUTROS
REQUERIDO: LUCYARA MACHADO DE ANDRADE
ADVOGADO(S): MANOEL MESQUITA DE ARAÚJO NETO (PI006289B)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL QUE PRORROGA A VALIDADE DE TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO. NECESSÁRIA PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS REALIZADOS. RESPEITO À ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO. Conhecimento e improvimento do recurso, de acordo com o parecer do Ministério Público Superior. Decisão Unanime.
DECISÃO
Acordam os Componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em

conhecimento e improvimento do recurso de acordo com o parecer do Ministério Público Superior.

10.41. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2013.0001.003554-9

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2013.0001.003554-9
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): JORGE LUCAS DE SOUSA LEAL LOPES (PI015842) E OUTRO
REQUERIDO: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADO(S): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA (PI004640) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. VIA RECURSAL INADEQUADA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. DESACOLHIMENTO. 1. O acórdão embargado foi fundamentado com base em jurisprudência consolidada nos tribunais pátrios, pelo que se depreende que a matéria controvertida foi suficientemente resolvida, por fundamentação íntegra, coerente e clara. 2. A atribuição de efeitos infringentes ou modificação do julgado, assim como o prequestionamento em sede de embargos de declaração, somente é admissível em casos excepcionais, os quais exigem, necessariamente, a ocorrência de qualquer dos vícios previstos no art. 1.022 Código de Processo Civil, hipótese não configurada nos autos. 3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e desacolhimento dos embargos, uma vez que não há quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, hipótese não configurada nos autos

10.42. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.001931-7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.001931-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICÍPIO DE TERESINA-PI
ADVOGADO(S): IVALDO CARNEIRO FONTENELE JUNIOR (PI003160) E OUTRO
APELADO: BERNARDO DOS SANTOS MELO
ADVOGADO(S): KELSON VIEIRA DE MACEDO (PI004470) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. OMISSÕES ALEGADAS PELO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI. NÃO ACOLHIMENTO. 1. Na forma apresentada, o embargante alegou que não fora analisado o art. 1.299, do Código Civil, deixando de adentrar na questão da necessidade de controle e fiscalização das construções no âmbito dos ordenamentos normativos; que o embargado realizou obra de reforma e ampliação sem a devida licença e projeto. 2. Com efeito, a construção clandestina pode ser embargada e demolida porque em tal caso o particular está incidindo em ilícito administrativo decorrente da falta de licenciamento do projeto. 3. Todavia, observo que as alegações do embargante são genéricas e vagas de regularização. Além do mais, a conclusão adotada no aresto foi devidamente fundamentada, não havendo que se falar em omissão. 4. Embargados de declaração desacolhidos.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e desacolhimento dos embargos, uma vez que não há quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, hipótese não configurada nos autos.

10.43. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.003905-2

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.003905-2
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: BATALHA/VARA ÚNICA
APELANTE: MUNICÍPIO DE BATALHA-PI E OUTRO
ADVOGADO(S): ADRIANO MOURA DE CARVALHO (PI004503) E OUTROS
APELADO: MUNICÍPIO DE BATALHA-PI E OUTRO
ADVOGADO(S): ADRIANO MOURA DE CARVALHO (PI004503) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. CUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS DE PROFESSOR. CARGA HORÁRIA DE 80 HORAS SEMANAIS. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA EFICIÊNCIA. 1. Conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, ante a acumulação de cargos públicos que perfazem jornada de trabalho excedente à 60 (sessenta) horas semanais, a pretensão esbarra em entendimento consolidado pelo STJ, segundo o qual a compatibilidade de horários exigida não deve ser entendida apenas como a ausência de conflito entre as jornadas, impondo-se observar o tempo de repouso necessário para preservar a higidez física e mental do trabalhador e, em consequência, sua produtividade. 2. Neste caso, o autor aprovado na seleção, demonstrando a compatibilidade de horário para o exercício do cargo de professor não encontra óbice legal para tanto, desse modo à sentença foi proferida em obediência aos comandos legais constitucional e infraconstitucional, não havendo reparo a ser efetivado. 3. Quanto aos danos morais e a retenção indevida de salários, alegada, acentuo que embora o processo administrativo contra o autor, com a finalidade de apuração de acumulação de cargos públicos, teve sua decisão prolatada em 02/04/2014, tendo o apelante alegado que desde fevereiro do mesmo ano, o município reduziu seus vencimentos. 4. Assim, tendo a decisão administrativa sido proferida em 03/04/2014, reconhecendo a incompatibilidade dos cargos ocupados pelo recorrente, tem-se, por conseguinte, que a redução da jornada de trabalho e do respectivo vencimento do apelante, só poderia ser efetuada a partir de maio/2014. Todavia, ficou provado nos autos que os vencimentos do recorrente fora reduzido antes da finalização do processo administrativo, adotando o Município conduta arbitrária, contrariando o contraditório e a ampla defesa. 5. Recuro conhecido e desprovido, sentença mantida.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso de apelação, mas negar-lhe provimento, para manter a sentença recorrida em todos os seus termos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.44. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2014.0001.009142-9

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2014.0001.009142-9
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: FRANCISCA XAVIER MARTINS
ADVOGADO(S): GIL ALVES DOS SANTOS (PI001143) E OUTRO
AGRAVADO: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ-IAPEP/PLAMTA
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.022 DO CPC. INTERPOSIÇÃO COM O FITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A estreita via dos embargos declaratórios não se compraz com o equivocado intuito de se querer, com fins infringentes, rediscutir matérias em cujos pontos o aresto não foi favorável à parte embargante, tanto mais porque ausente omissão, contradição ou obscuridade no julgado. 2. Ainda que opostos à guisa de prequestionamento, os embargos declaratórios devem respeito aos limites inseridos no art. 1022 do Código de Processo Civil, ou, à existência de omissão, contradição ou obscuridade. 3. Do exposto, voto pelo conhecimento e Improvimento dos Embargos Declaratórios. É como voto.
DECISÃO
: Acordam os componentes da 2ª Câmera Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e desacolhimento dos embargos, uma vez que não há quaisquer dos vícios previstos no art. 1022 do Código de Processo Civil, hipóteses não configurada nos autos.

10.45. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2017.0001.000718-3

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2017.0001.000718-3
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
IMPETRANTE: MARINA MARIA FIORESE PHILIPPI
ADVOGADO(S): GUSTAVO LAGE FORTES (PI007947)
IMPETRADO: DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - CESPE/UNB E OUTROS
ADVOGADO(S): DANILO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS (PI003552)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. PROVA DE TÍTULOS. COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA JURÍDICA (ATIVIDADE ADVOCATÍCIA) CONFORME ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA OAB. RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE SE MOSTRA DESARRAZOADA E ABUSIVA. NECESSÁRIA INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO PARA SANAR A ILEGALIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA. É no Edital que se estabelecem as regras utilizadas para a pontuação dos títulos, com a devida publicidade. Estas disposições deverão ser uniformes para todos os candidatos; no entanto, o Poder Judiciário pode, excepcionalmente, avaliar se é lícita a conduta da Administração que recusa os títulos apresentados pelo candidato. Numa análise do caderno processual, verificamos que a conduta da administração pública em rejeitar o título comprobatório do exercício da advocacia pela autora, por não ter a candidata apresentado a declaração de seus clientes informando o período da relação contratual (item 13.9, \"d\" do edital 01/2013), mostra-se desarrazoada e abusiva. Tem razão a impetrante, quando afirma que a prova do efetivo exercício da advocacia pode se realizar de forma autônoma por meio dos documentos previstos no art. 5º, parágrafo único, do Regulamento Geral do Estatuto da OAB (norma de âmbito nacional editada pela entidade competente para regulamentar e fiscalizar o exercício profissional da advocacia). Esse foi, inclusive, o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (decisão de fls. 154/155), em situação semelhante à dos autos, onde o requerente questiona, junto ao referido Conselho, os critérios fixados no edital do certame para Outorga de Delegação de Serventias Extrajudiciais do Estado do Piauí, regido pelo Edital nº01/2013, acerca da comprovação do exercício da advocacia. Assim, mostra-se razoável a impetrante fazer uso da prerrogativa estabelecida no art. 5º, parágrafo único, do Regulamento Geral da Advocacia e da OAB, pois verificamos que a candidata/requerente apresentou cópia do diploma de bacharel em Direito, cópia de Certidão da OAB - seccional de Santa Catarina, cópias de certidões expedidas por cartórios e pelas secretarias judiciais relativas aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013; cumprindo, portanto, os critérios e exigências legais. Por esse motivo, entendo que, nesse ponto, a conduta da Administração Pública, em não pontuar os títulos de prática advocatícia apresentados pela autora, estão totalmente desprovidos de razoabilidade, causando, sérios danos e prejuízos à candidata. Ante o exposto e em consonância com o Ministério Público Superior, VOTO pela concessão da segurança requestada, mantendo-se os efeitos da liminar concedida em fls. 178/186.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pela concessão da segurança requestada, mantendo-se os efeitos da liminar concedida em fls. 178/186, em consonância com o parecer do Ministério Público Superior.

10.46. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.005795-9

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.005795-9
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: NATÁLIA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S): JOSE DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA (PI001984)
APELADO: ESTADO DO PIAUÍ E OUTRO
ADVOGADO(S): ALVARO FERNANDO DA ROCHA MOTA (PI000300B) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. PENSÃO POR MORTE. MONTEPIO MILITAR. FILHA MAIOR DE 21 ANOS SOLTEIRA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI 3.373/58. 1) Aduz autora que, para a concessão da pensão por morte e do montepio é necessária a conjugação concomitante de 3 requisitos, a saber: ser o instituidor segurado; o evento morte; e ser o requerente dependente legal do instituidor, pois bem, no presente caso, instituidor segurado era policial militar, com seu falecimento a mãe da requerente, Constância da Silva Pereira, passou a ser titular de pensão por morte, tendo esta falecido em 16/01/1997, conforme certidão de óbito anexa. Sendo que, a dependência da postulante para com o pai é decorrência de lei vigente à época do evento morte. Com efeito, rezavam os arts. 127 e 128, do Lei 3.128/71. 2) No entanto, com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, restaram revogadas todas as leis que estabelecem pensões a filhas inuptas. Importante frisar que conforme a jurisprudência dominante do STF, as leis anteriores e contrárias à Constituição Federal são simplesmente revogadas, independentemente de pronunciamento de inconstitucionalidade. Além disso, o montepio militar foi extinto legalmente no ano de 2006, por meio da Lei Complementar Estadual nº 66/06, que ressalvou o direito adquirido dos dependentes e herdeiros dos militares até a data de início de vigência da referida lei estadual (art. 1º). Ou seja, quem possuía o direito adquirido até aquela data e quem poderia continuar recebendo a pensão, como ressaltou a própria lei. Porém não é essa a situação do requerente, já que no momento da morte de seu pai, ocorrida em 1997, bem como no ano de 2003, por ocasião do falecimento de sua genitora, a requerente já era maior e capaz em ambos os momentos. 3) Com isso

conclui-se que é inconstitucional a concessão do benefício em virtude da maioridade e da capacidade plena da requerente de poder manter o seu próprio sustento. 4) Do exposto, e verificada a regularidade e fundamentação de 1º grau, voto pelo conhecimento do apelo, mas para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão vergastada.
DECISÃO
Acordam os componentes da 2ª Câmera de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento do apelo, mas negar-lhe provimento, para manter incólume a decisão vergastada. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.47. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009590-4

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009590-4
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: MARIA RIBEIRO COSTA
ADVOGADO(S): SIGIFROI MORENO FILHO (PI002425)
REQUERIDO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA-PI
ADVOGADO(S): INALDO PIRES GALVAO (PI001142) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAIS. SEQUELAS DECORRENTES DA FALTA DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE. 1) Nos termos do Código Civil, que, no capítulo que trata da responsabilidade civil, estabelece no art. 927 que \"Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.\" 2) Do exame dos autos, não vislumbro qualquer reforma a ser feita na sentença. Ficou evidente pelo conjunto probatório que a omissão do ente público no fornecimento e no monitoramento da correta utilização dos EPIS, constitui causa do evento danoso, devido a falha no cumprimento de um dos seus deveres, qual seja, o de zelar pelas normas de proteção à saúde, higiene e segurança do trabalho. Assim sendo, ficou evidente o nexo de causalidade entre a omissão da Apelante e o dano suportado pela parte autora, devendo portanto, haver a indenização da Fundação Municipal de Saúde, pelo não impedimento do evento, expondo a autora a situação em questão. 3) Reconhecido o dever de indenizar, no que se refere à fixação do quantum indenizatório, é aconselhável que seja proporcional ao prejuízo causado, sem olvidar do caráter pedagógico da pena, que deve punir o causador da lesão e compensar o ofendido, sem, no entanto, levar ao enriquecimento ilícito de qualquer das partes, sempre atentando à razoabilidade. 5) No caso dos autos, atento aos vetores acima, e levando em consideração as circunstâncias do caso concreto, cabível a indenizatório no valor de R$ 20.000,00, quantia esta que se mostra adequada ao caso concreto, atingindo sua função reparatória e punitiva. 4) Com essas considerações, voto pelo conhecimento e Improvimento do apelo, para que seja mantida a sentença recorrida em todos os seus termos. É como voto.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmera de Direito público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento IMPROVIMENTO do apelo, para manter a sentença recorrida em todos os seus termos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.48. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.010109-9

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.010109-9
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: SINDSERM-SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERESINA-PI
ADVOGADO(S): RAMSÉS EDUARDO PINHEIRO MORAIS SOUSA (PI008307) E OUTROS
APELADO: PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA-PI E OUTRO
ADVOGADO(S): LORENA RAMOS RIBEIRO GONÇALVES (PI005241)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. DEMISSÃO. POSSIBILIDADE. CONTRATO NULO. 1) O apelante alegou em suas razões que a decisão de piso ignorou a petição inicial, fundamentando sua decisão no art. 37, II, da CF/88. Que o caso concreto faz emergir um conflito entre o princípio da legalidade e o princípio da segurança jurídica, deixando de observar o princípio da segurança jurídica, com o ato da administração pública que demitiu os servidores públicos. 2) Não assiste razão aos apelantes/substituídos. O art. 37, II da nossa carta Magna é clara quando estabelece o Princípio do concurso público, qual seja: Art. 37, II da CF - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. 3) As Exceções à regra do concurso público, são apenas quando se tratar de cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração e quando for contratação temporária prevista no art. 37, IX da Constituição Federal. 4) O art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias também estabelece uma exceção ao concurso público, qual seja; Art. 19: Os Servidores Públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da Administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há, pelo menos, cinco anos continuados, e que tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público. 5) Na presente demanda, não existe fundamentação legal para amparar a pretensão do Impetrante, uma vez que, exercem cargos públicos sem a prévia aprovação em concurso público, consoante afirmado na petição inicial e também com a análise dos documentos juntados aos autos. Conclui-se portanto que os servidores Municipais aqui presentes, não se encontram amparados pela estabilidade garantida na CF, já que nem foram aprovados em concurso Público, nos termos do art. 37, II, também, nem se enquadram na exceção estabelecida no art. 19 do ADCT, posto que não contam com os 05 anos de serviço público contínuo anterior a data da promulgação da Constituição Federal. Com tudo isso, evidencia-se que é nula a contratação de pessoal pela Administração Pública sem a observância de prévia aprovação em concurso público, razão pela qual não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos empregados eventualmente contratados, ressalvados os direitos à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. 6) Do exposto, e verificada a regularidade e fundamentação de primeiro grau, voto pelo conhecimento do apelo, mas para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão vergastada. É como voto. 7) O Ministério Público deixou de opinar, ante a ausência de interesse público a justificar sua intervenção.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmera de Direito Público do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento do apelo, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter incólume a decisão vergastada. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.49. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.009745-0

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.009745-0
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ-DETRAN-PI
ADVOGADO(S): ANIBAL MOREIRA VIANA (PI000939) E OUTROS
REQUERIDO: FRANCISCO JORGE DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ALBER DE MOURA NUNES (PI001248)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LIBERAÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO - 1) O caso ora sob análise, gira em torno do descontentamento do apelante, por conta da sentença do juiz a quo que confirmou a liminar de fls. 40 e declarou nulo os atos administrativos que resultaram na apreensão do veículo do impetrante. 2) Alega o órgão recorrente que o autor do Mandado de Segurança, não trouxe aos autos uma única prova de que a autoridade-recorrente praticou ato lesivo ao seu direito e que cabia a ele trazer ao processo, prova de que o apelante condicionou a renovação do licenciamento do seu veículo ao pagamento de multa, da qual a infratora não foi notificada. 3)É ilegal condicionar o pagamento de multas atrasadas à liberação do veículo, uma vez que para tanto seria necessária a existência do devido processo legal, sob pena de ofensa ao disposto no artigo 5º, LIV da Constituição Federal, além disso, o CTB, é claro ao dizer que o auto de infração deverá ter prévio juízo, ou seja, antes da aplicação da pena, deverá o infrator ser notificado com 30 dias de antecedência. 4) Verificando detidamente os autos, não foi encontrado nenhuma prova de que o autor, tenha sido notificado, como exige a lei, para que assim possa produzir a sua defesa, como garante nossa CF. 4) Do exposto, e verificada a regularidade e fundamentação de 1º grau, voto pelo conhecimento do apelo, mas para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão vergastada. É o voto.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmera de Direito Público do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento do apelo, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter incólume a decisão vergastada. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.50. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.013165-5

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.013165-5
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): ANTONIO LINCOLN ANDRADE NOGUEIRA (PI007187)
APELADO: MARIANO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): MARCELO MARTINS EULALIO (PI002850) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. JUSTIÇA GRATUITA. 1) Quanto ao pedido de Justiça Gratuita, deve aqui ser aplicado as novas regras estabelecidas no novo CPC, que em seu art. 98, estabelece que se dará a gratuidade da justiça a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. 2) A celeuma gira em torno do fato do acidente de trânsito entre o veículo de propriedade do Estado do Piauí e uma motocicleta pertencente ao autor da ação de reparação de danos, aqui apelado. Em se tratando de Responsabilidade Civil, comprovado o fato decorrente de qualquer das ocorrências por ato de negligência, imprudência ou imperícia praticada, emerge o elemento culpa como pressuposto da responsabilidade a ser penalizada com o dever de reparar o ofendido, que, neste caso, mesmo envidando esforços e de acordo com as provas trazidas aos autos não se vislumbra qualquer das excludentes de responsabilidade em detrimento ao dano patrimonial. 3) Analisando detidamente as provas constante nos autos, verificou-se através do laudo pericial do acidente, às fls. 18/21, que a causa determinante da tragédia deveu-se ao comportamento do condutor do veículo pertence ao Estado do Piauí. Esse mesmo laudo, não menciona qualquer culpa por parte do apelado, a perícia inclusive constatou que o veículo adentrou na faixa esquerda, onde se encontrava a motocicleta, causando prejuízo para livre circulação da mesma, que trafegava normalmente na sua respectiva mão de direção. Com esses argumentos, fica excluída a alegação de culpa estatal de exclusão de responsabilidade civil por culpa exclusiva da vítima. Importante frisar que o fato de não apresentar carteira de motorista à época do acidente, não retira do Estado a obrigação de indenizar os danos causados, ante a responsabilidade do poder público ser objetiva. 4) Com efeito, do conjunto fático probatório carreado aos autos, fundada na prova documental e nos dispositivos legais atinentes, resultou da comprovação do dano e do nexo de causalidade. Havendo, pois, o dano causado por culpa do recorrente impõe-se o dever de indenizar com o arbitramento do valor da indenização que deve ser fixado em obediência aos critérios de Razoabilidade e Proporcionalidade, uma vez que não restou comprovada qualquer das excludentes de responsabilidade. Ademais, a própria Constituição Republicana consagrou tal entendimento, asseverando no bojo do § 6º do art. 37 que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa". Assim, em resumo, o Estado responde objetivamente pelo dano, desde que comprovados o nexo causal entre o fato lesivo e o dano, bem como o seu montante. 5) Cabe aqui assinalar que, consoante entendimento pacificado pela jurisprudência pátria, a fixação do valor indenizatório, por Danos Morais, a cargo do livre arbítrio do magistrado, obedecendo-se, no entanto, a compatibilidade da situação econômica das partes e as circunstâncias do evento danoso, de modo que a fixação do valor indenizatório atrela-se a fatores relacionados com a finalidade dupla da condenação, isto é, o valor do dano moral deve servir ao mesmo tempo como compensação e punição, proporcionando a compensação dos abalos causados à vítima. 6) Do exposto, e verificada a regularidade e fundamentação de primeiro grau, voto pelo conhecimento do apelo, mas para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão vergastada. É como voto.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmera de Direito público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento do apelo, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter incólume a decisão vergastada. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.51. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2016.0001.009739-8

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2016.0001.009739-8
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
IMPETRANTE: EDPOOL RANCHELL MESSIAS DA ROCHA
ADVOGADO(S): EDPOOL RANCHELL MESSIAS DA ROSA (PI009924)
IMPETRADO: SECRETARIO(A) DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA

ELEITA. REJEIÇÃO. MÉRITO. PRETERIÇÃO DO DIREITO DO IMPETRANTE. QUEBRA DA ORDEM CLASSIFICATÓRIA. SEGURANÇA DEFERIDA. Da apreciação do caderno processual, verificamos que tem razão o impetrante quando, por meio de mandado de segurança, resolve atacar ato omissivo que prejudicara a sua convocação para realizar curso de formação para ingresso na carreira de Agente de Polícia Civil, com a subsequente nomeação para o referido cargo. Mesmo tendo obtido êxito, sendo-lhe garantida a 24ª colocação, por meio de decisão judicial transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança nº 2014.0001.006223-6,o fato é que os candidatos classificados na 25ª, 26ª, 27ª e 28ª colocação já participaram do curso de formação, no entanto, o Impetrante até a data da impetração não havia sido convocado; o que demonstra mais uma violação a seu direito líquido e certo. Sendo assim, rejeito a prejudicial de inadequação da via eleita apontada pelo Estado do Piauí. O mandado de segurança, ação civil de rito sumário, tem lugar quando o agente sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder. Exige-se, pois, além dos pressupostos processuais e das condições da ação, pressupostos específicos, entre eles, especialmente, a existência de direito líquido e certo. Por esse pressuposto, deve restar demonstrada a certeza jurídica, o direito subjetivo próprio do impetrante e objeto determinado. No caso dos autos, observamos que o impetrante indicou e defendeu a legitimidade passiva ad causam do Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí, na qualidade de autoridade coatora, posto que seria esta a autoridade que divulgou o edital do aludido concurso público (Edital 01/2012 - DOE nº 64, de 03/04/2012), para matrícula no Curso de Formação para ingresso no cargo de agente da polícia civil 3ª Classe, bem como o edital - DOE nº 22 de 02/02/2016 que convocou os candidatos aprovados em ordem de classificação para tomar posse. Sabemos também que, embora a ofensa a direito líquido e certo do direito do autor possa ter se originado da ação ou omissão do Secretário de Segurança Pública, o fato é que o provimento dos cargos públicos estaduais é de competência do Governador do Estado do Piauí. Assim, necessário é que se realize a notificação do Governador do Estado do Piauí para, no prazo legal, apresentar as informações que tiver. Ressalte-se, ainda, que o art. 6º, § 3º, da Lei 12.016/2009 permite ao julgador, pela análise do ato impugnado na exordial, identificar corretamente o impetrado no mandado de segurança, não ficando restrito à eventual literalidade de equivocada indicação. Desde que, pela leitura da inicial e exame da documentação anexada, seja viável a identificação correta da autoridade responsável pelo ato impugnado no writ, nada obsta que o julgador determine que a notificação seja adequadamente direcionada ou que possibilite ao impetrante oportunidade para emendar a inicial, sanando a falha, corrigindo-se, nessas hipóteses, equívoco facilmente perceptível.[1] Por outro lado, temos que, ao analisar os autos, verificamos que o impetrante foi aprovado no certame na 24ª (vigésima quarta) colocação para o cargo de agente de polícia civil do Estado do Piauí - 3ª Classe (doc. fl.103), e que os candidatos que ocupavam ordem de classificação inferior ao impetrante já foram, inclusive, nomeados e empossados, conforme consta do documento de fl.117. Isso sem falar que o prazo de validade do referido certame encerrou, em 23 de NOVEMBRO de 2016, o que fortalece o direito líquido e certo do impetrante. Face ao exposto e em consonância com o parecer ministerial superior, VOTO pela concessão da segurança requestada, confirmando-se a liminar deferida às fls. 128/131. É o voto.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, votar pela concessão da segurança requestada, confirmando-se a liminar deferida às fls. 128/131, em consonância com o parecer ministerial superior.

10.52. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.008002-7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.008002-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: PEDRO II/VARA ÚNICA
APELANTE: MUNICÍPIO DE MILTON BRANDÃO
ADVOGADO(S): MAURO BENICIO DA SILVA JUNIOR (PI002646)
APELADO: MARIA LUZANIR DA SILVA SOUSA
ADVOGADO(S): ABIMAEL ALVES DE HOLANDA (PI002215)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PREJUDICIAIS DE NULIDADE DA CITAÇÃO E DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REJEIÇÃO. MÉRITO. JORNADA DE TRABALHO. PROFESSOR COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS. REDUÇÃO PARA 25 HORAS. ILEGALIDADE QUE VIOLA DIREITO DO SERVIDOR PÚBLICO. 1. Conforme verificamos nos autos, não há qualquer nulidade ou vício na citação do Município apelante, posto que o mesmo foi regularmente citado - certidão de fls. 101 - V, o que nos faz rejeitar a preliminar de nulidade de citação. No que pertinente à alegativa de ausência de direito líquido e certo da impetrante, é importante observar que o presente feito trata de uma ação ordinária de obrigação de fazer e não de um mandado de segurança. Apesar disso, as provas constantes dos autos foram suficientes para demonstrar o direito da autora. Com isso, não resta outra alternativa senão a de afastar a preliminar de ausência de direito líquido e certo. 2.MÉRITO. Da análise dos autos, observa-se que a APELADA é servidora pública estável - cargo de Professor Classe A - Educação da rede municipal com carga horária de 40 horas semanais. Ocorre que, mesmo tendo sido aprovada no certame para desempenhar uma jornada de 40 horas semanais, conforme edital, a autora tem sido submetida a uma jornada de 25 horas semanais, causando-lhe prejuízos de ordem financeira; o que demonstra que a Administração Pública não arcou com o próprio compromisso veiculado no instrumento convocatório do concurso. Demais disso, devemos ressaltar o direito de \"progressão salarial\", posto que desde que ingressou no serviço público, a servidora permanece no nível inicial da carreira. Ressalte-se, ainda, o direito de remoção da autora, para prestar serviço na sede do município onde trabalha seu marido. Assim, teve razão o juízo a quo quando entendeu que no caso em apreço, não resta dúvidas da ilegalidade do ato praticado pelo ente público, \" garantindo a remoção da requerente para prestar serviços na sede do município onde trabalha seu cônjuge, Classe \"B\", nível IV, com 40 horas semanais, devendo ser calculado o valor das vantagens concedidas a partir do ajuizamento da ação ordinária\", pois a prova acostada aos autos é inequívoca e foi capaz de produzir convencimento seguro acerca da verossimilhança das alegações apresentadas na inicial.\" Por outro lado, a jurisprudência entende que ainda que a lei reduza a jornada de trabalho do servidor público, esta deve respeitar a irredutibilidade dos vencimentos, o que não ocorreu no caso em testilha, pois o Município agravante reduziu a jornada de trabalho de seus professores, legalizando um salário inferior ao que os docentes teriam direito (40 horas - previsão editalícia). Ante o exposto e o mais que dos autos constam, VOTO pelo Conhecimento e Improcedência do Apelo, mantendo-se a sentença vergastada em todos os termos e fundamentos. É o Voto. O Ministério Público Superior deixou de opinar, ante a ausência de interesse público a justificar sua intervenção.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, votar pelo conhecimento e improcedência do apelo, para manter a sentença vergastada em todos os seus termos e fundamentos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.53. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.008636-4

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.008636-4
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: OEIRAS/2ª VARA
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI
ADVOGADO(S): IGOR MARTINS FERREIRA DE CARVALHO (PI005085) E OUTRO

AGRAVADO: ANGELINA ANTONIA VALENTIM
ADVOGADO(S): DAISY DOS SANTOS MARQUES (DF041996)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SAÚDE. CONCESSÃO DE MEDICAMENTOS. DIREITO ASSEGURADO CONSTITUCIONALMENTE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1) A saúde é um bem jurídico que goza de amparo constitucional no plano federal, estadual e municipal, expresso no art. 23 da Carta Magna e a negativa do fornecimento de medicamentos viola as garantias dos cidadãos, máxime dos carentes. 2) A obrigação de prestar assistência à saúde é dever comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, devendo estes entes promover as condições necessárias para garanti-la. 3) Assim, pode o autor pleitear do Município o fornecimento dos medicamentos e produtos complementares diretamente ligados ao tratamento que necessita, pois é uma garantia constitucional. No caso em análise, conclui-se que a decisão agravada sob exame não merece nenhum reparo ou reprimenda uma vez que o autor/agravado, conforme provas anexadas, conseguiu demonstrar que foi estava acometido de doença (DIABETES TIPO 2 - CID 10 e 10.7), necessitando do uso da medicação INSULINA LANTUS, 20 UN POR DIA e GALVUS 50 MG. O direito à saúde se revela como um direito fundamental, sendo dever do Estado, no sentido lato, promover a efetiva prestação dos serviços de saúde em benefício dos cidadãos, mediante a implantação de políticas públicas capazes de atender aos reclamos sociais. 4) A Constituição Federal (art. 5º) erigiu a saúde como um direito de todos e dever do Estado (art. 196). Daí concluir-se que é obrigação do Estado, no sentido genérico (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios), assegurar às pessoas o amplo acesso ao tratamento das moléstias, em especial as mais graves, e, assim, para encampar a obrigação, instituiu-se o Sistema Único de Saúde, composto por todos os entes federados, para atender a todos, sobretudo, aos mais necessitados. 5) Assim, o direito à saúde, enquanto direito fundamental inserido no âmbito da seguridade social, foi alcançado à categoria de direito público subjetivo do cidadão, (art. 5º, caput e § 2º, c/c art. 6º, caput, CF), isto como consequência indissociável do direito à vida, garantindo-se o mínimo de existência do ser humano. 6) Ante o exposto e o mais que dos autos constam, VOTO PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, mantendo-se a decisão atacada em todos os termos e fundamentos. É o voto.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo Conhecimento e Improvimento do Recurso de Agravo de Instrumento, para manter a decisão atacada em todos os termos e fundamentos, conforme o parecer ministerial superior.

10.54. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.004414-6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.004414-6
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/8ª VARA CÍVEL
APELANTE: ALEXANDRE VITOR TAPETY E SILVA DO REGO MONTEIRO E OUTRO
ADVOGADO(S): VANESSA MELO OLIVEIRA DE ASSUNÇÃO (PI003137) E OUTROS
APELADO: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADO(S): ANTONIO LUIZ RODRIGUES FELINTO DE MELO (PI001067) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
CIVIL E PROCESSUAL. APELAÇÃO. SEGURO DE VIDA. DOENÇA PREEXISTENTE. CONHECIMENTO PELO SEGURADO. MÁ FÉ RECONHECIDA. DECISÃO MANTIDA. 1. A doença preexistente pode ser oposta pela seguradora quando houver prévio exame médico ou prova inequívoca da má fé do segurado. 2. Como condição para firmar o contrato de seguro, a companhia seguradora exigiu a declaração do contratante acerca do seu estado de saúde. Mesmo assim, o contratante declarou se encontrar em boas condições de saúde, o fazendo contrariamente à realidade de sua situação. 3. Assim, com base no quadro fático-probatório nos autos, restou demonstrado que o segurado, genitor dos apelantes possuía conhecimento da existência da patologia relacionada à sua morte. 4. Recurso conhecido e improvido para manter a sentença recorrida em seus próprios termos.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e improvimento do apelo, mantendo a bem prolatada decisão recorrida. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.55. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.005750-2

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.005750-2
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/10ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: BARTOLOMEU FERREIRA DE SOUSA
ADVOGADO(S): RÔMULO DE SOUSA MENDES (PI008005)
REQUERIDO: DISAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
ADVOGADO(S): EDEMILSON KOJI MOTODA (SP231747) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
AÇÃO REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO - IDENTIDADE DE CAUSA DE PEDIR REMOTA - ELO COMUM DO DIREITO MATERIAL - CONEXÃO - EXISTÊNCIA- PROCESSAMENTO E JULGAMENTO CONJUNTO - Voto pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a liminar concedida. O Ministério Público Superior não emitiu parecer de mérito.
DECISÃO
Acordam os Componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e provimento do recurso de agravo de instrumento, para manter a liminar concedida. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar

10.56. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.006579-3

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.006579-3
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA CÍVEL
APELANTE: ELIZABETH SILVA CARVALHO
ADVOGADO(S): CLÁUDIO SOARES DE BRITO FILHO (PI003849) E OUTRO
APELADO: PORTAL EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADVOGADO(S): RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS (PI003047) E OUTROS

RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. OMISSÃO E OBSCURIDADE. REAPRECIAÇÃO DA MATÉRIA. RECURSO PROTELATÓRIO. 1. A Embargante sustenta a ocorrência dos vícios de omissão e obscuridade no julgado deduzindo que não houve apreciação das justificativas apesentadas para dispensa do pagamento das custas processuais. Alega que a decisão embargada carece de fundamento enquanto exigência prevista no art. 93, IX da Constituição Federal. Mesmo assim, a decisão embargada destacou que a Apelante, não logrou comprovar sua condição de hipossuficiência, tendo, inclusive efetuado o pagamento das custas iniciais. Nos termos do artigo. 99, § 2º, CPC, havendo elementos nos autos que evidenciam a falta dos pressupostos legais, pode ser denegado o pedido de gratuidade. Extrai-se do acórdão que todas as insurgências enumeradas pela embargante foram suficientemente superadas no corpo do julgado e, sendo assim, o seu inconformismo, evidentemente, decorre da conclusão do julgado que foi contrário aos seus interesses e, com isso, pretende a todo custo a reapreciação da matéria já decidida, inadmissível pela via dos Embargos de declaração. Descabe, desse modo, em sede de embargos de declaração, a rediscussão de matéria exaustivamente analisada pelo acórdão embargado. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, não havendo no acórdão recorrido qualquer afronta ao disposto no art. 1.022, I e II, CPC, em conhecer dos embargos, mas para negar-lhes provimento.

10.57. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.007414-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.007414-0
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: BATALHA/VARA ÚNICA
APELANTE: AGESPISA-ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A.
ADVOGADO(S): ANA MARIA GUIMARAES LIMA (PI001540) E OUTROS
APELADO: MARIA JOSE DE CARVALHO SOUSA
ADVOGADO(S): RAMON COSTA LIMA (PI008037)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE ÁGUA PRECÁRIO. O Código Civil é bastante preciso quando preconiza sobre o dever de indenizar de quem comete ato ilícito, nos termos de seus artigos 186 e 927, in litteris: \"Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927 - Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.\"A contante e injustificada interrupção do serviço na região da apelada, ha bastante tempo, tudo conforme informado pela própria apelante - é inegável o dever de reparar o dano moral sofrido pela parte autora. Voto pelo conhecimento e improvimento do recurso, o Ministério Público Superior não emitiu parecer de mérito. Decisão Unanime.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Piauí, a unanimidade, em conhecer do presente recurso, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas votar pelo seu improvimento, para manutenção incólume a sentença vergastada. O Ministério Público Superior não emitiu parecer de mérito.

10.58. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.009313-0

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.009313-0
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: FRONTEIRAS/VARA ÚNICA
REQUERENTE: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADO(S): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA (PI004640) E OUTROS
REQUERIDO: LUANA ELMA DA CONCEIÇÃO LEAL
ADVOGADO(S): RUBENS BATISTA FILHO (PI007275)E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
Agravo de Instrumento. Pedido de Concessão de liminar negado. Quanto a preliminar de nulidade da decisão a quo, está não merece prosperar pois a decisão a quo, pois a mesma vem fundamentada, embora que sucintamente, o que não pode ser confundido com falta de fundamentação. Preliminar rejeitada. Nas hipóteses de apuração de consumo irregular, decorrente de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento segundo o qual é ilegal a interrupção no fornecimento de energia elétrica, de dívida apurada e imposta unilateralmente. Por outro lado, o Código de Defesa do Consumidor determina, ainda, no art. 42 que qualquer coação ou constrangimento ao consumidor, como a suspensão do fornecimento de energia elétrica, na cobrança de débitos, deve ser evitado. Assim, é de se concluir que o corte no fornecimento de serviço essencial, como a energia elétrica, só pode ser possível em situações excepcionais. Conhecimento e improvimento do recurso. O Ministério Público Superior não emitiu parecer de mérito. Decisão Unanime
DECISÃO
Acordam os Componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecimento e improvimento do recurso. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.59. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.009528-6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.009528-6
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/7ª VARA CÍVEL
APELANTE: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA.
ADVOGADO(S): MARIA LUCILIA GOMES (SP084206) E OUTROS
APELADO: KATIA LILVANDA SOUSA SILVA SAN
ADVOGADO(S): GLEYCIANNE DA SILVA OLIVEIRA DUMONT VIEIRA (PI004285) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL DO CONTRATO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Nos termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a teoria do adimplemento substancial não se aplica aos contratos de financiamento com garantia de alienação fiduciária regida pelo Decreto-lei nº 911/69, isso porque sua aplicação caracterizaria restrição não prevista em lei à utilização da ação de busca e apreensão com fundamento na extensão da mora ou da proporção do inadimplemento. 2. A regra jurisprudencial geral da inaplicabilidade da teoria do adimplemento substancial a contratos de financiamento com garantia fiduciária, torna-se inviável a busca e apreensão do bem, dispondo o credor da ação de cobrança, para buscar seu crédito. 3. Recurso

Conhecido e IMPROVIDO.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento, mas improvimento do recurso, para manter a decisão recorrida em seus próprios termos e fundamentos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.60. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.002553-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.002553-0
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CÍVEL
APELANTE: FRANCISCO SERGIO DA SILVA
ADVOGADO(S): MANUEL BARBOSA BEZERRA (PI002743) E OUTRO
APELADO: PAG CONTAS SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO LTDA.
ADVOGADO(S): FABRICIO PAZ IBIAPINA (PI002933)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. AFASTADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ACORDO HOMOLOGADO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. 1. O apelado alegou preliminarmente a intempestividade do recurso, uma vez que o apelante apresentou o apelo no último dia do prazo. Conforme consta dos autos o recorrente foi intimado da sentença no dia 10/12/12, numa segunda-feira (DJ nº 7.180), iniciando-se a contagem do prazo recursal na terça-feira dia 11/12/12, sendo suspensos os prazos em razão do recesso forense, reiniciando no dia 07/01/2013, com término dia 14/01/2013, tendo o apelante interposto o recurso no último dia do prazo, às 17h13min, conforme protocolização à fl. 97. Logo, o recurso encontra-se tempestivo, nos termos da Resolução nº 11/2011, art. 4º, que estabelece que: As petições e recursos devem ser protocolizados nas agências dos Correios no Estado do Piauí, somente sendo reconhecidos como tempestivos os protocolos efetuados durante o horário de expediente forense da Justiça Estadual, de 7:30 às 18:00 horas, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 08/2007, deste Tribunal, sendo que petições e documentos protocolizados em horário posterior serão considerados como se apresentados no dia útil subsequente. 2. Por outro lado, de acordo com entendimento pacificado na jurisprudência, aquele que deu causa à propositura da ação de embargos de terceiro, deve arcar com o pagamento dos ônus da sucumbência, em face do princípio da causalidade, tendo em vista que o apelante insurge-se apenas quanto aos honorários e o reembolso do pagamento das custas processuais. 3. Quanto à sentença de fls. 94/95, considerando que foi homologado acordo entre as partes litigantes nos autos da Ação de Despejo (fls. 71/73), quedada a extinção com a perda superveniente do objeto nela discutido. 4. Recurso conhecido e provido, contrariamente ao parecer Ministerial, afastando a preliminar de intempestividade suscitada pelo apelado, para que seja dado seguimento a execução em seus ulteriores termos.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em afastar a preliminar de intempestividade suscitada pelo apelado, voto pelo conhecimento e provimento do recurso, para que seja dado seguimento a execução em seus ulteriores termos, contrariamente ao parecer do Ministério Público Superior.

10.61. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.010736-7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.010736-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA CÍVEL
APELANTE: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ
ADVOGADO(S): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA (PI004640) E OUTROS
APELADO: TERESA MENDES BARBOSA
ADVOGADO(S): SARA MARIA ARAUJO MELO (PI004044)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FRAUDE EM MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. NÃO COMPROVAÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO APURADO. DANO MORAL CONFIGURADO. RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 414/2010 DA ANEEL. REQUISITOS ESPECÍFICOS. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. É legítima a verificação pela concessionária, do regular funcionamento e medição das unidades medidoras de energia elétrica dos consumidores em geral. Todavia, deve obedecer a critérios específicos na Resolução Normativa n. 414/2010, cuja observância é que causará legalidade ao ato. 2. Assim, não cumpridas às formalidades legais, e restando obscura as circunstâncias em que se baseia a comissão administrativa que apura os fatos, acertadas a sentença de piso que considerou a inexistência do débito ante a não comprovação da irregularidade apontada. 3. Nada obstante, considerando que efetivamente tivesse se caracterizado a fraude, a jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é no sentido que o inadimplemento por suposta fraude no medidor não autoriza a suspensão no fornecimento de energia elétrica. 3. Recurso conhecido e desprovido.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento e desprovimento do recurso, para manter a sentença recorrida em todos os seus termos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.62. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.010267-9

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.010267-9
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/3ª VARA CÍVEL
AGRAVANTE: ANTONIO IVAN E SILVA
ADVOGADO(S): AYLTON KAECIO BARBOSA MACEDO (PI014540)
AGRAVADO: LUAUTO IMÓVEIS LTDA.
ADVOGADO(S): LUANN DO MONTE RESENDE (PI010854)E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSO CIVIL - RECURSO DE APELAÇÃO - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - COMPETÊNCIA DA SEGUNDA INSTÂNCIA - INTELIGÊNCIA DO ART. 1.010, § 3º DO NCPC - REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA - PROVIMENTO DO RECURSO. - Com efeito, não há mais, após a vigência do NCPC, duplo juízo de admissibilidade do recurso de apelação, como previsto no § 1º do art. 542 do CPC/1973, que atribuía aos tribunais a competência para proceder à "admissão ou não do recurso". Não há como subsistir a

decisão agravada que não recebeu o recurso de apelação, vez que do juízo de admissibilidade do recurso de apelação deve ser realizado pelo Tribunal ad quem, nos termos do art. 1.010, §3º, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, voto pelo conhecimento e provimento ao recurso para reformar a decisão agravada. O Ministério Público Superior não emitiu parecer de mérito. Decisão Unanime.
DECISÃO
Acordam os Componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecimento e provimento do recurso para manter a sentença em todos os seus termos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.63. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.007931-5

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.007931-5
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: SÃO JOÃO DO PIAUÍ/VARA ÚNICA
REQUERENTE: JOSE FILHO DIAS
ADVOGADO(S): DANIELA COELHO DIAS (SP345957)
REQUERIDO: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
Agravo de Instrumento. Restabelecimento no fornecimento de energia elétrica. Pedido de Concessão de liminar. Nas hipóteses de apuração de consumo irregular, decorrente de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento segundo o qual é ilegal a interrupção no fornecimento de energia elétrica, de dívida apurada e imposta unilateralmente. Por outro lado, o Código de Defesa do Consumidor determina, ainda, no art. 42 que qualquer coação ou constrangimento ao consumidor, como a suspensão do fornecimento de energia elétrica, na cobrança de débitos, deve ser evitado. Assim, é de se concluir que o corte no fornecimento de serviço essencial, como a energia elétrica, só pode ser possível em situações excepcionais. Conhecimento e provimento do recurso, o Ministério Público não emitiu parecer de mérito.
DECISÃO
Acordam os Componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecimento e provimento do recurso para manter a sentença em todos os seus termos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.64. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.009712-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.009712-0
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/7ª VARA CÍVEL
APELANTE: ANTONIO JOSÉ LIMA DA SILVA FILHO
ADVOGADO(S): MAURÍCIO CEDENIR DE LIMA (PI005142) E OUTRO
APELADO: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR. TARIFAS BANCÁRIAS. DÉBITO DE TARIFAS NÃO AUTORIZADAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. APLICAÇÃO DO CDC E DO PRINCÍPIO REBUS SIC STAMTIBUS. NECESSIDADE DE PERÍCIA CONTÁBIL PARA APURAÇÃO DA PRÁTICA DO ANATOCISMO. JUSTIÇA GRATUITA. SENTENÇA ANULADA. BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. 1. As relações de consumo que envolvem as instituições bancárias encontram-se sob o regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei nº 8.078, de 11.09.90), por força do disposto no seu art. 3º, § 2º, que considera serviço da atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista. Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, traduzido no enunciado da Súmula n. 297, verbis: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. " 2. Necessária se faz a realização de perícia a fim de que seja demonstrada ou não a autenticidade do contrato, através de planilha de cálculos justificando a cobrança excessiva de juros ou não através dos cálculos realizados pela contadoria Judicial deste Tribunal. 3. Conhecimento do recurso e dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. 4. Votação Unânime
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.65. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2013.0001.005428-3

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2013.0001.005428-3
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: MANOEL EMÍDIO/VARA ÚNICA
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S): WILSON SALES BELCHIOR (CE017314) E OUTROS
APELADO: ORIEL MARTINS DA ROCHA
ADVOGADO(S): LAERCIO CARDOSO VASCONCELOS (PI010200)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. REQUISITOS. 1. Os embargos de declaração cabem apenas para corrigir obscuridade, contradição, omissão de ponto que exigia pronunciamento ou para corrigir erro material. Conforme consta dos autos, a sentença a quo condenou o apelante a pagar a título de danos morais o valor de R$ 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais). Todavia, o magistrado de piso condicionou que os consectários legais, deveriam ser computados sobre o valor da causa, qual seja, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), mantida por esta e. Câmara. 2. Assim, resta evidente que, tendo sido mantida a sentença no ponto em liça (condenação em danos morais), houve no julgado erro material a ser sanado. 3. Destarte, constatado o equívoco material no acórdão, cumpre ser corrigido, consoante disposto pelo artigo 1.022, inciso III, para que a disposição feita no acórdão de fls138/140-v, passe a constar como segue: A condenação do apelante, ante a alteração do julgamento nesta via recursal, resta circunscrita ao pagamento de R$ 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais), correspondentes ao valor despendido a título de indenização por dano moral, devidamente corrigido e acrescido de juros legais, sobre o valor da condenação, segundo a dicção do art. 85, §

2º, do CPC/2015 e não sobre o valor da causa, como consta da sentença. 3. Embargos de declaração acolhidos, à unanimidade.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em acolher os Embargos de Declaração, para que seja corrigido o erro material apontado, devendo os consectários legais ser aplicados sobre o valor da condenação, segundo a dicção do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

10.66. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.000226-7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.000226-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA CÍVEL
APELANTE: MARIA IVONETE ALENCAR DE SOUSA
APELADO: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADO(S): MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (PE020397) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR. TARIFAS BANCÁRIAS. DÉBITO DE TARIFAS NÃO AUTORIZADAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. APLICAÇÃO DO CDC E DO PRINCÍPIO REBUS SIC STAMTIBUS. NECESSIDADE DE PERÍCIA CONTÁBIL PARA APURAÇÃO DA PRÁTICA DO ANATOCISMO. JUSTIÇA GRATUITA. SENTENÇA ANULADA. BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. 1. As relações de consumo que envolvem as instituições bancárias encontram-se sob o regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei nº 8.078, de 11.09.90), por força do disposto no seu art. 3º, § 2º, que considera serviço da atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista. Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, traduzido no enunciado da Súmula n. 297, verbis: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. " 2. Necessária se faz a realização de perícia a fim de que seja demonstrada ou não a autenticidade do contrato, através de planilha de cálculos justificando a cobrança excessiva de juros ou não através dos cálculos realizados pela contadoria Judicial deste Tribunal. 3. Conhecimento do recurso e dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. 4. Votação Unânime
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.67. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.000663-7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.000663-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/8ª VARA CÍVEL
APELANTE: MARIA DOS SANTOS RIBEIRO
ADVOGADO(S): MAURÍCIO CEDENIR DE LIMA (PI005142) E OUTROS
APELADO: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR. TARIFAS BANCÁRIAS. DÉBITO DE TARIFAS NÃO AUTORIZADAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. APLICAÇÃO DO CDC E DO PRINCÍPIO REBUS SIC STAMTIBUS. NECESSIDADE DE PERÍCIA CONTÁBIL PARA APURAÇÃO DA PRÁTICA DO ANATOCISMO. JUSTIÇA GRATUITA. SENTENÇA ANULADA. BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. 1. As relações de consumo que envolvem as instituições bancárias encontram-se sob o regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei nº 8.078, de 11.09.90), por força do disposto no seu art. 3º, § 2º, que considera serviço da atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista. Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, traduzido no enunciado da Súmula n. 297, verbis: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. " 2. Necessária se faz a realização de perícia a fim de que seja demonstrada ou não a autenticidade do contrato, através de planilha de cálculos justificando a cobrança excessiva de juros ou não através dos cálculos realizados pela contadoria Judicial deste Tribunal. 3. Conhecimento do recurso e dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. 4. Votação Unânime
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.68. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.003424-4

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.003424-4
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: PARNAÍBA/1ª VARA
APELANTE: JOSÉ ELIVEUDO SOUSA DAMASCENO
ADVOGADO(S): LUIZ ANTONIO FURTADO DA COSTA (PI003250) E OUTRO
APELADO: BANCO PANAMERICANO S.A.
ADVOGADO(S): LILIANA PEREIRA DA SILVA (BA033911) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR. TARIFAS BANCÁRIAS. DÉBITO DE TARIFAS NÃO AUTORIZADAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. APLICAÇÃO DO CDC E DO PRINCÍPIO REBUS SIC STAMTIBUS. NECESSIDADE DE PERÍCIA CONTÁBIL PARA APURAÇÃO DA PRÁTICA DO ANATOCISMO. JUSTIÇA GRATUITA. SENTENÇA ANULADA. BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. 1. As relações de consumo que envolvem as instituições bancárias encontram-se sob o regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei nº 8.078, de 11.09.90), por força do disposto no seu art. 3º, § 2º, que considera serviço da atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, salvo as

decorrentes das relações de caráter trabalhista. Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, traduzido no enunciado da Súmula n. 297, verbis: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. " 2. Necessária se faz a realização de perícia a fim de que seja demonstrada ou não a autenticidade do contrato, através de planilha de cálculos justificando a cobrança excessiva de juros ou não através dos cálculos realizados pela contadoria Judicial deste Tribunal. 3. Conhecimento do recurso e dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. 4. Votação Unânime
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, dar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão recorrida, determinando a remessa dos presentes autos à Vara de origem, para que seja realizada a devida instrução probatória, a fim de esclarecer os pontos controversos dos autos, indispensáveis ao julgamento da lide. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.69. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.005009-2

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.005009-2
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: ISAÍAS COELHO/VARA ÚNICA
APELANTE: LUCIANA FERREIRA DE CARVALHO SILVA E OUTRO
ADVOGADO(S): EDER DE SOUSA CARVALHO (PI008898) E OUTRO
APELADO: GISEUDA ALVES DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADO(S): CLAUDI PINHEIRO DE ARAUJO (PI000264B)E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAL. RECURSO IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA A QUO 1) Na apelação interposta por LUCIANA FERREIRA DE CARVALHO SILVA verifica-se o inconformismo da mesma em relação ao valor da indenização por danos morais fixados pelo Juízo a quo, requerendo assim sua majoração, bem como o deferimento do pleito de reparação de danos materiais. 2) Já o apelo interposto por Giseuda Alves de Sousa Teixeira, verifica-se o inconformismo desta em face da decisão exarada que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, alegando que não praticou nenhum ato ilícito capaz de ensejar qualquer condenação indenizatória inexistência de fato lesivo à honra ou à imagem. 3) No caso em tela, ficou comprovado pelas provas testemunhais que houve sim ofensa à honra da autora LUCIANA FERREIRA DE CARVALHO SILVA, posto que foram atribuídas a ela condutas reprováveis, o que lhe causou prejuízos irreparáveis à sua honra, que inclusive prejudicaram o relacionamento com seu marido. 4) Dessa forma, no que diz respeito ao quantum indenizatório, embora a rigor não haja um critério objetivo para quantificar o valor atribuível em casos de danos morais, deve-se levar em conta, de um lado, a intensidade dos danos sofridos e, de outro, a capacidade financeira do ofensor, por isso entendo que o valor arbitrado pelo juiz a quo é coerente com a ofensa e com a situação financeira do réu, devendo portanto, ser mantida. 5) Do exposto, e verificada a regularidade e fundamentação de primeiro grau, voto pelo conhecimento do apelo, mas para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão vergastada. É o voto
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmera de Direito público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento do apelo, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter incólume a decisão vergastada. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.70. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.005144-7

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.005144-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CÍVEL
APELANTE: REMAZA NOVATERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
ADVOGADO(S): ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (CE010952) E OUTROS
APELADO: APARECIDA DE MARIA DOS SANTOS MELO
ADVOGADO(S): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (PI002523) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGOS PROVIDOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA A QUO. 1. O Embargante alegou que houve omissão no acórdão quanto ao regramento a ser utilizado para efetiva comprovação da mora e constituição válida e regular da ação de busca e apreensão e que essa omissão incide sobre elemento essencial de mérito da matéria, hábil por consequência a determinar a mudança na linha de orientação do julgado. 2. Da leitura dos embargos ora em análise, de fato resta razão ao Embargante, posto que ao ser proferida a sentença pelo juiz a quo, há 8 anos, ele teve como base decisões reiteradas no sentido de extinguir a ação de busca e apreensão caso a notificação extrajudicial tivesse sido realizada por cartório incompetente para tal. Ou seja, deve ser aplicada aqui a lei no tempo e na época em que foi prolatada a sentença a quo, quando as regras de fato eram no sentido de que \" O TABELIÃO DE NOTAS NÃO PODERÁ PRATICAR ATOS DE SEU OFÍCIO FORA DO O MUNICÍPIO PARA O QUAL RECEBEU DELEGAÇÃO\", por isso merece reforma o acórdão embargado. 3. Estabelecendo essa regra, observa-se que a notificação extrajudicial do alienante fora ineficaz, haja vista que não procedida por serventia cartorária competente. Destarte, os serviços respectivos devem ser praticados na circunscrição do Município para o qual o cartório recebeu delegação, em observância ao princípio da territorialidade dos registros públicos, tal a leitura do artigo 9º, da Lei nº 8.935/94: Art. 9º - O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação. 4. Isto posto, ante o acima consignado, conheço dos presentes Embargos Declaratórios, dando lhe provimento, para determinar a reforma do acórdão no sentido de manter a sentença de 1º em todos os seus termos. É O VOTO.
DECISÃO
Acordam os componentes da 2ª Câmera Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos presentes Embargos Declaratórios, e dar-lhes provimento, para determinar a reforma do acórdão no sentido de manter a sentença de 1º grau em todos os seus termos.

10.71. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2009.0001.004394-4

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2009.0001.004394-4
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): LEONARDO BARROSO COUTINHO (PI006517A) E OUTROS
REQUERIDO: CONSTRUTORA F. RAMALHO LTDA.

ADVOGADO(S): AMANDA COELHO COUTO REIS (DF020170) E OUTROS
RELATOR: DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
EMENTA
EMBARGOS DECLARATÓRIOS - TRIBUTÁRIO - OMISSÃO/CONTRADIÇÃO - INEXISTÊNCIA - DECISÃO MANTIDA - EMBARGOS REJEITADOS. 1. Cumpre destacar que, em regra, a legislação tributária se aplica a fatos futuros, conforme disposto no artigo 105, do CTN. A regra deste dispositivo deve observar o contido no artigo 150, III, \'\'a\'\' da CF/88, que versa sobre o Princípio da Irretroatividade Tributária, que impõe a proibição do efeito retroativo da legislação tributária, impedindo que se volte no tempo para alcançar atos ou fatos já praticados. 2. Há, contudo, duas exceções, que podem ser aplicadas, quais sejam: a lei mais benéfica e a lei interpretativa, conforme previsto no art. 106, do CTN. Assim, se a lei nova que regular formalidades como modificar aspectos quanto ao sujeito passivo da obrigação, ou hipótese de incidência etc., deverá ser aplicada a retroatividade da lei que mais beneficie o contribuinte. 3. Destaca-se que o Decreto Estadual nº 10.952/2002, apesar de posterior ao ingresso desta ação, por conter dispositivos benéficos ao contribuinte, foi ele aplicado. 4. Também sem razão a parte embargante ao postular a incidência de acréscimos monetários nas parcelas de depósito, pois como exposto, o valor de três por cento (3%) deveria incidir apenas sobre o valor das Notas Fiscais de Aquisição, não considerando o ganho financeiro aplicado, somente incidindo sobre o mesmo os juros de lei e correção monetária, visto que, calcular o índice devido ao Fisco sobre o valor nominal e sobre os ganhos financeiros incidentes sobre este, configuraria hipótese de enriquecimento sem causa. Portanto, não há que se falar em omissão ou contradição no acórdão ora vergastado. 5. Recurso conhecido e rejeitado à unanimidade.
DECISÃO
\"Vistos, relatados e discutidos estes autos, A C O R D A M os componentes da Egrégia 3ª. Câmara Especializada Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em conhecer do recurso interposto, uma vez que se encontram com os seus requisitos de admissibilidade, mas os rejeito, mantendo o acórdão ora embargado em sua integralidade.\"

10.72. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.013486-3

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.013486-3
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE TERESINA-PI
ADVOGADO(S): KAYO DOUGLAS MESQUITA NEGREIROS (PI002851)
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO e VEDAÇÃO LEGAL DE CONCESSÃO DE LIMINAR PARA PAGAMENTO DE QUALQUER NATUREZA PELA FAZENDA PÚBLICA - PRELIMINARES REJEITADAS TENDO EM VISTA QUE NÃO FORAM OBJETO DA DECISÃO AGRAVADA - PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO SUSCITADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO SUPERIOR - PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA PARTE NO PROSSEGUIMENTO DO RECURSO. PERDA DE OBJETO. 1 - No caso, o agravante apenas tomou ciência da decisão guerreada na véspera do evento, em 16.11.2016, o que inviabilizou seu cumprimento. 2 - Tendo em vista que o evento já correu sem que tenha sido possível cumprir a determinação legal não subsiste interesse processual do agravante, impondo-se o reconhecimento da perda do objeto do presente recurso. 3 - Agravo de Instrumento Prejudicado.
DECISÃO
Acordam os componentes da Egrégia 4ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, conheceram do Agravo de Instrumento, pois, preenchidos os pressupostos processuais de sua admissibilidade, para acolher a preliminar de perda de objeto suscitada pelo Ministério Público Superior.

11. DESPACHOS E DECISÕES - SEGUNDO GRAU

11.1. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.008475-0

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.008475-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA/ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
REQUERENTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): PAULO HENRIQUE SA COSTA (PI)
REQUERIDO: MIRIAN RAQUEL DA PENHA RIBEIRO
ADVOGADO(S): ARIANA LEITE E SILVA (PI)
RELATOR: DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DE ALTURA MÍNIMA. PREVISÃO NO EDITAL E NA LEI Nº 6.513/95. EXCLUSÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. A Lei Estadual nº 5.377/04, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Penitenciários do Estado do Piauí, em seu art. 18, II, condiciona para o ingresso, dentre outros requisitos, o requisito de altura mínima, exigindo que o candidato tenha, no mínimo, 1,60 m (um metro e sessenta centímetros) de altura, se do sexo masculino, e 1.55 m (um metro e cinquente e cinco centímetros) de altura, se do sexo feminino, para investidura no cargo de Agente. EFEITO SUSPENSIVO DEFERIDO.
RESUMO DA DECISÃO
Diante destas circunstâncias, DEFIRO o pedido formulado pelo Agravante, a fim de que seja refornmado o decisium ora hostilizado e, por consequência, validar a decisão da 3ª ETAPA do certame regulado pelo Edital nº 001/2016-SEJUS, que classificou a candidata Mirian Raquel da Penha Ribeiro como INAPTA.

11.2. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2017.0001.005303-0

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2017.0001.005303-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ-IAPEP/PLAMTA
ADVOGADO(S): JONILTON SANTOS LEMOS JR. (PI006648A)
REQUERIDO: MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS DE SOUSA
ADVOGADO(S): ROGERIO NEWTON DE CARVALHO SOUSA (PI001397)
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS INTEMPESTIVOS JÁ QUE INTERPOSTOS APÓS EXAURIDO INTEGRALMENTE O PRAZO LEGAL.NÃO CONHECENDO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NEGANDO-LHE SEGUIMENTO POR SEREM INTEMPESTIVOS.
RESUMO DA DECISÃO
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NEGANDO-LHES SEGUIMENTO por serem INTEMPESTIVOS, com fulcro nos arts. 183, 1.023, e 932, III, ambos do CPC. Custas ex legis.
Transcorrido, in albis, o prazo recursal, e CERTIFICADO o TRÂNSITO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO e ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Cumpra-se, imediatamente.
Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
* RELATOR *

11.3. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009727-5

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009727-5
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: BATALHA/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE BATALHA-PI
ADVOGADO(S): UANDERSON FERREIRA DA SILVA (PI5456) E OUTROS
REQUERIDO: CARLA ANDRÉIA DA SILVA
ADVOGADO(S): GILBERTO DE MELO ESCORCIO (PI7068) E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. CONSTATA-SE O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DE ADMISSIBILIDADE E DOS DEMAIS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS RAZÃO POR QUE CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBENDO-OS SEM EFEITO SUSPENSIVO.
RESUMO DA DECISÃO
Trata-se, in casu, de Embargos de Declaração, nos quais o Embargante requer seja o Recurso conhecido e provido, modificando-se o Acórdão recorrido (fls. 138/143), alegando a ocorrência de vício de omissão.
Analisando-se a peça recursal, constata-se o preenchimento dos requisitos legais de admissibilidade (art. 1.022 e ss., do CPC) e dos demais pressupostos intrínsecos e extrínsecos, razão por que CONHEÇO dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, recebendo-os sem efeito suspensivo, na forma do art. 1.026, do CPC.
Diante dos potenciais efeitos modificativos dos presentes Embargos, DETERMINO a INTIMAÇÃO da EMBARGADA, para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Cumpra-se, imediatamente.
Teresina/PI, 04 de maio de 2018.
Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
* RELATOR *

11.4. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.002312-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.002312-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA CÍVEL
APELANTE: MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADO(S): LEONARDO CERQUEIRA E CARVALHO (PI003844) E OUTROS
APELADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.
ADVOGADO(S): JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA (PI003490) E OUTROS
RELATOR: DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
EMENTA
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - DESISTÊNCIA DO RECURSO - HOMOLOGAÇÃO EFETUADA.
RESUMO DA DECISÃO
Ex positis, acolho o pedido de desistência do recurso ora em questão, com a manutenção da sentença monocrática em todos os seus termos, determinando ainda a devolução dos autos à Vara de Origem para adoção das medidas cabíveis. Intimem-se as partes.

11.5. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.012533-7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.012533-7
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/10ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: GEAP- FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (SP128341) E OUTROS
REQUERIDO: TEREZINHA BRUNO DE OLIVEIRA DANTAS
ADVOGADO(S): ROGERIO NEWTON DE CARVALHO SOUSA (PI001397)
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
DISPOSITIVO
Trata-se, in casu, de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE, contra decisão interlocutória proferida pelo Juiz de Direito da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina/PI, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer (Proc. nº 0012533-23.2017.8.18.0000), ajuizada por TEREZINHA BRUNO DE OLIVEIRA DANTAS, em desfavor da Agravante.
No despacho de fls. 36/37, determinei a intimação da Agravante para complementar a documentação necessária à formação do instrumento, ante a ilegibilidade de algumas cópias, sob pena de inadmissibilidade do Recurso.
À falência de informações nos autos, DETERMINO que a SECRETARIA DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS CÍVEIS deste TJPI EXPEÇA CERTIDÃO acerca do cumprimento, ou não, no prazo legal, do despacho de fls. 36/37.
Cumpra-se, IMEDIATAMENTE.
Teresina/PI, 04 de maio de 2018.

Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
* RELATOR *

11.6. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.003035-3

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.003035-3
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CÍVEL
APELANTE: ALFA BEBIDAS E COMERCIO LTDA. E OUTROS
ADVOGADO(S): DANILO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS (PI003552) E OUTROS
APELADO: BANCO DO BRASIL S. A. E OUTROS
ADVOGADO(S): ADRIANO DANTAS DE OLIVEIRA (PI002981) E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
DISPOSITIVO
Cuida-se de Apelação Cível interposta por ALFA BEBIDAS E COMÉRCIO LTDA, em face da decisão proferida pelo Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, nos autos dos Embargos do Devedor apensado aos autos da Ação de Execução nº. 00198.004372-8, reconhecendo o excesso de execução e determinando que os valores representados pelo contrato originário, sejam atualizados pela Contadoria judicial, com a utilização de índices previstos na legislação vigente, respeitados os percentuais admitidos na cobrança de juros mensais e da multa contratual não superior a 2%.
Perlustrando-se aos autos que acompanham o presente Recurso, denota-se que há evidente erro de autuação dos processos, gerando, por corolário, tumulto à presente demanda. Desse modo, antes de adentrar-se à análise do Recurso de Apelação, chamo novamente o feito à ordem a fim de elucidar relevantes questões ao pleito.
Ab initio, esclarece-se que em razão do tumulto processual, com peças ordenadas de forma equivocada, o anterior Relator, proferiu decisão às fls. 229/231, negando seguimento ao Recurso, eis que intempestivo, gerando, por consequência, a oposição dos Embargos de Declaração constantes às fls. 234/239.
Da aludida oposição dos Aclaratórios, o anterior Relator chamou o feito à ordem, às fls. 252, e reconsiderou a decisão de fls. 229/231, reconhecendo a tempestividade da Apelação e determinando o normal prosseguimento do feito.
A reportada decisão de reconsideração transitou em julgado, sem manifestação das partes, conforme certidão de fls. 254, gerando, por consequência, a perda do objeto dos Embargos Declaratórios opostos. Verifica-se, mais, que, de maneira paralela à tramitação da Apelação Cível (documento original) nos autos dos Embargos do Devedor, foi apresentada cópia do aludido Apelo nos autos em apenso da Execução, acostando-se nos aludidos autos executórios os demais atos processuais decorrentes do Recurso, inclusive, contrarrazões e Recurso Adesivo da parte Apelada.
A tramitação simultânea do Apelo (peça original nos Embargos do Devedor e cópia na Execução), gerou, inclusive, duplicidade no juízo de admissibilidade realizado pelo Magistrado de 1º grau, em datas absolutamente distintas, conforme certidão de fls. 495, da Execução, o que será oportunamente averiguado, quando da análise do Apelo.
Com efeito, no intuito de regularizar os erros de autuação, evitando-se novos equívocos, DETERMINO que a SESCAR-Cível: i) após a sentença de fls. 180/183, nos autos do Embargos do Devedor, em razão da lógica processual, sejam anexados os documentos constantes nos autos em apenso da Execução, a partir das fls. 217, referentes aos Embargos Declaratórios opostos em face da mencionada sentença, até às fls. 267, com a consequente renumeração das páginas; ii) após o despacho do Magistrado de fls. 214-v, nos autos dos Embargos do Devedor, sejam anexados os documentos de fls.268/299, e, ainda, às fls. 347/349, constantes nos autos em apenso da Execução, referentes à cópia da Apelação, certidões cartorárias e despacho de admissibilidade do Magistrado, com a consequente renumeração das páginas; iii) ato contínuo, sejam anexados aos Embargos do Devedor, os documentos de fls. 350/499 dos autos apensados à Execução, referente às contrarrazões, recurso adesivo e demais documentos pertinentes, com a consequente renumeração das páginas; iv) sejam desentranhados os documentos de fls. 337/342, dos autos em apenso à Execução, remetendo-os à Secretaria da 6ª Vara Cível, posto tratar-se de petitórios estranhos ao objeto dos autos;
Após, voltem-me conclusos.
Cumpra-se e intimem-se, imediatamente.
Teresina, 07 de maio de 2018.
Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
RELATOR

11.7. HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.003021-5

HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.003021-5
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
REQUERENTE: WALLYSON SOARES DOS ANJOS
REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS MOURA CASTRO E OUTRO
ADVOGADO(S): WALLYSON SOARES DOS ANJOS (PI010290)
RELATOR: DES. PEDRO DE ALCÂNTARA MACÊDO
EMENTA
PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO - EXCESSO DE PRAZO NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA - LIBERAÇÃO PELA AUTORIDADE COATORA - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - ORDEM PREJUDICADA.
RESUMO DA DECISÃO
Segundo consta das informações prestadas pela autoridade coatora (fl.255), o paciente já havia sido liberado em relação ao processo originário deste writ, porém, encontrava-se cumprindo sanção por quebra de medida, nos autos do processo n°0001905-91.2016.8.18.0005, no qual obteve a liberdade em 11/04/2018, restando, então, prejudicada a ordem. A propósito, dispõe o art. 659 do CPP: Art.659 do CPP - Se o juiz ou Tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal julgará prejudicado o pedido. Posto isso, reconheço a prejudicialidade do presente Habeas Corpus, face à perda superveniente do seu objeto, e determino a devida baixa na Distribuição, arquivando-se o feito, nos termos do que dispõe o art. 659 do CPP c/c os arts. 91, VI e 217, ambos do RITJ/PI. Publique-se e intime-se.

11.8. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.010206-4

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.010206-4
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: SÃO JOÃO DO PIAUÍ/VARA ÚNICA
REQUERENTE: JOSE NETO DA SILVA
ADVOGADO(S): NORMA BRANDAO DE LAVENERE MACHADO DANTAS (PI002423)
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DES. JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Em virtude do exposto, nego seguimento ao Recurso Especial.

11.9. HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.002472-0

HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.002472-0
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
REQUERENTE: E. L. P. M.
REQUERIDO: L. G. N. V. E OUTRO
ADVOGADO(S): ERIC LEONARDO PIRES DE MELO (PI004652)
RELATOR: DES. PEDRO DE ALCÂNTARA MACÊDO
EMENTA
PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE RECEPTAÇÃO - EXCESSO DE PRAZO NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA - LIBERAÇÃO PELA AUTORIDADE COATORA - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - ORDEM PREJUDICADA.
RESUMO DA DECISÃO
Segundo consta das informações de fl.22-v, em 02/03/2018 a autoridade coatora proferiu sentença aplicando ao paciente a medida socioeducativa de liberdade assistida, restando, então, prejudicada a ordem. A propósito, dispõe o art. 659 do CPP: Art.659 do CPP - Se o juiz ou Tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal julgará prejudicado o pedido. Posto isso, reconheço a prejudicialidade do presente Habeas Corpus, face à perda superveniente do seu objeto, e determino a devida baixa na Distribuição, arquivando-se o feito, nos termos do que dispõe o art. 659 do CPP c/c os arts. 91, VI e 217, ambos do RITJ/PI. Publique-se e intime-se.

11.10. HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.001303-5

HABEAS CORPUS Nº 2018.0001.001303-5
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: YURI FELIX
REQUERIDO: LYSIA BUCAR LOPES DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO(S): YURI FELIX PEREIRA (SP280743) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO
DISPOSITIVO
Trata-se de HABEAS CORPUS, impetrado por YURI FÉLIX em favor de LYSIA BUCAR LOPES DE SOUZA E OUTROS, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1a Vara Criminal da Comarca de Teresina. Processo redistribuído a minha relatoria, conforme certidão de fls. 203. Em 05 de outubro de 2016, declarei-me suspeito, por motivo de foro íntimo, nos autos da Apelação Criminal n° 2016.0001.009809-3, referente aos mesmos fatos da demanda em questão. Desta feita, primando pela coerência nos julgamentos e em respeito aos direitos das partes, declaro-me suspeito para funcionar neste Habeas Corpus, nos termos do art.1451, §1° do NCPC, e determino que o processo seja submetido à nova distribuição, na inteligência do art. 1442, do RITJ.

11.11. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2017.0001.008232-6

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2017.0001.008232-6
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
REQUERENTE: JOAO PAULO NORÕES DE LIMA MANEZES
ADVOGADO(S): CRISTIANO DE SOUZA LEAL (PI008471) E OUTROS
REQUERIDO: COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUI
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. PERDA DO OBJETO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
RESUMO DA DECISÃO
...Do exposto e considerando o que consta dos autos, declaro extinto o presente ´processo, sem resolução de mérito, o que faço com espeque no art. 485, VI do CPC. Intimações e notificações necessárias.

11.12. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2018.0001.000682-1

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2018.0001.000682-1
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/
REQUERENTE: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADO(S): JOAO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO (PI002108) E OUTROS
REQUERIDO: RAIMUNDO GOMES DA COSTA
ADVOGADO(S): LUCIANA MOREIRA RAMOS DE ARAUJO (PI004004)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
Agravo de Instrumento. Quanto a preliminar de ilegitimidade da parte alegada pelo agravante, tem-se que esta não merece prosperar, pois conforme relatado pela agravante, o agravado reside na casa, ou seja, é o verdadeiro consumidor da energia elétrica em discussão. Corte no Fornecimento de energia elétrica - impossibilidade. Instalação de novo medidor - possibilidade. Pedido de Concessão de liminar negado.
RESUMO DA DECISÃO
Ex positis, conheço do recurso mas nego-lhe provimento, mantendo a decisão a quo em todos os termos. Encaminhem-se os autos ao juízo monocrático de direito, com a respectiva baixa na distribuição. Intimem-se.

11.13. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2011.0001.005314-2

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2011.0001.005314-2
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CÍVEL

APELANTE: GRAFITE MÓVEIS LTDA.
ADVOGADO(S): SILVIO AUGUSTO DE MOURA FÉ (PI002422)
APELADO: FRITZ MÓVEIS LTDA.
ADVOGADO(S): ASTROGILDO MENDES ASSUNCAO FILHO (PI003525) E OUTROS
RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto, nego seguimento ao Recurso Especial.

11.14. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.009174-1

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.009174-1
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
REQUERENTE: A. C. C. B. E OUTRO
ADVOGADO(S): VERONICA ACIOLY DE VASCONCELOS (PI004049B) E OUTRO
REQUERIDO: F. C. P. B.
ADVOGADO(S): FRANCISCO ALBELAR PINHEIRO PRADO (PI004887)E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE JUDICIAL DEFERIDA. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. PRISÃO CIVIL REVOGADA. EFEITO SUSPENSIVO DENEGADO.
RESUMO DA DECISÃO
...Do exposto e considerando o que consta dos autos, denego o efeito suspensivo requestado para manter inalterada a decisão agravada.

11.15. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2018.0001.001836-7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2018.0001.001836-7
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: SPE CRETA-EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
ADVOGADO(S): VICENTE REIS REGO JUNIOR (PI010766)
REQUERIDO: MARCOS LEONARDO DE CARVALHO GUEDES
ADVOGADO(S): LEONARDO ANDRADE DE CARVALHO (PI004071)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO EM FACE DE DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PEDIDO DE LIMINAR. novo pacto, homologado por sentença, não registrou qualquer referência a título de honorários sucumbenciais, restando, assim, veemente, que é incabível se falar em execução de ajuste que não mais possui efeitos nestes autos. improcedência. Liminar negada. Da apreciação perfunctória dos autos, observa-se que tem razão o agravado, pois o segundo acordo firmado entre as partes processuais não pode prejudicar o direito autônomo do advogado, relativo aos honorários decorrentes da sua atuação na causa, sob pena de ofensa à lei. (Lei nº 8.906/94, arts. 23 e 24). Sendo assim, pertinente o argumento do recorrido quando afirma que em casos nos quais \"as partes firmaram a transação sem incluir disposições sobre os honorários no seu objeto ou na sua base negocial, não se pode deduzir que os honorários já fixados em acordo anterior e em decisão judicial teriam tacitamente negociados pois não há que se cogitar em extinção daquele direito sem a manifestação expressa de vontade no sentido de renunciar aos honorários\" Ante o exposto e o mais que dos autos constam não vislumbro possibilidade jurídica para a concessão de liminar, motivo pelo qual nego o pedido de concessão imediata da antecipação de tutela, conforme requerido pelo agravante.
RESUMO DA DECISÃO
Ante o exposto e o mais que dos autos constam não vislumbro possibilidade jurídica para a concessão de liminar, motivo pelo qual nego o pedido de concessão imediata da antecipação de tutela, conforme requerido pelo agravante. Encaminhem-se os autos à douta Procuradora-Geral de Justiça.

11.16. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.006908-1

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.006908-1
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI
RECORRENTE: JULIO REIS DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO(S): OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA (PI001506) E OUTROS
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DESA. EULÁLIA MARIA PINHEIRO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto , nego seguimento ao Recurso Especial.

11.17. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.012288-5

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.012288-5
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: PARNAÍBA/2ª VARA
APELANTE: JOÃO PEDRO DA SILVA BORGES
ADVOGADO(S): REGINALDO CORREIA MOREIRA (PI001053) E OUTRO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DESA. EULÁLIA MARIA PINHEIRO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto, nego seguimento ao Recurso Especial.

11.18. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.005767-8

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.005767-8
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: SIMPLÍCIO MENDES/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ E OUTRO
ADVOGADO(S): ALEXANDRE VELOSO DOS PASSOS (PI2885)
REQUERIDO: LUISA CLEMENTINO DA COSTA E OUTRO
ADVOGADO(S): ALEXANDRE VELOSO DOS PASSOS (PI2885)
RELATOR: DES. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto, nego seguimento ao presente Recurso Especial.

11.19. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.008020-2

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.008020-2
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/7ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: ELINEIDE DOS SANTOS FEITOSA
ADVOGADO(S): MARCELO LIMA DE SOUSA CARDOSO (PI009743) E OUTROS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS
DISPOSITIVO
Intime-se o Apelante através de seu representante legal, constituído nos autos, conforme protocolo de Petição Eletrônica fl. 208, para apresentar tempestivamente, as RAZÕES do recurso de Apelação, nos termos do art. 600 §4º, do Código de Processo Penal. Após, voltem conclusos.

11.20. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2015.0001.012054-9

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2015.0001.012054-9
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
IMPETRANTE: IBSON CARDOSO RIBEIRO E OUTRO
ADVOGADO(S): ANA PATRICIA PAES LANDIM SALHA (PI001675) E OUTRO
IMPETRADO: SECRETARIO(A) DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ E OUTRO
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
DISPOSITIVO
Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por CLENEIDE CARDOSO PEREIRA contra suposto ato ilegal do SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ. Isto posto, visando o pleno cumprimento da ordem judicial expedida, determino a intimação pessoal do defensor público da Impetrante CLENEIDE CARDOSO PEREIRA, para, no prazo de 10 (dez) dias, demonstrar a efetiva compra das fraldas PLENITUD ACTIVIA com os valores já depositados, bem como apresentar pormenorizadamente os cálculos feitos para se chegar na importância requerida de R$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais).

11.21. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.013327-9

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.013327-9
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
REQUERENTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): PAULO VICTOR ALVES MANECO (PI013867) E OUTRO
REQUERIDO: WALBERT DA SILVA SOUSA
ADVOGADO(S): JOSÉ LUSTOSA MACHADO FILHO (PI006935)
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
EMENTA
AGRAVO. READAPTAÇÃO DE SERVIDOR. LAUDO PERICIAL DO IAPEP. AUSÊNCIA DE LAUDO DE JUNTA MÉDICA. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. PROBABILIDADE DE DIREITO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DO PERIGO DE DANO A JUSTIFICAR A MEDIDA DE URGÊNCIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto, indefiro o pedido de antecipação de tutela, mantendo-se a decisão recorrida, até ulterior deliberação no julgamento do merito do recurso. Intime-se a agravada para, caso queira, apresentar contrarrazões, nos termos do art. 1019, II, CPC. Oficie-se ao juiz a quo, para que tome ciência do teor desta decisão. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

11.22. REEXAME NECESSÁRIO Nº 2012.0001.004722-5

REEXAME NECESSÁRIO Nº 2012.0001.004722-5
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
JUÍZO: RENATO BRITO DA MOTA
ADVOGADO(S): ROGERIO NEWTON DE CARVALHO SOUSA (PI001397) E OUTRO
REQUERIDO: RAIMUNDO CESÁRIO LEITE E OUTRO
ADVOGADO(S): ALMIR CARVALHO DE SOUSA (PI000084B)
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Com base no exposto, indefiro a questão de ordem levantada pela defensoria pública, dando-se por intimada a referida instituição. Considerando não ter havido impugnação a respeito da sentença, remetam-se os autos ao MPEPI para manifestação. Após, voltem-me conclusos.

11.23. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.011626-1

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.011626-1
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: FRANCISCO CHAGAS DOS SANTOS
ADVOGADO(S): REGINALDO CORREIA MOREIRA (PI001053)
APELADO: MUNICÍPIO DE TERESINA-PI
ADVOGADO(S): JOÃO EUDES SOARES DE ARAÚJO (PI006486)
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.24. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 07.000138-3

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 07.000138-3
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: VALENÇA DO PIAUÍ/VARA ÚNICA
AGRAVANTE: CLAUDIO RUFINO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO(S): DAMASIO DE ARAUJO SOUSA () E OUTROS
AGRAVADO: MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE DO PIAUI-PI
ADVOGADO(S): CLEITON LEITE DE LOIOLA (PI002736) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.25. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.006372-3

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.006372-3
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CÍVEL
APELANTE: ELIZABETH MARIA MEMORIA AGUIAR
ADVOGADO(S): NARA VIRGÍNIA LIMA GOMES (PI005983) E OUTROS
APELADO: BANCO PANAMERICANO S.A.
ADVOGADO(S): GILVAN MELO SOUSA (CE16383) E OUTROS
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
EMENTA
PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO RECURSO. INTELIGÊNCIA DO ART. 998 DO CPC. SEGUIMENTO NEGADO AO RECURSO.
RESUMO DA DECISÃO
Forte nessas razões, homologo o pedido de desistência e nego seguimento à Apelação, tendo em vista o requerimento de desistência do recurso por parte do Apelante, com fulcro no art. 998 do CPC/15.

11.26. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2011.0001.007051-6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2011.0001.007051-6
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CÍVEL
APELANTE: JOÃO LOPES DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO(S): CLÁUDIO SOARES DE BRITO FILHO (PI003849) E OUTRO
APELADO: PORTAL EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADVOGADO(S): RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS (PI003047) E OUTROS
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
DISPOSITIVO
Vistos, etc. O Apelante pugnou pela concessão dos beneficios da justiça gratuita, na presente Apelação Cível, com o intuito de não efetuar pagamento das custas, preparo dos autos e preparo recursal. Dai porque determino a intimação do Apelante, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos o comprovante de renda mensal e detalhamento de gastos, de pelo menos 03 (três) dos últimos 06 (seis) meses, para que possa formar minha convicção sobre a concessão ou não do pleito de gratuidade da justiça (art. 99, § 2°, CPC/2015), uma vez que o mesmo não efetuou o complemento das custas iniciais, preparo dos autos e do preparo recursal, ante a alteração do valor da causa pelo juizo a quo, conforme decisão na impugnação em apenso de fls. 21.

11.27. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.002741-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.002741-0
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: COCAL/VARA ÚNICA
APELANTE: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO(S): TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO (CE014694) E OUTROS
APELADO: LUCIANO MARCIUS MACHADO NOLETO
ADVOGADO(S): MILENE FERREIRA DOS SANTOS DE MOURA LEITE (PI007145)E OUTRO
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
DISPOSITIVO
O Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 10°, caput, preleciona que "o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de oficio". Dessa forma, tendo em vista o pronunciamento do Apelado na petição de fls. 250/258, determino que seja intimada a parte Apelante, através de publicação no Diário de Justiça, para que se manifeste, no prazo de 10 (quinze) dias úteis, sobre a referida petição.

11.28. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.000375-2

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.000375-2
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CÍVEL

APELANTE: BANCO SANTANDER BRASIL S.A.
ADVOGADO(S): CELSO MARCON (PI005740) E OUTROS
APELADO: JOÃO GUALBERTO DE SOUSA
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO INADMISSÍVEL POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. ART. 932, III DO CPC/2015.
RESUMO DA DECISÃO
Com base nisso, NÃO CONHEÇO A APELAÇÃO CÍVEL por ser manifestamente inadmissível, em conformidade com o art. 932, III do CPC/15.

11.29. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.001423-3

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.001423-3
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CÍVEL
APELANTE: AMADEU JOSE DA ROCHA
ADVOGADO(S): CARLOS ALBERTO ALVES PACÍFICO (PI006669)
APELADO: BANCO ITAÚ VEÍCULOS S/A (NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DO BANCO FIAT S/A)
ADVOGADO(S): ANTONIO BRAZ DA SILVA (PI007036A) E OUTROS
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
EMENTA
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. ART. 932, III DO CPC/15. VIOLAÇÃO, PELO APELANTE, À DIALETICIDADE RECURSAL. APELAÇÃO CÍVEL NÃO CONHECIDA E À QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. 1. De acordo com o art. 932, III, do CPC/15, "incumbe ao Relator: (...) não conhecer do recurso (...) que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida". 2. Nesta mesma linha é a doutrina, assinada por Guilherme Rizzo Amaral, ao sublinhar que "as razões recursais, seguindo o corolário lógico do princípio da dilaeticidade recursal, devem estar voltados ao conteúdo da decisão recorrida, pois o objetivo do recurso é obter a cassação ou reforma da decisão recorrida, e não a discussão de outros aspectos da causa" (Comentários às alterações do novo CPC, 2015, p. 1.036, nº 2.3). 3. Assim, em razão do Princípio da Dialeticidade, cabe ao recorrente atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida, demonstrando as razões de fato e de direito pelas quais deve ser revista. Precedentes do TJPI. 4.O Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que os defeitos sanáveis são aqueles relativos a vícios formais, e não de fundamentação. Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça disciplinou, no enunciado nº 6, que o prazo do parágrafo único do artigo 932 somente será concedido "para que a parte sane vício estritamente formal". 5. Recurso não conhecido.
RESUMO DA DECISÃO
Diante de todo o exposto, não conheço da presente Apelação Cível, negando-o seguimento, com fulcro no art. 932, III do CPC/15.

11.30. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.005253-6

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.005253-6
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA CÍVEL
AGRAVANTE: WALBER OLIVEIRA CHAVES
ADVOGADO(S): HENRILE FRANCISCO DA SILVA MOURA (PI006118) E OUTROS
AGRAVADO: LUAUTO IMÓVEIS LTDA. E OUTRO
ADVOGADO(S): LUANN DO MONTE RESENDE (PI010854) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPEIÇÃO. FORO ÍNTIMO.
RESUMO DA DECISÃO
Vindo-me conclusos os autos, por motivo superveniente, julgo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 155, §1º NCPC. Determino a nova distribuição do feito, nos termos do art. 33 RITJPI. Cumpra-se.

11.31. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.010460-7

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.010460-7
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
REQUERENTE: F. M. R. C.
ADVOGADO(S): DIEGO VALERIO SANTOS (PI12832)
REQUERIDO: M. C. P. S.
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
EMENTA
AGRAVO. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO SUPERVENIENTE. PERDA DO OBJETO.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto, com fulcro no disposto no art. 932, III, do NCPC, nego seguimento ao recurso por considerá-lo prejudicado, diante da perda do objeto. Intimem-se. Transcorrido in albis o prazo recursal, dê-se baixa na distribuição.

11.32. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.005126-3

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.005126-3
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MARIA ZULEIDE FERREIRA DE SOUSA SILVA
ADVOGADO(S): LORENA CAVALCANTI CABRAL (PI012751)
REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.
ADVOGADO(S): WILSON SALES BELCHIOR (PI009016) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.33. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.002854-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.002854-0
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: JAICÓS/VARA ÚNICA
REQUERENTE: JOÃO JOSÉ VELOSO
ADVOGADO(S): LORENA CAVALCANTI CABRAL (PI012751) E OUTRO
REQUERIDO: BANCO VOTORANTIM S.A.
ADVOGADO(S): MARINA BASTOS DA PORCIÚNCULA BENGHI (PE000983A) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
EMENTA
APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. VÍCIO NA REPRESENTAÇÃO. CONTRADIÇÃO ENTRE O FUNDAMENTO GENÉRICO DA PRETENSÃO E A FORMA DE CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO POR ANALFABETO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. RECURSO NÃO CONHECIDO.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto, com fulcro no disposto no art. 932 do NCPC, não conheço do presente recurso, por considerar que não houve a impugnação específica dos fundamentos da sentença vergastada, notadamente a existência de vício na representação, ante a não constituição do fundamento principal da demanda para reputar inválido o contrato discutido nos autos, rezão não rebatida pelos patronos da demandante. Intimem-se as partes para que tomem ciência do inteiro teor desta decisão. Transcorrido in albis o prazo recursal, dê-se baixa na distribuição.

11.34. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.004254-6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.004254-6
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/1ª VARA CÍVEL
APELANTE: MARIA DE LOURDES ARAUJO VENÇÃO
ADVOGADO(S): BENEDITO VIEIRA MOTA JUNIOR (PI006138) E OUTRO
APELADO: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S. A.
ADVOGADO(S): ANA GRAZIELLA ATANÁZIO DE LIMA (PI008386) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Determino a intimação da apelante, para que, no prazo de 5 dias, manifeste interesse na continuidade do feito, ou informe a existência de fato superveniente que possa prejudicar o andamento do recurso. Cumpra-se.

11.35. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2015.0001.008017-5

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2015.0001.008017-5
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: CAMPO MAIOR/2ª VARA
AGRAVANTE: DENILSON FORTES ALCANTARA
ADVOGADO(S): FRANYSLLANNE ROBERTA LIMA FERREIRA (PI006541) E OUTRO
AGRAVADO: ANGELICA MARIA SOARES SENA
ADVOGADO(S): FRANCISCO VALDECI DE SOUSA CAVALCANTE (PI001128) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.36. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009444-4

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009444-4
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/10ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.
ADVOGADO(S): BRUNO DE MELO CASTRO (PI004200) E OUTROS
REQUERIDO: LUZINETE LOPES DA CRUZ
ADVOGADO(S): HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JUNIOR (PI005967)
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Do exposto, intime-se a parte apelante para recolher o preparo em dobro no prazo de 5 dias nos termos do art. 1007, §4º do CPC, sob pena de deserção. Constato ainda que não houve intimação da Sra. Luzinete Lopes da Cruz, para apresentar as contrarrazões após a interposição da apelação fls. 442/460. Assim, determino a intimação da Sra. Luzinete Lopes da Cruz para apresentar contrarrazões ao apelo. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

11.37. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.010251-9

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.010251-9
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: KEROLAINE RUANA MARTINS DE ALMEIDA
ADVOGADO(S): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (PI002523) E OUTRO
REQUERIDO: BANCO ITAULEASING S.A
ADVOGADO(S): FERNANDO LUZ PEREIRA (PI007031) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
EMENTA
APELAÇÃO. DEFERIMENTO JUSTIÇA GRATUITA. RECEBIDA NO DUPLO EFEITO.
RESUMO DA DECISÃO
Do exposto, com fundamento no art. 101, §1º do novo CPC, concedo a gratuidade da justiça, em relação ao valor do preparo da apelação. DA ADMISSIBILIDADE Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo a apelação no duplo efeito, de acordo com o art. 1012 do CPC. Encaminhem-se os autos ao MP Superior, para emissão de parecer. Intimem-se as partes e oficie-se ao MM Juiz a quo para que tomem ciência

do teor desta decisão. Após, voltem-me conclusos.

11.38. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.008827-0

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.008827-0
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/10ª VARA CÍVEL
APELANTE: MARCIO MARCELO DO VALE SANTOS
ADVOGADO(S): ACELINO DE PAULA VANDERLEI FILHO (PI007573)
APELADO: EUGÊNIO FORTES ACADEMIA LTDA. E OUTRO
ADVOGADO(S): ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES (PI005819) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.39. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2011.0001.005507-2

RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2011.0001.005507-2
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: REGENERAÇÃO/VARA ÚNICA
APELANTE: ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(S): FRANCISCO VIANA FILHO (PI007339) E OUTROS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Diante do exposto, com fundamento no art. 1.030, III, do Código de Processo Civil, determino o sobrestamento do Recurso Extraordinário.

11.40. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.013050-3

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.013050-3
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/10ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO(S): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (PI002523) E OUTROS
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S): JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (PI012033) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. RECEBIDA NO DUPLO EFEITO.
RESUMO DA DECISÃO
Sendo o presente recurso adequado aos requisitos de admissibilidade, recebo a apelação no duplo efeito, por se encontrar em conformidade com o disciplinado no art. 1.012 do CPC. Encaminhem-se os autos para o Ministério Público Superior, para emissão de parecer. Após, voltem-me conclusos.

11.41. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.001493-6

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.001493-6
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/3ª VARA CÍVEL
AGRAVANTE: ANTONIO SOTERO VIANA E OUTROS
ADVOGADO(S): MARIO MARCONDES NASCIMENTO (SC007701) E OUTROS
AGRAVADO: FEDERAL DE SEGUROS S. A.
ADVOGADO(S): JOSEMAR LAURIANO PEREIRA (RJ132101) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.42. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.012085-9

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.012085-9
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/7ª VARA CÍVEL
APELANTE: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.
ADVOGADO(S): JORDANA REGINA RAGAZZINI COMPAGNONI (SP250044) E OUTROS
APELADO: ABELARDO DE MENEZES CARVALHO FILHO
ADVOGADO(S): GUSTAVO LAGE FORTES (PI007947)
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.43. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.004739-9

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.004739-9
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
REQUERENTE: RAIMUNDO BARBOZA -FALECIDO E OUTROS

ADVOGADO(S): LORENA CAVALCANTI CABRAL (PI012751A) E OUTROS
REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO S.A.
ADVOGADO(S): SUELEN PONCELL DO NASCIMENTO (PE028490) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DISPOSITIVO
Diante do exposto, em respeito à previsão legal (Art. 1.023, §2º do NCPC), e prestigiando o princípio do contraditório, plasmado no art. 5º, inciso LV, da CF, intime-se a parte embargada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.

11.44. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2017.0001.010609-4

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2017.0001.010609-4
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ/
REQUERENTE: EVANDRO COSME SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): SILVIO AUGUSTO DE MOURA FÉ (PI002422) E OUTROS
REQUERIDO: LUIZ GONZAGA BRANDAO DE CARVALHO
RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
DISPOSITIVO
EX POSITIS, dada a relevância e a repercussão da questão ora debatida e por entender inexistir prejuízo à tramitação regular do writ, ADMITO o ingresso no feito, na qualidade de amicus curiae, do Serviço Brasileiro de Apoio As Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, facultando-lhe a apresentação de informações e a sustentação oral por ocasião do julgamento definitivo do mérito do presente mandado de segurança.

11.45. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.002490-2

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 2018.0001.002490-2
ORIGEM: CANTO DO BURITI / VARA ÚNICA
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
APELANTE: DURVAL NUNES DE MIRANDA
ADVOGADOS: GISLENE DA MOTA SOARES CAETANO (OAB/PI Nº 2.967) E OUTROS
APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
ADVOGADOS: HERISON HELDER PORTELA PINTO (OAB/PI Nº 5.367) E OUTROS
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. RECEBIMENTO NO EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.012, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
RESUMO DA DECISÃO
Preenchidos os pressupostos processuais exigíveis à espécie, RECEBO a Apelação Cível no efeito suspensivo, nos termos do artigo 1012, caput, do Código de Processo Civil. Encaminhem-se os presentes autos ao Ministério Público Superior para que intervenha no feito, caso entenda necessário. Cumpra-se. Após, voltem-me conclusos. Teresina (PI), 04 de maio de 2018.

11.46. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.003592-4

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 2018.0001.003592-4
ORIGEM: MARCOS PARENTE / VARA ÚNICA
APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADOS: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB/PE Nº 23.255) E OUTROS
APELADA: JÚLIA MARIA DA CONCEIÇÃO
ADVOGADOS: MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA (OAB/PI Nº 11.044) E OUTROS
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
DISPOSITIVO
À vista da preliminar de deserção suscitada pela apelada em suas contrarrazões recursais (fls. 126/138), chamo o feito à ordem e determino a intimação do apelante, através de seu causídico, para, querendo, manifestar-se, no prazo legal, nos termos do 1009, § 2º, do Novo Código de Processo Civil, após o que, dando-se vista dos autos ao Ministério Público Superior para manifestar-se acerca da referida preliminar. À COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS/SEJU para as providências cabíveis. Findo o prazo, certifique-se se houve, ou não, manifestação da parte e, após voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Teresina (PI), 04 de maio de 2018.

11.47. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.003663-1

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 2018.0001.003663-1
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
APELANTE: MARIA DO SOCORRO JESUS CARVALHO
ADVOGADA: LORENA CAVALCANTI CABRAL (OAB/PI Nº 29497)
APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
ADVOGADOS: WILSON SALES BELCHIOR (OAB/PI Nº 9016)E OUTROS
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
DISPOSITIVO
À vista da preliminar de conexão suscitada pela parte apelada em suas contrarrazões recursais (fls. 104/126), chamo o feito à ordem e determino a intimação do apelante, através de seu causídico, para, querendo, manifestar-se, no prazo legal, nos termos do 1009, § 2º, do Novo Código de Processo Civil, após o que, dando-se vista dos autos ao Ministério Público Superior para manifestar-se acerca da referida preliminar. À COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS/SEJU para as providências cabíveis. Findo o prazo, certifique-se se houve, ou não, manifestação da parte e, após voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Teresina (PI), 04 de maio de 2018.

11.48. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.002336-3

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 2018.0001.002336-3
ORIGEM: MARCOS PARENTE / VARA ÚNICA
APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADOS: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB/PE Nº 23.255) E OUTROS
APELADA: JÚLIA MARIA DA CONCEIÇÃO

ADVOGADOS: MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA (OAB/PI Nº 11.044) E OUTROS
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
DISPOSITIVO
À vista da preliminar de deserção suscitada pela apelada em suas contrarrazões recursais (fls. 126/138), chamo o feito à ordem e determino a intimação do apelante, através de seu causídico, para, querendo, manifestar-se, no prazo legal, nos termos do 1009, § 2º, do Novo Código de Processo Civil, após o que, dando-se vista dos autos ao Ministério Público Superior para manifestar-se acerca da referida preliminar. À COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS/SEJU para as providências cabíveis. Findo o prazo, certifique-se se houve ou não manifestação da parte e, após voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Teresina (PI), 04 de maio de 2018.

11.49. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.013885-6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.013885-6
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: MIGUEL ALVES/VARA ÚNICA
APELANTE: MARIA DA GLÓRIA PEREIRA SILVA
ADVOGADO(S): WALBER COELHO DE ALMEIDA RODRIGUES (PI005457) E OUTRO
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
EMENTA
PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - ANTERIOR DISTRIBUIÇÃO DE HABEAS CORPUS - RELATOR PREVENTO (ART.145 RITJPI) - REDISTRIBUIÇÃO DEVIDA COM POSTERIOR COMPENSAÇÃO.
RESUMO DA DECISÃO
Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Rafael Trajano de Albuquerque e Outro em favor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO FRANCO PRIMO, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MMº. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Cocal-PI. Após consulta ao Sistema de Processo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, verifica-se a existência do Habeas Corpus nº2017.0001.004334-5 referente à mesma ação penal de origem a que responde o paciente Carlos Kenede Fortuna de Araújo (corréu) distribuído à relatoria da Desa. Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro em 24/04/2017. Assim, impõe-se ao caso a aplicação do art. 2º da Resolução n.º 42/11, de 24 de novembro de 2011, que alterou o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, cujo teor segue transcrito: Art. 2º. O art. 145 da Resolução 02, de 12 de novembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 145. A distribuição de ação originária e de recurso cível ou criminal torna o órgão e o relator preventos, observada a legislação processual respectiva, para todos os feitos posteriores, referentes ao mesmo processo ou procedimento, tanto na ação de conhecimento quanto na execução, ressalvadas as hipóteses de suspeição ou impedimento supervenientes, procedendo-se à devida compensação. Posto isso, determino a imediata redistribuição do presente feito à Relatora preventa, Desa. Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro, em obediência ao disposto no art. 145 do RITJ-PI. Cumpra-se.

11.50. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.003563-8

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 2018.0001.003563-8
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
APELANTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB/PE Nº 23.255) E OUTROS
APELADO: JÚLIA MARIA DA CONCEIÇÃO
ADVOGADOS: LORENA CAVALCANTI CABRAL (OAB/PI Nº 29497)
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
DISPOSITIVO
Chamo o feito à ordem e determino a intimação do apelante, através de seu causídico, para, querendo, manifestar-se, no prazo legal, nos termos do 1009, § 2º, do Novo Código de Processo Civil, após o que, dando-se vista dos autos ao Ministério Público Superior para manifestar-se acerca da referida preliminar. À COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS/SEJU para as providências cabíveis. Findo o prazo, certifique-se se houve, ou não, manifestação da parte e, após voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Teresina (PI), 04 de maio de 2018.

11.51. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.005015-8

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.005015-8
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: UNIÃO/VARA ÚNICA
REQUERENTE: PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE LAGOA ALEGRE-PI E OUTRO
ADVOGADO(S): TALYSON TULYO PINTO VILARINHO (PI012390) E OUTROS
REQUERIDO: MANOEL DE JESUS RIBEIRO JÚNIOR
ADVOGADO(S): JOARLA AYRES DE MORAIS ESTEVÃO (PI009464)
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Em virtude do exposto, com fulcro no art. 105, III, \"a\", da Constituição Federal, dou seguimento ao Recurso Especial, determinando sua remessa ao Superior Tribunal de Justiça.

11.52. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.005015-8

RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2015.0001.005015-8
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: UNIÃO/VARA ÚNICA
REQUERENTE: PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE LAGOA ALEGRE-PI E OUTRO
ADVOGADO(S): TALYSON TULYO PINTO VILARINHO (PI012390) E OUTROS
REQUERIDO: MANOEL DE JESUS RIBEIRO JÚNIOR
ADVOGADO(S): JOARLA AYRES DE MORAIS ESTEVÃO (PI009464)
RELATOR: DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Em virtude do exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário.

11.53. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009358-0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.009358-0
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: SÃO RAIMUNDO NONATO/2ª VARA
REQUERENTE: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADO(S): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA (PI004640) E OUTROS
REQUERIDO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL RURAL DE POÇO ALEGRE
ADVOGADO(S): HÉLIO JARBAS COELHO DE MACÊDO (PE016952) E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL - INTERPOSIÇÃO APÓS O DECURSO DO PRAZO LEGAL - INTEMPESTIVIDADE - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
RESUMO DA DECISÃO
EX POSITIS, sendo manifesta a inadmissibilidade da presente apelação, DENEGO-LHE seguimento, monocraticamente, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil.

11.54. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.007493-7

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.007493-7
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE-PI
ADVOGADO(S): LARA DA ROCHA DE ALENCAR BEZERRA (PI015456)
REQUERIDO: VERA LUCIA GUIMARÃES MESSIAS
ADVOGADO(S): KLEBER LEMOS SOUSA (PI009144)E OUTRO
RELATOR: DESA. EULÁLIA MARIA PINHEIRO
DISPOSITIVO
Recebo os Embargos de Declaração para discussão. Em homenagem aos Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, intime-se a parte Embargada (VERA LÚCIA GUIMARÃES MESSIAS) para, no prazo de cinco dias, se manifestar sobre os Embargos de Declaração de fls.126/130. Intime-se e cumpra-se. Após, voltem os autos conclusos. Teresina, 07 de maio de 2018. Desa. EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO PINHEIRO Relatora

11.55. SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA Nº 2017.0001.013347-4

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA Nº 2017.0001.013347-4
ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA
ORIGEM: SÃO JOÃO DO PIAUÍ/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA - PI
ADVOGADO(S): LUIS SOARES DE AMORIM (PI002433) E OUTROS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. PRESIDENTE
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Em virtude do exposto, com fundamento no art. 4º da Lei nº 8.437/92 e 327 do RITJPI1, defiro o pedido para determinar a suspensão da eficácia da decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 0000912-12.2017.8.18.0135.

11.56. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2014.0001.007192-3

RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2014.0001.007192-3
ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
IMPETRANTE: GUSTAVO BESERRA SOLANO
ADVOGADO(S): JUDITE FREIRE SOLANO COSTA (RN005224)
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ E OUTRO
ADVOGADO(S): DANILO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS (PI003552)E OUTRO
RELATOR: DESA. EULÁLIA MARIA PINHEIRO
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Em virtude do exposto, com fundamento no art. 1.030, I, "a" do Código de Processo Civil, nego seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Piauí.

11.57. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2015.0001.011225-5

RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2015.0001.011225-5
ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
IMPETRANTE: NEURILENE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO(S): ANDRÉ LUIZ CAVALCANTE DA SILVA (PI008820) E OUTRO
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ E OUTRO
ADVOGADO(S): PAULO CÉSAR MORAIS PINHEIRO (PI006631)
RELATOR: DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
EMENTA
.
RESUMO DA DECISÃO
Em virtude do exposto, com fundamento no art. 1.030, I, "a" do Código de Processo Civil, nego seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Piauí.

11.58. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO Nº 2018.0001.002955-9

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO Nº 2018.0001.002955-9
ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
REQUERIDO: M. P. S. I. V.
ADVOGADO(S): JOSE NORBERTO LOPES CAMPELO (PI002594) E OUTROS
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
DISPOSITIVO
Vistos etc. Trata-se de procedimento administrativo disciplinar instaurado em face da magistrada Maria do Perpétuo Socorro Ivani de Vasconcelos, conforme portaria n° 717/2018 ? PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 12 de março de 2018. O rito deste é regido pela Resolução n° 135 do Conselho Nacional de Justiça e, de acordo com ele, após apresentada as razões de defesa e enumeradas as provas que se pretende produzir, deve-se resolver as questões probatórias. Dessa forma, em atenção ao exposto na defesa de fls. 88/93, intime-se a Requerida para: 1) no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos a procuração original de fls. 93, conforme art. 104, § 1° do CPC/15; ii) no prazo de 30 (trinta) dias, juntar as peças referidas ao longo da defesa, presentes nos autos do Processo n°0000081-65.2013.8.18.0043;

12. SECRETARIA DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS CRIMINAIS

12.1. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.011457-1
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: ADÃO ARIVAN RODRIGUES SILVA
ADVOGADO(S): JOSE WELIGTON DE ANDRADE (PI001322) E OUTRO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DES. JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O Coordenador Judiciário da Coordenadoria Judiciária Criminal e Câmaras Reunidas, de ordem do Exmo. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Desembargador Erivan José da Silva Lopes, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça - STJ** nos autos da **APELAÇÃO nº 2017.0001.011457-1/TJPI**, por parte do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, **ADÃO ARIVAN RODRIGUES SILVA, Advogado, Jaison Jardel Silva Lima - OAB/PI nº 8.622,** que poderão impugnar o Recurso Especial no prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí.
Coordenadoria Judiciária Criminal e Câmaras Reunidas, em Teresina, 07
de maio de 2018.
Bel. Raimundo Antônio Cardoso
Coordenador Judiciário Criminal

12.2. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2016.0001.012970-3
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CRIMINAL (MARIA DA PENHA)
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
APELADO: ELIAS CLAUDIO DA SILVA LEITE
ADVOGADO(S): MARCOS VINICIUS BRITO ARAUJO (PI001560)E OUTRO
RELATOR: DESA. EULÁLIA MARIA PINHEIRO
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O Coordenador Judiciário da Coordenadoria Judiciária Criminal e Câmaras Reunidas, de ordem do Exmo. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Desembargador Erivan José da Silva Lopes, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça - STJ** nos autos da **APELAÇÃO nº 2016.0001.012970-3/TJPI**, por parte do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, **ELIAS CLAUDIO DA SILVA LEITE, Advogado, Edinaldo Silva Cerqueira - OAB/PI nº 9.296,** que poderão impugnar o Recurso Especial no prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí.
Coordenadoria Judiciária Criminal e Câmaras Reunidas, em Teresina, 07
de maio de 2018.
Bel. Raimundo Antônio Cardoso
Coordenador Judiciário Criminal

13. SECRETARIA DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS CÍVEIS

13.1. AVISO DE INTIMAÇÃO

O Bel. Douglas Meneses de Melo, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, INTIMA MARIA DO SOCORRO DA SILVA CARVALHO (Adv. LAURINDO JOSE VIEIRA DA SILVA OAB/PI Nº 4359) Apelado ora intimado, nos autos do(a) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) Nº 0700874-39.2018.8.18.0000 (PJe)/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. LUIZ GONZAGA BRANDAO DE CARVALHO - Relator.
DESPACHO/DECISÃO:
"Recebo o recurso apelatório em seu duplo efeito, nos termos do artigo 1012 do CPC.
Ao Ministério Público para os devidos fins.
Após, aguarde-se a inclusão em pauta de julgamento.
TERESINA-PI, 3 de maio de 2018."
COOJUD-CÍVEL, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Douglas Meneses de Melo
Servidor da Coordenadoria Judiciária Cível/SEJU

13.2. AVISO DE INTIMAÇÃO (PJE)

O Bel. Dyego José Sampaio da Silva, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, INTIMA

LEANDRO LUDWIG EVANGELISTA SILVA - ME (Adv. LAURINDO JOSE VIEIRA DA SILVA OAB/ PI Nº 4.359) Apelante e SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA (Adv. JOSÉ FELIPE MACHADO PERRONI OAB/ SP Nº 309.969) Apelado ora intimado, nos autos do(a) APELAÇÃO Nº 0700812-96 .20 18 .8.18.0000 (PJe)/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. José James Gomes Pereira - Relator.
DESPACHO/DECISÃO:
"Diante do exposto, concedo o efeito suspensivo ativo, determinando que a empresa agravada cancele todos os protestos, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais), até o limite de 30.000,00 (trinta mil reais).
Condicionando o efeito suspensivo ativo a prestação de caução fidejussória.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se imediatamente, dando ciência dessa decisão ao Juízo de origem, via malote digital.
Cumpra-se.
COOJUD-CÍVEL, em Teresina, 07 de maio de 2018 .
Dyego José Sampaio da Silva
Analista Judiciário
Coordenadoria Judiciária Cível/SEJU

13.3. INTIMAÇÃO

A Bela. **Wirislenne Silva Oliveira**, Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ***INTIMA MARIA HELENITA PIAUILINO CAMINHA ICÓ*** (Adv. KILMORIM KLINGER PEREIRA DE CARVALHO **OAB/PI Nº 12705**) Agravado, ora intimado, nos autos da **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0700452-64.2018.8.18.0000** do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. Hilo de Almeida Sousa - Relator.
***DESPACHO*:**
"...**Diante do exposto, presentes os requisitos, probabilidade do direito e perigo de dano, recebo o recurso, atribuindo efeito suspensivo à decisão recorrida, para excluir a multa fixada pelo magistrado de primeiro grau até ulterior deliberação no julgamento do mérito do recurso.**
Intimem-se as partes e oficie-se ao juiz *a quo*, para que tomem ciência do teor desta decisão.
A parte agravada, para, querendo, apresentar suas contrarrazões, em 15 (quinze) dias, nos termos delineados pelo art. 1.003, § 5º e art. 1.019, II ambos do novo CPC.
Após, voltem-me conclusos.
Cumpra-se.
Teresina-PI, 30 de abril de 2018.
Des. Hilo de Almeida Sousa
Relator"
SEJU/, em Teresina/PI, 07 de maio de 201 8 .
Bela. Wirislenne Silva Oliveira
Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU

13.4. AVISO DE INTIMAÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.001285-2
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: JOSÉ NAZARÉ MARTINS
ADVOGADO(S): UANDERSON FERREIRA DA SILVA (PI005456) E OUTROS
RELATOR: DES. FERNANDO CARVALHO MENDES
DESPACHO
\"... determino a intimação do Recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento, em dobro, das custas recursais, nos termos do art. 1.007, §4º, do CPC, sob pena de deserção.
Teresina/PI, 27 de anril de 2018.
Desembargador **JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA**
Vice-Presidente\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 04 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário - Matrícula nº 1851
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEJU

13.5. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.0001.000480-9
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CÍVEL
APELADO: IRENIUCA SOARES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO(S): SANDRO ALBERT LIMA DE AREA LEAO MUNIZ (PI004149)E OUTRO
RELATOR: DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...Intime-se, pois, a parte apelante, para, em quinze (15) dias (art. 437, §1° do CPC/15), se manifestar sobre a petição de fls. 335/339.
Teresina/PI, 08 de março de 2018.
Haroldo Oliveira Rehem
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.6. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.008959-9
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: CORRENTE/VARA ÚNICA

APELANTE: RICARDO DIAS FIGUEIREDO
ADVOGADO(S): OSORIO MARQUES BASTOS FILHO (PI003088)
APELADO: MANNUELA DOS SANTOS DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO(S): DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA (PI010281)E OUTRO
RELATOR: DES. FERNANDO CARVALHO MENDES
A Bela. **Wirislenne Silva Oliveira**, Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ***INTIMA RICARDO DIAS FIGUEIRADO*** (Adv. OSÓRIO MARQUES BASTOS FILHO - OAB/PI 3088 e outro) Apelante, ora intimado, nos autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.008959-9** do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. Fernando Carvalho Mendes - Relator.
***DESPACHO*:**
\"...Em assim sendo, chamo feito a ordem para determinar a intimação do apelante para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder a complementação do preparo do recurso de Apelação, sob pena de não conhecimento do recurso.
Intime-se e cumpra-se.
Teresina-PI, 27 de abril de 2018.
Des. Fernando Carvalho Mendes
Relator\"
SEJU/, em Teresina/PI, 04 de maio de 2018.
Bela. Wirislenne Silva Oliveira
Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU

13.7. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.010920-4
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: CAMPO MAIOR/2ª VARA
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S): JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (PI012033) E OUTROS
RELATOR: DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...EX POSITIS, NEGO CONHECIMENTO a este recurso, ante a inobservância dos arts. 1.003, §5° e 1.017, §2° do CPC/2015.
Teresina/PI, 01 de dezembro de 2017.
Haroldo Oliveira Rehem
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.8. AVISO DE INTIMAÇÃO

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O servidor Josué Higino da Silva Costa, lotado na Coordenadora Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos da **APELAÇÃO Nº 2015.0001.003948-5,** em que é Recorrente **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.** (Adv. Carlos Antônio Harten Filho - OAB/PE 19.357), e Recorrido **CELINA MARIA DA CUNHA NELO MOTTA VELOSO E OUTRO** (Adv. Juarez Chaves de Azevedo Júnior - OAB/PI 8699). Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO,** dentro do prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.
SESCAR-CÍVEL, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário
Mat. 1851

13.9. AVISO DE INTIMAÇÃO

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O servidor Josué Higino da Silva Costa, lotado na Coordenadora Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.005065-8,** em que é Recorrente **O ESTADO DO PIAUÍ**, e Recorrido **MÚLTIPLA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.** (Adv. Jorge Henrique Furtado Baluz - OAB/PI 5031-B). Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO,** dentro do prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.
SESCAR-CÍVEL, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário
Mat. 1851

13.10. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2015.0001.007987-2
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/10ª VARA CÍVEL
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S. A.
ADVOGADO(S): LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (PR009814) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...julgo prejudicado o recurso de agravo de instrumento, em razão da perda superveniente do seu objeto.
Teresina/PI, 22 de novembro de 2017.
Desembargador José Ribamar Oliveira
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.

LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.11. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.008670-4
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CÍVEL
APELANTE: NOÉLIA MARANHÃO DA COSTA E SILVA
ADVOGADO(S): FRANCISCA DA CONCEIÇÃO (PI009498)
APELADO: BANCO FIBRA S.A.
ADVOGADO(S): MICHELA DO VALE BRITO (PI003148) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...Determino a intimação da parte Apelante, em nome do seu Advogado (a) - FRANCISCA DA CONCEIÇÃO (PI009498) e Apelado, em nome do Advogado (a) - EDNEY MARTINS GUILHERME (SP177617) para, no prazo 5 (cinco) dias, se manifestar no autos, fazendo juntada dos documentos que comprove o acordo o acordo extrajudicial informado nas fls. 130/132, conforme previsão legal no art. 357, I do CPC.
Teresina/PI, 04 de dezembro de 2017.
Desembargador José Ribamar Oliveira
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.12. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2015.0001.008364-4
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA CÍVEL
AGRAVADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A)
ADVOGADO(S): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (PE023798) E OUTROS
RELATOR: DES. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...Isto posto, nos termos do inciso V do art. 1.015 c/c artigo 98, caput c/c artigo 98, caput c/c art. 1.019, inciso I do CPC/2015, bem como do art. 932, V, alínea "a" e "b", do referido diploma legal, dou provimento ao recurso...
Teresina/PI, 19 de dezembro de 2017.
Desembargador José Ribamar Oliveira
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.13. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.001438-6
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: PICOS/2ª VARA
REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADO(S): JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (PI002338)E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...Outrossim, encaminhem-se os autos ao Núcleo Recursal da Procuradoria de Justiça Superior, para as providências cabíveis.
Teresina/PI, 08 de março de 2018.
Desembargador José Ribamar Oliveira
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.14. AVISO DE INTIMAÇÃO

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O servidor Josué Higino da Silva Costa, lotado na Coordenadora Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos da **APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA Nº 2012.0001.001410-4,** em que é Recorrente **ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ** (Adv. Décio Freire - OAB/PI 7369-A), e Recorrido **SPIC - SOCIEDADE DE PROJETOS, INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.** (Adv. Daniel Magno Garcia Vale - OAB/PI 3628). Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO,** dentro do prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.
SESCAR-CÍVEL, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário
Mat. 1851

13.15. AVISO DE INTIMAÇÃO

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O servidor Josué Higino da Silva Costa, lotado na Coordenadora Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos da **APELAÇÃO Nº 2015.0001.003204-1,** em que é Recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, e Recorrido **ALBERTINA PEREIRA GOMES PESSOA** (Adv. Alberto Cid Ribeiro Dias - OAB/PI 2312). Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO,** dentro do prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.
SESCAR-CÍVEL, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário
Mat. 1851

13.16. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2015.0001.007494-1
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/10ª VARA CÍVEL
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S): NELSON WILIAMS FRATONI RODRIGUES (PI008202) E OUTROS
RELATOR: DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...Intimem-se as partes e oficie-se ao MM. Juiz de piso, para que tomem ciência do inteiro teor desta decisão.
Teresina/PI, 05 de março de 2018.
Desembargador Hilo de Almeida Sousa
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 04 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.17. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.002313-1
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: AROAZES/VARA ÚNICA
APELADO: BANCO BMG S.A.
ADVOGADO(S): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (PE023.255) E OUTROS
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"...determino a intimação das partes para que, dentro do prazo de 10 (dez) dias, manifestem-se a respeito da possibilidade de não conhecimento
Teresina/PI, 24 de abril de 2018.
Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 04 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.18. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.003749-0
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MARIA CLENILDA RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO(S): LORENA CAVALCANTI CABRAL (PI012751A)
REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A)
ADVOGADO(S): WILSON SALES BELCHIOR (PI009016) E OUTROS
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
AVISO DE INTIMAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"... Presentes os requisitos de tempestividade, de preparo (gratuidade de justiça concedida) e de representação processual, e ausentes as hipóteses do art. 1.012, § 1º do CPC/2015, recebo a Apelação em ambos os efeitos legais.
Teresina/PI, 24 de abril de 2018.
Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 04 de maio de 2018.
DYEGO JOSÉ SAMPAIO DA SILVA
Analista Judiciário - Matrícula nº 27671
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEJU

13.19. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.011532-3
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: SÃO JOÃO DO PIAUÍ/VARA ÚNICA
APELANTE: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO(S): WILSON SALES BELCHIOR (CE017314) E OUTROS
APELADO: MARIA DO ROSARIO DA SILVA
ADVOGADO(S): EMANUEL NAZARENO PEREIRA (PI002934)
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
AVISO DE INTIMAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DESPACHO
\"... Assim, com vista a formar o livre convencimento do julgador, determino a intimação da instituição financeira, para que faça prova da regularidade do contrato impugnado (contrato nº 000000198116162), bem como comprove o devido repasse do valor do empréstimo à parte autora, ora apelada, de modo a demonstrar a inexistência de fraude, no prazo de 10 (dez) dias.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, voltem-me conclusos.
Teresina/PI, 18 de abril de 2018.
Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 04 de maio de 2018.
DYEGO JOSÉ SAMPAIO DA SILVA
Analista Judiciário - Matrícula nº 27671
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEJU

13.20. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.003951-6
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO JESUS CARVALHO
ADVOGADO(S): LORENA CAVALCANTI CABRAL (PI012751A)
REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A)
ADVOGADO(S): EMANUELLA KELLY FRANÇA DE MENDONÇA PONTES (PI9094)E OUTRO
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
A Bela. **Wirislenne Silva Oliveira**, Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ***INTIMA BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A)*** (Adv. WILSON SALES BELCHIOR - OAB/PI .016 e outro) Requerido, ora intimado, nos autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 2018.0001.003951-6** do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho - Relator.
***DESPACHO*:**
\"...Presentes os requisitos de tempestividade, de preparo (gratuidade de justiça concedida) e de representação processual, e ausentes as hipóteses do art. 1.012 § 1º do CPC/15, recebo a Apelação em ambos os feitos legais.
Presentes as contrarrazões (fls. 121/140).
Ausente parecer do Ministério Público.
Publique-se. Intime-se.
Permaneçam os autos na SESCAR-Cível durante do prazo recursal.
Após, voltem-me conclusos.
Teresina-PI, 23 de abril de 2018.
Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
Relator\"
SEJU/, em Teresina/PI, 07de maio de 2018.
Bela. Wirislenne Silva Oliveira
Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU

13.21. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.000884-5
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/8ª VARA CÍVEL
APELANTE: TOYOTA LEANSING DO BRASIL S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO(S): AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (SP107414) E OUTROS
APELADO: VALDECI RODRIGUES
RELATOR: DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
DESPACHO
\"... determino a intimação do Apelante, por seu procurador constituído, para, no prazo de 05 dias, informar o endereço correto do apelado, sob pena de extinção do presente recurso, sem resolução de mérito.
Ato contínuo, determino a remessa dos autos à SESCAR CÍVEL para análise do valor recolhido a título de preparo (fls. 46), para certificar se ele foi arrecadado de acordo com a Tabela de Emolumentos deste Egrégio Tribunal de Justiça.
Teresina/PI, 21 de março de 2018.
Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário - Matrícula nº 1851
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEJU

13.22. AVISO DE INTIMAÇÃO

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O servidor Josué Higino da Silva Costa, lotado na Coordenadora Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.001661-5,** em que é Recorrente **BANCO DO BRASIL S.A.** (Adv. Rafael Sganzerla Durand - OAB/PI 8204-A), e Recorrido **ADERVALD DANTAS NOGUEIRA E OUTROS** (Adv. Danilo de Maracaba Menezes - OAB/PI 7303-A). Os autos permanecerão à

disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO,** dentro do prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.
SESCAR-CÍVEL, em Teresina, 04 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário
Mat. 1851

13.23. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.006468-3
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: MARCOS PARENTE/VARA ÚNICA
REQUERENTE: BANCO BMG S.A.
ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (SP327026) E OUTROS
REQUERIDO: MARIA HELENA BARROS
ADVOGADO(S): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA (PI011044)
RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
A Bela. **Wirislenne Silva Oliveira**, Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ***INTIMA BANCO BMG S.A.*** (Adv. CARLOS EDUARDO TEIXEIRA - OAB/SP 327.026 e outro) Requerente, ora intimado, nos autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.006468-3** do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar - Relator.
***DESPACHO*:**
\"...Intime-se p apelante para se manifestar, querendo, sobre a preliminar suscitada pela apelada em suas contrarrazões.
Cumpra-se.
Teresina-PI, 03 de maio de 2018.
Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar
Relator\"
SEJU/, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
Bela. Wirislenne Silva Oliveira
Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU

13.24. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.011449-2
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: MARINEUSA NUNES FERREIRA
ADVOGADO(S): MAURÍCIO CEDENIR DE LIMA (PI005142)
REQUERIDO: BANCO ITAULEASING S.A
ADVOGADO(S): FERNANDO LUZ PEREIRA (PI007031) E OUTROS
RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
A Bela. **Wirislenne Silva Oliveira**, Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ***INTIMA MARINEUSA NUNES FERREIRA*** (Adv. MAURÍCIO CEDENIR DE LIMA - OAB/PI 5.142 e outro) Apelante, ora intimado, nos autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº2017.0001.011449-2** do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar - Relator.
***DESPACHO*:**
\"...Determino, então, que a apelante seja intimada para recolher o preparo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não conhecer do apelo em apreço, nos termos do inc. III, do art. 932, do Código de Processo Civil vigente, e razão de sua manifestação inadmissibilidade.
Cumpra-se.
Teresina-PI, 25 de abril de 2018.
Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar
Relator\"
SEJU/, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
Bela. Wirislenne Silva Oliveira
Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU

13.25. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.001174-5
ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
AGRAVANTE: MARCUS VINICIUS MASCARENHAS E LARANJEIRA
ADVOGADO(S): FLORA RIBEIRO MASCARENHAS (CE032525) E OUTRO
AGRAVADO: ELIANE APARECIDA CASTRO E MASCARENHAS
RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
A Bela. **Wirislenne Silva Oliveira**, Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ***INTIMA MARCUS VINÍCIUS MASCARENHAS E LARANJEIRA*** (Adv. FLORA RIBEIRO MASCARENHAS - OAB/CE 32.525 e outro) Agravante, ora intimado, nos autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.001174-5** do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar - Relator.
***DESPACHO*:**
\"...Diga o agravante sobre a certidão que repousa à folha 63v.
Intime-se e cumpra-se.
Teresina-PI, 27 de abril de 2018.
Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar
Relator\"
SEJU/, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
Bela. Wirislenne Silva Oliveira
Servidora da Coordenação Judiciaria Cível/ SEJU

13.26. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.005397-1

ÓRGÃO JULGADOR: 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: TERESINA/4ª VARA CÍVEL
REQUERENTE: SC2 SHOPPING CENTER TERESINA LTDA.
ADVOGADO(S): CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (PI005725A) E OUTROS
REQUERIDO: JEOVAN BERNARDO ALBUQUERQUE SOUSA
RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
DESPACHO
\"...determino, agora, a intimação das partes e de seus respectivos patronos, a fim de que informem, no prazo 5 (cinco) dias...
Teresina/PI, 24 de abril de 2018.
Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar
Relator\"
SESCAR-CÍVEL, em Teresina/PI, 07 de maio de 2018.
LAÍS ANDRÉA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA
Matrícula nº 27351
Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas/SEJU

13.27. AVISO DE INTIMAÇÃO

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
O servidor Josué Higino da Silva Costa, lotado na Coordenadora Judiciária Cível/SEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2013.0001.001234-3,** em que é Recorrente **O ESTADO DO PIAUÍ**, e Recorrido **RONNIELLY PESSOA DA SILVA** (Adv. Patrícia da Conceição Sousa Raulino - OAB/PI 3286). Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO,** dentro do prazo legal, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.
SESCAR-CÍVEL, em Teresina, 07 de maio de 2018.
Josué Higino da Silva Costa
Téc. Judiciário
Mat. 1851

14. JUIZOS DE DIREITO DA CAPITAL

14.1. EDITAIS DE PROCLAMAS

ANTONIO UBIRATAN VIEIRA, titular do 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL das Pessoas Naturais da cidade de TERESINA, Estado PI, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER, que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Art. 1.525 do Código Civil Brasileiro, os nubentes abaixo relacionados: 1º) **LEANDRO VELOSO DE AMORIM**, SOLTEIRO, EMPILHADOR, natural de TERESINA - PI, filho de RAIMUNDO NONATO DE AMORIM e CONSTANCIA MARIA VELOSO DE AMORIM; e **IARA SARAIVA VIEIRA**, SOLTEIRA, TÉCNICA EM ENFERMAGEM, natural de TERESINA - PI, 2º) **HÉLIO FERREIRA DA ROCHA FILHO**, SOLTEIRO, FISCAL DE SEGURANÇA, natural de TERESINA - PI, filho de HÉLIO FERREIRA DA ROCHA e MARIA CLELIA DA SILVA ROCHA; e **LAIS SILVA SOUSA**, SOLTEIRA, ADMINISTRADOR (A), natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA FILHO e ROSÂNGELA MARIA DA PAZ SILVA SOUSA; 3º) **LUCIANO SANTOS MARTINS**, SOLTEIRO, FERREIRO ARMADOR, natural de TERESINA - PI, filho de VALMIRO SANTOS MARTINS e MARIA AURINEIDE DOS SANTOS; e **JULIANA DE JESUS FERREIRA GUEDES**, SOLTEIRA, FATURISTA, natural de IPIRANGA DO PIAUI - PI, filha de MANOEL DE DEUS GUEDES DE MACÊDO e MARIA DALVA FERREIRA GUEDES; 4º) **FRANCISCO EDUARDO ASSUNÇÃO OLIVEIRA**, SOLTEIRO, ANALISTA DE SISTEMAS, natural de TERESINA - PI, filho de MARIA DA CONCEIÇÃO ASSUNÇÃO OLIVEIRA; e **SARA JÉSSICA MATOS PEREIRA CARDOSO**, SOLTEIRA, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO CARDOSO DA SILVA e MARILDA MATOS PEREIRA CARDOSO; 5º) **ADRIANO PEREIRA DE MESQUITA**, DIVORCIADO, PINTOR(A), natural de TERESINA - PI, filho de JOÃO EUCLIDES DE MESQUITA e MARIA PEREIRA DE MESQUITA; e **SAMARA ALVES DE SOUSA**, DIVORCIADA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de JOÃO DA COSTA SOUSA e MARIA LUCIA ALVES DE SOUSA; 6º) **LEONARDO FURTADO DE OLIVEIRA**, SOLTEIRO, FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL, natural de TERESINA - PI, filho de CARLOS DE MELO FURTADO e EUSIMAR OLIVEIRA FURTADO; e **JÉSSICA DANIELE LUSTOSA DA SILVA**, SOLTEIRA, ENGENHEIRA AGRÔNOMA, natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ PEREIRA DA SILVA e MARIA CELESTE LUSTOSA MACHADO; 7º) **EDUARDO BARBOSA ARAUJO**, SOLTEIRO, natural de GOIAS - GO, filho de JESUS CARVALHO DE ARAÚJO JÚNIOR e EUNICE MARILAIDE BARBOSA CARVALHO; e **THUANY FONSECA MEDEIROS**, SOLTEIRA, natural de TERESINA - PI, filha de JORGE EDUARDO SANTANA MEDEIROS e CRISTIANA FONSECA MEDEIROS; 8º) **FERNANDO DOS SANTOS SOUSA**, SOLTEIRO, PEDREIRO(A), natural de TIMON - MA, filho de RAIMUNDO PEREIRA DE SOUSA e FRANCISCA MARIA DOS SANTOS SOUSA; e **MIZELENE MONTEIRO LOPES**, SOLTEIRA, DOMÉSTICA, natural de PENTECOSTE - CE, filha de FRANCISCOI VALMIR LOPES e MARIA MONTEIRO LOPES; 9º) **ÍTALO HENRIQUE DE OLIVEIRA CLAUDINO GONÇALVES**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, e **GISELLE MARIA PINHEIRO PEREIRA**, SOLTEIRA, CONTADOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de ANTÔNIO DE SOUSA PEREIRA e MARIA DE SOUSA PINHEIRO PEREIRA; 10º) **GILMICHAEL SOUSA DE LIMA**, SOLTEIRO, VIGILANTE, natural de TERESINA - PI, filho de GILVAN ALVES DE LIMA e MARINALDA DA SILVA SOUSA; e **LEILIANE MONTEIRO LOPES**, SOLTEIRA, DOMÉSTICA, natural de PENTECOSTE - CE, filha de FRANCISCO VALMIR LOPES e MARIA MONTEIRO LOPES; 11º) **ANTONIO FRANCISCO ASSIS SOUSA**, SOLTEIRO, FRENTISTA, natural de CAXIAS - MA, filho de MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA; e **RHAIRA ISABEL DA SILVA RODRIGUES**, SOLTEIRA, VENDEDOR(A), natural de TERESINA - PI, 12º) **AUGUSTO CESAR ALVES MAIA**, DIVORCIADO, APOSENTADO(A), natural de MATIAS OLIMPIO - PI, filho de FRANCISCO AUGUSTO MAIA e FRANCISCA ALVES DE AGUIAR MAIA; e **NATÁSSIA PONTES DE SOUSA LIMA**, SOLTEIRA, ENFERMEIRA, natural de MATIAS OLIMPIO - PI, filha de MÁRIO RODRIGUES DE LIMA e DEIJACI PONTES DE SOUSA LIMA; 13º) **LUAN OLIVEIRA FERREIRA**, DIVORCIADO, BANCÁRIO(A), natural de PARNAIBA - PI, filho de ELIZ MARIA OLIVEIRA FERREIRA; e **SUÉLY MARIA DO NASCIMENTO BRITO**, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural de TERESINA - PI, filha de IDILBERG MESSIAS MOURA DE BRITO e MARIA ROSANGELA DO NASCIMENTO BRITO; 14º) **PAULO DENIS ROCHA DA SILVA**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de SANTA INES - MA, filho de JOSÉ DA LUZ SILVA e ANA LUCIA ROCHA DA SILVA; e **ERLANE MARIA PEREIRA DA SILVA COSTA**, DIVORCIADA, PROFESSOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ PEREIRA DA COSTA e MARIA FRANCISCA PEREIRA DA SILVA COSTA; 15º) **ANTONIO DE JESUS OLIVEIRA SILVA**, DIVORCIADO, ELETRICISTA, natural de UNIAO - PI, filho de JOSÉ SARAIVA DA SILVA e HILDA OLIVEIRA DA SILVA; e **JUCILENE MARIA DA SILVA**, DIVORCIADA, APOSENTADA, natural de CAMPO MAIOR - PI, filha de JOÃO MIGUEL DA SILVA e MARIA JOANA DE JESUS SILVA; 16º) **LUCAS FERNANDES DE SOUSA RODRIGUES**, SOLTEIRO, OPERADOR DE CALL CENTER, natural de TERESINA - PI, filho de FLÁVIO FERNANDES PIMENTEL DE SOUSA e LUCIANA RODRIGUES DA SILVA; e **HUDSUELLEN VIANA DE OLIVEIRA SILVA**, SOLTEIRA, TÉCNICA EM ENFERMAGEM, natural de TERESINA - PI, filha de DOMINGOS VIANA DE OLIVEIRA e CECILIA MARIA DA SILVA BONIFÁCIO; 17º) **JOSÉ OLIVAN FERREIRA CASTELO BRANCO**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filho de AMÉRICO MELO CASTELO BRANCO e THAIS MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO; e **LARA DUARTE NAPOLEÃO DO RÊGO**, SOLTEIRA, PSICÓLOGA, natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ

FORTES NAPOLEÃO DO RÊGO FILHO e ELIZABETH DUARTE NAPOLEÃO DO RÊGO; 18º) **HUGO DOMINGOS LEITE DOS SANTOS**, SOLTEIRO, ESTUDANTE, natural de PINDARE MIRIM - MA, filho de DOMINGOS CERILO DOS SANTOS e LUCIA DE FATIMA PEREIRA LEITE; e **BRENDDA WALACCE CARVALHO PORTELA**, SOLTEIRA, ASSISTENTE SOCIAL, natural de ESPERANTINA - PI, filha de EUSÉBIO PORTELA MORAIS e VALDENE DE CARVALHO PORTELA; 19º) **RODRIGO ULISSES E SILVA**, SOLTEIRO, DESENVOLVEDOR DE WEB, natural de TERESINA - PI, filho de FRANCISCO HELDER DE ALMEIDA SILVA e MARIA DO PERPETUO SOCORRO ULISSES SILVA; e **LÍVIA QUEIROZ DE SOUSA**, SOLTEIRA, FARMACÊUTICO(A), natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO LOPES DE SOUSA e MARIA DAS GRAÇAS QUEIROZ DE SOUSA; 20º) **MIZAEL COELHO DE SOUSA E SILVA**, SOLTEIRO, PROCURADOR, natural de FORTALEZA - CE, filho de MANOEL PEREIRA DA SILVA e ZULEIDE COELHO DE SOUSA E SILVA; e **DINELISE SOUSA SANTOS**, SOLTEIRA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA FEDERAL, natural de OEIRAS - PI, filha de JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS e MARIA GORETE DE SOUSA SANTOS; 21º) **FLÁVIO ARCANJO DOS SANTOS**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS e MARIA DALVA ARCANJO; e **ALANE RODRIGUES DA SILVA**, SOLTEIRA, DO LAR, natural de PARNARAMA - MA, filha de ANTONIO CARLITO RODRIGUES DA SILVA e LAURA RODRIGUES DA SILVA; 22º) **FRANCISCO FERDINALDO SIMEÃO DE SOUSA**, SOLTEIRO, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, natural de TERESINA - PI, filho de VALDIVINO SEMIÃO DE SOUSA e IRACEMA SIMEÃO DE SOUSA; e **MARIA YARA FERNANDES ROCHA**, DIVORCIADA, TÉCNICA EM ENFERMAGEM, natural de TERESINA - PI, filha de VITAL BATISTA DA ROCHA e ANGÉLICA GOMES FERNANDES ROCHA; Requereram habilitação para casamento. Quem tiver conhecimento de algum impedimento e ou causa suspensiva Art. 1.521 e 1.523 do Código Civil, poderá apresentá-lo por escrito perante este Cartório.
ANTONIO UBIRATAN VIEIRA
Oficial(a)

14.2. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 30 (trinta) dias
O Dr. SEBASTIAO FIRMINO LIMA FILHO , Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI, a Ação de Cobrança, processo nº 0014338-81.2014.8.18.0140, proposta por FRANCISCO FLAVIO GERMANO MAGALHAES e E. MATOS E CIA LTDA., o primeiro residente e domiciliado(a) na Av. Dom Severino, 3113, São Cristóvão, o segundo na Av. Jóquei Clube, 1947, Teresina - Piauí em face de **WALTER MENDES BATISTA**, brasileiro, empresário, e **DANIELLE BARROSO DE CARVALHO**, brasileira, fonoaudióloga, ambos residentes em local incerto e não sabido; ficando por este edital citados a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Fica advertido que será nomeado curador especial em caso de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e duas vezes em jornal de maior circulação local. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 23 de fevereiro de 2018 (23/02/2018). Eu, Silvana Carvalho, Analista Judicial, digitei, subscrevi. TERESINA, 23 de fevereiro de 2018. SEBASTIAO FIRMINO LIMA FILHO-Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de TERESINA.

14.3. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 30 (trinta) dias
O Dr. SEBASTIAO FIRMINO LIMA FILHO, Juiz de Direito desta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI, a Ação Monitória, Proc. nº 0028217-58.2014.8.18.0140, proposta por COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ, em face de **JOSE NETO RIBEIRO DE LACERDA**, CPF 096.591.703-78, residente em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte Requerida, para efetuar o pagamento da obrigação exigida, entregar coisa ou executar obrigação de fazer/não fazer no prazo e 15 dias, bem como efetuar o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ficando isento das custas processuais se cumprir dentro do prazo, podendo, ainda, opor embargos monitórios, nos próprios autos, no mesmo prazo. Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e em jornal de grande circulação. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 20 de abril de 2018 (20/04/2018). Eu, Silvana Carvalho, Analista Judicial, digitei e conferi.
TERESINA, 20 de abril de 2018
SEBASTIAO FIRMINO LIMA FILHO-Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.4. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Processo n.º 0019500-67.2008.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante:**NAILDES DE FREITAS MARTINS**
Inventariado:**MANOEL PAIXAO**
Advogado:FLORENCIO RIBEIRO PAZ NETO(OAB/PI 7615)
Proceda o advogado/procurador à devolução dos autos retirados com carga, tendo em vista expiração do prazo, em 03 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório e incorrer em multa correspondente à metade do salário-mínimo (art. 234, §2º do NCPC).

14.5. PROCESSO Nº: 0815565-68.2017.8.18.0140

PROCESSO Nº:0815565-68.2017.8.18.0140
CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S):[Imputação do Pagamento, Citação, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens]
AUTOR: MARISTELA BARROS BANDEIRA
ADVOGADO: MARCIO JUNIOR DOS SANTOS FRANCA , OAB AC 2882
RÉU: YMPACTUS COMERCIAL S/A
DESPACHO Vistos. **INTIME-SE**o autor para no prazo de 10(dez) dias acostar os comprovantes de pagamento no valor de R$16.834,59, vez que somente constam 02(dois) comprovantes realizados por terceira pessoa, Estevan Bandeira.

14.6. EDITAL - 10ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (10ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0022817-92.2016.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado(s): GIULIO ALVARENGA REALE(OAB/PIAUÍ Nº 14565)
Requerido: ADAILSON RODRIGUES LIMA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Intimação da parte autora, via advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça de folhas 87, tendo em vista que a parte requerida não foi localizada.

14.7. SENTENÇA - 10ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0019311-45.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: CONDOMINIO COMERCIAL POTY PREMIER
Advogado(s): ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 4273)
Réu: JOYCE DANTAS COSME
Advogado(s): INGRID MEDEIROS LUSTOSA DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 9561)
Em face do exposto, com base na fundamentação supra e nos termos do art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da ação principal de cobrança de cotas condominiais formulados pelo autor CONDOMINIO COMERCIAL POTY PREMIER, tendo em vista que a demandada JOYCE DANTAS COSME não ostenta qualidade de condômino do imóvel objeto da presente lide, não tendo sido a ela disponibilizada as chaves da unidade de n° 816 do referido condomínio.
Ainda com base na fundamentação supra e nos termos do art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTES o pedido de repetição de indébito formulados em sede de reconvenção, uma vez que não houve cobrança judicial de dívida já adimplida e nem exigência de valor além do efetivamente devido.
Em relação à ação principal de cobrança de cotas condominiais, face a sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, estes que fixo por apreciação equitativa em R$ 1.000,00, ante o baixo valor da causa, conforme me faculta os §§ 2º e 8º do art. 85 do CPC.
Acerca da reconvenção, condeno a parte reconvinte/demandada ao pagamento de honorários advocatícios, arbitrados por apreciação equitativa em R$ 1.000,00, ante o baixo valor da causa, conforme me faculta os §§ 2º e 8º do art. 85 do CPC.
Considerando a sucumbência recíproca, distribuo as custas proporcionalmente entre as partes, cabendo a cada litigante o correspondente a 50% do valor das custas processuais, nos termos que me autoriza o art. 86 do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

14.8. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004177-07.2017.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO PAN
Advogado(s): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A)
Requerido: DAILMA SOARES RODRIGUES DA SILVA
Advogado(s): ROMULO DE SOUSA MENDES(OAB/PIAUÍ Nº 8005)
01 Indefiro a retratação pretendida no recurso de apelação interposto, ao tempo em que mantenho a sentença de fls. 99/105 por seus próprios fundamentos (CPC, art. 331, caput).
02 Cite o apelado para apresentar resposta ao recurso(NCPC, art. 331, §1°), observando-se o prazo de 15 dias (CPC, art. 1.010, §1°).
03 Após, com ou sem resposta, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (CPC, art. 1.010, §3°).

14.9. EDITAL - 10ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007759-49.2016.8.18.0140
Classe: Cumprimento de sentença
Exequente: GERCINA DALVA MARQUES
Advogado(s): RALDIR CAVALCANTE BASTOS NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12144), DANILO BONFIM RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 9202)
Executado(a): .BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(s): SERVIO TULIO DE BARCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 12008), JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 12033)
ATO ORDINATÓRIO: INTIME-SE A PARTE APELADA NO PRAZO DE 15 DIAS PARA APRESENTA CONTRARRAZÕES A APELAÇÃO RETRO.

14.10. EDITAL - 10ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014723-58.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIA OLIVEIRA DE ARAUJO MONTEIRO
Advogado(s): JOSE ANTONIO CANTUARIA MONTEIRO ROSA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 13977), ANDRE RICARDO BISPO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 11802)
Réu: CEPISA - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
ATO ORDINATÓRIO: INTIME-SE A PARTE APELADA NO PRAZO DE 15 DIAS PARA APRESENTA CONTRARRAZÕES A APELAÇÃO RETRO.

14.11. JULGAMENTO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805207-10.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: OSVALDO JOSE DA SILVA
ADVOGADO(s): MARIA DA CRUZ SILVA PINHEIRO,WAGNER VELOSO MARTINS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

14.12. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808956-35.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA

POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): NINA RAFAELLE MODESTO GUIMARAES LISBOA
POLO PASSIVO: RÉU: MARIA EMILIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.13. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808704-32.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO CORDEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.14. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808704-32.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO CORDEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.15. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808704-32.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO CORDEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.16. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808704-32.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO CORDEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.17. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808704-32.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO CORDEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.18. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808704-32.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO CORDEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.19. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808354-44.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: IZABEL MARIA OLIVEIRA DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.20. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808649-81.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA ROSA DA SILVA LIMA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS

POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.21. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808737-22.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: ELLOS GOLD INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - EPP
ADVOGADO(s): FELIPE BEZERRA MENEZES
POLO PASSIVO: RÉU: M. JUNIOR COMERCIAL LTDA - EPP
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.22. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808820-38.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: ER DE PINHO EIRELI - ME
ADVOGADO(s): FELIPE BEZERRA MENEZES
POLO PASSIVO: RÉU: M. JUNIOR COMERCIAL LTDA - EPP
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.23. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808861-05.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: KENERSON INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS OPTICOS S/A
ADVOGADO(s): ANDRE LUIS DE ASSUMPCAO
POLO PASSIVO: RÉU: M. JUNIOR COMERCIAL LTDA - EPP
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.24. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808380-42.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: STHEFANY FRANCISCA DE ALENCAR TITO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: C&A MODAS LTDA.; **RÉU**: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.25. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808634-15.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA ROSA DA SILVA LIMA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.26. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808794-40.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS
ADVOGADO(s): DANILLO VICTOR COSTA MARQUES
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO AGIPLAN S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.27. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809020-45.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(s): ANTONIO AUGUSTO PIRES BRANDAO
POLO PASSIVO: RÉU: EVANGELINA CARDOSO DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.28. JULGAMENTO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803534-16.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LAURA ROSA CARVALHO CUNHA; **AUTOR**: IMOBILIARIA HALCA E DANIEL LTDA - EPP
ADVOGADO(s): JULIANO LEAL DE CARVALHO,MARIA DALVA FERNANDES MONTEIRO

POLO PASSIVO: RÉU: PAULO CESAR HELUY RODRIGUES; **RÉU**: DIGITAL PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME
ADVOGADO(s): ADRIANO SANTOS ARAUJO
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

14.29. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801799-11.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: VALMIRA SOARES SOUSA CRUZ
ADVOGADO(s): ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA,DAVID EULALIO COUTO MACHADO FILHO,EMANUELE GOMES DA SILVA,NHAIRA DOURADO FERREIRA
POLO PASSIVO: RÉU: EDNA MARIA FARIAS LEAL SANTOS; **RÉU**: MARIA DE JESUS MONTEIRO DOS SANTOS; **RÉU**: MANOEL MESSIAS MONTEIRO DA SILVA SANTOS; **RÉU**: MIRNA MIURA FIALHO DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.30. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0814943-86.2017.8.18.0140
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MARISTANE MARIA DOS ANJOS; **EXEQUENTE**: IMOBILIARIA HALCA E DANIEL LTDA - EPP
ADVOGADO(s): JULIANO LEAL DE CARVALHO,MARIA DALVA FERNANDES MONTEIRO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: VALERIA FRANCINO SANTOS; **EXECUTADO**: NEWTON CASTELO BRANCO DE BRITO GUERRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.31. DECISÃO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0804357-53.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: DERNIVAL RODRIGUES DO NASCIMENTO
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.32. DECISÃO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802092-78.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: LEIDIANE GOMES
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.33. DECISÃO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802236-52.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.34. DECISÃO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805021-84.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AGENCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUI S.A.
ADVOGADO(s): KATY SAMARA CARVALHO PRUDENCIO SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: EMILIO WAGNER GONCALVES FIGUEIREDO
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.35. JULGAMENTO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0821492-15.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: A.C.F.I.S
ADVOGADO(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO
POLO PASSIVO: RÉU: L.M.M.S
461 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> AUSÊNCIA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO:
EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO

14.36. DECISÃO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806063-71.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO J. SAFRA S.A

ADVOGADO(s): BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI
POLO PASSIVO: RÉU: EDINALVA GOMES OLIVEIRA SA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.37. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0812740-54.2017.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: STELL TRATORES
ADVOGADO(s): BALTEMIR LIMA DE SOUSA JUNIOR,YURI BATISTA RODRIGUES
POLO PASSIVO: RÉU: REVITA ENGENHARIA S.A.
ADVOGADO(s): FRANCISCO DANIEL BARBOSA ARAUJO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.38. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803730-83.2017.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): JOSAINE DE SOUSA RODRIGUES
POLO PASSIVO: RÉU: LUIS CABRAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.39. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0817423-37.2017.8.18.0140
CLASSE: OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
POLO ATIVO: AUTOR: JOAO BATISTA BORGES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): JUCIEILON SARAIVA BORGES
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.40. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0820396-62.2017.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): NINA RAFAELLE MODESTO GUIMARAES LISBOA
POLO PASSIVO: RÉU: BERNARDO JOSE SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.41. DESPACHO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0819272-44.2017.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): NINA RAFAELLE MODESTO GUIMARAES LISBOA
POLO PASSIVO: RÉU: MARIA ODETE DOS SANTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.42. JULGAMENTO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806761-14.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DAS GRACAS SILVA SOUSA
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
ADVOGADO(s): ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.43. JULGAMENTO - 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0810411-69.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: SERGIO ROBERTO LOPES BASTOS; **AUTOR**: MARIA LUCIA LIMA DE ALMEIDA; **AUTOR**: FRANCISCO DE ARAUJO; **AUTOR**: JOAO LUIS DA SILVA FILHO; **AUTOR**: MARIA TERESA DE MIRANDA MENEZES CARNEIRO; **AUTOR**: EDVALDO BORGES LEAL; **AUTOR**: MARIA DOS REMEDIOS LEAL RODRIGUES; **AUTOR**: JOSE LEAL MARIANO SILVA
ADVOGADO(s): CAIO GRACO COUTINHO SOUSA,MARCOS RODRIGO GURJAO PONTES
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA; **RÉU**: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A,ELINE MARIA CARVALHO LIMA,TASSO BATALHA BARROCA
220 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> IMPROCEDÊNCIA:
JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO

14.44. DECISÃO - 10ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0028486-34.2013.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA, ECONOMICA E CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO
Advogado(s):
Indiciado: J LAGES E CIA LTDA
Advogado(s):
DECISÃO
A Autoridade Policial, no uso de suas tribuições legais, representou pela Prisão preventiva de JOSÉ JOAQUIM LAGES PEREIRA e JOSÉ VAZ PEREIRA, qualificados nos autos, por incidência de comportamentos no art. 1º, § 1º, II, §2º, II, da lei nº 9.613/98(Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores).
A autoridade policial, argui em sua peça que os investigados não foram localizados em nenhum dos endereços contidos nos autos, motivo pelo qual, não foram qualificados, nem interrogados. As execuções fiscais também não foram satisfeitas e nem garantidas, pois a empresa executada fechou as portas e seus representantes legais não foram encontrados, afirma também a autoridade policial que os dois pressupostos exigidos por lei para a decretação da prisão preventiva encontram-se presentes, quais sejam, prova da existência do crime(os autos de infração) e indício suficientes de autoria(CDAs. Por fim requer a aplicação da medida Cautelar de Prisão Preventiva dos investigados pelos pressupostos apresentados, e o pelo requisito da necessidade de garantia da ordem pública, por quebra da ordem econômica e para assegurar a aplicação da Lei Penal,), conforme artigo 312, CPP.
Aberto vista ao Ministério Público, o mesmo afirma que em consuta ao Sítio da RFB, na rede mundial de computadores, constatou eu o sócio gestor da empresa é JOSÉ JOAQUIM LAGES PEREIRA e que o outra representado, JOSÉ VAZ SOARES é mero sócio cotista, motivo pelo qual, não o coloca em posição de gerência ou exercício de posição capaz de decidir sonegar ou não tributos, e por ausência de indícios de autoria, o Ministério Público, se manifesta pelo indeferimento do pedido em relação à JOSÉ VAZ PEREIRA.
No que tange, JOSÉ JOAQUIM LAGES PEREIRA, o Ministério público reconhece as provas acostadas aos autos pela autoridade policial, ora representante, as quais apontam a existência de crime(prova de materialidade), vez que as CDAs são provas suficientes de materialidade, restando assim, comprovados os indício de autoria e materialidade, necessários para a decretação da prisão preventiva, de acordo com art. 312 CPP, primeira parte.
É o relatório. Decido.
Diante do exposto, restando comprovada a autoria e a materialidade do crime Documento assinado eletronicamente por ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 04/05/2018, às 05:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. acima descrito, e ainda que o Representado JOSÉ JOAQUIM LAGES PEREIRA, encontra-se foragido, não sendo este encontrado em nenhum dos endereços apontados nos autos, vislumbro a necessidade de decretação da custódia temporária do acusado, a fim de assegurar que seja realização da instrução criminal e garantir a aplicação da lei penal(Art. 311, 312 e 313 do CPP) Em observância ao artigo 109 do Código Penal, em seu inciso III: Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a , quatro anos e não excede a oito; (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010). DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA DE JOSÉ JOAQUIM LAGES PEREIRA, pelo prazo prescricional de 12(doze) meses.
Quanto ao Representado JOSÉ VAZ PEREIRA, como bem salientou o Ministério Público, este se trata, tão somente de sócio cotista da empresa sonegadora, não cabendo a si poder de decisão dentro da empresa, o que o desqualifica como como autor do fato, motivo pelo qual indefiro a representação sobre o mesmo, quanto a decretação de prisão preventiva.
Expeça-se o competente mandado de prisão preventiva em desfavor de JOSÉ JOAQUIM LAGES PEREIRA, encaminhando-se as cópias à Delegacia Especializada de de Crimes contra a ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo- DECCOTERC.
Ciência ao MP .
Demais providências de acordo com a Lei 9.296/96.
Cumpra-se
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA
Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.45. EDITAL - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0001329-47.2017.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: EVILÁSIO RODRIGUES DE OLIVEIRA CORTEZ
Advogado(s): MARYNA RODRIGUES DE OLIVEIRA CORTEZ(OAB/PIAUÍ Nº 10516)
Réu: EXPEDITO PEREIRA DA SILVA FILHO
Advogado(s): ADONIAS FEITOSA DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 2840)
DESPACHO: Dando-se continuidade à marcha processual,designo o dia 29.05.2018, às 11horas e 30 minutos, para realização de audiência de conciliação (art. 139, V, do NCPC). Intimem-se as partes, por intimação a seus advogados, devendo ser intimadapessoalmente a parte eventualmente assistida pela Defensoria Pública. Ciência do MP, caso intervenha no feito.

14.46. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004096-29.2015.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): HIRAN LEAO DUARTE(OAB/CEARÁ Nº 10422), LAURISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3454)
Requerido: JOSIEL LAGO DOS SANTOS
Advogado(s):
Intime-se, por via postal a parte autora, para no prazo de 5(cinco) dias, suprir afalta, cumprindo a diligência determinada no despacho de fl. 65, sob pena de não o fazendo,o processo ser extinto sem resolução do mérito na forma do art. 485, § 2º do CPC.

14.47. DECISÃO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004839-68.2017.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: BANCO BRADESCO S. A.
Advogado(s): HYNGRYSS SHIRLEY LIMA SANCHEZ RAMIRES(OAB/PIAUÍ Nº 14392)
Requerido: VANIA DE LARILAC DAS CHAGAS MOURA-ME

Advogado(s): MARCOS PAULO MADEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6077)
Do exposto, de forma a evitar decisões conflitantes, com fulcro no art. 55, §3,CPC, acolho a presente exceção de incompetência, para declinar da competência paraprocessar e julgar esta causa em favor do Juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina.
Passado o prazo recursal, encaminhem-se os autos à DISTRIBUIÇÃOJUDICIAL, para que sejam redistribuídos para a 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina.Verbas sucumbenciais a serem dirimidas ao final das ações.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

14.48. SENTENÇA - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023897-91.2016.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: CEPISA - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507), ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES DA MOTA(OAB/PIAUÍ Nº 8816)
Réu: JOAO MARTINHO DOS SANTOS
Advogado(s):
Assim, declaro por sentença a conversão do mandado inicial em mandadoexecutivo devendo o débito ser acrescido das faturas que se venceram no curso dapresente demanda e verba honorária sucumbencial de 10% sobre o valor da causa.
Determinando, após o trânsito em julgado, a intimação da autora para apresentar odemonstrativo atualizado do débito incluído o valor das faturas vencidas no curso deste feitoaté a data da prolação da sentença.
Ressalte-se que a execução do referido título deve ser realizada emconformidade com o que prevê o art. 4º, § 1º, I, do Provimento Conjunto nº 11 de 16 desetembro de 2016, portanto, deve ser requerido através do sistema de Processo JudicialEletrônico.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

14.49. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020829-70.2015.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 156187)
Requerido: TAYLOR QUEIROZ COELHO
Advogado(s):
Defiro o pedido de desentranhamento do boleto e comprovante pagamento defls. 54/55 pela parte autora.
Providencie a servential judicial a emissão de novo boleto para pagamento dascustas devidas neste feito, intimando-se a parte autora para que proceda ao seu pagamentono prazo de 10 (dez) dias.
Cumpra-se.
Após, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

14.50. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0021331-48.2011.8.18.0140
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Autor: SAFRA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A, SL. DE SOUZA FILHO E CIA LTDA
Advogado(s): LEILANE COELHO BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 8817), ALDENIRA GOMES DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 10784)
Réu:
Advogado(s):
Inicialmente, revogo o despacho proferido à fl.220, vez que efetivamenteverifico não caber no caso posto em lide a conversão da ação em ação executiva.
O pleiteado pela parte autora às fls. 229/230 é de natureza de conversão daação de reintegração de posse em ação de perdas e danos já que os bens objeto docontrato que originou a lide, não foram encontrados.
O art.329, II do CPC dispõe que o autor pode até o saneamento do feito, como consentimento do réu, aditar o pedido ou a causa de pedir.
Assim, intime-se este, na pessoa de seu advogado habilitado nos autos, paraque no prazo de 15 (quinze) dias manifeste-se sobre o referido pleito.
Cumpra-se

14.51. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0016427-77.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: NAYARA AGUIAR DA CUNHA
Advogado(s): THIAGO VERAS PÁDUA(OAB/PIAUÍ Nº 4262)
Réu: PORTO SEGURO S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, PORTOSEG S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): EUGENIO REYNALDO PALAZZI JUNIOR(OAB/SÃO PAULO Nº 128126)
1. Proceda-se aos cálculos de eventuais custas judiciais remanescentes.
2. Intime-se a parte condenada em seu pagamento para recolher as custas noprazo de 10 (dez) dias.
3. Decorrido o prazo sem cumprimento, expeça-se certidão de não pagamentoe arquive-se, devendo a certidão constar no relatório mensal enviado ao FERMOJUPI parafins de cobrança e/ou inscrição em dívida ativa.
4. Cumprida as diligências, arquivem-se os autos dando-se a devidabaixa na distribuição.
Saliente-se à parte exequente que eventual pedido de cumprimento desentença deve ser protocolado no PJE.

14.52. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0029505-70.2016.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): LAURISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3454)
Requerido: ANTONIA MARIA DE CARVALHO DOS SANTOS
Advogado(s):
Intime-se a parte requerente, através de seu advogado,para, no prazo de 10 dias exibir o título executivo original que se visa executar, bemcomo

o demonstrativo atualizado do débito na forma do art. 798, I, "a" e "b" eparágrafo único do CPC, sob pena de indeferimento da petição inicial art. 924, I, doCPC.

14.53. EDITAL - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0005224-31.2008.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: GILBERTO PEREIRA VIANA
Advogado(s): LEILANE COELHO BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 8817)
Requerido: BANCO HSBC
Advogado(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7036-A)
DESPACHO FL.166.: Intime-se a parte autora por seu advogado para se manifestar sobre a contestação apresentada,no prazo de 15(quinze) dias.

14.54. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012174-46.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIO RIVALDO SALES
Advogado(s): MAURÍCIO CEDINIR DE LIMA (OAB/PIAUÍ Nº 5142)
Réu: BANCO BV FINANCEIRA S.A.
Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAUÍ Nº 8203-A)
Recolha a parte requerida, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas finais, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.55. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002355-85.2014.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
Advogado(s): ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES(OAB/PIAUÍ Nº 8816)
Réu: ANTONIO ALVES DA SILVA FILHO, TERESA DA SILVA AZEVEDO
Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº)
Recolha a parte requerida, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas finais, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.56. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025698-42.2016.8.18.0140
Classe: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
Autor: MARCIA MARIA NUNES BONFIM
Advogado(s): LUIS PEREIRA DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 12475)
Réu: JOSE DO PATROCINIO PAES LANDIM
Advogado(s):
Recolha a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas remanescentes, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.57. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023764-83.2015.8.18.0140
Classe: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
Autor: ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS
Advogado(s): PATRICIA CAVALCANTE PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3184), EMANUELE GOMES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10995)
Réu: ANILSON ALVES FEITOSA - ME, ANILSON ALVES FEITOSA
Advogado(s):
Recolha a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas remanescentes, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.58. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0027095-73.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA
Advogado(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7036-A), ODIMILSOM ALVES PEREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 8799)
Réu: MARCOS CESAR LOPES
Advogado(s):
Recolha a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas remanescentes, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.59. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0016750-48.2015.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S. A.
Advogado(s): CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ(OAB/PIAUÍ Nº 12011), LAZARO DUARTE PESSOA(OAB/PIAUÍ Nº 12851), TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA(OAB/PIAUÍ Nº 12010)
Requerido: WILK DE SOUZA FERNANDES
Advogado(s):
Recolha a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas remanescentes, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.60. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012383-83.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: HAYALA SVELTHANA BEZERRA DA SILVA
Advogado(s): BENEDITO VIEIRA MOTA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 6138)
Réu: BANCO FIAT S/A
Advogado(s): PAULO ROBERTO GONÇALVES MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 5018)
Recolha a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas remanescentes, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.61. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0019823-62.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSE RIBAMAR DE CASTRO, MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA CASTRO, JOSE AUGUSTO DE CASTRO, JOSÉ RIBAMAR DE CASTRO FILHO, ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO, FABRICIO DE CASTRO, MARIA VILANI DE OLIVEIRA CASTRO
Advogado(s): RACHEL SILVA CARVALHO BEZERRA(OAB/MARANHÃO Nº 9398)
Réu: CAIXA SEGURADORA S/A
Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 2688)
Recolha a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, as custas remanescentes, conforme cálculo realizado pela Contadoria Judicial acostado aos autos em 07.05.2018, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

14.62. EDITAL - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0018466-47.2014.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: FORTSERV LTDA.
Advogado(s): LUCAS DE MELO SOUZA VERAS(OAB/PIAUÍ Nº 11560), HASSAN SAID SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 11191), EMANUEL SANTOS PORTELA(OAB/PIAUÍ Nº 11343), LUIZ ARTHUR SERRA LULA(OAB/PIAUÍ Nº 11178)
Réu: ANTARES VEÍCULOS LTDA
Advogado(s): CLAUDIO MANOEL DO MONTE FEITOSA(OAB/PIAUÍ Nº 2182)
DESPACHO FL.369.: Intime-se a parte ré por seu advogado, para manifestar-se sobre os documentos acostados pela autora às fls. 347/368.

14.63. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005454-68.2011.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAUÍ Nº 7847-A)
Executado(a): I J P SAMPAIO, MAYCO JUCA SAMPAIO, MARIA DO KARMO CASTRO SOLANO
Advogado(s): KLEUDA MONTEIRO DA SILVA NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6152)
Faço vista dos autos a(o) Procurador da parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre à busca efetuado no RENAJUD em nomes dos executados e requerer o que entender de direito.

14.64. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008034-95.2016.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAUÍ Nº 11826)
Requerido: CECILIA PEREIRA DE CARVALHO SILVA
Advogado(s):
Manifeste-se, em 5 (cinco) dias, a parte Autora, por seu procurador, sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 52v.

14.65. SENTENÇA - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0000218-67.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSE OLIVEIRA GADELHA
Advogado(s): GERALDO ALVES DE ALMEIDA(OAB/PIAUÍ Nº 702/72), CARLOS HENRIQUE MARTINS PINTO(OAB/PIAUÍ Nº 6415)
Réu: EMGERPI - EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI
Advogado(s): ASTROGILDO MENDES DE ASSUNCAO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 3525)
3. DISPOSITIVO
Pelo acima exposto, com fulcro no art. 487,I do CPC julgo procedente o pedido inicial ao tempo em quedetermino:
a) que a parte ré forneça TODA a documentação necessária para que a requerente possa realizar atransferência do domínio do seu imóvel e a escrituração cartorária do seu imóvel
b) Custas Judiciais e Honorários Advocatícios em 10% sobre o valor da causa em desfavor do réu bemcomo em favor do patrono da litisdenunciada.

14.66. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0021311-96.2007.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES
Advogado(s): ASTROGILDO MENDES DE ASSUNCAO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 3525), GUSTAVO GONCALVES LEITAO(OAB/PIAUÍ Nº 12591)
Requerido: ROSENIR DE MOURA LIMA
Advogado(s): JOSÉ DO EGITO FAGUNDES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 6323)
Assim, acolho a preliminar de ilegitimidade do CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DETERESINA para figurar no polo passivo da presente lide.

Dando-se continuidade à marcha processual, intime-se a ré para dizer no prazo de05(cinco) dias se ainda há interesse na realização da prova pericial requerida.
Caso contrário ou quedando-se inerte, à conclusão para sentença.

14.67. SENTENÇA - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0027529-67.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: GONÇALVES E FROTA CONSTRUÇÕES LTDA
Advogado(s): ROBERT DANIEL PRADO MENDES(OAB/PIAUÍ Nº 9618), IGOR NUNES PEREIRA LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 7470), MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA(OAB/PIAUÍ Nº 3993)
Réu: PORCELLANATI
Advogado(s): MARIA NOEME FERREIRA SULICHIN(OAB/PIAUÍ Nº 8090)
3. DISPOSITIVO
Ante o acima exposto e tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art.487, I CPC, julgo PROCEDENTE o pedido do autor, nos seguintes termos:
I- DECLARO A INEXISTÊNCIA dos débitos constantes dos protestos de fls.49/50/51/52.
II- DETERMINO O CANCELAMENTO DEFINITIVO DOS REFERIDOSPROTESTOS SUPRAMENCIONADOS
III- CONDENO o réu ao pagamento, a título de indenização por danos morais,de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros de mora de 1% ao mês a partir de cadaprotesto indevido e correção monetária a partir desta sentença.
IV- Custas Judiciais e Honorários Advocatícios no valor de 10% sobre o valorda condenação em desfavor do réu.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Mantenho a liminar de fls. 56.
Após o trânsito em julgado, intime-se os réus, para recolher as custas no prazode 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo sem cumprimento, expeça-se certidão de não pagamento earquive-se, devendo a certidão constar no relatório mensal enviado ao FERMOJUPI parafins de cobrança e/ou inscrição em dívida ativa.

14.68. DECISÃO - 1ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018470-84.2014.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: ILUMATIC S/A ILUMINAÇÃO E ELETROMETALURRGICA
Advogado(s): NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ(OAB/GOIÁS Nº 4606), NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ(OAB/SÃO PAULO Nº 122124), CELIA MARIA MACIEL DA SILVA(OAB/SÃO PAULO Nº 109959), JULIANA FERRAZ SUASSUNA(OAB/PERNAMBUCO Nº 19963)
Executado(a): INDUPOST CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Advogado(s):
Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 1(um) ano.
Após o decurso do referido prazo sem que a parte exequente indique bens dodevedor passíveis de penhora, retornem os autos conclusos para decisão de arquivamento(art.921, § 2º, do CPC).

14.69. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809155-57.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: PAULO SERGIO MENDES VIEIRA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BONSUCESSO S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.70. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809166-86.2018.8.18.0140
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: INTERESSADO: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): ANA RITA LUZ PEREIRA
POLO PASSIVO: INTERESSADO: MARCIA CARVALHO SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.71. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808535-45.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): JOSAINE DE SOUSA RODRIGUES,NARA LUANE MODESTO GUIMARAES LISBOA,NINA RAFAELLE MODESTO GUIMARAES LISBOA
POLO PASSIVO: RÉU: LOSIAN BARBOSA BACELAR MIRANDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.72. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808611-69.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): JOSAINE DE SOUSA RODRIGUES,NARA LUANE MODESTO GUIMARAES LISBOA,NINA RAFAELLE MODESTO GUIMARAES LISBOA
POLO PASSIVO: RÉU: MANOEL FERREIRA DO NASCIMENTO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.73. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808715-61.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): JOSAINE DE SOUSA RODRIGUES,NARA LUANE MODESTO GUIMARAES LISBOA,RAFAEL ALVES BARBOSA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: RAIMUNDO NONATO DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.74. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808672-27.2018.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A,SERVIO TULIO DE BARCELOS
POLO PASSIVO: RÉU: BIOCLIMATICA COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME; **RÉU**: SANDOVAL CASTRO FRANCO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.75. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805250-78.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RAIMUNDO REBOUCAS MARQUES
ADVOGADO(s): BRUNO MILTON SOUSA BATISTA
POLO PASSIVO: RÉU: MAGNO WILSON LIMA FERRO CABRAL; **RÉU**: GERLANE MARIA NOGUEIRA MATOS
ADVOGADO(s): RAFAEL AUGUSTO BRAGA DE BRITO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.76. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0821551-03.2017.8.18.0140
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADO(s): KARINE COSTA BONFIM
POLO PASSIVO: REQUERIDO: BANCO PAN S.A.
ADVOGADO(s): FERNANDO LUZ PEREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.77. JULGAMENTO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0814347-05.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: EDSON JOSE DA COSTA
ADVOGADO(s): JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
ADVOGADO(s): EDNAN SOARES COUTINHO,HERISON HELDER PORTELA PINTO
454 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL:
INDEFERIDA A PETIÇÃO INICIAL

14.78. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805849-17.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AYMORE CREDITO
ADVOGADO(s): TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA
POLO PASSIVO: RÉU: SONIA MARIA PLACIDO FONTES
ADVOGADO(s): LEONARDO DE ARAUJO ANDRADE
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.79. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801141-84.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AYMORE CREDITO
ADVOGADO(s): TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA
POLO PASSIVO: RÉU: ANDRE LUIZ GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): CHRISTIANA BARROS CASTELO BRANCO,HENRY WALL GOMES FREITAS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.80. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807050-44.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO BRADESCO SA
ADVOGADO(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO

POLO PASSIVO: EXECUTADO: JAYANNE LORAYNE VERAS SILVA; **EXECUTADO**: J L V SILVA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.81. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0813997-17.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE FATIMA PEREIRA DE SOUSA CONCEICAO
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: AGUAS DE TERESINA SANEAMENTO SPE S.A.; **RÉU**: AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI SA
ADVOGADO(s): DEBORA MARIA SOARES DO VALE MENDES DE ARAUJO,GIBRAN SILVA DE MELO PEREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.82. JULGAMENTO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0813645-59.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: OZIEL INACIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

14.83. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0813612-69.2017.8.18.0140
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
ADVOGADO(s): NARA LUANE MODESTO GUIMARAES LISBOA,NINA RAFAELLE MODESTO GUIMARAES LISBOA
POLO PASSIVO: RÉU: JOAO LEONARDO DEUSDARA LEAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.84. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802832-70.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: COMPANHIA DE CREDITO
ADVOGADO(s): ANA CAROLINA DE CARVALHO IGREJA
POLO PASSIVO: RÉU: MANOEL ALENCAR DO NASCIMENTO
ADVOGADO(s): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.85. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0811346-12.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A,RAFAEL SGANZERLA DURAND
POLO PASSIVO: EXECUTADO: VERA LUCIA ANDRADE DO NASCIMENTO; **EXECUTADO**: CICERO GOMES DA SILVA FILHO; **EXECUTADO**: MARIA HELENA ANDRADE DO NASCIMENTO GOMES; **EXECUTADO**: C. G. DA SILVA FILHO - ME
ADVOGADO(s): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ,JOSE WILSON CARDOSO DINIZ JUNIOR
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.86. DECISÃO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805270-35.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: SERV NORTE COMERCIO E SERVICOS GERAIS LTDA - ME
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.87. DESPACHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803379-76.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO,BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA,EDIMAR CHAGAS MOURAO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: LUISA CYNOBELLINA DE ASSUNCAO LACERDA; **EXECUTADO**: ALEXANDRE ASSUNCAO LACERDA BORGES; **EXECUTADO**: A. G. ANDRADE E CIA LTDA - ME; **EXECUTADO**: ANDRE GUSTAVO GALVAO ANDRADE
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.88. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0008451-68.2004.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s): ROBERTA JANAINA TAVARES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3841)
Réu: JOAO BATISTA VIEIRA DA SILVA
Advogado(s): FRANCISCO MOURA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 2337)
ATO ORDINATÓRIO: INTIMAÇÃO PARA COMPARECER EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 23/05/2018, ÀS 08:30 HORAS.

14.89. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0011205-94.2015.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DO 9º DISTRITO POLICIAL DE TEREISNA PIAUI, MINISTÉRIO PÚBLICO
Advogado(s):
Réu: DAVI DA SILVA SANTOS, LUIS FELIPE GOMES DA SILVA ARAUJO
Advogado(s): ARIELLY MARIA PACIFICO LEAL(OAB/PIAUÍ Nº 6062)
INTIMAÇÃO: Para comparecer a audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 23/05/2018, às 11:30h na sala de Audiência da 1ª Vara Criminal, Fórum Desembargador Joaquim de Sousa Neto, 4º Andar, Teresina-Pi.

14.90. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0030501-49.2008.8.18.0140
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Réu: KAROL LOLUSLEQUES RODRIGUES COSTA, MELCHIZEDECK PEREIRA ROSA JUNIOR
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA , Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **MELCHIZEDECK PEREIRA ROSA JUNIOR,** brasileiro, natural de Teresina/PI, solteiro, nascido em 02/04/1984, filho de Melchizedeck Pereira Rosa Júnioe e Maria de Lourdes Leite de Sousa, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, Emanuella Mendes Neiva Viana, digitei, subscrevi e assino.
CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA
Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.91. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0015012-79.2002.8.18.0140
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: COMISSAO INVESTIGADORA DO CRIME ORGANIZADO
Indiciado: SILVIA FERNANDA SANTIAGO E SILVA OLIVEIRA, HERBER GOMES SILVA, MARIA JOSE SANTIAGO E SILVA, WAGNER DA CONCEICAO SARAIVA, SILVIO CESAR GOMES DE SOUSA, LENILSON FERREIRA DO NASCIMENTO, EVARISTO PERES DA SILVA FILHO, EDSON BRAGA DA COSTA JUNIOR, FRANCISCO JERONIMO DA SILVA FILHO, ROBERVAL MOREIRA DA CRUZ PEREIRA
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA , Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **SILVIO CESAR GOMES DE SOUSA,** brasileiro, solteiro, natural de Alto Longá/PI, nascido em 13/04/1973, filho de João Henrique Gomes da Silva e Josefa Ribamar Gomes de Sousa, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, Emanuella Mendes Neiva Viana, digitei, subscrevi e assino.
CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA
Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.92. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0015012-79.2002.8.18.0140
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: COMISSAO INVESTIGADORA DO CRIME ORGANIZADO
Indiciado: SILVIA FERNANDA SANTIAGO E SILVA OLIVEIRA, HERBER GOMES SILVA, MARIA JOSE SANTIAGO E SILVA, WAGNER DA CONCEICAO SARAIVA, SILVIO CESAR GOMES DE SOUSA, LENILSON FERREIRA DO NASCIMENTO, EVARISTO PERES DA SILVA FILHO, EDSON BRAGA DA COSTA JUNIOR, FRANCISCO JERONIMO DA SILVA FILHO, ROBERVAL MOREIRA DA CRUZ PEREIRA
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA , Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **HEIBER GOMES SILVA,** brasileiro, solteiro, natural de Teresina/PI, nascido em 29/10/1978, filho de José Oliveira Silva e Alice Barbosa da Mota, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, Emanuella Mendes Neiva Viana, digitei, subscrevi e assino.
CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA
Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.93. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0015972-54.2010.8.18.0140
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES, MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: REGINALDO FONSECA DA SILVA
Vítima: A SOCIEDADE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 05 DIAS
O Dr. CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando o acusado/indiciado, **REGINALDO FONSECA DA SILVA, brasileiro, nascido em 18/03/1979, convivente, motorista, filho de de MARIA DO SOCORRO SILVA FONSECA e VALDIVINO BEZERRA DA FONSECA, residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADO** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " Ex positis, julgo PROCEDENTE a acusação e CONDENO o réu REGINALDO FONSECA DA SILVA, como incurso nas penas do crime previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003 - porte de arma de fogo de uso perimtido. Nestes termos, fixo a pena base em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, a qual torno definitiva, ante a ausência de circunstância agravante ou atenuante nem causas de aumento ou diminuição de pena. Tendo, ainda, em vista o disposto no § 2º do art. 387 do CPP , levando-se em consideração que o condenado permaneceu preso entre 04/04/2010 a 21/11/2010, portanto 07 (sete) meses e 17 (dezessete) dias, o regime inicial de cumprimento da pena será o aberto, nos termos do art. 33, §§ 2º, c, e 3º, do CP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Juiz Carlos Hamilton Bezerra Lima". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume. Eu, EMANUELLA MENDES NEIVA VIANA, Analista Judicial, digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.
CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA
Juiz de Direito da Comarca da 1ª Vara Criminal da TERESINA.

14.94. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0000502-95.2013.8.18.0004
Classe: Providência
Autor: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s): DANIELA NEVES BONA(OAB/PIAUÍ Nº 3859)
Réu: CASA DE ACOLHIMENTO FEMININO
Advogado(s):
SENTENÇA:
DISPOSITIVO: Diante do exposto, com fulcro nos arts. 5º, 227 da CF e arts.3º,4º,5º do ECA, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO ARTICULADO NA INICIAL DO PRESENTE PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS, e, por conseguinte, extingo o processo, com apreciação do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, para DETERMINAR que o Estado demandado promova as alterações/reformas/conserto na estrutura física da unidade de Casa Acolhimento Feminino,sobretudo nos pontos constantes nos relatórios de inspeção técnica, bem como a contratação de pessoal em quantidade adequada, a fim de garantir à segurança na unidade. Advirto que a equipe diretiva da unidade de acolhimento deverá buscar os meios necessários para assegurar às adolescentes a efetivação de seus direitos, inclusive, evitando-se as corriqueiras evasões. Determino ainda que o Estado do Piauí, no prazo de 30 (trinta) dias cumpra a presente decisão, sob pena de incidência de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a fluir a partir da ciência formal desta, independentemente de responsabilização administrativa, criminal e por improbidade de quem esta descumprir. Tal multa deve ser revertida ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (art. 214, ECA). Intime-se o Estado demandado, na pessoa do seu representante judicial (art.183, § 1º CPC). Sem prejuízo da diligência epigrafada, a fim de assegurar cumprimento da presente deliberação, notifique-se, ainda, o Secretário de Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC) para que tome conhecimento acerca da presente sentença e dê cumprimento às determinações epigrafadas, em consonância com as atribuições de suas respectivas pastas, no prazo acima estipulado. Sem custas e sem honorários.P.R.I.Dê-se ciência ao Ministério Público. Teresina (PI), 06 de março de 2018.

14.95. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0001074-17.2014.8.18.0004
Classe: Ação Civil Pública
Autor: 45ª PROMOTORIA DA INFANCIA E JUVENTUDE - MINISTERIO PUBLICO
Advogado(s): FRANCISCA VIEIRA E FREITAS LOURENÇO(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: ESTADO DO PIAUI, JOAO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBELO
Advogado(s):
SENTENÇA:
DISPOSITIVO: Diante do exposto, com fulcro nos arts. 5º, 227 da CF e arts.3º, 4º 5º, 88 do ECA, JULGO PROCEDENTES PEDIDOS ARTICULADOS NA INICIAL DA PRESENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, e, por conseguinte,extingo o processo,com apreciação do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, condenando o Estado do Piauí ao cumprimento da obrigação de fazer elencada na inicial(consistente na reforma do prédio em que funciona o Abrigo Masculino, sobretudo nos pontos relatados no relatório, bem como seja realizada a estruturação do

corpo funcional, através de treinamentos destinados aos funcionários e adequação do plano pedagógico). Sendo assim, presentes os requisitos do art. 300 do CPC, antecipo a tutela em sentença para DETERMINAR que Estado demandado realize as reformas de cunho estrutural, bem como no próprio corpo pedagógico da instituição. Determino ainda que o Estado do Piauí, no prazo de 30 (trinta) dias cumpra a presente decisão, sob pena de incidência de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a fluir a partir da ciência formal desta, independentemente de responsabilização administrativa, criminal e por improbidade de quem esta descumprir. Tal multa deve ser revertida ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (art. 214, ECA). Intime-se o Estado demandado, na pessoa do seu representante judicial (art.183, § 1º CPC). Sem prejuízo da diligência epigrafada, a fim de assegurar o cumprimento da presente deliberação, notifique-se, ainda, o Secretário de Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC) para que tome conhecimento acerca da presente sentença e dê cumprimento às determinações epigrafadas, em consonância com as atribuições de suas respectivas pastas,no prazo acima estipulado. Bem, nesta oportunidade, ante a necessidade de pronunciamento judicial, considerando o apensamento dos autos supraditos e que por meio de uma análise conjunta, tem-se ciência de que a referida entidade de acolhimento se encontra fechada em virtude de decisão proferida nos autos nº 0000304-53.201.8.18.0004 cujos efeitos atingem os presentes autos epigrafados; e ainda considerando a documentação acostada (fls. 260/280) e o parecer ministerial de fls. 286, AUTORIZO a reabertura da Casa de Acolhimento Abrigo Masculino. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais. Sem condenação a honorários advocatícios eis que o polo ativo da ação foi ocupado pelo Ministério Público do Estado do Piauí, no exercício de suas funções constitucionais.Ultrapassado o prazo recursal, encaminhem-se os autos ao E.TJPI, para fins de reexame obrigatório, nos termos do art. 496, I do CPC. P.R.I.Dê-se ciência ao Ministério Público.Teresina (PI), 06 de março de 2018.

14.96. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0000304-53.2016.8.18.0004
Classe: Providência
Autor: 45ª PROMOTORIA -MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): LUIZ GONZAGA REBELO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 16035)
Réu: CASA DE ACOLHIMENTO ABRIGO MASCULINO, SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC
Advogado(s):
DECISÃO:
Vistos etc.
Inicialmente, devo destacar que os autos epigrafados estão apensados aos de nº 0000502-95.2013.8.18.004; 0001074-17.2014.8.18.0004; 000108376.2014.8.18.0004. E, como é sabido a conveniência de reunião dos processos tem o fim para evitar decisões conflitantes,especialmente, em relação aos de nº 0001074-17.2014.8.18.0004; 0000304-3.2016.8.18.0004; 000108376.2014.8.18.0004 cujo objeto é o Abrigo Masculino, sendo certo que a decisão proferida em uma delas influenciará sobre a outra demanda.
Examinandos os autos epigrafados 0000304-3.2016.8.18.0004, não constato qualquer informação sobre a devolução dos mandados de citação, nem sobre a apresentação ou não de contestação. Ocorre que por meio de consulta ex officio junto ao Sistema Themis verifiquei que neste andamento processual constam informações e/ou documentos que não estão nos autos físicos, com destaque para a contestação juntada em 05/09/2016 10:45. Portanto, para dar fiel prosseguimento ao feito, se faz necessário chamar o feito à ordem para determinar que a Secretaria desta 1ª VIJ proceda com a devida juntada de documentos, bem como reorganização dos autos e certificações, a fim de que inexistam divergência. Na mesma oportunidade, considerando a análise conjunta dos autos apensados, bem como o Relatório de Fiscalização realizado pela equipe técnica da 1ª VIJ,em 12 de dezembro de 2017, em fls. 254/274 e a manifestação ministerial de fl. 277, não vislumbro óbice para AUTORIZAR A REABERTURA DO ABRIGO MASCULINO. Expedientes necessários. Cumpra-se. Com urgência.Teresina (PI), 06 de MARÇO DE 2018.

14.97. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0001083-76.2014.8.18.0004
Classe: Providência
Autor: 45ª PROMOTORIA DA INFANCIA E JUVENTUDE - MINISTERIO PUBLICO
Advogado(s): VERA LUCIA DA SILVA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 0)
Réu: COMANDANTE DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUI, ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
SENTENÇA:
DISPOSITIVO: Diante do exposto, com fulcro nos arts. 5º, 227 da CF e arts. 3º, 4º 5º do ECA, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO ARTICULADO NA INICIAL DO PRESENTE PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS, e, por conseguinte, extingo o processo, com apreciação do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, condenando os demandados ao cumprimento da obrigação de fazer elencada na inicial (consistente em providenciar as cabíveis medidas para se instituir serviço de guarda em regime de 24hs junto ao Abrigo Masculino). Advirto ainda que a equipe diretiva da unidade de acolhimento deverá buscar os meios necessários para assegurar às adolescentes a efetivação de seus direitos.
Determino ainda que o Estado do Piauí, no prazo de 30 (trinta) dias cumpra a presente decisão, sob pena de incidência de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a fluir a partir da ciência formal desta, independentemente de responsabilização administrativa, criminal e por improbidade de quem esta descumprir. Tal multa deve ser revertida ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (art. 214, ECA). Intime-se o Estado demandado, na pessoa do seu representante judicial (art 183, § 1º CPC). Sem prejuízo da diligência epigrafada, a fim de assegurar o cumprimento da presente deliberação, notifique-se, ainda, o Secretário de Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC) para que tome conhecimento acerca da presente sentença e dê cumprimento às determinações epigrafadas, em consonância com as atribuições de suas respectivas pastas, no prazo acima estipulado. Sem custas e sem honorários. Dê-se ciência ao Ministério Público. P.R.I.Ultrapassado o prazo recursal, encaminhem-se os autos ao E.TJPI, para fins de reexame obrigatório, nos termos do art. 496, I do CPC. Teresina (PI), 06 de março de 2018.

14.98. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0000012-05.2015.8.18.0004
Classe: Procedimento Ordinário
Autor: AURICELIA REIS DE SOUSA
Advogado(s): FELIPE RIBEIRO GONCALVES LIRA PADUA(OAB/PIAUÍ Nº 10076), DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL PIAUI(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: MACIA ALVES DOS SANTOS, .O ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
SENTENÇA:
DISPOSITIVO: Diante do exposto, considerando o que dos autos consta; considerando o parecer Ministerial e, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que informam a fixação da indenização do dano moral, com inteligência judicial que considera as

circunstâncias da lide,a condição socioeconômica das partes, bem como o grau de culpa do causador do dano, a gravidade e intensidade da ofensa moral, CONFIRMO a decisão de homologação de acordo parcial e exclusão do pólo passivo de fls.134/135 quanto a ré MACIA ALVES DOS SANTOS, Julgo Procedente o pedido quanto a parte ré ESTADO DO PIAUÍ para DEFERIR em parte, com fundamento nos art. 4º, 5º e 213, § 1º do ECA c/c art.37 da Constituição Federal, e art.186 do CC, e DETERMINO que seja reparado os DANOS MORAIS, no valor de R$ 4.770,00 (quatro mil, setecentos e setenta reais), correspondentes a 5(cinco) salários mínimos, devendo ser acrescido de juros de mora 1% ao mês a contar do evento danoso(súm.54STJ) e correção monetária, a partir da presente data(súm.43STJ), e INDEFIRO o pedido de DANOS MATERIAIS, ante a ausência de comprovação diante da prova colhida nos autos.Sem custas. P.R e I. TERESINA, 20 de abril de 2018

14.99. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0000011-54.2014.8.18.0004
Classe: Regulamentação de Visitas
Requerente: DAVID BRITO GONCALVES
Advogado(s): RAIMUNDO ACELINO DE SOUSA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 7264)
Requerido: FABIANA DA CONCEIÇAO CARVALHO
Advogado(s): JOFFRE DO RÊGO CASTELLO BRANCO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 4528)
SENTENÇA:
DISPOSITIVO: Diante do exposto, considerando o que dos autos consta, de conformidade com o disposto no art. 227 da Constituição Federal e artigos 19 e 25, parágrafo único da Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, e de acordo com o relatório de fls.95/100, por haver indícios de alienação parental, JULGO PROCEDENTE em parte o pedido, para determinar que DAVID BRITO GONÇALVES, visite sua filha B.C.G. no dia dos pais, dia do aniversário deste, festividades de final de ano de forma alternada, férias metade para cada, facultada a ordem entre as partes, condicionada a referida visita a uma prévia avaliação e acompanhamento psicológico da adolescente através de psicólogo clínico competente, a ser indicado pela equipe técnica deste Juízo ou pelo Conselho Regional de Psicologia, com a utilização dos recurso adequados, devendo ainda a aproximação entre pai e filha ocorrer de forma gradual.No respectivo mandado, deverá constar que em caso de descumprimento da ordem judicial, fixo a multa diária de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 30(trinta) dias, sem prejuízo das sanções do art.330 do Código Penal, c/c art.213, § 2º, da Lei nº8.069/90. Expedientes necessários.Cumpra-se. P.R.I.Sem Custas. TERESINA, 26 de abril de 2018

14.100. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0001128-17.2013.8.18.0004
Classe: Procedimento Ordinário
Autor: ANA CRISTINA CLAUDINO DE MELO
Advogado(s): MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 150784)
Réu: PAULO HENRIQUE COUTINHO MELO
Advogado(s):
SENTENÇA:
DISPOSITIVO: Ante o exposto, considerando o que dos autos consta, com fundamento no art.485, inciso VI, do CPC, c/c o art. 354 do CPC, declaro EXTINTA a presente AÇÃO, sem resolução de mérito, para que produza os jurídicos e legais efeitos. Após o cumprimento das formalidades legais, dê-se baixa na respectiva distribuição e arquive-se. P. R e I.Custas de lei. TERESINA, 25 de abril de 2018

14.101. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0000293-29.2013.8.18.0004
Classe: Procedimento Ordinário
Autor: A DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI, CASA DE ACOLHIMENTO TRANSITORIO INFANTO-JUVENIL - CATI
Advogado(s): DANIELA NEVES BONA(OAB/PIAUÍ Nº 3859)
Réu: MUNICIPIO DE TERESINA
Advogado(s):
SENTENÇA: DISPOSITIVO: Ante o exposto, considerando o que dos autos consta, com fundamento no art. 485, inciso III, do CPC, c/c o art.354 do CPC, declaro EXTINTA a presente AÇÃO, sem resolução de mérito, para que produza os jurídicos e legais efeitos. Após o cumprimento das formalidades legais, dê-se baixa na respectiva distribuição e arquive-se.P.R.e I. Sem Custas. TERESINA, 24 de abril de 2018

14.102. SENTENÇA - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0000884-20.2015.8.18.0004
CLASSE: Busca e Apreensão
Autor: MARIA DE FÁTIMA GOMES ALVES, WANDERSON HENRIQUE RODRIGUES
Réu:
SENTENÇA
ANTE O EXPOSTO,considerando o que dos autos consta, e em consornância com o parecer ministerial, com fulcro no art. 485, inciso VI, do CPC, para que produza os jurídicos e legais efeitos. Sem custas. após o cumprimento das formalidades legais, dê-se baixa na respectiva distribuição e arquive-se.
TERESINA, 7 de maio de 2018
MARIA LUIZA DE MOURA MELLO E FREITAS
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de TERESINA

14.103. EDITAL - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)
Processo nº 0029667-02.2015.8.18.0140
Classe: Guarda
Requerente: JOAO BATISTA MARCOLINO DA SILVA FILHO, ADRIANA PAULA DE OLIVEIRA
Advogado(s): DANIELA MARIA OLIVEIRA BATISTA(OAB/PIAUÍ Nº 4787)
Requerido(s):
Advogado(s):
DESPACHO: Intimar O(a) Advogado(a) da parte requerenteDANIELA MARIA OLIVEIRA BATISTA(OAB/PIAUÍ Nº 4787) para comparecer à Audiência de Conciliação entra as partes, no dia 23/05/2018, às 11:00h, na sala das audiências desta 1ª Vara da Infância e da Juventude.

14.104. DECISÃO - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807884-13.2018.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: J.S.G.T
ADVOGADO(s): VALTERLIM PEREIRA NOLETO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: F.F.R.T
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.105. JULGAMENTO - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802526-67.2018.8.18.0140
CLASSE: TUTELA
POLO ATIVO: REQUERENTE: R.F.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: E.N.R.S
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

14.106. DESPACHO - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806655-52.2017.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA INFÂNCIA E JUVENTUDE
POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS; **DEPRECANTE**: PAULO OLIVEIRA LIMA; **DEPRECANTE**: GINALVA GOMES DOS SANTOS OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: JOÃO PAULO CARVALHO; **DEPRECADO**: JUIZ DE DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.107. DESPACHO - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0813397-93.2017.8.18.0140
CLASSE: ADOÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.S.C.C; **REQUERENTE**: C.A.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: I
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.108. DESPACHO - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0816035-02.2017.8.18.0140
CLASSE: ADOÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: CONCEICAO DE MARIA SILVA OLIVEIRA; **REQUERENTE**: FABIO ABREU DE CASTRO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: FERNANDA DE SOUSA FERREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.109. DESPACHO - 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802317-98.2018.8.18.0140
CLASSE: ADOÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.F.S
ADVOGADO(s): LAYNA MARIA VELOSO SOARES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: I.C.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.110. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0002762-57.2015.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: ANA MARIA BARBOSA DIAS LIMA, AMARILES BARBOSA DIAS
Advogado(s): ENZO DIAS ANDRADE(OAB/PIAUÍ Nº 6907), BRUCE DIAS DE SÁ LIMA CORDAO(OAB/PIAUÍ Nº 7344)
Inventariado: MARILIA BARBOSA DO NASCIMENTO DIAS
Advogado(s):
Intime-se inventariante para os requerimentos que entender pertinentes, bem como para demonstrar, no prazo de 15 (quinze) dias, observância de suas atribuições como dispõem os arts. 618, 619 e 654 do CPC.
Cumpra-se.

14.111. SENTENÇA - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0030991-61.2014.8.18.0140
Classe: Divórcio Litigioso
Autor: MONICA PARACAMPO LEAO BUONAFINA
Advogado(s): LUIZ JOSÉ ULISSES JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 3729)
Réu: MARCELO ANDERSON MELO BUONAFINA

Advogado(s): MARCUS ANTONIO DE LIMA CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 11274)
Isto posto, homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo colacionado às fls. 262/265, conforme art. 487, inciso III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas transcritas nesta sentença, e em consequência DECRETO O DIVÓRCIO DE MÔNICA PARACAMPO LEÃO BUONAFINA e MARCELLO ANDERSON MELO BUONAFINA, bem como a dissolução da sociedade conjugal, do vínculo matrimonial e o faço com fulcro nos termos dos arts. 1571, inciso IV do CC, combinado com o art. 226, § 6º da CF/88.

14.112. JULGAMENTO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0812539-62.2017.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DE SOUSA ROSADO
ADVOGADO(s): SHIRLEY VELOSO DE ALENCAR
POLO PASSIVO:
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

14.113. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806735-16.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: F.D.S.R
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: I.C.M.R; **RÉU**: J.F.M.R
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.114. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806735-16.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: F.D.S.R
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: I.C.M.R; **RÉU**: J.F.M.R
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.115. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807662-45.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FERNANDA DOS REIS NASCIMENTO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JHONNY RAVEL DA SILVA MARQUES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.116. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807662-45.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FERNANDA DOS REIS NASCIMENTO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JHONNY RAVEL DA SILVA MARQUES
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.117. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808105-93.2018.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOANA DEYSE GALENO DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.118. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808105-93.2018.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOANA DEYSE GALENO DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.119. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802481-63.2018.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA DE LOURDES CARDOSO SILVA

ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.120. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802984-84.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: LAURO RYAN ALVES DE FREITAS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: DAVID EDUARDO DE SOUSA MACHADO
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.121. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802984-84.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: LAURO RYAN ALVES DE FREITAS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: DAVID EDUARDO DE SOUSA MACHADO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.122. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802989-09.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: LAURO RYAN ALVES DE FREITAS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: DAVID EDUARDO DE SOUSA MACHADO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.123. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802989-09.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: LAURO RYAN ALVES DE FREITAS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: DAVID EDUARDO DE SOUSA MACHADO
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.124. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803023-81.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: GLEYCE HELEN DE SOUSA ALENCAR
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: GILDASIO REIS DE ALENCAR
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.125. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803023-81.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: GLEYCE HELEN DE SOUSA ALENCAR
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: GILDASIO REIS DE ALENCAR
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.126. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803024-66.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: GLEYCE HELEN DE SOUSA ALENCAR
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: GILDASIO REIS DE ALENCAR
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.127. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803024-66.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: GLEYCE HELEN DE SOUSA ALENCAR
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: GILDASIO REIS DE ALENCAR

11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.128. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803304-37.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: VANESSA RIBEIRO LIMA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JOSE WILSON XAVIER MAIA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.129. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803304-37.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: VANESSA RIBEIRO LIMA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JOSE WILSON XAVIER MAIA
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.130. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803531-27.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: JULIANA DOS SANTOS FURTADO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ANDRE DE OLIVEIRA DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.131. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803531-27.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: JULIANA DOS SANTOS FURTADO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ANDRE DE OLIVEIRA DA SILVA
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.132. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803531-27.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: JULIANA DOS SANTOS FURTADO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ANDRE DE OLIVEIRA DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.133. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803531-27.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: JULIANA DOS SANTOS FURTADO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ANDRE DE OLIVEIRA DA SILVA
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.134. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809078-48.2018.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOSE REINALDO SANTOS DA SILVA; **REQUERENTE**: ELIZANGELA SILVA SANTOS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.135. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803970-38.2018.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANTONIA MARIA ARAUJO CARVALHO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.136. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803970-38.2018.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANTONIA MARIA ARAUJO CARVALHO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.137. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0804354-98.2018.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: I.M.D.S; **AUTOR**: M.E.D.S.S
ADVOGADO(s): PATRICIA BARBOSA ARAUJO,SAMARA MELO VIDAL,VANESSA ROSANA MORAIS ARAGAO SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: D.C.B.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.138. DESPACHO - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0804799-19.2018.8.18.0140
CLASSE: ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS
POLO ATIVO: INTERESSADO: ANTONIO LUIS DA SILVA; **INTERESSADO**: MARIA DO LIVRAMENTO OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO(s): LIA RACHEL DE SOUSA PEREIRA SANTOS
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.139. EDITAL - 1ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)
Processo nº 0010659-68.2017.8.18.0140
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICIDIOS TERESINA PIAUI, 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Advogado(s):
Réu: DORIVAL FERREIRA DE ALMEIDA
Advogado(s): DAVID MANOEL DE SOUSA ALMEIDA(OAB/PIAUÍ Nº 6374), PAULO ROBERTO LOPES MAIA(OAB/PIAUÍ Nº 5559), MARCOS VINICIUS BRITO ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 1560)
ATO ORDINATÓRIO: INTIMO os doutos advogados do acusado, habilitados no processo em epígrafe, para, no prazo legal, apresentarem as RAZÕES DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO do acusado DORIVAL FERREIRA DE ALMEIDA. Eu, Lenival de Carvalho Barros, Analista Judicial/Secretário, o digitei.

14.140. AVISO - 1ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

Processo nº 0007358-07.2003.8.18.0140
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO 15ª PROMOTORIA
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO
Advogado(s):
AVISO DE INTIMAÇÃO
De ordem do Doutor ANTÔNIO REIS DE JESUS NOLLÊTO, Meritíssi\mo Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, INTIMA, nos termos do § 1º do art. 370 do CPP, ao douto Advogado DR. MARCIUS BORGES DE ALMEIDA E SILVA, inscrito na OAB, sob nº 5017, para, no prazo da Lei, apresentar RAZÕES AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, na Ação Penal Nº0007358-07.2003.8.18.0140 ? Tentativa de Homicídio, movida pelo Ministério Público do Estado do Piauí, contra FRANCISCO DAS CHAGAS ARAÚJO, figurando como vítima JOSÉ WELLINGTON DO NASCIMENTO, em trâmite neste Juízo. Dado e passado nesta cidade e comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, na Secretaria da 1ª Vara do Júri, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito (07.05.2018). Eu, (Thomas Emmerson Sales Cardoso), Analista Judicial, o digitei e subscrevi.

14.141. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0009070-80.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANNE RAKEL AMORIM DA SILVA
Advogado(s): MAX MAURO SAMPAIO PORTELA VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8849)
Réu: O ESTADO DO PIAUÍ, SAINT CLAIR DE HOLANDA CAVALCANTE NETO
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO:
Intime-se o Requerente para que recolha o preparo no prazo de 05 (cinco) dias. Teresina, 18/02/2014.

14.142. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0014331-26.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: RÉGIO LIRA COSTA
Advogado(s): SANDRA MARIA DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4650)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS

Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a parte Ré, por seu procurador, para se manisfestar sobre o pedido de desistencia feito pelo Autor às fls. 66, no prazo de cinco (5) dias. Teresina, 25 de janeiro de 2016. RODRIGO ALAGGIO RIBEIRO Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.143. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0009348-13.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: HERCILIA MOREIRA VASCONCELOS
Advogado(s): AGOSTINHO RIBEIRO NETO(OAB/MARANHÃO Nº 7141), MARIA EUGENIA MOREIRA VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 11469)
Réu: INSTITUTO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DO ESTADO DO PIAUI - IAPEP
Advogado(s):
Intime-se a parte interessada para apresentar as contrarrazões, no prazo legal.

14.144. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0011852-60.2013.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: BRUNO HERLEN RIBEIRO DA SILVA SANTOS
Advogado(s): VICTOR DE LIMA VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 70650)
Réu: COLÉGIO SINOPSE, CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUI
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a impetrante para juntar a certidão de conclusão do ensino médio no prazo de 5 (cinco) dias, conforme determinação na decisão liminar de fls. 29/32, sob pena de revogação da medida liminar. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Teresina, 28 de março de 2016. RODRIGO ALAGGIO RIBEIRO Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina.

14.145. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0014237-15.2012.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: STHEFANNE SOARES ALENCAR(MENOR)
Advogado(s): VIVIANNE PESSOA ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 4034)
Réu: DIRETOR DO COLÉGIO MADRE DEUS, CONSELHO ESTADUAL E EDUCAÇAO DO PIAUI, GERENCIA DE REGISTRO E VIDA ESCOLAR - GERVE
Advogado(s):
SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, com base no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, hei por bem, confirmando a medida liminar, CONCEDER A SEGURANÇA por entender que a situação fática da Impetrante está inteiramente consolidada no tempo, devendo, portanto, concluir regularmente o curso de graduação. Sem honorários advocatícios, a teor das Súmulas 512 de STF e 105 do STJ. Finalmente, em observância ao artigo 14, § 1º da Lei 12.016/2009, recorro de ofício ao E. Tribunal de Justiça do Piauí, independentemente de recurso voluntário, com as homenagens deste juízo. P.R.I. Teresina, 26 de março de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

14.146. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0013687-20.2012.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: THAYNARA MARIA MEDEIROS BARROS
Advogado(s): WESLLEY MOREIRA DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 6338)
Réu: DIRETORA DO COLEGIO CEI - CENTRO DE ENSINO INTENSIVO, CONSELHO ESTADUAL E EDUCAÇAO DO PIAUI
Advogado(s):
SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, reconhecendo o longo lapso temporal da impetração da ação, tenho como desaparecido, por óbvio, o objeto da impetração, ficando assim, completamente esvaziado a segurança, JULGO extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno o impetrante nas custas processuais. P.R.I. Teresina, 15 de fevereiro de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

14.147. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0014094-55.2014.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ELAINE LUIZA CARVALHO GUIMARÃES LEÔNCIO
Advogado(s): EMMANUEL JACOB DA SILVA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 6353)
Réu: DIRETOR DO COLEGIO INTEGRAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA - COLÉGIO INTEGRAL, PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, com base no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, hei por bem, confirmando a medida liminar, CONCEDER A SEGURANÇA por entender que a situação fática da Impetrante está inteiramente consolidada no tempo, devendo, portanto, concluir regularmente o curso de graduação. Sem honorários advocatícios, a teor das Súmulas 512 de STF e 105 do STJ. Finalmente, em observância ao artigo 14, § 1º da Lei 12.016/2009, recorro de ofício ao E. Tribunal de Justiça do Piauí, independentemente de recurso voluntário, com as homenagens deste juízo. P.R.I. Teresina, 22 de fevereiro de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

14.148. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0021573-31.2016.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança

Autor: MARIA CEISSANY PEREIRA
Advogado(s): NILO EDUARDO FIGUEREDO LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 10375)
Réu: DIRETORA DA UNIDADE ESCOLAR PROFESSOR ODYLO DE BRITO RAMOS
Advogado(s):
SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, com base no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, hei por bem, confirmando a medida liminar, CONCEDER A SEGURANÇA por entender que a situação fática da Impetrante está inteiramente consolidada no tempo, devendo, portanto, concluir regularmente o curso de graduação. Sem honorários advocatícios, a teor das Súmulas 512 de STF e 105 do STJ. Finalmente, em observância ao artigo 14, § 1º da Lei 12.016/2009, recorro de ofício ao E. Tribunal de Justiça do Piauí, independentemente de recurso voluntário, com as homenagens deste juízo. P.R.I. Teresina, 26 de março de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

14.149. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0013152-52.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO CÁSSIO DE MELO SILVA
Advogado(s): ANA PATRÍCIA PAES LANDIM SALHA(OAB/PIAUÍ Nº 1675)
Réu: FUNDAÇAO HOSPITALAR DE TERESINA, HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA-HUT
Advogado(s):
SENTENÇA: Com estes fundamentos julgo EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, o que faço, com arrimo no art. 485, IV do CPC. Sem custas. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado. P.R.I. Teresina, 16 de fevereiro de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina

14.150. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0008521-36.2014.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ANDERSON LUIS SANTOS DE ANDRADE
Advogado(s): MARCELO PEREIRA DA SILVA GUEDES(OAB/PIAUÍ Nº 11083)
Réu: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI - UESPI - NUCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇAO DE EVENTOS - NUCEPE
Advogado(s):
DESPACHO:
Intime-se a novamente o impetrante para informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, bem como para recolher o valor do preparo, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Cumpra-se. Teresina, 15 de dezembro de 2015. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.151. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0000439-79.2015.8.18.0140
Classe: Cautelar Inominada
Requerente: EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA, CLEAN SERVICE LTDA, PERFECT CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, PIAUÍ SERVIÇOS - PESSOA & BARBOSA LTDA, TEIXEIRA E ARAÚJO LTDA
Advogado(s): EMMANOEL CAMPELLO DA LUZ(OAB/PIAUÍ Nº 11169), FRANCISCO SOBRINHO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11119)
Requerido: ESTADO DO PIAUI, SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, EMGERPI - EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO PIAUI, DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO PIAUI - PI, SEMAR - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SEAD - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM, SECID - SECRETARIA DAS CIDADES, SECID - SECRETARIA DAS CIDADES, SEID - SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIENCIA, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, IMEP - INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUI, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC, FUNDAC - FUNDAÇÃO DE CULTURA E DESPORTO, FUNDESPI - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ESPORTES, SEINFRA - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, EMATER - INSTITUTO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL DO PIAUI, SEGOV - SECRETARIA DE GOVERNO, ADH - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL, SECRETARIA DE DEFESA CIVIL, SESAPI - SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO PIAUI, CCOM - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PIAUI, SETUR - SECRETARIA DE TURISMO, SDR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: INTIME-SE a(s) parte(s) autora(s), por via de seu advogado(a), para no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a contestação de fls. 784-796, sob pena de revelia. TERESINA, 15 março de 2016.

14.152. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0016200-24.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADAO GOMES DE ALMEIDA FEITOSA
Advogado(s): MARTIM FEITOSA CAMELO (OAB/PIAUÍ Nº 2267), CINTHYA RAQUEL PEREIRA BRANDIM(OAB/PIAUÍ Nº 6095)
Réu: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, de conformidade com a fundamentação e o parecer ministerial, julgo improcedente o pedido, com fulcro no art. 487, I do CPC. Custas processuais e honorários advocatícios pelo autor, este no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa, conforme art. 85, § 2º do CPC. Concedo ao autor o benefício da gratuidade da justiça, e estabeleço a condição suspensiva de exigibilidade da sucumbência imposta na sentença, que somente poderá ser executada se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário, nos termos do § 3º do art. 98 no Novo Código de Processo Civil. P.R.I. Teresina, 16 de fevereiro de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito.

14.153. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0019847-95.2011.8.18.0140
Classe: Nunciação de Obra Nova
Requerente: MUNICIPIO DE TERESINA
Advogado(s):
Requerido: IGOR BEZERRA NELSON
Advogado(s): ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 6651), BARBARA SANTOS ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 10149)
DECISÃO: Com estes fundamentos, julgo improcedentes os presentes embargos declaratórios. Intimem-se. Teresina, 26 de março de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina.

14.154. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0026698-48.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: OSVALDO ANTONIO DA COSTA
Advogado(s): MORGANA DE MOURA COSTA SILVA(OAB/PERNAMBUCO Nº 35405)
Réu: .O ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
SENTENÇA: Com estes fundamentos, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço com arrimo no artigo 267, IV do CPC. Autorizo desde já o desentranhamento da documentação necessária à propositura da ação no juizo competente. Indefiro o beneficio da justiça gratuita em favor do requerente. P.R.I. Teresina, 18 de dezembro de 2.014. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.155. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0004892-54.2014.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: RODRIGO GUIMARAES DE AZEVEDO
Advogado(s): LAINE NARA SANTOS COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 8884)
Réu: DIRETOR SECRETARIO DO COLEGIO SECULUS
Advogado(s):
DESPACHO: R.h. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para realizar as devidas providências de preparo dos autos, no prazo de 5 (cinco) dias. Dê-se ciência através do Diário de Justiça. Não havendo apresentação do preparo no prazo acima referido, intime-se a parte autora, pessoalmente através de carta registrada com aviso de recebimento em mão própria, para dar andamento ao processo, promovendo ato que lhe compete de preparo dos autos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, a teor do parágrafo primeiro do art. 267 do CPC. servindo o presente, por cópia, como Carta de Intimação. Não se obtendo êxito servirá o presente como Mandado de Intimação (art. 224, do CPC). Após, voltem-me os autos conclusos com os registros necessários. CUMPRA-SE. Teresina, 20 de março de 2015. Rodrigo Alaggio Ribeiro Juiz Auxiliar Atuando na 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

14.156. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0028723-05.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: HERISSON DE OLIVEIRA SOUSA-MENOR
Advogado(s): HAMILTON REIS SANTIAGO DE MATOS SEGUNDO(OAB/PIAUÍ Nº 6436/09), PAULO RICARDO MOREIRA DE ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 9892)
Réu: MUNICIPIO DE TERESINA-PI
Advogado(s):
SENTENÇA:
Com estes fundamentos, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço com arrimo no artigo 267, IV do CPC. Autorizo desde já o desentranhamento da documentação necessária à propositura da ação no juizo competente. P.R.I. Teresina, 18 de dezembro de 2.014. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.157. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0028678-30.2014.8.18.0140
Classe: Embargos à Execução
Autor: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s): CLAUDIA VIRGINIA DE SANTANA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 2816)
Réu: ALCIDES RAIMUNDO DE MACEDO
Advogado(s):
DESPACHO: Intimem-se as partes para se manifestar sobre o cálculo de fls. 23, no prazo sucessivo de cinco dias, devendo a intimação da representante do INSS ser feita pessoalmente. Cumpra-se. Teresina, 24 de fevereiro de 2016. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina.

14.158. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0005986-71.2013.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: JOAQUIM JOSE MARQUES DA SILVA, GERACINDA MARTINS FORTES MARQUES, ANTONIO NUNES NUNES PEREIRA, JOSE LUIZ CASTELO BRANCO SIQUEIRA
Advogado(s): MAYARA CAMARÇO GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 7320), LÚCIO TADEU RIBEIRO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 3022)
Réu: DELEGADA CORREGEDORA GERAL DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUI - FERNANDA PAIVA NUNES MARREIROS MARQUES, SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se o autor para recolher o preparo no prazo de 05 (cinco) dias. TERESINA, 4 de maio de 2018. ADERSON ANTONIO

BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.159. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0012902-58.2012.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: MARIANNA BARROS DE LOIOLA REGO(MENOR)
Advogado(s): RAFAEL MENDES LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7778)
Réu: DIRETOR DO COLÉGIO SÃO FRANCISCO DE SALES - DIOCESANO
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Intime-se o Requerente para que recolha o preparo no prazdo de 05 (cinco) dias. Teresina, 16 de outubro de 2012. Ceres Josiane de Morais Lemos. Escrivã Judicial da 1ª Vara da Fazenda Pública

14.160. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0010403-04.2012.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: MARIA LAIANA VIRÍSSIMO SOUSA DE OLIVEIRA
Advogado(s): DAISE VIANA CASTELO BRANCO MACHADO(OAB/PIAUÍ Nº 3505)
Réu: EXMO. SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI - UESPI
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a impetrante para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher a taxa de preparo, e dizer se ainda tem interesse no feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Cumpra-se. Teresina, 01 de julho de 2016. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina.

14.161. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0016597-20.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: EVA MARIA DE SOUSA LEMOS
Advogado(s): RENATO COELHO DE FARIAS(OAB/PIAUÍ Nº 3596/02)
Réu: ESTADO DO PIAUI(SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE)
Advogado(s):
DESPACHO: Assim, com fulcro no artigo 257 do CPC, determino a intimação pessoal da parte e pelo DJE do seu ilustre advogado, para no prazo de trinta (30) dias, recolha as custas e taxas judiciárias devidas, sob pena de extinção e cancelamento da distribuição. Intime-se. Teresina, 14 de março de 2.016. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.162. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0003129-52.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ASDAPI - ASSOCIAÇAO DOS SERVIDORES DA AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): CARLOS HENRIQUE MARTINS PINTO(OAB/PIAUÍ Nº 6415)
Réu: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se à parte Requerente para em cinco (05) dias efetuar o preparo dos autos. Teresina, 09 de dezembro de 2.016. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.163. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0032467-37.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ROBERTO DE ALMEIDA MELO
Advogado(s): MARILENE LIMA DE SANTANA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 12247), MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NEVES PINTO(OAB/PIAUÍ Nº 5905)
Réu: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Intime-se o Estado para tomar conhecimento do acórdão, em virtude do retorno dos autos a este juízo, no prazo legal, sob pena de arquivamento dos autos.

14.164. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0027341-45.2010.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: NORMA SUELY BATISTA DA SILVA
Advogado(s): LILIAN ERICA LIMA RIBEIRO (OAB/PIAUÍ Nº 3508), CARLA MARIAH GALENO MAGALHÃES DE MELO(OAB/PIAUÍ Nº 6887), CINTIA AYRES HOLANDA LOUREIRO(OAB/PIAUÍ Nº 6065)
Requerido: IAPEP - INSTITUTO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DO ESTADO DO PIAUI, ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): SÓSTENES CAMILO MAGALHÃES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 7726)
DESPACHO: Tendo em vista a juntada da petição eletrônica pela requerente na qual a mesma concorda com os valores atribuidos pelo o Estado do Piauí, homologo os cálculos apresentados pelo Estado do Piauí, totalizando a execução em R$ 734.992,76 (setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais, setenta e seis centavos). Assim sendo, respeitadas as formalidades legais, determino seja expedido o respectivo Precatório, conforme art. 100 da Constituição Federal, devendo serem individualizados os valores devidos ao exequente e ao seu patrono. Intime-se Cumpra-se. Teresina, 03 de maio de 2018. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Teresina.

14.165. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0015415-96.2012.8.18.0140
Classe: Embargos à Execução
Autor: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): FRANCISCO VIANA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7339)
Réu: FRANCISCA ELDA SOARES FARIAS
Advogado(s):
DESPACHO: Recebo o recurso de apelação - fls. 29/33 - em seus efeitos legais. Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo lega - artigo 518 do CPC. Cumpra-se. Teresina, 01 de dezembro de 2.015. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.166. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0006786-41.2009.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Impetrante: HELTON DE SOUSA BARBOSA
Advogado(s): LEONEL LUZ LEAO(OAB/PIAUÍ Nº 6456)
Impetrado: DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADEMICOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI-UESPI, PRO-REITORA DE ENSINO E GRADUACAO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI-UESPI
Advogado(s): MARCELO SANTOS SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 3253)
Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para tomar conhecimento do acórdão, em virtude do retorno dos autos a este juízo, no prazo legal, sob pena de arquivamento dos autos.

14.167. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0008603-14.2007.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: DEUZAMAR ARAUJO SIQUEIRA, FLAVIA CRISTINA ARAUJO SIQUEIRA(MENOR), FERNANDA CARLA ARAUJO SIQUEIRA
Advogado(s): JOAO SANTOS DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4092)
Requerido: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para tomar conhecimento do acórdão, em virtude do retorno dos autos a este juízo, no prazo legal, sob pena de arquivamento dos autos.

14.168. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0024004-87.2006.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: JOSE JAMES GOMES PEREIRA, SONIA MARIA RODRIGUES DE SOUSA PEREIRA
Advogado(s): FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS (OAB/PIAUÍ Nº 3618)
Requerido: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para tomar conhecimento do acórdão, em virtude do retorno dos autos a este juízo, no prazo legal, sob pena de arquivamento dos autos.

14.169. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0025892-52.2010.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Impetrante: JOSE EDVAR COELHO FROTA
Advogado(s): MAURO OQUENDO DO RÊGO MONTEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5935)
Impetrado: GERVE - GERENCIA DE REGISTRO DE VIDA ESCOLAR, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI, ESTADO DO PIAUI - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO DO PIAUI
Advogado(s):
Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para tomar conhecimento do acórdão, em virtude do retorno dos autos a este juízo, no prazo legal, sob pena de arquivamento dos autos.

14.170. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0014528-15.2012.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ISAAC OSÓRIO DUTRA DO VALE(MENOR)
Advogado(s): TALLES GUSTAVO MARQUES RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 6980)
Réu: DIRETOR DO COLÉGIO CEV
Advogado(s):
Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para tomar conhecimento do acórdão, em virtude do retorno dos autos a este juízo, no prazo legal, sob pena de arquivamento dos autos.

14.171. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0001831-25.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: ELMANO FERRER DE ALMEIDA, PEDRO LEOPOLDINO FERREIRA FILHO
Advogado(s):
DESPACHO: Ante o exposto, determino a suspensão dos atos processuais, devendo os presentes autos permanecer em Secretaria até posterior comunicação acerca do julgamento do Agravo de Instrumento. Intime-se e Cumpra-se. Teresina, 27 de setembro de 2017. ADERSON ANTONIO

BRITO NOGUEIRA Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Publica de Teresina.

14.172. DESPACHO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0811935-04.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: WILLAMY ALVES DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADO(s): CONCEICAO DE MARIA DA SILVA MOREIRA
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI; **RÉU**: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.173. DECISÃO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0821355-33.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MARGARETH MARIA CARVALHO SANTOS
ADVOGADO(s): IVAN LOPES DE ARAUJO FILHO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.174. DESPACHO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0816467-21.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: NECI ALVES NOGUEIRA
ADVOGADO(s): VERONICO DE CASTRO SOUSA
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.175. DESPACHO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0816467-21.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: NECI ALVES NOGUEIRA
ADVOGADO(s): VERONICO DE CASTRO SOUSA
POLO PASSIVO:
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

14.176. DESPACHO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0819701-11.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MISSAO DAS IRMAS DE SAO JOSE
ADVOGADO(s): LUCAS ALVES VILAR
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI; **RÉU**: DEPARTAMENTO DE ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ - DETRAN - PI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA DETRAN,PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.177. DECISÃO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0800809-20.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FABIO GOMES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.178. DESPACHO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801562-74.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JORGEANE FRANCISCA SOARES PEREIRA
ADVOGADO(s): ANASTACIO ARAUJO COSTA SALES NETO
POLO PASSIVO: RÉU: FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI FUESPI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.179. DECISÃO - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0813394-41.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

POLO PASSIVO: RÉU: GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE; **RÉU**: INST. DE ASSIST. A SAUDE DOS SERVIDORES PUBLICOS DO EST. DO PIAUI-IASPI
ADVOGADO(s): MARIA DE FATIMA MOURA DA SILVA MACEDO
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.180. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0804640-13.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: AYRANA SOARES AIRES
ADVOGADO(s): RAYMSANDRESON DE MORAIS PRUDENCIO,REGINO LUSTOSA DE QUEIROZ NETO
POLO PASSIVO: RÉU: SPE - CONSTRUTORA SA CAVALCANTE LVIII LTDA
ADVOGADO(s): ANDREIA SILVA OLIVEIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.181. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808995-32.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE BOLIVAR CRUZ LEITE
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.182. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809102-76.2018.8.18.0140
CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE
POLO ATIVO: REQUERENTE: AQUILES CESAR GOMES DE MACEDO
ADVOGADO(s): JOSE PAULO VIEIRA MAGALHAES JUNIOR
POLO PASSIVO: REQUERIDO: CAYO LOPES LIMA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.183. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809178-03.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE MENDES DE MENESES
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.184. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809187-62.2018.8.18.0140
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: INTERESSADO: MAURICIO CEDENIR DE LIMA
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
POLO PASSIVO: INTERESSADO: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.185. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809045-58.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ELENICE MARIA SOUSA SILVA
ADVOGADO(s): MICHELLE DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.186. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809049-95.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE SIDNEY WERNZ NETO
ADVOGADO(s): CARLOS PEREIRA TERTO JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: BUS SERVICOS DE AGENDAMENTO S.A.; **RÉU**: EMPRESA AUTO VIACAO PROGRESSO SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.187. DESPACHO - 1º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809098-39.2018.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DA CONCEICAO COSTA SANTOS
ADVOGADO(s): LUCELIA WALDYNA COSTA SANTOS,MARIANO LOPES SANTOS
POLO PASSIVO: RÉU: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO; **RÉU**: HOLANDA AUTOS LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.188. DESPACHO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025571-12.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: DISTRIBUIDORA CRISTAL LTDA
Advogado(s): RICARDO ILTON CORREIA DOS SANT0S(OAB/PIAUÍ Nº 3047)
Réu: BANCO ITAULEASING S/A
Advogado(s): GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS(OAB/BAHIA Nº 25254), ANDRÉA FREIRE TYNAN(OAB/BAHIA Nº 10699)
Intime-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se tem interesse em produzir outras provas, especificando-as, justificando cada modalidade indicada.
Não havendo outras provas a produzir, apresentem as partes memoriais escritos, no prazo legal.

14.189. DESPACHO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0022962-56.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA PAIVA
Advogado(s): ALESSANDRO ANDRADE SPINDOLA(OAB/PIAUÍ Nº 3940/03)
Réu: ELETROBRAS - DISTRIBUIÇAO PIAUI
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108), AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
Inobstante a informação constante em certidão de fls.113, de que as partes foram devidamente intimadas do despacho de fls.102, verifico a ausência do nome do advogado da parte ré na publicação de intimação (fls.104), razão pela qual, determino a renovação da referida publicação, intimando as partes para informar sobre outras provas a produzir, especificando e justificando cada uma, no prazo de 05 dias. Aproveito a oportunidade, considerando o inversão do ônus da prova, deferida em despacho de fls.102, determino ao réu a apresentação das faturas de consumo mensal cobradas no período, referente ao débito em discussão, a fim de possibilitar a apuração da média de consumo, conforme Resolução da ANEEL n.º 414/2010. Cumpra-se. Expedientes necessários.

14.190. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0010275-52.2010.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: FRANCISCA DAS CHAGAS NUNES, IRAIDES DE SOUSA RAMOS, JOÃO RIBEIRO DE CARVALHO JÚNIOR, JORGE LUIS LOPES DE MELO, JOSE EDILSON FERREIRA DOS SANTOS, MARIA DO SOCORRO MASCARENHAS, MARIA DO SOCORRO CAMINHA AGUIAR, NANCY VAZ FREIRE ALVES, REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS, WALDEMAR LOPES DE ABREU
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 7701)
Requerido: FEDERAL DE SEGUROS S/A
Advogado(s):
Diante do exposto, conheço parcialmente dos presentes embargos para julgá-los improcedentes. Considerando a nova regra prevista no art. 99, § 2º do NCPC, defiro à parte um prazo de 15 dias para comprovar o preenchimento dos pressupostos para o deferimento da justiça gratuita, sob pena de cancelamento da distribuição, ou apresentar o comprovante de recolhimento das custas. Contudo, faculto à parte autora o parcelamento das custas, consoante disposição do §6º do mesmo artigo: § 6o Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

14.191. DECISÃO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007177-25.2011.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: INEZ MARIA ALVES BARBOSA, MARIA VALDETE RODRIGUES OLIVEIRA, MARIA DAS GRAÇAS SANTANA MOREIRA, MARIA CLEUSA DOS SANTOS, FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS, MARIANA BARROS SILVA, MARIA DO SOCORRO GONÇALVES DOS SANTOS CARVALHO, JOSE LOPES LIMA, GEANY ROSA PATRICIO DE SANTANA, WALDIANA BARROS FREITAS, VICENTE PEREIRA FILHO
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), MARIO MARCONDES NASCIMENTO(OAB/SANTA CATARINA Nº 7701)
Requerido: FEDERAL DE SEGUROS
Advogado(s): ROSANGELA DIAS GUERREIRO(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 48812), SÉRGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2663), LUCAS GUILHERME LESSA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 151226), EDUARDO DE CASTRO CAPANEMA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 103347), SIBELE SENA CAMPELO(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 65112)
Pois bem, em face do art. 109, inc. I, da Constituição Federal de 1988, determino a remessa dos presentes autos para a Justiça Federal, a fim de que nos termos da súmula 150 do STJ decida sobre a existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal, autarquia federal, no presente feito.

14.192. DECISÃO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0015449-66.2015.8.18.0140
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ÉTICA CONSTRUTORA LTDA
Advogado(s): MARINA JUNQUEIRA LIMA(OAB/GOIÁS Nº 21682), CARLOS NASCIMENTO DE DEUS NETO(OAB/GOIÁS Nº 18197)
Réu: AGESPISA - AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI S/A
Advogado(s):
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 55, §1º do Código de Processo Civil, determino a remessa dos presentes autos para o Juízo de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública desta Comarca, para reunião com o processo 0003541-80.2013.8.18.0140, reconhecendo de ofício a conexão entres as referidas ações, por ser matéria de ordem pública, a ser reconhecida em qualquer fase do processo.

14.193. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006241-97.2011.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAUÍ Nº 11826)
Requerido: ROSA RODRIGUES DA SILVA BARROS
Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2523)
Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial, determinando a expedição de mandado de busca e apreensão. Considerando a apresentação espontânea de defesa, oportunizo à Requerida um prazo para pagamento da dívida pendente (parcelas vencidas e vincendas) no prazo de 05 dias, acrescido das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, ficando advertido que se neste prazo não for realizada a purgação da mora, a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem será consolidada no patrimônio do credor fiduciário. Custas e honorários pela parte ré, estes últimos em valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito.

14.194. DESPACHO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014753-93.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO FREITAS LIMA
Advogado(s): HERBETH ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4875-B)
Réu: PLANO DE SAUDE HAPVIDA, CENTRO MÉDICO GARCIA D'AVILA (HOSPITAL HAPVIDA
Advogado(s): JOSE HELIO LUCIO DA SILVA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 4413), IGOR MACÊDO FACÓ(OAB/CEARÁ Nº 16470)
As partes apresentaram quesitos para serem respondidos em perícia a ser realizada, às fls.252/253 e fls.255/257. Nomeio como perito técnico Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL, CRM-606-PI CPF n.º 022.838.753-15, endereço Rua Estudante Danilo Romero, n.º 1402, bairro Horto, CEP 64052-510, fone: (86) 3232-3870/99981-9144, que deverá ser intimado para dizer se aceito o encargo, e em 05 (cinco) dias, deverá manifestar-se quanto à estimativa de prazo para conclusão dos trabalhos e entrega do laudo, assim como para apresentar proposta de honorários. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Havendo recusa, a mesma deverá ser devidamente motivada. Intimem-se as partes para, querendo, em 15 (quinze) dias, indicar assistente técnico, nos termos do § 1º, do art. 465 do CPC. Cumpra-se. Expedientes necessários.

14.195. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0017469-69.2011.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: ROSA RODRIGUES DA SILVA BARROS
Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2523)
Requerido: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAUÍ Nº 11826)
Ante todo o exposto e consoante o Art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, com a consequente extinção do processo, com resolução do mérito. Condeno a Autora no pagamento de custas processuais e honorários em favor do advogado do Requerido correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, pagas as custas, arquivem-se os autos.

14.196. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018886-28.2009.8.18.0140
Classe: Arresto
Requerente: PR CENTURY COMERCIO DE ELETROELETRONICO LTDA-ME, ZELIA MARIA MELO FREIRE
Advogado(s): LAERCIO DE SOUZA RIBEIRO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 20533)
Requerido: GRAFITTE MOVEIS LTDA, JOSE WILSON COSME DE CARVALHO, LUISA MARIA DANTAS COSME
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. TERESINA, 4 de maio de 2018

14.197. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023632-07.2007.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARCIMIANO MOREIRA FEITOSA
Advogado(s): ODONIAS LEAL DA LUZ (OAB/PIAUÍ Nº 1406)
Réu: TELEMAR
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. TERESINA, 4 de maio de 2018

14.198. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0027754-53.2013.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 156187)
Requerido: ADRIANO VIDAL
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. TERESINA, 4 de maio de 2018

14.199. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002244-14.2008.8.18.0140
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Autor: BANCO ITAULEASING S/A

Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148)
Réu: EVA MOURA DA SILVA OLIVEIRA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. TERESINA, 4 de maio de 2018

14.200. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003048-55.2003.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: MARIA DO SOCORRO SILVA ROCHA
Advogado(s): LIDIANE MARTINS VALENTE(OAB/PIAUÍ Nº 5976), LIDIANE MARTINS VALENTE(OAB/PIAUÍ Nº 5976)
Requerido: ELIENE ALVES DA SILVA
Advogado(s): FRANCISCO ALEXANDRE BARBOSA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 4248)
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. TERESINA, 4 de maio de 2018

14.201. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0024993-88.2009.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO VOLKSWAGEN S/A
Advogado(s): EDNAN SOARES COUTINHO(OAB/PIAUÍ Nº 1841)
Requerido: LUCIFRAN HIGINO MACHADO
Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 4344) ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. CUSTAS DEVIDAS: Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21. Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14. TOTAL: Valor: R$ 114,35. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.202. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0030030-52.2016.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DO PIAUÍ S/A
Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507)
Réu: MARIA LUCELINA SILVA CUNHA
Advogado(s): KARLA CIBELE TELES DE MESQUITA ANDRADE(OAB/PIAUÍ Nº 4241)
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os Embargos Monitórios, convertendo o mandado injuncional em título executivo judicial, constituindo-o de pleno direito, devendo seu valor ser apurado em liquidação de sentença, utilizando-se como base para o cálculo multa não superior a 2%, atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata die, tendo como termo inicial o vencimento da obrigação. Documento assinado eletronicamente por LYGIA CARVALHO PARENTES SAMPAIO, Juiz(a), em 04/05/2018, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Por compartilhar com o entendimento de que os embargos à monitória criam relação jurídica processual autônoma à monitória propriamente dita, condeno o embargado no pagamento dos honorários advocatícios do embargante, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Considerando a sucumbência recíproca, condeno o Embargado ao pagamento dos honorários advocatícios do Embargante, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, bem como condeno o Embargante ao pagamento dos honorários advocatícios do Embargado, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, vedada a compensação. Custas pro rata. Defiro, em favor da Embargante, os benefícios da Justiça Gratuita, ficando a cobrança das custas suspensa em razão do deferimento da gratuidade, a teor do art. 98, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado, intime-se o Autor para apresentar o demonstrativo de débito, prosseguindo-se o processo em observância ao disposto no Título II, do Livro I, da Parte Especial, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

14.203. DESPACHO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0030129-22.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: BRUNA ANDRADE MOREIRA
Advogado(s): BRUNA ANDRADE MOREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13492)
Réu: HOSPITAL GERAL SAMIU S/S LTDA, RAIMUNDO JOSE MARTINS DE SOUSA
Advogado(s): PRISCILA CARVALHO DE PÁDUA NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 7937)
Desta feita, por considerar ausente nexo causal entre o dano supostamente sofrido e a conduta do segundo requerido, ACOLHO A PRELIMINAR DE ILEGIMIDADE passiva do HOSPITAL UNIMED TERESINA, devendo o processo ser reautuado para que seja feita a sua exclusão no sistema processual. Com relação à impugnação ao deferimento de justiça gratuita, para sua melhor análise, determino à autora que junte aos autos documentos que comprovem a sua renda, em especial carteira de trabalho e/ou declaração de imposto de renda, no prazo de 10 dias.

14.204. EDITAL - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0007758-89.2001.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A. - FINASA
Advogado(s): PAULO VITOR ALVES DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 6332), KARENINA CARVALHO TITO (OAB/PIAUÍ Nº 214), JOSINO RIBEIRO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 748)
Executado(a): JOSE AGAMENON OLIVEIRA
Advogado(s):
DESPACHO: Vistos. Nos termos do art. 485, §1º do CPC, determino a intimação pessoal da parte autora para promover os atos e diligências que lhe compete, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se. TERESINA, 19 de abril de 2018 LYGIA CARVALHO PARENTES SAMPAIO Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.205. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0017645-43.2014.8.18.0140

Classe: Monitória
Autor: CEPISA - COMPANHIA ENERGETICA DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): ADRIANE FARIAS MORORÓ MORAES(OAB/PIAUÍ Nº 8816)
Réu: ANTONIO CARLOS CARVALHO
Advogado(s): RAIMUNDO BISPO PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 11056)
Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os Embargos Monitórios, acolhendo a prescrição relativa as faturas de energia elétrica com vencimento anterior a 30/07/2009 (prescrição quinquenal), convertendo o mandado injuncional em título executivo judicial, constituindo-o de pleno direito. Por compartilhar com o entendimento de que os embargos à monitória criam relação jurídica processual autônoma à monitória propriamente dita, condeno o embargado no pagamento dos honorários advocatícios do embargante, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Considerando a sucumbência recíproca, condeno o Embargado ao pagamento dos honorários advocatícios do Embargante, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, bem como condeno o Embargante ao pagamento dos honorários advocatícios do Embargado, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, vedada a compensação. Custas pro rata. Defiro, em favor da Embargante, os benefícios da Justiça Gratuita, ficando a cobrança das custas suspensa em razão do deferimento da gratuidade, a teor do art. 98, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado, intime-se o Autor para apresentar o demonstrativo de débito, prosseguindo-se o processo em observância ao disposto no Título II, do Livro I, da Parte Especial, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

14.206. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014494-84.2005.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): CLAUDIO MANOEL DO MONTE FEITOSA (OAB/PIAUÍ Nº 2182)
Executado(a): ROBERTO FRITZEN
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.207. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003158-05.2013.8.18.0140
Classe: Despejo
Autor: LUIZ GONZAGA DE CARVALHO
Advogado(s): ALEXANDRE DARCY RODRIGUES F DE ARAUJO (OAB/PIAUÍ Nº 3152)
Réu: FERNANDO ROLA FERREIRA
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.208. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0001154-68.2008.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: FRANCISCO CARLOS SANTOS CASTELO BRANCO
Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2523), LIVIA ARCANGELA NASCIMENTO MORAIS NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5166), LAYSE ANA N. MORAIS NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5167), LORENNA LISS BRANDÃO FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5343), MÁRCIA MARQUES VERAS E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 5903), ADRIANO LIMA PINHEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3/773)
Requerido: BANCO BV FINANCEIRA S/A
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.209. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012978-87.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOAO FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR
Advogado(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 5142)
Requerido: BANCO ABN AMRO REAL S/A
Advogado(s): RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO(OAB/CEARÁ Nº 3432)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.210. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006134-97.2004.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: ÄGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA
Advogado(s): ANTONIO DE DEUS NETO (OAB/PIAUÍ Nº 1611)
Réu: CURSO CORUJAO LTDA
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.211. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0027234-35.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: DEUSILENE SOUSA FEITOSA
Advogado(s): ANTONIO FLAVIO DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6529)
Requerido: BANCO FINASA BMC S.A.
Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.212. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0019514-41.2014.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BV FINANCEIRA S.A CREDITO FINANCIAMENTO
Advogado(s): GIULIO ALVARENGA REALE(OAB/MINAS GERAIS Nº 65628)
Requerido: VERONICA DE SOUSA COSTA NUNES
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.213. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025341-09.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: IZAIAS FERREIRA FILHO
Advogado(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 5142)
Requerido: BANCO FINASA S/A
Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.214. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025585-69.2008.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: GARDIANE RODRIGUES DA CUNHA
Advogado(s): LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 3919)
Réu: BANCO PAN
Advogado(s): NORBERTO TARGINO DA SILVA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 171325)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.215. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0029893-17.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ERIVELTON DE CARVALHO ARAUJO
Advogado(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 5142)
Réu: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.216. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0017509-17.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: BANCO CITICARD S.A.
Advogado(s): LUCIA TEREZINHA PEGAIA(OAB/SÃO PAULO Nº 88215)
Réu: CREONEIDE FEITOSA DE SOUSA ROCHA
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.217. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007170-04.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: MARIA IEDA DA SILVA
Advogado(s): SAMANTHA SOUSA RUFINO BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 6346)
Requerido: BANCO FINASA S/A
Advogado(s): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PARANÁ Nº 19937)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.218. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003607-21.2017.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): LUIZ CÉSAR PIRES FERREIRA JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5172), ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7036-A)
Requerido: JOSE RIBAMAR MENDES LEAL
Advogado(s): MARCOS LUIZ DE SÁ RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 3083)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.219. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006820-50.2008.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Advogado(s): LUIS FERNANDO P DE Q LOVIAT(OAB/PIAUÍ Nº 176936)
Executado(a): MAIS TINTAS LTDA, MARCOS RAIYLSON ROCHA MACEDO, MARCIO ROBINSON ROCHA MACEDO
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.220. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020153-93.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), NELSON PASCHOALOTTO(OAB/SÃO PAULO Nº 108911), EDEMILSON KOJI MOTODA(OAB/PIAUÍ Nº 10010)
Réu: MARIA SAMARA DA SILVA SOUSA
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.221. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012487-41.2013.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s): NELSON PASCHOALOTTO(OAB/SÃO PAULO Nº 108911)
Requerido: ANTONIO FRANCISCO RODRIGUES DE FREITAS
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Recolha a parte autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.222. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0015852-45.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: MARIA DE LOURDES SILVA DE ASSUNÇÃO
Advogado(s): LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 3919)
Requerido: BANCO FINASA S.A
Advogado(s): LUANA MÁRCIA SILVA VILARINHO(OAB/PIAUÍ Nº 5537)
Ante todo o exposto e consoante o Art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido autoral, com a consequente extinção do processo, com resolução do mérito. Revogo os efeitos da tutela antecipada concedida nos autos. Condeno a Autora no pagamento de custas e honorários em favor do advogado do Requerido correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, pagas as custas, arquivem-se os autos.

14.223. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013397-73.2010.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES (OAB/PIAUÍ Nº 1829), LÍVIA DA ROCHA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6074), PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)
Requerido: ODILON JOSE FERREIRA
Advogado(s): ANTONIO ALBERTO NUNES DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 1637)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Recolha a Parte Ré as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. CUSTAS DEVIDAS: Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21. Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14. TOTAL: Valor: R$ 114,35. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.224. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0019389-49.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: LUCELIA MARIA MEDEIROS DA SILVA
Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 4344)
Requerido: BANCO DAYCOVAL S.A
Advogado(s): GISA MARA CARVALHO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4289)
Ante todo o exposto e consoante o Art. 487, I, do CPC, com resolução do mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, somente para afastar a comissão de permanência, caso detectada a inadimplência da autora.
Revogo os efeitos da tutela antecipada concedida em decisão de fls.43/44.
Considerando o princípio da sucumbência mínima, condeno a Autora no pagamento de honorários de em favor do advogado do Requerido correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme art. 86, parágrafo único, do CPC.
Custas finais pro rata.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

14.225. EDITAL - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0000351-90.2005.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: CRESE - COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Advogado(s): JOAQUIM RODRIGUES MAGALHÃES NETO(OAB/PIAUÍ Nº 1760)

Executado(a): ARAFORROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFILADOS LTDA
Advogado(s): CELIA LEITE MARTINS MAGALHAES (OAB/PIAUÍ Nº 631/68), AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES (OAB/PIAUÍ Nº 1829), MANSUETO MARTINS MAGALHAES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2535), CAROLINA LAGO CASTELO BRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 3405)
SENTENÇA: intime-se o autor para requerer o que entender por direito, apresentando memória atualizada do débito, para o prosseguimento da execução.

14.226. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002224-28.2005.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAUÍ Nº 7847), MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 2209), JOÃO PEDRO DE MACEDO(OAB/PIAUÍ Nº 1174), JOSÉ ACÉLIO CORREIA(OAB/PIAUÍ Nº 1173)
Executado(a): LINDOMAR DUTRA DE FREITAS SANTOS
Advogado(s): DALTON RODRIGUES CLARK(OAB/PIAUÍ Nº 1007), RODRIGO MARTINS EVANGELISTA(OAB/PIAUÍ Nº 6624)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Recolha a Parte executada as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. CUSTAS DEVIDAS: Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21. Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14. TOTAL: Valor: R$ 114,35. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.227. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0000759-03.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUAUTO RENT A CAR LTDA
Advogado(s): JOSÉ COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 747/72), LUANN DO MONTE RESENDE(OAB/PIAUÍ Nº 10854)
Réu: GILSON DA SILVA MACEDO
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. CUSTAS DEVIDAS: Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21. Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14. TOTAL: Valor: R$ 114,35. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.228. EDITAL - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0016253-05.2013.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507)
Réu: ALMERINDA FRANCISCA DE SOUSA
Advogado(s):
DESPACHO: Após o trânsito em julgado, intime-se o autor para apresentar o demonstrativo de débito, prosseguindo-se o feito no rito do Cumprimento de Sentença

14.229. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007276-19.2016.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: R.D.L. COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA
Advogado(s): DANILO DA ROCHA LUZ ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 8079), MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 2209), MARIO ROBERTO PEREIRA DE ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 2209)
Réu: AUTO VIAÇÃO COIMBRA LTDA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Tendo em vista a certidão de folhas 78 à 82, forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré AUTO VIAÇÃO COIMBRA LTDA.
TERESINA, 7 de maio de 2018

14.230. AVISO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009482-40.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: LINK IDIOMAS LTDA (YAZIGI)
Advogado(s): JOAO PEDRO DA SILVA RIO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 10465), PEDRO RIO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 5425)
Réu: CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108), AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
DESPACHO
Vistos. DESIGNO Audiência de Conciliação para o dia 14/06/2018, às 09:30, a ser realizada na Sala de Audiências da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina-PI. Ciência ao MP, caso intervenha no feito. Intime(m)-se a(s) parte(s), através de seu(s) procurador(es), para comparecer à audiência, nos termos da lei (por publicação, ou pessoalmente se for órgão que goza de tal prerrogativa). Cumpra-se.

14.231. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0022122-17.2011.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOAO PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2523), LIVIA ARCANGELA NASCIMENTO MORAIS NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5166)
Réu: CEPISA S/A - SISTEMA ELETROBRAS NO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias,

sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. CUSTAS DEVIDAS: Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21. Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14. TOTAL: Valor: R$ 114,35. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.232. SENTENÇA - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0011004-20.2006.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: HUGO DANIEL DE CARVALHO
Advogado(s): MARCOS SOLEMAR VIEIRA FRANKLIN (OAB/PIAUÍ Nº 2790)
Requerido: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Advogado(s):
Ante todo o exposto e consoante o Art. 487, I, do CPC, com resolução do mérito, julgo IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial. Custas pela parte autora, a qual condeno ainda a pagar honorários de sucumbência em favor do procurador da parte requerida, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com os registros necessários, independentemente do pagamento das custas e honorários, devendo a Secretaria adotar as providencias necessárias à remessa dos documentos necessários à execução fiscal respectiva.

14.233. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006839-03.2001.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: NOVATERRA VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA.
Advogado(s): EDNAN SOARES COUTINHO MOURA (OAB/PIAUÍ Nº 1841)
Executado(a): ALBERTO PAZ NETO
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. CUSTAS DEVIDAS: Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21. Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14. TOTAL: Valor: R$ 114,35. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.234. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0011494-66.2011.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: REGINALDO DE JESUS FRANÇA JUNIOR
Advogado(s): MARCOS LUIZ DE SÁ REGO(OAB/PIAUÍ Nº 3083)
Requerido: BANCO ITAUCARD S/A
Advogado(s):
ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.235. AVISO - 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

Processo nº 0000395-43.2016.8.18.0005
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas
Exequente: JUIZ TITULAR DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA-PI
Advogado(s):
Menor Infrator: E. M. R.
Advogado(s): MILTON LUSTOSA NOGUEIRA DE ARAUJO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2771)
Ato ordinatório: " À defesa para ciência do parecer técnico do menor."

14.236. EDITAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

3ª Publicação
AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0028152-63.2014.8.18.0140
Classe: Interdição
Interditante: IVONETE MARIA SANTOS FERREIRA
Advogado(s): DILENE BRANDÃO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1551)
Interditando: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS FERREIRA
Advogado(s):
SENTENÇA: JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, PARA DECRETAR A INTERDIÇÃO DE RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS FERREIRA, JÁ QUALIFICADO NOS AUTOS. NOMEIO COMO CURADOR DO INTERDITADO A SRA. IVONETE MARIA SANTOS FERREIRA, JÁ QUALIFICADA NOS AUTOS (...)CUSTAS NA FORMA DA LEI. APÓS, CERTIFICADO O TRÂNSITO EM JULGADO, E PRESTADO COMPROMISSO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS. P.R.I

14.237. EDITAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0008744-38.2004.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: CAMILA RAVENNA DA SILVA COSTA, GERSON GOMES DA SILVA-FALECIDO
Advogado(s): FRANCISCO DE JESUS BARBOSA (OAB/PIAUÍ Nº 1716)
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto posto, julgo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a PARTILHA levada a efeito às fls. 31/33, consubstnaciada no AUTO DE PARTILHA às fls. 38/39, que fica sendo parte integrante desta sentença, dos bens deixados por falecimento de GERSON GOMES DEA COSTA, o que faço com fundamento no artigo 1.026, co Código de Processo Cibvil, e com observância do disposto no artigo 2.017 do Código Civil, ressalvadas os direito de quem se julgar prejudicado. Transitada em julgado, expeçam-se os Formais de Partilha, em favor dos herdeiros, com os requisitos legais, constantes do artigo 1027 seu § único do Código de Processo Civil, e cautelas fiscais do artigo 1.031, § 2º, do mesmo diploma. Sem custas. P.R.I.C.

14.238. EDITAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0003211-88.2010.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: MARIA DE JESUS MORAES
Advogado(s): EDUARDO DE AGUIAR COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 5007)
Inventariado: GEORGETE DE PADUA FORTES - FALECIDO
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto posto, homologo a partilha constante de fls. 02/04, destes autos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, dos bens deixados por GEORGETE DE ´PÁDUA FORTES e GEORZITA DE PÁDUA FORTES, ordenando a expedição de alvará para a venda e transferência do imóvel descrito na inicial, na forma requerida pela testamentária/inventariante, no pedido inicial, o que faço com fundamento no artigo 1.026, do Código de Processo Civil, e com observância do disposto no artigo 2.017 do mesmo diploma, ressalvadas os direitos de terdeiros e da Fazenda Pública. Transitada em julgado, expeça-se o alvará Judicial, na forma requerida às fls. supra.

14.239. SENTENÇA - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0019496-64.2007.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: MARIA DAS GRACAS CARVALHO DA SILVA, WASHINGTON LUIS DE CARVALHO, ARNALDO DE CARVALHO, MARIA DOS REMEDIOS REGO CARVALHO
Advogado(s): MARIA DE FATIMA OLIVEIRA MACHADO (OAB/PIAUÍ Nº 1931)
Inventariado: ANTENOR JOSE DE CARVALHO, MARIA LUCIA DA SILVA CARVALHO(FALECIDA)
*SENTENÇA: Isto posto, **HOMOLOGO**, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado as fls., 84\86 , e 87\88, e consequentemente a PARTILHA AMIGÁVEL, levada a efeito nestes autos, constante dos documentos ultimos mencionados, nos termos requerido , com a Cláusula de Usufruto Vitalício do bem em favor do renunciante, que fica sendo parte integrante desta sentença, dos bens deixados por falecimento de ANTENOR JOSÉ DE CARVALHO e MARIA LUCIA DA SILVA CARVALHO, já qualificados, e em conseqüência , determino a expedição do Formal de Partilha, em favor da Senhora MARIA DOS REMÉDIOS REGO CARVALHO , ficando o herdeiro Washington Luis de Carvalho, com o direito ao usufruto vitalício do bem , nos termos fixados no acordo celebrado as fls., supra, com rigorosa observância das formalidades legais, o que faço com fundamento nos artigos 1.227 a 1390 do Código Civil, e 654, e 659 e §§ do Código de Processo Civil, ressalvados os direitos de terceiros e da Fazenda Pública. Transitada em julgado, expeça -se o respectivo Formal de Partilha, nos termos, acima ordenados, com os requisitos legais, constantes dos artigos acima referidos, na forma e para os fins manifestado pelas partes, com as cautelas legais. Custas pelos requerentes e já recolhidas conforme se infere as fls., supra mencionadas. P.R.I.C. e observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas que se fizerem necessários.*

14.240. EDITAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0003156-50.2004.8.18.0140
Classe: Regulamentação de Visitas
Requerente: ANTONIO ALVES CAVALCANTE FILHO
Advogado(s): ROBERTO GONCALVES DE FREITAS FILHO (OAB/PIAUÍ Nº 1484)
Requerido: ADRIANA DIAS MOTA
Advogado(s):
SENTENÇA: "...Ante o exposto, DECLARO extinto o presente feito com arrimo no inciso III, art. 485 do Novo Código de Processo Civil. Sem custas.P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuiução.

14.241. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809097-54.2018.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: L.O.A.C
ADVOGADO(s): MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: A.L.C.G
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.242. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809084-55.2018.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOAO LUIZ PEREIRA NETO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: RAIMUNDA DA SILVA NASCIMENTO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.243. DECISÃO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809168-56.2018.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: JUCILENE ELIAS DA SILVA; **AUTOR**: MARIA FERNANDA ELIAS NUNES; **AUTOR**: RONILDO NUNES DOS SANTOS FILHO; **AUTOR**: EMYLLE RAYANE ELIAS NUNES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: RONILDO NUNES DOS SANTOS
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.244. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809010-98.2018.8.18.0140

CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: RAFAEL SOUSA SANTOS
ADVOGADO(s): FRANCISCO CLEMAICO SAMPAIO DE OLIVEIRA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ORISNEIDE SANTOS DE SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.245. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809088-92.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: REIJANE ALVES DE ABREU; **EXEQUENTE**: DAVI ALVES DE ABREU DA SILVA; **EXEQUENTE**: GABRIEL ALVES DE ABREU SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JOSIMAR ALVES DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.246. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809091-47.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: INTERESSADO: DAVI ALVES DE ABREU DA SILVA; **INTERESSADO**: REIJANE ALVES DE ABREU; **INTERESSADO**: GABRIEL ALVES DE ABREU SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INTERESSADO: JOSIMAR ALVES DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.247. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808342-30.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: J.D.C.C
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.C.T./
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.248. DECISÃO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808668-87.2018.8.18.0140
CLASSE: SEPARAÇÃO LITIGIOSA
POLO ATIVO: AUTOR: M.R.S
ADVOGADO(s): GLAYERLANE SOARES SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: S.M.A.C
334 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NÃO CONCEDIDA A MARIA DOS REMEDIOS SANTIAGO - CPF: 138.177.283-87 (AUTOR) E SONIA MARIA DE ARAUJO CAMPELO - CPF: 305.222.003-97 (RÉU).

14.249. DECISÃO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808668-87.2018.8.18.0140
CLASSE: SEPARAÇÃO LITIGIOSA
POLO ATIVO: AUTOR: M.R.S
ADVOGADO(s): GLAYERLANE SOARES SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: S.M.A.C
334 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NÃO CONCEDIDA A MARIA DOS REMEDIOS SANTIAGO - CPF: 138.177.283-87 (AUTOR) E SONIA MARIA DE ARAUJO CAMPELO - CPF: 305.222.003-97 (RÉU).

14.250. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801072-86.2017.8.18.0140
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: ROSILENE FARIAS CAMPELO; **REQUERENTE**: DOMINGOS PEREIRA SOBRINHO
ADVOGADO(s): MARCUS VINICIUS DE QUEIROZ NOGUEIRA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ANTONIO CARLOS FARIAS SOBRINHO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.251. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808516-73.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: M.D.V.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: B.S.C
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.252. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808674-31.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: C.R.M
ADVOGADO(s): MARA LILINNE LEAL DE SOUSA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: S.M.C.M; **RÉU**: S.M.C; **RÉU**: Y.M.M.S; **RÉU**: A.F.M.C
ADVOGADO(s): FELIPE CAMPOS SILVA MAGALHAES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.253. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808551-33.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE DALLYSON DA SILVA SANTOS; **AUTOR**: MARIA CECILIA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: DURWAGNER MARCONI DA SILVA SANTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.254. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808729-79.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: G.S.P.J.C
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: D.A.C.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.255. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807581-33.2017.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: A.M.S.O
ADVOGADO(s): GLAUDSON LIMA GOMES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: R.L.V.O
ADVOGADO(s): KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO,NIXONN FREITAS PINHEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.256. JULGAMENTO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806705-44.2018.8.18.0140
CLASSE: REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS
POLO ATIVO: REQUERENTE: GABRIEL GOMES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: BRUNA TAYNARA ROCHA DA SILVA
460 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> PEREMPÇÃO, LITISPENDÊNCIA OU COISA JULGADA:
EXTINTO O PROCESSO POR PEREMPÇÃO, LITISPENDÊNCIA OU COISA JULGADA

14.257. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0813897-62.2017.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOSE DE DEUS MACHADO
ADVOGADO(s): JOSE RIBAMAR ROCHA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA IRENE ARAUJO MACHADO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.258. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0817970-77.2017.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: SEBASTIANA PEREIRA DO NASCIMENTO SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.259. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802557-87.2018.8.18.0140
CLASSE: ARROLAMENTO SUMÁRIO
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCO JOSE PATRICIO FRANCO; **REQUERENTE**: FRANCISCO CAVALCANTE DE SOUSA NETO; **REQUERENTE**: LUCAS DE SA PATRICIO FRANCO; **REQUERENTE**: VINICIUS DE SA PATRICIO FRANCO
ADVOGADO(s): JOAO PAULO BARROS BEM
POLO PASSIVO: REQUERIDO: CELIA PEREIRA DE SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.260. DECISÃO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0820618-30.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: BARNABE PEREIRA DE ANDRADE
ADVOGADO(s): ARTUR NUNES DE SOUSA PEREIRA
POLO PASSIVO: RÉU: RAIMUNDO ROSADO FERREIRA NETO
334 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NÃO CONCEDIDA A BARNABE PEREIRA DE ANDRADE - CPF: 274.289.153-68 (AUTOR) E RAIMUNDO ROSADO FERREIRA NETO - CPF: 012.140.693-80 (RÉU).

14.261. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0819088-88.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO FRANCISCO RODRIGUES NETO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: ADRIANA AGUIAR RODRIGUES; **RÉU**: MARIA DE JESUS AGUIAR FERREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.262. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805398-89.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: R.P.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: J.C.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.263. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801295-05.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: O.A.L.C
ADVOGADO(s): RAVENNYA MUARA OLIVEIRA SILVEIRA MOREIRA,SABRINA DE SOUSA ARAUJO,THIAGA LEANDRA ALVES RIBEIRO DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: A.C.A.C
ADVOGADO(s): DANIEL NEIVA DO REGO MONTEIRO,JANIO DE BRITO FONTENELLE,MAX VINICIUS FONTENELE ROCHA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.264. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805525-90.2018.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: JUVENAL CARDOSO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): MARCUS VINICIUS DA SILVA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: THIAGO FELIPE DE SOUSA OLIVEIRA; **RÉU**: FRANCISCA MARIA GOMES DE SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.265. JULGAMENTO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808478-61.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: R.J.C
ADVOGADO(s): KARLA DANIELLY BARBOSA DE CARVALHO
POLO PASSIVO: RÉU: R.G.S.C
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

14.266. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801816-18.2016.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: DAMIAO DA COSTA LIMA NETO
ADVOGADO(s): LEANDRO DE OLIVEIRA CARVALHO
POLO PASSIVO: RÉU: WIRNA NAIANNY ANDRADE LIMA; **RÉU**: JESSICA LAENE ANDRADE LIMA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.267. DECISÃO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809263-86.2018.8.18.0140
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: INTERESSADO: MARLENE NEYDE DE CARVALHO BARBOSA
ADVOGADO(s): BENEDITO VIEIRA MOTA JUNIOR
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARYLENE NEREYDE LOPES DE CARVALHO

332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.268. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809216-15.2018.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCA MARIA LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: WALDO CARLOS DE OLIVEIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.269. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809235-21.2018.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: INTERESSADO: D.A.V; **AUTOR**: B.V.B.M
ADVOGADO(s): ANTONIO SARMENTO DE ARAUJO COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: J.B.M.S; **RÉU**: J.M.S; **RÉU**: D.B.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.270. JULGAMENTO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807605-61.2017.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: E.S.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: K.L.S.B
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.271. JULGAMENTO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0805626-64.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA LUCIA CUNHA
ADVOGADO(s): ADINA MACHADO PAZ E SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: RAFAEL ALVES SOBRINHO
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.272. DECISÃO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0819201-42.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO MONTEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO(s): FABRICIO KHEOMA SOLANO DE CASTRO VELOSO
POLO PASSIVO: RÉU: LAVINIA DA SILVA SANTOS; **RÉU**: JAILSON DA SILVA SANTOS
83 - DECISÃO --> CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO:
DETERMINADO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

14.273. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0819201-42.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO MONTEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO(s): FABRICIO KHEOMA SOLANO DE CASTRO VELOSO
POLO PASSIVO: RÉU: LAVINIA DA SILVA SANTOS; **RÉU**: JAILSON DA SILVA SANTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.274. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806494-42.2017.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: E.C.P
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: K.M.C
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.275. DESPACHO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0803689-82.2018.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: E.P.G
ADVOGADO(s): LIDIANE MARTINS VALENTE,PEDRO HENRIQUE DE SOUSA ARCANJO
POLO PASSIVO: RÉU: A.L.E.S.S.G
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.276. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)
Processo nº 0017473-82.2006.8.18.0140
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Advogado(s):
Réu: ADENILTON PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): FRANKLIN DOURADO REBELO(OAB/PIAUÍ Nº 3330)
DESPACHO: para comparecer à audiência de instrução e julgamento dia 17 de maio de 2018 às 10h30min na sala de audiências da 2ª Vara do Júri 5º andar. Eu Claudia Regina Silva dos Santos. Analista Judiciário da 2ª Vara do Júri digitei.

14.277. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)
Processo nº 0022893-68.2006.8.18.0140
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Advogado(s):
Réu: SILVANA BRAZ DE SOUSA CRUZ
Advogado(s): HOMERO GUSTAVO RODRIGUES PIRES(OAB/PIAUÍ Nº 2408)
DESPACHO: para comparecer à audiência de instrução e julgamento dia 16 de maio de 2018 às 08h30min na sala de audiências da 2ª Vara do Júri 5º andar nesta capital

14.278. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)
Processo nº 0013268-24.2017.8.18.0140
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Advogado(s): RAVENNA DE CASTRO LIMA AZEVEDO(OAB/PIAUÍ Nº 9895)
Réu: ALLISON WATTSON DA SILVA NASCIMENTO
Advogado(s): PITAGORAS VERAS VELOSO DE ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 15730)
DESPACHO: INTIMAR A ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO RAVENNA DE CASTRO LIMA AZEVEDO(OAB/PI 9895) PARA, NO PRAZO LEGAL, APRESENTAR AS CONTRARRZÕES DO RECURSO APRESENTADO PELA DEFESA DO ACUSADO

14.279. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)
Processo nº 0028076-73.2013.8.18.0140
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - NÚCLEO DA 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Advogado(s):
Réu: WALDIMIRO DE ALMEIDA
Advogado(s): GUSTAVO LUIZ LOIOLA MENDES(OAB/PIAUÍ Nº 6495), RAIMUNDO PEREIRA DE ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 12180), JOSE VIEIRA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9871)
DESPACHO: para comparecerem á audiência de instrução e julgamento dia 21 de maio de 2018 às 11h30min na sala de audiências da 2ª Vara do Júri 5º andar. Eu Claudia Regina Silva dos Santos Analista Judiciário da 2ª vara do Júri digitei.

14.280. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)
Processo nº 0032199-80.2014.8.18.0140
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA - PI
Advogado(s):
Réu: NATANIEL OLIVEIRA ARAÚJO
Advogado(s): AUGUSTO VINICIUS SOUSA DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 10926)
DESPACHO: para comparecer à audiência de instrução e julgamento dia 21/05/2018 às 10h30min na sala de audiências da 2ª Vara do Júri 5º andar. Eu Claudia Regina Silva dos Santos Analista Judiciário da 2ª Vara do Júri digitei.

14.281. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIáRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0030763-52.2015.8.18.0140
CLASSE: Mandado de Segurança
Autor: ÁUREA IZABEL DE ANDRADE BARROSO
Advogado: Edilando Barroso de Oliveira
Réu: INSTITUTO DOM BARRETO, O ESTADO DO PIAUI
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Intime-se a parte autora, por seu advogado, para as devidas providências de pagamento de preparo dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.
TERESINA, 7 de maio de 2018
LUCIANA PÁDUA MARTINS FORTES DO RÊGO
Analista Judicial - 1880

14.282. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIáRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0014666-40.2016.8.18.0140
CLASSE: Mandado de Segurança
Autor: ALLANA DE PAULA SENA DANTAS BOMFIM
Advogado: Paulo Giovanni Figueiredo Marinho e outros
Réu: DIRETOR DO COLÉGIO INTEGRAL, ESTADO DO PIAUI(GERVE - GERENCIA DE REGISTRO E VIDA ESCOLAR, . ESTADO DO PIAUÍ
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do TJ-PI.
TERESINA, 7 de maio de 2018
LUCIANA PÁDUA MARTINS FORTES DO RÊGO
Analista Judicial - 1880

14.283. CERTIDÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIáRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0000639-23.2014.8.18.0140
CLASSE: Mandado de Segurança
Autor: FELICIANO SANTANA LIMA-MENOR-
Advogado: Marcilia Santana Lima
Réu: DIRETOR DA ESCOLA INSTITUTO SANTO AGOSTINHO, ESCOLA INSTITUTO SANTO AGOSTINHO, ESTADO DO PIAUI (SECRETARIA ESTATUAL DE EDUCAÇAO)
certidão
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do TJ-PI.
TERESINA, 7 de maio de 2018
LUCIANA PÁDUA MARTINS FORTES DO RÊGO
Analista Judicial - Mat. nº 1880

14.284. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIáRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0017651-12.1998.8.18.0140
CLASSE: Procedimento Comum
Autor: MUNICIPIO DE TERESINA-PI
Réu: ANTONIETA RODRIGUES DA SILVA
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do TJ-PI.
TERESINA, 7 de maio de 2018
LUCIANA PÁDUA MARTINS FORTES DO RÊGO
Analista Judicial - 1880

14.285. DESPACHO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº: 0016834-25.2010.8.18.0140
CLASSE: Procedimento Comum
Requerente: IRAN MENDES DO NASCIMENTO, VALDILIO SOUSA FALCÃO, FRANCISCO DUARTE PINHEIRO, FRANCISCO GONÇALVES DE MACEDO, LUIS MARIO DE MACEDO, FRANCISCO FERREIRA MENDES, JOSE DA CRUZ ROCHA, MURILO CESAR MOURA PIRES DE MELO, BENEDITO NOGUEIRA BASTOS, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA
Advogados: DANIEL MAGNO GARCIA VALE, ROBERTO RODRIGUES VALE e OUTROS.
Requerido: ESTADO DO PIAUI
DESPACHO
Despacho de fls.419- "(...) intimem-se os autores para se manifestarem sobre os referidos documentos".
TERESINA, 7 de maio de 2018
JOAO GABRIEL FURTADO BAPTISTA
Juiz(a) de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA

14.286. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIáRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0020294-44.2015.8.18.0140
CLASSE: Mandado de Segurança
Autor: WALDEMAR RIBEIRO DE CARVALHO NETO
Advogado: Gisela Carvalho Freitas e Menezes
Réu: DIRETORA DO COLEGIO LEROTE, GERVE - GERENCIA DE REGISTRO DE VIDA ESCOLAR, .ESTADO DO PIAUÍ
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do TJ-PI.
TERESINA, 7 de maio de 2018
LUCIANA PÁDUA MARTINS FORTES DO RÊGO
Analista Judicial - 1880

14.287. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIáRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0012176-16.2014.8.18.0140
CLASSE: Mandado de Segurança
Autor: MATHEUS NUNES LIMA
Advogado: Uanderson Ferreira da Silva e outro
Réu: DIRETOR GERAL DO GRUPO EDUCACIONAL CEV
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do TJ-PI.
TERESINA, 7 de maio de 2018
LUCIANA PÁDUA MARTINS FORTES DO RÊGO
Analista Judicial - 1880

14.288. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIáRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0029931-82.2016.8.18.0140
CLASSE: Procedimento Comum
Autor: FILINTRO LURA DE SA NETO, JOSE ALBERTO TORRES DA SILVA, CARLOS PEREIRA FARIAS, OSMIR RODRIGUES BARBOSA, TANIEL COSTA
Advogado: Rafael Daniel Silva Andrade e outros
Réu: . ESTADO DO PIAUÍ
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do TJ-PI.
TERESINA, 7 de maio de 2018
LUCIANA PÁDUA MARTINS FORTES DO RÊGO
Analista Judicial - 1880

14.289. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809173-78.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCO RODRIGUES SOARES
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.290. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809194-54.2018.8.18.0140
CLASSE: AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DAS DORES RIBEIRO DO REGO
ADVOGADO(s): DARACELY FARIAS DE OLIVEIRA,RENATO FRANK DE CASTRO MODESTINO
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUÍ
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.291. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809114-90.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANAIRAM PIRES LEITE; **AUTOR**: SANDRA MARIA DOS SANTOS BARROS; **AUTOR**: LUISA CARLA MARTINS DE CARVALHO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: UESPI - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.292. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809099-24.2018.8.18.0140
CLASSE: DESAPROPRIAÇÃO
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: RÉU: RESIDENCIAL IMOBILIARIA LTDA - ME
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.293. JULGAMENTO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809085-40.2018.8.18.0140
CLASSE: AÇÃO POPULAR
POLO ATIVO: AUTOR: LUIS GONZAGA PEREIRA OLIVEIRA; **AUTOR**: FELIZOLINDO PERFEITO NETO
ADVOGADO(s): AMARO FELIPE NECO DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE PEDRO II
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

14.294. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809069-86.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: JOSE RAIMUNDO DE FREITAS - EPP
ADVOGADO(s): FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS
POLO PASSIVO: IMPETRADO: HUGO PORTELA COSTA SANTOS
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.295. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809059-42.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RAIMUNDA DE FATIMA ARAGAO RIBEIRO; **AUTOR**: MARLENE MACEDO CARVALHO
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.296. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809047-28.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DA CONCEICAO SILVA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.297. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809042-06.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE FATIMA SILVA TORRES
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.298. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809041-21.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: TERESINHA VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.299. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809038-66.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RITA DO SOCORRO LUZ DA SILVA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.300. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809037-81.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DAS GRACAS SANTOS
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.301. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808925-15.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA SALOME MENDES DE ANDRADE

ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.302. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808906-09.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: HELIDA MARIA CHAGAS ROSAL; **AUTOR**: LILIA MARIA SANTA LEAL
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.303. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808914-83.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA BATISTA DE MIRANDA SANTOS; **AUTOR**: MARIA DE FATIMA DELMIRO DA SILVA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.304. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808924-30.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DA CRUZ FONSECA BARBOSA
ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

14.305. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808643-74.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: CLEANE MARIA ALENCAR PORTELA
ADVOGADO(s): JOSE RIBAMAR NEIVA FERREIRA NETO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA; **IMPETRADO**: COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.306. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808514-69.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RICARDO ELLERY DE ALMEIDA PAULA
ADVOGADO(s): MANOEL EMIDIO DE OLIVEIRA NETO
POLO PASSIVO: RÉU: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO; **RÉU**: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA DETRAN,PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.307. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808467-95.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: INTERESSADO: FELIPE VEIGA DE CARVALHO
ADVOGADO(s): CLAUDIO MOREIRA DO REGO FILHO
POLO PASSIVO: INTERESSADO: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE; **INTERESSADO**: RAIMUNDO NONATO MOURA RODRIGUES; **INTERESSADO**: SÍLVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO(s): PROCURADORIA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - TERESINA
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.308. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807595-80.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: MARCIO TAVARES DA SILVA
ADVOGADO(s): VICTOR BITTENCOURT DA SILVA FILHO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: COMANDANTE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE TERESINA; **IMPETRADO**: PREFEITURA MUNICIPAL DE

TERESINA; **IMPETRADO**: MUNICÍPIO DE TERESINA-PI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.309. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807581-96.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: MARCUS VINICIUS FONTINELE DA COSTA
ADVOGADO(s): VICTOR BITTENCOURT DA SILVA FILHO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: COMANDANTE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE TERESINA; **IMPETRADO**: MUNICÍPIO DE TERESINA-PI; **IMPETRADO**: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.310. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808641-07.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: HERBERTH DENNY DE SIQUEIRA BARROS
ADVOGADO(s): PAULO GERMANO MARTINS ARAGAO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: PRESIDENTE DO NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS-NUCEPE; **IMPETRADO**: PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTE EFETIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI) - PORTARIA 0793/2017
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.311. DECISÃO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809257-79.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: IRACEMA GOMES DOMINGOS; **AUTOR**: ANTONIA GOMES DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
83 - DECISÃO --> CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO:
DETERMINADO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

14.312. CERTIDÃO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 3ª Vara Cível DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0027391-37.2011.8.18.0140
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO CITIBANK S.A
Executado(a): FLORENCIA ALVES DE MENESES
certidão DE TRÂNSITO EM JULGADO
Certifico que a sentença proferida nos autostransitou em julgado em18/02/2018. Dado e passado nesta TERESINA, em 7 de maio de 2018. Dou fé.Ficando intimada a parte autora por seu advogado que seu nome será encaminhado ao FERMOJUPI para escrição na dívida ativa do Estado pela ausência de pagamento da taxa de preparo e baixa
JORGE LUIZ DE MELO
Analista Administrativo - Mat. nº 1016431

14.313. CERTIDÃO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 3ª Vara Cível DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0024756-44.2015.8.18.0140
CLASSE: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Requerido: ROSE TALITA BARBOSA DE SOUSA
certidão DE TRÂNSITO EM JULGADO
Certifico que a sentença proferida nos autostransitou em julgado em18/02/2018. Dado e passado nesta TERESINA, em 7 de maio de 2018. Dou fé. Ficando intimada a parte autora por seu advogado que seu nome será encaminhado ao FERMOJUPI para escrição na dívida ativa do Estado pela ausência de pagamento da taxa de preparo e baixa
JORGE LUIZ DE MELO
Analista Administrativo - Mat. nº 1016431

14.314. CERTIDÃO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Ficando intimada a parte autora por seu advogado que seu nome será encaminhado ao FERMOJUPI para escrição na dívida ativa do Estado pela ausência de pagamento da taxa de preparo e baixa
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 3ª Vara Cível DA COMARCA DE TERESINA
PROCESSO Nº 0005617-14.2012.8.18.0140
CLASSE: Procedimento Comum
Requerente: KARLA VALQUIRIA GODINHO CARDOSO
Requerido: BANCO ITAUCARD S/A
certidão DE TRÂNSITO EM JULGADO
Certifico que a sentença proferida nos autostransitou em julgado em18/02/2018. Dado e passado nesta TERESINA, em 7 de maio de 2018. Dou

fé. Ficando intimada a parte autora por seu advogado que seu nome será encaminhado ao FERMOJUPI para escrição na dívida ativa do Estado pela ausência de pagamento da taxa de preparo e baixa
JORGE LUIZ DE MELO
Analista Administrativo - Mat. nº 1016431

14.315. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0009903-59.2017.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: ALAN GOMES DA SILVA ARAUJO, VIRGILIO VALERIANO SOARES, PAULO VICTOR PEREIRA MARÇAL DA SILVEIRA
Advogado(s): LUIS PEREIRA DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 12475), ANGELICA COELHO LACERDA(OAB/PIAUÍ Nº 13504), STANLEY DE SOUSA PATRÍCIO FRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 3899)
DECISÃO: (...) Assim, INDEFIRO o pedido de relaxamento da prisão, por verificar que persistem motivos suficientes para manter a prisão preventiva de ALAN GOMES DA SILVA ARAÚJO e de VIRGÍLIO VALERIANO SOARES, conforme decisão proferida no dia 27/03/2018 (autos em apenso pedido de relaxamento de prisão), a qual se estende aos dois acusados que se encontram presos.

14.316. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0009903-59.2017.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: ALAN GOMES DA SILVA ARAUJO, VIRGILIO VALERIANO SOARES, PAULO VICTOR PEREIRA MARÇAL DA SILVEIRA
Advogado(s): LUIS PEREIRA DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 12475), ANGELICA COELHO LACERDA(OAB/PIAUÍ Nº 13504), STANLEY DE SOUSA PATRÍCIO FRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 3899)
DECISÃO: Intime-se o advogado constituído por PAULO VICTOR PEREIRA MARÇAL DA SILVEIRA para que informa, no prazo de cinco dias, o logradouro atualizado deste último.

14.317. EDITAL - 3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

3ª Publicação
Processo nº: 0026593-37.2015.8.18.0140
Classe: Interdição
Interditante: NILZE COELHO CARNEIRO
Advogado(s): SARA MARIA ARAUJO MELO(OAB/PIAUÍ Nº)
Interditando: MARIA DAS GRAÇAS COELHO CARNEIRO
Advogado(s):
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O (A) Dr (a). OLIMPIO JOSE PASSOS GALVAO , Juiz de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **MARIA DAS GRAÇAS COELHO CARNEIRO, Brasileiro(a), solteira, aposentada, Rg nº 340.675 SSP/RJ, CPF nº 126.377.503-91, filho(a) de MINERVINA COELHO CARNEIRO e SEBASTIAO CARNEIRO, residente e domiciliado(a) na QUADRA 131, CASA 17, PARQUE PIAUI, TERESINA - Piauí,**nos autos do Processo nº 0026593-37.2015.8.18.0140 em trâmite pela 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por sentença, declarando a parte interditada incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curador **NILZE COELHO CARNEIRO, Brasileiro(a), solteira, aposentada, Rg nº 04.801.131-6 SSP/PI, CPF nº 060.011.303-53, filho(a) de MINERVINA COELHO CARNEIRO e SEBASTIAO CARNEIRO, residente e domiciliado(a) na QUADRA 131 CASA 17, PARQUE PIAUI, TERESINA - Piauí**, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ HUGO FERREIRA ABREU, Analista Judicial, digitei e subscrevo.
TERESINA, 17 de abril de 2018.
OLIMPIO JOSE PASSOS GALVAO
Juiz de Direito da Comarca da 3ª Vara de Família e Sucessões da TERESINA.

14.318. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0017011-47.2014.8.18.0140
Classe: Divórcio Litigioso
Autor: B. R. S. L. B.
Advogado(s): ITALO ANTONIO COELHO MELO(OAB/PIAUÍ Nº 9421)
Réu: A. C. O. B.
Advogado(s): MARIA DOS REMÉDIOS SOUSA L. BEDRAN(OAB/PIAUÍ Nº 1967)
Ato Ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Faço vista dos autos à parte autora, através de seu procurador, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o documento juntado à(s) fl(s). 61 .
TERESINA, 7 de maio de 2018
Taynara das Neves Barbosa
Estagiário(a) - 28287

14.319. DESPACHO - 3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0015349-14.2015.8.18.0140
Classe: Arrolamento Sumário
Arrolante: DULCE MARIA DE ARAÚJO COSTA
Advogado(s): FABRÍCIO DE FARIAS CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 6341)

Arrolado: SINVAL DE CASTRO BARBOSA
DESPACHO: Intime-se a inventariante, por meio do seu patrono, para, no prazo de 30(trinta) dias, recolher o ITCMD.

14.320. JULGAMENTO - 3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801486-21.2016.8.18.0140
CLASSE: ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA ZELINA DE SOUSA SANTOS MOREIRA; **REQUERENTE**: JOSE SANTANA MOREIRA RAMOS JUNIOR; **REQUERENTE**: LEILA SAMARA SANTOS MOREIRA; **REQUERENTE**: SHEYLA REJANE SANTOS MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO(s): THIAGO MARCUS ALVES DA SILVA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JOSE SANTANA MOREIRA RAMOS
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.321. DESPACHO - 3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807798-42.2018.8.18.0140
CLASSE: ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA DO LIVRAMENTO SILVA
ADVOGADO(s): JOSE ALBERTO NUNES OLIVEIRA JUNIOR,MARCUS VINICIUS MEDEIROS OLIVEIRA
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.322. DECISÃO - 3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808804-84.2018.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: SALVADOR AIRES LIMA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: NADIA LIZIANE MARIA DE SOUSA SANTOS
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.323. SENTENÇA - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0002756-31.2007.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: A FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE TERESINA
Advogado(s): MARIA IRENICE CORDEIRO MAMEDE (OAB/PIAUÍ Nº 1878)
Executado(a): MARIA IRMANI CAMPOS VELOSO
Advogado(s):
Isto posto, satisfeita que foi a obrigação e acolhendo o pedido formulado pela Exequente, com fundamento nos artigos 924, inciso II e 925, ambos do Novo Código de Processo Civil, declaro, por sentença, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos, extinta a presente execução.
Sem ônus para as partes, visto que não houve atuação processual do executado e diante da interpretação dos artigos 26 e 39 da LEF.
Após o cumprimento das formalidades de lei, arquivem-se os presentes autos.
P.R.I.

14.324. SENTENÇA - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0010913-56.2008.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: A FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE TERESINA
Advogado(s): CARLOS OLIVIO TEIXEIRA MENEZES(OAB/PIAUÍ Nº 239-B)
Executado(a): MARIA DE LOURDES ALVES LIMA
Advogado(s):
Isto posto, satisfeita que foi a obrigação e acolhendo o pedido formulado pela Exequente (fls. 11/v), com fundamento nos artigos 924, inciso II e 925, ambos do Novo Código de Processo Civil, declaro, por sentença, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos, extinta a presente execução.
Condeno a parte executada ao pagamento das custas processuais. Os honorários advocatícios já foram pagos (fls. 11/v).
Após o cumprimento das formalidades de lei, arquivem-se os presentes autos.
P.R.I.

14.325. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0030463-03.2009.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Declarante: AUDITORES INDEPENDENTE S/C - AUDIPER
Advogado(s): MELQUIADES DOUGLAS DOS SANTOS PAULINO(OAB/PIAUÍ Nº 7776), GEORGE DOS SANTOS RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5692)
Declarado: MUNICIPIO DE TERESINA
Advogado(s): CLÁUDIA ROBERTA DA SILVEIRA CLERTON(OAB/PIAUÍ Nº 3142)
Vistos, etc.
À autora para se manifestar sobre os embargos, querendo, no prazo de 05
(cinco) dias, na forma do artigo 1.023, § 2º, do NCPC.
Intimações necessárias.

14.326. SENTENÇA - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0020306-29.2013.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE TERESINA - PIAUI
Advogado(s): FERNANDO SOARES FERREIRA DE MACEDO(OAB/PIAUÍ Nº 8321)
Executado(a): ALDEBARAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado(s): LEONARDO CERQUEIRA E CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 3844), DAUREA LORENA TERCEIRO SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 7747), FRANCELINO FRANCO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 8764), VICENTE CASTOR DE ARAÚJO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 4487-B), JARBAS GOMES MACHADO AVELINO(OAB/PIAUÍ Nº 4249)
Isto posto, julgo extinta a presente execução, o que faço com fundamento no artigo 26 da LEF c/c o artigo 925 do CPC/2015.
Sem custas processuais, porquanto a Fazenda é isenta do recolhimento nas ações de execução fiscal (art. 39, LEF), ficando, porém, condenada ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da execução.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, em face do disposto no art. 496, § 3º, II, do NCPC.
P.R.I.

14.327. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809125-22.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EMPRESA DE GESTAO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI S/A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.328. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807304-80.2018.8.18.0140
CLASSE: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EMBARGANTE: FRANCISCO SOARES PITOMBEIRA
ADVOGADO(s): ARTHUR ALVES DIAS
POLO PASSIVO: EMBARGADO: FRANCISCO SOARES PITOMBEIRA; **EMBARGADO**: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.329. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802860-38.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JR SILVA EXPLORACAO DE REPRESENTACAO COMERCIAL DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E FERRAGENS LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.330. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802869-97.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: URBANA - EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.331. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801982-16.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: FREIRE & COMP LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.332. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801958-85.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: AUTO ELETRICA SAO FRANCISCO LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.333. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801965-77.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: CONTECON - CONTABILIDADE E CONSULTORIA S/C - EPP

11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.334. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801956-18.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ASTRAL REPRESENTACOES LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.335. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801988-23.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JALBER FRANCISCO DE BARROS OLIVEIRA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.336. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802213-43.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: CONSTRUTORA AZEVEDO LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.337. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802208-21.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: CENTRO DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE TERESINA-CET-FRANCISCO ALVES DE ARAUJO LTDA - EPP
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.338. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802518-27.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ISOLDA MARIA DOS SANTOS SOUSA CONFECCOES - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.339. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801834-05.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: PIAUI FEST EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - EPP
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.340. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0800505-55.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JOTAL LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.341. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0800480-42.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: FREEDOM INFORMATICA E SERVICOS EIRELI - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.342. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801200-09.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EMPRESA PIAUIENSE DE AUTOMACAO LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.343. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801115-23.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TERESINA
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: TIME COMUNICACAO E MARKETING LTDA - EPP
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.344. EDITAL - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0010561-83.2017.8.18.0140
Classe: Cumprimento Provisório de Sentença
Exequente: DELSONITA CARNEIRO CUNHA
Advogado(s): FÁBIO RENATO BOMFIM VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 3129)
Executado(a): GUILHERME JOSE LIMA AGUIAR
Advogado(s): RAFAEL TRAJANO DE ALBUQUERQUE RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 4955)
DECISÃO: Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA, movido por DELSONITA CARNEIRO CUNHA em desfavor de GUILHERME JOSE LIMA AGUIAR, em razão da sentença prolatada nos autos de nº 0013850-92.2015.8.18.0140, a qual ainda não transitou em julgado. Compulsando nos autos, verifico que a parte executada depositou, para fins de garantia do Juízo, o imóvel descrito na certidão de fls. 102, sobretudo para que sejam sustados os efeitos do art. 520, §2º, do NCPC, na forma pleiteada pela exequente. Neste ponto, verifico que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que, em caso de cumprimento provisório de sentença, não caberá a aplicação da multa acima referida, como evidenciado através dos julgados a seguir: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/73. INAPLICABILIDADE. REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO COM BASE NO ART. 745-A DO CPC/73. CONVERSÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM DEFINITIVO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Por força do art. 475-R do Código de Processo Civil, pode ser requerido o parcelamento da dívida previsto no art. 745-A do mesmo diploma na fase de cumprimento definitivo de sentença. 2. Em se tratando de execução provisória ou cumprimento provisório de sentença, não se aplica a multa prevista no art. 475-J do CPC/73. 3. É cabível o parcelamento da dívida com base no art. 745-A do CPC/73, desde que convertido o cumprimento provisório de sentença em definitivo, observados os requisitos previstos no dispositivo para deferimento do pleito, quais sejam, reconhecimento do crédito pelo devedor, comprovação do depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado. Fica o devedor, ainda, sujeito às penalidades previstas no § 2º do art. 745-A do CPC/73 em caso de não pagamento de qualquer das prestações Documento: 68129246 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 01/08/2017 Página 1 de 3 Superior Tribunal de Justiça do parcelamento, inclusive multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgRg no AgRg no REsp 1055027/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 14/09/2016) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO PARCIAL. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO JULGADO. MULTA. ART. 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INAPLICABILIDADE. I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973. II - A tese relativa ao trânsito em julgado parcial, quando pendente de julgamento apenas recurso da própria parte, não encontra respaldo na jurisprudência desta Corte, porquanto a ação é una e indivisível, não sendo possível o fracionamento da sentença ou do acórdão. Nessas circunstâncias, caracterizada a execução provisória do julgado (art. 475-I, § 1º, doCódigo de Processo Civil), o que afasta a multa prevista no art. 475-J do mesmo diploma legal. III - Os Agravantes não apresentam, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada. IV - Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1258054/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 30/06/2016) AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. EXECUÇÃO PRINCIPAL EM QUE FORAM OPOSTOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. CARÁTER PROVISÓRIO DA EXECUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/73. AFASTAMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte de Justiça, os honorários fixados na execução embargada têm caráter provisório, porquanto somente se conhecerá a sucumbência final no julgamento dos embargos do devedor e, mais precisamente, com seu trânsito em julgado. 2. A Corte Especial deste Tribunal Superior consolidou o entendimento de que, tendo em vista o caráter coercitivo e punitivo da multa do art. 475-J do CPC/73, esta não pode ser aplicada no âmbito da execução provisória. 3. No caso concreto, na data em que proferida a decisão em que houve a determinação de pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da referida multa, ainda se estava diante de execução provisória da verba honorária, porquanto pendente o trânsito em julgado dos embargos do devedor apresentados na execução principal, além de pender diversos recursos em que se discute a possibilidade de redução de tais honorários, alguns, inclusive, aguardando julgamento nesta Corte de Justiça. Documento: 68129246 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 01/08/2017 Página 2 de 3 Superior Tribunal de Justiça 4. De mais a mais, na data da decisão supra, o valor dos honorários advocatícios sucumbenciais não poderiam ser considerados líquidos, para fins de incidência do aludido art. 475-J, pois não havia sequer quantia certa ou já liquidada para fins de exigência do cumprimento imediato da condenação. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no REsp 1432325/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENDÊNCIA DE RECURSO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E MULTA. IMPOSSIBILIDADE. 1. O aresto de origem concluiu ser a execução provisória, pois ainda há recurso a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. Não tendo havido impugnação a esse fundamento, incide, por analogia, a Súmula nº 283/STF. 2. A jurisprudência do STJ está sedimentada no sentido de não ser cabível, na execução provisória, o arbitramento de honorários advocatícios em favor do exequente e a incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 709.773/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 24/09/2015) Destaco ainda trecho da decisão nos

autos do Agravo de Intrumento no RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.775 - RS (2012/0160885-8), publicada em 01/08/2017, da lavra do Ministro Luís Felipe Salomão, em que este afirma que " em se tratando de execução provisória, tendo em vista a indefinição do crédito, razão pela qual só pode ser cobrada se não efetuado o pagamento do valor definitivamente devido". Como se vê, já se encontra sedimentado o entendimento de que não é possível a aplicação de multa e honorários advocatícios em sede de cumprimento provisório de sentença, até porque ainda não existe um valor definitivo. Isto posto, DEFIRO o pedido da exequente, para afastar o depósito do bem imóvel dado em garantia, ao tempo em que INDEFIRO a aplicação da multa prevista no art. 523, §2º, do NCPC. Ademais, CERTIFIQUE-SE quanto à existência dos julgados de fls. 134/151, e após, REMETAM-SE os autos à Contadoria Judicial, para a devida apuração dos valores a serem executados, tendo em vista as sucessivas modificações promovidas pelas vias recursais. Expedientes necessários. CUMPRA-SE.

14.345. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0021621-87.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS
Advogado(s): FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS(OAB/PIAUÍ Nº 3618)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Especifiquem as partes as provas que pretendam produzir, justificando cada modalidade, no prazo de 5 (cinco) dias.

14.346. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018203-78.2015.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO(OAB/SÃO PAULO Nº 31618)
Requerido: LUIZ FELIX DA SILVA
Advogado(s):
Recolha a parte sucumbente as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

14.347. EDITAL - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0022216-38.2006.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: CARMÉLIA DE MELO OLIVEIRA
Advogado(s): MÁRIO ANDRETTY COELHO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 3239)
Réu: CAIXA SEGUROS, FENAE - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 2688), CAROLINA LOUZADA PETRARCA(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 16535)
DECISÃO FLS 913: Sendo assim, CHAMO O FEITO À ORDEM, e por conseguinte, determino a REMESSA dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça a fim de que seja dado prosseguimento ao Recurso de fls. 583/602, interposto pela FENAE, observadas as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se. Teresina-PI, 13 de Abril de 2018. TEOFILO RODRIGUES FERREIRA Juiz de Direito da 3ª Vara Cível RESPONDENDO pela 4ª Vara Cível

14.348. EDITAL - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0013860-15.2010.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA
Advogado(s): MARCOS LUIZ DE SÁ REGO(OAB/PIAUÍ Nº 3083)
Requerido: BANCO J SAFRA S/A
Advogado(s): BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI(OAB/PERNAMBUCO Nº 21678)
ATO ORDINATÓRIO fls: (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Faço vista dos autos ao Procurador da parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.349. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009421-53.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ALISSON MOURA FE E SILVA, GERALDO ALVES DA SILVA
Advogado(s): DÉBORA AFONSO DE ALBUQUERQUE COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 6681), ALEXANDRO AUGUSTO CARVALHO GUIMARAES(OAB/PIAUÍ Nº 8741)
Réu: RAIMUNDA NONATA LEITE DUARTE, ALDISO LEITE DUARTE
Advogado(s): MARIA GISELLE SANTOS PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4821)
Ato Ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Manifeste-se, em 5 (cinco) dias, a parte Autora, por seu procurador, sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 180.
TERESINA, 7 de maio de 2018
IRICELES GOMES SOARES
Auxiliar Judicial - 34150994315

14.350. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012435-11.2014.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s): LAURISSE M. RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 345401)
Requerido: LUCAS LEONARDO DO NASCIMENTO
Advogado(s):

Ato Ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Manifeste-se, em 5 (cinco) dias, a parte Autora, por seu procurador, sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 92.
TERESINA, 7 de maio de 2018
IRICELES GOMES SOARES
Auxiliar Judicial - 34150994315

14.351. EDITAL - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0019744-20.2013.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO VOLKSWAGEN S/A
Advogado(s): AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8449)
Requerido: CARLOS HENRIQUE MESQUITA MOURA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO fls. 84: (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Manifeste-se, em 5 (cinco) dias, a parte Autora, por seu procurador, sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 82. TERESINA, 7 de maio de 2018

14.352. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023837-55.2015.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507)
Réu: ROSANGELA NOGUEIRA LIMA VERAS
Advogado(s):
Faço vista dos autos a(o) parte Procurador da parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

14.353. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0026974-16.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: PAULO AFONSO DA COSTA
Advogado(s): EZEQUIAS DE ASSIS ROSADO (OAB/PIAUÍ Nº 2893)
Réu: BV FINANCEIRA S. A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Faço vista dos autos a(o) parte Procurador da parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação.

14.354. DESPACHO - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0010050-66.2009.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: EGBERTO ALVES DE SOUSA
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 15 (quinze) dias
O Dr. JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO , Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 4ª Vara Criminal, a AÇÃO PENAL acima referenciada, ficando por este edital o acusado EGBERTO ALVES DE SOUSA, filho de Raimundo José de Sousa e Francisca Alves de Sousa, nascido em 06/02/1987, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 04 de maio de 2018 (04/05/2018). Eu, _____, Sharon Machado Dias, Assessora Jurídica, digitei, subscrevi e assino.
JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO
Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.355. SENTENÇA - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0003696-64.2005.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL-CENTRAL DE FLAGRANTES., A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: PAULO SERGIO GONÇALVES NASCIMENTO
Advogado(s):
"Vistos etc. (...) Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, em face de PAULO SERGIO GONÇALVES DO NASCIMENTO pela prescrição da pretensão punitiva na forma do 107, IV do Código Penal (...) " PRI. TERESINA, 04 DE MAIO DE 2018. JÚNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO. JUÍZA DA QUARTA VARA CRIMINAL DE TERESINA.

14.356. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0013325-13.2015.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: DELEGACIA DE POLICIA INTERESTADUAL - POLINTER -PI, .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Réu: LAZARO FERREIRA DOS SANTOS, ANTONIO WALYS SANTOS DE CARVALHO, JOSÉ ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA, MAYSA DOS SANTOS
Advogado(s): SAMUEL CASTELO BRANCO SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 6334), FERNANDO JOSE DE ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 7401), LEO JOSE MENEZES NEIVA EULALIO MODESTO AMORIM(OAB/PIAUÍ Nº 12116), GUSTAVO LUIZ LOIOLA MENDES(OAB/PIAUÍ Nº 6495), JOAO NETO PINHEIRO NAPOLEAO BRAZ(OAB/PIAUÍ Nº 7763)
INTIMO os Advogados acima mencionados para ficarem ciente da sentença, exarada por este juízo nos autos acima epigrafados, às fls. 655/662-v.

14.357. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0006925-46.2016.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DO 8º DISTRITO POLICIAL DE TERESINA - PIAUÍ, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Réu: ALISSON DA SILVA SOARES
Advogado(s): ANGELICA COELHO LACERDA(OAB/PIAUÍ Nº 13504), FRANCISCO MOURA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 2337)
INTIMO os Advogados acima mencionados para ficarem ciente da sentença absolutória, exarada por este juízo nos autos acima epigrafados, às fls. 151/152-v.

14.358. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0001935-56.2009.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: ANTONIO TERTO JUNIOR
Advogado(s): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 1543)
INTIMO o Advogado acima mencionado para ficar ciente da sentença de extinção da punibilidade, exarada por este juízo nos autos acima epigrafados, às fls. 153.

14.359. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0019143-43.2015.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DO 11º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Réu: ESTIVENE RIBEIRO DA ROCHA SILVA
Advogado(s): ADICKSON VERNEK RODRIGUES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 11516), JAYLLES JOSE RIBEIRO FENELON(OAB/PIAUÍ Nº 11157)
ATO ORDINATÓRIO: Pelo presente fica(m) intimado(s) o(s) advogado(s) constituído(s) para audiência de Instrução e Julgamento dia 12/06/2018, às 10:00 horas, na sala das audiências da 4ª Vara Criminal, Rua Governador Tibério Nunes, s/nº bairro Cabral ? Teresina-Pi

14.360. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0013360-51.2007.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO BRAGA BARBOSA
Advogado(s): TÂNIA GONÇALVES DE MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 3084)
ATO ORDINATÓRIO: Pelo presente fica(m) intimado(s) o(s) advogado(s) constituído(s) para audiência de Instrução e Julgamento dia 13/06/2018, às 08:00 horas, na sala das audiências da 4ª Vara Criminal, Rua Governador Tibério Nunes, s/nº bairro Cabral ? Teresina-Pi

14.361. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0000536-26.2008.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGADO DA POLINTER
Advogado(s):
Indiciado: ROMERITO NUNES PEIXOTO
Advogado(s): PEDRO SOARES BENEVIDES(OAB/PIAUÍ Nº 675)
ATO ORDINATÓRIO: Pelo presente fica(m) intimado(s) o(s) advogado(s) constituído(s) para audiência de Instrução e Julgamento dia 13/06/2018, às 09:00 horas, na sala das audiências da 4ª Vara Criminal, Rua Governador Tibério Nunes, s/nº bairro Cabral ? Teresina-Pi

14.362. EDITAL - 4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

3ª Publicação
Processo nº: 0027191-59.2013.8.18.0140
Classe: Interdição
Interditante: JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO
Advogado(s): DILENE BRANDAO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1551)
Interditando: SANDRA MARIA SILVA EVANGELISTA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O (A) Dr (a). ANTONIO DE PAIVA SALES, Juiz de Direito da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **SANDRA MARIA SILVA EVANGELISTA, brasileira, divorciada, filho(a) de RAIMUNDA DOS SANTOS SILVA e JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO, residente e**

domiciliada na Rua Lourival Parente, nº 2401, Bairro: Santa Maria da Codipi, TERESINA - Piauí nos autos do Processo nº 0027191-59.2013.8.18.0140 em trâmite pela 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por sentença, declarando a parte interditada absolutamente incapaz, uma vez que é portadora de transtorno esquizoafetivo (CID.10 F25), de execer pessoalmente os atos da vida civil, tendo sido nomeado curador **JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO**, brasileiro, filho(a) de JOSÉ PEREIRA DA SILVA e MARIA DE FRANCA SILVA, residente e domiciliado na RUA LOURIVAL MESQUITA Nº 2401, SANTA MARIA DA CODIPI, TERESINA - Piauí, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ DANIEL GOMES PEREIRA, Estagiário(a), digitei e subscrevo.
TERESINA, 17 de abril de 2018.
ANTONIO DE PAIVA SALES
Juiz de Direito da Comarca da 4ª Vara de Família e Sucessões da TERESINA.

14.363. EDITAL - 4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0022266-15.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: R. L. DA S.
Advogado(s): KILMORIM KLINGER PEREIRA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 12705), KALIANI ALVES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 9731), DANYLO RAFAEL BARBOSA ARRAIS(OAB/PIAUÍ Nº 10988), FRANCISCO BRUNNO SOARES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9962), MAURÍCIO CEDENIR DE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 5142), THIAGO DE MELO FREIRE DUARTE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 10485), MAICON CRISTIANO DE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 13135)
Réu: F.G.R.
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Diante da certidão que não consta número da conta bancária e banco em nome da autora, que deverá ser depositado os alimentos firmado em acordo e homologado pelo MMº Juiz. Intimo os advogados para providências no prazo legal.

14.364. EDITAL - 4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0011097-36.2013.8.18.0140
Classe: Divórcio Litigioso
Autor: M M DE L S
Advogado(s): VERONICA ACIOLY DE VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº), DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ/PI(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: A G DE S
Advogado(s): DANIEL NORONHA DE SENA(OAB/PIAUÍ Nº 8736), VERBENHA DE MARIA RUBIM BROXADO(OAB/PIAUÍ Nº 9769), MARIANA ROCHA CIPRIANO EVANGELISTA(OAB/PIAUÍ Nº 10083), FERNANDO JORGE MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 8825), ALONE BRUNO FERREIRA DE SOUSA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 9102), MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1507)
DESPACHO:
Intime-se as partes por seus representantes legais, para conhecimento de fls. 84/86, e dizer se ainda tem provas que pretendem produzir, no prazo de 15(quinze) dias. TERESINA, 26 de março de 2018 ANTONIO DE PAIVA SALES Juiz(a) de Direito da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA

14.365. DESPACHO - 4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801065-94.2017.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: T.M.H; **REQUERENTE**: R.B.L.M
ADVOGADO(s): CLEANTO JALES DE CARVALHO NETO,DANILO DE MARACABA MENEZES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: L.R.H
ADVOGADO(s): MARCO ANTONIO VASQUEZ RODRIGUEZ,MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.366. DESPACHO - 4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806088-21.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ALBERTINA APARECIDA CARNEIRO LOBO MIRANDA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: ANDRE LUIS RIBEIRO DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.367. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0019729-95.2006.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Executado(a): COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI S/A - CEPISA
Advogado(s): FELIPE DE FIGUERÊDO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 7015), DÉCIO FREIRE(OAB/PIAUÍ Nº 7369-A), JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108), MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 2209), ABINADABE PEREIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11188)
SENTENÇA...Assim sendo, tendo em vista a transação realizada entre as partes, e de acordo com a fundamentação supra, declaro extinto o presente feito, com base no art. 487, III, b, do Novo Código de Processo Civil. P. Intime-se.TERESINA, 19 de abril de 2018. DIOCLECIO SOUSA DA SILVA. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA

14.368. DESPACHO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0003392-02.2004.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI
Advogado(s): ANA CECILIA ELVAS BOHN ARAUJO (OAB/PIAUÍ Nº 268)
Executado(a): NORONHA CAMINHOES E TRATORES LTDA.
Advogado(s):
DESPACHO...Desta feita, com supedâneo nos fundamentos supracitados, oficie-se novamente ao 2º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Teresina-PI para que proceda ao cancelamento das cláusulas de intransferibilidade e indisponibilidade incidentes sobre o imóvel de registro AV.6.22.407 (fl. 39), sem nenhum ônus, conforme já determinado na decisão de fls. 100/102. Ato contínuo, cumpra-se, em sua integralidade, a parte final da referida decisão.TERESINA, 25 de abril de 2018. DIOCLECIO SOUSA DA SILVA. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA

14.369. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0025908-11.2007.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 2688)
Executado(a): R.B. DE MIRANDA
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos, etc.A exequente, à fl. 86, requereu a extinção do presente processo de execuçãofiscal, em face do adimplemento do débito realizado pela executada, referente a CDA n.º0301.0867/06.Assim, e de acordo com o art. 156, I, do CTN, c/c arts. 924, II, e 925, ambosdo Novo Código de Processo Civil, declaro extinta a presente Execução Fiscal e determinoque seja levantada qualquer restrição que porventura tenha recaído sobre o patrimônio daexecutada ou de seus sócios, em razão da presente execução.Sem honorários advocatícios, tendo em vista que a exequente informara queos mesmos já foram recolhidos.Determino que seja feito o recolhimento das custas processuais, haja vista nãohaver comprovação do recolhimento nos autos.Decorrido o prazo da publicação da sentença sem manifestação do executado,notifique-se a mesma para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, e, em caso de não localização,proceda a notificação via edital. Não sendo realizado o aludido pagamento, adote-se asprovidências previstas no Manual de Procedimentos MAP-VCIV-006 Impulsionar Processos.Após, arquivem-se os autos, dando-se as baixas necessárias.P. R. Intime-se.TERESINA, 03 de maio de 2018 Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA.Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA

14.370. EDITAL - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)
Processo nº 0014990-69.2012.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI
Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 2688)
Executado(a): EDUARDO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
Advogado(s): ANDRE NOGUEIRA BARBOSA DANTAS TEIXEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 10069), MIRLLA WLADIA MARTINS CAVALCANTE(OAB/PIAUÍ Nº 8324)
SENTENÇA: Assim sendo e de acordo com a fundamentação supra, declaro extinto o presente feito e determino o arquivamento dos autos, bem como que seja levantada qualquer restrição que por ventura tenha recaida sobre o patrimônio da executada ou de seus sócios, em razão da presente execução. Sem honorários advocatícios . deem-se as baixa necessárias. Sem custas. P. R. Intime-se. Teresina-PI, 05 de fevereiro de 2018. Dr. Dioclécio Sousa da Silva. Juiz de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

14.371. DESPACHO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0003931-16.2014.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Executado(a): DISBON COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
Advogado(s): GIL WANDISLLEY CIPRIANO MILHOMEM(OAB/MARANHÃO Nº 5807), FELIPE JOSE AGUIAR LIMA(OAB/MARANHÃO Nº 13240), ANTONIO EDIVALDO SANTOS AGUIAR(OAB/MARANHÃO Nº 5455), LUCIMEIRES CAVALCANTE BANDEIRA(OAB/MARANHÃO Nº 9313)
DESPACHO:Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 37, tendoem vista que compulsando os presentes, verifiquei que embora haja instrumentoprocuratório acostado aos autos à fl. 33, trata-se de xérox e que não consta nos autosdeclaração de autenticidade do referido documento por parte do advogado.Assim, intime-se a executada para, regularizar sua representação, no prazo de15(quinze) dias, sob pena de desentranhamento da petição e documentos às fls. 20/22 e32/35.Cumpra-se. Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA.Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA

14.372. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0010922-42.2013.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Executado(a): R J C ARAUJO JUNIOR
Advogado(s):
Recolha a Parte Executada as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.
CUSTAS DEVIDAS:
Preparo dos autos Processo com até 50 folhas - Valor: R$ 62,05.
Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14.
TOTAL: Valor: R$ 88,19

14.373. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0010787-93.2014.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Autor: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Réu: F S VASCONCELOS E CIA LTDA
Advogado(s): JOSE APARECIDO DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 274642)
SENTENÇA:Vistos, etc.A exequente, às fls. 557, 572 e 583, requereu a extinção do presente processode execução fiscal, em face do adimplemento do débito realizado pela executada, referenteas CDA's nº 1511418001030-0, 1511418001031-8, 1511418001032-6, 1511418001033-4,1511418001473-9, 1511418001474-7, 1511418001475-5, 1511518000009-4 e1511518000010-8.Assim, e de acordo com o art. 156, I, do CTN, c/c arts. 924, II, e 925, ambosdo Novo Código de Processo Civil, declaro extinta a presente Execução Fiscal e determinoque seja levantada qualquer restrição que porventura tenha recaído sobre o patrimônio daexecutada ou de seus sócios, em razão da presente execução.Sem honorários advocatícios, tendo em vista que a exequente informara queos mesmos já foram recolhidos.Determino que seja feito o recolhimento das custas processuais, haja vista nãohaver comprovação do recolhimento nos autos.Decorrido o prazo da publicação da sentença sem manifestação do executado,notifique-se a mesma para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, e, em caso de não localização,proceda a notificação via edital. Não sendo realizado o aludido pagamento, adote-se asprovidências previstas no Manual de Procedimentos MAP-VCIV-006 Impulsionar Processos.Após, arquivem-se os autos, dando-se as baixas necessárias.P. R. Intime-se. Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA.Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.374. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0024086-21.2006.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Executado(a): STAND MOVEIS COM. E REPRESENTAÇOES LTDA
Advogado(s): GEORGE DOS SANTOS RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5692)
SENTENÇA:A exequente, à fl. 252, requereu a extinção do presente processo de execuçãofiscal de nº 0016363-04.2013.8.18.0140 , em face do adimplemento do débito realizado pelaexecutada, referente a CDAs n.º 1511318000483-2.Assim, e de acordo com o art. 156, I, do CTN, c/c arts. 924, II, e 925, ambosdo Novo Código de Processo Civil, declaro extinta a presente Execução Fiscal e determinoque seja levantada qualquer restrição que porventura tenha recaído sobre o patrimônio daexecutada ou de seus sócios, em razão da presente execução.Sem honorários advocatícios, tendo em vista que a exequente informara queos mesmos já foram recolhidos.Determino que seja feito o recolhimento das custas processuais, haja vista nãohaver comprovação do recolhimento nos autos.Decorrido o prazo da publicação da sentença sem manifestação do executado,notifique-se a mesma para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, e, em caso de não localização,proceda a notificação via edital. Não sendo realizado o aludido pagamento, adote-se asprovidências previstas no Manual de Procedimentos MAP-VCIV-006 Impulsionar Processos.Após, arquivem-se os autos, dando-se as baixas necessárias.Antes, porém, proceda-se ao desapensamento dos autos de nº0016363-04.2013.8.18.0140, trasladando cópia da referida sentença, as quais se referem àextinção da CDA de nº 1511318000483-2, por liquidação.Ato Contínuo, intime-se a exequente para impugnar, querendo, as Exceçõesde Pré-executividade, apresentadas às fls. 358/372 e 374/439.P. R. Intime-se. Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA,Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.375. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0016363-04.2013.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Executado(a): STAND MOVEIS COM E REPRESENTAÇOES LTDA
Advogado(s): GEORGE DOS SANTOS RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5692)
SENTENÇA:A exequente, à fl. 252, requereu a extinção do presente processo de execuçãofiscal de nº 0016363-04.2013.8.18.0140 , em face do adimplemento do débito realizado pelaexecutada, referente a CDAs n.º 1511318000483-2.Assim, e de acordo com o art. 156, I, do CTN, c/c arts. 924, II, e 925, ambosdo Novo Código de Processo Civil, declaro extinta a presente Execução Fiscal e determinoque seja levantada qualquer restrição que porventura tenha recaído sobre o patrimônio daexecutada ou de seus sócios, em razão da presente execução.Sem honorários advocatícios, tendo em vista que a exequente informara queos mesmos já foram recolhidos.Determino que seja feito o recolhimento das custas processuais, haja vista nãohaver comprovação do recolhimento nos autos.Decorrido o prazo da publicação da sentença sem manifestação do executado,notifique-se a mesma para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, e, em caso de não localização,proceda a notificação via edital. Não sendo realizado o aludido pagamento, adote-se asprovidências previstas no Manual de Procedimentos MAP-VCIV-006 Impulsionar Processos.Após, arquivem-se os autos, dando-se as baixas necessárias. Antes, porém, proceda-se ao desapensamento dos autos de nº 0016363-04.2013.8.18.0140, trasladando cópia da referida sentença, as quais se referem àextinção da CDA de nº 1511318000483-2, por liquidação.Ato Contínuo, intime-se a exequente para impugnar, querendo, as Exceçõesde Pré-executividade, apresentadas às fls. 358/372 e 374/439.P. R. Intime-se. Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA.Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.376. DECISÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0003757-75.2012.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI
Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Executado(a): FRANCISCO BARBOSA RIBEIRO
Advogado(s):
DECISÃO:Defiro o pedido retro de fl. 28/29. Proceda-se a indisponibilidade dos ativosfinanceiros existentes em nome do executado e seu titular, no limite do valor indicado naexecução, nos termos do art. 854 do Novo Código de Processo Civil. Em caso positivo,intime-se o executado e seus sócios, na pessoa de seu advogado ou, pessoalmente, casonão o tenha.Ato contínuo, não havendo manifestação, converta-se a indisponibilidade empenhora, sem necessidade de lavratura de termo, determinando, por sistema eletrônico, àinstituição financeira depositária que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, transfira omontante indisponível para a conta vinculada a este Juízo.Realizada a penhora, intime-se o executado e seus sócios para, querendo,embargar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da referida intimação. Após o que, abra-sevista à exequente. Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA.Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.377. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0006026-68.2004.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI (FAZENDA PUBLICA ESTADUAL)
Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO (OAB/PIAUÍ Nº 2688)
Executado(a): ARACAGI COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
Advogado(s):
SENTENÇA:A exequente requereu, às fls. 92/93, a extinção parcial do presente processode execução fiscal, em face do adimplemento do débito realizado pela executada, referentea CDA nº 301.0277/02.Assim, de acordo com o art. 156, IV do CTN, c/c os arts. 924 e 925, do Códigode Processo Civil declaro extinta a Execução relativa à reportada Certidão.No tocante as CDA´s nº 0301.0764/02, 0301.0765/02, 0301.0766/02 e0301.1263/06, determino o prosseguimento do feito, proceda a indisponibilidade dos ativosfinanceiros existentes em nome da executada, no limite do valor indicado na execução, nostermos do art. 854 do Novo Código de Processo Civil. Em caso positivo, intime-se a executada, na pessoa de seu advogado ou, pessoalmente, caso não o tenha. Ato contínuo, não havendo manifestação, converta-se a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, determinando, por sistema eletrônico, à instituição financeira depositária que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para a conta vinculada a este Juízo.Realizada a penhora, intime-se a executada para, querendo, embargar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da referida intimação. Após o que, abra-se vista à exequente. P. R. Intime-se. Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.378. DESPACHO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0012038-11.1998.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI
Advogado(s): AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA SINIMBU (OAB/PIAUÍ Nº 1827)
Executado(a): JOSE NUNES VIANA
Advogado(s):
DESPACHO :Vistos, etc.A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL ESTADO DO PIAUÍ ingressou com apresente Execução Fiscal a fim de satisfazer crédito tributário referente à incidência deICMS.O processo tramitou regularmente até a juntada do Ofício nº506/2017-NUGEP, informando que a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça,através do Tema Repetitivo nº 981, determinou a suspensão do processamento de todosprocessos que versem sobre pedido de redirecionamento da Execução Fiscal, quandofundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária ou de presunção desua ocorrência (Súmula 435 STJ), em virtude do reconhecimento dos Recursos Especiaisnº: 1.645.333-SP, 1. 643.944-SP e 1.645.281-SP selecionados pelo Tribunal RegionalFederal da 3ª Região como representativos da controvérsia.O aludido Tema Repetitivo objetiva uniformizar o entendimento sobre areferida matéria.Desta feita, versando a presente Execução Fiscal sobre a mesma questãoobjeto dos RE nºs. 1.645.333-SP, 1.643.944-SP e 1.645.281-SP e, em cumprimento adecisão da Ministra Relatora Assusete Magalhães, determino a suspensão doprocessamento do feito, nos termos do art. 1.037, II do CPC/2015.Intime-se e Cumpra-se. Dr.DIOCLECIO SOUSA DA SILVA.Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.379. DESPACHO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0027860-15.2013.8.18.0140
Classe: Execução Fiscal
Exequente: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)
Executado(a): FRANCISCA SALES RIBEIRO DOS SANTOS MEE
Advogado(s):
DESPACHO: Considerado o trânsito em julgado da sentença de fl. 23, proceda-se as baixasnecessárias, adotando-se as providências relativa a cobrança de custas processuaisprevista no Manual de Procedimentos MAP-VCIC-006 Impulsionar Processos.Intime-se. Dr. DIOCLECIO SOUSA DA SILVA.Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.380. DECISÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807458-98.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO(s): RICARDO ALESSANDRO CASTAGNA
POLO PASSIVO: IMPETRADO: GERENTE DA GERÊNCIA DE CONTROLE DA ARRECADAÇÃO; **IMPETRADO**: GERENTE DA GERÊNCIA DE AUDITORIA FISCAL; **IMPETRADO**: DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
898 - DECISÃO --> SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO --> POR DECISÃO JUDICIAL:
PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR POR DECISÃO JUDICIAL

14.381. DECISÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807571-52.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO(s): EDUARDO MONTENEGRO DOTTA
POLO PASSIVO: RÉU: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUI; **RÉU**: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.382. DESPACHO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808168-21.2018.8.18.0140
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: RIOGRANDENSE INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME
ADVOGADO(s): JUCELIO SOARES DE FREITAS
POLO PASSIVO: IMPETRADO: SENHOR(A) SUPERINTENDENTE DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.383. DESPACHO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807155-84.2018.8.18.0140

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: LINARA ROQUE FERREIRA; **IMPETRANTE**: PAULA VITORIA ISI LIMA FARIAS
ADVOGADO(s): BRUNO DE ARAUJO LAGES
POLO PASSIVO: IMPETRADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO; **IMPETRADO**: DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ; **IMPETRADO**: DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ - ARÃO MARTINS DO RÊGO LOBÃO
ADVOGADO(s): PROCURADORIA DETRAN
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.384. DECISÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0801041-66.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: M G DO NASCIMENTO - ME
ADVOGADO(s): TIAGO MARQUES DO NASCIMENTO
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.385. SENTENÇA - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004476-28.2010.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: SEVERIANA PEREIRA MARQUES DOS SANTOS
Advogado(s): MARCELO MOITA PIEROT(OAB/PIAUÍ Nº)
Requerido: DIOGO VITOR TOBIAS E SILVA BEZERRA, IEDA MARIA E SILVA BEZERRA
Advogado(s): ADALBERTO LEITE ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 5817)
ANTE O EXPOSTO, e tudo o mais que dos autos consta, com arrimo nos art. 927 do CC, JULGO PROCEDENTE o pedido da Autora, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar solidariamente os requeridos DIOGO VITOR TOBIAS E SILVA BEZERRA e IEDA MARIA E SILVA BEZERRA. a pagar, a título de dano material, R$ 1.000,00 (um mil reais), valores dispendidos para custeio do velório e sepultamento de FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS e ainda ao pagamento de pensão de 01(um) salário-mínimo vigente à época de cada pagamento, pelo prazo de dezenove anos. Condeno-os ainda ao pagamento a título de dano moral, num montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) à autora, acrescidos de correção monetária e juros de mora na base de doze por cento ao ano, a contar do ato ilícito, a teor das Súmulas 43 e 54 do STJ. Faculto às partes vencida o pagamento integral do valor das prestações mensais. Condeno ainda a parte ré no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios da parte autora, na base de 10% sobre o valor da condenação em favor do Fundo de Aparelhamento e Modernização da Defensoria Pública. Caso uma das partes interponha recurso de apelação, intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões. Após, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça. Se opostos embargos de declaração, intime-se o embargado para, em 05 (cinco) dias, apresentar manifestação. Após, voltem-me conclusos os autos para decisão. Transitado em julgado e não tendo o autor pago as custas devidas, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para cálculo. Após, intime-se o autor para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição do montante devido na Dívida Ativa do Estado. Não havendo pagamento, providenciem-se os atos necessários para a referida inscrição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

14.386. EDITAL - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0011703-98.2012.8.18.0140
Classe: Cumprimento de sentença
Autor: FERNANDO MARCSON MELQUIADES
Advogado(s): DANILO DE MARACABA MENEZES(OAB/PIAUÍ Nº 7303-A), CLEANTO JALES DE CARVALHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 7075)
Réu: JOSÉ ELIARDO DE SOUSA CABRAL
Advogado(s): ANTONIO CARLOS DA COSTA E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 1977)
DESPACHO: Vistos, etc. Tendo sido bloqueado parcialmente os valores na conta da Executada, via sistema BacenJud, intime-se a Exequente para indicar expressamente bens passíveis de penhora. Ato contínuo, intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 854, § 3º,CPC/2015. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.387. EDITAL - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0029297-86.2016.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: CLAUDIA PARANAGUA DE CARVALHO DRUMOND
Advogado(s): CLÁUDIA PARANAGUÁ DE CARVALHO DRUMOND(OAB/PIAUÍ Nº 1821), LEONARDO DE LIMA RAMOS(OAB/PIAUÍ Nº 3019), VILMAR DE SOUSA BORGES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 122), LEANDRO CAVALCANTE DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 5973)
Executado(a): JOSE NUNES MENDES DE CARVALHO, SONIA MARIA TAJRA FRANCA MENDES DE CARVALHO
Advogado(s): VILMAR DE SOUSA BORGES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 122-B)
DESPACHO: Considerando que o processo em epígrafe encontra-se totalmente digitalizado na plataforma ThemisWeb, bem como, todo peticionamento a partir de 30 de abril do corrente ano, passou a ser de forma eletrônica, e a parte exequente não demonstrou qualquer fato novo que justificasse o pedido, e, portanto, não havendo nenhum prejuizo às partes, denego o pedido de vistas requerido no peticionamente eletrônico 0029297-86.2016.8.18.0140.5003. Neste diapasão, aguarde-se o prazo para cumprimento de acordo, estipulado na Cláusula sétima, qual seja, 25/05/2018. Intimem-se.

14.388. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0010090-14.2010.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: JOAO ULIVE E SILVA
Advogado(s): FABRICIO PAZ IBIAPINA(OAB/PIAUÍ Nº 2933)

Requerido: EMGERPI - EMPRESA DE GESTAO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): JACYLENNE COELHO BEZERRA FORTES(OAB/PIAUÍ Nº 5464), ADAUTO FORTES JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5756)
ATO ORDINATÓRIO: Intimem-se as partes, no prazo de 10(dez) dias, do retorno dos autos ao Juiz de Origem, e, requerer o que entender de direito.

14.389. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012838-43.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: UNIMED TERESINA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
Advogado(s): MILTON JOSE DE LARCERDA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 12504)
Réu: LEONAN DE LIMA E CARVALHO
Advogado(s): NOELIA CASTRO DE SAMPAIO(OAB/PIAUÍ Nº 6964)
Designo audiência de conciliação para o dia 07/08/2018, às 09:30 horas, na sala de audiências da 5ª Vara Cível, intimando-se as partes, através de seus patronos, para comparecimento. Cumpra-se.

14.390. SENTENÇA - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0016362-14.2016.8.18.0140
Classe: Alvará Judicial
Requerente: RAIMUNDO NONATO ALVES DA SAILVA FILHO
Advogado(s): LAYANE SOUSA MENDES(OAB/PIAUÍ Nº 12850)
Réu:
Advogado(s):
(...) DISPOSITIVO (com fundamento no art. 489, inciso III, do CPC) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, com fulcro no art. 487, I e 719 e ss do CPC, confirmando a antecipação da tutela deferida, tendo, inclusive, o autor já recebido o referido alvará judicial, fl. 23. Com o trânsito em julgado desta, arquivem-se os autos, dando-se baixa dos mesmos junto aos assentamentos necessários independente do pagamento de custas e taxas, vez que o autor faz jus ao beneplácito da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

14.391. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018223-35.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JURACI ALVES DE MOURA, TIM CELULAR S.A
Advogado(s): TARCÍSIO COUTINHO NOBRE(OAB/PIAUÍ Nº 5455), HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE(OAB/BAHIA Nº 13908), DANIELLE DANTAS ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 6268), MAURICIO SILVA LEAHY(OAB/BAHIA Nº 13907)
Réu: CONECTRIO COMERCIO E SERVIÇOS DE TELEFONIA LTDA, CENTRO DE ASSISTENCIA TECNICA MOTOTEC, MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA
Advogado(s): LEONARDO LIMA PINHEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 9187), ALEXANDRE FONSECA DE MELLO(OAB/SÃO PAULO Nº 222219), JOVINO MACHADO DA NÓBREGA NETO(OAB/PARAÍBA Nº 10727), LEONARDO LIMA PINHEIRO(OAB/CEARÁ Nº 19243), HARRISON ALEXANDRE TARGINO(OAB/PARAÍBA Nº 5410), CHRISTIANNYNE KAROLLY ALZENIRA CAMPOS CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 13763), LUIZ DO NASCIMENTO GUEDES NETO(OAB/PARAÍBA Nº 20585), LEONARDO ANTÔNIO CORREIA LIMA DE CARVALHO(OAB/PARAÍBA Nº 14209)
Vistos, etc. Digam as partes se há possibilidade de conciliação no feito, bem como se há novas provas a serem produzidas em audiência, no prazo de 05 (cinco) dias, especificando-as, caso afirmativa a resposta. A não manifestação das partes implica na possibilidade, a critério do Juízo, de julgamento antecipado da lide. Tal decisão, no entanto, não impede que as partes conciliem em qualquer momento até a prolação da sentença. Intimem-se.

14.392. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002333-13.2003.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: SETUT - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS DE TERESINA - PI
Advogado(s): MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 2209), RAFAEL TRAJANO DE ALBUQUERQUE RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 4955)
Requerido: SINTETRO-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIARIOS NO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s): MARÍLIA MENDES DE CARVALHO BOMFIM(OAB/PIAUÍ Nº 2615), LUIZ MARTINS BOMFIM FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2599)
Designo audiência de conciliação para o dia 06/08/2018, às 11:30 horas, na sala de audiências da 5ª Vara Cível, intimando-se as partes, através de seus procuradores, para comparecimento. Cumpra-se.

14.393. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020972-25.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DA PASCOA LEAL SANTOS
Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 4344)
Réu: TERRA NETWORKS BRASIL S/A, BANCO DO BRASIL
Advogado(s): TAIS BORJA GASPARIAN(OAB/SÃO PAULO Nº 74182), JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 12033)
Intimação à parte autoral, através de seu patrono, para manifestação sobre a contestação de fls. 68/84, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

14.394. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005751-07.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ESPÓLIO DE ANTONIO MONTEIRO DA COSTA
Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 4344-05)
Réu: YAMAHA ADMINISTRADORA DE COLNSORCIO LTDA, MAPFRE SEGUROS
Advogado(s): MARCIO ALEXANDRE MALFATTI(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 171277), CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO(OAB/PERNAMBUCO Nº 19357)
Vistos, etc. Digam as partes se há possibilidade de conciliação no feito, bem como se há novas provas a serem produzidas em audiência, no prazo de 05 (cinco) dias, especificando-as, caso afirmativa a resposta. A não manifestação das partes implica na possibilidade, a critério do Juízo, de julgamento antecipado da lide. Tal decisão, no entanto, não impede que as partes conciliem em qualquer momento até a prolação da

sentença. Intimem-se.

14.395. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005317-18.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MC ELETRICA E HIDRAULICA LTDA
Advogado(s): SIMAO PEDRO SOUSA TELES(OAB/PIAUÍ Nº 9343)
Réu: APEFUND - APERIBE FUNDIÇÃO DE FERRO LTDA - ME
Advogado(s): TATIANE MAGALHÃES DE OLIVEIRA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 143328)
Considerando o pedido formulado na petição de fl. 76, designo audiência de conciliação para o dia 26/06/2018, às 11:30h, na sala de audiências da 5ª Vara Cível. Intimem-se as partes através de seus procuradores, para comparecimento. Cumpra-se.

14.396. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014833-67.2010.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: BEP-CAIXA DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVBEP
Advogado(s): CARLOS EDUARDO DA SILVA BELFORT DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 3179)
Requerido: BERNARDO RIEDEL ARAÚJO
Advogado(s): SAMARA GRAMOZA VILARINHO SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 9235)
Intimação à parte autoral, através de seu patrono, para complementação da documentação que acompanha a petição de fls. 112/113, tendo em vista que encontra-se incompleta, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

14.397. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0011268-56.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: BENONI PORTELA LEAL SOBRINHO
Advogado(s): LESSANA RODRIGUES PORTELA(OAB/PIAUÍ Nº 4611)
Réu: BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, BMW DO BRASIL LTDA
Advogado(s): FABÍOLA MEIRA DE ALMEIDA SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 184674), DENISE DE CASSIA ZILIO(OAB/SÃO PAULO Nº 90949), AIRES VIGO(OAB/SÃO PAULO Nº 84934)
Intimação à requerida BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA para manifestação sobre a proposta de honorários do perito nomeado, fl. 248, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

14.398. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0015581-60.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA ALVENI DA SILVA
Advogado(s): FRANCYLANGE LIMA MELO(OAB/PIAUÍ Nº 4502), JOAQUIM MAGALHAES(OAB/PIAUÍ Nº 1760)
Réu: GERALDO DE SOUSA MASCARENHAS
Advogado(s): KARLA DE SOUSA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 7291)
Designo audiência de conciliação para o dia 06/08/2018, às 11:00h, na sala de audiências da 5ª Vara Cível. Intimem-se as partes, através de seus patronos, para comparecimento. Cumpra-se.

14.399. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008684-84.2012.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: DISTRIBUIDORA DE CEREAIS CASTRO GARCIA
Advogado(s): RAMON LIMA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 10472)
Executado(a): KC COSTA DE ANDRADE
Advogado(s): FRANKLIN ALEXSANDRO MENDES SIQUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 192-B)
Intimação à parte autoral, através de seu patrono, para manifestação sobre a certidão de fl. 65, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

14.400. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007261-89.2012.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAUÍ Nº 7847-A)
Requerido: M DE CERQUEIRA CAVALCANTE
Advogado(s):
Vistos, etc. Tendo sido bloqueado parcialmente os valores na conta da Executada, via sistema BACENJUD, intime-se a Exequente para indicar expressamente bens passíveis de penhora. Ato contínuo, intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 854, § 3º,CPC/2015. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.401. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025783-96.2014.8.18.0140
Classe: Cumprimento de sentença
Exequente: CLEMILTON GALVÃO SILVA JÚNIOR, HELOISA SILVEIRA MADEIRA CAMPOS, FRANCISCO GERARDO DA SILVA, LUIZ FORTES CASTELO BRANCO NETO, MARIA DA CONCEIÇÃO NEPOMUCENO SAMPAIO, MARIA DAS GRAÇAS MACEDO FRANCO, MARIA DE DEUS CARNEIRO MENDONÇA, MARIA DO SOCORRO PRADO DA SILVA, TEREZA DAS GRACAS DE ANDRADE FERRA DE OLIVEIRA FERRAZ, VALENTIM RIBEIRO LOPES
Advogado(s): DANILO DE MARACABA MENEZES(OAB/PIAUÍ Nº 7303-A)
Executado(a): BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/SÃO PAULO Nº 211648)

Vistos, etc. Tendo sido positivo o bloqueio de valores realizado, via sistema BacenJud, ficam indisponíveis os ativos financeiros encontrados, devendo a parte executada ser intimada na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 854, § 3º,CPC. Expedientes necessários. Cumpra-se

14.402. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0029815-76.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JEFERSON BRITO MARTINS DOS SANTOS, JUAREZ MARTINS DOS SANTOS
Advogado(s): GILVAN JOSE DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 10710)
Réu: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLÓGICO DO PIAUÍ LTDA - NOVAFAPI
Advogado(s):
Vistos, etc. Manifeste-se a parte autora, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da Certidão acostada aos autos às fls. 159, requerendo o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

14.403. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007885-75.2011.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Declarante: FRANCIMAR DA SILVA CARVALHO
Advogado(s): MARIA GISELLE SANTOS PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4824)
Declarado: BANCO BV FINANCEIRA S/A CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A)
Vistos, etc. Manifeste-se a parte Requerida, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da Certidão acostada aos autos às fls. 93, requerendo o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se. Decorrido mencionado prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para Sentença.

14.404. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0027215-19.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA LUISA FERNANDES LIMA DUARTE
Advogado(s): FRANCISCO FERNANDES DOS SANTOS JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 3790)
Réu: PREVIMIL PREVIDÊNCIA PRIVADA
Advogado(s): CARLOS RENATO HERNANDES ALVAREZ(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 53640)
Vistos, etc. Digam as partes se há possibilidade de conciliação no feito, bem como se há novas provas a serem produzidas em audiência, no prazo de 05 (cinco) dias, especificando-as, caso afirmativa a resposta. A não manifestação das partes implica na possibilidade, a critério do Juízo, de julgamento antecipado da lide. Tal decisão, no entanto, não impede que as partes conciliem em qualquer momento até a prolação da sentença. Intimem-se.

14.405. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0010704-14.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOAREZ LEITE XIMENES
Advogado(s): ANTONIO DE PADUA REGO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 6235), FERNANDO JOSÉ DE ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 7401), ANTONIO DE PÁDUA REGO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 6235)
Réu: CONSTRUTORA JUREMA LTDA
Advogado(s): THALES CRUZ SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 7954)
Intimação à parte autoral, através de seu patrono, para manifestação sobre a petição e documentos de fls. 146/153, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

14.406. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012026-84.2004.8.18.0140
Classe: Cumprimento de sentença
Requerente: PEDRO AUGUSTO PEDREIRA MARTINS
Advogado(s): MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1507)
Requerido: ATENA COMUNICAÇÃO E MARKETING
Advogado(s): ASTROGILDO MENDES DE ASSUNCAO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 3525), EDUARDO CHAVES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4172), VANESSA MELO OLIVEIRA DE ASSUNÇÃO(OAB/PIAUÍ Nº 3137), MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO(OAB/PIAUÍ Nº 2525)
Vistos, etc. Tendo sido bloqueado parcialmente os valores na conta da Executada, via sistema BACENJUD, intime-se a Exequente para indicar expressamente bens passíveis de penhora. Ato contínuo, intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 854, § 3º,CPC/2015. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.407. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0010969-70.2000.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: JACINTA LINHARES DE AZEVEDO
Advogado(s): FRANCISCO BORGES SAMPAIO JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2217), LUCAS EMANUEL DE FREITAS DE FREITAS MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 4001-E)
Réu: MURANO REVESTIMENTOS CERAMICOS S/A
Advogado(s): LUCIANO GASPAR FALCÃO(OAB/PIAUÍ Nº 3876)
Vistos, etc. Tendo sido frustrada a tentativa de penhora, via sistema BACENJUD, intime-se o exequente para indicar expressamente bens passíveis de penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.408. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009874-87.2009.8.18.0140
Classe: Despejo

Autor: MARIA DA CONCEIÇAO LEITE SILVA
Advogado(s): JULIANO LEAL DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 3692), MARIA DALVA FERNANDES MONTEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 6733)
Réu: FLOR DE LIS MARINHO DE ANDRADE, ROSARIA LIMA MONTE ANDRADE
Advogado(s):
Vistos, etc. Tendo sido frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, intime-se o exequente para indicar expressamente bens passíveis de penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.409. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0015831-11.2005.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: NOVATERRA CONSÓRCIO DE BENS S/C LTDA
Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAUÍ Nº 11826)
Requerido: KLEUTON CUNHA MACHADO
Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 434405)
Vistos, etc. Tendo sido bloqueado parcialmente os valores na conta da Executada, via sistema BACENJUD, intime-se a Exequente para indicar expressamente bens passíveis de penhora. Ato contínuo, intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 854, § 3º,CPC/2015. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.410. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023448-36.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado(s): IGOR GOES LOBATO(OAB/SÃO PAULO Nº 307482)
Réu: MÔNICA MARIA DE ANDRADE MESQUITA DUARTE RODRIGUES, ELCI MARIA DA ROCHA MARTINS, AGENOR DE SOUSA MARTINS
Advogado(s): TALITA MARIA DA COSTA VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 7689), TALINE MARIA DA COSTA VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 12623)
Vistos, etc. Digam as partes se há possibilidade de conciliação no feito, bem como se há novas provas a serem produzidas em audiência, no prazo de 05 (cinco) dias, especificando-as, caso afirmativa a resposta. A não manifestação das partes implica na possibilidade, a critério do Juízo, de julgamento antecipado da lide. Tal decisão, no entanto, não impede que as partes conciliem em qualquer momento até a prolação da sentença. Intimem-se.

14.411. EDITAL - 5ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0011126-38.2003.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.
Advogado(s): ANA VALDA TEIXEIRA DE VASCONCELOS GALVÃO(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 8702), ANA CAROLINA OLIVEIRA LIMA PORTO GURGEL(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 2712), ANDREA SYLVIA DE LACERDA VARELLA FERNANDES(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 3608)
Réu: T. L. VIEIRA & CIA LTDA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Fica o(a) advogado(a) intimado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a proceder com a retirada do Edital de Citação da parte requerida, para providênciar a publicação do mesmo.

14.412. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0815415-87.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: HOZANA MOURAO DE SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: FRANCISCO PEREIRA DA ROCHA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.413. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0819312-26.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO(s): JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS,ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO
POLO PASSIVO: RÉU: CLAUDIO DE OLIVEIRA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.414. DECISÃO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0821117-14.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO(s): HUDSON JOSE RIBEIRO
POLO PASSIVO: RÉU: ELAINE CRISTINA FONTOURA BORGES
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.415. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0814038-81.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUIZA MARIA DA CONCEICAO SANTOS ABREU

ADVOGADO(s): HENRY WALL GOMES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: SERASA S.A.
ADVOGADO(s): MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.416. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0800160-55.2018.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AYMORE CREDITO
ADVOGADO(s): CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ,TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA
POLO PASSIVO: RÉU: MARIA ROSA DE SOUZA GIL
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.417. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0821347-56.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AYMORE CREDITO
ADVOGADO(s): CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ,TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA
POLO PASSIVO: RÉU: ANTONIA DAILANE ALVES BARBOSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.418. DECISÃO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0821699-14.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADO(s): ELIETE SANTANA MATOS,HIRAN LEAO DUARTE,LAURISSE MENDES RIBEIRO
POLO PASSIVO: RÉU: WASHINGTON NETO DE SA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.419. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0821119-81.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: F A DE ALCANTARA OLIVEIRA - ME
ADVOGADO(s): JOCEMAR DE FRANCA LIMA,JORGE JOSE CURY NETO
POLO PASSIVO: RÉU: KRISHNAMURTI CARDOSO MENDES DE VASCONCELOS; **RÉU**: ANGELICA LUSTOSA DE SOUZA VASCONCELOS
ADVOGADO(s): PRISCILA BEZERRA DANTAS DE ARAUJO VELOSO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.420. DESPACHO - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0816762-58.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MAPI COMERCIAL LTDA - EPP
ADVOGADO(s): ANTONIO ANESIO BELCHIOR AGUIAR
POLO PASSIVO: RÉU: LUAUTO CAR LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.421. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0005434-77.2011.8.18.0140
CLASSE: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Requerido: ELIVANDE FERREIRA DA SILVA
Vítima: LAURINETE DE CARVALHO RODRIGUES
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O (A) Dr (a). JOSE OLINDO GIL BARBOSA, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando o acusado/indiciado, LAURINETE DE CARVALHO RODRIGUES, **residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADO** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " Isto exposto, em razão da falta de interesse pela vítima na manutenção da tutela jurisdicional, bem como a inexistência do fumus boni iuris e do periculum in mora, REVOGO as medidas protetivas de urgência concedidas anteriormente e após o cumprimento das formalidade cabíveis, arquive-se os presentes autos dando baixa na estatística.". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ RAIMUNDO FERREIRA CALAÇO FILHO, Oficial de Gabinete, digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.
JOSE OLINDO GIL BARBOSA
Juiz de Direito da Comarca da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da TERESINA.

14.422. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0022129-38.2013.8.18.0140
CLASSE: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:
Indiciado: ANTONIO JOSÉ DE MELO NETO
Vítima: DAMIANA SILVA LIMA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O (A) Dr (a). JOSE OLINDO GIL BARBOSA, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando o acusado/indiciado, DAMIANA SILVA LIMA, **residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADO** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " Diante de tal argumento, e em razão da falta do interesse processual, ante a inexistência dos autos principais(processo criminal), determino a extinção deste processo sem resolução do mérito, o que faço por sentença, com fulcro nos arts. Art. 354 e 485, VI, do CPC (aplicado aqui subsidiariamente), devendo ser providenciado o seu arquivamento com baixa na distribuição.". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ RAIMUNDO FERREIRA CALAÇO FILHO, Oficial de Gabinete, digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.
JOSE OLINDO GIL BARBOSA
Juiz de Direito da Comarca da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da TERESINA.

14.423. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara Criminal (Maria da Penha) de TERESINA)
Processo nº 0001771-76.2018.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor:
Advogado(s):
Requerido: JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO NETO
Advogado(s): ÉLIDA GRACIA DE OLIVEIRA BRANDÃO(OAB/PIAUÍ Nº 5029)
ATO ORDINATÓRIO: Letícia Pires Alves, Analista Judicial, intima o sr. JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO NETO, através de seu Advogado(s): ÉLIDA GRACIA DE OLIVEIRA BRANDÃO(OAB/PIAUÍ Nº 5029), para tomar ciência do início do decurso do prazo legal para apresentação de resposta à acusação.

14.424. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0022587-21.2014.8.18.0140
CLASSE: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:
Indiciado: JARBSON MIRANDA RIBEIRO
Vítima: VERONICA LORRANY DOS SANTOS ARAUJO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O (A) Dr (a). JOSE OLINDO GIL BARBOSA, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando a vítima **VERONICA LORRANY DOS SANTOS ARAUJO, domiciliada em RUA BRASIL, LOTE 301, VITORIA POPULAR, MARIO COVAS, TERESINA - Piauí, residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADA** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " **Diante de tal argumento, e em razão da falta do interesse processual, ante a inexistência dos autos principais(processo criminal), determino a extinção deste processo sem resolução do mérito, o que faço por sentença, com fulcro nos arts. Art. 354 e 485, VI, do CPC (aplicado aqui subsidiariamente), devendo ser providenciado o seu arquivamento com baixa na distribuição.**". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ RODRIGO ARAÚJO DE ASSUNÇÃO HOLANDA, Estagiário(a), digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.
JOSE OLINDO GIL BARBOSA
Juiz de Direito da Comarca da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da TERESINA.

14.425. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0012387-86.2013.8.18.0140
CLASSE: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:
Réu: SAULO CASTELO BRANCO DANTAS
Vítima: NAYARA LUZIA DE SOUSA NOGUEIRA DANTAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O (A) Dr (a). JOSE OLINDO GIL BARBOSA, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando a vítima **NAYARA LUZIA DE SOUSA NOGUEIRA DANTAS, domiciliada em RUA ZEFERINO VIEIRA, Nº 1684, MACAUBA, TERESINA - Piauí, residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADA** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " **Diante de tal argumento, e em razão da falta do interesse processual, ante a inexistência dos autos principais(processo criminal), determino a extinção deste processo sem resolução do mérito, o que faço por sentença, com fulcro nos arts. Art. 354 e 485, VI, do CPC (aplicado aqui subsidiariamente), devendo ser providenciado o seu arquivamento com baixa na distribuição.**". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.

Eu, _____ RODRIGO ARAÚJO DE ASSUNÇÃO HOLANDA, Estagiário(a), digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.
JOSE OLINDO GIL BARBOSA
Juiz de Direito da Comarca da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da TERESINA.

14.426. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara Criminal (Maria da Penha) de TERESINA)
Processo nº 0006678-36.2014.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER / SUDESTE
Advogado(s):
Indiciado: JAMILSON PEREIRA MARTINS
Advogado(s): FRANCISCO MOURA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 2337)
DESPACHO: "Designo audiência de instrução para o dia 30/05/2018 às 11:30, na sala de audiência da Juíza Auxiliar deste Juízo (...)
ANA LUCIA TERTO MADEIRA MEDEIROS, juíza de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Teresina."

14.427. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0020089-15.2015.8.18.0140
CLASSE: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Indiciante: M C T R
Indiciado: F DAS DA S M
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O (A) Dr (a). JOSE OLINDO GIL BARBOSA, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando a vítima **M C T R, filha de FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA MONTEIRO, domiciliada em RUA CLIPER, Nº6101, REDONDA, TERESINA - Piauí, residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADA** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " **Diante de tal argumento, e em razão da falta do interesse processual, ante a inexistência dos autos principais(processo criminal), determino a extinção deste processo sem resolução do mérito, o que faço por sentença, com fulcro nos arts. Art. 354 e 485, VI, do CPC (aplicado aqui subsidiariamente), devendo ser providenciado o seu arquivamento com baixa na distribuição**.". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ RODRIGO ARAÚJO DE ASSUNÇÃO HOLANDA, Estagiário(a), digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.
JOSE OLINDO GIL BARBOSA
Juiz de Direito da Comarca da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da TERESINA.

14.428. EDITAL - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0019479-81.2014.8.18.0140
CLASSE: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:
Réu: R R DA S
Vítima: L K L DE O
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O (A) Dr (a). JOSE OLINDO GIL BARBOSA, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando o acusado/indiciado, **R R DA S, vulgo(a) "", Brasileiro(a) , Solteiro(a) , filho(a) de MARIA EUNICE DA SILVA e ANTONIO FRANCISCO RICARDO, residente e domiciliado(a) em RUA. MOTORISTA GREGORIO Nº2706, PLANALTO ININGA, TERESINA - Piauí,** e a vítima L K L DE O, domiciliada em QUADRA D, CASA 05, TABULETA, **residentes em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADOS** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " **Diante de tal argumento, e em razão da falta do interesse processual, ante a inexistência dos autos principais(processo criminal), determino a extinção deste processo sem resolução do mérito, o que faço por sentença, com fulcro nos arts. Art. 354 e 485, VI, do CPC (aplicado aqui subsidiariamente), devendo ser providenciado o seu arquivamento com baixa na distribuição.**". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ RODRIGO ARAÚJO DE ASSUNÇÃO HOLANDA, Estagiário(a), digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.
JOSE OLINDO GIL BARBOSA
Juiz de Direito da Comarca da 5ª Vara Criminal (Maria da Penha) da TERESINA.

14.429. JULGAMENTO MANDADO - 5ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0008553-36.2017.8.18.0140
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:
Advogado(s):
Réu: ANTONIO PEREIRA LIMA
Advogado(s): KELMA MARQUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 6130)
(...) Diante de tal argumento, e em razão da falta do interesse processual, ante a falta de interesse da vítima na manutenção e processamento das medidas protetivas de urgência, **determino a extinção deste processo sem resolução do mérito, o que faço por sentença, e a revogação das referidas medidas, concedidas às fls. 18/20, com fulcro no art. 485, VI, do novo CPC (aplicado aqui subsidiariamente), devendo ser providenciado o seu arquivamento com baixa na distribuição**. Intimem-se as partes, a Defensoria Pública, a advogada do requerido e o Ministério Público. Sem custas. Publique-se e registre-se. Teresina, 04 de maio de 2017. José Olindo Gil Barbosa. Juiz de Direito.

14.430. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0818297-22.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCO GUIMARÃES CESAR
ADVOGADO(s): ELDA MARIA DE CARVALHO,MARIA DO PERPETUO SOCORRO MACHADO DE CARVALHO
POLO PASSIVO: RÉU: ANA FELIX DA SILVA CARVALHO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.431. DECISÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0809596-72.2017.8.18.0140
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: JEREMIAS PAULO DE CARVALHO
ADVOGADO(s): FRANCISCO DAS CHAGAS REBELO JUNIOR
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ADELIA PAULO DE CARVALHO
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.432. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0816397-04.2017.8.18.0140
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA ONEIDE RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO(s): ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA DO SOCORRO SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.433. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0802762-53.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA DANIELLY MESQUITA MEDEIROS; **AUTOR**: ELIEL MEDEIROS DOS SANTOS
ADVOGADO(s): RODRIGO ADRIANO SILVEIRA MAIA,VANESSA DE AMORIM MARTINS
POLO PASSIVO: RÉU: IGO CARVALHO DOS SANTOS
ADVOGADO(s): FRANCISCO DIEGO MOREIRA BATISTA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.434. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0801073-08.2016.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MONICA RAFAELE BEZERRA LOPES DE SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO SERGIO COSTA DE OLIVEIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.435. DECISÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800698-36.2018.8.18.0140
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: LUCIANA BASTOS DUTRA
ADVOGADO(s): EDER CLAUDINO GONCALVES
POLO PASSIVO: INTERESSADO: HELICARLOS BASTOS DUTRA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.436. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0813476-72.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: NAIARA FARIAS SARAIVA DA SILVA VERAS
ADVOGADO(s): EDNILSON DAS CHAGAS SOARES
POLO PASSIVO: RÉU: DANIEL FERREIRA E SILVA VERAS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.437. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0801504-42.2016.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA
ADVOGADO(s): ALEXANDRE HERMANN MACHADO
POLO PASSIVO: RÉU: LAIS CHAVES FERNANDES
ADVOGADO(s): LUCYANA DE FATIMA CHAVES DE FRANCA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.438. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0804882-69.2017.8.18.0140
CLASSE: ARROLAMENTO COMUM
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.F.S.C
ADVOGADO(s): LUCIANO FARIAS DOS SANTOS,MARIANA CAVALCANTE MOURA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: F.H.C
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.439. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800055-15.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: GEYSAMARA CARVALHO LEAL
ADVOGADO(s): CHRISTOPHER BEZERRA ALENCAR
POLO PASSIVO: RÉU: MANOEL DE CASTRO SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.440. DECISÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0803528-09.2017.8.18.0140
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCELYO DA SILVA MELO
ADVOGADO(s): EUSEBIO DE TARSO VIEIRA SOUZA DE HOLANDA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA JOSE DE SOUSA MELO SILVA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.441. DECISÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0812165-46.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.R.S
ADVOGADO(s): ANDERLLY LOPES DE CERQUEIRA
POLO PASSIVO: RÉU: F.C.S.S
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.442. DECISÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0812165-46.2017.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.R.S
ADVOGADO(s): ANDERLLY LOPES DE CERQUEIRA
POLO PASSIVO: RÉU: F.C.S.S
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

14.443. DECISÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0808117-44.2017.8.18.0140
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: IVONETE RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ANTONIO ALVES FERREIRA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.444. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0802562-46.2017.8.18.0140
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: J.H.F.L; **REQUERENTE**: J.M.A.F
ADVOGADO(s): LEON GABRIEL DE HOLANDA FARIAS NOGUEIRA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: J.D.S.M
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.445. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0801532-10.2016.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANDRELINA FRANCISCA DE SOUSA SANTOS
ADVOGADO(s): VANESSA VARTENA LEAL MARINHO
POLO PASSIVO: INTERESSADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.446. DECISÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0815964-97.2017.8.18.0140
CLASSE: INTERDIÇÃO

POLO ATIVO: REQUERENTE: CYNTIA RAQUEL MOURA DA COSTA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: CASSIA MOURA DE SOUSA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

14.447. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800803-81.2016.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.S.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: F.P.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.448. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800803-81.2016.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.S.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: F.P.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.449. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800803-81.2016.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.S.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: F.P.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.450. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800803-81.2016.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.S.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: F.P.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.451. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800803-81.2016.8.18.0140
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.S.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: F.P.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.452. EDITAL - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

2ª Publicação
Processo nº: 0021642-39.2011.8.18.0140
Classe: Interdição
Interditante: IRACEMA GOMES DO NASCIMENTO
Advogado(s): SARAH VIEIRA MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº null)
Interditando: CICERO GOMES DO NASCIMENTO
Advogado(s):
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O (A) Dr (a). REGINA COELI SANTOS E FREITAS, Juiz de Direito da 5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **CICERO GOMES DO NASCIMENTO, Brasileiro(a) , filho(a) de IRACEMA GOMES DO NASCIMENTO e ANTONIO BEZERRA DO NASCIMENTO, residente e domiciliado(a) em Rua Area Leao,1375, Nos. Sen.das Gracas, TERESINA - Piauí** nos autos do Processo nº 0021642-39.2011.8.18.0140 em trâmite pela 5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por sentença, declarando a parte interditada incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curador IRACEMA GOMES DO NASCIMENTO, Brasileiro(a) , Casado(a) , filho(a) de RITA MARIA DE JESUS e MANOEL GOMES DE LIMA, residente e domiciliado(a) em Rua Area Leao, 1.375., N.Sra.das Gracas, TERESINA - Piauí, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ ANGELA KARINE G. DE MIRANDA CORREIA, Secretário(a), digitei e subscrevo.
TERESINA, 25 de abril de 2018.
REGINA COELI SANTOS E FREITAS
Juiz de Direito da Comarca da 5ª Vara de Família e Sucessões da TERESINA.

14.453. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0817896-23.2017.8.18.0140
CLASSE: INVENTÁRIO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INVENTARIADO: MARIA DAS DORES VIRGENS DA CONCEIÇÃO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.454. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0800578-90.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ELENILDA NUNES FEITOSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: PAULO ROBERTO DIAS DE ALMEIDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.455. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0802211-39.2018.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: MERIVALDE DA SILVA AMORIM
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.456. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0820572-41.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO SUMÁRIO
POLO ATIVO: AUTOR: MARCOS LUIZ DE SA REGO
ADVOGADO(s): MARCOS LUIZ DE SA REGO
POLO PASSIVO: RÉU: MARCOS LUIZ DE SA REGO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.457. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0803005-60.2018.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: LUCIANA MARIA DE SOUSA BEZERRA; **REQUERENTE**: JOSE DE SOUSA BEZERRA; **REQUERENTE**: PAULO AFONSO DE SOUSA BEZERRA; **REQUERENTE**: GERALDO DE SOUSA BEZERRA; **REQUERENTE**: FRANCISCO REGES DE SOUZA BEZERRA; **REQUERENTE**: SILVANO JOSE DE SOUSA BEZERRA
ADVOGADO(s): ERICO HENRIQUE REIS FARIAS SILVA
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.458. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0803043-72.2018.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: R.S.N.R; **REQUERENTE**: R.J.R
ADVOGADO(s): DENIS DOS REIS GALDINO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: L.S.R
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.459. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

PROCESSO Nº: 0803274-02.2018.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: M.S.M.P
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: L.N.F
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.460. DESPACHO - 5º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806189-24.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA AMORIM CUNHA
ADVOGADO(s): THIAGO SOUZA DE OLIVEIRA
POLO PASSIVO: RÉU: VIACAO PIAUIENSE LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.461. DESPACHO - 5º CARTÓRIO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806165-93.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS BARROS SALES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.462. ATO ORDINATÓRIO - 6ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006405-57.2014.8.18.0140
Classe: Cautelar Inominada
Requerente: EVALDO M. RODRIGUES-ME, REGINA MARIA DA COSTA MARTINS
Advogado(s): FRANCISCO ALEXANDRE BARBOSA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 424804), JOÃO DIAS DA SILVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 10612)
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A, BANCO ITAÚ, CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): GIBRAN SILVA DE MELO PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5436)
Recolha em Secretaria o demadante o documento desentranhado de fl. 96/173.

14.463. ATO ORDINATÓRIO - 6ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012001-37.2005.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO TRIANGULO S/A
Advogado(s): MARCELO TEIXEIRA DO BONFIM (OAB/PIAUÍ Nº 2461)
Executado(a): INFOELETRO LTDA, LEONEL PEREIRA DE MELO, ALBERTO LUIZ DE CASTRO MELO
Advogado(s):
Ato Ordinatório
Intime-se a parte autora para proceder ao pagamento das custas para expedição de carta precatória para o estado do Ceará, tendo em vista o endereço do executado obtido, presente aos autos às fls. 72.

14.464. ATO ORDINATÓRIO - 6ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009065-10.2003.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: AUTO PECAS E OFICINA SANTA LUZIA
Advogado(s): ANTÔNIO CLÁUDIO DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 8730), LIDIANE MARTINS VALENTE(OAB/PIAUÍ Nº 5976), EDUARDO ALBUQUERQUE RODRIGUES DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2624), RAPHAEL BARBOSA CRAVEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 12890)
Executado(a): AGRESTE AVICOLA DO PIAUI LTDA
Advogado(s):
Forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré AGRESTE AVICOLA DO PIAUI LTDA.

14.465. DESPACHO - 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808105-30.2017.8.18.0140
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A,RAFAEL SGANZERLA DURAND
POLO PASSIVO: EXECUTADO: P R SANTOS DA SILVA - ME; **EXECUTADO**: LORNA DAMASCENO RODRIGUES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.466. JULGAMENTO - 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0812735-32.2017.8.18.0140
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: JOSE ALBERTO DE SOUSA
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

14.467. DESPACHO - 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809483-21.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: SINDICATO DOS MEDICOS DO ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PABLO FORLAN NOGUEIRA HOLANDA
POLO PASSIVO: RÉU: SHIRLEY CASTRO HOLANDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.468. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0022755-62.2010.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Indiciado: NATHANYEL RAYLSON SILVA SANTOS

Advogado(s): EDUARDO FAUSTINO LIMA SÁ(OAB/PIAUÍ Nº 4965)
DESPACHO: Intimar o Advogado da Audiência de Instrução e Julgamento retro designada.

14.469. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0025096-85.2015.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Advogado(s):
Indiciado: WESLEY LEONARDO ALBUQUERQUE COSTA
Advogado(s): RAFAEL REIS MENEZES(OAB/PIAUÍ Nº 13929)
DESPACHO: A fim de apresentar as alegações finais, nos autos processo acima referenciado.

14.470. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0027671-32.2016.8.18.0140
Classe: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: JOSE VILOMAR NUNES PEREIRA
Advogado(s): NAZARENODEWEIMARTHÉ(OAB/PIAUÍ Nº 5885-A)
Réu:
Advogado(s):
DECISÃO: Trata-se de pedido de restituição de bem formulado por José Vilomar NunesPereira.Alegou ser proprietário do SMARTPHONE MICROSOFT LUMIA 640 XL DUALPRETO e de outro telefone móvel SAMSUNG GALAXY Y DUOS, conforme notas fiscaisanexas, que teriam sido apreendidos por ocasião de sua prisão. Na forma do art. 118, do Código de Processo Penal, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo. Há nos autos ofício da autoridade policial informando que o bem SMARTPHONE MICROSOFT LUMIA 640 XL DUAL PRETO ainda está sendo periciado e pedindo pela sua manutenção em poder da polícia. Quanto ao bem SAMSUNG GALAXY Y DUOS, este não consta no auto de apreensão. Ante ao exposto e seguindo a manifestação ministerial, indefiro o pedido de restituição dos referidos bens. Intime-se. TERESINA, 2 de maio de 2018 JOSE OLINDO GIL BARBOSA Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.471. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0028427-51.2010.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: PAULO ROBERTO FORLLAN KIRKPATRIK DE SOUSA SILVA, ALCIONE DE SOUSA SALES
Advogado(s): JOÃO DE DEUS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 1940)
DESPACHO: A fim de apresentar as Alegações Finais, nos autos do processo acima referenciado.

14.472. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0017688-82.2011.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, O MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: LUCIVALDO LUIZ DE OLIVEIRA
Advogado(s): STANLEY DE SOUSA PATRÍCIO FRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 3899)
DESPACHO: A fim de apresentar as Alegações Finais, nos autos do processo acima referenciado.

14.473. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0010556-32.2015.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: REGINALDO SOUSA
Advogado(s): ERSON DOS SANTOS SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 15227), LAIRYS GRAZIELLE BEZERRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 16191), JEFFERSON HOLLYMAN SOUSA TORQUATO(OAB/PIAUÍ Nº 13826)
DESPACHO: ao advogado de defesa, a fim de apresentar as alegações finais nos autos do processo acima referenciado.

14.474. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0013561-91.2017.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - DPCA, MIINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: WANDERSON BORGES CABRAL
Advogado(s): FRANKLIN DOURADO REBELO(OAB/PIAUÍ Nº 3330), JOSÉ TELES VERAS(OAB/PIAUÍ Nº 2021)
DESPACHO: ao advogado de defesa, para apresentar as alegações finais nos autos do processo acima referenciado.

14.475. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0019283-43.2016.8.18.0140
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: J. R. S., W. R. S.
Advogado(s): DILENE BRANDÃO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1551)
Requerido: E. DA S. S., E. DA S. S.
Advogado(s): SAMUEL MOURA FERRO(OAB/PIAUÍ Nº 9175), ACELINO DE BARROS GALVÃO JUNIOR (OAB/PIAUÍ Nº 13828)
Vistos,
Havendo presunção de desistência da parte autora e tendo o réu contestado aação, intime-se o mesmo, por seu patrono, para, no prazo de 05 dias, dizer se tem interesseno prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.
Int. Expedientes necessários.

14.476. SENTENÇA - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0015185-83.2014.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: MARIA DE JESUS OLIVEIRA FREIRE
Advogado(s): JOSEAM CATANHEDE DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4396)
Inventariado: CLEONICE SILVA FREIRE
Advogado(s):
Vistos,
1. Trata-se de ação proposta pela parte acima nominada, devidamentequalificada e representada nos autos.
2. Determinada a intimação da parte requerente para dar prosseguimento dofeito (fls. 64), a autora quedou-se inerte, tendo o feito ficado paralisado por mais de 30(trinta) dias (fls. 65).
3. Assim, entendendo que a inércia da parte autora, obsta o regularprosseguimento da ação, nos termos do CPC 485, III, julgo extinto o processo semresolução de mérito, determinando, em consequência, o arquivamento dos autos.
4. Sem custas.
5. Certificado o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos,cumpridas as providências de praxe.
P.R.I.C.

14.477. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0017983-56.2010.8.18.0140
Classe: Execução de Alimentos
Exequente: J. P. DE O.(MENOR)
Advogado(s): ALYNNE PATRICIO DE ALMEIDA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4048)
Executado(a): P. A. DA C.
Advogado(s): MARIA DE LUZ DA ROCHA MESQUITA AGUIAR ANDRADE(OAB/PIAUÍ Nº 3052)
Vistos,
Havendo presunção de desistência da parte exequente e tendo o requerido semanifestado no feito, intime-se o mesmo, por seu patrono, para, em 05 dias, dizer se teminteresse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.
Expedientes necessários.

14.478. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0007366-90.2017.8.18.0140
Classe: Execução de Alimentos
Autor: L. M. B.
Advogado(s): CLÁUDIA PARANAGUÁ DE CARVALHO DRUMOND(OAB/PIAUÍ Nº 1821), FRANCISCO DA CRUZ DE SOUSA BRANDAO(OAB/PIAUÍ Nº 4050-E), CLAUDIA PARANAGUÁ DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 1821)
Réu: E. B. F.
Advogado(s): FÁBIO RENATO BOMFIM VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 3129), PAULO CESAR MORAIS PINHEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 6631)
Vistos,
Intimem-se as partes, para, em 05 dias, manifestarem-se sobre a penhoraeletrônica realizada às fls. 86/88.
Expedientes necessários

14.479. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0015729-08.2013.8.18.0140
Classe: Tutela e Curatela - Nomeação
Requerente: MARIA LUZINEIDE DA COSTA
Advogado(s): ISRAEL SOARES ARCOVERDE(OAB/PIAUÍ Nº 14109), FRANCISCO HAROLDO ALVES VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 4883)
Requerido: MARIA LÚCIA BERNADINO DA COSTA
Advogado(s):
Vistos,
Intime-se a curadora, por seu patrono, para, em 15 dias, cumprir integralmentea sentença, juntando aos autos a comprovação de publicação da sentença em jornal local.
Expedientes necessários.

14.480. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0005501-66.2016.8.18.0140
Classe: Interdição
Interditante: MARIA ZILMA TORRES SALAZAR SILVA
Advogado(s): ALYNNE PATRICIO DE ALMEIDA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4048)
Interditando: JOSE CARLOS TORRES SALAZAR SILVA
Advogado(s):
Vistos,
Intime-se a interditante, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias,dizer sobre os laudos de fls. 55/57 e 66/68.
Expedientes necessários.

14.481. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0023795-11.2012.8.18.0140

Classe: Inventário
Inventariante: ARNALDO RIBEIRO DE CARVALHO, SUSANA MARTINS DE CARVALHO, RONALD MARTINS DE CARVALHO, LUZIA MARIA DE CARVALHO SILVA, WALMIR RIBEIRO DE CARVALHO FILHO, MARCELO SILVA DE CARVALHO, JESUS PAULO M. DE CARVALHO, ESTER DE CARVALHO AZEVEDO, NOEME MARTINS DE CARVALHO, DAVID MARTINS DE CARVALHO, NATERCIA MARTINS DE CARVALHO, MAGNOLIA MARTINS DE CARVALHO, MARLENE MARTINS DE CARVALHO
Advogado(s): ANTONIO LUIZ RODRIGUES FELINTO DE MELO(OAB/PIAUÍ Nº 1067), INGRID MEDEIROS LUSTOSA DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 9561), CAROLINA MACEDO CASTELO BRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 9059), GEORGIA MARIA DA COSTA VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 11781), CONCEIÇÃO DE MARIA DA COSTA VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 1851)
Inventariado: WALMIR RIBEIRO DE CARVALHO
Advogado(s):
Vistos,
1. Indefiro o requerimento de intimação da renúncia (fls. 155/156), feita pelaadvogada Conceição de Maria da Costa Vasconcelos, por desnecessária, vez que, nostermos do CPC 112, § 2º, as partes por ela antes assistidas continuam sendo representadaspela Dra. Georgia Maria da Costa Vasconcelos, constante das procurações de fls. 49, 60,64, 71, 72, 75, 78, 81 e 105.
2. Em relação ao requerimento de fls. 166/167, indefiro-o, vez que, como écediço, incumbe ao advogado fazer a comunicação da renúncia, nos termos do CPC 112,permanecendo as partes com sua assistência.
3. Por fim, renovo o despacho de fls. 150/150v, determinando ao inventarianteseu integral cumprimento, no prazo de 15 dias.
Expedientes necessários.

14.482. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0008857-65.1999.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: ANA DE FATIMA SOARES PITOMBEIRA FURTADO
Advogado(s): FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7459), LIVIA SANTOS SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 11487)
Inventariado: SOLON MELO FURTADO FILHO
Advogado(s):
Vistos,
1. Tendo em vista o teor da certidão de fls. 144, nos termos do CPC 622, II,destituo a Sra. Ana de Fátima Soares Pitombeira Furtado do cargo de inventariante.
2. Na forma do CPC 617, III, nomeio inventariante a Sra. Ylana Maria GadelhaPitombeira Furtado, devidamente qualificada nestes autos, determinando sua intimaçãopara, no prazo de 5 (cinco) dias, prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar ocargo que lhe é cometido.
2.1. Prestado o compromisso a que alude o item acima, intime-se oinventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar prosseguimento no feito, adotando asmedidas necessários.
Int. Expedientes necessários.

14.483. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0015301-26.2013.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: ANATALIA GONCALVES DE SAMPAIO PEREIRA, THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO, LEILA MARIA RIBEIRO GONCALVES DE SAMPAIO E CARVALHO, FERNANDA MARIA RIBEIRO GONCALVES DE SAMPAIO, SANTILHA MARIA SAMPAIO E SILVA, MARIANGELA SAMPAIO DE GOSINK, MAURO ADRIANO RIBEIRO GONCALVES DE SAMPAIO, MARLLOS ROSSANO RIBEIRO GONCALVES DE SAMPAIO
Advogado(s): EDUARDO NEHME(OAB/PIAUÍ Nº 12222), SAN MARTIN COQUEIRO LINHARES(OAB/PIAUÍ Nº 4444/05), MARCOS AURELIO PADUA RIBEIRO GONÇALVES DE SAMPAIO(OAB/PIAUÍ Nº 11662)
Inventariado: THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA
Advogado(s):
Vistos,
Na hipótese de aquiescência de todos os herdeiros, diga o advogadosignatário da peça de fls. 281/283, em 05 dias, se o caso vertente encerra hipótese desuspensão por prazo razoável, enquanto aguarda a regularização dos imóveis pertencentesao espólio mencionada na peça em comento.
Int. Expedientes necessários

14.484. EDITAL - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0026988-68.2011.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: SOLANGE GOMES DA CUNHA SOUZA
Advogado(s): LUCIMAR MENDES PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3501)
Inventariado: BENEDITO GOMES DE SOUSA, MARIA DE JESUS GOMES DA CUNHA SOUSA(FALECIDA)
Advogado(s):
DECISÃO: Vistos, 1. Defiro os pedidos de fl.225, pelos motivos ali elencados, retificando do Alvará Judicial quanto a metragem de fundo do terreno e o endereço da beneficiária. Deve a inventariante proceder a venda no prazo de 120(cento e vinte) dias, prestar conta do valor auferido com a venda do bem, quitar todos os débitos do espólio com a União, Estado e Município, recolher o ITCMD e, por fim, juntar aos autos todos os comprovantes de pagamentos com os respectivos termos de quitação. 2. Após, venham-me os autos conclusos para, em caso de quitação das dívidas, desonerar o bem reservado a União, indicado no "item 1" do despacho de fl. 218, do mesmo modo para remessa dos autos as Fazendas Públicas. Este despacho assinado eletronicamente valerá como Alvará Judicial, para todos os efeitos legais. ALVARÁ JUDICIAL O(a) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, na forma da lei, etc, deferindo pedido nos autos do processo acima epigrafado, autoriza a parte abaixo qualificada a efetuar a alienação pretendida, conforme as informações a seguir: OBJETO DO ALVARÁ: VENDER o imóvel a seguir descrito: Um terreno foreiro municipal medindo 5,00 metros de frente por 30,00 metros de fundos, com frente para a rua Joaquim ribeiro, 164, hoje rua João Cabral, situado no 10º quarteirão urbano, série poente, zona sul de Teresina, entre as ruas Féliz Pacheco e Paissandu, respectivamente à esquerda e direita. Devidamente registrado no Livro 2-L, à fl. 187, matrícula nº 4910, no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Teresina-PI, com o fim de pagamento de dívidas do espólio, bem como recolhimento de ITCMD, devendo a inventariante prestar contas nos autos de todo o valor recebido. BENEFICIÁRIO DO ALVARÁ: SOLANGE GOMES DA CUNHA SOUZA, brasileira, divorciada, professora, portadora do RG nº 591070 SSP-PI e inscrita no CPF sob o nº 327.990.043-34, filha de MARIA DE JESUS GOMES DA CUNHA SOUZA e BENEDITO GOMES DE SOUZA, residente e domiciliada À Rua José Ribamar Santos, 536, São João, Teresina-PI, CEP 64090-030. ANEXOS: Cópias do despacho/decisão que deferiu a expedição do alvará e do documento do imóvel. CUMPRA-SE.

14.485. EDITAL - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0026902-63.2012.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: MARIA DE FATIMA MARTINS FONSECA
Advogado(s): REGINALDO NUNES GRANJA(OAB/PIAUÍ Nº 824)
Inventariado: LANDOLFO DUARTE DA FONSECA
Advogado(s):
DESPACHO: Vistos, 1. Uma vez que findou-se o prazo de suspensão do feito, intime-se a inventariante, por seu advogado, para se manifestar e requerer o que entender necessário, juntando aos autos o termo de quitação do ITCMD, motivo que ensejou a suspensão do processo. 2. Após, à conclusão. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.486. EDITAL - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)
Processo nº 0026800-41.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: SHEILA MARIA OLIVEIRA COUTINHO
Advogado(s): ARMANO CARVALHO BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 4686-B)
Réu: ALAN KARDEC RIBEIRO MARTINS
Advogado(s): SAMUEL SOARES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12037), YUSIFF VIANA DA MOTA(OAB/PIAUÍ Nº 10840)
DECISÃO:
Vistos,
1. Indefiro os pedidos de fls. 261/262 e 266/269, assim, mantendo em todos os seus termos o determinado à fl. 247. **2.** Expeça-se a carta precatória e aguardem os autos em secretaria até a realização da audiência de instrução designada nos presentes autos.
Expedientes necessários.
Cumpra-se.

14.487. ATO ORDINATÓRIO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0017421-71.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: J. DOS S. R., A. M. P. C. S., A. L. P. C., A. M. DE L. P. C., C. A. P. C., I. C. P. C., R. M. P. C., E. M. N. DOS S., E. N. DOS S., J. DE R. P. C., F. DAS C. P. C.
Advogado(s): CRISTIANA MARIA DE OLIVEIRA LAGES(OAB/PIAUÍ Nº 5162)
Réu: M. E. Q. DE S., INSTITUTO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DO ESTADO DO PIAUI-IAPEP
Advogado(s): ANTONIO LUCAS BALDOINO BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 2097), SAMUEL ALESSANDRO CARVALHO BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 8188)
Por ato ordinatório, com fundamento no artigo 127, II do Provimento CGJ-PI nº 20/2014, intime-se o advogado subscritor do pedido de vista de fls.202/203 (Dr. Antônio Lucas Baldoíno Barros - OAB nº 2097), habilitado à fl.58, para que retire os autos em carga e requerer o que entender necessário, pelo prazo de Lei

14.488. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0815498-06.2017.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.M.S
ADVOGADO(s): LUIZ FELIPE DA SILVA FREITAS
POLO PASSIVO: REQUERIDO: F.G.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.489. DESPACHO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806967-91.2018.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO VIANA JUNIOR
ADVOGADO(s): MARIA DO SOCORRO DE SOUSA NUNES
POLO PASSIVO: REQUERENTE: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MACHADO RIBEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.490. JULGAMENTO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0804461-79.2017.8.18.0140
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: WILTON ANDERSON LOPES DE SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO(s): JANAINA MARREIROS GUERRA DANTAS
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

14.491. JULGAMENTO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802188-93.2018.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: SAMARA KARINE SENA FERNANDES VIEIRA
ADVOGADO(s): MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: DANIEL BRAGA FERNANDES VIEIRA

ADVOGADO(s): BRUNO DE MELO CASTRO
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.492. JULGAMENTO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802154-21.2018.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: IDALBERTO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO(s): ALBERTO MAGNO VIEIRA MACHADO FRANKLIN,ELIDA FABRICIA OLIVEIRA MACHADO FRANKLIN,IAN SAMITRIUS LIMA CAVALCANTE,MARIA DE FATIMA OLIVEIRA MACHADO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ANA HEVILA DA COSTA LIMA
ADVOGADO(s): ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.493. JULGAMENTO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802188-93.2018.8.18.0140
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: SAMARA KARINE SENA FERNANDES VIEIRA
ADVOGADO(s): MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: DANIEL BRAGA FERNANDES VIEIRA
ADVOGADO(s): BRUNO DE MELO CASTRO
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.494. JULGAMENTO - 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0802154-21.2018.8.18.0140
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: IDALBERTO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO(s): ALBERTO MAGNO VIEIRA MACHADO FRANKLIN,ELIDA FABRICIA OLIVEIRA MACHADO FRANKLIN,IAN SAMITRIUS LIMA CAVALCANTE,MARIA DE FATIMA OLIVEIRA MACHADO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ANA HEVILA DA COSTA LIMA
ADVOGADO(s): ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.495. DECISÃO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008835-79.2014.8.18.0140
Classe: Embargos à Execução
Autor: FRANCISCO AUGUSTO VILARINHO SOARES
Advogado(s): ISABELA MELLO VILARINHO SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 10876), ACYR AVELINO DO LAGO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 6871)
Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAUÍ Nº 7847-A)
Diante de todo o exposto, conheço dos presentes embargos para dar-lhes provimento, a fim de excluir a condenação do embargado BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do embargante, bem como para condenar o embargante FRANCISCO AUGUSTO VILARINHO SOARES ao pagamento das custas remanescentes. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

14.496. DESPACHO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007202-04.2012.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: AYMORÉ CRÉDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
Advogado(s): GUSTAVO ALVES MELO(OAB/PIAUÍ Nº 7467), ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAUÍ Nº 11826)
Requerido: LENA BRAGA FREITAS
Advogado(s):
Compulsando os autos, verifico que a parte ré ainda não fora citada, portanto, não há que se falar em revelia. Intime-se o autor para, em 05 (cinco) dias, apresentar novo endereço para citação da ré. Cumpra-se.

14.497. DESPACHO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0011351-72.2014.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): MARIA TERESA NEGREIROS(OAB/CEARÁ Nº 9555)
Executado(a): CAFFETERIA LTDA, MARCOS AURELIO BARBOSA LOIOLA, MARCIA ADRIANA VASCONCELOS DE CARVALHO
Advogado(s):
Vistos, etc. Prossigo na ordem de preferencial de penhora, prevista no art. 835 do CPC, acolhendo, dessa forma, o pedido de penhora e avaliação do bem imóvel garantidor da dívida. Expeça-se carta precatória a Comarca de Castelo do Piauí (uma vez que o imóvel está localizado na cidade de Juazeiro do Piauí, termo judiciário da referida comarca) para penhora e avaliação do imóvel discriminado à fl. 11/12 da cédula de crédito comercial. A expedição fica condicionada ao pagamento das custas devidas. Intime-se o exequente. Cumpra-se.

14.498. DESPACHO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0029146-57.2015.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507), ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES DA MOTA(OAB/PIAUÍ Nº

8816)
Réu: FRANCISCA RODRIGUES DE ARAUJO ALVES
Advogado(s): SARA MARIA ARAÚJO MELO - DEFENSORA PÚBLICA(OAB/PIAUÍ Nº)
Considerando que o CPC prima pela designação de audiência de conciliação antes mesmo da estabilização da relação processual e que incumbe ao juiz a qualquer tempo promover a autocomposição (art. 139, V do CPC), designo para o dia 27 de junho de 2018 às 08:00 horas, audiência de conciliação entres as partes. Advirto que a ausência não justificada das partes será considerada ato atentatório à dignidade da Justiça e sancionada com multa de até 2 % (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8°). Intimem-se as partes. Cumpra-se.

14.499. SENTENÇA - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005603-54.2017.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
Advogado(s): CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ(OAB/PIAUÍ Nº 12011), LAZARO DUARTE PESSOA(OAB/PIAUÍ Nº 12851), TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA(OAB/PIAUÍ Nº 12010)
Requerido: MARIA DE JESUS ALVES GOMES
Advogado(s):
Do exposto, com fundamento no art. 485, I, c/c e art. 321 do CPC, indefiro a petição inicial e julgo extinto o feito sem resolução de mérito, haja vista que a parte autora não promoveu a emenda determinada. Custas processuais pagas. Sem Honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

14.500. DESPACHO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006024-20.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Requerente: VITORIA MARIA ROCHA DA SILVA
Advogado(s): GUSTAVO LAGE FORTES(OAB/PIAUÍ Nº 7947)
Requerido: UNIPLAM IF
Advogado(s): PAULO CESAR MATOS DE MORAES(OAB/PIAUÍ Nº 6649)
Com arrimo no art. 1.010, § 1º c/c art. 331, § 1º do CPC, cite-se o réu para, no prazo de quinze dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação. Após, remetam-se os autos imediatamente ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.010, § 3º do CPC.

14.501. SENTENÇA - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002097-46.2012.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148)
Requerido: HELANO CARVALHO TAVARES
Advogado(s): PEDRO NOLASCO TITO GONCALVES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2198), MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1507)
Do exposto, com fundamento no art. 485, I, c/c e art. 321 do CPC, indefiro a petição inicial e julgo extinto o feito sem resolução de mérito, haja vista que a parte autora não promoveu a emenda determinada. Custas processuais pagas. Sem Honorários, em face da manifestação espontânea da parte ré. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.

14.502. SENTENÇA - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005419-98.2017.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: DEBORAH MAYARA DE SOUSA
Advogado(s): ANTONIO HAROLDO GUERRA LÔBO(OAB/CEARÁ Nº 15166), GILSON DE SENA ROSA NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 15246)
Réu: BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A
Advogado(s):
Do exposto, julgo extinto o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Condeno ao pagamento das custas finais (preparo e baixa), no prazo de dez dias, sob pena de inscrição do montante devido na Dívida Ativa do Estado, conforme previsto no art. 5º, § 3º da Lei nº 6.920/16. Sem Honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.

14.503. DESPACHO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013354-63.2015.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): MARIA LUCILIA GOMES(OAB/SÃO PAULO Nº 84206), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR(OAB/SÃO PAULO Nº 107414)
Requerido: DANIEL DOS SANTOS MORENO
Advogado(s):
Considerando a decisão do egrégio Tribunal de Justiça, que nega a liminar suscitada pelo autor, fls. 65/67, intime-se este para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir a decisão de fls. 58/60, sob pena de indeferimento da inicial

14.504. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004492-06.2015.8.18.0140
Classe: Usucapião
Usucapiente: MARIA DO SOCORRO SOARES DE OLIVEIRA
Advogado(s): ANTONIO EGILO RODRIGUES DE AQUINO(OAB/PIAUÍ Nº 7420)
Usucapido: ANTONIO GOMES DE ARAUJO
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO
Forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré ANTONIO GOMES DE ARAUJO.

14.505. EDITAL - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (7ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0011273-15.2013.8.18.0140
Classe: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
Autor: FRANCISCO ASSIS FERREIRA
Advogado(s): LUCAS ALVES VILAR(OAB/PIAUÍ Nº 5263), PAULO GUSTAVO COELHO SEPULVEDA(OAB/PIAUÍ Nº 3923/03)
Réu: LOJAS DOCE LAR LTDA, ODON ANTÃO DE ALENCAR, LUCIDE FERREIRA DANTAS
Advogado(s): MARIA WILANE E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9479)
ADVOGADO EXEQUENTE: NIVALDO AVELINO DE CASTRO (OAB/PI-2556)
DECISÃO DE FLS. 95: Vistos, etc. Analisando o contrato de administração de imóveis (fls. 11/13) e o contrato de locação (fls. 14/20) que originou a presente ação, verifico que não é devida verba honorária pelo autor da ação a seu advogado. As cláusulas 10 e 11 do contrato de administração imobiliária são claras ao imputar à contratada (Carlos Sampaio Imóveis Ltda) as despesas decorrentes de ação de despejo (caso dos autos). Já o contrato de locação celebrado por intermédio da empresa administradora de imóveis responsabiliza o locatário pela verba honorária em caso ação contra ela ajuizada em virtude de inadimplemento contratual. É o que se depreende da alinea k da cláusula 8 do contrato de locação. Pelo exposto, indefiro o pleito executório do advogado peticionante em face do autor da ação. Intimem-se as partes, bem como o advogado exequente. TERESINA, 4 de maio de 2018. SEBASTIAO FIRMINO LIMA FILHO-Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de TERESINA.

14.506. EDITAL - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (7ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0003650-60.2014.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL-PREVI
Advogado(s): TASSO BATALHA BARROCA(OAB/MINAS GERAIS Nº 51556), GIOVANA ZOTTIS(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 40918)
Executado(a): FRANCISCO HELDER DE ALMEIDA SILVA, MARIA DO PERPETUO SOCORRO ULISSES SILVA
Advogado(s):
REPUBLICAÇÃO DE DECISÃO POR AUSÊNCIA DO CAUSÍDICO DO EXEQUENTE: Isto posto, REJEITO a presente Exceção de Pré-executividade. Intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. Publique-se. Cumpra-se.

14.507. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005684-42.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JAMES REINALDO CUNHA
Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2523), LIVIA ARCANGELA NASCIMENTO MORAIS NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5166)
Réu: BANCO BV FINANCEIRA
Advogado(s): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A)
ATO ORDINATÓRIO
Ficam as partes intimadas, por seus advogados, do retorno dos autos que se encontravam no Egrégio Tribunal de Justiça, em razão de recurso, para, querendo, no pazo de 10 dias, requerer o que entender de direito.

14.508. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012749-88.2013.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): JOÃO CARVALHO QUIXADA NETO (OAB/PIAUÍ Nº 9501), MARIA LUCILIA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 3974-A)
Requerido: JOSE SIMOES DE OLIVEIRA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO
Ficam as partes intimadas, por seus advogados, do retorno dos autos que se encontravam no Egrégio Tribunal de Justiça, em razão de recurso, para, querendo, no pazo de 10 dias, requerer o que entender de direito.

14.509. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008531-12.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO
Advogado(s): GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES(OAB/PIAUÍ Nº 6919)
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Advogado(s): HERISON HELDER PORTELA PINTO(OAB/PIAUÍ Nº 5367), JOAO ALVES BARBOSA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 10201)
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte Requerida sobre o laudo pericial. Prazo de 15 dias.

14.510. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020495-02.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDO NONATO DE CERQUEIRA
Advogado(s): ANDREIA SARAIVA DE DEUS(OAB/PIAUÍ Nº 11439)
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PIAUÍ Nº 10203) ; LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES (OAB/PI- 16071)
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte Autora sobre o Laudo Pericial, no prazo de 15 dias. Fica intimada a parte Requerida, na pessoa da advogada LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES, OAB/PI-16071, para regularizar sua representação processual, prazo de 05 dias.

14.511. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0017593-13.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSE IVAN DE ARAUJO
Advogado(s): FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS(OAB/PIAUÍ Nº 3618)
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PIAUÍ Nº 10203) ; LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES (OAB/PI- 16071)
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte Autora sobre o Laudo Pericial, no prazo de 15 dias. Fica intimada a parte Requerida, na pessoa da advogada LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES, OAB/PI-16071, para regularizar sua representação processual, prazo de 05 dias.

14.512. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0028367-05.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Sumário
Autor: CLEBIO SANTOS ALMEIDA MENDES
Advogado(s): SAMUELSON SÁ ROSA(OAB/PIAUÍ Nº 5275), GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES(OAB/PIAUÍ Nº 6919)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PARÁ Nº 13034), LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 16071)
ATO ORDINATÓRIO
Fica intimada a parte Requerida, na pessoa da advogada LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES, OAB/PI-16071, para regularizar sua representação processual, prazo de 05 dias.

14.513. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013302-33.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCIVAN SOUSA DE JESUS
Advogado(s): GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES(OAB/PIAUÍ Nº 6919)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Advogado(s): LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 16071)
ATO ORDINATÓRIO
Fica intimada a parte Requerida, na pessoa da advogada LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES, OAB/PI-16071, para regularizar sua representação processual, prazo de 05 dias.

14.514. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023517-68.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSE BELO DA SILVA
Advogado(s): THIAGO FRANCISCO BORGES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8382)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO -DPVAT.S.A
Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PIAUÍ Nº 10203), LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 16071)
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte Autora sobre o Laudo Pericial, no prazo de 15 dias. Fica intimada a parte Requerida, na pessoa da advogada LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES, OAB/PI-16071, para regularizar sua representação processual, prazo de 05 dias.

14.515. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0000242-56.2017.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MIGUEL SOUSA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): SAMUELSON SÁ ROSA(OAB/PIAUÍ Nº 5275), GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES(OAB/PIAUÍ Nº 6919)
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PIAUÍ Nº 10203) ; LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES (OAB/PI-16071)
ATO ORDINATÓRIO
Fica intimada a parte Requerida, na pessoa da advogada LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES, OAB/PI-16071, para regularizar sua representação processual, prazo de 05 dias.

14.516. ATO ORDINATÓRIO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0011454-79.2014.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A
Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 156187), NELSON PASCHOAL OTTO(OAB/SÃO PAULO Nº 108911)
Réu: FRANCISCO SALES ARAUJO COSTA MOURA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO
Proceda a parte Autora o pagamento das custas referente à publicação do Edital expedido nesta data, observando a quantidade de linhas deste, tendo em vista que foi pago apenas uma linha. Prazo de 10 dias.

14.517. EDITAL - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0011454-79.2014.8.18.0140
CLASSE: Monitória
Autor: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A
Réu: FRANCISCO SALES ARAUJO COSTA MOURA
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 30 (trinta) dias

O Dr. SEBASTIAO FIRMINO LIMA FILHO , Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI, a Ação Monitória, Processo nº 0011454-79.20140.8.18.0140, proposta por BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A, em face de FRANCISCO SALES ARAUJO COSTA MOURA, CPF 09573348349, residente em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte suplicada para pagar o débito e, querendo, para apresentar Embargos Monitórios nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e em jornal de grande circulação. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, Silvana Carvalho, Analista Judicial, digitei e subscrevi.
TERESINA, 7 de maio de 2018
SEBASTIAO FIRMINO LIMA FILHO
Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.518. EDITAL - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0000544-51.2018.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES-DEPRE
Advogado(s):
Réu: SABRINA JESSICA DA CONCEIÇÃO ALVES
Advogado(s): IRACY ALMEIDA GOES NOLÊTO(OAB/PIAUÍ Nº 2335)
ATO ORDINATÓRIO: Advogada acima constituido para se fazer presente na audiência de instrução e julgamento dia 29/05/2018 às 12:00, no Fórum Cível e Criminal desta Capital, na Rua Gov.Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, 4º andar.

14.519. EDITAL - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0016900-63.2014.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE
Advogado(s):
Réu: WERBESON PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6373)
A Secretária da 7ª Vara Criminal INTIMA o(a)s advogado(as) WILDES PRÓSPERO DE SOUSA -OAB/PI 6373, acima constituídos, para comparecer(em) à audiência de instrução e julgamento nos dias 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS, BEM COMO apresentar NOVO ENDEREÇO do acusado Werbeson Pereira da Silva, no prazo de 05 (cinco) dias, a fim de que o mesmo seja intimado para a referida audiência, a ser realizada no Fórum Cível e Criminal desta Capital, na Rua Gov. Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, sala da 7ªVC, 1º andar. Do que para constar eu, Josélia Ribeiro Lustosa digitei o presente aviso. Teresina, 04/05/2018.

14.520. SENTENÇA - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0012790-16.2017.8.18.0140
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autor: DELEGACIA DE REPRESSÃO E PREVENÇÃO A ENTORPECENTES
Advogado(s):
Réu: THAMIRES LOPES MOURA
Advogado(s): ELISSANDRA CARDOSO FIRMO(OAB/PIAUÍ Nº 6256)
III - DISPOSITIVO
DA DOSIMETRIA DA PENA
1ª Fase Pena Base.
1. Grau de culpabilidade: normal à espécie, presente o dolo direto;
2. Antecedentes: é ré primária e com bons antecedentes;
3. Conduta social: não há informações nos autos para valorar;
4. Personalidade do agente: não há elementos que possam informar a respeito da personalidade da agente, não podendo esta omissão ser levada em conta em seu desfavor;
5. Motivo: não há demonstração de motivo para a prática do crime;
6. Circunstâncias do crime: quanto às circunstâncias do crime, nada a ser valorado em relação a esse elemento;
7. Consequências do crime: as consequências são normais ao crime, não há demonstração de danos;
8. Comportamento da vítima: prejudicado;
9. Natureza da droga: desfavorável por se tratar de 2,5-Dimethoxy-4-iodophenethylamine denominado de "2C-I";
10. Quantidade da droga: desfavorável, tratando-se de 50 (cinquenta) micro pontos de 2C-I.
Para o delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06) que prevê abstratamente a pena de reclusão de 05(cinco) a 15 (quinze) anos e multa, fixo a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e a pena de multa em 600 (seiscentos) dias-multa, com valor para cada dia igual a 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo vigente ao tempo do fato. Primária. Sem antecedentes.
2ª Fase circunstâncias Atenuantes e Agravantes da pena.
Deve ser a agente beneficiada pela circunstância atenuante da menoridade relativa, prevista no art. 65, I, do CP. Atenuo 1/6.
Não há qualquer circunstância agravante.
Na segunda fase fica a pena fixada em 05 (cinco) anos de reclusão e a pena de multa em 500 (quinhentos) dias-multa.
3ª Fase causas de diminuição e aumento da pena.
Presente a causa de diminuição de pena prevista no §4º do art.33 da Lei de Drogas, de maneira que diminuo a reprimenda em 1/3, passando a fixá-la em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente a data do fato.
Existe causa de aumento de pena prevista no art. 40 e inciso V na Lei 11.343/2006, caracterizado pelo tráfico entre Estados da Federação. Aumento 1/3.
Assim, na ausência de outra causa modificadora, fixo a pena em definitivo em 04 (quatro) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e pagamento de 441 (quatrocentos quarenta e um) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente a data do fato.
Fixo o regime inicial semiaberto, nos termos do art.33,§ 2º, "b", do CP, devendo a pena ser cumprida em Regime Semi - Aberto na Penitenciaria Feminina de Teresina/PI.
Concedo a sentenciada o direito de permanecer em liberdade e apelar solta.
Incabível a substituição por restritiva de direitos, nos termo do art. 44 do CP.
Inadmissível, ainda, a suspensão condicional da pena, uma vez que a reprimenda supera o patamar máximo de dois anos, para a concessão de

tal benesse.
DA DETRAÇÃO
Em análise as inovações trazidas pela Lei 12.736/12, relativa a detração penal na própria sentença para fins de fixação do regime inicial do cumprimento da reprimenda (art. 387. § 2º do CPP) conjuntamente com o art.2, § 2º da lei 8.072/90, entendo que, não faz jus a sentenciada nesta fase a progressão de regime, tendo em vista que o tempo em que a acusada esteve presa preventivamente não condiz a 1/6 da pena ora aplicada. Desta feita, não atingindo o mínimo legal, deve inciar a sentenciada o cumprimento de sua pena no regime semi-aberto, posto que não faz jus a progressão pelo requisito objetivo temporal.
Portanto, incabível a detração penal estatuída no art. 387, §2º, do CPP, que foi alterado e introduzido pela Lei nº 12.736/2012, por não preencher o requisito material (tempo de prisão) necessário para tal instituto, conforme já mencionado acima.
O período de prisão cautelar deverá ser detraído, quando da execução da pena, a critério do juízo da Execução Penal.
DA MULTA
O pagamento voluntário poder se feito pela condenada no prazo de 10 (dez) dias contados do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Esse prazo começa a fluir, a bem do devido processo legal, a partir da intimação (notificação) da apenada para realizar tal ato.
O art. 51 do Código Penal, após a alteração dada pela Lei nº 9.268/1996, passou a considerar que transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive, no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.
Diante do exposto, remetem-se os autos a contadoria para o cálculo da multa devida, intimando-o logo em seguida para recolhê-las no prazo de 10 dias, facultando o parcelamento do débito em até 10 (dez) vezes, caso necessário.
Decorrido o prazo sem o correspondente pagamento ou de justificativa apresentada pela executada, expeça-se cópia da denúncia, da sentença, dos cálculos e da intimação da ré para pagar ou o de que a mesma permaneceu inerte para o devido processo de cobrança da pena de multa mencionada.
Condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais, vez que foi assistida por Advogado Particular durante todo tramite processual, até o presente momento.
REVOGO AS MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS ÀS FLS.114/115 DOS AUTOS.
IV-DISPOSIÇÕES FINAIS
Após o trânsito em julgado, adotem-se as seguintes medidas:
Determino a inclusão do nome da Ré no rol dos culpados;
Suspendo os direitos políticos da condenada enquanto durarem os efeitos da condenação, consoante art. 15, III da Constituição Federal, comunicando-se à Justiça Eleitoral;
Determino a expedição de guia de execução ao Estabelecimento penal acima nominado, dando-se baixa na ação penal ora julgada e procedendo-se com o cadastramento, registro e autuação da execução penal desta sentença, na forma prevista na LEP e Res. 113/CNJ, lembrando que a apenada faz jus a detração pelo período de prisão provisória;
Façam-se as anotações que se fizerem necessárias, adotando o Sr. Escrivão do feito as demais medidas inerentes ao seu mister.
Nos termos do art. 91, II, do CP, declaro a perda dos bens apreendidos com a denunciada em favor da União.
Determino, por fim, a destruição da droga apreendida bem como das amostras eventualmente guardadas para contraprova pela autoridade de polícia judiciária, cuja autoridade deverá enviar a este Juízo cópia do auto de incineração, certificando isso nos autos (art. 72, da Lei 11.343/06).
Publique-se. Registre-se. Intime-se o Ministério Público, o Advogado de defesa e a ré pessoalmente.

14.521. SENTENÇA - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0013544-55.2017.8.18.0140
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autor: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE/PI
Advogado(s):
Réu: PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO SOUSA, IRISLENE CRISTINA FERREIRA DA COSTA
Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICADO DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº), KAROL WOJTYLA DE OLIVEIRA MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 13772)
Ex positis, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado na denúncia e, em consequência, CONDENO os réus IRISLENE CRISTINA FERREIRA DA COSTA e PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO SOUSA, qualificados às fls.02/06, como incursos nas penas dos arts. 33 da Lei 11343/2006, e ABSOLVO-OS dos crimes previstos nos artigos 35 da Lei 11.343/06.
DA DOSIMETRIA DA PENA
Passo a dosimetria das penas de forma individualizada, definindo a pena em relação aos crimes de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo, em estrita observância ao disposto no art. 68 do CP e 42 da Lei 11.343/2006, para somente depois realizar a somatória das penas, como autoriza o art. 69, CP.
IRISLENE CRISTINA FERREIRA DA COSTA
TRÁFICO DE DROGAS
Da Fixação da Pena.
1. Grau de culpabilidade: normal à espécie, presente o dolo direto;
2. Antecedentes: ré anteriormente condenada nesta unidade judiciária em outra Ação Penal por Tráfico de Drogas (Processo: 0021464-17.2016.8.18.0140);
3. Conduta social: voltados para a prática de crimes;
4. Personalidade do agente: inclinada a prática de delitos;
5. Motivo: não há demonstração de motivo para a prática do crime;
6. Circunstâncias do crime: quanto às circunstâncias do crime, nada a ser valorado em relação a esse elemento;
7. Consequências do crime: as consequências são normais ao crime, não há demonstração de danos;
8. Comportamento da vítima: prejudicado;
9. Natureza da droga: é desfavorável, vez que se trata de cocaína "crack", substância possuidora de alto grau de vício, a mais nefasta de todas as drogas;
10. Quantidade da droga: favorável, tratando-se de pequena quantidade de cocaína.
Para o delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06) que prevê abstratamente a pena de reclusão de 05(cinco) a 15 (quinze) anos e multa, fixo a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, a base de 1/30 (um trigésimo) do valor do salário-mínimo vigente ao tempo do fato.
Das circunstâncias Atenuantes e Agravantes da pena.
Inexiste circunstâncias atenuante.
Não há qualquer circunstância agravante.
Na segunda fase permanece a pena fixada em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa.
Das causas de diminuição e aumento da pena.
Deixo de aplicar a causa de diminuição de pena prevista no §4º do art.33 da Lei de Drogas, uma vez que a agente possui maus antecedentes,

haja vista já ter sido condenada nesta unidade judiciaria por Tráfico de Drogas com Associação ao Tráfico de Drogas e Roubo com Concurso de duas pessoas e Corrupção de menores (Processo: 0021464-17.2016.8.18.0140). Logo assim mantenho a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa.
Não se vislumbra nos autos nenhuma causa de aumento de pena prevista no art.40 e incisos na Lei 11.343/2006.
Assim, na ausência de outra causa modificadora, fixo a pena em definitivo em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente a data do fato.
Fixo o regime inicial semiaberto, nos termos do art.33,§ 2º, "b", do CP, devendo a pena ser cumprida em Regime Semi - Aberto na Penitenciaria Feminina de Teresina/PI.
Ausente o requisito do artigo 44 inciso I do CP, incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista que a condenação ultrapassa quatro anos, para tal privilégio.
Inadmissível, ainda, a suspensão condicional da pena, uma vez que a reprimenda supera o patamar máximo de dois anos, para a concessão de tal benesse.
PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO SOUSA
TRÁFICO DE DROGAS
Da Fixação da Pena.
1. Grau de culpabilidade: normal à espécie, presente o dolo direto;
2. Antecedentes: apesar de ser tecnicamente primário o réu respondeu e reponde a outras ações penais a saber (Processos: 0030444-50.2016.8.18.0140 / 0023220-61.2016.8.18.0140 / 0010929-92.2017.8.18.0140) Tráfico de drogas, Receptação e Trânsito (armas) respectivamente);
3. Conduta social: voltados para a prática de crimes;
4. Personalidade do agente: inclinada a prática de delitos;
5. Motivo: não há demonstração de motivo para a prática do crime;
6. Circunstâncias do crime: quanto às circunstâncias do crime, nada a ser valorado em relação a esse elemento;
7. Consequências do crime: as consequências são normais ao crime, não há demonstração de danos;
8. Comportamento da vítima: prejudicado;
9. Natureza da droga: é desfavorável, vez que se trata de cocaína "crack", substância possuidora de alto grau de vício, a mais nefasta de todas as drogas;
10. Quantidade da droga: favorável, tratando-se de pequena quantidade de cocaína.
Para o delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06) que prevê abstratamente a pena de reclusão de 05(cinco) a 15 (quinze) anos e multa, fixo a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, a base de 1/30 (um trigésimo) do valor do salário-mínimo vigente ao tempo do fato.
Das circunstâncias Atenuantes e Agravantes da pena.
Deve ser o agente beneficiado pela circunstância atenuante da menoridade relativa, prevista no art. 65, I, do CP. Atenuo 1/6.
Não há qualquer circunstância agravante.
Na segunda fase permanece a pena fixada em 05 (cinco) anos de reclusão e a pena de multa em 500 (quinhentos) dias-multa.
Das causas de diminuição e aumento da pena.
Deixo de aplicar a causa de diminuição de pena prevista no §4º do art.33 da Lei de Drogas, uma vez que o agente possui maus antecedentes, haja vista tramita outras ações penais em desfavor do réu PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO SOUSA. Logo assim mantenho a pena base em 05 (cinco) anos e 500 (quinhentos) dias-multa.
Não se vislumbra nos autos nenhuma causa de aumento de pena prevista no art.40 e incisos na Lei 11.343/2006.
Assim, na ausência de outra causa modificadora, fixo a pena em definitivo em 05 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor de 1/30 do salário-mínimo vigente a data do fato.
Fixo o regime inicial semiaberto, nos termos do art.33,§ 2º, "b", do CP, devendo a pena ser cumprida na Colônia Agrícola " Major César de Oliveira", em Altos-PI.
Incabível a substituição por restritiva de direitos, nos termo do art. 44, inciso I do CP.
Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)
I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;
Inadmissível, ainda, a suspensão condicional da pena, uma vez que a reprimenda supera o patamar máximo de dois anos, para a concessão de tal benesse.
Não concedo aos sentenciados IRISLENE CRISTINA FERREIRA DA COSTA E PEDRO HENRIQUE DE ARAUJO o direito de recorrerem em liberdade, conforme a seguir fundamentado:
V - FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DENEGA O DIREITO DO RÉU RECORRER EM LIBERDADE
Verifico que se encontram presentes os pressupostos da prisão cautelar dos réus. Esta só se legitima quando se mostrar necessária e quando estiverem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva.
Dispõe o artigo 311 do CPP que, em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo Juiz, de ofício ou mediante provocação.
Estabelece a lei processual penal que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312, CPP).
Na lição do conceituado Júlio Fabrini Mirabete, in Processo Penal, pág. 377:
"Fundamenta em primeiro lugar a decretação da prisão preventiva a garantia da ordem pública, evitando-se com a medida que o delinqüente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque que seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida."
A ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão.
A prisão cautelar em face da condenação em primeiro grau, faz-se necessária, no caso concreto, como garantia da ordem pública, visto que, em liberdade, os réus poderão vir a vitimar outras pessoas e também pelo fato de os acusados terem passado toda a instrução presos.
O ora os condenados têm registros de antecedes criminais, assim conceder a eles, já condenados, o direito de recorrer desta condenação em liberdade, é razão suficiente para abalar a garantia da ordem pública, diminuindo a credibilidade da justiça e estimulando a prática de condutas delituosas por outras pessoas, além de configurar um desrespeito à sociedade.
Além disso, os acusados passaram todo o trâmite do processo cautelarmente custodiados, por prisão preventiva, razão pelas quais não tem o direito de recorrerem em liberdade.
Os réus, que já estavam presos, não tem o direito de recorrerem em liberdade, ou seja, a hipótese do art. 393, inc. I, segunda parte (conservado na prisão) tem aplicação imediata.
Ademais, permanecem presentes os pressupostos necessários à decretação da prisão preventiva, abrigados na parte final do art. 312, do Código Processo Penal, subsistem no caso: a prova da existência do crime e os indícios suficientes da autoria, afirmados inclusive por esta condenação.
A condição de admissibilidade, prevista no art. 313, inciso I, da lei processual penal, evidencia-se no caso, pois o fato criminoso descrito na

exordial é punido com reclusão.
Por tais razões, não reconheço aos condenados o direito de recorrerem em liberdade.
Inicie-se, portanto, a execução provisória das penas impostas.
DA DETRAÇÃO
Em análise as inovações trazidas pela Lei 12.736/12, relativa a detração penal na própria sentença para fins de fixação do regime inicial do cumprimento da reprimenda (art. 387. § 2º do CPP) conjuntamente com o art.2, § 2º da lei 8.072/90, entendo que, não faz jus os sentenciados nesta fase a progressão de regime, tendo em vista que o tempo em que os acusados estiveram presos preventivamente não condiz a 1/6 da pena ora aplicada. Desta feita, não atingindo o mínimo legal, deve inciar os sentenciados IRISLENE CRISTINA FERREIRA DA COSTA e PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO SOUSA o cumprimento de suas penas no regime semi-aberto, posto que não fazem jus a progressão pelo requisito objetivo temporal.
Portanto, incabível a detração penal estatuída no art. 387, §2º, do CPP, que foi alterado e introduzido pela Lei nº 12.736/2012, por não preencher o requisito material (tempo de prisão) necessário para tal instituto, conforme já mencionado acima.
V - DA MULTA
O pagamento voluntário poder se feito pelos condenados no prazo de 10 (dez) dias contados do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Esse prazo começa a fluir, a bem do devido processo legal, a partir da intimação (notificação) dos apenados para realizar tal ato.
O art. 51 do Código Penal, após a alteração dada pela Lei nº 9.268/1996, passou a considerar que transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive, no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.
Diante do exposto, remetem-se os autos a contadoria para o cálculo da multa devida, intimando-o logo em seguida para recolhê-las no prazo de 10 dias, facultando o parcelamento do débito em até 10 (dez) vezes, caso necessário.
Decorrido o prazo sem o correspondente pagamento ou de justificativa apresentada pela executada, expeça-se cópia da denúncia, da sentença, dos cálculos e da intimação do réu para pagar ou o de que o mesmo permaneceu inerte para o devido processo de cobrança da pena de multa mencionada.
Condeno ao réu PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO SOUSA no pagamento das custas e despesas processuais, vez que se trata de réu representado por advogado particular. Não condeno, a ré IRISLENE CRISTINA FERREIRA DA COSTA ao pagamento das custas processuais, pró-rata, vez que se tratam de ré representada pela Defensória Pública.
VI - DISPOSIÇÕES FINAIS
Após o trânsito em julgado, adotem-se as seguintes medidas:
Determino a inclusão dos nomes dos Réus no rol dos culpados;
Suspendo os direitos políticos dos condenados enquanto durarem os efeitos da condenação, consoante art. 15, III da Constituição Federal, comunicando-se à Justiça Eleitoral;
Proceda-se ao recolhimento dos valores atribuídos a título de multa, nos termos dos artigos 50, CP, e 686, CPP;
Determino a expedição de guia de execução ao Estabelecimento penal acima nominado, dando-se baixa na ação penal ora julgada e procedendo-se com o cadastramento, registro e autuação da execução penal desta sentença, na forma prevista na LEP e Res. 113/CNJ, lembrando que os apenados fazem jus a detração pelo período de prisão provisória;
Façam-se as anotações que se fizerem necessárias, adotando o Sr. Escrivão do feito
As demais medidas inerentes ao seu mister.
Nos termos do art. 91, II, do CP, declaro a perda dos bens apreendidos com os denunciados em favor da União. Os valores apreendidos deverão ser destinados ao FUNAD, na forma do artigo 63, § 1º da Lei 11.343/06.
Determino, por fim, a destruição da droga apreendida bem como das amostras eventualmente guardadas para contraprova pela autoridade de polícia judiciária, cuja autoridade deverá enviar a este Juízo cópia do auto de incineração, certificando isso nos autos (art. 72, da Lei 11.343/06).
Publique-se. Registre-se. Intime-se o Ministério Público e o réu pessoalmente. Intime-se a Defesa.

14.522. DECISÃO - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0009890-60.2017.8.18.0140
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autor: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE
Advogado(s):
Réu: ROBERT DA SILVA SOUSA
Advogado(s): CLEANE SARAIVA DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5101)
Portanto, REVOGO de ofício as medidas cautelares diversas da prisão, fixadaSem face de Robert da Silva Sousa, conforme decisão de fls. 130/131.

14.523. EDITAL - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0010957-31.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE/PI
Advogado(s):
Réu: SERGIO RICARDO BATISTA NOGUEIRA
Advogado(s): PAULO AFONSO ALVES NONATO(OAB/PIAUÍ Nº 2149)
O(a) Secretário(a) da 7ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI, **INTIMA** o Advogado: **PAULO AFONSO ALVES NONATO-OAB/PI Nº 2149**, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05(cinco) dias. E, para constar, Eu, Lyzanne Maria de Macêdo, Analista Judicial, digitei e conferi o presente aviso. Teresina, 07 de maio de 2018.

14.524. EDITAL - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0013319-35.2017.8.18.0140
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE/PI
Advogado(s):
Indiciado: BRUNO SERGIO MELO PEREIRA
Advogado(s): FRANCISCO MOURA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 2337)
O(a) Secretário(a) da 7ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI, **INTIMA** o Advogado: **FRANCISCO MOURA SANTOS- OAB/PI Nº 2337**, para apresentar Alegações Finais na Forma de Memoriais Escritos, no prazo legal. E, para constar, Eu, Lyzanne Maria de Macêdo, Analista Judicial, digitei e conferi o presente aviso. Teresina, 07 de maio de 2018.

14.525. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0002844-25.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: SPE CAPRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, SPE MALLORCA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, DECTA ENGENHARIA LTDA
Advogado(s): JANIO DE BRITO FONTENELLE (OAB/PIAUÍ Nº 2902), MAX VINICIUS FONTENELE ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 8032)
Réu: JULIANNA SANTOS E FREITAS DE CARVALHO LIMA
Advogado(s): WALDEMAR MARTINHO CARVALHO DE MENESES FERNANDES(OAB/PIAUÍ Nº 3944)
SENTENÇA: Vistos etc. Homologo por sentença, para que produza os seus legais efeitos, o acordo de fls. 156/160, firmado entre SPE CAPRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, SPE MALLORCA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e DECTA ENGENHARIA LTDA, de um lado, e do outro JULIANNA SANTOS E FREITAS DE CARVALHO LIMA, todos devidamente qualificados nos autos, que passa a integrar a presente decisão. Por decorrência e com fulcro nos incisos III, b do art. 487, do CPC, julgo extinto o feito com resolução de mérito. Dispensadas as custas remanescentes, conforme o Art. 90, §3º, do CPC Honorários na forma do acordo. Publique-se, registre-se, intimem-se. Cumpra-se

14.526. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0015510-58.2014.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A
Advogado(s): FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES(OAB/PIAUÍ Nº 13651), JOÃO CARVALHO QUIXABA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 9501), MARIA LUCILIA GOMES(OAB/SÃO PAULO Nº 84206)
Executado(a): VICENTE DE ALCANTARA NETO
Advogado(s):
DESPACHO: (...) Do resultado da penhora online, intimem-se as partes para manifestarem-se, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que lhes entender de direito.

14.527. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0030331-96.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO DAS CHAGAS MAZZA DE CASTRO, IZABELA EDLA BATISTA MOREIRA DA FONSECA MAZZA
Advogado(s): ROBERTO MOITA PIEROT(OAB/PIAUÍ Nº 13108), BARBARA MOREIRA MAZZA(OAB/PIAUÍ Nº 10198)
Réu: SPE CONSTRUTORA S A CAVALCANTE LVIII LTDA
Advogado(s): LUCAS DE MELO SOUZA VERAS(OAB/PIAUÍ Nº 11560), ALBERTO ELIAS HIDD NETO(OAB/PIAUÍ Nº 7106), FRANCISCO GOMES PIEROT JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 4422)
DESPACHO: Considerando que a magistrada terá que se ausentar desta cidade na data designada para a realização de audiência, a fim de participar de curso Conciliação e Mediação para Magistrados, da Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, que será realizado em SÃO PAULO-SP nos dias 15 à 18 de maio do corrente, redesigno o referido ato para o dia 23/05/2018, às 9h00. Intimem-se as partes. TERESINA, 2 de maio de 2018 Dra. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.528. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014477-96.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: FERNANDO RODRIGUES FERREIRA, FRANCISCO DE ASSIS COSTA, MARIA DO PERPETUO SOCORRO CARVALHO RESENDE, ROSA MARIA PINTO PACHECO CAVALCANTE
Advogado(s): JOARA RODRIGUES DE ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 2300), DENNILLE TEIXEIRA BALDOINO(OAB/PIAUÍ Nº 6896)
Réu: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Advogado(s): SOCORRO DE MARIA MARINHO DE ARAUJO COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 9969)
(...)Assim, faz-se necessário o sobrestamento do presente feito, eis que as matérias em discussão encontram-se suspensas pelo Superior Tribunal de Justiça, a fim de uniformizar o seu entendimento, eis que o autor questiona se deve ser aplicado o regulamento do plano de benefícios vigente à época da aposentadoria do associado ou aquele em vigor ao tempo de sua adesão. Assim, determino à Secretaria que proceda às anotações necessárias e mantenha o presente feito suspenso, até a uniformização pretendida pelo Superior Tribunal de Justiça. Cumpra-se. TERESINA, 3 de maio de 2018. DRA. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.529. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0021689-76.2012.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAUÍ Nº 7847-A)
Executado(a): REDE INFORM LTDA, FRANCISCO DE PAULA MARQUES
Advogado(s):
DESPACHO: (...) Do resultado da penhora online, intimem-se as partes para manifestarem-se, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que lhes entender de direito.

14.530. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004118-24.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: POSTO SEIS - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E PETROLEO LTDA, PETROL TANK LTDA, POSTO DOS EXPEDICIONARIOS LTDA, POSTO CHRIS LTDA
Advogado(s): JOSE COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 747)
Réu: DISCAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CARVALHO LTDA, ALFA BEBIDAS E COMERCIO LTDA, INTER TERESINA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, SOUZA CRUZ SA
Advogado(s): OSMA VIANA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2758), DANILO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 3552),

JACYLENNE COELHO BEZERRA FORTES(OAB/PIAUÍ Nº 5464), ÉZIO JOSÉ RAULINO AMARAL(OAB/PIAUÍ Nº 3443)
(...) Ante o exposto, CONHEÇO dos presentes Embargos de Declaração, opostos pela embargante, para, no mérito, negar-lhes ACOLHIMENTO, por não se encontrarem presentes quaisquer dos requisitos contidos no artigo 1.022 do CPC. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. TERESINA, 4 de maio de 2018. DRA. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.531. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003477-41.2011.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO HONDA S/A
Advogado(s): LAURISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3454)
Requerido: ANDERSON CAIRES MOURA
Advogado(s):
(...)Considerando o lapso temporal, bem como o fim do prazo de validade da procuração acosta a inicial, intime-se pessoalmente o autor para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar interesse no feito. Em caso positivo, deverá apresentar planilha atualizada do débito e procuração válida. TERESINA, 4 de maio de 2018. DRA. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.532. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004061-06.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: CONDOMINIO FONTANA DI TREVI
Advogado(s): TARCISIO COUTINHO NOBRE(OAB/PIAUÍ Nº 5455)
Réu: CONSTRUTORA JUREMA LTDA
Advogado(s): LUDMANN MOURA MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 10443)
(...)Defiro o pedido de fls. 104/105 para que seja devolvido o prazo previsto no despacho de fls. 99/100. Desde já, considerando a manifestação do autor nas fls. 102, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20/06/2018, às 9:00 horas, na sala de audiências desta unidade. Ressalto que as partes ficam obrigadas a intimar suas testemunhas nos termos do art. 455 do CPC/15. TERESINA, 4 de maio de 2018. DRA. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.533. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020726-39.2010.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: AGUALIMPA LTDA
Advogado(s): LEANDRO CAVALCANTE DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 5973/2008)
Executado(a): CONSULTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado(s): DIOGO ROGERIO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5714), WILMA FREITAS RODRIGUES(OAB/MARANHÃO Nº 6816), JOELSON GABRIEL DE BRITO SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8244)
(...)Considerando o teor da certidão retro, mantenho a decisão de indeferimento do pedido de bloqueio de valores, pelos motivos declarados na decisão de 204. Dando seguimento ao feito, redesigno a audiência de conciliação para o dia 19/06/2018, às 09:30 horas, na sala de audiências desta unidade. TERESINA, 4 de maio de 2018. DRA. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.534. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013944-06.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MYLENA MACHADO FERRAZ BULHÕES
Advogado(s): ORLANDO ALENCAR FERREIRA SEGUNDO(OAB/PIAUÍ Nº 9481)
Réu: HOSPITAL SAO PAULO LTDA
Advogado(s): MAURO OQUENDO DO RÊGO MONTEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5935)
Considerando que esta magistrada terá que se ausentar desta cidade na data designada para a realização de audiência, a fim de participar de curso Conciliação e Mediação para Magistrados, da Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, que será realizado em SÃO PAULO-SP nos dias 15 à 18 de maio do corrente, redesigno o referido ato para o dia 23/05/2018, às 10h30. Intimem-se as partes. TERESINA, 2 de maio de 2018 Dra. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.535. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0018547-59.2015.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: CONDOMINIO SHOPPING RIVERSAIDE VVALK
Advogado(s): ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 4273)
Executado(a): REGINA CLENE BRAGA
Advogado(s):
DESPACHO: Do resultado da penhora online, intimem-se as partes para manifestarem-se, no prazo de 5 (cinco) dias.

14.536. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0025351-14.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARY DE FATIMA PASSOS COSTA
Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: ELETROBRAS - DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ
Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
DESPACHO: Vistos. Considerando que a executada ELETROBRÁS não realizou o pagamento da condenação objeto do vertente cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 139, IV c/c art.523, § 3º, NCPC, defiro o pedido de bloqueio/indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome da executada até o valor R$ 6.987,62 (seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos), conforme cálculo discriminativo do montante exequendo (fl.99), nos termos do art. 854, do Código de Processo Civil, sem dar ciência à parte contrária. Desta forma, frutífera ou parcialmente frutífera a diligência, nas 24 (vinte e quatro horas) subsequentes, a liberação de eventual

indisponibilidade excessiva e, visando evitar prejuízos para ambas as partes, também a transferência para a conta judicial, dando-se ciência às partes do resultado. Em seguida, intime-se a executada na pessoa de seu advogado, para eventual impugnação, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo impugnação, com fundamento no art.10, do Código de Processo Civil, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos com urgência. Infrutífera a ordem, ou encontrados apenas valores irrisórios, insuficientes para sequer satisfazer os custos operacionais do sistema, que deverão ser, desde logo, liberados, intime-se o(a) exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de dúvida quanto às contas e valores a serem liberadas, e/ou, havendo impugnação, na forma do art. 854, §3º, do Código de Processo Civil, tornem os autos conclusos com urgência para ulteriores deliberações.

14.537. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0016850-08.2012.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: PAULO HENRIQUE CAMPELO LIMA
Advogado(s): REGINO LUSTOSA DE QUEIROZ NETO(OAB/PIAUÍ Nº 9046)
Réu: BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148), MOISES BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 4217), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7031)
DESPACHO: Vistos, Intime-se o requerido para se manifestar sobre a petição de fls. 134/139, no prazo de 15 (quinze) dias.

14.538. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006383-33.2013.8.18.0140
Classe: Cumprimento de sentença
Exequente: ALINE MARIA DE SOUSA
Advogado(s): THIAGO MEDEIROS DOS REIS(OAB/PIAUÍ Nº 9090)
Executado(a): AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
Advogado(s): HENRIQUE JOSE PARADA SIMÃO(OAB/SÃO PAULO Nº 221386)
(...) Considerando que o executado, apesar de ter juntado guia de depósito judicial no valor de R$ 18.675,00 (dezoito mil, seiscentos e setenta e cinco reais), não apresentou discriminativo de cálculo ou impugnação à conta apresentada pelo exequente, fundada na decisão de fls.178-179, homologo o cálculo apresentado pelo exequente às fls.183-184, que totaliza a importância de R$ 21.263,64 (vinte e um mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos. Sobre o pedido de bloqueio de quantia remanescente no importe de R$ 2.588,64 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), resta prejudicado, tendo em vista que na presente execução já foi efetivado um bloqueio no montante de R$ 20.735,11 (vinte mil, setecentos e trinta e cinco reais e onze centavos) fls.141-142, podendo ser promovido o desbloqueio de parte do valor bloqueado e transferida a importância equivalente ao saldo devedor remanescente para conta judicial. Registre-se que o valor penhorado através do BACENJUD será transferido para conta judicial diversa, o que inviabiliza a expedição de um único alvará para levantamento do valor total exequendo. Assim, deverá o exequente reformular o pedido de fls.201-202, requerendo o levantamento da quantia já depositada em conta judicial e a transferência para conta judicial de parte do valor já penhorado através do sistema BACENJUD, equivalente ao débito remanescente. Na oportunidade, deverá ainda discriminar o montante total a ser liberado em favor do advogado a título de honorários advocatícios, para que sejam expedidos alvarás diversos em favor da exequente e de seu patrono. Teresina-PI, 27 de abril de 2018. LUCICLEIDE PEREIRA BELO Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.539. ATO ORDINATÓRIO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0030083-33.2016.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507)
Réu: ROBERTO ALAGGIO RIBEIRO
Advogado(s):
Defere-se à parte autora a dilação de prazo por 05 (cinco) dias para cumprimento da(s) diligência(s) já determinada(s).

14.540. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0013031-29.2013.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS-FUNCEF
Advogado(s): ANTONIO AUGUSTO PIRES BRANDAO(OAB/PIAUÍ Nº 12394)
Executado(a): LIANA MARIA DE BRITO SILVEIRA
Advogado(s): THALLES COUTINHO NOBRE(OAB/PIAUÍ Nº 3947)
DESPACHO: Vistos, Trata-se de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF em desfavor de LIANA MARIA DE BRITO SILVEIRA. Instado a se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito, o exequente apresentou pedido de renovação de penhora on-line através do sistema BACENJUD (Protocolo Eletrônico 5001). Ocorre que, quando do Protocolo de Bloqueio de Valores (fls. 149), a executada tomou conhecimento da medida executiva, e apresentou manifestação no Protocolo Eletrônico 5002, informando que a conta corrente que fora bloqueada não era passível de penhora, uma vez que se tratava de conta salário, e era, portanto, impenhorável, nos termos do art. 833, IV, CPC. Assim, pleiteou a retirada da penhora on-line. Defiro o pedido da executada, determinando o desbloqueio dos valores constantes à conta corrente n.º 1.424-1, operação 001, Agência 2774, da Caixa Econômica Federal. A fim de dar prosseguimento ao feito, intime-se o executado para indicar bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se, ainda, o exequente sobre o resultado da penhora on-line. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

14.541. ATO ORDINATÓRIO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002617-64.2016.8.18.0140
Classe: Cumprimento de sentença
Autor: ARMANDO PIRES REBELO GAYOSO FREITAS
Advogado(s): MARIA DALVA FERNANDES MONTEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 6733)
Réu: ANTONIO JOAQUIM DE CARVALHO JUNIOR, MESSIAS SOARES DE CARVALHO, NILTON HIGASHI JARDIM
Advogado(s):
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre correspondência devolvida.

14.542. EDITAL - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Cível de TERESINA)
Processo nº 0003212-05.2012.8.18.0140
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Advogado(s): PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)
Executado(a): L & L LOGISTICA LTDA, LEONARDO MARQUES DE CARVALHO, MARINA MARTINS CORTEZ DE CARVALHO, CAROLINA MARQUES DE CARVALHO
Advogado(s): RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 3047)
DESPACHO: (...) intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito.

14.543. ATO ORDINATÓRIO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0021782-34.2015.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: AUTO CAR CENTER TRUCK DE PNEUS LTDA
Advogado(s): EDWARD ROBERT LOPES DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 5262)
Réu: POLI SERVICE LTDA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

14.544. JULGAMENTO - 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0820251-06.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA JOSE MACHADO DE CARVALHO
ADVOGADO(s): JOAQUIM SANTANA NETO
POLO PASSIVO: RÉU: ANA RAQUEL LIMA MAGALHAES
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

14.545. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0818719-94.2017.8.18.0140
CLASSE: OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
POLO ATIVO: AUTOR: LUCIMAR SOARES DA COSTA BARRADAS
ADVOGADO(s): RICARDO SOARES FREITAS
POLO PASSIVO: RÉU: EDSON DIAS DA LUZ JUNIOR
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.546. JULGAMENTO - 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0804722-10.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ALISSANDRA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO(s): JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

14.547. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0806635-61.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ILDA DOS SANTOS SOUSA
ADVOGADO(s): SAMANTHA DE CASTRO RIBEIRO ROCHA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A,RAFAEL SGANZERLA DURAND
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.548. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0811211-97.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JUSTINA FRANCISCA DOS SANTOS
ADVOGADO(s): EVILASIO RODRIGUES DE OLIVEIRA CORTEZ
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO FINASA BMC
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.549. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0809897-19.2017.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO PESSOA
ADVOGADO(s): MAURICIO CEDENIR DE LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA

ADVOGADO(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.550. SENTENÇA - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0002024-64.2018.8.18.0140
Classe: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: ANDRE VIEIRA DA SILVA
Advogado(s): JULIANE ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 14160)
Réu:
Advogado(s):
9. Ante tudo o que foi acima exposto, DEFIRO o pedido de restituição do objeto supracitado
formulado por ANDRÉ VIEIRA DA SILVA, com fulcro no art. 118 e 120 do Código de Processo Penal.

14.551. EDITAL - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0001216-59.2018.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DO 8º DISTRITO POLICIAL TERESINA, MINISTÉRIO MPUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: JHONATAN PEREIRA MARTINS, ITALO RAFAEL SANTOS SILVA
Advogado(s): SIMONY DE CARVALHO GONCALVES(OAB/PIAUÍ Nº 130)
Cristina Maria Saraiva Guedes, Diretora de Secretaria da 8ª Vara Criminal de Teresina Piauí, de ordem do MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal, INTIMA o(s) advogado(s) SIMONY DE CARVALHO GONÇALVES ? OAB/PI 130/94 para, no prazo legal, apresentar RESPOSTA À ACUSAÇÃO, nos autos do processo-crime epigrafado.

14.552. EDITAL - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0022282-37.2014.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: LOURÊNCIO RIBEIRO DA SILVA, MARIA FRANCISCA RIBEIRO BORGES, ROSILDA MARIA SANTOS
Advogado(s): IRACY ALMEIDA GOES NOLÊTO(OAB/PIAUÍ Nº 2335)
DESPACHO: FICA A ADVOGADA DRA. IRACY ALMEIDA GOES NOLÊTO, OAB 23.35-02, PARA INFORMAR ENDEREÇO ATUALIZADO DA SRA. ROSILDA MARIA SANTOSDA, CURADORA DO ACUSADO LOURÊNCIO RIBEIRO DA SILVA.

14.553. EDITAL - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Criminal de TERESINA)
Processo nº 0004818-97.2014.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: DANNY HELLYSON OLIVEIRA SANTOS
Advogado(s): ALBERTO MAGNO VIEIRA MACHADO FRANKLIN(OAB/PI Nº 4520)
Cristina Maria Saraiva Guedes, Diretora de Secretaria da 8ª Vara Criminal de Teresina Piauí, de ordem do MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal, INTIMA o(a) advogado(a) ALBERTO MAGNO VIEIRA MACHADO FRANKLIN(OAB/PI Nº 4520) para a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 25/05/2018, às 12h30min na Sala de Audiências da 8ª Vara Criminal de Teresina.

14.554. SENTENÇA - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0002716-78.2009.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: ADRIANO PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): DANILSON DE SOUSA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 15065), LUANA RODRIGUES DO NASCIMENTO SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 14601), BRENDA ELLEN BARBOSA LEAL(OAB/PIAUÍ Nº 15503)
III DISPOSITIVO
3.1. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida
na Denúncia para ABSOLVER o denunciado ADRIANO PEREIRA DA SILVA diante da
impropriedade absoluta do objeto apreendido (arma de fogo ineficaz para disparos e em
péssimo estado de conservação) e o faço com fulcro nos termos do art. 386, inciso II, do
Código de Processo Penal.

14.555. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0021592-37.2016.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO ITAUCARD S.A, EVERALDO PESSOA DA SILVA
Advogado(s): MOISÉS BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 4217), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7031)
Réu:
Advogado(s):
Vistos em despacho.
...Sendo tal documento, segundo o princípio da cartularidade, imprescindível a
regular tramitação do feito, com fundamento nos artigos 798, I, 320 e 321 do CPC, CHAMO
O FEITO À ORDEM e determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze)
dias, apresentar via original da Cédula de Crédito Bancário, devidamente protestada, sob
pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

Intimações e diligências necessárias.
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.556. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0015565-72.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA HORTENCIA DA SILVA
Advogado(s): ANGELA MARTINS SOARES BARROS(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: CEPISA - ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ
Advogado(s):
Vistos em despacho.
Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica à contestação de fls 89, protocolizada eletronicamente de n° 0015565-72.2015.8.18.0140.5002, no prazo de 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.557. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0024905-40.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO DA CRUZ TENORIO
Advogado(s): CARLOS EDUARDO DOS ANJOS SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 6192)
Réu: HIPERCARD/ITAÚ BANCO MÚLTIPLO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos em despacho.
Face o genérico protesto por provas, faculto às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir por ocasião de audiência de instrução e julgamento em data a ser designada.
Intime-se. Cumpra-se.
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.558. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0001265-71.2016.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: CCB BRASIL CRÉDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS - SA
Advogado(s): FRANCISCO GOMES COELHO(OAB/CEARÁ Nº 1745)
Requerido: ELISANGELA CATARINO DE MORAES
Advogado(s):
Vistos em despacho.
...Sendo tal documento, segundo o princípio da cartularidade, imprescindível a regular tramitação do feito, com fundamento nos artigos 798, I, 320 e 321 do CPC, CHAMO O FEITO À ORDEM e determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar via original da Cédula de Crédito Bancário, devidamente protestada, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.
Intimações e diligências necessárias.
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.559. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0029895-74.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ARTHUR JACKSON DOURADO
Advogado(s): ANA DANIELE ARAUJO VIANA(OAB/PIAUÍ Nº 8717)
Réu: BANCO BRADESCO S. A.
Advogado(s):
Vistos em despacho.
Remeta-se os autos à secretaria para certificar o trânsito em julgado da sentença de fls 70/71, após, dê-se baixa na respectiva distribuição, arquivando-se os autos com as cautelas de praxe.
Diligências necessárias. Cumpra-se.
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.560. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013385-49.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELIANE COSTA DE ARAUJO GONÇALVES
Advogado(s): SOLEANGE SOUSA ARAUJO FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 6753)
Réu: EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI - EMGERPI

Advogado(s):
Vistos em despacho.
Intime-se as partes EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI- EMGERPI e CARTÓRIO NAILA BUCAR, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre o que entender de direito.
Intime-se. Cumpra-se.
TERESINA, 2 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.561. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0030001-70.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: GENEROSA DE ARAUJO CHAVES MELO
Advogado(s): NHAIRA DOURADO FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 12528), PATRICIA CAVALCANTE PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3184), EMANUELE GOMES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10995)
Réu: OZANIAS VENUTE DA SILVA, ISMAR AGUIAR MARQUES, IOLANDA CARVALHO MARQUES
Advogado(s): JUAREZ ONILDO JAEGER JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 13965), DIEGO AUGUSTO LIMA FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5765)
DESPACHO
Vistos em despacho.
Remeta-se os autos à secretaria para que aguarde o julgamento do Mandado de Segurança de fls 233/242.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Diligências necessárias. Cumpra-se.
TERESINA, 2 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.562. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003298-97.2017.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO
Advogado(s): PEDRO ROBERTO ROMÃO(OAB/SÃO PAULO Nº 209551)
Requerido: JOÃO ORLANDO DE ARAÚJO JUNIOR
Advogado(s):
Vistos em despacho.
...Sendo tal documento, segundo o princípio da cartularidade, imprescindível a regular tramitação do feito, com fundamento nos artigos 798, I, 320 e 321 do CPC, CHAMO O FEITO À ORDEM e determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar via original da Cédula de Crédito Bancário, devidamente protestada, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.
Intimações e diligências necessárias.
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.563. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003821-12.2017.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO VOLKSWAGEM S/A
Advogado(s): LUIZ CÉSAR PIRES FERREIRA JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5172), MARIA LUCILIA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 3974-A), ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7036-A), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8449-A)
Requerido: FRANCISCO DE ASSIS MACEDO JUNIOR
Advogado(s):
Vistos em despacho.
...Sendo tal documento, segundo o princípio da cartularidade, imprescindível a regular tramitação do feito, com fundamento nos artigos 798, I, 320 e 321 do CPC, CHAMO O FEITO À ORDEM e determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar via original da Cédula de Crédito Bancário, devidamente protestada, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.
Diligências necessárias. Cumpra-se.
TERESINA, 3 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.564. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0001713-44.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIO DE PADUA RIBEIRO FILHO
Advogado(s): LEANDRO CAVALCANTE DE CARVALHO(OAB/MARANHÃO Nº 11417-A)
Réu: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ
Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
Vistos em despacho.
Face o genérico protesto por provas, faculto as partes com base no art. 369 CPC , no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir por ocasião da audiência de instrução e julgamento em data a ser designada.
Intimem-se. Cumpra-se
TERESINA, 4 de maio de 2018

ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.565. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025787-36.2014.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: INES LOPES DE ALENCAR SILVA NETA
Advogado(s): LUCIANO SOUSA DE BRITTO(OAB/PIAUÍ Nº 3283)
Réu: CONSTRUTORA E INCORPORADORA REALIZE LTDA
Advogado(s): VICENTE CASTOR DE ARAÚJO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 4487-B), FELLIPE RONEY DE CARVALHO ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 8824)
Vistos em despacho.
Compulsando os autos, verifico não ter a parte requerida CONSTRUTORA E INCORPORADORA REALIZE LTDA apresentado manifestação, embora devidamente citado (fls.170, 172, 173, 175, 178 e 180), pelo que, nomeio-lhe curador especial o Defensor Público Valtemberg Brito Firmeza, sob compromisso de seu grau, que deverá ter vista dos autos pelo prazo de 15 (quinze) dias.
Compulsando os autos verifica-se que que a presente ação foi proposta contra a Construtora e Incorporadora Realize Ltda; Veja Imobiliária e Real Construtora e Incorporadora Ltda. Em consulta ao Sistema Themis Web verifica-se que apenas a Construtora e Incorporadora Realize Ltda consta no polo passivo, razão pela qual determino que a secretaria desta Vara que inclua no polo passiva da presente ação as partes VEJA IMOBILIÁRIA e REAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Diligências necessárias. Cumpra-se.
TERESINA, 4 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.566. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0027191-54.2016.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO ITAUCARD S.A
Advogado(s): CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI(OAB/PIAUÍ Nº 10843)
Requerido: MARIA CARDOSO LIMA RODRIGUES
Advogado(s): RAFAEL DANIEL SILVA ANDRADE(OAB/PIAUÍ Nº 6450)
Vistos em despacho.
...Sendo tal documento, segundo o princípio da cartularidade, imprescindível a regular tramitação do feito, com fundamento nos artigos 798, I, 320 e 321 do CPC, CHAMO O FEITO À ORDEM e determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar via original da Cédula de Crédito Bancário, devidamente protestada, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito
Intimações e diligências necessárias.
TERESINA, 4 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.567. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0028779-33.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA JOSE DE SOUSA COSTA
Advogado(s): MAURO GONÇALVES DO REGO MOTTA(OAB/PIAUÍ Nº 2705)
Réu: UNIMED DE TERESINA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, HOSPITAL UNIMED TERESINA
Advogado(s): DANILLO COELHO PIMENTEL(OAB/PIAUÍ Nº 6611), LUCAS CASTELO BRANCO DE DEUS(OAB/PIAUÍ Nº 4830), CLAUDIO AREA LEAO CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 8749)
Vistos em despacho.
Face o genérico protesto por provas, faculto as partes com fulcro no art. 369 CPC , no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir por ocasião da audiência de instrução e julgamento em data a ser designada.
Intime-se. Cumpra-se
TERESINA, 4 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.568. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0028752-50.2015.8.18.0140
Classe: Monitória
Autor: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PIAUÍ - CEPISA
Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507), ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES DA MOTA(OAB/PIAUÍ Nº 8816)
Réu: MARIA DE JESUS ALVES DE MENEZES
Advogado(s):
Vistos em despacho.
Tendo em vista a não realização da audiência designada às fls. 203,e, conforme certidão de fls 217, redesigno-a para o dia 21 de junho de 2018, às 08:20 horas.
Intimações e diligências necessárias.
Cumpra-se.
TERESINA, 4 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.569. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012451-62.2014.8.18.0140

Classe: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): HIRAN LEAO DUARTE(OAB/CEARÁ Nº 10422), ELIETE SANTANA MATOS(OAB/CEARÁ Nº 10423), LAURISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3454)
Requerido: MAYCON DOUGLAS OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogado(s):
DESPACHO
Vistos em despacho.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se
sobre certidão de fls 90.
Intime-se. Cumpra-se.
TERESINA, 4 de maio de 2018
ANTONIO SOARES DOS SANTOS
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de TERESINA

14.570. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002232-53.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MIGUEL CICERO ALVES FILHO
Advogado(s): LUANA APARECIDA SALES CRAVEIRO LUZ(OAB/MATO GROSSO Nº 18728)
Réu: SEGURADORA PORTO SEGUROS S/A
Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PIAUÍ Nº 10203)
Vistos em despacho,
Face o não comparecimento da parte autora, pessoalmente, para submeter-se as perícias médicas designadas para os dias 27/04/2017, 30/06/2017 e 10/11/2017, bem como a certidão de fls. 129v, intime-se o patrono judicial da mesma (Dra. LUANA APARECIDA SALES CRAVEIRO LUZ) para manifestar-se sobre aludida circunstância, em 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Diligências necessárias. Cumpra-se.
Teresina(PI), 03 de maio de 2018
Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS
Titular da 9ª Vara Cível de Teresina

14.571. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014603-15.2016.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: MANU COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA - ME
Advogado(s): LEANDRO CARDOSO LAGES(OAB/PIAUÍ Nº 2753)
Réu: SANTA LOLLA FRANCHISING LTDA
Advogado(s): GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU(OAB/SÃO PAULO Nº 117417)
Vistos em despacho,
Em análise à manifestação da parte requerida de fls. 316/320, tenho por razoável, e assim decido, pela suspensão da audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 07/05/2018, até decisão das preliminares levantadas pela parte requerida em sua contestação/reconvenção de fls. 153/284.
Intimações e demais diligências necessárias. Cumpra-se.
Teresina (PI), 04 de maio de 2018
Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS
Titular da 9ª Vara Cível de Teresina

14.572. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0010487-97.2015.8.18.0140
Classe: Usucapião
Usucapiente: MARIA CELIA COELHO RIBEIRO
Advogado(s): LUCIMAR MENDES PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3501)
Usucapido: PEDRO TEIXEIRA DO NASCIMENTO
Advogado(s):
Vistos em despacho,
Designo o dia 25 de junho de 2018, às 11:30 horas, na sala das audiências desta Vara, no Fórum Cível e Criminal Desembargador Joaquim de Sousa Neto, sito à Rua Gov. Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, CEP: 64.000-924, Teresina/PI, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.
Intimações e demais diligências necessárias. Cumpra-se.
Teresina (PI), 07 de maio de 2018
Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS
Titular da 9ª Vara Cível de Teresina

14.573. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020237-26.2015.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum
Autor: CONDOMINIO LUIZ FORTES
Advogado(s): ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 4273), NATIELLE DE FREITAS ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 10336)
Réu: SEBASTIÃO ORLANDO RESENDE E SILVA
Advogado(s):
Vistos em despacho,
Cite-se o requerido para, querendo, responder a ação no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado as advertências do art. 344 Código de Processo Civil.
Diligências necessárias. Cumpra-se.
Teresina(PI), 07 de maio de 2018
Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS

Titular da 9ª Vara Cível de Teresina

14.574. DESPACHO - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018545-89.2015.8.18.0140
Classe: Usucapião
Usucapiente: RAIMUNDO NONATO LOPES MAGALHAES
Advogado(s): LUCIMAR MENDES PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3501)
Usucapido: LUIZ AMERICO ALVES DOS SANTOS
Advogado(s):
Vistos em despacho,
Face o edital de citação de fls. 56, bem como a certidão de fls. 105, decreto a revelia dos interessados ausentes, incertos e desconhecidos, nomeando-lhes curador especial o Defensor Público que atua nesta Vara, que servirá sob compromisso de seu grau (art. 72, II, CPC).
Intimações e demais diligências necessárias. Cumpra-se.
Teresina (PI), 07 de fevereiro de 2018
Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS
Titular da 9ª Vara Cível de Teresina

14.575. SENTENÇA - 9ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0030779-40.2014.8.18.0140
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAUÍ Nº 11826)
Requerido: EDINALVA DOS SANTOS PEREIRA
Advogado(s):
Vistos, etc.
...Assim, considero o pedido constante da manifestação protocolada eletronicamente em 04 de maio de 2018 como sendo de desistência da parte autora, homologo referido pedido de desistência declarando extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.
Custas pela parte autora (art. 90 do CPC).
Remetam-se os autos para Contadoria Judicial para cálculo das custas remanescentes, se houver.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, dê-se baixa na respectiva distribuição, arquivando-se os autos com as cautelas de praxe.
Diligências necessárias. Cumpra-se.
Teresina(PI), 07 de maio de 2018
Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS
Titular da 9ª Vara Cível de Teresina

14.576. AVISO - 9ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0000577-46.2015.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: DELEGACIA DO 1º DISTRITO POLICIAL DE TERESINA -PIAUI
Réu: WALEFF RUYDEGLAN SANTOS SOUSA
Advogado(s): JOAO BORGES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 11796), HYLDEMBURQUE CHARLES COSTA CAVALCANTE(OAB/MARANHÃO Nº 5752)
A Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina, de ordem da MMª Juíza de Direito Titular, Dra. VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ, nos termos do Provimento nº 07/2012, da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí: INTIMA os Advogados de Defesa, DRs. HYLDEMBURQUE CHARLES COSTA CAVALCANTE(OAB/MARANHÃO Nº 5752) e JOAO BORGES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 11796), para apresentação dos memoriais no prazo de **05(cinco) dias nos termos do art. 403, §3º, do CPP em favor de WALEFF RUYDEGLAN SANTOS SOUSA**. Quartel do Comando Geral da PMPI - QCG, situado na Av. Higino Cunha nº 1750, bairro Ilhotas. Teresina (PI), aos 04 dias do mês de maio de 2018. Eu,_____, Lenilson Santana Araujo, Serventuário, o digitei e conferi.

14.577. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0027732-24.2015.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Advogado(s):
Indiciado: SOB INVESTIGAÇAO
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.578. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001342-12.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - DPCA
Advogado(s):
Indiciado: SEM INDICIAMENTO
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.579. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)

Processo nº 0001162-64.2016.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 21º DISTRITO POLICIAL
Advogado(s):
Indiciado: SOB INVESTIGAÇÃO
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.580. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0002812-15.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 7º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.581. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0027006-50.2015.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICIDIOS DE TERESINA-PI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.582. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0015473-60.2016.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.583. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0005672-91.2014.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO IDOSO
Advogado(s):
Indiciado: SOB INVESTIGAÇAO
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.584. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0006704-29.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO
Advogado(s):
Indiciado: ROMARIO ALVES MARINHO, FRANCISCO EMILIO MATOS JUNIOR
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.585. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0027641-94.2016.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 1º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim considerando o parecer ministerial determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 25 e 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos. Arquive-se com as devidas baixas.

14.586. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0023648-14.2014.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICIDIOS
Advogado(s):
Indiciado: SOB INVESTIGAÇAO
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 e 25 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos.

14.587. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0007334-85.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 22º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: ISAEL DA SILVA MELO
Advogado(s):
SENTENÇA: Dessa forma, com fundamento no art. 107, I do Código Penal Brasileiro, e art. 28 do Código de Processo Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE e determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.588. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0011196-64.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL
Advogado(s): ANTONIO NETO PINHO DE MACEDO NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 10451), DANIEL LOPES REGO(OAB/PIAUÍ Nº 3450)
Indiciado: TIAGO ALEXANDRE CARVALHO GALVAO, JOSE BEZERRA BATISTA JUNIOR
Advogado(s):
DESPACHO: EDITAL DE INTIMAÇÃO com Prazo de 15(quinze) Dias O Dr. Luiz de Moura Correia, Juíz de Direito da Central de Inquéritos da Comarca Teresina Piauí, na Forma da lei, etc. FAÇO SABER ao indiciado JOSE BEZERRA BATISTA JUNIOR, CPF: 70449228304, RG: 1460886 SSP-PI , nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, em razão da mudança de endereço. Que por este juízo, e nos termos de uma Ação Penal, e como referido acusado se encontra em lugar incerto e não sabido, mandei expedir o presente Edital de Intimação com prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que, após o primeiro dia útil do término do prazo deste edital, apresente as contrarazões no prazo legal. E, para que chegue ao conhecimento do indicialdo, JOSE BEZERRA BATISTA JUNIOR, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pelo Diário do Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Teresina, aos sete (07) dias do mês de maio de 2018. Roberto Tobler Saraiva, Analista Judicial .

14.589. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0017547-87.2016.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO IDOSO - DSPI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA:
Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.590. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001127-36.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA ESPECIALIZADA DOS DIREITOS DA MULHER/ ZONA SUL
Advogado(s):
Indiciado: SEM INDICIAMENTO
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.591. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0004106-05.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO IDOSO - DSPI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.592. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0011196-64.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL
Advogado(s): ANTONIO NETO PINHO DE MACEDO NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 10451), DANIEL LOPES REGO(OAB/PIAUÍ Nº 3450)
Indiciado: TIAGO ALEXANDRE CARVALHO GALVAO, JOSE BEZERRA BATISTA JUNIOR
Advogado(s):
DESPACHO: EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 15(quinze) Dias . O Dr. Luiz de Moura Correia, Juíz de Direito da Central de Inquéritos da Comarca Teresina Piauí, na Forma da lei, etc. FAÇO SABER ao indiciado TIAGO ALEXANDRE CARVALHO GALVãO, cpf 89033850397, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, em razão da mudança de endereço. Que por este juízo, e nos termos de uma Ação Penal, e como referido acusado se encontra em lugar incerto e não sabido, mandei expedir o presente Edital de Intimação com prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que, após o primeiro dia útil do termino do prazo deste edital, apresente as contrarazões no prazo legal. E, para que chegue ao conhecimento do indicialdo,TIAGO ALEXANDRE CARVALHO GALVãO, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pelo Diário do Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Teresina, aos sete (07) dias do mês de maio de 2018. Roberto Tobler Saraiva Analista Judicial

14.593. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001780-72.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICIDIOS TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos. Cumpra-se. P.R.I. TERESINA, 23 de abril de 2018 LUIZ DE MOURA CORREIA Juiz(a) de Direito da CENTRAL DE INQUÉRITOS da Comarca de TERESINA

14.594. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0000451-88.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial Militar
Indiciante: POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - CORREGEDORIA - PORTARIA N° 466/IPM/CORREG, DE 12/09/2017
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA:
Encaminhado os autos para o Ministério Público, opinou pelo arquivamento do Inquérito Policial Militar, manifestando-se nos termos do art. 25, parágrafo 2° do Código de Processo Penal Militar, uma vez que não há justa causa para o início da ação penal, visto que o suposto não se submeteu a exame de corpo de delito, bem como os outros elementos colhidos na investigação não apontam para a existência de crime militar.
Diante do exposto, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial Militar instaurado mediante portaria n° 466/IPM/CORREG, de 12/09/2017, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos em consonância com o parecer ministerial.
Após arquive-se, com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.
Intimem-se as partes.
P.R.I
TERESINA, 4 de maio de 2018
LUIZ DE MOURA CORREIA
Juiz(a) de Direito da CENTRAL DE INQUÉRITOS da Comarca de TERESINA

14.595. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0015594-25.2015.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICIDIOS TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos.

14.596. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0009413-37.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICÍDIOS DE TERSINA PIAUÍ
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos. Cumpra-se. P.R.I. TERESINA, 23 de abril de 2018 LUIZ DE MOURA CORREIA

14.597. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0011017-04.2015.8.18.0140

Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 23º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: SOB INVESTIGAÇÃO
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 25 e 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos. Arquive-se com as devidas baixas. P.R.I

14.598. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0010619-86.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE INFORMÁTICA - DRCI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Isto Posto determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos, em consonância com o parecer ministerial. Após, arquive-se com baixa na distribuição e as cautelas de praxe.

14.599. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0000163-43.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 8º DISTRITO POLICIAL DE TERESINA
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos.

14.600. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0007582-56.2014.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICIDIOS DE TERESINA-PI
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos.

14.601. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0012109-17.2015.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE HOMICIDIOS TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: SOB INVESTIGAÇAO
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos.

14.602. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0024259-30.2015.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO IDOSO-DSPI
Advogado(s):
Indiciado: SOB INVESTIGAÇÃO
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, considerando o parecer ministerial, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, fazendo-o com fulcro art. 28 do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito acima aludidos.

14.603. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0002030-71.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE REPRESSÃO E PREVENÇÃO A ENTORPECENTES
Advogado(s):
Indiciado: MAIARA DE MORAIS ARAUJO, ELENILDO ALVES DA SILVA, DIEGO FERNANDE LOPES
Advogado(s): GILBERTO DE HOLANDA BARBOSA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 10161), JOSE ANTONIO CANTUARIA MONTEIRO ROSA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 13977), JOSELDA NERY CAVALCANTE(OAB/PIAUÍ Nº 8425)
DESPACHO: Portanto, levando-se em conta o aspecto humanitário, não se verifica hipótese de imprescindibilidade da presença da mãe para cuidar do filho e zelar por ele, de modo que para o melhor interesse da criança, além de que, as circunstâncias em que supostamente exerce o tráfico de drogas expõe a risco o nascituro, mostra-se adequada a manutenção da prisão cautelar, razão pela qual indefiro o pedido. Destaco que

a situação acima relatada configura uma situação excepcionalíssima, que justifica a não aplicação da ordem do HC nº 143641/SP. Outrossim, tendo-se em vista o melhor de seus interesses, determina-se que MAIARA DE MORAIS ARAÚJO seja transferida para presídio onde possa ter seu filho e o manter consigo na fase de amamentação, como forma de proteção do nascituro. Intimações necessárias. Oficie-se a Secretária de Justiça com cópia desta decisão, para providências. Remetam-se para a Distribuição em razão do oferecimento da denúncia.

14.604. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0030161-32.2013.8.18.0140
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Indiciante: MARIA LUCIA SILVA
Advogado(s):
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, tendo em vista o transcurso de prazo deste o ajuizamento da medida, a ausência de localização das partes a falta de interesse da autoriadade policial em diligenciar nesse sentido, julgo improcedente o pedido de aplicação de medidas protetivas de urgência, revogando as medidas aplicadas liminares aplicadas as fls. 11/13, declarando assim extinta o processo com resolução do merito, funtamentado no art. 269, I, do CPc

14.605. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001915-50.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE POLÍCIA INTERESTADUAL - POLINTER
Advogado(s):
Indiciado: FERNANDO ANDRADE BARBOZA, HENRIQUE WESKLEY ANDRADE DE SOUZA, ELISEU PEREIRA DA SILVA
Advogado(s):
DESPACHO: Ademais, permanecem presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva do acusado. A defesa não apresentou qualquer fato novo capaz de justificar uma decisão contrária àquela, não devendo, assim, ser revogada, motivo pelo qual ratifico as razões expendidas na decisão que decretou a prisão preventiva dos investigados. A suposta alegação de condições pessoais não obstam a prisão cautelar, quando presentes seus requisitos. Este é o entendimento pacificado da jurisprudência que dispensa maiores considerações. Portanto, considerando a ausência de fatos novos, INDEFIRO o pedido de revogação, determinando que o denunciado continue preso preventivamente. Intimem-se. REMETAM-SE PARA A DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

14.606. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001923-27.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 25º DISTRITO POLICIAL DE TERESINA - PIAUÍ
Advogado(s):
Indiciado: KELSON JONHNATA NEVES DE HOLANDA, FRANCISCO VITAL NETO
Advogado(s):
DESPACHO: Além disso, fato de já responder a outra ação penal é indicativo da ineficácia de outras medidas cautelares a fim de evitar a reiteração criminosa. Ademais, permanecem presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva do acusado. A defesa não apresentou qualquer fato novo capaz de justificar uma decisão contrária àquela, não devendo, assim, ser revogada, motivo pelo qual ratifico as razões expendidas na decisão que decretou a prisão preventiva dos investigados. A suposta alegação de condições pessoais não obstam a prisão cautelar, quando presentes seus requisitos. Este é o entendimento pacificado da jurisprudência que dispensa maiores considerações. Portanto, considerando a ausência de fatos novos, INDEFIRO o pedido de revogação, determinando que o denunciado continue preso preventivamente. Intimem-se. REMETAM-SE PARA A DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

14.607. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001870-46.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE/PI
Advogado(s):
Indiciado: ANDERSON MAURICIO LIBERATO DO NASCIMENTO
Advogado(s): SAMUEL CASTELO BRANCO SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 6334)
DESPACHO: Ademais, permanecem presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva do acusado. A defesa não apresentou qualquer fato novo capaz de justificar uma decisão contrária àquela, não devendo, assim, ser revogada, motivo pelo qual ratifico as razões expendidas na decisão que decretou a prisão preventiva. Ressalta-se, ainda, que a decisão que decretou a prisão preventiva do acusado está devidamente fundamentada com base nos requisitos legais previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Portanto, o pedido do acusado INDEFIRO ANDERSON MAURÍCIO determinando que continue preso preventivamente. LIBERATO DO NASCIMENTO, ENCAMINHEM-SE OS AUTOS À DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. Cumpra-se.

14.608. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0002122-49.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 2º DISTRITO POLICIAL DE TERESINA -PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: AÍRTON JACKSON COUTINHO DA SILVA, PAULO HENRIQUE ALVES DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO SANTHIAGO HOLANDA FRANÇA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 15900)
DESPACHO: Ademais, permanecem presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva do acusado. A defesa não apresentou qualquer fato novo capaz de justificar uma decisão contrária àquela, não devendo, assim, ser revogada, motivo pelo qual ratifico as razões expendidas na decisão que decretou a prisão preventiva dos investigados. A suposta alegação de condições pessoais não obstam a prisão cautelar, quando

presentes seus requisitos. Este é o entendimento pacificado da jurisprudência que dispensa maiores considerações. Portanto, considerando a ausência de fatos novos, INDEFIRO o pedido de revogação, determinando que o denunciado continue preso preventivamente. Intimem-se. REMETAM-SE PARA A DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

14.609. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0002032-41.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE POLICIA INTERESTADUAL - POLINTER / PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: FRANCISCO CLEITON SANTOS SILVA, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA BORGES
Advogado(s):
DESPACHO: Por fim, resta-se assentado nos Tribunais Superiores que as condições pessoais favoráveis do acusado não têm o condão de, por si só, inviabilizar a decretação/manutenção da custódia preventiva, se existem outros elementos nos autos que respaldam a medida constritiva. Cumpre salientar que consta nos autos reconhecimento de pessoa, fls. 11 do Inquérito Policial, no qual a vitima reconhece os autuados como autores do crime de roubo que sofrera. Portanto, pela fundamentação acima e considerando ainda a ausência de fatos novos, com fundamento nos artigos 312 e 316 do CPP, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão formulado por FRANCISCO CLEITON SANTOS SILVA e FRANCISCO DE , determinando que continuem presos preventivamente. ASSIS DA SILVA BORGES Intimações necessárias. ENCAMINHEM-SE OS AUTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA

14.610. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0002039-33.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 9º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: GLAYSON FELIPE ALVES GOMES
Advogado(s):
DESPACHO: Assim, com fulcro nos artigos 312 e 313, I, e 318, ambos do CPP, considerando os fatos acima elencados, INDEFIRO os pedidos de REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA e de CONVERSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E DOMICILIAR formulados, determinando que GLAYSON FELIPE ALVES GOMES continue preso preventivamente. ENCAMINHEM-SE OS AUTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. Cumpra-se.

14.611. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001703-29.2018.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE/PI
Advogado(s):
Indiciado: CARLOS DANIEL LIMA DA SILVA
Advogado(s): EDINILSON HOLANDA LUZ(OAB/PIAUÍ Nº 4540)
DESPACHO: Ademais, permanecem presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva do denunciado. A defesa não apresentou nenhum fato novo capaz de justificar uma decisão contrária àquela, não devendo, assim, ser revogada, motivo pelo qual ratifico as razões expendidas na decisão que decretou a prisão preventiva. Portanto, em conformidade com o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido, determinando que CARLOS DANIEL LIMA DA SILVA continue preso preventivamente. Vista ao Ministério Público para manifestação acerca da conclusão das investigações.

14.612. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0010040-41.2017.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 9º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: ELAINY DE SOUSA OLIVEIRA, FRANCIELTON DO NASCIMENTO SILVA
Advogado(s): SOCORRO DE MARIA DE CARVALHO DO REGO BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 6977)
DECISÃO: Isto Posto, determino o ARQUIVAMENTO DO DELITO DE USO DE ENTORPECENTE, PELOS MOTIVOS DE FATO E DE DIREITO ACIMA ALUDIDOS, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.

14.613. EDITAL - VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0011521-93.2004.8.18.0140
CLASSE: Execução da Pena
Exequente: JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA-PI
Executado(a): DOMINGOS ALVES MELO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
O (A) Dr (a). JOSE VIDAL DE FREITAS FILHO , Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando o acusado/indiciado, **DOMINGOS ALVES MELO, vulgo(a) "", Brasileiro(a) , Casado(a) , filho(a) de MARIA JULIA ALVES MELO , residente e domiciliado(a) em Rua 08, N.o 428, Parque Sao Francisco, TIMON - Maranhão, residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADO** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " Pelo exposto, considerando que de fato ocorreu a precrição da pretensão executória em face do réu DOMINGOS ALVES MELO, qualificado nos autos, considerando o r. Ministerial, DECLARO extinta a punibilidade do mesmo, na forma prevista no artigo 110, parágrafo 1º, do Código Penal". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ LAYSE ALVES COELHO, Analista Administrativo, digitei e subscrevo.
TERESINA, 7 de maio de 2018.

JOSE VIDAL DE FREITAS FILHO
Juiz de Direito da Comarca da Vara de Execuções Penais da TERESINA.

14.614. EDITAL - VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara de Execuções Penais de TERESINA)
Processo nº 0031530-27.2014.8.18.0140
Classe: Execução da Pena
Exequente: JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA PIAUÍ
Advogado(s):
Executado(a): RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado(s):
SENTENÇA: (Ante o exposto, em consonancia como o parecer ministerial, defiro o pedido formulado por RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS, qualificado nos autos, concedendo-lhe o INDULTO e, por via de consequencia, extinguindo sua pena ora em execução, assim como a pena de multa.)

14.615. DECISÃO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808583-04.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: J.D.V.Ú.C.J.F
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: REQUERIDO: E.S.R; **DEPRECADO**: C.T
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.616. DECISÃO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808585-71.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: J.D.C.S.J.P
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.R.P.C.T
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.617. DECISÃO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808635-97.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: DENTBRAS INDUSTRIA
ADVOGADO(s): GUSTAVO BRASIL DE ARAUJO MOTA
POLO PASSIVO: RÉU: DISMAHC COM E REP DE MATERIAL HOSPITALAR E CIRURG LTDA - EPP
83 - DECISÃO --> CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO:
DETERMINADO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

14.618. DECISÃO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808713-91.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: GLOBAL PAYMENTS - SERVICOS DE PAGAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): LAERTE ROSALEM JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE TERESINA
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.619. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808842-96.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL III - JABAQUARA DA COMARCA DE SÃO PAULO; **REQUERENTE**: BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A
ADVOGADO(s): ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI,BRUNO CACHUBA BERTELLI,FERNANDO DALLA PALMA ANTONIO,RAFAEL CORDEIRO DO REGO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA; **DEPRECADO**: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TERESINA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.620. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808894-92.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE PORTO - PI
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: COMARCA DE TERESINA-PI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.621. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808942-51.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE FORTALEZA
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: JUIIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TERESINA-PI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.622. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808945-06.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE-MG; **REQUERENTE**: HIPERMIX BRASIL SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: REQUERIDO: SUPER SOLO TECNOLOGIA EM FUNDACOES LTDA - ME; **DEPRECADO**: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TERESINA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.623. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808947-73.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA 21º VARA CIVEL DA COMARCA DE ARACAJU-SE
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: JUIIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TERESINA-PI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.624. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808948-58.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE DOURAOS - MS
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: JUIZO DE DIREITO DA VARA CIVEL DA COMARCA DE TERESIINA /PI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.625. DECISÃO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808978-93.2018.8.18.0140
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: J.D.V.Ú.C.C.-.P
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: 3.V.F.S.C.T.-.P
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

14.626. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0807442-47.2018.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: M D CADDAH IRMAO CIA - ME
ADVOGADO(s): FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: JUIZ DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.627. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0815451-32.2017.8.18.0140
CLASSE: REGULARIZAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
POLO ATIVO: REQUERENTE: SANTANA MARIA DA SILVA
ADVOGADO(s): PATRICIA CAVALCANTE PINHEIRO DE OLIVEIRA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ESTADO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

14.628. DESPACHO - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0808602-10.2018.8.18.0140
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: WALLISON DIEGO MORAES SOUSA
ADVOGADO(s): MARLOS LAPA LOIOLA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15. JUIZOS DE DIREITO DO INTERIOR

15.1. PORTARIA nº 1698/2018 SEI Nº 18.0.000018808-1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - 2VARCAMMAI
Rua Siqueira Campos, nº 372 - Bairro Centro -Fórum Des. Manoel Castelo Branco -CEP 64000-000
Campo Maior - PI - www.tjpi.jus.br

Portaria Nº 1698/2018 - PJPI/COM/CAMMAI/FORCAMMAI/2VARCAMMAI, de 03 de maio de 2018
O MM Juiz de Direito Substituto em exercício na 2ª Vara da Comarca de Campo Maior-PI, no uso de suas atribuições, observando o contido no Provimento nº 017/2013.
CONSIDERANDO a norma prevista no art. 27 do Provimento nº 017/2013 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí) que determina que *"os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo Juiz Corregedor Permanente, sem prejuízo do poder normativo da Corregedoria Geral da Justiça, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para a prestação do serviço e o arquivamento de livros, dados e documentos"*;
CONSIDERANDO o ofício nº 006/2018 expedido pela Tabeliã Interina do Cartório Único de Campo Maior, solicitando alteração no horário de funcionamento da serventia para se adequar às peculiaridades da comarca e termos judiciais.
CONSIDERANDO a decisão (0475741) proferida no Processo SEI nº 18.0.000018808-1, autorizando a mudança no horário de funcionamento da serventia;
RESOLVE:
Art. 1° - Autorizar o funcionamento do Cartório Único de Campo Maior, nos dias úteis, no horário de 08:00 às 16:30, ininterruptamente.
Art. 2° - Determino que a Tabeliã Interina observe a legislação trabalhista em relação à jornada de trabalho de seus prepostos, além das demais normas de funcionamento da serventia expedidas pela Corregedoria Geral de Justiça.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor em 07 de maio de 2018.
Dê-se publicidade.
Campo Maior-PI, 03 de maio de 2018.
Anderson Brito da Mata
Juiz de Direito Substituto em exercício na 2ª Vara da Comarca de Campo Maior

15.2. AVISO DE INTIMAÇÃO - PROC. Nº 0801239-39.2017.8.18.0032

INTIMO a Dra.Luciana Maria Leitão Rêgo -OAB/PI 1877, da sentença prolatada nos autos, conforme ID nº 1089682.

15.3. AVISO DE INTIMAÇÃO - PROC. Nº 0801239-39.2017.8.18.0032

INTIMOa Dra. RAYANE PIO LEAL -OAB/PI 15640, da sentença prolatada nos autos, conforme ID nº 1089682.

15.4. AVISO DE INTIMAÇÃO - PROC. Nº 0801520-92.2017.8.18.0032

INTIMARA DRA. SOLANGE DE FARIA MARQUES - OAB/SP Nº 297.463, PARA CIENTE DA SENTENÇA PROLATADA NOS AUTOS.

15.5. AVISO DE INTIMAÇÃO - PROC. Nº 0800143-86.2017.8.18.0032

INTIMAR os Drs.Álison José Carvalho Nunes - OAB/PI 15.200 e a Dra. Samara Carvalho Silva -OAB/PI 13.950, para, tomarem ciente da decisão prolatada nos autos.

15.6. PJE 0800805-16.2018.8180032 _INTIMAÇÃO DE ADVOGADAS

Intimação das advogadas da parte autora, Silvia Lopes Martins OAB/PI 3887, Maria de Fátima Lacerda de Sá Barros OAB/PI 6218, Elayne Rejane de Sá Barros OAB/PI 5607,para emendar a incial, conforme ID 1137619.

15.7. Intimação de advogados PJE 658-87.2018.8.18.0032

Intimação de advogados**DR. JOSÉ URTIGA DE SÁ JÚNIOROAB/PI 2677 e DRA. FRANCISCA MONISE MOURA E SOUSA para comparecer audiência designada para o dia 22 de maio de 2018, às 12:00hs, na sala de audiência do Juiz Auxiliar, devendo estar acompnhado de constituinte.**

15.8. TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS

Nº 41/2018, Livro D nº 3, Folha 97, Termo 697
FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **FERNANDO DE BRITO E SILVA FILHO e REBECA TEIXEIRA DE SOUSA**
ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão SERVIDOR(A) PÚBLICO(A), natural de AMARANTE-PI, nasceu em AMARANTE-PI, nascido em 30 de Maio de 1988, residente e domiciliado RUA MAESTRO EUGENIO PEREIRA, N° 1745, CAMPO VELHO, FLORIANO-PI, filho de FERNANDO DE BRITO E SILVA e LÍVIA REGINA DE ALMEIDA LIRA E SILVA.
ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão FISIOTERAPEUTA, natural de TERESINA-PI, nasceu em TERESINA-PI, nascida em 24 de Janeiro de 1990, residente e domiciliada RUA MANOEL ALEXANDRE, N° 245, VILA NOVA, AMARANTE-PI, filha de JOCÉLIO BRITO DE SOUSA e IARA LUIZA TEIXEIRA DE MORAES SOUSA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.
Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos.
FLORIANO, PI, 04 de Maio de 2018.

_____
TATIANNY DE MIRANDA SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADA

15.9. TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS

Nº 39/2018, Livro D nº 4, Folha 1, Termo 901
FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **JAILTON FERREIRA DE LIMA e JOSEANA RODRIGUES MACIEL**
ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, nasceu em SÃO RAIMUNDO

NONATO-PI, nascido em 17 de Março de 1995, residente e domiciliado ESTAÇÃO SERRA BRANCA, ZONA RURAL, SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, telefone: 89 99417-0447, filho de DEOCLECIANO ALVES DE LIMA e LÚCIA DE FATIMA FERREIRA DA COSTA.
ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão LAVRADOR(A), natural de SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, nasceu em SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, nascida em 10 de Abril de 1997, residente e domiciliada ESTAÇÃO SERRA BRANCA, ZONA RURAL, SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, telefone: 89 99405-3117, filha de JOSIMAR GONÇALVES MACIEL e ANA CRISTINA RODRIGUES FERREIRA MACIEL.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.
Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos.
SÃO RAIMUNDO NONATO, PI, 04 de Maio de 2018.

_____
ABMERVAL GOMES DIAS
OFICIAL

15.10. EDITAL DE PROCLAMAS

JOSÉ DE ARIMATEA SILVA E SOUSA, Escrivão do Cartório do 1º Oficio do Registro Civil e Notas da Comarca de Luzilândia - Piauí; na forma da lei, etc.
FAZ SABER que, pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo art. 1.525 do Código Civil Brasil, os nubentes a seguir relacionados:- **1º)- FRANCISCO JOSÉ DE MELO CARVALHO JÚNIOR**, solteiro, auxiliar administrativo, natural de Teresina-PI, nascido no dia 22.01.1988, residente e domiciliado na Rua Onofre Machado, 485, Centro, Piracuruca-PI; **FILHO** de **FRANCISCO JOSÉ DE MELO CARVALHO E VERA LÚCIA DE MENESES CARVALHO**; e **JORDÂNIA CRISTINA OLIVEIRA LUSTOSA DA SILVA**, solteira, professora, natural de Luzilândia-PI, nascida no dia 27.01.1992, residente e domiciliada no Povoado Candeeiro, Zona Rural, Luzilândia-PI, **FILHA** de **RAIMUNDO LUSTOSA DA SILVA E MARIA DO AMPARO SOUSA OLIVEIRA**. Ambos requereram habilitação para casamento. Quem tiver conhecimento de algum impedimento e/ou causa suspensiva Art. 1.521 e 1.523 do Código Civil, poderá apresentá-lo por escrito perante este Cartório ou Juízo desta Comarca. Do que lavrei este edital para ser afixado em Cartório, no lugar de costume; José de Arimatea Silva e Sousa - Oficial.

15.11. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIBEIRO GONÇALVES/PI

Processo nº 0000193-75.2012.8.18.0112
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s): MARIA LUCILIA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 3974-A)
Requerido: JOSÉ ALMEIDA DE OLIVEIRA
Advogado(s):
SENTENÇA
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, e extingo o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, a fim de confirmar a medida liminar de busca e apreensão anteriormente deferida, consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário.
Condeno a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, e em honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos com baixa.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
RIBEIRO GONÇALVES, 18 de setembro de 2017
ROBLEDO MORAES PERES DE ALMEIDA
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de RIBEIRO GONÇALVES
Processo nº 0000022-50.2014.8.18.0112
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: ANTONIO PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): KLAYTON OLIVEIRA DA MATA(OAB/PIAUÍ Nº 5874)
Réu: BANCO VOTORANTIM S/A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
SENTENÇA
DISPOSITIVO
Posto isto e diante do mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL, com fulcro no art. 487, I do CPC e, nos termos do art. 80, II e III e
art. 81, ambos do novo CPC, CONDENO a parte autora a pagar à requerida R$ 2.700,00 (mil e quatrocentos reais), a título de litigância de má fé, sobre a qual deverá incidir correção
monetária e juros moratórios de 1%, ambos a partir da ciência desta sentença.
A secretaria deverá corrigir o polo passivo da ação para substituir o requerido pelo BV Financeira S/A.
Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95).
Concedo benefícios da justiça gratuita ao autor.
P. R. I.
Transitada em julgado esta sentença, arquivem-se os autos com baixa na
distribuição.
RIBEIRO GONÇALVES, 20 de setembro de 2017.
ROBLEDO MORAES PERES DE ALMEIDA
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de RIBEIRO GONÇALVES

15.12. INTIMAÇÃO A ADVOGADO COM PRAZO EXCEDIDO EM CARGA DE PROCESSO.

De ordem daMMª. Juízade Direito desta Comarca, INTIMA-SE os Advogados constituídos nos **Processos Nº 0000537-10.2014.8.18.0040, 0000072-64.2015.8.18.0040, 0000232-07.2006.8.18.0040**, em trâmite perante este juízo, os**Drs. MÁRLIO DA ROCHA LUZ MOURA, OAB/PI Nº 4505, eUANDERSON FERREIRA DA SILVA, OAB/PI Nº 5456**, para que procedam à devolução à Secretaria,**no prazo de 48 horas**, dos autos que se encontram em carga/vistas com prazo excedido, sob pena de, não havendo atendimento, ser expedido Mandado de busca e apreensão nos termos da lei. Batalha/PI, 07 de maio de 2018. Eu, Fernando Moura Rêgo Nogueira Leal, Analista Judicial - Matrícula Nº 27852, digitei e conferi.

15.13. Aviso de Intimação

AVISO DE INTIMAÇÃO (Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Altos)
PROCESSO Nº 012.2015 - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE QUANTIA PAGA E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
Requerente: Kaline Freitas Magalhães (Adv: Dr. José Gil Barbosa Terceiro OAB/PI 6360)
Requerido: Faculdade Rui Barbosa Piauí LTDA (Adv: Dr. Orleans Viana dos Santos OAB/PI 2555)
O(a) Diretor(a) do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Altos, de ordem da MM. Juíza Dra. Carmen Maria Paiva Ferraz Soares, de acordo com o Provimento 07/2012 da Corregedoria Geral da Justiça, INTIMA a Requerida **FACULDADE RUI BARBOSA PIAUÍ LTDA,** através de seu advogado **DR. Orleans Viana dos Santos, OAB/PI 2555,** dos termos do despacho de fls. 188, cujo teor segue integralmente transcrito: "Vistos. Diante da petição de fls. 177/179, que pediu o cumprimento de sentença, determino que: 1) Intime-se a empresa requerida, nos termos do art. 513 §2º, I, do CPC, através de seu advogado, para pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do art. 523 do CPC, sob pena do pagamento de multa no valor de 10% (dez) por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento); 2) Não havendo pagamento, proceda-se ao bloqueio *online* via BacenJud, nas contas de titularidade da executada, no valor do débito atualizado, intimando-se o executado através de seu advogado da penhora realizada. Advirto ainda que, em se tratando de contagem dos prazo, seguir-se-á a dinâmica estabelecida pelo Enunciado nº 165 do FONAJE. Cumpra-se. ALTOS-PI, 07 de maio de 2018. CARMEN MARIA PAIVA FERRAZ SOARES Juiz de Direito. E para constar, Eu, Wilmara Vieira Moura, Diretora de Secretaria, digitei e conferi o presente aviso. Altos, 07 de maio de 2018.

15.14. INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS DE CARTA PRECATÓRIA

O MM. Juiz de Direito da Comarca de Avelino Lopes/PI, INTIMA a parte autora, BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL. S/A, por seu advogado:ANDRÉ MYSSIOR OAB/MG 91357, para pagar as custas referentes a CARTA PRECATÓRIA enviada a este juízo,extraída doPROCESSO: 3269567-91.2011.8.13.0024, DA 35ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG- EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, tendo como executado:COSIMAT SIDERURGICA DE MATOSINHOS LTDA E OUTROS.

15.15. AVISO DE INTIMAÇÃO - PROC. 0800606-28.2017

Intimar a advogada MARIA TAISLANE DO PERPÉTUO SOCORRO MOURA COSTA (OAB/PI Nº 8994), para comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento, dia 05/06/2018, às 9:00 horas.

15.16. Edital de proclamas

TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS. Nº 23/2018, Livro D nº 2, Folha 151, Termo 1436. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **MESACH LIMA MARINHO e ZAIRA MARIA DE LIMA LOPES.** ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, natural de BREJO-MA, nascido em 18 de Setembro de 1972, residente e domiciliado RUA CEL. F. MACATRÃO, Nº 215, CENTRO, MILAGRES DO MARANHÃO-MA, filho de JOSÉ DE RIBAMAR MARINHO e RAIMUNDA LIMA MARINHO.ELA - é de estado civil DIVORCIADA, de profissão FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL, natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nasceu em MATIAS OLÍMPIO-PI, nascida em 25 de Novembro de 1975, residente e domiciliada RUA JOÃO DE OLIVEIRA LOPES, 224, CENTRO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filha de RAIMUNDO NONATO LOPES e MARIA RODRIGUES DE LIMA LOPES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício. Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 07 de Maio de 2018.(a)ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO.OFICIALA

TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS - Nº 34/2018, Livro D nº 2, Folha 162, Termo 1447. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **LUZIMARIO DIAS CASTRO e EDINALDA MARIA DE SOUSA.** ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão PESCADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nascido em 14 de Novembro de 1982, residente e domiciliado RUA SÃO BERNARDO 218, CRUZEIRO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filho de BERNARDO FERRO DE CASTRO e RAIMUNDA NONATA MARQUES DIAS. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão PESCADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nasceu em MATIAS OLÍMPIO-PI, nascida em 16 de Agosto de 1978, residente e domiciliada RUA SÃO BERNARDO, 218,, CRUZEIRO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filha de ANTONIO MANOEL DA SILVA e DOMINGAS MARIA DA CONCEIÇÃO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício. Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 04 de Maio de 2018. (a)ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO - OFICIALA

TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS - Nº 25/2018, Livro D nº 2, Folha 153, Termo 1438. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **ISAEL DA COSTA LIMA e GABRIELA TEIXEIRA REIS.** ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nasceu em ESPERANTINA-PI, nascido em 29 de Junho de 1993, residente e domiciliado LOCALIDADE LAGOA DOS MEIRELES, ZONA RURAL, MATIAS OLÍMPIO-PI, filho de BERNARDO BORGES DE LIMA e ALBENIZA DA COSTA LIMA. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão LAVRADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nasceu em MATIAS OLÍMPIO-PI, nascida em 24 de Julho de 1995, residente e domiciliada LOCALIDADE LAGOA DOS MEIRELES, ZONA RURAL, MATIAS OLÍMPIO-PI, filha de FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA e MARGARIDA MARIA REIS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício. Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 07 de Maio de 2018.(a)ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO- 1 OFICIALA

TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS-Nº 27/2018, Livro D nº 2, Folha 155, Termo 1440. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **ISMAEL CARLOS SOUSA DE CARVALHO e LEIDIANE SILVA DE AGUIAR.**ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de LUZILÂNDIA-PI, nasceu em BACABAL-MA, nascido em 29 de Julho de 1987, residente e domiciliado RUA 10 DE JULHO, S/Nº., CENTRO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filho de JOSÉ MARIA DE CARVALHO e MARIA LUCIA FERREIRA DE SOUSA. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão AUXILIAR ADMINISTRATIVA, natural de LUZILÂNDIA-PI, nasceu em LUZILÂNDIA-PI, nascida em 24 de Março de 1990, residente e domiciliada RUA 10 DE JULHO, S/Nº., CENTRO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filha de CLEBERTE SILVA DE AGUIAR e ANTONIA CARDOSO DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício. Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 02 de Maio de 2018. (a)ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO
OFICIALA.

TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS.Nº 24/2018, Livro D nº 2, Folha 152, Termo 1437. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **'PAULO DOS SANTOS SOUSA e MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA.** ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão PESCADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nasceu em MATIAS OLÍMPIO-PI, nascido em 1º de Outubro de 1985, residente e domiciliado RUA JOSÉ DE SOUSA, Nº 651, CENTRO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filho de JOAQUIM LEAL DE SOUSA e FRANCISCA BARBOSA DOS SANTOS. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão PESCADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nasceu em MATIAS OLÍMPIO-PI, nascida em 02 de Maio de 1990, residente e domiciliada RUA JOSÉ DE SOUSA, Nº 651, CENTRO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filha de FRANCISCO PEREIRA DA SILVA e SEBASTIANA MARIA ALVES.Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício. Ato

lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 02 de Maio de 2018.(a)
ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO-FICIALA

15.17. Edital de proclamas

TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS. Nº 22/2018, Livro D nº 2, Folha 150, Termo 1435. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **MAYLLON DAVID RIBEIRO DUTRA e ELIZAMARA GONÇALVES SENA.** ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de CHAPADINHA-MA, nasceu em MATIAS OLÍMPIO-PI, nascido em 23 de Julho de 1994, residente e domiciliado RUA DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA, S/N], BAIRRO BARREIRÃO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filho de FRANCISCO ERIMAR PEREIRA DUTRA e MARLENE RIBEIRO.
ELA - é de estado civil DIVORCIADA, de profissão LAVRADOR(A), natural de LUZILÂNDIA-PI, nasceu em LUZILÂNDIA-PI, nascida em 14 de Setembro de 1997, residente e domiciliada RUA JOSÉ DE SOUSA, S/Nº, BAIRRO BARREIRÃO, MATIAS OLÍMPIO-PI, filha de FFRANCISCO ISMAEL SENA e MARIA PEREIRA GONÇALVES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício. Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 26 de Abril de 2018. (a)ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO. OFICIALA.
TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS -Nº 11/2018, Livro D nº 2, Folha 139, Termo 1424. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **PAULO SOUZA LIMA e ROSÂNGELA MENDES.**ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascido em 26 de Abril de 1982, residente e domiciliado AV. JOAQUIM BARBOSA, Nº 236,, LIBERDADE, SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI, filho de ANTONIO DE LIMA FILHO e MARIA DO ROSÁRIO SOUZA LIMA. ELA - é de estado civil DIVORCIADA, de profissão FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL, natural de BARRAS-PI, nascida em 18 de Abril de 1981, residente e domiciliada AV. JOAQUIM BARBOSA, Nº 236,, LIBERDADE, SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI, filha de MANOEL MENDES e ROSA MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício. Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 26 de Fevereiro de 2018. (a)ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO-
OFICIALA.
TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS - Nº 28/2018, Livro D nº 2, Folha 156, Termo 1441. FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **JOÃO VICENTE ALVES DE OLIVEIRA FONTINELES e LAÍS SILVA COSTA** .ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nasceu em ESPERANTINA-PI, nascido em 08 de Julho de 1997, residente e domiciliado RUA PROJETADA, S/Nº., BOA ESPERANÇA, MATIAS OLÍMPIO-PI, filho de LUIZ FARIAS FONTINELES e LUZINETE ALVES DE OLIVEIRA FONTINELES.
ELA - é de estado civil DIVORCIADA, de profissão LAVRADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nasceu em MATIAS OLÍMPIO-PI, nascida em 06 de Maio de 1993, residente e domiciliada RUA BOA ESPERANÇA, S/Nº, BOA ESPERANÇA, MATIAS OLÍMPIO-PI, filha de MANOEL DA SILVA COSTA e SÔNIA MARIA SILVA.Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 07 de Maio de 2018. ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO -OFICIALA.
TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS. Nº 21/2018, Livro D nº 2, Folha 149, Termo 1434.FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **FRANCISCO LUZINALDO DAMASCENO e LUANA VÂNIA DE AGUIAR MORAIS** .ELE - é de estado civil DIVORCIADO, de profissão LAVRADOR(A), natural de MATIAS OLÍMPIO-PI, nascido em 05 de Agosto de 1981, residente e domiciliado RUA VICENTE TOMAZ DE LIMA, Nº 113, POÇO NOVO, SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI, filho de ANTONIO RODRIGUES DAMASCENO e MARIA DE LOURDES DAMASCENO.
ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascida em 28 de Junho de 1992, residente e domiciliada RUA VICENTE TOMAZ DE LIMA, Nº 113, POÇO NOVO, SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI, filha de LOURIVAL DE PAIVA MORAIS e MARIA VANDA RODRIGUES AGUIAR. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 07 de Maio de 2018. (a) ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO- OFICIALA.
TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS- Nº 20/2018, Livro D nº 2, Folha 148, Termo 1433- FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **AILTON MESQUITA CUNHA e ANTONIA CELIA MESQUITA PONTES** . ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascido em 04 de Julho de 1988, residente e domiciliado SÃO JOSÉ DOS ORFÃOS, ZONA RURAL, SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI, filho de MANOEL DA SILVA CUNHA e MARIA SILVANIR MESQUITA FERREIRA. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascida em 28 de Maio de 1995, residente e domiciliada NA LOCALIDADE VILA ESPERANÇA, ZONA RURAL, SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI, filha de DOMINGOS DA SILVA PONTES e ANTONIA FERNANDES MESQUITA.Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos. MATIAS OLÍMPIO, PI, 07 de Maio de 2018.(a) ALMIRALICE SAMPAIO DE CASTRO
OFICIALA

15.18. EDITAL DE DIVULGAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

EDITAL DE DIVULGAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
O Excelentíssimo Senhor Doutor RAIMUNDO JOSÉ GOMES, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Piripiri, estado do Piauí, por nomeação na forma da lei etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, a Ação acima referenciada, sob o nº 0800068-44.2017.8.18.0033, proposta por **DOMINGOS CARDOSO DE MELO**, brasileiro, piauiense, casado, portador do RG n° 36.156.440-X SSP/SP e CPF n° 186.765.882-87, e **MARIA APARECIDA DA COSTA CARDOSO FERNANDES**, brasileira, piauiense, casada, portadora do RG n° 1.356.845 SSP-PI e CPF n° 733.548.993-87, ambos residente e domiciliados na Rua Olavo Bilac, 111, Fonte dos Matos, Piripiri - PI, CEP 64.260-000, e que, por intermédio do presente, nos termos do art. 734 § 1.º NCPC, **publicam a sua intenção de alterar o Regime de Bens de seu Casamento, de separação de bens para comunhão total de bens.** E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Piripiri/PI, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito (07/05/2018). Eu, Priscilla Pinheiro Pereira, analista judicial, o digitei.
RAIMUNDO JOSÉ GOMES
Juiz de Direito

15.19. NOTIFICAÇÃO DE ADVOGADO

Processo nº 0000264-08.2015.8.18.0101
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor:

Réu: SAMUEL RIBEIRO DE CARVALHO
Advogado(s): CÍCERO BELO PEREIRA(OAB/CEARÁ Nº 29255)
NOTIFIQUE-SE O advogado Sr.(a): CÍCERO BELO PEREIRA(OAB/CEARÁ Nº 29255), para devolver URGENTEMENTE o Processo nº 0000264-08.2015.8.18.0101, que se encontram com carga/vista a 32 (trinta e dois) dias, SOB PENA de busca e apreensão, perda de vistas e representação na Ordem dos Advogados do Brasil Subseção do Ceará, OAB/CE. E para constar, Eu, PAULO ALMEIDA CARRILHO JÚNIOR, Secretário, digitei e conferi o presente. SIMÕES, 07 de maio de 2018

15.20. EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO Nº: 114/2007
CLASSE: ORDINÁRIA - APOSENTADORIA RURAL
Autores: ORMERINDA ALVES DA SILVA E OUTROS
Advogado: ARIMATÉIA DANTAS LACERDA (OAB/PI 1613)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
DESPACHO: Vistos,. Intime-se a parte por meio de seu advogado para manifestar-se em 10 (dez) dias, acerca da informação prestada pelo TRF-1, que trata da devolução dos valores depositados na RPV ao Tesouro Nacional, requerendo o que entender de direito. Matias Olímpio, 07 de maio de 2018. Mariana Cruz Almeida Pires, juíza de Direito.

15.21. EDITAL - VARA ÚNICA DE ÁGUA BRANCA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ÁGUA BRANCA)
Processo nº 0000517-86.2004.8.18.0034
Classe: Embargos à Execução
Embargante: JOÃO FERREIRA COELHO
Advogado(s): HUMBERTO AUGUSTO TEIXEIRA NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 2439/93)
Embargado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 5525), BRUNO DUARTE PESSOA ALMEIDA(OAB/PIAUÍ Nº 14664), FRANCISCA MARIA BARBOSA CARDOSO(OAB/PIAUÍ Nº 11004), DIOGO ELVAS FALCAO OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6088), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577), SUZYANE MOURA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 13413), BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA(OAB/PIAUÍ Nº 3556), JOSUÉ SILVA NEVES(OAB/PIAUÍ Nº 5684), EDIMAR CHAGAS MOURÃO(OAB/PIAUÍ Nº 3183), PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962), FABRICIO CARVALHO AMORIM LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 7861), HELOISA MARIA DE ANDRADE CORTEZ(OAB/PIAUÍ Nº 15621), ANTONIO DO NASCIMENTO COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 13901), SAGRAMOR LARISSA BRAGA CARIBE(OAB/PIAUÍ Nº 7652)
DESPACHO: A Secretaria da Vara Única da Jurisdição de Água Branca/PI, pelo servidor ao final assinado, no cumprimento de decisão/despacho nos autos em epígrafe, de acordo com o Provimento 07/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, INTIMA a parte demandada, por seu procurador para querendo, manifestar-se em quinze dias, sobre as materias suscitadas pela parte embargada, em sede de impugnação. Eu Otávio Soares da Silva ? Escrivão Secretário. Digitei e subscrevi.

15.22. EDITAL - JECC ALTOS - SEDE

AVISO DE INTIMAÇÃO (JECC Altos - Sede de ALTOS)
Processo nº 0000130-69.2012.8.18.0041
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DO AMPARO PESSOA DA SILVA
Advogado(s): TALLES GUSTAVO MARQUES RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 6980)
Réu: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(s): LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO(OAB/BAHIA Nº 16780)
DESPACHO: Vistos, Diante do retorno dos autos da Turma Recursal, intimem-se as partes a fim de que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo manifestação, arquivem-se. ALTOS, 4 de maio de 2018. CARMEN MARIA PAIVA FERRAZ SOARES - Juiz(a) de Direito da JECC Altos - Sede da Comarca de ALTOS.

15.23. EDITAL - JECC ALTOS - SEDE

AVISO DE INTIMAÇÃO (JECC Altos - Sede de ALTOS)
Processo nº 0000055-88.2016.8.18.0041
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: RAIMUNDA VIEIRA DA COSTA
Advogado(s): ROBERTO CÉSAR DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 6180)
Réu: BANCO ITAÚ S/A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2338)
SENTENÇA: (...) DIANTE DO EXPOSTO, julgo procedente o pedido autoral, resolvendo omérito com fulcro no artigo 487, I, do CPC, e por conseguinte: 1) Declaro a nulidade do Contrato 54233277020120831; 2) Condeno a Requerida a indenizar a Requerente, a título de danos materiais, já incluída a repetição do indébito, no montante de R$20.436,84 (vinte mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC desde a data da citação. 3) Condeno a Requerida à indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros legais de 1% desde a citação e correção monetária desde a data da sentença. 4) Determino a compensação dos valores a serem pagos pelo Requerido com o valor de R$5.913,00 (cinco mil novecentos e treze reais), depositado na conta-corrente do Requerente. Defiro o benefício da justiça gratuita. Sem condenação em honorários de advogado, nem custas processuais, em conformidade com os arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após trânsito em julgado, cumprida a Sentença, arquivem-se os autos. ALTOS, 04 de maio de 2018. CARMEN MARIA PAIVA FERRAZ SOARES - Juiz(a) de Direito da JECC Altos - Sede da Comarca de ALTOS.

15.24. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000373-23.2015.8.18.0036
Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional
Representante: O MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Representado: EDUARDO ALCIDES DE SOUSA JUNIOR, RAIMUNDO VICENTE FERREIRA NETO
Advogado(s): FRANCISCO DE JESUS PINHEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5148)
Intime-se o advogado do representado Raimundo Vicente Ferreira Neto para apresentar a defesa prévia em três dias, sob pena de aplicação da

multa do art. 265 do CPP e comunicação à OAB/PI.

15.25. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000274-87.2014.8.18.0036
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: O MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: DANIQUERCIO LUAN DA SILVA PEREIRA, MARIO BIBIANO DA SILVA
Advogado(s): AMADEU LUIZ PEREIRA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 260), ALESSANDRO DOS SANTOS LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 3521), ALEXANDRE DE ALMEIDA RAMOS(OAB/PIAUÍ Nº 3271), MARIA LINDALVA MENESES PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7832)
Intimem-se as partes para que se manifestem sobre a prova produzida através de carta precatória (oitiva de Norberto Pessoa), no prazo de 72 (setenta e duas horas), podendo complementar as alegações finais. Após, voltem-me conlusos para sentença.

15.26. EDITAL - VARA ÚNICA DE ALTOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ALTOS)
Processo nº 0000772-96.2008.8.18.0036
Classe: Separação Litigiosa
Suplicante: JAIRO DA SILVA
Advogado(s): JOSE EDSON DIAS DAS NEVES(OAB/PIAUÍ Nº 11022)
Suplicado: JHENYFFE THAYS BARBOSA MATOS DA SILVA
Advogado(s):
SENTENÇA: Pelo exposto, e estando atendidos os requisitos do art. 226, § 6º da Constituição Federal, julgo procedente o pedido para decretar o Divórcio de Jairo da Silva e Jhenyffe Thays Barbosa Matos da Silva, nos termos dos art. 1571, IV do Código Civil e, por via de consequência, dissolvo o vínculo matrimonial, retirando os efeitos civis do matrimônio. Fica resguardado à mulher o direito de optar pela alteração do nome para solteira, previsto no art. 1571, §2º, 1ª parte, c/c art. 1578, §1º do Código Civil, mantendo-se o nome de casada no registro público até que a requerente exerça seu direito de opção. Custas ex lege, pela requerida, a quem defiro a gratuidade. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação

15.27. EDITAL - VARA ÚNICA DE ALTOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ALTOS)
Processo nº 0000444-98.2010.8.18.0036
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
Advogado(s): MARIA LUCILIA GOMES(OAB/SÃO PAULO Nº 84206)
Requerido: ANNY CAROLINE LOPES RIBEIRO
Advogado(s): JOSÉ GIL BARBOSA TERCEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 6360)
ATO ORDINATÓRIO: Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme sentença retro. (

15.28. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000095-37.2006.8.18.0036
Classe: Execução de Alimentos
Requerente: INÊS SOFIA CAVALCANTE SALES BARROS
Advogado(s): JOSÉ GIL BARBOSA JÚNIOR (OAB/PI Nº 3853)
Requerido: LUIS BARROS FILHO
Advogado(s):
O feito está sem movimentação útil há vários anos. A requerente foi intimada para se manifestar interesse no feito e nada disse. Porém, seu advogado não foi intimado.
Intime-se para que informe se persiste o interesse no feito, devendo, em caso positivo, informar o valor do débito atualizado, sob pena de extinção.

15.29. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000427-57.2013.8.18.0036
Classe: Procedimento Comum
Autor: DAVI ALVES FERREIRA
Advogado(s): FRANCISCO DE JESUS PINHEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5148)
Réu: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A
Advogado(s): MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE(OAB/PERNAMBUCO Nº 20397)
ATO ORDINATÓRIO
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
DESPACHO: Havendo escusa, retornem os autos conclusos para nova nomeação de perito. Em caso de concordância, intimem-se as partes para que no prazo comum de cinco dias, querendo, manifestem-se sobre a proposta de honorários. Se ocorrer oposição quanto ao valor da proposta de honorários, intime-se o perito para que se manifeste a respeito em cinco dias, tornando os autos conclusos a seguir para arbitramento. Caso não haja oposição ao valor dos honorários, homologo desde logo o valor da proposta, fixando a quantia no montante apresentado pelo perito; nesta hipótese, a seguir intimem-se as partes para que a parte a que foi atribuído o custeio dos honorários periciais providencie o depósito do montante no prazo de dez dias. Feito o depósito, comunique-se o perito (por correio eletrônico) para que sejam iniciados os trabalhos.
A perícia foi requerida pela parte requerida, a qual fica incumbida da antecipação do custeio dos honorários periciais (artigo 82 do CPC).
... **Resposta do médico perito apresentando proposta de honorários:** Alexandry Dias Carvalho - CPF 763238113-91 "Aceito a nomeação para perito médico no processo em questão estipulando o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) como honorários médicos a serem depositados no Banco do Brasil Agência 3507-6,conta corrente 130777-0."

15.30. DECISÃO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000402-58.2015.8.18.0041
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: CELSO MACEDO DA SILVA

Advogado(s): CRISTIANO MOURA MACEDO(OAB/PIAUÍ Nº 12420)
Réu: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ(COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ-CEPISA
Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
Desta feita, diante da manifestação da parte autora em ver a sua ação tramitando perante o Juizado Especial, ante a existência de Juizado Especial na Comarca de Altos/PI, declino de minha competência para apreciar e julgar a matéria, determinando que os presentes autos sejam remetidos para o juizado cível e criminal deste município.

15.31. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800228-26.2018.8.18.0036
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARLI DE OLIVEIRA MAGALHAES ABREU; **REQUERENTE**: FRANCISCO RODRIGUES DE ABREU
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.32. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800676-33.2017.8.18.0036
CLASSE: ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO
POLO ATIVO: REQUERENTE: SHIRLEI DA SILVA ARAUJO; **REQUERENTE**: LUIS PAULO ARAUJO DA SILVA
ADVOGADO(s): EDINALDO SILVA CERQUEIRA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JOSE ALVES DE ARAUJO
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.33. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800676-33.2017.8.18.0036
CLASSE: ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO
POLO ATIVO: REQUERENTE: SHIRLEI DA SILVA ARAUJO; **REQUERENTE**: LUIS PAULO ARAUJO DA SILVA
ADVOGADO(s): EDINALDO SILVA CERQUEIRA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JOSE ALVES DE ARAUJO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.34. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800109-65.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA RODRIGUES PESSOA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.; **RÉU**: BANCO PAN S.A.
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.35. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800109-65.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA RODRIGUES PESSOA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.; **RÉU**: BANCO PAN S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.36. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800119-12.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE JESUS BARBOSA SILVA
ADVOGADO(s): TALLES GUSTAVO MARQUES RODRIGUES
POLO PASSIVO: RÉU: FRANCISCO DA SILVA ALVES
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.37. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800119-12.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE JESUS BARBOSA SILVA
ADVOGADO(s): TALLES GUSTAVO MARQUES RODRIGUES
POLO PASSIVO: RÉU: FRANCISCO DA SILVA ALVES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.38. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800296-73.2018.8.18.0036
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: CACIQUE PNEUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ADVOGADO(s): FELLIPE RONEY DE CARVALHO ALENCAR
POLO PASSIVO: RÉU: W. M. S. E SOUZA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.39. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800510-98.2017.8.18.0036
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.R.S.G; **REQUERENTE**: J.G.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.40. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800510-98.2017.8.18.0036
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.R.S.G; **REQUERENTE**: J.G.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.41. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800610-53.2017.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: F.C.O.S; **AUTOR**: J.O.V.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.42. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800607-98.2017.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: R.C.M.L; **AUTOR**: E.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.43. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800607-98.2017.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: R.C.M.L; **AUTOR**: E.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.44. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800607-98.2017.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: R.C.M.L; **AUTOR**: E.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.45. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800313-12.2018.8.18.0036
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.N.C; **REQUERENTE**: C.A.R.J
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.46. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800602-76.2017.8.18.0036
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: R.J.A.D; **REQUERENTE**: L.R.P.L
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:

219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.47. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800602-76.2017.8.18.0036
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: R.J.A.D; **REQUERENTE**: L.R.P.L
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.48. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800321-86.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ZILDETE SOARES ALCANTARA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.49. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800321-86.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ZILDETE SOARES ALCANTARA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.50. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800321-86.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ZILDETE SOARES ALCANTARA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.51. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800321-86.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ZILDETE SOARES ALCANTARA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.52. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800230-93.2018.8.18.0036
CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA
POLO ATIVO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE ALTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.53. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800316-64.2018.8.18.0036
CLASSE: PROCEDIMENTO SUMÁRIO
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE BENEDITINOS
ADVOGADO(s): LISANDRO CRUZ MENDES JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: FRANCIELTO RIBEIRO DE LIMA
889 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA EM PARTE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.54. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800332-18.2018.8.18.0036
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: E.F.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: D.D.S.N
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.55. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800330-48.2018.8.18.0036
CLASSE: DESAPROPRIAÇÃO
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALICE NUNES BARBOSA
ADVOGADO(s): LUDY MACEDO VIEIRA,LUZIA FERNANDES DO NASCIMENTO
POLO PASSIVO: RÉU: GUSTAVO FERREIRA NUNES
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.56. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800323-56.2018.8.18.0036
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FRANCINETE OLIVEIRA BARBOSA LEAL
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EDILTON LEAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.57. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800323-56.2018.8.18.0036
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FRANCINETE OLIVEIRA BARBOSA LEAL
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EDILTON LEAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.58. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800323-56.2018.8.18.0036
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FRANCINETE OLIVEIRA BARBOSA LEAL
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EDILTON LEAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.59. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800323-56.2018.8.18.0036
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FRANCINETE OLIVEIRA BARBOSA LEAL
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EDILTON LEAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.60. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800323-56.2018.8.18.0036
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FRANCINETE OLIVEIRA BARBOSA LEAL
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EDILTON LEAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.61. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800323-56.2018.8.18.0036
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: FRANCINETE OLIVEIRA BARBOSA LEAL
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: EDILTON LEAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.62. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800340-92.2018.8.18.0036
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.C.R.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: A.F.D.S
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.63. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800340-92.2018.8.18.0036
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.C.R.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: A.F.D.S
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.64. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800337-40.2018.8.18.0036
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.B.L.F.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: A.J.S.S
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.65. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTOS

PROCESSO Nº: 0800337-40.2018.8.18.0036
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.B.L.F.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: A.J.S.S
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.66. EDITAL - VARA ÚNICA DE AMARANTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de AMARANTE)
Processo nº 0000860-19.2017.8.18.0037
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MIINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: FERNANDO DE SOUSA JESUS, MARIA KARLA RODRIGUES DE MATOS
Advogado(s): FERNANDA OLIVEIRA LIRA(OAB/PIAUÍ Nº 14788)
ATO ORDINATÓRIO: O Secretário da Vara Única da Comarca de Amarante, Estado do Piaui, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, nos termos do Provimento nº 07/2012 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piaui, INTIMA à advogada da ré Maria Karla Rodrigues de Matos, supra mencionada, do interior teor do r. despacho de fls. 69, o qual na sua parte final, é do teor seguinte: ?...O Ministério Público ofereceu parecer pela improcedência do pedido, em virtude da requerente não ter provado ser proprietária do veículo e nem ter poderes para requerer em Juízo. Acolho as alegações ministeriais para indefeir o pedido de fls. 55, em razão da requerente não ser parte legítima, proprietária ou legalmente responsável para fazer tal pedido. Intime-se. Amarante, 10 de abril de 2018. a)Netanias Batista de Moura-Juiz de Direito".

15.67. EDITAL - VARA ÚNICA DE AMARANTE

2ª Publicação
PROCESSO Nº: 0000451-43.2017.8.18.0037
CLASSE: Interdição
Interditante: ANTONIO PEREIRA DA SILVA
Interditando: GONÇALA RIBEIRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
O Dr. NETANIAS BATISTA DE MOURA , Juiz de Direito desta cidade e comarca de AMARANTE, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretaria da Vara Única, aos termos da Ação de Interdição c/c Curatela, movida pela Defensoria Pública Estadual em favor de GONÇALA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na rua Francisco Lira, 409 ? Amarante - PI, de quem foi decretada a INTERDIÇÃO por sentença, em 23.02.2018, em razão da mesma ser pessoa absolutamente incapaz para gerir sua própria vida e administrar seus bens, tendo sido nomeado CURADOR, ANTONIO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, aposentado, domiciliado na rua Francisco Lira, 409 ? Amarante - PI, mediante compromisso, para todos os fins legais, nos termos do art. 755 do CPC.E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica por tres vezes com intervalo de dez dias e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de AMARANTE, Estado do Piauí, aos 25 de abril de 2018 (25/04/2018). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.
AMARANTE, 25 de abril de 2018
NETANIAS BATISTA DE MOURA
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AMARANTE

15.68. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000287-78.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO SANTOS
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: BANCO BONSUCESSO
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Nos termos do art. 28 da Lei 9.099/95, redesigno a data de 01 de fevereiro de
2019, às 09:15 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação, instrução e
julgamento.
Nomeio FRANCISCO DAS CHAGAS ARCANJO FILHO para servir como

conciliador.
Intimações necessárias.

15.69. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000318-98.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA EUNICE DA SILVA
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos etc...
Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por MARIA EUNICE DA SILVA, brasileira, Aposentada, portador(a) do CPF nº 411.724.503-15, inscrito (a) no RG n° 798.315 SSP-PI, residente e domiciliado (a) na Rua José de Fonte, 777, nesta comarca, em face do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 07.207.996/0001-50, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osaco-SP.
Relata a parte autora que não firmou nenhum contrato com a parte ré e vem sofrendo descontos mensais na importância pecuniária dos proventos de sua aposentadoria, em virtude dos contratos sob o n° 770761879, importâncias estas em benefício da parte ré.
Relata a parte autora que sofreu danos morais ao saber da realização de tais descontos em seus proventos, em razão dos mesmos serem de pequeno valor e utilizado para sua própria subsistência, em razão do exposto, requereu da parte autora que fosse a parte ré condenada a devolver em dobro a importância já recebida da parte autora, e ainda condenada no pagamento de importância em razão dos danos causados.
Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 32.
A parte ré apresentou contestação via peticionamento eletrônico n° 0000318-98.2017.8.18.0037.5001, oportunidade em que requereu a improcedência das ações, por entender que o contrato foi celebrado cumprindo as suas formalidades legais.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré não fez juntar aos autos, comprovante do contrato citado na inicial e nem comprovante de transferência eletrônica (TED) em benefício a parte autora.
Entendo, que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos de importância pecuniária dos seus proventos em benefício da parte ré, que são de relevância para seu sustento.
Indefiro o pedido de expedição de oficio ao banco pagador, por entender desnecessário para o andamento do processo.
Documento assinado eletronicamente por NETANIAS BATISTA DE MOURA, Juiz(a), em 07/05/2018, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
INDEFIRO O PEDIDO formulado preliminarmente, alegando a incompetência e aplicação do rito seguindo os juizados especiais cíveis, em razão do valor da causa ser inferior a 40(quarenta) salários mínimos, e a parte autora poder optar entre o Juizado Especial e a Justiça Comum, conforme Enunciado 01 do FONAJE.
Quanto a preliminar alegada em relação à conexão, INDEFIRO A MESMA, uma vez que se trata de contratos diferentes do discutido na inicial.
Em razão do exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO para DECLARAR a nulidade da relação jurídica citada na inicial e CONDENAR a parte ré a devolver para a parte autora o valor das importâncias desta recebidas, corrigidas monetariamente a partir da data do desconto de cada parcela atualizada com juro de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
Deixo de condenar a repetição em dobro, em virtude da ausência de provas de má-fé da parte ré. Condeno, ainda, a ré a pagar o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais para a parte autora, por entender que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos feitos indevidamente da importância de seus parcos proventos que lhe garantem a subsistência, atualizado monetariamente a partir da data da presente sentença, com juro de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso, conforme sumula n° 54 do Superior Tribunal de Justiça (da data do espelho do histórico do INSS), de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei 9.099/95 e art. 487, inciso I, letra A, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
P. R. I.
Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

15.70. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000322-38.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA EUNICE DA SILVA
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

Vistos etc...
Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por MARIA EUNICE DA SILVA, brasileira, aposentada, portador(a) do CPF nº 411.724.503-15, inscrito (a) no RG n° 798.315 SSP-PI, residente e domiciliado (a) na Rua José Fontes, 777, nesta comarca, em face do BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 33.885.724/0001-19, com sede na Pc Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Parque Jabaquara, São Paulo - SP.
Relata a parte autora na inicial que foi surpreendida ao receber descontos nos proventos de sua aposentadoria junto ao INSS, quando tomou conhecimento de descontos mensais realizados de importância nos seus proventos em benefício da parte ré, em decorrência do contrato de nº 235621257.
Relata a parte autora na inicial que nunca pretendeu materializar vinculo contratual para conceder empréstimo junto a parte ré.
Relata a parte autora que em razão dos descontos feitos na quantia de seus proventos gerou danos materiais e morais em razão de ter lhe ocasionado superendividamento e comprometimento de seu sustento e de sua sobrevivência.
Por esta razão, requereu a procedência das ações, para que fosse declarada a inexistência da relação contratual e que a parte ré fosse condenada a devolver a quantia recebida e pagar indenização em razão dos danos morais para a parte autora.
Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 31.
Designada a audiência de instrução e julgamento, a parte ré apresentou contestação, juntada via sistema de peticionamento eletrônico sob protocolo nº 0000322-38.2017.8.18.0037.5001 oportunidade em que requereu a improcedência das ações por entender não haver nenhum desrespeito à legislação e que, na verdade, não foi celebrado acordo entre as partes.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré juntou na contestação cópia da carteira de identidade devidamente assinada pela parte autora.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré fez juntar a cópia do contrato citado na inicial, assinado pela parte autora, juntado via sistema de peticionamento eletrônico sob protocolo nº 0000322-38.2017.8.18.0037.5001.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré juntou cópias dos documentos pessoais da parte autora, juntados via sistema de peticionamento eletrônico sob protocolo 0000322-38.2017.8.18.0037.5001. Analisando os autos, verifica-se que os mesmos não comprovam que a parte autora não recebeu a importância mencionada na petição inicial.
Analisando os autos, verifica-se que a parte autora não foi diligente na guarda de seus documentos pessoais.
Analisando os autos, estes não comprovam a existência de fraude. Em razão do exposto, REJEITO OS PEDIDOS formulados na inicial para JULGAR IMPROCEDENTE AS AÇÕES, por falta de amparo legal, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei nº 9.099/95 e art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios.
P. R. I.
Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se

15.71. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000330-15.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA EUNICE DA SILVA
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos etc...
Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por MARIA EUNICE DA SILVA, brasileira, Aposentada, portador(a) do CPF nº 411.724.503-15, inscrito (a) no RG n° 798.315 SSP-PI, residente e domiciliado (a) na Rua José de Fonte, 777, nesta comarca, em face do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 07.207.996/0001-50, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osaco-SP.
Relata a parte autora que não firmou nenhum contrato com a parte ré e vem sofrendo descontos mensais na importância pecuniária dos proventos de sua aposentadoria, em virtude dos contratos sob o n° 67821253, importâncias estas em benefício da parte ré.
Relata a parte autora que sofreu danos morais ao saber da realização de tais descontos em seus proventos, em razão dos mesmos serem de pequeno valor e utilizado para sua própria subsistência, em razão do exposto, requereu da parte autora que fosse a parte ré condenada a devolver em dobro a importância já recebida da parte autora, e ainda condenada no pagamento de importância em razão dos danos causados.
Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 32.
A parte ré apresentou contestação via peticionamento eletrônico n° 0000330-15.2017.8.18.0037.5001, oportunidade em que requereu a improcedência das ações, por entender que o contrato foi celebrado cumprindo as suas formalidades legais.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré não fez juntar aos autos, comprovante do contrato citado na inicial e nem comprovante de transferência eletrônica (TED) em benefício a parte autora.
Entendo, que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos de importância pecuniária dos seus proventos em benefício da parte ré, que são de relevância para seu sustento.
Indefiro o pedido de expedição de oficio ao banco pagador, por entender desnecessário para o andamento do processo.
Documento assinado eletronicamente por NETANIAS BATISTA DE MOURA, Juiz(a), em 07/05/2018, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Quanto a preliminar alegada em relação à conexão, INDEFIRO A MESMA, uma vez que se trata de contratos diferentes do discutido na inicial.
Em razão do exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO para DECLARAR a nulidade da relação jurídica citada na inicial e CONDENAR a parte ré a devolver para a parte autora o valor das importâncias desta recebidas, corrigidas monetariamente a partir da

data do desconto de cada parcela atualizada com juro de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
Deixo de condenar a repetição em dobro, em virtude da ausência de provas de má-fé da parte ré. Condeno, ainda, a ré a pagar o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais para a parte autora, por entender que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos feitos indevidamente da importância de seus parcos proventos que lhe garantem a subsistência, atualizado monetariamente a partir da data da presente sentença, com juro de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso, conforme sumula n° 54 do Superior Tribunal de Justiça (da data do espelho do histórico do INSS), de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei 9.099/95 e art. 487, inciso I, letra A, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
P. R. I.
Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

15.72. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000327-60.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA EUNICE DA SILVA
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos etc...
Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por MARIA EUNICE DA SILVA, brasileira, Aposentada, portador(a) do CPF nº 411.724.503-15, inscrito (a) no RG n° 798.315 SSP-PI, residente e domiciliado (a) na Rua José de Fonte, 777, nesta comarca, em face do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 07.207.996/0001-50, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osaco-SP.
Relata a parte autora que não firmou nenhum contrato com a parte ré e vem sofrendo descontos mensais na importância pecuniária dos proventos de sua aposentadoria, em virtude dos contratos sob o n° 803477948, importâncias estas em benefício da parte ré.
Relata a parte autora que sofreu danos morais ao saber da realização de tais descontos em seus proventos, em razão dos mesmos serem de pequeno valor e utilizado para sua própria subsistência, em razão do exposto, requereu da parte autora que fosse a parte ré condenada a devolver em dobro a importância já recebida da parte autora, e ainda condenada no pagamento de importância em razão dos danos causados.
Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 33.
A parte ré apresentou contestação via peticionamento eletrônico n° 0000327-60.2017.8.18.0037.5002, oportunidade em que requereu a improcedência das ações, por entender que o contrato foi celebrado cumprindo as suas formalidades legais.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré não fez juntar aos autos, comprovante do contrato citado na inicial e nem comprovante de transferência eletrônica (TED) em benefício a parte autora.
Entendo, que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos de importância pecuniária dos seus proventos em benefício da parte ré, que são de relevância para seu sustento.
Indefiro o pedido de expedição de oficio ao banco pagador, por entender desnecessário para o andamento do processo.
Documento assinado eletronicamente por NETANIAS BATISTA DE MOURA, Juiz(a), em 07/05/2018, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Quanto a preliminar alegada em relação à conexão, INDEFIRO A MESMA, uma vez que se trata de contratos diferentes do discutido na inicial.
Em razão do exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO para DECLARAR a nulidade da relação jurídica citada na inicial e CONDENAR a parte ré a devolver para a parte autora o valor das importâncias desta recebidas, corrigidas monetariamente a partir da data do desconto de cada parcela atualizada com juro de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
Deixo de condenar a repetição em dobro, em virtude da ausência de provas de má-fé da parte ré. Condeno, ainda, a ré a pagar o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais para a parte autora, por entender que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos feitos indevidamente da importância de seus parcos proventos que lhe garantem a subsistência, atualizado monetariamente a partir da data da presente sentença, com juro de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso, conforme sumula n° 54 do Superior Tribunal de Justiça (da data do espelho do histórico do INSS), de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei 9.099/95 e art. 487, inciso I, letra A, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
P. R. I.

Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.
AMARANTE, 4 de maio de 2018
NETANIAS BATISTA DE MOURA
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AMARANTE

15.73. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000289-48.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO SANTOS
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
Advogado(s): IGOR MACIEL ANTUNES(OAB/MINAS GERAIS Nº 74420)
Torno sem efeito o termo de audiência de fls. 41, em razão da parte ré ter sidocitada na véspera da audiência.
Designo nos termos art. 28 da Lei 9.009/95, designo a data de 01 de fevereirode 2019, às 09:00 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação, instruçãoe julgamento.
Nomeio FRANCISCO DAS CHAGAS ARCANJO FILHO para servir comoconciliador.
Intimações necessárias.

15.74. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000319-83.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: JOSE CARVALHO
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s):
Torno sem efeito o termo de audiência de fls. 41, em razão da parte ré ter sido citada na véspera da audiência.
Designo nos termos art. 28 da Lei 9.009/95, designo a data de 01 de fevereiro de 2019, às 09:00 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento.
Nomeio FRANCISCO DAS CHAGAS ARCANJO FILHO para servir como conciliador.
Intimações necessárias.

15.75. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000293-85.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO SANTOS
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos, etc...
Tratam os presentes autos de ação declaratória de inexistência de relação contratual c/c pedido de repetição de indébito requerida por MARIA DO SOCORRO SANTOS, brasileiro(a), aposentada, residente e domiciliado(a) no(a) Povoado Dois Coqueiros, s/n, portador(a) CPF 578.589.933-72 e do RG 1.469.346 SSP-PI, contra BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A, instituição financeira, inscrito no CNPJ
sob o número 33.885.724/0001-19, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo-SP.
Em audiência verificou-se a ausência da parte autora.
Isto posto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço nos termos do artigo 51, da lei 9.099/95.
Sem Custas.
P.R.I.
Após Transito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

15.76. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000198-55.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: LUIZA SILVA PAIXÃO
Advogado(s): RICARDO MELO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12605), VALDINAR MACHADO SOARES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 13634)
Réu: BANCO BMG
Advogado(s):
Vistos, etc...
Através da petição de fls. 64/65, a parte ré, Banco BMG S.A, apresentou Embargos de Declaração, por entender a ocorrência de erro material e omissão na sentença de fls. 27/27v, alegando que houve erro ao julgar a ilegitimidade do Banco BMG S.A.
Por fim, requereu a substituição do pólo passivo da ação com nova intimação para o Banco ITAU BMG CONSIGNADO S.A, para figurar no pólo passivo da ação.
Analisando os autos, verifica-se através da sentença prolatada às fls. 27/27v, que o Banco BMG S.A já fora reconhecido como parte legítima da ação passando a atuar no pólo passivo da ação, uma vez que o documento às fls. 17 comprovam que o contrato foi firmado com o Banco BMG S.A, por esta razão, não admitindo o ITAÚ BMG CONSIGNADO no pólo passivo da ação.
Analisando os autos, verifica-se que não há erro material e omissão na citada sentença, por esta razão, JULGO IMPROCEDENTE os embargos por não preencher os

requisitos do Art. 1.022 e seguintes do Código de Processo Civil.
P. R. I.

15.77. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000284-26.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO MUNIZ
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Nos termos do art. 28 da Lei 9.099/95, redesigno a data de 01 de fevereiro de2019, às 10:00 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação, instrução ejulgamento.
Nomeio FRANCISCO DAS CHAGAS ARCANJO FILHO para servir comoconciliador.
Intimações necessárias.

15.78. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000286-93.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: JOÃO LOURENÇO DA SILVA
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s): LEONARDO NASCIMENTO GONCALVES DRUMOND(OAB/PERNAMBUCO Nº 768-A)
Vistos etc... Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por JOÃO LOURENÇO DA SILVA, brasileiro, Trabalhadora Rural, portador(a) do CPF nº 207.801.503-25, inscrito (a) no RG n° 854.185 SSP-PI, residente e domiciliada (a) na Rua Manoel Alexandre, 68 , nesta comarca, em face do BANCO BONSUCESSO S.A pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 71.027.866/0001-34 com sede na Rua Alvarenga Peixoto, 974, Belo Horizonte - MG. Relata a parte autora na inicial que foi surpreendida ao receber descontos nos proventos de sua aposentadoria junto ao INSS, quando tomou conhecimento de descontos mensais realizados de importância nos seus proventos em benefício da parte ré, em decorrência do contrato de nº 37665288. Relata a parte autora na inicial que nunca pretendeu materializar vinculo contratual para conceder empréstimo junto a parte ré. Relata a parte autora que em razão dos descontos feitos na quantia de seus proventos gerou danos materiais e morais em razão de ter lhe ocasionado superendividamento e comprometimento de seu sustento e de sua sobrevivência. Por esta razão, requereu a procedência das ações, para que fosse declarada a inexistência da relação contratual e que a parte ré fosse condenada a devolver a quantia recebida e pagar indenização em razão dos danos morais para a parte autora. Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 42. Designada a audiência de instrução e julgamento, a parte ré apresentou contestação via peticionamento eletrônico de n° 0000286-93.2017.8.18.0037.5002, oportunidade em que requereu a improcedência das ações por entender não haver nenhum desrespeito à legislação e que, na verdade, foi celebrado acordo entre as partes. Analisando os autos, verifica-se que a parte ré fez juntar a cópia do contrato citado na inicial, assinado pela parte autora, via peticionamento eletrônico de n° 0000286-93.2017.8.18.0037.5002. Analisando os autos, verifica-se que a parte ré juntou cópias dos documentos Documento assinado eletronicamente por NETANIAS BATISTA DE MOURA, Juiz(a), em 07/05/2018, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. pessoais da parte autora, via peticionamento eletrônico de n° 0000286-93.2017.8.18.0037.5002. Analisando os autos, verifica-se que os mesmos não comprovam que a parte autora não recebeu a importância mencionada na petição inicial. Analisando os autos, verifica-se que a parte autora não foi diligente na guarda de seus documentos pessoais. Analisando os autos, estes não comprovam a existência de fraude. Em razão do exposto, REJEITO OS PEDIDOS formulados na inicial para JULGAR IMPROCEDENTE AS AÇÕES, por falta de amparo legal, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei nº 9.099/95 e art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios. P. R. I. Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se

15.79. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000295-55.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO SANTOS
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos, etc...
Tratam os presentes autos de ação declaratória de inexistência de relação contratual c/c pedido de repetição de indébito requerida por MARIA DO SOCORRO SANTOS, brasileira, aposentada, residente e domiciliado(a) no Povoado Dois Coqueiros, s/n, nesta comarca, CPF 578.589.933-72, RG 1.469.346 SSP-PI, contra BANCO
BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 07.207.996/0001-50, com sede na Cidade de Deus, s/n, Prédio Prata, Vila Yara , Osasco- SP.
Em audiência verificou-se a ausência da parte autora.
Isto posto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço nos termos do artigo 51, da lei 9.099/95.
Sem Custas.
P.R.I.
Após Transito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

15.80. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0001570-73.2016.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: FRANCISCA DA COSTA CABRAL
Advogado(s): DANIEL SAID ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 5285)
Réu: BANCO ITAU BMG S.A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2338)
Intime-se a parte autora para ciência da petição de fls. 50/52 e certidão de fls. 63 e requerer o
que achar conveniente em 10 (dez) dias.

15.81. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000294-70.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO SANTOS
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos, etc...
Tratam os presentes autos de ação declaratória de inexistência de relaçãocontratual c/c pedido de repetição de indébito requerida por MARIA DO SOCORROSANTOS, brasileira, aposentada, residente e domiciliado(a) no Povoado Dois Coqueiros,s/n, nesta comarca, CPF 578.589.933-72, RG 1.469.346 SSP-PI, contra BANCOBRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJnº 07.207.996/0001-50, com sede na Cidade de Deus, s/n, Prédio Prata, Vila Yara , Osasco- SP.
Em audiência verificou-se a ausência da parte autora.
Isto posto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço nostermos do artigo 51, da lei 9.099/95.
Sem Custas.
P.R.I.
Após Transito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

15.82. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000278-19.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DA GUIA DOS SANTOS
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Vistos etc... Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por MARIA DA GUIA DOS SANTOS, brasileira, Trabalhadora Rural, portador(a) do CPF nº 481.959.793-00, inscrito (a) no RG n° 1.338.761 SSP-PI, residente e domiciliada (a) na Rua do Arão, 209, nesta comarca, em face do BANCO BONSUCESSO S.A pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 71.027.866/0001-34 com sede na Rua Alvarenga Peixoto, 974, Belo Horizonte - MG. Relata a parte autora na inicial que foi surpreendida ao receber descontos nos proventos de sua aposentadoria junto ao INSS, quando tomou conhecimento de descontos mensais realizados de importância nos seus proventos em benefício da parte ré, em decorrência do contrato de nº 35538319. Relata a parte autora na inicial que nunca pretendeu materializar vinculo contratual para conceder empréstimo junto a parte ré. Relata a parte autora que em razão dos descontos feitos na quantia de seus proventos gerou danos materiais e morais em razão de ter lhe ocasionado superendividamento e comprometimento de seu sustento e de sua sobrevivência. Por esta razão, requereu a procedência das ações, para que fosse declarada a inexistência da relação contratual e que a parte ré fosse condenada a devolver a quantia recebida e pagar indenização em razão dos danos morais para a parte autora. Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 44. Designada a audiência de instrução e julgamento, a parte ré apresentou contestação via peticionamento eletrônico de n° 0000278-19.2017.8.18.0037.5003, oportunidade em que requereu a improcedência das ações por entender não haver nenhum desrespeito à legislação e que, na verdade, foi celebrado acordo entre as partes. Analisando os autos, verifica-se que a parte ré fez juntar a cópia do contrato citado na inicial, assinado pela parte autora, via peticionamento eletrônico de n° 0000278-19.2017.8.18.0037.5003. Analisando os autos, verifica-se que a parte ré juntou cópias dos documentos Documento assinado eletronicamente por NETANIAS BATISTA DE MOURA, Juiz(a), em 07/05/2018, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. pessoais da parte autora, via peticionamento eletrônico de n° 0000278-19.2017.8.18.0037.5003. Analisando os autos, verifica-se que os mesmos não comprovam que a parte autora não recebeu a importância mencionada na petição inicial. Analisando os autos, verifica-se que a parte autora não foi diligente na guarda de seus documentos pessoais. Analisando os autos, estes não comprovam a existência de fraude. Em razão do exposto, REJEITO OS PEDIDOS formulados na inicial para JULGAR IMPROCEDENTE AS AÇÕES, por falta de amparo legal, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei nº 9.099/95 e art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios. P. R. I. Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se

15.83. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000309-39.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA EUNICE DA SILVA
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447), VICTOR VINÍCIUS SOARES DO RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 6078), AVELINA DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8600)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Vistos etc... Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por MARIA EUNICE DA SILVA, brasileira, Aposentada, portador(a) do CPF nº 411.724.503-15, inscrito (a) no RG n° 798.315 SSP-PI, residente e domiciliado (a) na Rua José de Fonte, 777, nesta comarca, em face do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 07.207.996/0001-50, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osaco-SP. Relata a parte autora que não firmou nenhum contrato com a parte ré e vem sofrendo descontos mensais na importância pecuniária dos proventos de sua aposentadoria, em virtude dos contratos sob o n° 770759963, importâncias estas em benefício da parte ré. Relata a parte autora que sofreu danos morais ao saber da realização de tais descontos em seus proventos, em razão dos mesmos serem de pequeno valor e utilizado para sua própria subsistência, em razão do exposto, requereu da parte autora que fosse a parte ré condenada a devolver em dobro a importância já recebida da parte autora, e ainda condenada no pagamento de importância em razão dos danos causados. Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 33. A parte ré apresentou contestação via peticionamento eletrônico n° 0000309-39.2017.8.18.0037.5001, oportunidade em que requereu a improcedência das ações, por entender que o contrato foi celebrado cumprindo as suas formalidades legais. Analisando os autos, verifica-se que a parte ré não fez juntar aos autos, comprovante do contrato citado na inicial e nem comprovante de transferência eletrônica (TED) em benefício a parte autora. Entendo, que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos de importância pecuniária dos seus proventos em benefício da parte ré, que são de relevância para seu sustento. Quanto a preliminar alegada em relação à conexão, INDEFIRO A MESMA, uma vez que se trata de contratos diferentes do discutido na inicial. Documento assinado eletronicamente por NETANIAS BATISTA DE MOURA, Juiz(a), em 07/05/2018, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Em razão do exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO para DECLARAR a nulidade da relação

jurídica citada na inicial e CONDENAR a parte ré a devolver para a parte autora o valor das importâncias desta recebidas, corrigidas monetariamente a partir da data do desconto de cada parcela atualizada com juro de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Deixo de condenar a repetição em dobro, em virtude da ausência de provas de má-fé da parte ré. Condeno, ainda, a ré a pagar o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais para a parte autora, por entender que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos feitos indevidamente da importância de seus parcos proventos que lhe garantem a subsistência, atualizado monetariamente a partir da data da presente sentença, com juro de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso, conforme sumula n° 54 do Superior Tribunal de Justiça (da data do espelho do histórico do INSS), de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei 9.099/95 e art. 487, inciso I, letra A, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

15.84. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000291-18.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO ROSARIO SILVA SANTOS
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Vistos etc...
Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por MARIA DO ROSARIO SILVA SANTOS, brasileira, Trabalhadora Rural, portador(a) do CPF nº 912.780.663-49, inscrito (a) no RG n° 908109 SSP-PI, residente e domiciliado (a) no Povoado Mimbó, s/n, nesta comarca, em face do BANCO BONSUCESSO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 71.027.866/0001-34, com sede na Rua Alvarenga Peixoto, 974, Belo Horizonte - MG
Relata a parte autora que não firmou nenhum contrato com a parte ré e vem sofrendo descontos mensais na importância pecuniária dos proventos de sua aposentadoria, em virtude do contrato sob nº 41974672, importâncias estas em benefício da parte ré.
Relata a parte autora que sofreu danos morais ao saber da realização de tais descontos em seus proventos, em razão dos mesmos serem de pequeno valor e utilizado para sua própria subsistência, em razão do exposto, requereu da parte autora que fosse a parte ré condenada a devolver em dobro a importância já recebida da parte autora, e ainda condenada no pagamento de importância em razão dos danos causados.
Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 45.
A parte ré apresentou contestação, juntada via sistema de peticionamento eletrônico sob protocolo nº 0000291-18.2017.8.18.0037.5002, oportunidade em que requereu a improcedência da ação, por entender que o contrato foi celebrado cumprindo as suas formalidades legais.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré não fez juntar aos autos comprovante do contrato firmado entre as partes na sua forma legal e nem comprovante de transferência eletrônica (TED) ou outro documento que comprove a transferência de valores em benefício a parte autora.
DESACOLHO PRELIMINARMENTE a alegação da prescrição, por não reconhecer a existência de parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, uma vez que o prazo inicial a ser contado será o da data em que a parte autora tomou conhecimento dos descontos feitos em seu benefício, no caso em espécie, seria contato a partir de setembro
Documento assinado eletronicamente por NETANIAS BATISTA DE MOURA, Juiz(a), em 07/05/2018, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
de 2013, conforme documento de fls. 27/28, de acordo entendimento do Tribunal de Justiça do Piauí na Apelação Cível n° 2014.0001.004207-8.
Entendo, que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos de importância pecuniária dos seus proventos em benefício da parte ré, que são de relevância para seu sustento.
Em razão do exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO para DECLARAR a nulidade da relação jurídica citada na inicial e CONDENAR a parte ré a devolver para a parte autora o valor das importâncias desta recebidas, corrigidas monetariamente a partir da data do desconto de cada parcela atualizada com juro de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
Deixo de condenar a repetição em dobro, em virtude da ausência de provas de má-fé da parte ré. Condeno, ainda, a ré a pagar o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais para a parte autora, por entender que a parte autora sofreu danos morais ao saber dos descontos feitos indevidamente da importância de seus parcos proventos que lhe garantem a subsistência, atualizado monetariamente a partir da data da presente sentença, com juro de 1% (um por cento) ao mês, a contar do evento danoso, conforme Súmula nº 54 do Supremo Tribunal de Justiça (da data do espelho do histórico do INSS), de acordo com a tabela de atualização monetária utilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei 9.099/95 e art. 487, inciso I, letra A, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
P. R. I.
Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

15.85. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0001138-54.2016.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO ROSARIO SILVA SANTOS
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO SCHAHIN S/A (BCV)
Advogado(s): CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA(OAB/SÃO PAULO Nº 327026)
Intime-se a parte autora para ciência da petição de fls. 83/84 e comprovante de deposito de fls. 86 e requerer o que achar conveniente em 10 (dez) dias.

15.86. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000290-33.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO E SILVA
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Vistos, etc...
Tratam os presentes autos de ação declaratória de inexistência de relaçãocontratual c/c pedido de repetição de indébito requerida por MARIA APARECIDA DACONCEIÇÃO E SILVA, brasileira, trabalhadora rural, residente e domiciliado(a) na Rua doTamarindo, 182, nesta comarca, CPF 341.910.463-49, RG 1398521 SSP-PI, contra BANCOBONSUCESSO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº71.027.866/0001-34, com sede na Rua: Alvarenga Peixoto, 974, Belo Horizonte-MG.
Em audiência verificou-se a ausência da parte autora.
Isto posto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço nostermos do artigo 51, da lei 9.099/95.
Sem Custas.
P.R.I.
Após Transito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

15.87. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000947-72.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA JOSÉ NUNES
Advogado(s): ROMYLOS DE SOUSA COÊLHO(OAB/PIAUÍ Nº 15614)
Réu: LOJAS MARISA S/A.
Advogado(s): THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB/PIAUÍ Nº 11943)
Tendo em vista que a audiência anteriormente designada foi marcada para o dia 12 de outubrode 2018, sendo feriado nacional, Redesigno Nos termos do art. 28 da Lei 9.099/95, redesigno a mesma para adata de 16 de outubro de 2018, às 09:00 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação,instrução e julgamento.
Nomeio FRANCISCO DAS CHAGAS ARCANJO FILHO para servir como conciliador.
Intimações necessárias

15.88. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000280-86.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO MUNIZ
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Nos termos do art. 28 da Lei 9.099/95, redesigno a data de 01 de fevereiro de2019, às 10:15 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação, instrução ejulgamento.
Nomeio FRANCISCO DAS CHAGAS ARCANJO FILHO para servir comoconciliador.
Intimações necessárias.

15.89. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000285-11.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DO SOCORRO MUNIZ
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Nos termos do art. 28 da Lei 9.099/95, redesigno a data de 01 de fevereiro de
2019, às 09:30 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação, instrução e
julgamento.
Nomeio FRANCISCO DAS CHAGAS ARCANJO FILHO para servir como
conciliador.
Intimações necessárias.

15.90. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE

Processo nº 0000288-63.2017.8.18.0037
Classe: Procedimento Sumário
Autor: FRANCISCA MARIA ALVES DA SILVA
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BONSUCESSO S.A

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Vistos etc...
Tratam os presentes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C DANOS MATERIAS COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS, proposta por FRANCISCA MARIA ALVES DA SILVA, brasileira, trabalhadora
rural, portador(a) do CPF nº 199.371.483-91, inscrito (a) no RG n° 322589 SSP-PI, residente e domiciliado (a) na Localidade Nova Conceição, zona rural, nesta comarca, em
face do BANCO BONSUCESSO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº71.027.866/0001-34, com sede na Rua Alvarenga Peixoto, Belo Horizonte - MG.
Relata a parte autora na inicial que foi surpreendida ao receber descontos nos proventos de sua aposentadoria junto ao INSS, quando tomou conhecimento de descontos
mensais realizados de importância nos seus proventos em benefício da parte ré, em decorrência do contrato de nº 45036651.
Relata a parte autora na inicial que nunca pretendeu materializar vinculo contratual para conceder empréstimo junto a parte ré.
Relata a parte autora que em razão dos descontos feitos na quantia de seus proventos gerou danos materiais e morais em razão de ter lhe ocasionado superendividamento e comprometimento de seu sustento e de sua sobrevivência.
Por esta razão, requereu a procedência das ações, para que fosse declarada a inexistência da relação contratual e que a parte ré fosse condenada a devolver a quantia
recebida e pagar indenização em razão dos danos morais para a parte autora.
Designada a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, não houve conciliação, fls. 46.
Designada a audiência de instrução e julgamento, a parte ré apresentou contestação, juntada via sistema de peticionamento eletrônico sob protocolo nº0000288-63.2017.8.18.0037.5003 oportunidade em que requereu a improcedência das ações por entender não haver nenhum desrespeito à legislação e que, na verdade, não foi celebrado acordo entre as partes.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré juntou na contestação cópia da carteira de identidade devidamente assinada pela parte autora.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré fez juntar a cópia do contrato citado na inicial, assinado pela parte autora, juntado via sistema de peticionamento
eletrônico sob protocolo nº000028863.2017.8.18.0037.5003.
Analisando os autos, verifica-se que a parte ré juntou cópias dos documentos pessoais da parte autora, juntados via sistema de peticionamento eletrônico sob protocolo
0000288-63.2017.8.18.0037.5003.
Analisando os autos, verifica-se que os mesmos não comprovam que a parte autora não recebeu a importância mencionada na petição inicial.
Analisando os autos, verifica-se que a parte autora não foi diligente na guarda de seus documentos pessoais.
Analisando os autos, estes não comprovam a existência de fraude.
Em razão do exposto, REJEITO OS PEDIDOS formulados na inicial para JULGAR IMPROCEDENTE AS AÇÕES, por falta de amparo legal, o que faço nos termos do art. 36 e seguintes da Lei nº 9.099/95 e art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios.
P. R. I.
Transitado em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se

15.91. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE

PROCESSO Nº: 0800127-83.2018.8.18.0037
CLASSE: EMBARGOS À EXECUÇÃO
POLO ATIVO: EMBARGANTE: JULIANE DA COSTA HOLANDA; **EMBARGANTE**: CARLOS HENRIQUE RIBEIRO DE SOUSA; **EMBARGANTE**: C H RIBEIRO DE SOUSA - ME; **EMBARGANTE**: POSTO CHE LTDA - EPP
ADVOGADO(s): LIDIANE MARTINS VALENTE
POLO PASSIVO: EMBARGADO: BANCO DA AMAZONIA SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.92. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE

PROCESSO Nº: 0800288-93.2018.8.18.0037
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANA CLAUDIA SOARES DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO(s): ANDERSON DA SILVA SOARES
POLO PASSIVO: INTERESSADO: GENIVAL MENDES RIBEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.93. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE

PROCESSO Nº: 0800288-93.2018.8.18.0037
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANA CLAUDIA SOARES DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO(s): ANDERSON DA SILVA SOARES
POLO PASSIVO: INTERESSADO: GENIVAL MENDES RIBEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.94. EDITAL - VARA ÚNICA DE ANGICAL DO PIAUÍ

Processo nº 0000247-67.2017.8.18.0079
Classe: Procedimento Comum
Autor: PEDRO CARNEIRO DA SILVA
Advogado(s): HUMBERTO VILARINHO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4557)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
ATO ORDINATÓRIO: Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.95. EDITAL - VARA ÚNICA DE ANGICAL DO PIAUÍ

Processo nº 0000254-59.2017.8.18.0079
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DE SOUSA BARRETO
Advogado(s): HUMBERTO VILARINHO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4557)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
ATO ORDINATÓRIO: Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.96. EDITAL - VARA ÚNICA DE ANGICAL DO PIAUÍ

Processo nº 0000021-24.2001.8.18.0079
Classe: Arrolamento de Bens
Arrolante: IZAIAS SOARES BARBOSA
Advogado(s): VICENTE PEREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2393)
Arrolado: O ESPOLIO DE JOAQUIM SOARES BARBOSA
Advogado(s):
Intime-se ao inventariante para comprovar o pagamento do ITCMD, no prazo de 15 (quinze) dias, tendo em vista, que o comprovante de pagamento de fls. 100, é somente relativo à taxa de registro do livro do inventário.

15.97. EDITAL - VARA ÚNICA DE ANGICAL DO PIAUÍ

Processo nº 0000410-47.2017.8.18.0079
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUIZA MARIA DA SILVA
Advogado(s): HUMBERTO VILARINHO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4557)
Réu: BANCO PAN
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Forneça a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré Banco Pan, tendo em vista a devolução da correspondência com a informação mudou-se.

15.98. EDITAL - VARA ÚNICA DE ANGICAL DO PIAUÍ

Processo nº 0000193-72.2015.8.18.0079
Classe: Procedimento Sumário
Autor: LUZIA PINHEIRO LEAL
Advogado(s): HUMBERTO VILARINHO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4557)
Réu: BANCO VOTORANTIM S.A
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Forneça a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré Banco Votorantim S.A., tendo em vista a devolução da correspondência com a informação mudou-se.

15.99. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AROAZES

Processo nº 0000102-02.2017.8.18.0082
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)
Executado(a): JACIEL PINHEIRO DA SILVA
Advogado(s):
DESPACHO: " Defiro em parte o requerimento de fls. 52, determinando a busca de bens por meio do sistema INFOJUD e determinando a expedição de ofício ao cartório de registro de imóveis, para que informe a este juízo a existência de bens em nome do executado Sr. JACIEL PINHEIRO DA SILVA. AROAZES, 4 de maio de 2018. JORGE CLEY MARTINS VIEIRA- Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AROAZES".

15.100. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AROAZES

Processo nº 0000020-83.2008.8.18.0082
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO ALVES DA SILVA
Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: MULTIPLA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Advogado(s): EMMANUEL FONSECA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 4555)
DESPACHO: " Intimem-se as partes para se manifestem no prazo sucessivo de 5(cinco) dias, a respeito do laudo pericial de fls. 178/200. AROAZES, 4 de maio de 2018- JORGE CLEY MARTINS VIEIRA- Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AROAZES".

15.101. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AROAZES

Processo nº 0000185-52.2016.8.18.0082
Classe: Procedimento Comum
Autor: THAYS MOURA DA SILVA
Advogado(s): WESLLEY KAIAN GONCALVES DE CARVALHO COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 14045)
Réu: MUNICÍPIO DE AROAZES-PI
Advogado(s): MÁRLIO DA ROCHA LUZ MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 4505)
DESPACHO: " Intime-se a parte autora para que se manifeste sobre a certidão de fls. 84 dos presentes autos. AROAZES, 4 de maio de 2018. JORGE CLEY MARTINS VIEIRA- Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AROAZES".

15.102. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AROAZES

Processo nº 0000222-45.2017.8.18.0082
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADRIANO PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): DIOGO MAIA PIMENTEL(OAB/PIAUÍ Nº 12383)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Advogado(s): LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 16071)
DESPACHO: " Nos termos do art. 494, inciso I do Código de Processo Civil, corrijo erro material observado na sentença de fls. 67/69, lastreada na mesma, para cosignar expressamente no comando sentencial que " **Do exposto, atento ao que prescrevem o art. 487, II, do CPC extingo o processo, com resolução do mérito"**. Julgo prejudicada a análise dos embargos de declaração interpostos. AROAZES, 4 de maio de 2018. JORGE CLEY MARTINS VIEIRA- Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AROAZES".

15.103. EDITAL - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de AVELINO LOPES)
Processo nº 0000462-06.2016.8.18.0038
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO MPUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: FIDELCI BATISTA DA SILVA
Advogado(s): WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6373)
DESPACHO: Intimar o Advogado do réu para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar as alegações finais.

15.104. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000047-70.2007.8.18.0092
Classe: Ação de Alimentos
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, JULIENE PEREIRA DE FRANÇA, MENOR: E. DE F. E. S., MENOR: J. P. S.
Advogado(s):
Requerido: ANTONIO CARLOS DA SILVA VIANA
Advogado(s):
De ordem do MM Juiz de Direito desta Comarca de Avelino Lopes-PI, DR. JOSÉ SODRÉ FERREIRA NETO, e conforme Portaria nº 01/2017 deste Juízo, e Decisão de fls. 29, Designo Audiência de Conciliação para o dia 08/06/2018, às 08:00 horas, na sala das audiências do Fórum do Posto Avançado da cidade de Curimatá-PI. Intimações Necessárias.
AVELINO LOPES, 7 de maio de 2018
LEONIDAS CAMELO DE OLIVEIRA
Analista Judicial - 4114523

15.105. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000150-38.2011.8.18.0092
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor:
Advogado(s):
Autor do fato: GILMÁRIO FERREIRA NONATO
Advogado(s):
Diante do exposto, com fundamento nos arts. 107, IV e 109, V, ambos do Código Penal c/c o art. 61 do Código de Processo Penal, RECONHEÇO a prescrição e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado GILMÁRIO FERREIRA NONATO, em relação ao delito versado nos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e as cautelas de praxe, arquive-se.

15.106. DESPACHO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000002-48.2018.8.18.0038
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Indiciante: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: FIDELCI BATISTA DA SILVA
Advogado(s): WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6373)
Vistos etc, DEFIRO o requerimento de fls. 108, pelo que redesigno a audiência de . instrução e julgamento para o dia 06/07/2018, às 10h No mais, CUMPRA-SE o determinado no despacho de fls. 89. Intime-se. Expedientes necessários.

15.107. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000118-88.2017.8.18.0038
Classe: Procedimento Comum
Autor: SELVINA MARIA DE JESUS DUARTE
Advogado(s): JULIANA SANTOS MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 9730), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s):
Diante de todo o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III, b do CPC, para HOMOLOGAR o acordo realizado entre as partes para que produza os seus legais e jurídicos efeitos. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com baixa, independentemente do trânsito em julgado desta decisão, por se tratar de feito cujo deslinde se deu sob o pálio da composição. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

15.108. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800096-60.2018.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: SERGINA MARIA GAMA
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BONSUCESSO S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.109. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800142-49.2018.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANITA MARQUES ALVES
ADVOGADO(s): IZANEI PROSPERO DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
ADVOGADO(s): WILSON SALES BELCHIOR
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.110. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800177-09.2018.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: CIDELCINO ANGELINO DE SOUSA
ADVOGADO(s): ILMAISA RIBEIRO DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: JOVINO FERNANDES DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.111. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800209-14.2018.8.18.0038
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: J.S
ADVOGADO(s): MARCELO DE SOUSA GAMA
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.112. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800212-66.2018.8.18.0038
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: O.R.C.V.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: E.A.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.113. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800213-51.2018.8.18.0038
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: O.R.C.V.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: E.A.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.114. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800017-18.2017.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: CLEIDIMAIDO JOSE DA GAMA
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: RICARDO TSUYOCHIO BARCELLOS KITAOKA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.115. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800220-43.2018.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DA CONCEICAO CARDOSO
ADVOGADO(s): EDUARDO FURTADO CASTELO BRANCO SOARES,JOSE CASTELO BRANCO ROCHA SOARES FILHO,VITOR GUILHERME DE MELO PEREIRA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.116. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800245-56.2018.8.18.0038
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: I.C.M; **REQUERENTE**: A.M.C
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.117. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800246-41.2018.8.18.0038
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: J.E.R; **REQUERENTE**: L.F.R
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.118. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800254-18.2018.8.18.0038
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: INTERESSADO: ISABEL MARIA DE JESUS
ADVOGADO(s): CLEMILSON LOPES
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.119. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800020-70.2017.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: WASHINGTON DEVESA DA ROCHA
ADVOGADO(s): EDITH FERREIRA DA FONSECA,MARCELO DUARTE DA SILVA,ROBSON MACEDO DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE MORRO CABECA NO TEMPO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.120. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800021-55.2017.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: GESSIVALDO RODRIGUES AMORIM
ADVOGADO(s): EDITH FERREIRA DA FONSECA,MARCELO DUARTE DA SILVA,ROBSON MACEDO DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE MORRO CABECA NO TEMPO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.121. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800022-40.2017.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ALDENIR RAMOS DE ARAUJO
ADVOGADO(s): ANA CARLA DE SOUSA MARQUES
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE JULIO BORGES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.122. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE AVELINO LOPES

PROCESSO Nº: 0800026-77.2017.8.18.0038
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: DARCILENE PEREIRA COSTA
ADVOGADO(s): ANA CARLA DE SOUSA MARQUES
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE JULIO BORGES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.123. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRAS)
Processo nº 0001076-08.2016.8.18.0039
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: ERIVELTON ALVES DO MACEDO, PATRÍCIA ALVES DE MACEDO LIMA, ANA CÉLIA ALVES DE MACEDO SILVA
Advogado(s): BELZANY SUDARIO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 10585)
Requerido: JOSÉ ALVES DOS SANTOS
Advogado(s):
DESPACHO: Intimar a advogada Belzany Sudário de Oliveira(OAB/PI 10585), para no prazo de 05(cinco) dias, se manifestar acerca do documento de fls. 70 e 71.

15.124. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000959-51.2015.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA LIMA SILVA
Advogado(s): KELSON DIAS FEITOSA(OAB/PIAUÍ Nº 2311)
Réu: MUNICÍPIO DE BARRAS,REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL EDILSON SÉRVULO DE SOUSA
Advogado(s):
Defiro o pedido de juntada de procuração em anexo.
Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 5 (cinco) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide.

Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação.
Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência.
O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias.
Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão,desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo.
Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado.
Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada.
Expedientes necessários.

15.125. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001579-97.2014.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MANOEL ANTONIO FEITOSA
Advogado(s): GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES(OAB/PIAUÍ Nº 6919)
Réu: SEGURADORA LIDER DE CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide ou manifestem seu interesse no julgamento antecipado.

15.126. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000521-93.2013.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: TIAGO DE OLIVEIRA FREITAS
Advogado(s):
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
Advogado(s): Considerando que não há informações nos autos acerca da perícia designada para o dia 24.05.2017, conforme despacho de fls. 76, DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 05(cinco) dias, informar se a mesma foi devidamente realizada.

15.127. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000825-92.2013.8.18.0039
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: LEÔNCIO LOTERO GOMES
Advogado(s):
Requerido: PEDRO ALVES DA SILVA E SUA MULHER
Advogado(s):
Chamo o feito a ordem.
Considerando a certidão do Oficial de Justiça á fl.34v, tendo em vista que os requeridos não atenderam o chamamento judicial, declaro a revelia dos demandados nos termos do art.344 do Código de Processo Civil.
Intime-se a parte autora pessoalmente, para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide, ressaltando-se o seguinte: a) cada parte terá o ônus de fazer prova sobre os fatos que alegar, observado o disposto nos arts. 373 e 374 do CPC; b) a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar seu teor e a sua vigência; c) a indicação de provas deverá ser fundamentada, cabendo às partes expor a relevância da providência requerida e a sua relação com os pontos controvertidos da demanda; d) caso haja requerimento de prova testemunhal, o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato, cabendo à parte especificar os fatos relacionados a cada testemunha.

15.128. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001063-48.2012.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDA CARDOSO DE MACEDO
Advogado(s): FRANCISCO INACIO A. ANDRADE(OAB/PIAUÍ Nº 5275)
Réu: BCV BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S/A
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide ou manifestem seu interesse no julgamento antecipado, ressaltando-se o seguinte: a) cada parte terá o ônus de fazer prova sobre os fatos que alegar, observado o disposto nos arts. 373 e 374 do CPC; b) a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar seu teor e a sua vigência; c) a indicação de provas deverá ser fundamentada, cabendo às partes expor a relevância da providência requerida e a sua relação com os pontos controvertidos da demanda; d) caso haja requerimento de prova testemunhal, o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato, cabendo à parte especificar os fatos relacionados a cada testemunha.

15.129. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000341-38.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUZIA MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Advogado(s): FRANCISCO INACIO ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8053)
Réu: BANCO BOMSUCESSO S.A
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide, ressaltando-se o seguinte: a) cada parte terá o ônus de fazer prova sobre os fatos que alegar, observado o disposto nos arts. 373 e 374 do CPC; b) a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar seu teor e a sua vigência; c) a indicação de provas deverá ser fundamentada, cabendo às partes expor a relevância da providência requerida e a sua relação com os pontos controvertidos da demanda; d)

caso haja requerimento de prova testemunhal, o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato, cabendo à parte especificar os fatos relacionados a cada testemunha.

15.130. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000403-83.2014.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADRIANO DE MELO LIMA, BANCO ITAÚ S/A
Advogado(s): FRANCISCO INÁCIO ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8053)
Réu:
Advogado(s):
Chamo o feito a ordem.
Torno sem efeito o despacho de fls.26/27.Diante da certidão do Oficial de Justiça, declaro o réu revel nos termos do art.344 do NCPC, razão que presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.Desta feita, intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.131. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000447-34.2016.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA JOSÉ BENEVOLUTO ARAÚJO
Advogado(s): SAMUELSON SÁ ROSA(OAB/PIAUÍ Nº 5275)
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide ou manifestem seu interesse no julgamento antecipado.

15.132. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000049-53.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DA SAUDE CORREIA
Advogado(s): CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES (OAB/PIAUÍ Nº 12805)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide ou manifestem seu interesse no julgamento antecipado.

15.133. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001271-95.2013.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: TERESA DE PAULA BARBOSA
Advogado(s): FRANCISCO INACIO A. FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8052)
Réu: BANCO BMG S/A
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide ou manifestem seu interesse no julgamento antecipado.

15.134. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000345-75.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: VANDERSON FERREIRA CALAÇA
Advogado(s): CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES (OAB/PIAUÍ Nº 12805)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO -DPVAT.S.A
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide ou manifestem seu interesse no julgamentoantecipado,

15.135. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001299-58.2016.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MAURICIO MENDES DA SILVA
Advogado(s): RODRIGO LUSTOSA VERAS(OAB/PIAUÍ Nº 11311)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s):
Vistos.
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.136. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001491-88.2016.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: JURANDIR BASÍLIO DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO INACIO ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8053)
Réu: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE TERESINA - DETRAN/PI
Advogado(s):
Compulsando os autos verifico que petição de fls. 42 revela uma divergência processual que acaba por estancar o feito, tendo em vista que, na referida, o advogado do autor requer, ao mesmo tempo, a oitiva de testemunha e o julgamento antecipado da lide.

Por esse motivo, determino a intimação do advogado do autor para que, no prazo de 05(cinco)dias, esclareça o conteúdo da referida peça, sob pena de indeferimento da prova testemunhal.

15.137. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000183-51.2015.8.18.0039
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: ERISSE LAIS MONTEIRO E SILVA, JORGE ARTHUR MONTEIRO PIMENTEL - MENOR
Advogado(s): AFONSO LIGÓRIO DE SOUSA CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2945)
Requerido: JORGE LUCAS PIMENTEL CARREIRA
Advogado(s):
Intime-se o autor, por seu procurador, para manifestar-se sobre a contestação,no prazo de 15 (quinze) dias.

15.138. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000379-26.2012.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANA PAULA BARBOSA DO NASCIMENTO
Advogado(s): FRANCISCO INACIO A. FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8052)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
Advogado(s):
1) Recebo o Recurso de Apelação;
2) Intime-se a parte apelada, mediante remessa dos autos, para querendo, apresentar as contrarrazões recursais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme determina o Art. 1.010, § 1º c/c Art. 183 do novo Código de Processo Civil;3) Após, apresentada ou não as contrarrazões, REMETAM-SE os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, precedida da necessária baixa no sistema.

15.139. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000449-04.2016.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA
Advogado(s): SAMUELSON SÁ ROSA(OAB/PIAUÍ Nº 5275)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.140. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000153-45.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: ABDIAS FERREIRA DA SILVA
Advogado(s): CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES (OAB/PIAUÍ Nº 12805)
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Advogado(s): Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.141. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001165-02.2014.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: JUSCELINO DA SILVA CARDOSO
Advogado(s): JOSE OCTAVIO DE CASTRO MELO(OAB/PIAUÍ Nº 2686)
Réu: O MUNICÍPIO DE BARRAS - PI
Advogado(s):
Vistos.
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.142. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000301-56.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA NUNES DOS SANTOS
Advogado(s): DANILO CASTELO BRANCO SOARES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6612)
Réu: REALSUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA EPP
Advogado(s):
Vistos.
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.143. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001269-57.2015.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA CREUSA DE JESUS
Advogado(s): FRANCISCO INACIO ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8053)
Réu: BANCO BRADESCO S.A
Advogado(s):
Compulsando os autos verifico que petição de fls. 82 revela uma divergência processual que acaba por estancar o feito, tendo em vista que, na referida, o advogado do autor requer, ao mesmo tempo, a oitiva de testemunha e o julgamento antecipado da lide.
Por esse motivo, nos termos dos arts. 6º, 7º e 139 do NCPC, DETERMINO a intimação do advogado do autor para que, no prazo de 05(cinco) dias, esclareça o conteúdo da referida peça. Caso não se manifeste, proceda com a conclusão dos autos para julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, CPC.

15.144. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000785-08.2016.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO FRANCISCO GOMES PEREIRA
Advogado(s): FRANKCINATO DOS SANTOS MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 9210)
Réu: MUNICIPIO DE BOA HORA-PI
Advogado(s):
Intimem-se as partes, na pessoa de seus advogados
constituídos nos autos, por meio de publicação da imprensa oficial, para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, especificarem, com clareza e objetividade, as provas que pretendem produzir.

15.145. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001377-86.2015.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: CLEONICE PEREIRA RODRIGUES, CLEANE PEREIRA RODRIGUES, FRANCISCO PEREIRA RODRIGUES, RAIMUNDO PEREIRA RODRIGUES FILHO E OUTROS
Advogado(s): CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES (OAB/PIAUÍ Nº 12805), ROBERTO LOPES GONCALVES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 13161)
Réu:
Advogado(s):
Intimem-se as partes, na pessoa de seus advogados constituídos nos autos, por meio de publicação da imprensa oficial, para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, especificarem, com clareza e objetividade, as provas que pretendem produzir.

15.146. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000415-92.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: ROSELIA GOMES
Advogado(s): LAZARO IBIAPINA ALVARENGA(OAB/PIAUÍ Nº 11711), MIGUEL IBIAPINA ALVARENGA(OAB/PIAUÍ Nº 8640)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s):
to contínuo, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, especificarem, com clareza e objetividade, as provas que pretendem produzir.

15.147. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000149-42.2016.8.18.0039
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s):
Requerido: JOÃO DE DEUS SOUSA
Advogado(s):
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado constituído nos autos, por publicação na imprensa oficial, para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se tem interesse na conversão da busca e apreensão em ação executiva, nos termos do que dispõe o art. 4°, do Decreto-lei n. 911/69, oportunidade em que deverá requerer o que entender de direito.

15.148. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001139-33.2016.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ FERREIRA ARAÚJO NETO
Advogado(s): KERLON DO REGO FEITOSA(OAB/PIAUÍ Nº 13112)
Réu: MUNICIPIO DE BARRAS - PI, REPRESENTADO PELO PREFEITO EDILSON SÉRVULO DE SOUSA
Advogado(s):
Intimem-se as partes , para, no prazo legal, quais sejam 15 dias para parte autora e de 30 dias para a parte requerida, especificarem, com clareza e objetividade, as provas que pretendem produzir.

15.149. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000185-84.2016.8.18.0039
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), CAIO FILIPE CARVALHO VALE(OAB/PIAUÍ Nº 12714)
Requerido: FRANCISCO CANUTO DE CARVALHO FILHO
Advogado(s):
Pelo exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo sem exame do mérito por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

15.150. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001087-37.2016.8.18.0039
Classe: Dissolução e Liquidação de Sociedade
Requerente: MARIA DAS GRAÇAS DO CARMO DE REZENDE
Advogado(s): ANA KEYLA FERREIRA DA S. PAILLARD(OAB/PIAUÍ Nº)
Requerido: FRANCISCO ALVES DA SILVA
Advogado(s):
Considerando a certidão de fls.24, declaro a revelia do requerido nos termos do art.344 do NCPC/2015, que embora citado em audiência de conciliação á fl.23 para apresentar contestação, se manteve inerte.
Em observância ao pedido da parte autora no termo de audiência de conciliação, á míngua de demais elementos a analisar o trinômio

necessidade, adequação e proporcionalidade, nos termos do art. 4º, da Lei 5.478/68, desde já, DEFIRO os alimentos provisórios no valor de 25% sobre o valor do salário mínimo, devidos pela parte requerida, em benefício da prole em comum do casal, mediante depósito em conta bancária de titularidade da parte autora, decorridos 30 (trinta) dias a partir da citação, sem prejuízo de eventual modificação do referido quantum requerido para realizar os alimentos,cite-se o
provisórios.
Em tempo, para que, em 15 dias, indiquem as Intime-se a parte autora provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide, ressaltando-se o
seguinte: a) cada parte terá o ônus de fazer prova sobre os fatos que alegar, observado o disposto nos arts. 373 e 374 do CPC; b) a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar seu teor e a sua vigência; c) a indicação de provas deverá ser fundamentada, cabendo às partes expor a relevância da providência requerida e a sua relação com os pontos controvertidos da demanda; d) caso haja requerimento de prova testemunhal, o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato, cabendo à parte especificar os fatos relacionados a cada testemunha.

15.151. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000439-57.2016.8.18.0039
Classe: Ação de Alimentos
Requerente: JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA ARAUJO
Advogado(s): KERLON DO REGO FEITOSA(OAB/PIAUÍ Nº 13112)
Requerido: JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA DA SILVA POR SUA GENITORA RAIMUNDA DE OLIVEIRA CASSIANO
Advogado(s):
Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e
sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide

15.152. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000081-05.2010.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA HELENA DA SILVA
Advogado(s):
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS
Advogado(s):
Certifique-se o trânsito em julgado da sentença.
Altere-se a classe deste processo no Themis para cumprimento de sentença.O demonstrativo apresentado pelo exequente preenche os requisitos estabelecidos no art. 534do Código de Processo Civil. Diante disso, intime-se o Município de Barras, por remessa dos autos, para que,querendo, no prazo de 30 dias e nos próprios autos, ofereça impugnação à execução, oportunidade em quepoderá arguir as matérias indicadas nos incisos do art. 535 do NCPC.Caso o devedor alegue excesso de execução, deverá indicar de imediato o valor que entendecorreto, sob pena de não conhecimento da arguição (art. 535, § 2º, do NCPC).Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, conclusos paradeterminação do pagamento de pequeno valor ou solicitação de expedição de precatório pelo Presidente doTribunal de Justiça, conforme o caso (art. 535, § 3º, do NCPC).

15.153. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000397-42.2015.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: GONÇALO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado(s):
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS)
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias (ressalto que conforme art.183 do NCPC, os entes públicos, terão prazo em dobro), indiquem as provas.

15.154. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000155-25.2011.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: CARLOS GREGÓRIO CAETANO, CALUDIONOR DE PAULA, EDISON DE DEUS CARVALHO, ELIZETE MENDES LOPES, FRANCISCA SERRATE FORTES LAGES, IRISDALVA LICINIO DE ANDRADE, JOSÉ FÉLIX, MARIA JOSÉ LOPES CUNHA, MARIA JOSÉ MARTINS
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A)
Réu: FEDERAL DE SEGUROS
Advogado(s): Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.155. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000577-87.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUIS PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): FRANCISCO INACIO ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8053)
Réu: BANCO BGN, ATUAL BANCO CETELEN S/A
Advogado(s): DESIGNO a data do dia 24.07.2018, às 09:00 h, para realização de audiência de conciliação ou de mediação.

15.156. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000425-39.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MANOEL CARVALHO VALE- ME
Advogado(s): ISLANNY OLIVEIRA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 13293)
Réu: BANCO DO BRASIL S.A
Advogado(s):

Intimem-se as partes para que, indiquem as provas cuja produção em 15 dias reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.157. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000591-71.2017.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO CAMILO DE SOUSA NETO
Advogado(s): FRANCISCO INACIO ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8053)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, indiquem as provas cuja produção em 15 dias reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.158. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001257-09.2016.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: MAURICÉLIA SOUSA DO NASCIMENTO
Advogado(s): FRANKCINATO DOS SANTOS MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 9210)
Réu: MUNICIPIO DE BOA HORA - PI
Advogado(s):
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado constituído nos autos, mediante publicação no Diário da Justiça, para que, com fundamento no art. 351, do Código de Processo Civil, no prazo de 15(quinze) dias, manifeste-se acerca da contestação de fls. 17/24, oportunidade em que poderá produzir prova.
Após o decurso do prazo, certifique-se.

15.159. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000307-44.2009.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: CAMILO TAVARES DE OLIVEIRA
Advogado(s):
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS
Advogado(s): CARLOS ALBERTO DA COSTA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 2782)
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, manifestem-se sobre o laudo médico de folhas 98/102 e indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.160. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000909-93.2013.8.18.0039
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s):
Requerido: SIMONE DA CUNHA VIEIRA
Advogado(s): Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 5 (cinco) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide

15.161. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000181-47.2016.8.18.0039
Classe: Dissolução e Liquidação de Sociedade
Requerente: OLIANA DA SILVA SOUSA
Advogado(s): LUAN AMORIM SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10410), LILIANY MARQUES BENICIO MELO(OAB/PIAUÍ Nº 10739)
Requerido: FRANCISCO OLIVEIRA NASCIMENTO
Advogado(s):
Intimem-se as partes para que, em 15 dias, indiquem as provas cuja produção reputem necessária ao esclarecimento da lide.

15.162. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000507-75.2014.8.18.0039
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELYSON ELENIEL DA SILVA JULIO
Advogado(s): CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES (OAB/PIAUÍ Nº 12805), ANA KEYLA FERREIRA DE S. PAILLARD(OAB/PIAUÍ Nº null)
Réu: FRANCISCO EUDES DA SILVA
Advogado(s):
Ante a certidão de folha 22, INTIME-SE a autora, através de seu causuídico, para fornecer o endereço do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

15.163. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0000862-80.2017.8.18.0039
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: JOSCIVANIA DE MENESES SILVA, MAYSA SILVA DE PAULA, MARDONIS SILVA DE PAULA, JOSCIELTON DE MENESES SILVA, FRANCISCO ALONSO DA SILVA, FRANCISCO MEDEIROS DE OLIVEIRA JUNIOR
Advogado(s): JOSÉ PEDRO SOBREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2883), HUMBERTO CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7085), FRANCISCO IVELTON ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 11006), ERIKA NAYARA MENDES NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 16216), SARAH CAVALCA SOBREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 11804), ANTONIO MENDES MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 2692), TANIA MARTINS AURINO(OAB/PIAUÍ Nº 12634), RYCHARDSON MENESES PIMENTEL(OAB/PIAUÍ Nº 12084), JOSELIO AMARAL COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 11540)
AVISO DE INTIMAÇÃO

Intimo o advogado FRANCISCO IVELTON ARAUJO DE OLIVEIRA (OAB/PIAUÍ Nº 11006) do seguinte despacho, proferido nos autos epigrafados: "[...] Dessa forma, **intime-se o advogado FRANCISCO IVELTON ARAÚJO DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/PI nº 11.006, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a defesa prévia do réu MARDONIS SILVA DE PAULA, nos termos constante no despacho de folha 596, ficando advertido, o causídico, de que o não atendimento à presente determinação poderá ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 265, caput, do Código de Processo Penal.**"

15.164. DESPACHO - VARA ÚNICA DE BARRAS

Processo nº 0001355-28.2015.8.18.0039
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BMC- BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
Advogado(s):
Requerido: MARIA DE JESUS CARVALHO DA SILVA
Advogado(s):
Intimem-se as partes, na pessoa de seus advogados constituídos nos autos, por meio de publicação da imprensa oficial, para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, especificarem, com clareza e objetividade, as provas que pretendem produzir.

15.165. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000008-48.2017.8.18.0084
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: MUNICIPIO DE PRATA DO PIAUI
Advogado(s): SAMUEL DE SOUSA LEAL MARTINS MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 6369)
Executado(a): WILLIAM BARBOSA LIMA
Advogado(s):
SENTENÇA: ...Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, extinguindo o processo sem resolução do mérito, com fulcro nos art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, I, ambos do CPC/2015.Sem custas. Sem honorários. Decorrido o prazo legal sem interposição de recurso cabíbel, certifique-se o trânsito em julgado e ARQUIVEM-SE com a devida baixa. P.R.I. Barro Duro, 26/01/2018. Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito

15.166. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000328-06.2014.8.18.0084
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: LAURIANA KEÉCIA ALVES BARBOSA DE AQUINO
Advogado(s): JÁRISON RODRIGUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11585)
Réu: FACITE - FACULDADE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
Advogado(s): FLAVIA FERNANDA BARBOSA DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 9551), RICARDO ROCHA MAIA(OAB/BAHIA Nº 17516)
SENTENÇA: ...JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, CPC/2015 para: a) Confirmar a decisão de antecipação de tutela, no sentido de DETERMINAR que a FACITE adote as providências necessárias para a expedição de histórico, certificado de conclusão e diploma da requerente, relativamente ao curso de Graduação em Pedagogia, Gestão e Docência, desde que outros motivos, devidamente comprovados, não impeçam a requerida de efetivar a medida; b) CONDENAR a requerida a indenizar a parte autora, a títulos de danos morais, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices fixados pela Corregedoria Geral de Justiça, a partir desta sentença, bem como juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso(25/02/2012). Sem custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 23/11/2017.Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito.

15.167. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000354-04.2014.8.18.0084
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: GRACY CAROLINY LOPES DOS SANTOS
Advogado(s): JÁRISON RODRIGUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11585)
Réu: FACITE - FACULDADE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
Advogado(s): FLAVIA FERNANDA BARBOSA DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 9551), RICARDO ROCHA MAIA(OAB/BAHIA Nº 17516)
SENTENÇA: ...JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, CPC/2015 para: a) Confirmar a decisão de antecipação de tutela, no sentido de DETERMINAR que a FACITE adote as providências necessárias para a expedição de histórico, certificado de conclusão e diploma da requerente, relativamente ao curso de Graduação em Pedagogia, Gestão e Docência, desde que outros motivos, devidamente comprovados, não impeçam a requerida de efetivar a medida; b) CONDENAR a requerida a indenizar a parte autora, a títulos de danos morais, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices fixados pela Corregedoria Geral de Justiça, a partir desta sentença, bem como juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso(25/02/2012). Sem custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 23/11/2017.Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito.

15.168. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000334-13.2014.8.18.0084
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: KARLA KARINE ALVES BARBOSA DE AQUINO
Advogado(s): JÁRISON RODRIGUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11585)
Réu: FACIB - FACULDADE DE IBIAPABA/ FUMIBAN - FUNDAÇÃO MIGUEL BARROSO/ FAEPI - FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL, CULTURAL E EDUCACIONAL DA IBIAPABA, FACITE - FACULDADE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
Advogado(s): FLAVIA FERNANDA BARBOSA DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 9551), RICARDO ROCHA MAIA(OAB/BAHIA Nº 17516)
SENTENÇA: ...JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, CPC/2015 para: a) Confirmar a decisão de antecipação de tutela, no sentido de DETERMINAR que a FACITE adote as providências necessárias para a expedição de histórico, certificado de conclusão e diploma da requerente, relativamente ao curso de Graduação em Pedagogia, Gestão e Docência, desde que outros motivos, devidamente comprovados, não impeçam a requerida de efetivar a medida; b) CONDENAR a requerida a indenizar a parte autora, a títulos de danos morais, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices fixados pela Corregedoria Geral de Justiça, a partir desta sentença, bem como juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso(25/02/2012). Sem

custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 23/11/2017.Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito.

15.169. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000314-22.2014.8.18.0084
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: CARLA KARINA VILELA DA SILVA
Advogado(s): JÁRISON RODRIGUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11585)
Réu: FACULDADE DA IBIAPABA - FACIB
Advogado(s): RICARDO ROCHA MAIA(OAB/BAHIA Nº 17516)
SENTENÇA: ...JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, CPC/2015 para: a) Confirmar a decisão de antecipação de tutela, no sentido de DETERMINAR que a FACITE adote as providências necessárias para a expedição de histórico, certificado de conclusão e diploma da requerente, relativamente ao curso de Graduação em Pedagogia, Gestão e Docência, desde que outros motivos, devidamente comprovados, não impeçam a requerida de efetivar a medida; b) CONDENAR a requerida a indenizar a parte autora, a títulos de danos morais, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices fixados pela Corregedoria Geral de Justiça, a partir desta sentença, bem como juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso(25/02/2012). Sem custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 23/11/2017.Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito.

15.170. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000322-96.2014.8.18.0084
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: CARMEM BIANCA VIEIRA DA LUZ DE AQUINO
Advogado(s): JÁRISON RODRIGUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11585)
Réu: FACULDADE DA IBIAPABA - FACIB, FACITE - FACULDADE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
Advogado(s): FLAVIA FERNANDA BARBOSA DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 9551), RICARDO ROCHA MAIA(OAB/BAHIA Nº 17516)
SENTENÇA: ...JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, CPC/2015 para: a) Confirmar a decisão de antecipação de tutela, no sentido de DETERMINAR que a FACITE adote as providências necessárias para a expedição de histórico, certificado de conclusão e diploma da requerente, relativamente ao curso de Graduação em Pedagogia, Gestão e Docência, desde que outros motivos, devidamente comprovados, não impeçam a requerida de efetivar a medida; b) CONDENAR a requerida a indenizar a parte autora, a títulos de danos morais, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices fixados pela Corregedoria Geral de Justiça, a partir desta sentença, bem como juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso(25/02/2012). Sem custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 23/11/2017.Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito.

15.171. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000327-21.2014.8.18.0084
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: CACILDA RODRIGUES DA SILVA
Advogado(s): JÁRISON RODRIGUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11585)
Réu: FACITE - FACULDADE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
Advogado(s): RICARDO ROCHA MAIA(OAB/BAHIA Nº 17516)
SENTENÇA: ...JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, CPC/2015 para: a) Confirmar a decisão de antecipação de tutela, no sentido de DETERMINAR que a FACITE adote as providências necessárias para a expedição de histórico, certificado de conclusão e diploma da requerente, relativamente ao curso de Graduação em Pedagogia, Gestão e Docência, desde que outros motivos, devidamente comprovados, não impeçam a requerida de efetivar a medida; b) CONDENAR a requerida a indenizar a parte autora, a títulos de danos morais, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices fixados pela Corregedoria Geral de Justiça, a partir desta sentença, bem como juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso(25/02/2012). Sem custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 23/11/2017.Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito.

15.172. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000326-36.2014.8.18.0084
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: OLIMPIA RODRIGUES VIEIRA
Advogado(s): JÁRISON RODRIGUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11585)
Réu: FACULDADE DA IBIAPABA - FACIB, FACITE - FACULDADE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
Advogado(s): FLAVIA FERNANDA BARBOSA DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 9551), RICARDO ROCHA MAIA(OAB/BAHIA Nº 17516)
SENTENÇA: ...JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, CPC/2015 para: a) Confirmar a decisão de antecipação de tutela, no sentido de DETERMINAR que a FACITE adote as providências necessárias para a expedição de histórico, certificado de conclusão e diploma da requerente, relativamente ao curso de Graduação em Pedagogia, Gestão e Docência, desde que outros motivos, devidamente comprovados, não impeçam a requerida de efetivar a medida; b) CONDENAR a requerida a indenizar a parte autora, a títulos de danos morais, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices fixados pela Corregedoria Geral de Justiça, a partir desta sentença, bem como juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso(25/02/2012). Sem custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 23/11/2017.Jônio Evangelista Leal - Juiz de Direito.

15.173. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BARRO DURO)
Processo nº 0000022-81.2007.8.18.0084
Classe: Guarda
Requerente: CIRILA PEREIRA DE SOUSA BARRADAS
Advogado(s): MANOEL CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO (OAB/PIAUÍ Nº 1879)
Requerido: J.M.S.
DESPACHO: "Defiro o pedido formulado pelo MPE às fls. 109 [requer a intimação de seu advogado constituído para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar interesse no prosseguimento desta ação , informando, se positivo, o endereço da demandante, sob pena de extinção e

arquivamento do processo sem resolução de mérito, alertando-lhe, desde já, em homenagem à boa fé processual, que eventual extinção neste caso não impedirá a que a genitora ou o Ministério Público promova nova ação, a teor do art. 486 do NCPC]". Barro Duro, 07/05/2018. Paula Poliana Olimpio de Melo Sousa, Técnica Judicial, matrícula 26574.

15.174. EDITAL - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

PODER JUDICIáRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA Vara Única DA COMARCA DE BARRO DURO
Av. Cel. Benedito Alves da Luz, s/n, BARRO DURO-PI
PROCESSO Nº 0000022-81.2007.8.18.0084
CLASSE: Guarda
Requerente: CIRILA PEREIRA DE SOUSA BARRADAS
Requerido: J.M.S.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
O ROBLEDO MORAES PERES DE ALMEIDA, Juiz de Direito Substituto da Comarca de BARRO DURO, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
INTIMA, pelo presente edital, a autora **CIRILA PEREIRA DE SOUSA BARRADAS**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 003.503.213-88, do despacho de fl. 111, cuja parte dispositiva segue transcrita: "Defiro o pedido formulado pelo MPE às fls. 109 [requer a intimação de seu advogado constituído para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar interesse no prosseguimento desta ação , informando, se positivo, o endereço da demandante, sob pena de extinção e arquivamento do processo sem resolução de mérito, alertando-lhe, desde já, em homenagem à boa fé processual, que eventual extinção neste caso não impedirá a que a genitora ou o Ministério Público promova nova ação, a teor do art. 486 do NCPC]". E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de BARRO DURO, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu,_____, PAULA POLIANA OLIMPIO DE MELO SOUSA, Técnica Judicial, o digitei.
ROBLEDO MORAES PERES DE ALMEIDA
Juiz de Direito Substituto da Comarca de BARRO DURO

15.175. EDITAL - VARA ÚNICA DE BATALHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BATALHA)
Processo nº 0000448-21.2013.8.18.0040
Classe: Cumprimento de sentença
Exequente: MARINALVA RIBEIRO DA SILVA
Advogado(s): RAMON COSTA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 8037)
Executado(a): AGESPISA - ÁGUAS E ESGOSTOS DO PIAUÍ S/A
Advogado(s): DÉBORA MARIA SOARES DO VALE MENDES DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 2115), IGOR NUNES PEREIRA LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 7470)
A Analista Judicial da Vara Única da Comarca de Batalha, de ordem da MMa. Juíza de Direito desta Comarca Lidiane Suély Marques Batista, INTIMO o advogado da parte executada: Dr. Igor Nunes Pereira Leite, OAB/PI n.7470 e Débora Maria Soares do Vale Mendes de Araújo OAB/PI nº 2115, para efetuar o valor da indenização (valor faltante), conforme última determinação judicial e/ou requerer, o que entender por direito. E para constar, Eu, Ilmara Chaves Linard, Analista Judicial, digitei e conferi o presente

15.176. EDITAL - VARA ÚNICA DE BATALHA

PROCESSO Nº: 0000015-75.2017.8.18.0040
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Réu: PAULO HENRIQUE MELO DE OLIVEIRA
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. ARILTON ROSAL FALCÃO JÚNIOR, Juiz de Direito desta cidade e comarca de BATALHA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da Vara Única, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **PAULO HENRIQUE MELO DE OLIVEIRA,** residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de BATALHA, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.
ARILTON ROSAL FALCÃO JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de BATALHA

15.177. SENTENÇA - VARA AGRÁRIA DE BOM JESUS

Processo nº 0000777-61.2012.8.18.0042
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ EDINO DELFINO DOS SANTOS, JOSE DE FATIMA CARVALHO LIRA, GUSTAVO ALENCAR NOGUEIRA BEZERRA, WALDIR JOSE LUSTOSA ALENCAR
Advogado(s): LINCON HERMES SARAIVA GUERRA(OAB/PIAUÍ Nº 3864), LINCON HERMES SARAIVA GUERRA(OAB/PIAUÍ Nº 3864)
Réu: EUCLIDES DE CARLI, MARIA CECILIA PRATA DE CARLI, JOÃO EMÍDIO DE SOUZA MARQUES, VERA REGINA NEGRINI DE SOUZA MARQUES
Advogado(s):
SENTENÇA
Ante o exposto, EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI, do CPC, por serem ilegítimos os autores do pedido.
Condeno a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

BOM JESUS, 4 de maio de 2018.
HELIOMAR RIOS FERREIRA
Juiz(a) de Direito da Vara Agrária da Comarca de BOM JESUS

15.178. DESPACHO - VARA AGRÁRIA DE BOM JESUS

Processo nº 0001150-29.2011.8.18.0042
Classe: Interdito Proibitório
Interditante: SALÉRIO BRAUN
Advogado(s): LINCON HERMES SARAIVA GUERRA(OAB/PIAUÍ Nº 3864)
Interditando: WALTER CAGNAN DOS REIS
Advogado(s): BRUNA ROLDI DOS REIS(OAB/BAHIA Nº 35954), CARLOS AUGUSTO PASSOS MACIEL(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 42982)
DESPACHO
Veiculado, nos embargos declaratórios apresentados pelo inderditante,recebidos de forma eletrônica sob o número de protocolo 0001150-29.2011.8.18.0042.5001(fls. 679), 0001150-29.2011.8.18.0042.5002 (fls. 680) e apresentados pelo Interditando,recebidos de forma eletrônica sob o número de protocolo 0001150-29.2011.8.18.0042.5003(fls. 681), pedido de efeito modificativo da sentença hostilizada, faz-se imperioso, nostermos do art. 1023, §2º, do NCPC, que se intime a parte adversa para, se desejar,apresente no prazo de 05 dias, razões de contrariedade ao recurso.
BOM JESUS, 4 de maio de 2018.
HELIOMAR RIOS FERREIRA
Juiz(a) de Direito da Vara Agrária da Comarca de BOM JESUS

15.179. DESPACHO - VARA AGRÁRIA DE BOM JESUS

Processo nº 0001151-14.2011.8.18.0042
Classe: Interdito Proibitório
Interditante: WALTER CAGNAN DOS REIS
Advogado(s): BRUNA ROLDI DOS REIS(OAB/BAHIA Nº 35954), CARLOS AUGUSTO PASSOS MACIEL(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 42982)
Interditando: SALÉRIO BRAUN, EBER FERRAZ SIMONI
Advogado(s): LINCON HERMES SARAIVA GUERRA(OAB/PIAUÍ Nº 3864)
DESPACHO
Veiculado, nos embargos declaratórios apresentados pelo inderditante,recebidos de forma eletrônica sob o número de protocolo 0001151-14.2011.8.18.0042.5001 (fls. 983), e apresentados pelo Interditando, recebidos de forma eletrônica sob o número de protocolo 0001151-14.2011.8.18.0042.5003 (fls. 986), pedido de efeito modificativo da sentença hostilizada, faz-se imperioso, nos termos do art. 1023, §2º, do NCPC, que seintime a parte adversa para, se desejar, apresente no prazo de 05 dias, razões decontrariedade ao recurso.
BOM JESUS, 4 de maio de 2018.
HELIOMAR RIOS FERREIRA
Juiz(a) de Direito da Vara Agrária da Comarca de BOM JESUS

15.180. DESPACHO - VARA AGRÁRIA DE BOM JESUS

Processo nº 0000473-38.2007.8.18.0042
Classe: Interdito Proibitório
Interditante: BERENICE LUSTOSA CORADO ARAÚJO
Advogado(s): VILNETE DE ARAÚJO SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 204), ROBERTO FONTOURA ACOSTA(OAB/PIAUÍ Nº 7182)
Interditando: JESUMAR OLIVEIRA
Advogado(s): ALCIMAR PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2770)
DESPACHO
Intime-se a parte ré para manifestar-se sobre o pedido de desistênciaformulado pela parte autora.
BOM JESUS, 4 de maio de 2018
HELIOMAR RIOS FERREIRA
Juiz(a) de Direito da Vara Agrária da Comarca de BOM JESUS

15.181. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0000797-52.2012.8.18.0042
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)
Executado(a): ARLINDO RUBEN DE MACEDO NETO ME
Advogado(s):
DESPACHO: Diante do exposto, designo o dia 06/06/2018, às 09:00, no fórum local, para realização de audiência de tentativa de conciliação. Intime-se a parte autora através de advogado e via Diário de Justiça.

15.182. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0000027-40.2004.8.18.0042
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)
Executado(a): FLÁVIO BARBOSA PINHEIRO
Advogado(s): HELVECIO SANTOS PINHEIRO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 14318), MOYSES ELVAS BARJUD(OAB/PIAUÍ Nº 5399-B)
DESPACHO: Diante do exposto, designo o dia 19/06/2018, às 12:00, no fórum local, para realização de audiência de tentativa de conciliação.

15.183. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0001087-28.2016.8.18.0042
Classe: Divórcio Litigioso

Autor: LUCILENE ALVES MATIAS DE AZEVEDO
Advogado(s): ACACIO THENORIO SOARES IRENE(OAB/PIAUÍ Nº 8739), JOAQUIM SANTOS PIAUILINO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 14489)
Réu: EDINALDO RODRIGUES AZEVEDO
Advogado(s):
DESPACHO: Considerando o teor da ata de audiência constante às fls.44, redesigno para o dia 21 de junho de 2018, às 09:00 horas, a realização de audiência anteriormente agendada às fls.36.

15.184. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0000908-94.2016.8.18.0042
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BBRASIL S/A BNB
Advogado(s): PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)
Executado(a): L R S PIAUILINO - CASA DAS FERRAMENTAS, LAYLA RAQUEL S PIAUILINO
Advogado(s):
DESPACHO: Diante do exposto, designo o dia 26/06/2018 às 08:00 horas, no fórum local, para realização de audiência de tentativa de conciliação.

15.185. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0000487-41.2015.8.18.0042
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGADO REGIONAL DE POLICIA CIVIL - BOM JESUS - PI
Advogado(s):
Réu: RONALDO BATISTA DA SILVA
Advogado(s): RAFAEL FONSECA LUSTOSA(OAB/PIAUÍ Nº 9616), MARCELO SILVA COELHO ROSAL(OAB/PIAUÍ Nº 14645)
DESPACHO: Pelo exposto, entendo necessário dar continuidade à instrução criminal, designo para o dia 26 de junho de 2018, às 11:00 horas, para realização da audiência de instrução e julgamento.

15.186. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0000038-49.2016.8.18.0042
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: VICENTE SCHULZ
Advogado(s): MARCOS FARIA SANTOS COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 9773)
Réu:
Advogado(s):
DESPACHO: Pelo exposto, entendo necessário dar continuidade à instrução e criminal, designo para o dia 27 de junho de 2018, às 10:00 horas, para realização da audiência de instrução e julgamento.

15.187. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0000094-24.2012.8.18.0042
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DAS GRAÇAS NERES FERREIRA, JEFANI NERES DA ROCHA, MARCUS VINICIUS NERES DA ROCHA, EMYLLE CAMYLLE NERES DA ROCHA, RUAN CARLOS NERES SANTOS, SHEILA NERES DA ROCHA, LUIZS GUSTAVO NERES DA ROCHA
Advogado(s): MARIA DO PERPETUO SOCORRO CUNHA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 9437)
Réu: EVOLUÇÃO AGRICOLA LTDA, BRUNO DE MELO CANAVEZZI
Advogado(s): RÓBINSON ELVAS ROSAL(OAB/PIAUÍ Nº 2730)
DESPACHO: Designo o dia 14 de junho de 2018, às 09:00 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento.

15.188. AVISO - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

Processo nº 0000265-20.2008.8.18.0042
Classe: Carta Precatória Cível
Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIO VERDE - GO, FORQUIMICA INDUSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
Advogado(s): EDIVAL MORADOR(OAB/PARANÁ Nº 24327), ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO(OAB/GOIÁS Nº 11849)
Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BOM JESUS - PI, TARCÍSIO DAL SANTO
Advogado(s):

Intime-se o autor/exequente FORQUIMICA AGROCIÊNCIA LTDA, através de seu advogado, subscritor.....para em 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o teror da certidão de fls. 23 v., requerendo o que entender cabível.

15.189. EDITAL - VARA ÚNICA DE BOM JESUS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BOM JESUS)
Processo nº 0000109-03.2006.8.18.0042
Classe: Monitória
Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 5525), BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA(OAB/PIAUÍ Nº 3556)
Réu: S. F. SANTOS - ME
Advogado(s): RAIMUNDO NONATO BORGES BARJUD(OAB/PIAUÍ Nº 3891-B), MOYSES ELVAS BARJUD(OAB/PIAUÍ Nº 5399-B)
DESPACHO: "Intimem-se as partes para comparecer a audiência de conciliação no dia 24/07/2018, às 11: 00 horas no fórum local."

15.190. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800332-97.2018.8.18.0042
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.S.G
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: S.M.M.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.191. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800332-97.2018.8.18.0042
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.S.G
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: S.M.M.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.192. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800332-97.2018.8.18.0042
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.S.G
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: S.M.M.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.193. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800332-97.2018.8.18.0042
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.S.G
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: S.M.M.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.194. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800327-75.2018.8.18.0042
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.D.D.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: E.S.P; **REQUERIDO**: S.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.195. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800327-75.2018.8.18.0042
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.D.D.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: E.S.P; **REQUERIDO**: S.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.196. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800327-75.2018.8.18.0042
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.D.D.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: E.S.P; **REQUERIDO**: S.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.197. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800327-75.2018.8.18.0042
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.D.D.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: E.S.P; **REQUERIDO**: S.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.198. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800319-98.2018.8.18.0042
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM

POLO ATIVO: AUTOR: CAROLINA FOLHA DE MIRANDA NETA
ADVOGADO(s): RICARDO ALVES AMORIM DO LAGO,TALMOM ALVES AMORIM DO LAGO
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE REDENCAO DO GURGUEIA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.199. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800359-80.2018.8.18.0042
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: B.A.C.L
ADVOGADO(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO
POLO PASSIVO: RÉU: F.J.S.M
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.200. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800362-35.2018.8.18.0042
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: MARCELO VIEIRA ROSAL
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.201. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800364-05.2018.8.18.0042
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: BANCO JOHN DEERE S.A.
ADVOGADO(s): ALEXANDRE NELSON FERRAZ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: LUCIO MAURO PINTO DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.202. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JESUS

PROCESSO Nº: 0800354-58.2018.8.18.0042
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: DIOCESE DE BOM JESUS DO GURGUEIA
ADVOGADO(s): ACACIO THENORIO SOARES IRENE
POLO PASSIVO: RÉU: Z DIAS BORGES - EPP
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.203. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000154-96.2008.8.18.0022
Classe: Procedimento Comum
Autor: M. DE F. S. DOS S. --CPF. Nº 005 033 303 88 ., B. A. F.
Advogado(s): JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 3960)
Réu: J. B. F.
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO:
Ficam as partes intimadas por seu advogado para comparecerem neste Juízo para audiência de instrução e julgamento no dia ***23/05/2018 às 08h:50min,*** devendo virem acompanhadas de suas testemunhas.

15.204. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000555-51.2016.8.18.0043
Classe: Representação Criminal/Notícia de Crime
Representante: BERNILDO DUARTE VAL
Advogado(s): CARLOS EDUARDO MARQUES COUTINHO(OAB/PIAUÍ Nº 10702)
Representado: HERMANN DUARTE CASTELO BRANCO DINIZ, FRANCISCO GILDÁZIO DA SILVA
Advogado(s): TARCISO RODRIGUES TELES DE SOUZA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 10694)
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, CANCELO A DISTRIBUIÇÃO, EXTINGUINDO O PROCESSO RESOLUÇÃO DO MÉRITO, o que faço com fundamento nos arts. 290 e 485 do Código de Processo Civil c/c art. 806, §2º, do CPP."

15.205. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000482-16.2015.8.18.0043
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Autor: FRANCISCO CARVALHO NUNES
Advogado(s): QUÉSIA DOS SANTOS ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 10300)
Requerido: FRANCISCO PAZ ARAÚJO
Advogado(s): CARLOS ALBERTO DA COSTA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 2782)
ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte requerida intimada através de seu advogado para apresentar suas alegações finais dentro do prazo legal.

15.206. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000680-19.2016.8.18.0043
Classe: Adoção
Adotante: M. R. DA S., A. P. M. DO N. S., E. V. N. DE L.
Advogado(s): CARLOS HENRIQUE FARIAS ANTA(OAB/PIAUÍ Nº 4912)
Réu:
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO:
Ficam as partes adotantes intimadas por seu advogado para comparecerem neste Juízo para ***audiência*** de instrução e julgamento no dia ***23/05/2018 às 10:50h***, devendo virem acompanhadas de suas testemunhas.

15.207. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0001480-57.2010.8.18.0043
Classe: Monitória
Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 196289)
Réu: ANTÔNIO GOMES DA SILVA
Advogado(s): ANA PAULA ALVARENGA DE ANDRADE(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 138196), JANETE SOLANGE DA SILVA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 52420)
SENTENÇA:
Diante da liquidação da dívida que lastreava a presente demanda pelo requerido durante o trâmite do processo, conforme declinado às fls. 220/221, tenho, diante da perda superveniente do objeto da demanda, por JULGAR EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, o que faço com fundamento no art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil, ficando prejudicada a análise dos embargos monitórios.

15.208. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000186-33.2011.8.18.0043
Classe: Guarda
Requerente: L. M. S. V.
Advogado(s): FRANCISCO JOSÉ GOMES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 5234)
Requerido: I. J. DE A. E I. A. V.
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO:
Fica intimada a parte requerente por seu advogado **DR. FRANCISCO JOSÉ GOMES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 5234)**, a comparecer neste Juízo para audiência de instrução e julgamento que será realizada no dia ***23/05/2018 às 09:50h.***

15.209. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

Processo nº 0000204-83.2013.8.18.0043
Classe: Procedimento Comum
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: FRANCISCA IVANA AGUIAR SANTOS, CARLOS ALBERTO DA COSTA GOMES
Advogado(s): RENATO LEAL CATUNDA MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 8446), CARLOS ALBERTO DA COSTA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 2782)
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, EXTINGUINDO OPROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do art. 487, I do CPC. Sem custase honorários na forma da lei.

15.210. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000488-91.2013.8.18.0043
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, GENEZIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA
Advogado(s): JOSÉ DE SOUSA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 3957)
ATO ORDINATÓRIO: Fica o advogado JOSÉ DE SOUSA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 3957) intimado a apresentar alegações finais do réu GENÉZIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA no prazo de 05 (cinco) dias.

15.211. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

Processo nº 0000050-60.2016.8.18.0043
Classe: Procedimento Sumário
Autor: ANTONIA ALVES DO NASCIMENTO
Advogado(s): FÁBIO SILVA ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 4475)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte autora intimada para apresentar réplica a contestação dentro do prazo legal.

15.212. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000012-48.2016.8.18.0043
Classe: Procedimento Sumário
Autor: HERMES DE OLIVEIRA PEREIRA657628
Advogado(s): FÁBIO SILVA ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 4475)

Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte autora intimada através de seu advogado para apresentar réplica a contestação dentro do prazo legal.

15.213. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000010-78.2016.8.18.0043
Classe: Procedimento Sumário
Autor: JOSÉ RODRIGUES NETO
Advogado(s): FÁBIO SILVA ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 4475)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte autora intimada através de seu advogado para apresentar réplica a contestação dentro do prazo legal.

15.214. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000929-38.2014.8.18.0043
Classe: Procedimento Comum
Autor: DÉBORA LUIZA DE CARVALHO AZEVEDO
Advogado(s): CÍCERO DE SOUSA BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 2387)
Réu: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO-PI
Advogado(s): MARCELO BRAZ RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 4190)
DESPACHO: Sobre os documentos acrescidos pelo réu às fls. 112/120 diga a parte autora no prazo de 05 (cinco) dias.

15.215. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

Processo nº 0000543-08.2014.8.18.0043
Classe: Procedimento Comum
Autor: NAÍDE MARIA NASCIMENTO SIQUEIRA
Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS MACHADO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 4903)
Réu: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO-PI
Advogado(s): DAYANE BRAZ RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 9248), MARCELO BRAZ RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 4190), MARIA DO LIVRAMENTO DA HORA CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 8668)
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo oprocesso na forma do art. 487, I do CPC.

15.216. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)
Processo nº 0000124-95.2007.8.18.0022
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: CATARINA MAIAL ALBUQUERQUE SAID, LÉA PATRICIA ALBUQUERQUE COSTA-CPF. Nº 722 684 093 68.
Advogado(s): BERNARDO SPINDULA DOS SANTOS FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 8911), CARLOS ALBERTO DA COSTA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 2782)
Requerido: FRANCISCO NIVALDO VASCONCELOS SAID
Advogado(s): EVERALDO SAMPAIO FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4195), MARIA ALINE VIEIRA CASTELO BRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 7634)
ATO ORDINATÓRIO: Fica intimada a autora Léa Patrícia Albuquerque Costa para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos cópias de seus documentos pessoais, certidão de nascimento/casamento e comprovante de endereço, para instruir o ofício nº 125/INSS/16.0.01.050.

15.217. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES

PROCESSO Nº: 0800163-44.2017.8.18.0043
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: CLEIDIANE DO NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES - PI
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.218. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES

PROCESSO Nº: 0800167-81.2017.8.18.0043
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANTONIO JOSE DE SOUSA BRAGA; **REQUERENTE**: FRANCINEIDE PEREIRA DE CIRQUEIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES - PI
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.219. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES

PROCESSO Nº: 0800167-81.2017.8.18.0043
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANTONIO JOSE DE SOUSA BRAGA; **REQUERENTE**: FRANCINEIDE PEREIRA DE CIRQUEIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES - PI
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.220. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES

PROCESSO Nº: 0800163-44.2017.8.18.0043
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: CLEIDIANE DO NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITI DOS LOPES - PI
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.221. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0000384-48.2016.8.18.0026
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO VALDERI ARAÚJO DA SILVA
Advogado(s): JUACELMO EVANDRO DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12413)
DESPACHO: Intime o Advogado JUACELMO EVANDRO DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12413) para apresentar alegações finais no prazo legal.

15.222. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0000646-32.2015.8.18.0026
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: MARCELO ARANTES DE SOUSA
Advogado(s): DÉCIO SOARES MOTA(OAB/PIAUÍ Nº 3018)
DESPACHO: Intime o Advogado DÉCIO SOARES MOTA(OAB/PIAUÍ Nº 3018) para apresentar alegações finais nos presentes autos.

15.223. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0000027-15.2009.8.18.0026
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: JOSIEL SILVA DOS ANJOS, ANTONIO MARDONIO ALVES DOS SANTOS
Advogado(s): ARTUR DA SILVA BARROS (OAB/PI Nº 13.398)
DESPACHO: Intime o Advogado ARTUR DA SILVA BARROS (OAB/PI Nº 13.398 para apresentar alegações finais no prazo legal.

15.224. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0000004-93.2014.8.18.0026
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: AUTOR MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: ANTONIO FRANCISCO BARBOSA LIMA, ANTONIO FRANCISCO DA SILVA COSTA, JOSIVAM MEDEIROS LIMA, ANTONIO SILVESTRE DA SILVA ALVES
Advogado(s): FRANCISCO DA SILVA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 5301), DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAUÍ Nº 0)
ATO ORDINATÓRIO: Pelo presente, INTIMO o(s) advogado(s) do réu acima nominado, Dr. FRANCISCO DA SILVA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 5301), bem assim, o representante da OAB/PI subseção de Campo Maior, o Dr. Hilson Spindola Rodrigues Silva, OAB/PI nº 7565, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 514, proferido em 01º/03/2018, a seguir transcrito: "01. Dou o processo por saneado, convalidando todos os atos processuais já realizados, adotando o novo procedimento do Júri alterado pela Lei nº 11.689/2008. 02. Designo o dia 05 de JUNHO de 2018, às 9 HORAS, na sala de audiências do prédio do Fórum desta Comarca, para sessão de instrução e julgamento do Tribunal Popular do Júri, relativamente aos réus ANTONIO FRANCISCO DA SILVA COSTA, JOSIVAM MEDEIROS LIMA e ANTONIO SILVESTRE DA SILVA ALVES, observando-se a pauta do art. 429 e nos termos do art. 431 do CPP. 03. Designo o dia 14 de MAIO de 2018, às 12 horas, no auditório do Fórum local, para o sorteio dos jurados que, nos termos e prazos dos arts. 423 e 433 do mesmo diploma legal. 04. Para o sorteio acima, notifiquem-se o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública e o advogado do réu. O Sr. Secretário deverá providenciar o preparo do presente processo para julgamento pelo Tribunal do Júri, devendo observar todas as formalidades legais de estilo, intimando-se os réus e seus defensores, bem como as testemunhas arroladas pelas partes. Proceda-se ainda a requisição de força policial necessária. Notifique-se, pessoalmente, o representante do Ministério Público. CAMPO MAIOR, 1º de março de 2018. (a) Múccio Miguel Meira - Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR"

15.225. DECISÃO - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000168-19.2018.8.18.0026
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: TALES BRUNO DE SOUSA VIANA DE ARAUJO
Advogado(s): LEONARDO DA SILVA RAMOS(OAB/PIAUÍ Nº 16562)
DECISÃO Vistos, etc. Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado por TALES BRUNO DE SOUSA VIANA DE ARAÚJO, alegando, em síntese, que não estão presentes os motivos ensejadores da manutenção da prisão cautelar. O acusado foi preso preventivamente por ter descumprido as medidas protetivas de urgência. Apontou a Autoridade Policial que o representado, mesmo vigendo decisão que decretou medidas protetivas entre as quais a de não se aproximar da vítima, e mesmo respondendo a vários processos de violência doméstica em face desta; descumpriu tais medidas. No dia 28 de fevereiro de 2018, o acusado ameaçou o filho de sua ex-companheira, Davi, afirmando que mataria todo mundo que estava dentro da casa desta e que pegaria a criança. Apontou, ainda, que antes de ir até a casa da vítima, furtou uma motocicleta, utilizando-a para perseguir sua ex-companheira. Instado, o Ministério Público pugnou pelo indeferimento do pedido, tendo em vista a presença dos requisitos do art. 313, III, do Código de

Processo Penal, bem como ser necessária a designação de audiência preliminar para que a vítima manifeste seu desejo de representar o ofendido. Eis o relatório. Decido. Nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Já o art. 313. III, do CPP. aponta que será a prisão preventiva admitida também se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. Da análise dos fatos, a prisão preventiva deve ser mantida. Mesmo que os crimes perpetrados não tenham penas altas, o desrespeito do representado à decisão judicial que lhe impôs medidas cautelares faz vislumbrar que, solto, poderá praticar condutas graves, colocando em perigo a integridade física ou até a vida da vítima, soma-se a isso a circunstância de ser esse comportamento do réu bastante frequente. Nesse sentido precedente abaixo: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ARGUMENTOS CONCRETOS. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS ANTERIORMENTE IMPOSTAS. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. 1RRELEVÂNCIA NA ESPÉCIE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. 1. Segundo disposto no art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, pode ser decretada em crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para o fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência. 2. A custódia cautelar do Recorrente foi decretada somente após o descumprimento de medidas protetivas anteriormente impostas, sendo imprescindível, nesse sentido, para a garantia da ordem pública, notadamente em razão do fundado receio de reiteração delitiva, dado o histórico de agressões e ameaças à vítima. Precedentes. 3. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade. bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 4. Recurso ordinário desprovido. (STJ -RHC: 43425 RS 2013/0403772-7, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 11/03/2014, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/03/2014) As condições pessoais do acusado, aliados à circunstância do crime, são fatos que autorizam o decreto cautelar, e afasta, ao menos nessa cognição sumária, eventual aplicação de medidas cautelares, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. A presunção de inocência não é óbice à decretação de prisões cautelares, quando esta se faz necessária e está fundamentada. Em razão disso, presentes estes fatos justificadores da prisão preventiva, é forçoso reconhecer que a decretação da custódia cautelar reveste-se pela nota da utilidade e da necessidade. Assim, presentes os requisitos da preventiva, conforme fundamentado anteriormente, e não existindo fato novo capaz de revogar a prisão do acusado, que foi exaustivamente fundamentada, indefiro o pedido de liberdade provisória formulado pelo acusado. Quanto ao delito de ameaça, art. 147 do Código Penal, tratando-se de delito relacionado à violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 16 da Lei nº 11.340/2006, e por ser ação condicionada à representação, designo audiência preliminar para o dia 06 de junho de 2018, às 11hs00min, na qual a ofendida deverá dizer se pretende ou não renunciar a esse direito. Quanto ao delito de furto, art. 155 do Código Penal, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 06 de junho de 2018, às 11hs15min, para inquirição das testemunhas arroladas na denúncia e na defesa, bem assim interrogatório do réu. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se. Intimem-se. CAMPO MAIOR, 2 de maio de 2018 LEANDRO EMÍDIO LIMA E SILVA FERREIRA Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR

15.226. DECISÃO - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001169-73.2017.8.18.0026
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: 5ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL - 1º DISTRITO POLICIAL DE CAMPO MAIOR-PIAUÍ
Advogado(s):
Indiciado: JOSIVAM MEDEIROS LIMA
Advogado(s):
DECISÃO
Acolho a manifestação do Representante do Ministério Público (fls. 38/39),haja vista a clara demonstração de ausência de lastro probatório mínimo que indique amaterialidade, determinando o arquivamento do Inquérito Policial supracitado, ressalvada apossibilidade de desarquivamento, com fulcro no art. 18 do Código de Processo Penal.Feitas as necessárias anotações e comunicações, arquive-se.Cumpra-se.CAMPO MAIOR, 3 de maio de 2018LEANDRO EMÍDIO LIMA E SILVA FERREIRAJuiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR

15.227. DECISÃO - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001846-79.2012.8.18.0026
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGADO DE POLÍCIA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ-PI
Advogado(s):
Indiciado: EM INVESTIGAÇÃO
Advogado(s):
DECISÃO Vistos etc. Trata-se de procedimento investigatório em desfavor de José Henrique de Oliveira Alves, ex-prefeito de Nossa Senhora de Nazaré-PI, por ter utilizado retroescavadeira do ente municipal para construir em terreno particular, de propriedade da Sra. Raimunda Lopes da Silva, uma quadra de futebol de areia na localidade Fonte Perto, zona rural daquela cidade, com a finalidade de obter votos de seus moradores. O membro do Ministério Público, em manifestação acostada às fls. 97/98, suscitou incompetência deste juízo por se tratar de delito de competência da justiça especializada eleitoral. Assim sendo, entendo ser hipótese de incompetência deste Juízo para o julgamento do feito, tendo em vista que há elemento subjetivo de captação de votos. De acordo com o art. 35 do Código Eleitoral compete aos Juízes Eleitorais processar e julgar os crimes eleitorais e os conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. Não restam dúvidas de que as infrações penais eleitorais devem ser processadas e julgadas pela Justiça Eleitoral. O crime contra a flora, também investigado no inquérito policial, foi absolvido pelo crime de corrupção eleitoral, sendo um inegável caso de aplicação do princípio da consunção, onde a norma definidora de um crime constitui meio necessário ou fase normal de preparação ou execução de outro crime. Ao lume do exposto, declino da competência e determino a remessa dos autos em apreço à Justiça Eleitoral, por ser juízo especializado para julgamento deste feito. Ciência ao Ministério Público. Anotações necessárias, inclusive junto ao Distribuidor. Cumpra-se CAMPO MAIOR, 3 de maio de 2018 LEANDRO EMÍDIO LIMA E SILVA FERREIRA Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR

15.228. DESPACHO - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001936-53.2013.8.18.0026
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA MARIA DE OLIVEIRA NETA
Advogado(s): RONDNNEY OLIVEIRA PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8436), LUCAS SANTIAGO SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 8125)
Réu: MUNICÍPIO DE JATOBÁ DO PIAUÍ - PI

Advogado(s): CARLOS EDUARDO ALVES SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8414)
No caso em apreço, ocorre que, apesar de existir despacho anterior determinando o bloqueio, constatei que não foi realizada a busca, razão pela qual determino o bloqueio de valores via BACENJUD no montante de R$ 1.814,78 (um mil oitocentos e catorze reais e setenta e oito centavos).
Efetuada a busca, intimem-se as partes do resultado para manifestação no prazo de 05 dias.
Permanecendo inerte o município executado sobre o resultado da busca, expeça-se competente alvará judicial na quantia bloqueada.

15.229. DESPACHO - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001004-31.2014.8.18.0026
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ BORGES DA SILVA JÚNIOR
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447)
Réu: MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR=PI
Advogado(s): DIMAS EMILIO BATISTA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 6899)
DESPACHO
Intime-se a parte exequente, para, no prazo de dez dias, modular seus cálculos de acordo com os seguintes parâmetros: a) 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177, de 01.03.1991; b) 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001; e a partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29.06.2009. c) Já a correção monetária, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do art.5.° da Lei 11.960/09, deverá ser calculada com base no IPCA-E.
CAMPO MAIOR, 2 de maio de 2018
ANDERSON BRITO DA MATA
Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR

15.230. DESPACHO - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001013-90.2014.8.18.0026
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Advogado(s): MARCO ANDRÉ VAZ DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 6447)
Réu: MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR=PI
Advogado(s):
Intime-se a parte exequente, para, no prazo de dez dias, apresentar pedido de cumprimento de sentença e modular seus cálculos de acordo com os seguintes parâmetros: a) 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177, de 01.03.1991; b) 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001; e a partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29.06.2009. c) Já a correção monetária, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do art.5.° da Lei 11.960/09, deverá ser calculada com base no IPCA-E.

15.231. EDITAL - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0000050-19.2013.8.18.0026
Classe: Procedimento Comum
Autor: ROBENEVALDA BRITO DE SOUSA
Advogado(s): CARLOS EDUARDO ALVES SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8414)
Réu: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR - PIAUÍ
Advogado(s): DIMAS EMILIO BATISTA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 6899)
SENTENÇA:
DISPOSITIVO.
Considerando que a obrigação foi satisfeita, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, DECLARO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do art. 924, II, do CPC.
Sem custas.
Considerando que, devidamente intimada sobre o resultado da busca via BacenJud, o município permaneceu inerte, determino a expedição de alvará judicial no valor de R$ 4.556,66 (quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), em nome de ROBENEVALDA BRITO DE SOUSA, e no importe de R$ 683,50 (seiscentos e oitenta e três reaus e cinquenta centavos), em nome do seu causídico.
Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

15.232. EDITAL - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0000780-30.2013.8.18.0026
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA ONEIDE COELHO DA SILVA
Advogado(s): CARLOS EDUARDO ALVES SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8414)
Réu: MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s): DIMAS EMILIO BATISTA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 6899)
SENTENÇA:

DISPOSITIVO.
Considerando que a obrigação foi satisfeita, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, DECLARO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do art. 924, II, do CPC.
Sem custas.
Expeça-se alvará judicial no valor de R$ 4.642,38 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos), em nome de MARIA ONEIDE COELHO DA SILVA, e no importe de R$ 696,35 (seiscentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos), em nome do seu causídico.
Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

15.233. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001228-95.2016.8.18.0026
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO ITAÚ/ UNIBANCO S.A
Advogado(s): ODIMILSOM ALVES PEREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 8799)
Requerido: AILTON CÉSAR CARVALHO DA SILVA
Advogado(s):
Manifeste-se, em 5 (cinco) dias, a parte Autora, por seu procurador, sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 45v.

15.234. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000107-08.2011.8.18.0026
Classe: Procedimento Comum
Autor: UBIRAJARA RODRIGUES TORRES MENDES
Advogado(s): BRUNO MEDINA DA PAZ(OAB/PIAUÍ Nº 5591)
Réu: BANCO GMAC S.A
Advogado(s): ROSANGELA DE FATIMA ARAUJO GOULART(OAB/PIAUÍ Nº 7662-A), HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE(OAB/PIAUÍ Nº 14274)
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI)
Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.235. EDITAL - 3ª VARA DE CAMPO MAIOR

2ª Publicação
AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO(3ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0001134-50.2016.8.18.0026
Classe: Interdição
Interditante: MARIA DOS REMÉDIOS SOUSA
Advogado(s): PRISCILA GIMENES DO NASCIMENTO GODOI(OAB/PIAUÍ Nº 13038)
Interditando: RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA
SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art.487, inciso I, do NCPC, para declarar a incapacidade permanente da Sra. RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, relativamente para a prática de atos da vida civil, em conformidade com o art.4º, inciso III, do Código Civil, DECRETANDO a sua interdição, e NOMEANDO como curadora definitivo a requerente, sua sobrinha, MARIA DOS REMÉDIOS SOUSA, consoante o disposto no art.1.775, caput, todos do Código Civil. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Após, as cautelas legais, arquivem-se.

15.236. EDITAL - 3ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara de CAMPO MAIOR)
Processo nº 0001579-39.2014.8.18.0026
Classe: Inventário
Inventariante: MARIA DO LIVRAMENTO MACHADO
Advogado(s): JOSE RIBAMAR COELHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 10489), PRISCILLA MARIA PINTO CLARK(OAB/PIAUÍ Nº 4814), FRANCISCO WESLLEY DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 13782)
Inventariado: ANTONIO MACHADO DA CUNHA, JUDITH FRANCISCA DA CUNHA
SENTENÇA: "...Ademais, costa nos autos certidões de quitações fiscais apresentadas em fls. 99/104, bem como certidões de quitação do ITCMD, fls. 194, desta forma, atendidas que se encontram as exigências legais, com fulcro nos artigos 664, §5º e 665, 662, §2º, ambos, do Novo CPC, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, o plano de partilha amigável do espólio de ANTÔNIO MACHADO DA CUNHA e JUDITH FRANCISCA DA CUNHA, na forma apresentada às fls. 199/210/210-v, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, atribuindo a inventariante e os demais herdeiros, nela contemplados com os respectivos quinhões, salvo erro, omissão ou prejuízo a terceiros, em especial à Fazenda Pública. Custas de lei. P. R. I. Com o trânsito em julgado, expeça(m)-se o(s) competente(s) FORMAL(AIS) DE PARTILHA, ou certidões do pagamento dos quinhões hereditários, se for o caso, e cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa na distribuição e, a seguir, arquivem-se com o status de julgado e baixado

15.237. EDITAL - VARA ÚNICA DE CANTO DO BURITI

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CANTO DO BURITI)
Processo nº 0000653-04.2014.8.18.0044
Classe: Embargos à Execução
Autor: JOSÉ DE RIBAMAR NEIVA LOPES
Advogado(s): FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1672)
Réu: BANCO DO BRASIL S.A
Advogado(s):
DESPACHO: Diante da nova sistemática do Código de Processo Civil (doravante CPC), este Juízo, por lealdade processual, intima as partes para se manifestarem sobre eventual prescrição intercorrente, causa de extinção da execução, nos moldes do artigo 925, V do CPC. Intimação por meio dos advogados constituídos, via DJ-PI. Cumpra-se. CANTO DO BURITI, 29 de janeiro de 2018 JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI

15.238. EDITAL - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CAPITÃO DE CAMPOS)
Processo nº 0000580-94.2014.8.18.0088
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: FRANCISCA MARIA SILVA DE JESUS
Advogado(s): JOSE RIBAMAR COELHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 104-A)
Réu: CEPISA- COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI (ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI)
Advogado(s): IRACEMA MIRANDA DE MORAIS(OAB/PIAUÍ Nº 9306), AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
SENTENÇA:
DELIBERAÇÕES:No horário previsto, declarada aberta a audiência, por ordem do MM. Juiz foifeito o pregão das partes litigantes, tendo sido registrada a presença apenas da advogadado demandado. Ausente a requerente, seu advogado e o preposto do demandado, apesarde devidamente intimados, conforme fls. 66 dos autos.Em seguida pelo MM Juiz foi dito: Relatório dispensado, nos termos do art. 38da lei 9099/95. Observo que até às 09h20min, a autora ação não se fez presente aassentada, sendo a sua presença indispensável à continuidade do feito. A lei 9099/95, noseu art. 51, I, prescreve a extinção do processo quando o autor deixar de comparecer aqualquer das audiências. Tal preceito encontra-se em consonância com os princípios daceleridade e informalidade afetos ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis. Diante doexposto, conforme a fundamentação acima explanada, EXTINGO O FEITO SEMJULGAMENTO DE MÉRITO, com fulcro no art. 51, I, da lei 9099/95. Sem custas. Partesintimadas em audiência. Baixa e arquivamento. Cumpra-se.Nada mais havendo a consignar, mandou o MM. Juiz de Direito encerrar estetermo que lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado.

15.239. EDITAL - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CAPITÃO DE CAMPOS)
Processo nº 0001448-04.2016.8.18.0088
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADELINO CARDOSO BARROS
Advogado(s): DANILO DE ANDRADE FROTA(OAB/PIAUÍ Nº 9535), PEDRO RODRIGUES DE ANDRADE JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 7179), PAULO DA SILVA ANDRADE(OAB/PIAUÍ Nº 5451)
Réu: BCP S/A(CALRO)
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)
DESPACHO: Vistos e etc. Compulsando os autos verifico tratar-se de demanda repetitiva, onde os patronos da parte autora já vem manifestando interesse em julgamento antecipado da lide, nos termos do art.355, I do CPC. Diante do exposto, intime-se o demandado, para manifestar-se quanto eventual interesse no julgamento antecipado da lide e/ou sua necessidade de produção de provas em audiência. Intimações e expedientes necessários. Cumpra-se. CAPITÃO DE CAMPOS, 1 de fevereiro de 2018 MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE JUÍZA DE DIREITO EM EXERCÍCIO

15.240. EDITAL - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CAPITÃO DE CAMPOS)
Processo nº 0000402-48.2014.8.18.0088
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: CRISTIANE REBEIRO DE MEDEIROS
Advogado(s): REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 10317)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 392-A)
SENTENÇA: Intima as partes, por seus advogados da Sentença proferida nos autos as fls. 132/134, cujo o III dispositivo é o seguinte: " DISPOSITIVO -III - Diante do exposto e tudo mais do que nos autos consta, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos formulados na peça inicial e, em consequência, extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/15. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. Condeno a parte autora ao pagamento de honorários no importe de 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC/15. Custas e honorários com exigibilidade suspensa por ser a parte autora beneficiária da gratuidade judiciária, na forma do art. 98, §3º, do CPC/15. Com o trânsito em julgado, arquivamento e baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. CAPITÃO DE CAMPOS, 7 de março de 2018 MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE JUÍZA DE DIREITO EM EXERCÍCIO

15.241. DESPACHO - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

Processo nº 0000033-35.2006.8.18.0088
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MIMISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: PAULO DA SILVA ANDRADE, RAIMUNDO NON ATO DE OLIVEIRA
Advogado(s): EDCARLOS JOSÉ DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4780), ANTONIO RIBEIRO DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 405), JOSE BEZERRA PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 1923), PAULO DA SILVA ANDRADE(OAB/PIAUÍ Nº 5451)
Vistos, Chamo o feito à ordem. Considerando que a data anteriormente designada trata-se de feriado nacional (corpus christi), redesigno para a data de 30 de maio de 2018, às 08h50min, para realizar o interrogatório do réu Raimundo Nonato de Oliveira, na sala de audiências deste Fórum local. Intime-se o Ministério Público. Intime-se a defesa técnica habilitada do réu Raimundo Nonato de Oliveira, através de publicação no DJe. Intimem-se o réu Paulo da Silva Andrade e a sua defesa técnica, através de publicação no DJe. Intime-se pessoalmente o réu Raimundo Nonato de Oliveira para comparecer na audiência ora designada, deprecando-se referido ato de comunicação à Comarca de Sabará - MG, com prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento e devolução. Ressalte-se a natureza de Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça, com termo final de julgamento já estabelecido. Expedientes necessários. Cumpra-se com a urgência devida.

15.242. DECISÃO - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

Processo nº 0000204-16.2011.8.18.0088
Classe: Procedimento Comum
Autor: JAQUELINE PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 10317)
Réu:
Advogado(s):
Diante de todo o exposto, nos termos do art. 77 da Lei de nº 6.015/73, DECLARO A INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO para processar e julgar a presente demanda, determinando a remessa dos presentes autos a uma das Varas da Comarca de Teresina PI. Expedientes de praxe Publique-

se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

15.243. EDITAL - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CAPITÃO DE CAMPOS)
Processo nº 0002091-59.2016.8.18.0088
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO GONÇALVES DE LIMA
Advogado(s): IGOR MARTINS IGREJA(OAB/PIAUÍ Nº 10382), FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BCV
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Retirada da Petição intermediaria postada sobre o nº de objeto JT274089751BR, postado em 02/05/2018, pela parte autora. Conforme Parágrafo Único do Art. 2º, do Provimento nº 04 de 26 de março de 2018 da CGJ/PI.

15.244. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

Processo nº 0000446-67.2014.8.18.0088
Classe: Averiguação de Paternidade
Requerente: ELOÍDES PINTO SANTOS
Advogado(s): ORLANDO GUEDES RODRIGUES(OAB/RORAIMA Nº 120-B)
Requerido: RAIMUNDO COSTA, MARIA DAS GRAÇAS COSTA, MANOEL CONCEIÇÃO SANTOS, FRANCISCO COSTA, JOÃO COSTA, JOAQUINA COSTA, ALUÍSIO COSTA, ANTÔNIA COSTA, MANOEL COSTA
Advogado(s): PABLO RAMYRES MOURA DE CARVALHO(OAB/PARAÍBA Nº 24624), AFRO ROCHA DE CARVALHO(OAB/PARAÍBA Nº 13623)
INTIME-SE o requerido RAIMUNDO COSTA, através de seus advogados habilitados, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar a petição acostada às fls. 61 dos autos do Processo nº 0000446-67.2014.8.18.0088, devendo apresentar via original da petição, ressalvando-se que no âmbito das unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí desde o dia 30 de abril de 2018 todo petionamento intermediário dos processos físicos cadastrados no THEMIS WEB obrigatoriamente deve ser feito eletronicamente através do Portal do Advogado, conforme Provimento nº 4, de 26 de Março de 2018, da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí. CAPITÃO DE CAMPOS, 7 de maio de 2018. Eu, _____, MARIA AURORA FERREIRA BONA, Analista Judicial - 26666, o digitei e subscrevi.

15.245. EDITAL - VARA ÚNICA DE CAPITÃO DE CAMPOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CAPITÃO DE CAMPOS)
Processo nº 0000112-96.2015.8.18.0088
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DOPIAUÍ
Advogado(s):
Indiciado: JOÃO MARCOS DO LIVRAMENTO SOUSA
Advogado(s):
DESPACHO: "Vistos, etc. Defiro a cota ministerial retro, determinando a intimação do acusado, para que o mesmo informe se ainda possui interesse no pedido de autorização para desempenhar trabalho no Estado de São Paulo. Ato continuo, na forma do art. 399, do Código de Processo Penal, designo audiência de Instrução e Julgamento, para a data de 13 de Junho de 2018 às 09h00min, na Sala de Audiências da Vara Única deste Juízo. Determino à secretaria a sua inclusão em pauta Observe-se a secretaria se a pessoa a ser ouvida é funcionário público ou militar, deverá ser notificado o seu chefe imediato e/ou requisitada ao superior hierárquico do comando ou do corpo em que servir, com fulcro no art. 358 do CPP. Cientifique-se o representante do Ministério Público. Proceda a Secretaria Judicial com os expedientes necessários à realização do ato. Cumpra-se. DETERMINO que o Oficial de Justiça para o qual for distribuído o presente DESPACHO-MANDADO proceda a INTIMAÇÃO necessária. DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO. Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 172 do CPC, o que faço por analogia, forte no art. 3º do CPP. CAPITÃO DE CAMPOS, 8 de abril de 2018. SÍLVIO VALOIS CRUZ JÚNIOR Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CAPITÃO DE CAMPOS"

15.246. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CARACOL)
Processo nº 0000018-56.2007.8.18.0080
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO CLARINDO DA SILVA
Advogado(s): ROGERIO DIAS NUNES NETO(OAB/PIAUÍ Nº 4757)
Réu: HIPERMERCADO BARROSO
Advogado(s):
DESPACHO: " Ante o decurso do prazo da suspensão, intim e-se o requerente, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender".

15.247. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

PROCESSO Nº: 0000131-65.2016.8.18.0089
CLASSE: Divórcio Litigioso
Autor: CEIDE XAVIER PAES LANDIM
Réu: JOSE FILHO DOS REIS PAES LANDIM
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 20 (vinte) dias

O Dr. VALDEMIR FERREIRA SANTOS, Juiz de Direito desta cidade e comarca de CARACOL, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Rua João Dias, 227, CARACOL-PI, a Ação acima referenciada, proposta por CEIDE XAVIER PAES LANDIM,brasileira, casada, lavradora, residente e domiciliado(a) em LOCALIDADE BOA VISTA, ZONA RURAL, CARACOL - Piauí em face de **JOSE FILHO DOS REIS PAES LANDIM**, situado em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido

o presente edital que será publicado no Diário de Justica e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de CARACOL, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.
CARACOL, 7 de maio de 2018
VALDEMIR FERREIRA SANTOS
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CARACOL

15.248. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CARACOL)
Processo nº 0000041-55.2014.8.18.0080
Classe: Adoção
Adotante: JOSIMAR PEDRO DOS SANTOS, MARIA ZÉLIA CONCEIÇÃO CRUZ
Advogado(s): TIAGO RAMON SOUSA E SILVA - OAB/PI 10.288
Adotado: MARCUS VINÍCIUS DA LUZ BRITO
Advogado(s):
SENTENÇA: (...)" Por tais razões, julgo procedente o pedido, e defiro a adoção da criança em nome do casal requerente. Não deverá constar nenhuma anotação no registro de nascimento, devendo ainda serem incluídos os nomes dos avós, conforme consta nos documentos apresentados, devendo ser cancelado o registro anterior (fls.05"

15.249. AVISO - VARA ÚNICA DE CARACOL

Processo nº 0000180-36.2016.8.18.0080
Classe: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
Retificante: JOANA NUNES DE AQUINO TRINDADE
Advogado(s): KAYLANNE DA SILVA OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9931)
Réu:
Advogado(s):
DESPACHO Fica Vossa Senhoria intimada da audiência de Justificativa designada para o dia 14 de Agosto de 2.018 às 9:00 horas no Forum Local .

15.250. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CARACOL)
Processo nº 0000157-61.2014.8.18.0080
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): LAURISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3454/01)
Requerido: GLAUCIA PIRES DA SILVA
Advogado(s):
DESPACHO: (...) intime-se o signatário da ação acerca do documento apresentado (fls.65).

15.251. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CARACOL)
Processo nº 0000652-73.2017.8.18.0089
Classe: Guarda
Requerente: GILFAGNER MIGUEL DE SOUSA PULQUERIO
Advogado(s): ULISSES JOSE DA SILVA NETO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 11350)
Requerido: NÁDIA CARVALHO DE OLIVEIRA
Advogado(s):
DESPACHO: (...) intime-se a parte autora para manifestação acerca da contestação apresentada pelo seu adverso, (fls.16/27), no prazo de 15 dias).

15.252. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

PROCESSO Nº: 0000059-08.2016.8.18.0080
CLASSE: Divórcio Litigioso
Autor: VAGNER CORREIA MAIA
Réu: SHEYLA DE SOUSA BRITO NUNES
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 20 (vinte) dias

O Dr. VALDEMIR FERREIRA SANTOS, Juiz de Direito desta cidade e comarca de CARACOL, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Rua João Dias, 227, CARACOL-PI, a Ação acima referenciada, proposta por VAGNER CORREIA MAIA, vulgo(a) "", Brasileiro(a) , Nao Informado , filho(a) de , residente e domiciliado(a) em RUA RAIMUNDO DIÓGENES DA SILVEIRA, 703, , SÃO RAIMUNDO NONATO - Piauí em face de **SHEYLA DE SOUSA BRITO NUNES,**situada em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de CARACOL, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.
CARACOL, 7 de maio de 2018
VALDEMIR FERREIRA SANTOS
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CARACOL

15.253. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CARACOL)
Processo nº 0000011-93.2009.8.18.0080
Classe: Procedimento Comum
Autor: EDIANA CAVALCANTE GOMES

Advogado(s):
Réu: DANIEL ROCHA GOMES
Advogado(s):
DESPACHO: (...) intime-se o signatário da ação acerca do documento apresentado às fls. 81/90.

15.254. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CARACOL)
Processo nº 0000146-68.2015.8.18.0089
Classe: Divórcio Litigioso
Autor: EDNA MENDES DOS SANTOS MAIA
Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: LEANDRO MATIAS MAIA
Advogado(s):
DESPACHO: (...) intime-se o signatário da ação acerca do ocorrido às fls. 29/30.

15.255. EDITAL - VARA ÚNICA DE CARACOL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CARACOL)
Processo nº 0000149-23.2015.8.18.0089
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: EDILENE DIAS DOS SANTOS
Advogado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº 0)
Requerido: JOSE HILTON DIAS DA MATA
Advogado(s):
DESPACHO: (...) intime-se o signatário da ação acerca da certidão de fls. 34.

15.256. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARACOL

PROCESSO Nº: 0800044-08.2018.8.18.0089
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE WILMINGTON PAES LANDIM RIBEIRO
ADVOGADO(s): JOAO PAULO RIBEIRO PAES LANDIM
POLO PASSIVO: RÉU: FRANKLIN ALBUQUERQUE PAES LANDIM; **RÉU**: GENIVALDO SILVA SANTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.257. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARACOL

PROCESSO Nº: 0800142-90.2018.8.18.0089
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA SALVADORA DE ANDRADE RIBEIRO
ADVOGADO(s): LEANDRO DE OLIVEIRA CARVALHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.258. EDITAL - VARA ÚNICA DE CASTELO DO PIAUÍ

2ª Publicação
AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CASTELO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000085-58.2009.8.18.0045
Classe: Interdição
Interditante: FRANCISCO RIBEIRO DE BRITO
Advogado(s): NILSO ALVES FEITOZA(OAB/PIAUÍ Nº 1523)
Interditando: FRANCISCA RIBEIRO DE BRITO
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO:
PUBLICAR A SENTENÇA QUE DECRETOU A INTERDIÇÃO DE FRANCISCA RIBEIRO DDE BRITO, NOS SEGUINTES TERMOS: " O DOUTOR LEONARDO BRASILEIRO, Juiz de Direito Cidade e Comarca de Castelo do Piauí, Estado do Piauí, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que este Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processou por este Juízo e Secretaria da Vara Única, os termos de uma Ação de INTERDIÇÃO nº 0000085-58.2009.8.18.0045, proposta por FRANCISCO RIBEIRO DE BRITO, brasileiro, casado, lavrador, inscrito no CPF sob o nº 275.870.963-53, RG nº 314.026 SJSP-PI, residente e domiciliado na Localidade Santa Luzia, zona rural, município de São João da Serra, Termo Judiciário desta Comarca, em face de sua irmã FRANCISCA RIBEIRO DE BRITO, brasileira, solteira, sem profissão definida, lavrador, residente e domiciliada na Localidade Santa Luzia, zona rural, município de São João da Serra, Termo Judiciário desta Comarca, filha de Sebastião Pereira de Brito e Antonia Ribeiro de Brito, nascida em 16/03/1955, a qual foi julgada aos 11/03/2014, por sentença do MM. Juiz de Direito da Comarca, Dr. Leonardo Brasileiro, ficando o requerente FRANCISCO RIBEIRO DE BRITO, como CURADOR da requerida FRANCISCA RIBEIRO DE BRITO. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar e não se possa alegar ignorância no futuro, mandei expedir o presente edital, que será publicado por três vezes no Diário de Justiça, com intervalo de dez dias e afixado cópia no lugar público de costume. Dado e passado nesta cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze."

15.259. EDITAL - VARA ÚNICA DE CASTELO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CASTELO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000025-85.2009.8.18.0045
Classe: Inventário
Inventariante: ANTONIA TELES DA SILVA MARQUES, FRANCISCA VALDA MARQUES, RAIMUNDO MARQUES BEZERRA, ANTONIO MARQUES BEZERRA, LUIZ MARQUES BEZERRA
Advogado(s): RODOLFO NOGUEIRA NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 11979), TIAGO JOSE FEITOSA DE SA(OAB/PIAUÍ Nº 5445), CLAUDIO SOARES DE BRITO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 3849), JOSUÉ SOARES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4003)
Inventariado: MANOEL MARQUES DE FRANÇA

Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Intimar os herdeiros FRANCISCA VALDA MARQUES, RAIMUNDO MARQUES BEZERRA, ANTONIO MARQUES BEZERRA e LUIZ MARQUES BEZERRA, por meio de seus advogados, para se manifestarem, no prazo de 10 dias, sobre a proposta de acordo apresentada pela Inventariante, conforme petição anexa através de protocolo eletrônico nº 5001.

15.260. EDITAL - VARA ÚNICA DE CASTELO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CASTELO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000964-60.2012.8.18.0045
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIA RAIMUNDA DA SILVA XAVIER
Advogado(s): MARCELLO VIDAL MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 6137)
Réu: BANCO BMG S/A
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: INFORMAR AS PARTES SOBRE O RETORNO DOS AUTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

15.261. EDITAL - VARA ÚNICA DE CASTELO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CASTELO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000631-11.2012.8.18.0045
Classe: Procedimento Comum
Autor: M. DE F. V. S.
Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Réu: L. E. S., L. DE C. S., R. DE C. S.
Advogado(s): ARLINDO DE LIMA OLIVEIRA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 10567)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar da audiência de instrução, designada para 19/06/2018, às 09:45 horas, para coleta de material genético para exame de DNA.

15.262. EDITAL - VARA ÚNICA DE CASTELO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CASTELO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000641-50.2015.8.18.0045
Classe: Procedimento Comum
Autor: CELMA MARIA DA SILVA
Advogado(s): LIVIA MARIA LIMA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 11596)
Réu: JOÃO VENÇÃO DA SILVA
Advogado(s): LUANA MÁRCIA SILVA VILARINHO(OAB/PIAUÍ Nº 5537)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar as partes atraves de seus advogados do despacho de fls.99.

15.263. EDITAL - VARA ÚNICA DE CASTELO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CASTELO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000960-18.2015.8.18.0045
Classe: Procedimento Comum
Autor: EVA PEREIRA
Advogado(s): MARCELLO VIDAL MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 6137)
Réu: TIM NORDESTE S.A
Advogado(s): ALESSANDRA VIEIRA DA CUNHA MOURA FÉ(OAB/PIAUÍ Nº 4874)
ATO ORDINATÓRIO: Considerando que a parte requerida, mesmo devidamente intimada, não efetuou o pagamento do saldo remanescente no prazo legal (fl. 114), nos termos do art. 14 c/c o art. 523 e seguintes do CPC, determino a penhora on-line via BACENJUD, nas contas-correntes em nome da parte requerida, conforme valores apresentados pela parte requerente, referente à multa de 10% e, também, aos honorários advocatícios de 10%, totalizando o valor de R$ 2.672,12 (dois mil seiscentos e setenta e dois reais e doze centavos). Cumpra-se. Expedientes necessários.

15.264. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800245-35.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO SOARES DO CARMO
ADVOGADO(s): CARLA MAYARA LIMA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: TRICARD SERVICOS DE INTERMEDIACAO DE CARTOES DE CREDITO LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.265. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800245-35.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO SOARES DO CARMO
ADVOGADO(s): CARLA MAYARA LIMA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: TRICARD SERVICOS DE INTERMEDIACAO DE CARTOES DE CREDITO LTDA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.266. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800245-35.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO SOARES DO CARMO
ADVOGADO(s): CARLA MAYARA LIMA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: TRICARD SERVICOS DE INTERMEDIACAO DE CARTOES DE CREDITO LTDA

11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.267. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800207-23.2018.8.18.0045
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: VALERIA SAMMYA DE SOUSA SOARES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA VERLANE DE MORAIS DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.268. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800207-23.2018.8.18.0045
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: VALERIA SAMMYA DE SOUSA SOARES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA VERLANE DE MORAIS DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.269. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800207-23.2018.8.18.0045
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: VALERIA SAMMYA DE SOUSA SOARES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA VERLANE DE MORAIS DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.270. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800248-87.2018.8.18.0045
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: VANIA ALVES DA SILVA; **AUTOR**: LUNA VALENTINA ALVES DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: BRENO HENRIQUE PEREIRA DE ALENCAR
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.271. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800303-38.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: GONCALA ROSENO PEREIRA
ADVOGADO(s): CRISTIANNE LIMA DE ABREU
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.272. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800184-77.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: NAIR ALVES LIMA
ADVOGADO(s): AGEU ALVES DE SOUSA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.273. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800313-82.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA DAS CHAGAS CARDOSO NOGUEIRA - ME
ADVOGADO(s): EGON CAVALCANTE SOARES
POLO PASSIVO: RÉU: TIM CELULAR S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.274. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800231-51.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO ALVES NOGUEIRA
ADVOGADO(s): JAQUELINE BENTES TORRES
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.275. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800246-20.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO SOARES DO CARMO
ADVOGADO(s): CARLA MAYARA LIMA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: CONFEDERACAO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.276. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800405-60.2018.8.18.0045
CLASSE: CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: JOSE AROLDO LIMA
ADVOGADO(s): RONNEY IRLAN LIMA SOARES
POLO PASSIVO: EXECUTADO: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.277. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800760-07.2017.8.18.0045
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DO NASCIMENTO SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: FABIO SOUSA DOS SANTOS
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.278. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800183-29.2017.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO RIBEIRO ALVES
ADVOGADO(s): EGON CAVALCANTE SOARES
POLO PASSIVO: RÉU: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
ADVOGADO(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.279. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800139-73.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOAO BATISTA GOMES
ADVOGADO(s): NILSO ALVES FEITOZA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO PAN S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.280. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE CASTELO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800304-23.2018.8.18.0045
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: CARLOS PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(s): CRISTIANNE LIMA DE ABREU
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.281. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE COCAL

Processo nº 0000906-15.2016.8.18.0046
Classe: Tutela
Tutelante: MARIA DA PAZ FONTENELE DE BRITO
Advogado(s): FRANCISCO JOSE ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 7585)
Tutelado: JOSÉ WILLIAN FONTENELE DE BRITO ARAÚJO
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Forneça o patrono da parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, os endereços dos irmãos do tutelado indicados nas fls. 20/23 para fins de que sejam intimados para se manifestarem a cerca da presente ação.

15.282. EDITAL - VARA ÚNICA DE COCAL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de COCAL)
Processo nº 0001137-13.2014.8.18.0046
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: DENICE RODRIGUES DE BRITO CARVALHO

Advogado(s): ELISSANDRA CARDOSO FIRMO(OAB/PIAUÍ Nº 6256)
Réu: PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL
Advogado(s):
DESPACHO: Vistos. Compulsando os autos, verifico que foi facultada às partes a especificação de provas, no entanto, ambas mantiveram-se inerte. Outrossim, vejo que a parte promovente deixou de juntar aos autos a legislação municipal citada na inicial. Assim, converto o eventual julgamento antecipado do mérito em diligência e determino que a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos cópia reprográfica da legislação municipal a que se referiu e comprove sua vigência, levando em conta que esta é obrigação de quem alega direito municipal (art. 376 do CPC), bem como é imprescindível para o julgamento da causa, sob pena de indeferimento do pleito. Certifique a Secretaria eventual transcurso do prazo. Após, façam os autos conclusos. Cumpra-se. Expedientes e intimações necessárias.

15.283. EDITAL - VARA ÚNICA DE COCAL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de COCAL)
Processo nº 0001530-30.2017.8.18.0046
Classe: Pedido de Prisão Preventiva
Autor:
Advogado(s):
Requerido: DJANILSON REBOUÇAS DA SILVA
Advogado(s): RAILSON FONTENELE RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 11882)
DECISÃO: ada Criminal do TJPI, Rel. Erivan José da Silva Lopes. j. 13.05.2015). Deste modo, entendo, portanto, em cognição sumária, que não houve uma alteração relevante do quadro probatório inicial que levou à decretação da prisão preventiva do acusado. Ressalte-se que o fato de o acusado ter bons antecedentes, ser primário, com residência fixa e ocupação lícita não altera o quadro momentâneo. Nessa medida, por verificar que neste momento ainda estão presentes as condições e fundamentos da prisão preventiva decretada anteriormente em desfavor do requerente, MANTENHO SUA SEGREGAÇÃO CAUTELAR com os mesmos fundamentos, até porque são motivações idôneas capazes de justificar a manutenção do decreto constritivo por demonstrar a necessidade de se assegurar a ordem pública abalada com a prática das condutas supostamente criminosas. Posto isto, em razão da existência de elementos autorizadores da custódia cautelar, nos termos do Art. 282, I e II e Art. 312 e 313, I, todos do Código de Processo Penal, e diante da insuficiência das outras medidas cautelares, em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DE DJANILSON REBOUÇAS DA SILVA mantendo-se, assim, a prisão cautelar anterior com o objetivo de garantir a ordem pública. Intimações necessárias

15.284. EDITAL - VARA ÚNICA DE COCAL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de COCAL)
Processo nº 0001152-79.2014.8.18.0046
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: WISGLLEY DOUGLLAS ALBUQUERQUE SANTOS
Advogado(s): ELISSANDRA CARDOSO FIRMO(OAB/PIAUÍ Nº 6256)
Réu: PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL
Advogado(s): MAIRA CASTELO BRANCO LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 3276)
DESPACHO: Outrossim, vejo que muito embora não seja caso de dívida ilíquida, a parte autora deixou de precisar o montante ora cobrado nestes autos. É dever do(a) autor(a) apresentar o pedido líquido certo e determinado, instruindo a inicial com o demonstrativo da evolução da dívida, a fim de facilitar o deslinde do feito. Assim, converto o eventual julgamento antecipado do mérito em diligência e determino que a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, aponte o valor do débito e junte aos autos demonstrativo da evolução da dívida, sob pena de indeferimento do pleito. Cumpra-se. Expedientes e intimações necessárias. COCAL, 14 de dezembro de 2016 CARLOS AUGUSTO ARANTES JÚNIOR Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de COCAL

15.285. EDITAL - VARA ÚNICA DE COCAL

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de COCAL)
Processo nº 0001256-37.2015.8.18.0046
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: DOUGLAS RIBEIRO DA SILVA
Advogado(s): ELISSANDRA CARDOSO FIRMO(OAB/PIAUÍ Nº 6256)
Réu: MUNICÍPIO DE COCAL - PI
Advogado(s): MAIRA CASTELO BRANCO LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 3276)
DESPACHO: Vistos. Compulsando os autos, verifico que foi facultada às partes a especificação de provas, no entanto, ambas mantiveram-se inerte. Outrossim, vejo que a parte promovente deixou de juntar aos autos a legislação municipal citada na inicial. Assim, converto o eventual julgamento antecipado do mérito em diligência e determino que a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos cópia reprográfica da legislação municipal a que se referiu e comprove sua vigência, levando em conta que esta é obrigação de quem alega direito municipal (art. 376 do CPC), bem como é imprescindível para o julgamento da causa, sob pena de indeferimento do pleito. Certifique a Secretaria eventual transcurso do prazo. Após, façam os autos conclusos. Cumpra-se. Expedientes e intimações necessárias.

15.286. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE COCAL

PROCESSO Nº: 0800146-62.2018.8.18.0046
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ELIANE FERREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO(s): ALEX NIGER LOPES RAMOS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO VOTORANTIM
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.287. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE COCAL

PROCESSO Nº: 0800147-47.2018.8.18.0046
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ELIANE FERREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO(s): ALEX NIGER LOPES RAMOS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.288. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE COCAL

PROCESSO Nº: 0800148-32.2018.8.18.0046
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO CONRADO DE SALES
ADVOGADO(s): ALEX NIGER LOPES RAMOS
POLO PASSIVO: RÉU: BRADESCO FINANCIAMENTO
ADVOGADO(s): ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.289. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE COCAL

PROCESSO Nº: 0800157-91.2018.8.18.0046
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: ANTONIO RODRIGUES DIAS
ADVOGADO(s): ELISSANDRA CARDOSO FIRMO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: PREFEITO DA CIDADE DE COCAL-PI
220 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> IMPROCEDÊNCIA:
JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO

15.290. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE COCAL

PROCESSO Nº: 0800161-31.2018.8.18.0046
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: PEDRO DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO(s): ELISSANDRA CARDOSO FIRMO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: PREFEITO DA CIDADE DE COCAL-PI
220 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> IMPROCEDÊNCIA:
JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO

15.291. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE COCAL

PROCESSO Nº: 0800211-57.2018.8.18.0046
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: CLAUDINER SATURNINO DA COSTA
ADVOGADO(s): ALEX NIGER LOPES RAMOS
POLO PASSIVO: RÉU: IRESOLVE CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.292. EDITAL - VARA ÚNICA DE CRISTINO CASTRO

3ª Publicação
AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CRISTINO CASTRO)
Processo nº 0000151-85.2016.8.18.0047
Classe: Interdição
Interditante: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, ISAURA ANA DOS SANTOS
Advogado(s):
Interditando: ITAMAR DOS SANTOS BORGES
Advogado(s):
SENTENÇA:
interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos ou que venha a receber de entidade
Ante o exposto, nos termos dos artigos 1767 e 1768 do CC,747, 748 do CPC, defiro o pleito inicial para decretar a interdição de Itamar dos Santos Borges, nomeando como seu curador a senhora Isaura Ana dos Santos para a prática dos atos da vida civil do interditando, restando consignado que o curador ora nomeado não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes aoprevidenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar dointerditando.
Oficie-se o Cartório de Registro Civil da residência do interditando para registrar a interdição, devendo a Secretaria desta Vara observar os termos do Art 755, § 3º do CPC.
Sem custas e honorários, ante a gratuidade deferida ao autor.
Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição.
Publique-se e Intimem-se.
CRISTINO CASTRO, 10 de abril de 2018
NAURO THOMAZ DE CARVALHO
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CRISTINO CASTRO

15.293. EDITAL - VARA ÚNICA DE CRISTINO CASTRO

3ª Publicação
AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CRISTINO CASTRO)
Processo nº 0000019-09.2008.8.18.0047
Classe: Tutela e Curatela - Nomeação
Requerente: ELIZÂNGELA CARVALHO DE ANDRADE
Advogado(s): FLAVIO ALMEIDA MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 3161)
Requerido: JOSEFA PEREIRA DA SILVA
Advogado(s):
SENTENÇA:
Ante o exposto, nos termos dos artigos 1767 e 1768 do CC,747, 748 do CPC, defiro o pleito inicial para decretar a interdição de Josefa Pereira da Silva, nomeando como sua curadora a senhora Elizângela Carvalho de Andrade para a prática dos atos da vida civil da interditando, restando

consignado que o curador ora nomeado não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos ou que venha a receber de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar do interditando.
Expeça-se ofício ao Cartório de Registro Civil para fins de registro, devendo a Secretaria deste juízo cumprir o disposto no Art 755, § 3º do CPC.
Sem custas e honorários, ante a gratuidade deferida ao autor.
Compromisso de lei.
Intimações e providências legais.
CRISTINO CASTRO, 10 de abril de 2018
NAURO THOMAZ DE CARVALHO
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CRISTINO CASTRO

15.294. EDITAL - VARA ÚNICA DE CRISTINO CASTRO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CRISTINO CASTRO)
Processo nº 0000360-20.2017.8.18.0047
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDA NONATA ARAÚJO REGO
Advogado(s): FELIPE SOARES DIAS FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 12455)
Réu: BANCO ITAÚ BMG S.A
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Intimar o advogado da parte autora para apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação interposto.

15.295. EDITAL - VARA ÚNICA DE CRISTINO CASTRO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CRISTINO CASTRO)
Processo nº 0000603-61.2017.8.18.0047
Classe: Procedimento Comum
Autor: ZÉLIA MARIA ARAÚJO DANTAS
Advogado(s): FLAVIO ALMEIDA MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 3161), FILIPE ALMEIDA MACEDO(OAB/PIAUÍ Nº 8489)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
Advogado(s):
DESPACHO: Intimar o advogado da autora a comparecer perante este juízo, no Fórum local a audiência de instrução, designada para o dia 17/05/2018, às 11h30min

15.296. EDITAL - VARA ÚNICA DE DEMERVAL LOBÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de DEMERVAL LOBÃO)
Processo nº 0000129-58.2015.8.18.0048
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELINAR DAS MERCÊS LEITE DE CARVALHO
Advogado(s): JEANY PERANY FEITOSA NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 8232)
Réu: EMPRESA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogado(s): LUCAS NUNES CHAMAS(OAB/PARÁ Nº 16956)
DESPACHO: Intimem-se a Embargada para se manifestar nos autos. Cumpra-se.

15.297. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

Processo nº 0000471-95.2017.8.18.0049
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO JOSÉ DE MORAIS
Advogado(s): TIAGO LUIZ TEIXEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7560)
Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento - para fins de inquirição das testemunhas arroladas na denúncia (fls. 04), seguindo-se com o interrogatório do acusado - para o dia 29 de maio do fluente ano, às 10:00 horas, no Fórum local. Intimem-se = SERVINDO O PRESENTE DE MANDADO, no que for cabível. Demais expedientes necessários. Notifique-se a RMP. Cumpra-se. Dr. João de Castro - Juiz de Direito.

15.298. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

Processo nº 0000070-83.2017.8.18.0118
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA OZENITA DA CONCEIÇÃO SILVA
Advogado(s): CAIO IATAN PADUA DE ALMEIDA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 9415)
Réu: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ
Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
Faço vista dos autos às partes interessadas, para conhecimento do retorno dos mesmos, bem como sobre os documentos juntado às fls. 125/133 . VÁRZEA GRANDE, 4 de maio de 2018

15.299. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0001635-95.2017.8.18.0049
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DA CRUZ ROSALINO ABREU
Advogado(s): ANA PAULA CAVALCANTE DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 10789)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
ATO ORDINATÓRIO: Intimo a parte autora, por sua advogada, para apresentar réplica à contestação, no prazo legal.

15.300. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0001433-21.2017.8.18.0049
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA EUGENIA DO ESPIRITO SANTO
Advogado(s): ANA PAULA CAVALCANTE DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 10789)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Intimo a parte autora, por sua advogada para apresentar réplica à contestação , no prazo legal.

15.301. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0001632-43.2017.8.18.0049
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DA CRUZ ROSALINO ABREU
Advogado(s): ANA PAULA CAVALCANTE DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 10789)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
ATO ORDINATÓRIO: Intimo a parte autora, por sua advogada, para apresentar re´plica à contestação no prazo legal.

15.302. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0001733-80.2017.8.18.0049
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: ISABEL RAIMUNDA DOS SANTOS SOARES
Advogado(s): FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7459)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): RUBENS GASPAR SERRA(OAB/SÃO PAULO Nº 119859)
ATO ORDINATÓRIO: Intimo a partye autora, por seu advogado para apresentar réplica à contestação, no prazo legal.

15.303. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0001669-70.2017.8.18.0049
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: JOSÉ AVELINO DE MORAIS
Advogado(s): FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7459)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Intimo a parte autora, por seu advogado para apresentar réplica à contestação no prazo legal.

15.304. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0001648-94.2017.8.18.0049
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DO SOCORRO VIEIRA SANTOS
Advogado(s): FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7459)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Intimo a parte autora, por seu advogado, para apresentar réplica à contestação, no prazo legal.

15.305. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0000023-59.2016.8.18.0049
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA ALVES DE CARVALHO MOURA
Advogado(s): FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7459)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s): PROCURADOR FEDERAL/INSS(OAB/PIAUÍ Nº 1178869)
ATO ORDINATÓRIO: Intimo a parte autora, por seu advogado para apresentar as contrarrazões da apelação, no prazo legal.

15.306. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

Processo nº 0000025-58.2018.8.18.0049
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: SEBASTIÃO VIEIRA DE ARAUJO
Advogado(s): MARCOS PEREIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 13815), JAHYRA KELLY DE OLIVEIRASOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 15355)
Vistos etc. Designo audiência de instrução processual - para fins de inquirição da menor/vítima e das testemunhas arroladas na denúncia (fls. 0/7), seguindo-se com o interrogatório do acusado - para o dia 24/maio/de 2018, às 09:00 horas, no Fórum do PAA de Francinópolis. Intimações necessárias = SERVINDO O PRESENTE DE MANDADO, no que for cabível. Notifique-se a Representante do Ministério Público. Demais expedientes necessários e devidas informações para fins de escolta do acusado onde se encontra recolhido. Cumpra-se c/ urgência. ELESBÃO VELOSO, 7 de maio de 2018. JOÃO DE CASTRO SILVA -Juiz de Direito.

15.307. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)

Processo nº 0000005-05.1997.8.18.0049
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA JOSE DE AQUINO MELO, JOSE LEONON DOS SANTOS MELO
Advogado(s):
Réu: JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA - ME
Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS VALADARES(OAB/PIAUÍ Nº 13700)
ATO ORDINATÓRIO:
A Secretaria intima a parte autora, por seu Advogado, sobre a devolução do AR da Carta de Intimação (fls. 306), sem recebimento, com a informação: "Mudou-se". Dou fé.

15.308. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)
Processo nº 0000346-98.2015.8.18.0049
Classe: Inventário
Requerente: RAIMUNDO CELESTINO- DE SOUSA SOBRINHO
Advogado(s): THIAGO RAMOS SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10260), MÁRIO NILTON DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 2590)
Réu:
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: A Secretaria intima a parte autora, por seu Advogado, sobre a devolução do AR da Carta de Intimação (fls. 108), sem recebimento, com a informação: "AUSENTE". Dou fé.

15.309. EDITAL - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000127-39.2002.8.18.0050
Classe: Insolvência Requerida pelo Credor
Declarante: CLAUDINO S/A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS
Advogado(s): MÁRIO AUGUSTO SOEIRO MACHADO(OAB/PIAUÍ Nº 1529), ALEXANDRE DE ALMEIDA RAMOS(OAB/PIAUÍ Nº 3271)
Declarado: MÁRCIO STANLEY CARVALHO LAGES
Advogado(s):
Para, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito**.**

15.310. EDITAL - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000146-79.2001.8.18.0050
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: CLAUDINO S/A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS
Advogado(s): MÁRIO AUGUSTO SOEIRO MACHADO(OAB/PIAUÍ Nº 1529)
Executado(a): MÁRCIO STANLEY CARVALHO LAGES
Advogado(s):
Para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, demosntrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.D

15.311. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0001693-37.2013.8.18.0050
Classe: Representação Criminal/Notícia de Crime
Representante: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PAIUI
Advogado(s):
Representado: LUIS FELIPE DA COSTA
Advogado(s):
O Representante do Ministério Público em exercício perante esta Unidade Judiciária ofertou representação em face do adolescente LUIS FELIPE DA COSTA, já devidamente qualificado nos autos, e estando o processo em seu curso normal o adolescente atingiu a idade de 21 anos sendo-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, constato que o adolescente LUIS FELIPE DA COSTA já atingiu a idade de 21 (vinte e um) anos. A certidão de nascimento de fls. 21 dos autos prova que o referido adolescente já atingiu a idade limite de 21 anos. De acordo com o parágrafo único do art. 2.º do ECA, aplica-se o Estatuto excepcionalmente às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos e no § 5.º do art. 121 do ECA, dispõe que a liberação em caso de internamento é compulsória aos 21 (vinte e um) anos de idade. Nota-se que o legislador reputou como razoável para a incidência das medidas protetivas, em termos de prevenção geral e especial, o patamar de 21 (vinte e um) anos, sendo, a partir daí, impossível o reconhecimento da pretensão da ação socioeducativa do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente, atendendo ao princípio da proteção integral que o norteia, apenas permite a aplicação de medidas socioeducativas até que o infrator tenha 21 anos. Ultrapassada esta idade, e não tendo o Estado-Juiz, através do correto procedimento legal, aplicado e feito cumprir a medida socioeducativa correspondente à espécie, resta tão somente o arquivamento do feito, por impossibilidade jurídica de aplicação da sanção correspondente. Com efeito, considerando a idade do adolescente, e tendo em vista que as normas do ECA somente se aplicam às crianças e adolescentes e excepcionalmente aos jovens adultos até os 21 (vinte e um) anos, nos termos do artigo 2º, parágrafo único do mencionado dispositivo clara é a impossibilidade de aplicação de medida socioeducativa, perdendo o objeto a presente ação. Desta maneira, LUIS FELIPE DA COSTA não está mais submetido à Justiça Especializada da Infância e da Juventude, neste sentido: ECA. ATO INFRACIONAL. INFRATOR QUE COMPLETA 21 ANOS DE IDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. A jurisdição da infância e da juventude cessa quando a pessoa completa 21 anos de idade, extinguindo-se a ação para apuração de ato infracional e não se aplicando mais medidas socioeducativas que eventualmente estejam em curso. Inteligência dos art. 104 , parágrafo único , e art. 2º , parágrafo único , do ECA . Recurso provido. TJRS - Apelação Cível AC 70047572482 RS (TJRS) TJCE-0053922) ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO ROUBO MAJORADO. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. REPRESENTADO COM 21 (VINTE E UM) ANOS DE IDADE. LIBERDADE COMPULSÓRIA. ART. 121, § 5º, ECA. Completado o adolescente 21 anos de idade, resta impossibilitada a imposição de medida socioeducativa, uma vez atingida idade em que qualquer medida oriunda da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente é automaticamente extinta. Apelação conhecida, mas improvida. Sentença mantida. (Apelação nº 0004606-40.2012.8.06.0121, 7ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Francisco Bezerra Cavalcante. unânime, DJe 18.02.2016). STJ-0632679) HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO (ART. 157, § 2º, II, DO CP). PROGRESSÃO PARA LIBERDADE ASSISTIDA. LIMINAR DEFERIDA NESTES AUTOS. PACIENTE QUE COMPLETOU A IDADE DE 21 ANOS. LIBERAÇÃO COMPULSÓRIA (ART. 121, § 5º, DO ECA). PERDA DO OBJETO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO. (Habeas Corpus nº 250.507/PE (2012/0162297-8), 6ª Turma do STJ, Rel. Sebastião Reis Júnior. j. 01.08.2016, DJe 04.08.2016). Assim, DECLARO EXTINTA a pretensão socioeducativa do Estado, com fundamento no artigo 104, parágrafo único, e art.2º, parágrafo único, do ECA, e EXTINGO o presente feito sem julgamento do mérito

conforme artigo 485 do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público Estadual. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

15.312. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000983-75.2017.8.18.0050
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ESPERANTINA-PI
Advogado(s):
Indiciado: MARIA CRISTINA DOS SANTOS, ROGERIO LOPES FERNANDES
Advogado(s): Dr. Francisco Linhares de Araújo Júnior OAB/PI 181B
Analisando a petição da Defensora Pública de fls. 74, verifico que a acusada Maria Cristina dos Santos possui tese de defesa conflitante com o acusado Rogério Lopes Fernandes. Com efeito, para não haver prejuízos às defesas, nomeio o advogado Dr. Francisco Linhares de Araújo Júnior OAB/PI 181B como defensor dativo do acusado Rogério Lopes Fernandes, o qual deverá ser intimado para aceitar a nomeação e apresentar resposta à acusação, no prazo legal. Após a apresentação, voltem-me conclusos para deliberações. Cumpra-se.

15.313. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0002473-06.2015.8.18.0050
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELISA ANTONIA MENDES DE CARVALHO
Advogado(s): EVANDRO VIEIRA DE ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 2052)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
Advogado(s):
Faço vistas ao Procurador da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecer as contrarrazões ao recurso de apelação.

15.314. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0001797-92.2014.8.18.0050
Classe: Procedimento Comum
Autor: DORALICE SAMPAIO DE CARVALHO
Advogado(s): LENNA MARIA BARBOSA DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 7185)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado(s):
Faço vista dos autos a(o) parte Procurador da parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

15.315. EDITAL - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000033-91.2002.8.18.0050
Classe: Inventário
Inventariante: CIPRIANO AMORIM CASTRO
Advogado(s): LUCIO TADEU RIBEIRO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 3022)
Inventariado: JOÃO DO RÊGO CASTRO
Advogado(s): LÚCIO TADEU RIBEIRO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 3022)
DESPACHO: Tendo em vista a extinção da ação de interdito proibitório (Proc. nº 0000034-76.2002.8.18.0050) em face da desídia do inventariante, no qual encontra-se em apenso aos autos em epígrafe, determino a intimação da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem exame do mérito.

15.316. EDITAL - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000025-61.1995.8.18.0050
Classe: Procedimento Comum
Requerente: SABINO SOARES DE ARAUJO, EVA FERREIRA DA SILVA, ERMELINO CARLOS MACHADO, MARIA MAGNÓLIA SILVA, ADELIA VIRGENS DOS SANTOS, FRANCISCO MARCELINO OLIVEIRA, MANOEL FRANCISCO DA CRUZ, FRANCISCA RODRIGUES DE MESQUITA, ANTÔNIA FERNANDES DA SILVA VERAS, MARIA RAIMUNDA DA SILVA, RAIMUNDO NONATO DUARTE, JOSE PEREIRA DA SILVA, MIGUEL RIBEIRO DE SOUSA, ANTONIO RODRIGUES NUNES, ZELINDA ALVES DE CARVALHO
Advogado(s): JOSÉ ARIMATEIA DANTAS LACERDA(OAB/PIAUÍ Nº 1613), VICENTE MOREIRA SILVA(OAB/CEARÁ Nº 2131)
Réu:
Advogado(s):
DESPACHO: Tendo em vista o lapso temporal entre o último ato processual até a presente data, determino a intimação das partes requerentes para, no prazo de 05 dias, manifestarem interesse no prosseguimento do feito. Caso demonstre interesse, deve os requerentes informar se já foram pagas administrativamente as parcelas reclamadas, uma vez que o próprio INSS reconheceu o objeto do pedido e destacou que teriam sido pagas.

15.317. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0001843-47.2015.8.18.0050
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s): LAURISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3454)
Requerido: ELENITA SOUSA PIMENTEL
Advogado(s):
Faço vista dos autos a(o) parte Procurador da parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

15.318. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0001469-36.2012.8.18.0050
Classe: Procedimento Comum
Autor: CARLOS ALBERTO DUARTE
Advogado(s): EVANDRO VIEIRA DE ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 2052)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):
Fica as partes intimadas do retorno dos autos do tribunal de justiça do estado do Piauí, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

15.319. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000033-71.2014.8.18.0050
Classe: Procedimento Comum
Autor: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ESPERANTINA
Advogado(s): LUIZ LEAL DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 5278)
Réu: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-PI, MUNICIPIO DE ESPERANTINA-PI
Advogado(s):
Faço vista dos autos a(o) parte Procurador da parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

15.320. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0001456-66.2014.8.18.0050
Classe: Procedimento Comum
Autor: FLORÊNCIA BARBOSA DE SOUSA
Advogado(s): LENNA MARIA BARBOSA DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 7185)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado(s):
Fica as partes intimadas do retorno dos autos do tribunal de justiça do estado do Piauí, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

15.321. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000329-35.2010.8.18.0050
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Denunciante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Denunciado: ANTONIO WENDEY ALVES DOS SANTOS
Advogado(s):
Fica as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

15.322. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ESPERANTINA

Processo nº 0000020-05.1996.8.18.0050
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Denunciante: MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Denunciado: LINDOMAR XAVIER, ROSALINA DE OLIVEIRA CASTRO
Advogado(s): FRANCISCA DA CONCEICAO(OAB/PIAUÍ Nº 9498)
Fica as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

15.323. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ESPERANTINA

PROCESSO Nº: 0800177-07.2017.8.18.0050
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: JARLANE RODRIGUES DE LIMA
ADVOGADO(s): JOSE ANGELO RAMOS CARVALHO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.324. EDITAL - 1ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001188-15.2013.8.18.0028
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: 0 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: RENATO DA SILVA FERREIRA DON DON
Advogado(s): ABDON PORTO MOUSINHO(OAB/PIAUÍ Nº 832)
DESPACHO: Fica o advogado intimado que foi redesignada a audiência para o dia 29/05/2018 às 10:00 horas, no Fórum local.

15.325. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000589-57.2005.8.18.0028
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB
Advogado(s): MHARDEN DANNILO CANUTO OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5661), EDIMAR CHAGAS MOURÃO(OAB/PIAUÍ Nº 3183), PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962), RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA(OAB/CEARÁ Nº 8985), JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3940)
Executado(a): RAIMUNDO NONATO FERREIRA DA SILVA
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A intentou a presente ação contra RAIMUNDO NONATO FERREIRA DA SILVA , pretendendo a satisfação de título executivo extrajudicial anexado à petição inicial. Petição da parte autora às fls. 380/381, dando conta do cumprimento da obrigação. É, em síntese, o relatório. Decido. Com o pagamento da dívida, extingue-se a execução, haja vista que a obrigação

foi satisfeita, a teor do art. 924, inciso II, do CPC, pelo que determino a extinção do processo. Custas finais pelo executado. Condeno a parte executada em honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) do valor do proveito econômico obtido (art. 85, §§ 2º e 10), no entanto, fica a exigibilidade de tais verbas suspensas em relação ao executado, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Autorizo o desentranhamento do título executivo. Torno sem efeito eventual penhora realizada, devendo a secretaria oficiar para o levantamento das restrições.

15.326. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001788-65.2015.8.18.0028
Classe: Consignação em Pagamento
Consignante: WILSON MARQUES DOS REIS - ME
Advogado(s): FELIPE PONTES LAURENTINO(OAB/PIAUÍ Nº 7755)
Consignado: BANCO BRADESCO S.A
Advogado(s): SILVIA LORENNA DE SOUSA ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 10638)
Vistos. Trata-se de uma AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA , ajuizada por WILSON MARQUES DOS REIS - ME em face do BANCO DO BRADESCO S/A, ambos devidamente qualificados nos autos. Juntou documentos (fls. 08/17). A parte autora informou a perda do interesse processual, conforme noticiado à fl. 69. É, resumidamente, o relatório. Decido. É sabido que o interesse de agir é requisito essencial para o desenvolvimento regular do processo a fim de se obter um provimento final de mérito, constituindo, com a legitimidade da parte, as condições da ação. Portanto, diante da manifestação de fl. 69, a ação perdeu seu objeto. Diante do exposto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito a teor do art. 485, VI do CPC, frente a ausência de uma das condições da ação, interesse de agir. Sem pelo requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certificado o Trânsito em Julgado, ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais.

15.327. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001306-20.2015.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: FRANCISCO MOREIRA DE ARAUJO FILHO
Advogado(s): CARLOS AUGUSTO PEREIRA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 8716)
Requerido: ALAIN ALVES ALCANTARA
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos. Trata-se de uma AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO C/C PEDIDO DE LIMINAR , ajuizada por FRANCISCO MOREIRA DE ARAÚJO FILHO , em face do ALAIN ALVES ALCANTARA , ambos devidamente qualificados nos autos. Intimado a parte autora pessoalmente para dizer se ainda tem interesse no feito, quedou-se inerte (certidão de fl. 29). É, em síntese, o relatório. Decido. Considerada a inércia da parte autora que, intimada pessoalmente, deixou a dar movimento do feito no prazo assinado, deixando-o parado por prazo superior a 1 (um) ano, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do § 1.º e inciso II, do art. 485, do CPC e, em consequência revogo a liminar de fl. 15. Sem custas, face a gratuidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

15.328. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001429-86.2013.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: PEDRO MARTINS DE ARAUJO COSTA JUNIOR
Advogado(s): FRANCISCO EUDES ALVES FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9428)
Réu: BANCO VOLKSWAGEM
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos. Cuida-se de Ação Revisional c/c Consignação em Pagamento e Pedido de Antecipação de Tutela, tendo como partes as acima nominadas, todas devidamente qualificadas na peça vestibular. Foi proferida decisão determinando o pagamento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial, o que não fora feito pela Parte Autora. Consoante art. 290, do Código de Processo Civil, in verbis: será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. No corrente caso, apesar de devidamente intimado, a parte Autora não efetuou o pagamento das custas processuais, razão pela qual deve ser cancelada a distribuição do feito. ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 290 c/c o art. 485, II, ambos do Código de Processo Civil, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DO PRESENTE FEITO, declarando o processo extinto sem resolução de mérito. Intimem-se a parte autora via DJE. Desnecessária a intimação da parte ré.

15.329. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000064-49.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: ANTONIO DE SOUSA LIMA
Advogado(s): EMANUEL NAZARENO PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2934)
Réu: BANCO ITAÚ S.A
Advogado(s): JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7198-A)
Da sentença de fl. 54, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Presentes os pressupostos legais, HOMOLOGO, por sentença, para produzir seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, constante à fl. 52, em consequência, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Sem custas, conforme disposição do art. 90, §3º, CPC.(...)?

15.330. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0002506-28.2016.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B V FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): GIULIO ALVARENGA REALE(OAB/PIAUÍ Nº 14565)
Requerido: JOAQUIM NETO DA SILVA VIEIRA
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos. Trata-se de uma AÇÃO BUSCA E APREENSÃO ajuizada por BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E

INVESTIMENTO em face de , JOAQUIM NETO DA SILVA VIEIRA, ambos devidamente qualificados nos autos. A parte autora requereu a desistência do presente feito, conforme noticiado à fl. 29 É, em síntese, o relatório. Decido. Na petição de fl. 29 o requerente solicitou a desistência da presente ação. Assim, homologo a desistência da ação para que produza os seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, do CPC). extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. JULGO 485, VIII, do Código de Processo Civil e, em consequência, revogo a liminar de fl. 26. Quanto à restrição do DETRAN, a qual não foi determinada por este juízo, deve a parte solicitante providenciar o levantamento das informações, sem intervenção judicial. Custas como recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o Trânsito em Julgado, ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais.

15.331. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001188-44.2015.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): RICARDO ALEXANDRE PERESI(OAB/SÃO PAULO Nº 235156)
Requerido: FABIANO DE AQUINO NUNES
Da sentença de fl. 91, cujo dispositivo segue transcrito:?(...)Diante do exposto, declaro extinto sem resolução do mérito a presente ação, com supedâneo no artigo 485, III do CPC, por ter a parte autora abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias sem promover os atos e diligências que lhe competia. Custas pela parte autora.(...)?

15.332. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000158-03.2017.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO ITAU UNIBANCO S/A
Advogado(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7036-A)
Requerido: ADALBERTO MENDES E ARAUJO LTDA
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos. Trata-se de uma AÇÃO BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR ajuizada por BANCO ITAU UNIBANCO S/A em face de, ADALBERTO MENDES E ARAUJO LTDA , ambos devidamente qualificados nos autos. . A parte autora requereu a desistência do presente feito, conforme noticiado à fl. 48 É, em síntese, o relatório. Decido. Na petição de fl. 48 a requerente solicitou a desistência da presente ação. Assim, homologo a desistência da ação para que produza os seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, do CPC). JULGO extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Quanto à restrição do DETRAN, a qual não foi determinada por este juízo, deve a parte solicitante providenciar o levantamento das informações, sem intervenção judicial. Custas como recolhidas.

15.333. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000470-33.2004.8.18.0028
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): ABDON PORTO MOUSINHO(OAB/PIAUÍ Nº 832/74)
Executado(a): VICTOR GONÇALVES GUIMARÃES
Advogado(s):
Da sentença de fl. 270, cujo dispositivo segue transcrito:?(?) Com o pagamento da dívida, extingue-se a execução, haja vista que a obrigação foi satisfeita, a teor do art. 924, inciso II, do CPC, pelo que determino a extinção do processo. Custas de lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.(...)?

15.334. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000499-73.2010.8.18.0028
Classe: Imissão na Posse
Requerente: MARIA MADALENA MENDES POR SEU REPRESENTANTE FRANCISCO MENDES VIEIRA NETO
Advogado(s): MANOEL ARAÚJO BEZERRA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 5351)
Requerido: IVAN NONATO DE SOUSA E FRANCINEIDE BARROS DE SOUSA
Advogado(s):
Da sentença de fl. 40, cujo dispositivo segue transcrito:?(?) Isto posto, declaro extinto sem resolução do mérito a presente ação, com supedâneo no artigo 485, III do CPC, por ter a parte autora abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias sem promover os atos e diligências que lhe competia, em consequência, revogo a liminar de fls. 18/20. Custas como recolhidas.(...)?

15.335. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001714-45.2014.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: DOMINGOS RENE SOARES DE SOUSA
Advogado(s): JOAB CARVALHO CURVINA(OAB/PIAUÍ Nº 11485)
Réu: MUNICIPIO DE FLORIANO-PI
Advogado(s):
Da sentença de fls. 53/56, cujo dispositivo segue transcrito:?(?)Diante do exposto, acolhendo a pretensão autoral, julgando-a PROCEDENTE, para fins de condenar o Município requerido a restituir ao requerente, a título de compensação pelos danos morais sofridos, o valor de R$ R$ 3.000,00 (três mil reais), bem como de R$ 69,82 (sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) pelos danos materiais suportados, corrigidos monetariamente a partir desta decisão, com base no INPC, e juros de mora de 1% ao mês, não cumulativos, a partir desta. ex vi dos arts. 406, do Código Civil c/c art. 161, § 1º do CTN, com respaldo no art. 5º, inciso X da Constituição Federal e súmula 362, do STJ. Condeno ainda o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% (dez por cento) sob o valor da condenação, conforme os parâmetros estabelecidos nos arts. 82, 84 e 85 do Código de Processo Civil. P.R.I.(...)?

15.336. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000022-05.2013.8.18.0106
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO BRADESCO
Advogado(s): FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA(OAB/MARANHÃO Nº 9117-A)
Executado(a): JAIRO JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Advogado(s):
SENTENÇA: de fls. 50, cujo o dispositivo segue transcrito: "...Presentes os pressupostos legais, **HOMOLOGO**, por sentença, para produzir seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, constante às fls. 40/42, em consequência, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Torno sem efeito eventual penhora realizada, devendo a secretaria oficiar para o levantamento das restrições. Custas de lei. P.R.I. Expedidas as comunicações necessárias e feitas as anotações devidas, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado desta decisão, por se tratar de feito cujo deslinde se deu sob o pálio da composição."

15.337. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001057-21.2005.8.18.0028
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): CLAUDIO MANOEL DO MONTE FEITOSA(OAB/MARANHÃO Nº 7067-A), SAGRAMOR LARISSA BRAGA CARIBE(OAB/PIAUÍ Nº 7652)
Executado(a): MARIA DA CONCEIÇÃO SIQUEIRA MARTINS
Advogado(s):
Da sentença de fl. 89, cujo dispositivo segue transcrito:?(?)Com o pagamento da dívida, extingue-se a execução, haja vista que a obrigação foi satisfeita, a teor do art. 924, inciso II, do CPC, pelo que determino a extinção do processo. Custas finais pelo executado. Condeno a parte executada em honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) do valor do proveito econômico obtido (art. 85, §§ 2º e 10), no entanto, fica a exigibilidade de tais verbas suspensas em relação ao executado, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. (...)?

15.338. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001685-24.2016.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: CARLOS AUGUSTO BEZERRA DO NASCIMENTO
Advogado(s): MISLAVE DE LIMA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12522)
Réu: ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Da sentença de fls. 112/116, cujo dispositivo segue transcrito:?(?)Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na petição inicial para condenar o Estado do Piauí a pagar a título de ajuda de custo ao autor o valor de R$ 1.838,85 (mil oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), devidamente corrigido, em função do deslocamento permanente do servidor militar de sua sede para outra localidade a fim de atender a interesses da Administração, bem como condenar o Estado do Piauí a indenizar o requerente pelos períodos de férias não gozados durante os anos de 2011 a 2015, devendo o quantum debeatur ser demonstrado em memória de cálculo apresentada com o requerimento de cumprimento da sentença, na forma do art. 524, do CPC. Aos juros de mora deverão ser aplicados os mesmos índices da poupança e à correção monetária adotar-se-á o IPCA-E. Condeno o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. À falta de valor certo da condenação, tomo como base o valor da causa atualizado e, em consequência, não procedo ao reexame necessário, já que não foi ultrapassado o patamar previsto no § 3º, do artigo 496, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, intime-se o autor para, em 30 (trinta) dias, requerer o cumprimento da sentença. P.R.I.(...)?

15.339. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0002002-56.2015.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIMAR DIAS FERREIRA
Advogado(s): DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 10594)
Réu: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(s): ANTONIO DE MORAIS DOURADO NETO(OAB/ALAGOAS Nº 7529)
Da sentença de fl. 162, cujo dispositivo segue transcrito:?(?)Presentes os pressupostos legais, HOMOLOGO, por sentença, para produzir seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, constante às fls. 155, no que determino a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Sem custas face a gratuidade. P.R.I.(...)

15.340. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0002496-81.2016.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S. A.
Advogado(s): LAZARO DUARTE PESSOA(OAB/PIAUÍ Nº 12851), SOLLYMAR ALVES DOS SANTOS JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 4263-E)
Requerido: GLAUGENIA SOUSA SANTOS
Advogado(s): KILMORIM KLINGER PEREIRA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 12705), MAURICIO CEDENIR DE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 5142), FRANCISCO BRUNNO SOARES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9962)
Da sentença de fl. 87, cujo dispositivo segue transcrito: ?(...)Presentes os pressupostos legais, HOMOLOGO, por sentença, para produzir seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, constante à fl. 85, em consequência, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Sem custas conforme disposição do art. 90, §3º, CPC. P.R.I.(...)?

15.341. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001865-11.2014.8.18.0028

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B V FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A)
Requerido: MARIA DO AMPARO SOUSA
Advogado(s): JOSE DE CARVALHO REIS NETO(OAB/PIAUÍ Nº 8357)
SENTENÇA: Vistos. Trata-se de AÇÃO BUSCA E APREENSÃO uma ajuizada por BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em face de , MARIA DO AMPARO SOUSA , ambos devidamente qualificados nos autos. A parte autora requereu a desistência do presente feito, conforme noticiado à fl. 51. É, em síntese, o relatório. Decido. Na petição de fl. 51 a requerente solicitou a desistência da presente ação. Assim, homologo a desistência da ação para que produza os seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, do CPC). extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. JULGO 485, VIII, do Código de Processo Civil e, em consequência, revogo a liminar de fl. 41. Quanto à restrição do DETRAN, a qual não foi determinada por este juízo, deve a parte solicitante providenciar o levantamento das informações, sem intervenção judicial. Custas pela parte autora.

15.342. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001953-78.2016.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO PAN S.A
Advogado(s): FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ(OAB/SÃO PAULO Nº 206339), ODIMILSOM ALVES PEREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 8799)
Requerido: RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado(s): MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 11828)
SENTENÇA: de fls. 102, cujo o dispositivo segue transcrito: "...Assim, homologo a desistência da ação para que produza os seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, do CPC). JULGO extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil e, em consequência, revogo a liminar de fl. 52. Quanto à restrição do DETRAN, a qual não foi determinada por este juízo, deve a parte solicitante providenciar o levantamento das informações, sem intervenção judicial. Custas como recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o Trânsito em Julgado, ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais."

15.343. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000082-08.2017.8.18.0083
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BRADESCO
Advogado(s): JOAO PAULO ARRUDA BARRETO CAVALCANTE(OAB/CEARÁ Nº 22880)
Requerido: MARIA DOS SANTOS ALVES LIMA ME, MARIA DOS SANTOS ALVES LIMA
Advogado(s):
Da sentença de fl. 36, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Deste modo, na forma do art. 485, I, c/c art. 330, IV, todos do CPC, julgo extinto o feito, sem resolução do mérito e, em consequência, revogo a liminar de fls. 24/26. Custas de lei. Transitada em julgado esta decisão, promova-se o arquivamento dos autos. Publique-se, registre-se e intime-se.(...)?

15.344. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000572-40.2013.8.18.0028
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/CEARÁ Nº 16477), SAGRAMOR LARISSA BRAGA CARIBE(OAB/PIAUÍ Nº 7652)
Executado(a): DESQUEJET INFORMATICA LTDA, ALUIZIO NOGUEIRA GUARITA, CARDENE DE ANDRADE OLIVEIRA GUARITA, MARIA DA CONCEIÇAO DE ARAUJO COSTA
Advogado(s):
Da sentença de fl. 70, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Ante o acima exposto, extingo o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC, por falta de interesse processual decorrente da perda de seu objeto. Custas como recolhidas. Condeno a parte executada em honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) do valor do proveito econômico obtido (art. 85, §§ 2º e 10). Autorizo o desentranhamento do título executivo. Torno sem efeito eventual penhora realizada, devendo a secretaria oficiar para o levantamento das restrições. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. (...)?

15.345. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001787-51.2013.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: FIAT ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado(s): LUIZ CÉSAR PIRES FERREIRA JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5172), ODIMILSON ALVES PEREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 8799)
Requerido: LUIS MEIRELES COELHO
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos. , FIAT ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA por seu advogado, ingressou em 17/09/2013 com AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR em face do LUIS MEIRELES COELHO. A parte requerente intimada para diligenciar no sentido de dar andamento ao feito indicando depositário fiel residente na comarca de Floriano (fl.93), sendo que esta, inexplicavelmente, quedou-se silente (fl.95), não havendo, pois, qualquer interesse da mesma no seu regular prosseguimento. Isto posto, declaro extinto sem resolução do mérito a presente ação, com supedâneo no artigo 485, III do CPC, por ter a parte autora abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias sem promover os atos e diligências que lhe competia e, em consequência, revogo a liminar de fl. 61.

15.346. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000176-53.2017.8.18.0083
Classe: Procedimento Comum
Autor: RÚSEL SILVA ROMEIRO
Advogado(s): DANILO DA SILVA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14880)

Réu: MUNICÍPIO DE FRANCISCO AYRES
Advogado(s):
Da sentença de fls. 70/72, cujo dispositivo segue transcrito: ?(...) DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido, determinando ao Chefe do Executivo Municipal ou quem suas vezes fizer que nomeie, no prazo de 30 (trinta) dias, RÚSEL SILVA ROMEIRO para o cargo de auxiliar administrativo da Prefeitura Francisco Ayres-PI, tudo em respeito, principalmente, às regras contidas no edital do concurso realizado pelo Município de Francisco Ayres-PI no ano de 2015. Quanto à medida de nomeação, advirto que ela deve ser cumprida no prazo determinado, independentemente do julgamento da pretensão recursal, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em favor do autor, esclarecendo ao gestor municipal que o descumprimento desta decisão constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330, do Código Penal. Sem custas em face da isenção que goza a fazenda pública. Honorários fixados em 15% (quinze por cento) do valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, CPC. P.R.I.(...)?

15.347. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000296-38.2015.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): EDMILSON KOJI MOTODA(OAB/PIAUÍ Nº 231747)
Requerido: ALEXIMAR RODRIGUES DA SILVA
Advogado(s): HIRAN LEAO DUARTE(OAB/CEARÁ Nº 10422)
Da sentença de fl. 77, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Isto posto, declaro extinto sem resolução do mérito a presente ação, com supedâneo no artigo 485, III do CPC, por ter a parte autora abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias sem promover os atos e diligências que lhe competia, e em consequência revogo a liminar concedida à fl. 47. Custas pela parte autora.(...)?

15.348. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000156-33.2017.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO PAN S.A, JOAO ALVES DE SOUZA
Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 156187), JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2523), JOSE WILSON CARDOSO DINIZ JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8250), LUMA GABRIELE CARVALHO SANCHES SANTANA(OAB/PIAUÍ Nº 14368)
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Vistos. Cuidam-se os presentes autos de Ação de Busca e Apreensão proposta por BANCO PAN S.A, qualificado, em face do JOÃO ALVES DE SOUZA. Em consulta ao sistema Themis Web verifica-se a existência de outro processo em trâmite neste Juízo, com as mesmas partes, objeto e causa de pedir. É, em síntese, o relatório. DECIDO. Tenho que a invocação de existência de litispendência seja inarredável. Com efeito, a demanda idêntica já fora proposta neste Juízo (processo n.º 0000057-63.2017.8.18.0028), onde se observa que estão presentes, nas duas ações ajuizadas, as mesmas partes, causa de pedir e pedido. Dito isso, e de acordo com o que preceitua o Código de Processo Civil, em seu artigo 485, V, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;. E mais, O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado. (art. 485, § 3º, do CPC). Não respeitar, no caso, a litispendência, seria dar margem à violação do princípio da segurança jurídica. Evidentemente, não se pode acolher a pretensão deduzida na prefacial, por tal razão. Presentes, pois, tais considerações, um único caminho resta a ser tomado: o do reconhecimento da existência de litispendência, extinguindo-se o feito. Diante do exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO , nos termos do art. 485, V, do CPC. Custas pela requerente.

15.349. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0002457-84.2016.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSIANA DO ROSARIO AZEVEDO
Advogado(s): THAMIRIS CERES LOPES FREIRE(OAB/PIAUÍ Nº 12038)
Réu: CEPISA - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUÍ
Advogado(s):
Da sentença de fls. 51/55, cujo dispositivo segue transcrito: ?(...) Assim, considerando que o ato de redução do segundo turno da requerente afronta o seu direito estabelecido nos artigos 58 e 96, da Lei Municipal n° 608/2012, e que a redução salarial de servidores públicos fere a Constituição Federal, julgo PROCEDENTE o pedido para declarar a irredutibilidade dos vencimentos da servidora ÂNGELA MARIA SILVA BARROS, declarando ainda a obrigatoriedade da utilização do critério da antiguidade para a concessão do regime de quarenta horas/segundo turno, dando preferência, assim aos profissionais que já atuam nesse regime. Advirto que ela deve ser cumprida imediatamente, independentemente do julgamento da pretensão recursal esclarecendo ao gestor municipal que constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330, do Código Penal. Fixo honorários sucumbenciais em favor do patrono da promovente no valor de 15% (quinze por cento) do valor da causa, conforme os parâmetros estabelecidos nos arts. 82, 84 e 85 do Código de Processo Civil.. Sem custas. P.R.I.(...)?

15.350. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000556-47.2017.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANGELA MARIA SILVA BARROS
Advogado(s): LUDMYLLA ROCHA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 12523)
Réu: MUNICIPIO DE FLORIANO - PI
Advogado(s):
Da sentença de fls. 51/55, cujo dispositivo segue transcrito: ?(...) Assim, considerando que o ato de redução do segundo turno da requerente afronta o seu direito estabelecido nos artigos 58 e 96, da Lei Municipal n° 608/2012, e que a redução salarial de servidores públicos fere a Constituição Federal, julgo PROCEDENTE o pedido para declarar a irredutibilidade dos vencimentos da servidora ÂNGELA MARIA SILVA BARROS, declarando ainda a obrigatoriedade da utilização do critério da antiguidade para a concessão do regime de quarenta horas/segundo turno, dando preferência, assim aos profissionais que já atuam nesse regime. Advirto que ela deve ser cumprida imediatamente, independentemente do julgamento da pretensão recursal esclarecendo ao gestor municipal que constitui crime de desobediência, nos termos do

art. 330, do Código Penal. Fixo honorários sucumbenciais em favor do patrono da promovente no valor de 15% (quinze por cento) do valor da causa, conforme os parâmetros estabelecidos nos arts. 82, 84 e 85 do Código de Processo Civil.. Sem custas. P.R.I.(...)?

15.351. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0002998-20.2016.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: MARCIA CONCEIÇÃO DE FRANÇA, FRANCISCA MARIA MIRANDA DA SILVA
Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 13175)
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: de fls. 16/17, cujo o dispositivo segue transcrito: "...Desta forma, considerando que o tipo de procedimento escolhido pelo autor, não corresponde à natureza da causa e constatando a impossibilidade de adaptar-se ao tipo de procedimento legal, indefiro a petição inicial nos termos do art. 330, III, do CPC, **determinando a extinção do processo sem resolução do mérito**, a teor do art. 485, inciso I do CPC. Sem custas. Sem honorários uma vez que não foi formado o contraditório. Publique-se. Registre-se e intimem-se a parte autora via DJE. Desnecessária a intimação da parte ré."

15.352. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000147-65.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DA PAIXÃO CORREIA FREIRE
Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)
Réu: BANCO BRADESCO
Advogado(s): RUBENS GASPAR SERRA(OAB/SÃO PAULO Nº 119859)
SENTENÇA: de fls. 87/90, cujo o dispositivo segue transcrito: "...Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos formulados pela autora **MARIA DA PAIXÃO CORREIA FREIRE**, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, em face do **BANCO BRADESCO S/A**, para: a) **DECLARAR** a inexistência do débito atinente ao empréstimo consignado referente ao contrato n° **123213015152**, bem como a inexistência de quaisquer débitos dele oriundos; b) **CONDENAR** o réu a devolver em dobro os valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da parte Requerente (art. 42, parágrafo único, do CDC), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir dos descontos e correção monetária pelo INPC; c) **CONDENAR** o Banco Réu a pagar à parte Autora, a título de reparação por danos morais, o valor de **R$ 3.000,00 (três mil reais)**, acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso e correção monetária pelo INPC a partir da publicação da sentença. Deverá a ré arcar com as custas processuais e com honorários advocatícios aos procuradores da autora, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação com fulcro no art. 86, parágrafo único, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se."

15.353. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000131-21.1997.8.18.0028
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado(s): LUIS SOARES DE AMORIM(OAB/PIAUÍ Nº 2433)
Executado(a): BRASILIA NOVIDADES LTDA., IRACY DA COSTA BORGES, NELMA MARIA ALVES DA S. BORGES
Advogado(s):
Da sentença de fl. 63, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Com o pagamento da dívida, extingue-se a execução, haja vista que a obrigação foi satisfeita integralmente, a teor do art. 924, inciso II, do CPC, pelo que determino a extinção do processo. Custas pelo executado, no entanto, fica a exigibilidade de tais verbas suspensas em relação ao executado, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Autorizo o desentranhamento do título executivo. Torno sem efeito eventual penhora realizada, devendo a secretaria oficiar para o levantamento das restrições. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.(...)?

15.354. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0002574-41.2017.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
Advogado(s): LAURISSE M RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 345401)
Requerido: RAIMUNDA CLEIDIANE DA PAZ SIQUEIRA -ME, RAIMUNDA CLEIDIANE DA PAZ SIQUEIRA
Advogado(s):
Da sentença de fl. 30, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Assim, homologo a desistência da ação para que produza os seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, do CPC). JULGO extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil e, em consequência, revogo a liminar de fl. 23. Quanto à restrição do DETRAN, a qual não foi determinada por este juízo, deve a parte solicitante providenciar o levantamento das informações, sem intervenção judicial. Custas pela parte autora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. (...)?

15.355. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001982-94.2017.8.18.0028
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: F. C. MOTOS LTDA
Advogado(s): KELSON MARQUES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 5780)
Executado(a): WILLIAM SANTANA FREITAS, ANDREIA ALVES DE SANTANA
Advogado(s):
Da sentença de fl. 38, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Com o pagamento da dívida, extingue-se a execução, haja vista que a obrigação foi satisfeita, a teor do art. 924, inciso II, do CPC, pelo que determino a extinção do processo. Custas finais pelo executado. Condeno a parte executada em honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) do valor do proveito econômico obtido (art. 85, §§ 2º e 10), no entanto, fica a exigibilidade de tais verbas suspensas em relação ao executado, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Torno sem efeito

eventual penhora realizada, devendo a secretaria oficiar para o levantamento das restrições. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.(...)?

15.356. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000727-04.2017.8.18.0028
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): JULIANA MELO DE PINHO(OAB/CEARÁ Nº 21413)
Executado(a): GILSON RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado(s):
Da sentença de fl. 26, cujo dispositivo segue transcrito: "(...)Assim, homologo a desistência da ação para que produza os seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, do CPC). JULGO extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.(...)?

15.357. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000115-60.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DA S DORES DE SOUSA
Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751-A)
Réu: BANCO BRADESCO S. A.
Advogado(s): KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAUÍ Nº 7197-A)
SENTENÇA: de fls. 93/97, cujo o dispositivo segue transcrito: "...Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos formulados pela autora **MARIA DAS DORES DE SOUSA**, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, em face do **BANCO BRADESCO S/A**, para: a) **DECLARAR** a inexistência do débito atinente ao empréstimo consignado referente ao contrato n° **804474149**, bem como a inexistência de quaisquer débitos dele oriundos; b) **CONDENAR** o réu a devolver em dobro os valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da parte Requerente (art. 42, parágrafo único, do CDC), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir dos descontos e correção monetária pelo INPC; c) **CONDENAR** o Banco Réu a pagar à parte Autora, a título de reparação por danos morais, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso e correção monetária pelo INPC a partir da publicação da sentença. Deverá a ré arcar com as custas processuais e com honorários advocatícios aos procuradores da autora, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação com fulcro no art. 86, parágrafo único, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se."

15.358. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001399-80.2015.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: GABRIEL ANTONIO FERREIRA SANTOS PEREIRA, JORDENIA FERREIRA SANTOS PEREIRA
Advogado(s): LEONIDAS ARRAIS MOUZINHO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 7316)
Réu: ATO DO SR DIRETOR DO COLEGIO IMPACTO
Advogado(s):
Da sentença de fls. 59/62, cujo dispositivo segue transcrito: "(...)Assim, CONCEDO a segurança pleiteada na peça vestibular, confirmando a liminar deferida, resolvendo o mérito da presente demanda, com base no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Sem honorários advocatícios a teor das Súmulas 512/STF e 105/STJ. Publique-se. Registre-se. Intime-se.(...)"

15.359. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000039-18.2012.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO PANAMERICANO S. A.
Advogado(s): SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA MARTIN(OAB/RIO GRANDE DO SUL Nº 55893), MOISES BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 4217), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7031)
Requerido: JULIO COELHO LIMA
Advogado(s):
Da sentença de fl. 56, cujo dispositivo segue transcrito: ?(?) Com a renúncia ao crédito, extingue-se a execução, a teor do art. 924, inciso IV, do CPC, pelo que determino a extinção do processo. Custas como recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.(...)?

15.360. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000141-58.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Sumário
Autor: RAIMUNDA ANA DA SILVA
Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751-A)
Réu: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA: de fls. 61/64, cujo o dispositivo segue transcrito: "...Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos formulados pela autora **RAIMUNDA ANA DA SILVA**, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, em face do **BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A**, para: a) **DECLARAR** a inexistência do débito atinente ao empréstimo consignado referente ao contrato n° **236401250**, bem como a inexistência de quaisquer débitos dele oriundos; b) **CONDENAR** o réu a devolver em dobro os valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da parte Requerente (art. 42, parágrafo único, do CDC), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir dos descontos e correção monetária pelo INPC; c) **CONDENAR** o Banco Réu a pagar à parte Autora, a título de reparação por danos morais, o valor de **R$ 3.000,00 (três mil reais)**, acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso e correção monetária pelo INPC a partir da publicação da sentença. Deverá a ré arcar com as custas processuais e com honorários advocatícios aos procuradores da autora, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação com fulcro no art. 86, parágrafo único, do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se."

15.361. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000365-56.2004.8.18.0028
Classe: Monitória
Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB
Advogado(s): MHARDEN DANNILO CANUTO OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5661)
Réu: JOSE GERALDO DE MIRANDA CORREA
Advogado(s): MARCIO LUCIANO ISOTON(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 20773)
SENTENÇA: de fls. 117, cujo o dispositivo segue transcrito: "...**Diante do exposto**, determino a extinção do processo sem resolução do mérito a teor do art. 485, VI do CPC, frente a ausência de uma das condições da ação, interesse de agir. Custas finais pelo requerido, no entanto, fica a exigibilidade de tais verbas suspensas em relação ao requerido, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Autorizo o desentranhamento do título em cobrança. Torno sem efeito eventual penhora realizada, devendo a secretaria oficiar para o levantamento das restrições. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o Trânsito em Julgado, ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais."

15.362. DESPACHO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0001602-18.2010.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DOS REMEDIOS DE ALMEIDA
Advogado(s): JULIANA PIRES MARANHÃO(OAB/PIAUÍ Nº 16108)
Réu: ELETROBRAS - DISTRIBUIÇÃO PIAUI, ADR ENGENHARIA LTDA
Advogado(s): LUCAS SANTOS EULÁLIO DANTAS(OAB/PIAUÍ Nº 6343), JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108), AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640), LUIS EDUARDO DE ARAUJO SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 7995), MARÍLIA GABRIELA OLIVEIRA SIMEÃO(OAB/PIAUÍ Nº 7319)
"(...)Designo audiência de instrução e julgamento para o dia **13/06/2018, às 10:00 horas**. Fixo o prazo comum de 10 (dez) dias úteis para apresentação de rol de testemunhas (que deverá conter, sempre que possível: nome, profissão, estado civil, idade, número de CPF, número de identidade e endereço completo da residência e do local de trabalho), sob a pena de preclusão (art. 357, §4º, CPC). As testemunhas deverão ser ao máximo de três para cada parte. Somente será admitida a inquirição de testemunhas em quantidade superior na hipótese de justificada imprescindibilidade e se necessária para a prova de fatos distintos. (art. 357, §6º, CPC). Cabe aos advogados constituídos pelas partes informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC).(...)"

15.363. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000170-11.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Sumário
Autor: ANTONIA SOARES DOS SANTOS
Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA: " (...) Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora ANTONIA SOARES DOS SANTOS resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, , do CPC, em face do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A para: a) a , DECLARAR inexistência do débito atinente ao empréstimo consignado referente ao contrato n° 591230020 , bem como a inexistência de quaisquer débitos dele oriundos; b) CONDENAR réu a devolver em dobro os valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da parte Requerente (art. 42, parágrafo único, do CDC), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir dos descontos e correção monetária pelo INPC; c) o Banco Réu a CONDENAR pagar à parte Autora, a título de reparação por danos morais, o valor de R$ 3 . 0 00,00 (três acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso e correção mil reais), monetária pelo INPC a partir da publicação da sentença. Deverá a parte ré arcar com as custas processuais e com honorários advocatícios aos procuradores da autora, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação com fulcro no art. 86, parágrafo único, do CPC. P.R.I.

15.364. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000887-29.2017.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: NATAN NOGUEIRA DE ARAUJO
Advogado(s): ERIKA VASQUES MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 9120)
Réu: HOSPITAL SAO MARCOS, HÉLDER DAMÁSIO DA SILVA
Advogado(s): THIAGO SANTOS CASTELO BRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 6128), JOAQUIM BARBOSA DE ALMEIDA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 56-B), LÍLIAN ÉRICA LIMA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3508), LUCIO TADEU SERVIO SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 12669), MARIO FELIPE RIBEIRO PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8136), JOAQUIM PEDRO CAVALCANTI BARBOSA DE ALMEIDA(OAB/PIAUÍ Nº 12684), ALEXANDRO AUGUSTO CARVALHO GUIMARAES(OAB/PIAUÍ Nº 8741)
DESPACHO: "(...) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13/06/2018, às 09:00 horas.Fixo o prazo comum de 10 (dez) dias úteis para apresentação de rol de testemunhas (que deverá conter, sempre que possível: nome, profissão, estado civil, idade, número de CPF, número de identidade e endereço completo da residência e do local de trabalho), sob a pena de preclusão (art. 357, §4º, CPC). As testemunhas deverão ser ao máximo de três para cada parte. Somente será admitida a inquirição de testemunhas em quantidade superior na hipótese de justificada imprescindibilidade e se necessária para a prova de fatos distintos. (art. 357, §6º, CPC). Cabe aos advogados constituídos pelas partes informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC). Em se tratando de testemunha arrolada pela Defensoria Pública ou por advogado que patrocina a causa em função do convênio da assistência judiciária, expeça-se mandado para intimação das respectivas testemunhas. Caso seja arrolada testemunha residente em outra comarca e não haja compromisso de que a respectiva pessoa comparecerá na audiência aqui designada, expeça-se carta precatória para inquirição, (na sequência intimando-se as partes quanto à expedição da carta precatória)."

15.365. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0002210-74.2014.8.18.0028
Classe: Usucapião
Usucapiente: TERESINHA DE JESUS LIMA MONTEIRO
Advogado(s): RODRIGO XAVIER PONTES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 11086)
Usucapido: ESPOLIO DE MANOEL CARLOS MONTEIRO
Advogado(s):

Manifeste-se a parte autora, por seu procurador, sobre a petição do PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ de fls. 154/158, no prazo de 10 (dez) dias.

15.366. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0002065-81.2015.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: GUSTAVO JESUSVAN TELES DA SILVA
Advogado(s): LEONIDAS ARRAIS MOUZINHO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 7316)
Réu: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A
Advogado(s): FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES(OAB/PIAUÍ Nº 13651)
Intime-se a parte embargada para se manifestar sobre os embargos.

15.367. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000697-03.2016.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A
Advogado(s): JOANA CONCEICAO NERES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 11998)
Requerido: GUSTAVO JESUSVAN TELES DA SILVA
Advogado(s): HILLANA DE MORAIS CARNEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 10166), JOSE DE RIBAMAR CARREIRO MARTINS JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 7137), DHANDARA OLIVEIRA BENVINDO(OAB/PIAUÍ Nº 15325)
Intime-se a parte embargada para se manifestar sobre os embargos.

15.368. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000614-84.2016.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: VALDENKLEBER NASCIMENTO DE LIMA
Advogado(s): MARINA FEITOSA TELES(OAB/PIAUÍ Nº 10625)
Réu: AMIL- HUMANA ASSISTENCIA MEDICA S/A
Advogado(s): LUCAS ALVES VILAR(OAB/PIAUÍ Nº 5263), PAULO GUSTAVO COELHO SEPULVEDA(OAB/PIAUÍ Nº 3923)
Intime-se a parte embargada para se manifestar sobre os embargos.

15.369. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000158-94.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Sumário
Autor: ANTONIA SOARES DOS SANTOS
Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)
Réu: BANCO ITAU (ITAU UNIBANCO S.A)
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2338)
Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões.

15.370. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000159-79.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Sumário
Autor: ANTONIA SOARES DOS SANTOS
Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)
Réu: BANCO ITAU (ITAU UNIBANCO S.A)
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões.

15.371. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0002253-06.2017.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDA GOMES DE SOUSA
Advogado(s): KILMORIM KLINGER PEREIRA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 12705)
Réu: BANCO PAN S.A
Advogado(s):
Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.372. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000085-25.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Sumário
Autor: JOÃO FRANCISCO DA SILVA
Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751-A)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 392-A)
DESPACHO: Vistos. Intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Após, determino a remessa os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, para processamento da pretensão. Expedientes necessários.

15.373. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0001738-10.2013.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARCIA FRANCISCA FERREIRA LACERDA

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA (ELETROBRAS DISTRIBUIÇAO DO PIAUI)
Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
DESPACHO: Vistos. Considerando a determinação do Tribunal de Justiça do Estado Piauí, em despacho à fl. 126, determino a intimação da parte ré para apresentação das contrarrazões ao recurso de apelação interposto. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para processamento da pretensão. Expedientes necessários.

15.374. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000166-82.2014.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA AMELIA DE MACEDO RODRIGUES
Advogado(s): EMANUEL NAZARENO PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2934)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. (BANCO BMC)
Advogado(s):
Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.375. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000147-71.2017.8.18.0028
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B V FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 13274), CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A)
Requerido: MACIEL MENEZES LIMA
Advogado(s):
Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões.

15.376. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0002426-64.2016.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTÔNIA GOMES DO NASCIMENTO SILVA
Advogado(s): ICLIS DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 16109), MAYCON DOUGLAS RODRIGUES ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 16676)
Réu: MUNICIPIO DE FLORIANO-PI, CLARO S/A
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)
DESPACHO: "Vistos. Abram-se vista às partes para, em 15 (quinze) dias, apresentar alegações finais em forma de memoriais. Após, conclusos para sentença."

15.377. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000205-39.2014.8.18.0106
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Autor: ANTONIA SOARES DOS SANTOS
Advogado(s): KLEBER LEMOS SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 9144)
Requerido: TERCEIROS DESCONHECIDOS
Advogado(s):
Intime-se o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar a Procuração e o comprovante de residência da autora.

15.378. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0001884-51.2013.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: VERA REGINA DA SILVA COSTA, ASSOCIAÇÃO REGIONAL INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLOGICO SUSTENTAVEL - ARIDAS
Advogado(s): ERIKA VASQUES MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 9120), FRANCISCO PHILIPPE CRONEMBERGER NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 9851), MIRELA SANTOS NADLER(OAB/PIAUÍ Nº 3578), PABLO ENRIQUE ALMEIDA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 8300)
Réu:
Advogado(s):
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI)
Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.
FLORIANO, 7 de maio de 2018
ANNA CARLA DE LACERDA
Analista Judicial - Mat. nº 1054368

15.379. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE FLORIANO

Processo nº 0000688-46.2013.8.18.0028
Classe: Procedimento Comum
Autor: BENEDITO FONSECA FILHO, LUCIA MARIA PINTO DE OLIVEIRA FONSECA
Advogado(s): PABLO ENRIQUE ALMEIDA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 8300)
Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s):
Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.380. DECISÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800139-61.2017.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUIZA DA PAIXAO ARAUJO

ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE FLORIANO; **RÉU**: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.381. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800139-61.2017.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUIZA DA PAIXAO ARAUJO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE FLORIANO; **RÉU**: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.382. JULGAMENTO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800139-61.2017.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUIZA DA PAIXAO ARAUJO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE FLORIANO; **RÉU**: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
235 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> NÃO-CONHECIMENTO:
NÃO CONHECIDO O RECURSO DE VILDETE MARIA NOGUEIRA DA SILVA - CPF: 394.054.943-68 (AUTOR)

15.383. JULGAMENTO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800139-61.2017.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUIZA DA PAIXAO ARAUJO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE FLORIANO; **RÉU**: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
235 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> NÃO-CONHECIMENTO:
NÃO CONHECIDO O RECURSO DE MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA - CPF: 066.677.753-53 (AUTOR)

15.384. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800653-77.2018.8.18.0028
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: O CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 2ª REGIÃO - CRBM2
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: IMPETRADO: MUNICIPIO DE FLORIANO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.385. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800654-62.2018.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANGELINA BISPO DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.386. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800654-62.2018.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANGELINA BISPO DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.387. JULGAMENTO - 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO

PROCESSO Nº: 0800394-19.2017.8.18.0028
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: DOMINGOS EVANGELISTA DE SOUSA
ADVOGADO(s): LEONARDO CABEDO RODRIGUES
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE NAZARE DO PIAUI
ADVOGADO(s): OSEAS CARVALHO DE SOUSA NETO
235 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> NÃO-CONHECIMENTO:
NÃO CONHECIDO O RECURSO DE DOMINGOS EVANGELISTA DE SOUSA - CPF: 361.244.513-87 (AUTOR)

15.388. EDITAL - 3ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara de FLORIANO)
Processo nº 0000202-16.2016.8.18.0106
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADRIANO FERNANDES DE MOURA
Advogado(s): JOAB CARVALHO CURVINA(OAB/PIAUÍ Nº 11485)
Réu: JOAQUIM ANTONIO DE SOUSA
Advogado(s):
DESPACHO: R. Hoje. Processe-se em segredo de justiça, como disposto no art. 189, do CPC/15. Defiro o pedido de gratuidade da justiça ao requerente, na forma do art. 98 e seguintes, do CPC/15. Assim, o requerido , pessoalmente, por Oficial de Justiça, para CITE-SE integrar a relação processual e comparecer à audiência de mediação e/ou conciliação a ser designada pela Secretaria desta Vara. Na forma do art. 695 e ss. do CPC/15, para o ato citatório observe-se que: a) o mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado à parte ré o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo; b) a citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência; c) advertência de que, na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos e de que, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado o art. 335. Designada a audiência para o dia 18/06/2018, às 08:45, intimem-se. O autor, na pessoa de seu advogado, via DJ. Expeça-se precatória. Expedientes necessários.

15.389. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800207-05.2018.8.18.0051
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: 3.V.C.C.C.S.A
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.V.U.C.F
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.390. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800209-72.2018.8.18.0051
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: 3.V.C.C.C.S.A
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.V.U.C.F
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.391. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800208-87.2018.8.18.0051
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: 3.V.C.C.C.S.A
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.V.U.C.F
83 - DECISÃO --> CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO:
DETERMINADO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

15.392. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800210-57.2018.8.18.0051
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: 3.V.C.C.C.S.A
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.V.U.C.F
83 - DECISÃO --> CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO:
DETERMINADO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

15.393. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800196-73.2018.8.18.0051
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: J.D.C.C.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.V.U.C.F
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.394. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800176-82.2018.8.18.0051
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A
ADVOGADO(s): JOSE BATISTA SOARES NETO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ITAPISSUMA S/A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.395. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800157-76.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO AQUILES DE ALENCAR
ADVOGADO(s): ADRIANO SILVA BORGES,LUCIANO SILVA BORGES
POLO PASSIVO: RÉU: ACBZ IMPORTACAO E COMERCIO LTDA.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.396. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800157-76.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIO AQUILES DE ALENCAR
ADVOGADO(s): ADRIANO SILVA BORGES,LUCIANO SILVA BORGES
POLO PASSIVO: RÉU: ACBZ IMPORTACAO E COMERCIO LTDA.
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.397. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800211-42.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BMG
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.398. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800211-42.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BMG
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.399. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800212-27.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.400. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800212-27.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.401. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800169-90.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUIZA MARIA DA SILVA
ADVOGADO(s): ANTONIO FILHO DE OLIVEIRA
POLO PASSIVO: RÉU: JOSIMAR DA SILVA CAVALCANTE
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.402. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800169-90.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUIZA MARIA DA SILVA
ADVOGADO(s): ANTONIO FILHO DE OLIVEIRA
POLO PASSIVO: RÉU: JOSIMAR DA SILVA CAVALCANTE
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.403. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800213-12.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM

POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO VOTORANTIM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.404. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800213-12.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO VOTORANTIM S.A.
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.405. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800187-14.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA AIRES RODRIGUES DE SOUSA
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.406. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800187-14.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA AIRES RODRIGUES DE SOUSA
ADVOGADO(s): JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.407. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800182-89.2018.8.18.0051
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: ANDERSON GOUVEA RIBEIRO
ADVOGADO(s): MARLON MARCIO DE SOUSA RIBEIRO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: CRESCER CONSULTORIAS LTDA - ME; **IMPETRADO**: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO-EDITAL 01/2018
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.408. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800182-89.2018.8.18.0051
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: ANDERSON GOUVEA RIBEIRO
ADVOGADO(s): MARLON MARCIO DE SOUSA RIBEIRO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: CRESCER CONSULTORIAS LTDA - ME; **IMPETRADO**: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO-EDITAL 01/2018
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.409. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800184-59.2018.8.18.0051
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: SIMONE MARIA BEZERRA
ADVOGADO(s): MARLON MARCIO DE SOUSA RIBEIRO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: CRESCER CONSULTORIAS LTDA - ME; **IMPETRADO**: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO-EDITAL 01/2018
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.410. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800184-59.2018.8.18.0051
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: SIMONE MARIA BEZERRA
ADVOGADO(s): MARLON MARCIO DE SOUSA RIBEIRO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: CRESCER CONSULTORIAS LTDA - ME; **IMPETRADO**: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO-EDITAL 01/2018
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.411. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800197-58.2018.8.18.0051
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: EDIVALDO RAMOS DA SILVA
ADVOGADO(s): DEBORA LEILANE SOARES SOUZA
POLO PASSIVO: IMPETRADO: MUNICIPIO DE ALEGRETE
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.412. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800197-58.2018.8.18.0051
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: EDIVALDO RAMOS DA SILVA
ADVOGADO(s): DEBORA LEILANE SOARES SOUZA
POLO PASSIVO: IMPETRADO: MUNICIPIO DE ALEGRETE
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.413. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800203-65.2018.8.18.0051
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: WENTON GOMES PEREIRA
ADVOGADO(s): MARLON MARCIO DE SOUSA RIBEIRO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FRONTEIRAS; **IMPETRADO**: CRESCER CONSULTORIAS LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.414. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800221-86.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: PEDRO FRANCISCO DE SOUSA
ADVOGADO(s): ELIAS VITALINO CIPRIANO DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.415. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRONTEIRAS

PROCESSO Nº: 0800221-86.2018.8.18.0051
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: PEDRO FRANCISCO DE SOUSA
ADVOGADO(s): ELIAS VITALINO CIPRIANO DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.416. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000127-77.2016.8.18.0105
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Indiciante: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
Advogado(s):
Indiciado: ANTÔNIO FRANCISCO XAVIER DE CARVALHO
Advogado(s):
Inalterado o quadro fático e jurídico narrado nos autos, ratifico as medidas protetivas deferidas em linhas pretéritas e julgo procedente o pedido formulado, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. GILBUÉS, 7 de maio de 2018 MARKUS CALADO SCHULTZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de GILBUÉS

15.417. AVISO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000113-30.2015.8.18.0105
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOANA FERREIRA DOS SANTOS
Advogado(s): ERASMO RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8097)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA(OAB/SÃO PAULO Nº 327026), CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 100945)
O Bel. Moises Fernandes de Assunção, Secretário da Vara Única da comarcade Glibués-PI, de ordem do Dr. Markus Calado Schultz M.M.Juiz de Direito desta comarca,intima o Advogado ERASMO RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8097)para comparecer à audiência de conciliação, designada para o dia 20 de junho de 2018, às 09:15horas, nos autos do processo, em epígrafe a ser realizada na sala de audiências dofórum desta comarca, situado à Rua Anísio de Abreu, n°711, Centro, nesta cidade. Eu,MOISÉS FERNANDES DE ASSUNÇÃO, o digitei. Gilbués PI, 27 de abril de 2018.

15.418. AVISO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000013-41.2016.8.18.0105
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARINALVA DA SILVA SANTIAGO
Advogado(s): ERASMO RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8097)
Réu: BANCO PANAMERICANO SA
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
O Bel. Moises Fernandes de Assunção, Secretário da Vara Única da comarcade Glibués-PI, de ordem do Dr. Markus Calado Schultz M.M.Juiz de Direito desta comarca,intima o Advogado ERASMO RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8097) para comparecerà audiência de conciliação, designada para o dia 20 de junho de 2018, às 09:30 horas, nosautos do processo, em epígrafe a ser realizada na sala de audiências do fórum destacomarca, situado à Rua Anísio de Abreu, n°711, Centro, nesta cidade. Eu, MOISÉSFERNANDES DE ASSUNÇÃO, o digitei. Gilbués PI, 27 de abril de 2018.

15.419. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000267-10.2015.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Requerente: JUREMA KATIA MORAIS PEREIRA, COMPRA PREMIADA ELETRO TOTAL NET
Advogado(s): THALLES AUGUSTO OLIVEIRA BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 5945)
Réu:
Advogado(s):
Forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré COMPRA PREMIADA ELETRO TOTAL NET, em razão da devolução da correspondência, onde informa que a parte ré mudou-se.

15.420. EDITAL - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de GUADALUPE)
Processo nº 0000030-20.2008.8.18.0053
Classe: Monitória
Autor: JOSÉ DE SOUSA PEREIRA
Advogado(s): AMADEU LUIS PEREIRA JUNIOR E VERÕNICO DE CASTRO SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 260-B)
Réu: JOÃO LUIZ DA ROCHA
Advogado(s): RAIMUNDO DE ARAÚJO S. JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5061)
DESPACHO: Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que se manifeste no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, dizendo se ainda tem interesse no andamento do processo, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art.485, II e III, do NCPC.Cumpra-se. Após, voltem

15.421. EDITAL - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de GUADALUPE)
Processo nº 0000349-80.2011.8.18.0053
Classe: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO - GUADALUPE - PI
Advogado(s):
Réu: JOSÉ MARIA FERREIRA DO NASCIMENTO, JOSÉ VALMIR RODRIGUES DO NASCIMENTO
Advogado(s): AMADEU LUIZ PEREIRA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 260), ODAIR PEREIRA HOLANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6998)
DESPACHO: Intimo a Vossa Senhoria para oferecimento de alegações finais. GUADALUPE, 7 de maio de 2018.

15.422. EDITAL - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de GUADALUPE)
Processo nº 0000416-11.2012.8.18.0053
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO - GUADALUPE - PI
Advogado(s):
Réu: JOSÉ TARGINO DA SILVA
Advogado(s): ODAIR PEREIRA HOLANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6998)
DESPACHO: Intimo a Vossa Senhoria para oferecimento alegações finais.GUADALUPOE, 7 de maio de 2018

15.423. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000840-77.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: SEVERINA MARIA DE SOUSA RODRIGUES
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO VITORANTIM S.A
Advogado(s):
Faço vista ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat. 4100654

15.424. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000569-68.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO VITORANTIM S.A
Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAUÍ Nº 8203-A)
Faço vista ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias,sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018

CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat.4100654

15.425. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000612-05.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DO NASCIMENTO
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BMC S/A (BRADESCO FINANCIAMENTOS)
Advogado(s):
Faço vista ao Procurador da parte autora para semanifestar, no parzo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat.410065

15.426. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000839-92.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSEFA VIEIRA DA SILVA
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A - BMB
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)
Faço vista ao Procuardor da parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat.4100654

15.427. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000739-40.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: MANOEL BATISTA DE CASTRO
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BMC - BANCO MERCANTIL DO BRASIL
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)
Faço vista ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat. 4100654

15.428. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000530-71.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA FRANCISCA FERREIRA
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BMC S/A (BRADESCO FINANCIAMENTOS)
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Faço vista ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de abril de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial- Mat. 4100654

15.429. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000825-11.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: SILVESTRE FAUSTINO DA SILVA
Advogado(s):
Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
Advogado(s):
Faço vista ao Procurador bda parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat.4100654

15.430. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000826-93.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL (BMB) S.A
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)
Faço vista ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias,l sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat.4100654

15.431. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000638-03.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO BORGES DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO SCHAHIN DEN. BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJOS S/A.
Advogado(s):
Faço vista ao Procurador da parte auitora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, para sobre a contestação.
GUdalupe, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat.4100654

15.432. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000630-26.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ DE FREITAS CASTRO
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BMC S/A (BRADESCO FINANCIAMENTOS)
Advogado(s): KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAUÍ Nº 7197-A)
Faço vista ao Procurador bda parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat. 4100654

15.433. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000830-33.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADELMIR VIEIRA DAS CHAGAS
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BMC S/A (BRADESCO FINANCIAMENTOS)
Advogado(s): KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAUÍ Nº 7197-A)
Faço vista ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial-Mat.4100654

15.434. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

Processo nº 0000817-34.2017.8.18.0053
Classe: Procedimento Comum
Autor: CICERO HENRIQUE DOS REIS
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)
Faço vista ao Procurador da perte autora para se manifestar, no prazo de 15(quinze)dias, sobre a contestação.
GUADALUPE, 7 de maio de 2018
CLEUDIR PEREIRA DA SILVA
Analista Judicial- Mat. 4100654

15.435. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800059-85.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.M.T
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: J.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.436. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800005-22.2018.8.18.0053
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: VALQUIRIA DA SILVA PASSOS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ALEXANDRE OLIVEIRA DE SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.437. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800014-81.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: D.R.F
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: S.O.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.438. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800016-51.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.J.L.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: L.F.M
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.439. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800049-41.2018.8.18.0053
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: E.A.S; **REQUERENTE**: R.N.S.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.440. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800050-26.2018.8.18.0053
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: L.P.A
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.441. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800057-18.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.G.G
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: J.D.R.B
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.442. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800051-11.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.M.C
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: F.M.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.443. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800058-03.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.A.A.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: S.P.C
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.444. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800058-03.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.A.A.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: S.P.C
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.445. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800063-25.2018.8.18.0053
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: F.E.R.S; **REQUERENTE**: M.L.M.A
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.446. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800074-54.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: R.L.N
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: E.C.M
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.447. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800081-46.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.G.S.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: A.S.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.448. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800080-61.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: P.T.S.R
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: H.C.P.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.449. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800020-88.2018.8.18.0053
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE LOURDES COSTA E SILVA
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.450. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800021-73.2018.8.18.0053
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: SONIA MARIA BRITO DA SILVA ROCHA
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.451. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800060-70.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: N.E.P.C
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: M.A.S
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.452. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800022-58.2018.8.18.0053
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RAIMUNDO DE OLIVEIRA GOMES
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.453. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800023-43.2018.8.18.0053
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE LOURDES COSTA E SILVA
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): WILSON SALES BELCHIOR
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.454. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800061-55.2018.8.18.0053

CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: L.B.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: A.S.R
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.455. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800078-91.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: K.L.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: E.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.456. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800079-76.2018.8.18.0053
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: A.M.G
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: Y.V.A.M
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.457. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800062-40.2018.8.18.0053
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: K.R.S
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: REQUERIDO: F.F.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.458. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUADALUPE

PROCESSO Nº: 0800016-85.2017.8.18.0053
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: ANA PAULA ALVES BARBOSA
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: EXECUTADO: FERNANDO RUFINO PIRES NETO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.459. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000475-93.2012.8.18.0054
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DAS GRAÇAS RUFINO DA SILVA MOURA
Advogado(s): FILIPE DE OLIVEIRA RUFINO BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 6912), THIAGO GONÇALVES DA SILVA MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 8144)
Réu: DUO FLEX
Advogado(s): JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3242)
"...Nada há a ser sanado na sentença, estando ela em perfeitos termos. Por tais razões, rejeito os embargos de declaração apresentados..."

15.460. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000202-41.2017.8.18.0054
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELIENE FRANCISCA DE JESUS PEREIRA
Advogado(s): FRANCISCO EDUARDO RODRIGUES DE LUCENA(OAB/PIAUÍ Nº 12202)
Réu: ARMAZEM PARAIBA, POSITIVO INFORMATICA S/A
Advogado(s): GEIZIANE DE MOURA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 10307), Beatriz Terezinha Tokarski(OAB/PARANÁ Nº 65833)
"...ISTO POSTO, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado entre as partes às fls. 24/25, que passa a integrar a presente sentença, para que suste os devidos efeitos legais dentro da legalidade, e julgo extinto o processo com o julgamento do mérito, o que faço com fulcro no art. 487, III, alínea b), do NCPC..."

15.461. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000159-80.2014.8.18.0096
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: EDMUNDO DE ALCANTARA BRITO
Advogado(s): EVILÁSIO RODRIGUES DE OLIVEIRA CORTEZ(OAB/PIAUÍ Nº 7048), MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB/MINAS GERAIS Nº 63440), FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA(OAB/MINAS GERAIS Nº 109730)
Réu: BANCO BMG
Advogado(s): FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA(OAB/MINAS GERAIS Nº 109730)
"...Assim sendo, com fulcro no art. 485, VIII, § c/c o art. 354, do NCPC, declaro extinto o presente feito, sem julgamento de mérito, e determino a sua baixa, arquivando-se..."

15.462. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000009-65.2015.8.18.0096
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DE SOUSA TITO
Advogado(s): RONALDO DE SOUSA BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 8723)
Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)
"...Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial..."

15.463. EDITAL - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000447-52.2017.8.18.0054
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA APARECIDA DE MACEDO
Advogado(s): FRANCISCO KLEBER ALVES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6914), THOMAZIO ROCHA OLIVEIRA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 13948), ANTONIO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5763)
Réu: UNITED CAR LTDA, FIAT AUTOMOVEIS S/A, BANCO ITAUCARD S/A
Advogado(s): DANIEL RIVOREDO VILAS BOAS(OAB/MINAS GERAIS Nº 74368), ÉZIO JOSÉ RAULINO AMARAL(OAB/PIAUÍ Nº 3443), WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
"...Diante do exposto, designo audiência de instrução e julgamento para 22 de maio de 2018 as 12:30 horas, onde serão produzidas todas as provas..."

15.464. EDITAL - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000195-25.2012.8.18.0054
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: ANTONIO CARLOS DA SILVA MARINHO
Advogado(s): ELIAS VITALINO CIPRIANO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 4769)
Réu: ESTADO DO PIAUI - PROCURADORIA GERAL
Advogado(s):
Certifico para todos os efeitos legais que, a audiência designada para o dia 10 de Maio de 2018, não será realizada tendo em vista o teor da Portaria (Presidência) Nº 2635/2017 - PJPI/TJPI/SECPLE, de 10 de novembro de 2017.

15.465. EDITAL - VARA ÚNICA DE INHUMA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de INHUMA)
Processo nº 0000377-35.2017.8.18.0054
Classe: Guarda
Requerente: RAIMUNDA SOUSA NETA
Advogado(s): ADRIANO SILVA BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 9504)
Requerido: ÉDIO SOUSA LIMA, YANDARA MARIA MONTEIRO
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se o advogado da autora, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre documentos de fls. 141.

15.466. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000080-33.2014.8.18.0054
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO DE ASSIS GONÇALVES DE ARAÚJO
Advogado(s): JOSE LUSTOSA MACHADO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 6935)
Réu: ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos, após o julgamento de recurso.

15.467. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000597-09.2012.8.18.0054
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADRIANO PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): ADRIANO SILVA BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 9504)
Réu: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/PIAUÍ Nº 8204-A)
Intimem-se as partes sobre o retorno dos autos, após o julgamento de recurso.

15.468. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800098-16.2017.8.18.0054
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: W.S.A
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: E.G.H
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.469. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800114-67.2017.8.18.0054
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: R.O.B
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: A.F.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.470. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800031-51.2017.8.18.0054
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: O.M.P.O.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: J.H.L.S; **REQUERIDO**: J.C.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.471. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800065-26.2017.8.18.0054
CLASSE: SEPARAÇÃO DE CORPOS
POLO ATIVO: REQUERENTE: P.C.S
ADVOGADO(s): GERALDO ALENCAR BARRETO NETO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: F.F.M..(
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

15.472. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800099-98.2017.8.18.0054
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: A.S.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: J.A.B.B
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.473. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800101-68.2017.8.18.0054
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: S.L.H
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: A.L.H
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.474. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800125-96.2017.8.18.0054
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: L.A.S.B; **REQUERENTE**: D.F.B
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.475. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800014-78.2018.8.18.0054
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: L.B.S.S; **REQUERENTE**: R.S.R
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.476. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800022-89.2017.8.18.0054
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: JOANA DARC DE JESUS SOUZA
ADVOGADO(s): GERALDO ALENCAR BARRETO NETO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: VALÉRIO BORGES PEREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.477. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800007-23.2017.8.18.0054
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: ALEXANDRE PEREIRA
ADVOGADO(s): ADRIANO SILVA BORGES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: SUELY PEREIRA NUNES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.478. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800124-14.2017.8.18.0054
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO LIMA
ADVOGADO(s): LIGIA SILVA SANTOS
POLO PASSIVO: INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.479. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800009-56.2018.8.18.0054
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: DANUBIA MACHADO RAMOS; **REQUERENTE**: ALINE MACHADO RAMOS; **REQUERENTE**: MARIA DA CONCEICAO FERREIRA RAMOS
ADVOGADO(s): FERNANDA FERREIRA BEZERRA DE MOURA
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.480. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800021-70.2018.8.18.0054
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: TUNAYLLA CRISTINE LEAL; **REQUERENTE**: SAYRA CAROLINA LEAL; **REQUERENTE**: MARIA ZILMA DE SOUSA
ADVOGADO(s): FERNANDA FERREIRA BEZERRA DE MOURA
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.481. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA

PROCESSO Nº: 0800104-23.2017.8.18.0054
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCO GLEUDIMAR RAMOS BARROSO
ADVOGADO(s): THIAGO TENORIO RUFINO REGO
POLO PASSIVO: RÉU: JOSE WILSON COSME DE CARVALHO
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

15.482. EDITAL - VARA ÚNICA DE ITAINÓPOLIS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ITAINÓPOLIS)
Processo nº 0000138-38.2011.8.18.0055
Classe: Ação Civil Pública
Requerente: O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAINOPOLIS/PI., RAIMUNDO NONATO DE ANDRADE MAIA, D.R. SERVIÇOS - DANÚSIA ARAÚJO RODRIGUES FILHA, DANÚSIA ARAÚJO RODRIGUES FILHA, RAIMUNDO RODRIGUES ARAÚJO
Advogado(s): ARMANDO FERRAZ NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 14), ARMANDO FERRAZ NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 1477), JACYLENNE COELHO BEZERRA(OAB/PIAUÍ Nº 5464), CLAUDI PINHEIRO DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 264), MARLOS DOS SANTOS SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 6158), MAÍRLON DA CUNHA SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 5977), DANIEL BRUNO FORMIGA DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 7073), MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE ARAUJO(OAB/MARANHÃO Nº 3030)
DESPACHO: De ordem da Dra. MARIANA MARINHO MACHADO ? MMª. Juíza de Direito Titular da Comarca de Itainópolis, Estado do Piauí, de acordo com o Provimento 07/2012 da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí, INTIMA o advogado: **MAÍRLON DA CUNHA SOARES, OAB/PI 5977**, para no prazo de 05 dias, apresentar as alegações finais de seu constituinte RAIMUNDO RODRIGUES DE ARAÚJO.

15.483. EDITAL - VARA ÚNICA DE ITAINÓPOLIS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ITAINÓPOLIS)
Processo nº 0000426-73.2017.8.18.0055
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUCINEIDE DA SILVA PEREIRA ARAÚJO
Advogado(s): ISRAELLA MAYARA DE MOURA ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 9648)
Réu: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(s):
DECISÃO:
De ordem da Dra. MARIANA MARINHO MACHADO ? MM. Juíza de Direito da Comarca de Itainópolis, Estado do Piauí, o Secretário da Vara Única, de acordo com o Provimento 07/2012 da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí, INTIMA o advogado: **JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA-OAB/PI Nº 12.033,** do inteiro teor de fls. 64 a 66 dos autos.Eu, Francisco Hipólito Gonzaga, Analista Judicial, o digitei.

15.484. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0001192-60.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: TERESA ALVES DE MIRANDA
Advogado(s): ADELSON JUNIOR TUMAZ DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 9366), JÔNATAS BARRETO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 3101)
Réu: BANCO PANAMERICANO S.A.
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)

Intimem-se o advogado, **Dr. Jônatas Barreto Neto OAB/PI nº 3101**, para ficar ciente do despacho a seguir transcrito: "IIntime-se o embargado, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos de declaração. Intimações e expedientes necessários.Após, conclusos.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 06 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.485. DECISÃO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000678-10.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOANA BRASIL PEREIRA
Advogado(s): THIAGO RIBEIRO EVANGELISTA(OAB/PIAUÍ Nº 5371)
Réu: BANCO PANAMERICANO S.A
Advogado(s): FELICIANO LYRA MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 11268)
Intimem-se os advogados, **Dr.Thiago Ribeiro Evangelista OAB/PI nº 5371 e Dr. Feliciano Lyra Moura OAB/PI nº 11268,** para ficarem cientes da decisão a seguir transcrita:O recurso é tempestivo.Em razão do que dispõe o art.43 da Lei nº9099/1995,além do perigo do recorrente em não ser restituído dos valores pagos à parte autora (hipossuficiente), defiro efeito suspensivo ao recurso inominado (excluindo-se do efeito suspensivo a determinação contida na sentença para que tanto o Banco Pan S.A, quanto o Serasa se abstenha de incluir o nome de Joana Brasil Pereira no serviço de proteção ao crédito com relação à matéria discutida nos autos, assim como o INSS se abstenha de realizar descontos no benefício previdenciário nº0475842090 tudo com relação aos contrato(s) de nº 302192163-4 e nº 307041214-7.Intimem-se as partes do efeito dado ao recurso.Após, remetam-se os autos à Turma Recursal para o exercício do duplo grau com os expedientes necessários.Itaueira,04 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 07 de maio de dois mil e dezoito. Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.486. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000060-65.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Sumário
Autor: PEDRO FERREIRA FILHO
Advogado(s): FRANCISCO AIRTON CAVALCANTE DA COSTA(OAB/CEARÁ Nº 11064)
Réu: BANCO ITAU SEGUROS S/A
Advogado(s): IVAN MONTE CLAUDINO JUNIOR(OAB/CEARÁ Nº 12961), OCTAMYR JOSE TELLES DE ANDRADE JUNIOR(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 45981)
Intimem-se o advogado, Dr. FRANCISCO AIRTON CAVALCANTE DA COSTA OAB/CEARÁ Nº 11064 , para ficar ciente do dispositivo da sentença a seguir transcrito: "Foi verificado nos autos, que se tornou impossível a citação da parte requerida, tendo em vista que a parte requerida não foi encontrada. É obrigação das partes manterem, dentro dos autos, endereços atualizados, a falta deste, consiste em ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido do processo.Ante exposto, com fundamento no artigo 485, inciso IV, do CPC, julgo sem resolução do mérito o processo pela ausência de pressupostos de constituições e de desenvolvimento válido do processo.Sem custas e sem honorários.P.R.I.Arquive-se, com os expedientes necessários, dando-se inclusive baixa na distribuição.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 06 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.487. DECISÃO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000291-29.2015.8.18.0056
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DA COSTA RODRIGUES
Advogado(s): THALLES AUGUSTO OLIVEIRA BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 5945)
Réu: CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSVAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado(s): MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE(OAB/PERNAMBUCO Nº 20397)
Intimem-se os advogados, **Dr. Thalles Augusto Oliveira Barbosa OAB/PI nº 5945 e Dra. Manuela Motta Moura da Fonte OAB/PE nº 20397**, para ficarem cientes da decisão a seguir transcrita Para o saneamento do processo fixo como ponto controvertido a cobrança abusiva de juros, ausência de mora, ilegalidade da cobrança de comissão de permanência.Defiro as provas, cuja produção for requerida pela parte autora e parte ré, a saber desde já, produção de prova documental, condicionando esta a circunstância de ser prova nova, visto que os documentos devem acompanhar a inicial e a contestação, a teor dos arts.434 e 435 do CPC. Indefiro a prova pericial em razão de a matéria discutida ser meramente de direito.Após, agende-se data para a realização de audiência de instrução e julgamento e intimem-se as partes(art.450 do CPC).Todas as intimações da parte requerente devem ser feitas por meio do Diário de Justiça, em nome do advogado constituído nos autos com poderes para receber intimações.Qualquer questão preliminar ou prejudicial arguida por quaisquer das partes será resolvida ou na audiência designada ou na sentença, sendo que o processo só deverá vir para nova conclusão antes da referida data se houver pedido expresso de quaisquer das partes.Intimem-se as partes desta decisão.Intimações e Expedientes necessários.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 07 de maio de dois mil e dezoito. Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.488. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0001131-05.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ VITALINO DE SOUSA
Advogado(s): THIAGO RIBEIRO EVANGELISTA(OAB/PIAUÍ Nº 5371)
Réu: BANCO FICSA S.A
Advogado(s):
Intime-se o advogado, **Dr.Thiago Ribeiro Evangelista OAB/PI nº 5371**, para ficar ciente do dispositivo da sentença a seguir transcrito:Foi verificado nos autos, que se tornou impossível a citação da parte requerida, tendo em vista que a parte requerida não foi encontrada.É obrigação das partes manterem, dentro dos autos, endereços atualizados, a falta deste, consiste em ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido do processo.Ante exposto, com fundamento no artigo 485, inciso IV, do CPC, julgo sem resolução do mérito o processo pela ausência de pressupostos de constituições e de desenvolvimento válido do processo. Sem custas e sem honorários. P.R.I. Arquive-se, com os expedientes necessários, dando-se inclusive baixa na distribuição.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 07 de maio de dois mil e dezoito. Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.489. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000029-45.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: TERESINHA ALVES DA SILVA
Advogado(s): ERONILDO PEREIRA DA SILVA (OAB/PIAUÍ Nº 11894)
Réu: BANCO BRADESCO S.A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
Intimem-se o advogado, **Dr. Eronildo Pereira da Silva OAB /PI 11.894**, para ficar ciente do despacho a seguir transcrito:Intimem-se a parte credora para informar recebimento dos valores ou impulsionar o feito, sob pena de arquivamento.Intimações e Expedientes necessários.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 07 de maio de dois mil e dezoito .Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.490. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000984-76.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: HELIAS MIRANDA DE SOUZA
Advogado(s): CLAUDIO ROBERTO CASTELO BRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 6534), ALEXANDRE BUCAR DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 13555)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): ROMULO ASCHAFFENBURG FREIRE DE MOURA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 4261)
Intimem-se o advogado, **Dr. Claudio Roberto Castelo Branco OAB/PI nº6534**, para ficar ciente do despacho a seguir transcrito:Intimem-se o embargado, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos de declaração.Intimações e expedientes necessários. Após, conclusos.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 07 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.491. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000985-61.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: HELIAS MIRANDA DE SOUZA
Advogado(s): CLAUDIO ROBERTO CASTELO BRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 6534), ALEXANDRE BUCAR DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 13555)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): ROMULO ASCHAFFENBURG FREIRE DE MOURA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 4261)
Intimem-se o advogado, **Dr. Claudio Roberto Castelo Branco OAB/PI nº6534**, para ficar ciente do despacho a seguir transcrito:Intimem-se o embargado, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos de declaração.Intimações e expedientes necessários. Após, conclusos.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 03 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.492. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000166-95.2014.8.18.0056
Classe: Procedimento Sumário
Autor: ADÃO LEONEL DOS SANTOS
Advogado(s): CLAUDIO ROBERTO CASTELO BRANCO(OAB/PIAUÍ Nº 6534)
Réu: BANCO RURAL S.A
Advogado(s):
Intimem-se o advogado, **Dr. Claudio Roberto Castelo Branco OAB/PI nº6534**, para ficar ciente do despacho a seguir transcrito:Intimem-se a parte credora para informar recebimento dos valores ou impulsionar o feito, sob pena de arquivamento.Intimações e Expedientes necessários.Itaueira,03 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos 07 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.493. DECISÃO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0001168-32.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIA LIMA DOS SANTOS
Advogado(s): THIAGO RIBEIRO EVANGELISTA(OAB/PIAUÍ Nº 5371)
Réu: .BANCO VOTORANTIM S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Intimem-se os advogados, **Dr.Thiago Ribeiro Evangelista-OAB/PI nº5.371 e o Dr. Wilson Sales Belchior OAB/PI nº 9016**, para ficarem cientes da decisão a seguir transcrita:"O recurso é tempestivo.Em razão do que dispõe o art.43 da Lei nº9099/1995,além do perigo do recorrente em não ser restituído dos valores pagos à parte autora (hipossuficiente), defiro efeito suspensivo ao recurso inominado (excluindo-se do efeito suspensivo a determinação contida na sentença para que tanto o Banco BV Financeira S.A, quanto o Serasa se abstenha de incluir o nome de Antonia Lima dos Santos no serviço de proteção ao crédito com relação à matéria discutida nos autos, assim como o INSS se abstenha de realizar descontos no benefício previdenciário nº 1232764350 tudo com relação aos contrato(s) de nº230477196.Intimem-se as partes do efeito dado ao recurso.Após, remetam-se os autos à Turma Recursal para o exercício do duplo grau com os expedientes necessários.Itaueira,04 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, 07 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.494. DECISÃO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0001145-86.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO BATISTA GOMES CAMINHA
Advogado(s): THIAGO RIBEIRO EVANGELISTA(OAB/PIAUÍ Nº 5371)
Réu: BANCO PANAMERICANO S.A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
Intimem-se os advogados, D**r.Thiago Ribeiro Evangelista-OAB/PI nº5.371 e o Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto OAB/PE nº23.255**, para ficarem cientes da decisão a seguir transcrita:"O recurso é tempestivo.Em razão do que dispõe o art.43 da Lei nº9099/1995,além do perigo do recorrente em não ser restituído dos valores pagos à parte autora (hipossuficiente), defiro efeito suspensivo ao recurso inominado (excluindo-se do efeito suspensivo a determinação contida na sentença para que tanto o Banco Pan S.A, quanto o Serasa se abstenha de incluir o nome de

João Batista Gomes Caminha no serviço de proteção ao crédito com relação à matéria discutida nos autos, assim como o INSS se abstenha de realizar descontos no benefício previdenciário nº 1477392359 tudo com relação aos contrato(s) de nº308182286-9.Intimem-se as partes do efeito dado ao recurso.Após, remetam-se os autos à Turma Recursal para o exercício do duplo grau com os expedientes necessários.Itaueira,04 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, 07 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.495. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0001098-15.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA PEREIRA DA COSTA
Advogado(s): ÍTALO MENDES LEAL(OAB/SÃO PAULO Nº 380951)
Réu: BANCO BRADESCO
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
INTIMA o advogado, Dr. WILSON SALES BELCHIOR - OAB/CE Nº 17.314, para ciência do recurso apresentado dentro do prazo, bem como para apresentar as contrarrazões, no prazo legal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu,aa. Gilvanete Vieira Martins, Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso.

15.496. DECISÃO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0001165-77.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDO CELESTINO
Advogado(s): THIAGO RIBEIRO EVANGELISTA(OAB/PIAUÍ Nº 5371)
Réu: BANCO BCV S.A.
Advogado(s): CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA(OAB/SÃO PAULO Nº 327026)
Intimem-se os advogados, **Dr.Thiago Ribeiro Evangelista-OAB/PI nº5.371 e o Dr. Carlos Eduardo Pereira Teixeira OAB/SP nº 327026**, para ficarem cientes da decisão a seguir transcrita:O recurso é tempestivo.Em razão do que dispõe o art.43 da Lei nº9099/1995,além do perigo do recorrente em não ser restituído dos valores pagos à parte autora (hipossuficiente), defiro efeito suspensivo ao recurso inominado (excluindo-se do efeito suspensivo a determinação contida na sentença para que tanto o Banco BCV S.A, quanto o Serasa se abstenha de incluir o nome de Raimundo Celestino no serviço de proteção ao crédito com relação à matéria discutida nos autos, assim como o INSS se abstenha de realizar descontos no benefício previdenciário nº 1552818761 tudo com relação aos contrato(s) de nº 46-1124092/1199.Intimem-se as partes do efeito dado ao recurso.Após, remetam-se os autos à Turma Recursal para o exercício do duplo grau com os expedientes necessários.Itaueira,04 de maio de 2018.Ronaldo Paiva Nunes Marreiros.Juiz de Direito".Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, 07 de maio de dois mil e dezoito . Eu, Denise Almondes Luz, Assessora de Magistrado, conferi o presente aviso.

15.497. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000074-15.2017.8.18.0056
Classe: Ação Civil Pública
Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: MUNICIPIO DE RIO GRANDE DO PIAUÍ-PI
Advogado(s): WILLAMY ALVES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 2011), ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, Dr. ADRIANO BESERRA COELHO, OAB/PI Nº 3.123/99 e o DR. WILLAMY ALVES DOS SANTOS - OAB/PI Nº 2.011, para apresentar as alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa.,Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso.

15.498. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000702-04.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: FABIANO RODRIGUES BARROS
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICIPIO DE FLORES DO PIAUI
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.499. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000674-36.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUZILENE OLIVEIRA FERREIRA
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.500. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000678-73.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA NATALHA VIEIRA DA COSTA

Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.501. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000677-88.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: EVERALDO RODRIGUES BARROS
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.502. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000698-64.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRABRICIL GOMES SANTOS
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICIPIO DE FLORES DO PIAUI
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.503. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000688-20.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: LAURINETE ALVES DE ANDRADE
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICIPIO DE FLORES DO PIAUI
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.504. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000680-43.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA SULIDADE DE ARAÚJO FERREIRA
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.505. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000671-81.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOZÉLIA RIBEIRO DE SÁ
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.506. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000669-14.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELIDOMAR RODRIGUES DE SOUSA
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.507. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000675-21.2017.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: RENANN DOS SANTOS CORREIA
Advogado(s): CAIO IGGO DE ARAUJO GONCALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 12229), FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ
Advogado(s): ADRIANO BESERRA COELHO(OAB/PIAUÍ Nº 3123)
INTIMA os advogados, DR. FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 6.694 e o DR. CAIO IGGO DE ARAÚJO GONÇALVES MIRANDA - OAB/PI Nº 12.229, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa., Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso. Eu, aa. Walter Antonio da Luz, Analista Judicial da Vara única da Comarca de Itaueira - PI.

15.508. EDITAL - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

PROCESSO Nº: 0000063-59.2012.8.18.0056
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Réu: ERNESTO PEREIRA DA SILVA
Vítima: FRANCISCA CATARINA DE OLIVEIRA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 30 DIAS
O (A) Dr (a). RONALDO PAIVA NUNES MARREIROS, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de ITAUEIRA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando o acusado/indiciado, **ERNESTO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, aposentado, natural de Itaueira - PI, filho de Pedro Pereira da Silva e Ana MAria da Conceição, residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADO** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " Ante o exposto, julgo procedente o pedido do representante do Ministério Público para: Condenar Ernesto Pereira da Silva como incurso na prática do crime previsto no art.14 da Lei 10.826/03 (portar arma de fogo, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar). Atendendo aos comandos dos artigos 59 a 66 é que realizo a dosimetria da pena. As circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do CP são favoráveis a Ernesto Pereira da Silva. Pelas razões acima é que fixo a pena base de Ernesto Pereira da Silva em dois anos de reclusão. Não há circunstância agravante e nem atenuante. Não há causas de diminuição e nem causas de aumento. A pena total final cominada ao réu Ernesto Pereira da Silva é de um dois de reclusão. O regime inicial de cumprimento da pena é o aberto (art.33,caput, c/c art.33, §2º,alínea ?c?, ambos do CP). É cabível a substituição da pena privativa de liberdade, porque o crime em questão não tem previsão de pena superior a quatro anos e não foi cometido com violência ou grave ameaça à pessoa (art.44,I, CP), o condenado não é reincidente (art.44,II,CP) e há as situações do art.44,III do CP são favoráveis ao condenado na medida em que o cumprimento de pena por meio de restrição de direito é mais eficaz, tendo em vista que, quanto a este crime, o réu obterá melhor ressocialização mediante o cumprimento de pena restritiva de direito em vez de se recolher no período noturno e nos dias de folga. Assim, em razão do disposto no art.44,§2º, CP, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, quais sejam, prestação de serviços à comunidade e interdição temporária de direitos, a serem fixados pelo Juízo da Execução. Levando as circunstâncias judiciais já vistas para o estabelecimento da pena base de privação de liberdade fixo a pena de multa em 135 (cento e trinta e cinco) dias-multa. Em razão de nos autos não haver informação a respeito de que a capacidade econômica do réu ser vultosa é que fixo o valor do dia-multa no valor de um trigésimo do salário-mínimo vigente.Custas pelo vencido(art.804 CPP). Dou por publicada a sentença em mãos do escrivão. Registre-se, intimem-se e cumpra-se. Intime-se o réu pessoalmente e por meio de seu advogado. Intime-se o MP. Após o trânsito em julgado, verificada a condenação de Ernesto Pereira da Silva: a)inclua-se seu nome no rol dos culpados (art.5º, LVII CF/88);b)oficie-se ao TRE, para as finalidades do art.15, III CF/88c);c)proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto nos arts.38 da Lei nº6.368/76 e art.686 do CPP (no caso de Certificação de não pagamento se expeça Ofício à Procuradoria Geral do Estado para a devida inscrição na dívida ativa; d)agende-se audiência admonitória mediante intimação do condenado, seu advogado e MP. Cumpra-se. Itaueira, 21 de fevereiro de 2018. Ronaldo Paiva Nunes Marreiros, Juiz de Direito". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume. Eu, _____ WALTER ANTÔNIO DA LUZ, Analista Judicial, digitei e subscrevo.
ITAUEIRA, 7 de maio de 2018.
RONALDO PAIVA NUNES MARREIROS
Juiz de Direito da Comarca da Vara Única da ITAUEIRA.

15.509. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000262-42.2016.8.18.0056
Classe: Procedimento Comum
Autor: ALYCYA RIBEIRO PIO
Advogado(s):
Réu: RAIMUNDO LOURENÇO DA SILVA
Advogado(s): KÊMERON MENDES FIALHO(OAB/PIAUÍ Nº 11244)
INTIMA o advogado, DR. KÊMERON MENDES FIALHO - OAB/PI Nº 11244, para ciência do despacho que deferiu a petição de fls. 61/62, no sentido de ouvir o requerido na cidade de Picos - PI, ficando, ainda, intimado para COMPARECER A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, REDESIGNADA PARA O DIA 11 DE MAIO DE 2018, ÀS 08:00 HORAS, no Fórum local, sito à Rua Ludgero de

França, 766, centro, Itaueira - PI. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezoito. Eu,aa. Gilvanete Vieira Martins, Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso.

15.510. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ITAUEIRA

Processo nº 0000677-98.2011.8.18.0056
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: MÁXIMO RIBEIRO DE SÁ, MARIA OLIVEIRA SÁ
Advogado(s):
INTIMA o advogado Dr. ADRIANO BESERRA COELHO, OAB/PI Nº 3.123/99, do dispositivo da sentença a seguir transcrita : "O processo foi desenvolvido regularmente e inexiste qualquer nulidade processual apta a macular o julgamento do mérito da ação penal. Mérito. Os réus Máximo Ribeiro de Sá e Maria Oliveira Sá foram denunciados pela prática prevista no art.129,§9º do CP. Quanto a Máximo Ribeiro de Sá. Materialidade. O laudo de exame pericial (fls.08) descreve que houve ofensa à integridade física da vítima e que as regiões atingidas foram a cabeça, o pescoço e os braços, exame que foi corroborado pelo que disseram as testemunhas, inclusive, a vítima, demonstrando, assim, que a vítima sofreu a lesão corporal descrita na denúncia. É preciso explicitar que no caso de crime de violência doméstica a palavra da vítima assume especial relevância probatória, uma vez que esse tipo de crime é normalmente praticado na clandestinamente sem a presença de testemunhas. Segundo a vítima, o acusado chegou quando esta estava discutindo com a acusada, e que neste momento esta se encontrava com uma panela na mão, momento em que o acusado retirou a panela da sua mão e lhe agrediu com o referido objeto na cabeça, causando-lhe escoriações no rosto e na boca. As testemunhas Orlando Rodrigues da Silva e Raimundo Gomes Fonseca relataram, em seus depoimentos em juízo, que presenciaram o acusado retirando a vítima de dentro da residência, e que esta estava descabelada e nervosa, como se houvesse brigado. Dessa forma, o narrado na denúncia no sentido de que o réu Máximo Ribeiro de Sá lesionou a vítima Amanda Teixeira de Sá está devidamente comprovado nos autos. Autoria. Os fatos relacionados ao crime de lesão corporal devem ser atribuídos ao réu Máximo Ribeiro de Sá. A palavra da vítima no sentido de afirmar que o réu, lhe lesionou está em harmonia com o conjunto probatório contido nos autos, tendo em vista que a testemunha Orlando Rodrigues da Silva presenciou o acusado retirando a vítima de casa. Além disso, a testemunha Raimundo Gomes Fonseca relatou que presenciou o acusado retirar a vítima de dentro de casa e que esta estava descabelada e nervosa, ratificando, dessa forma, o que foi o que foi afirmado pela vítima. Assim, não resta dúvida da autoria dos fatos imputados ao réu. Quanto a Maria Oliveira Sá. Materialidade. O laudo de exame pericial (fls.08) descreve que houve ofensa à integridade física da vítima e que as regiões atingidas foram a cabeça, o pescoço e os braços, exame que foi corroborado pelo que disseram as testemunhas, inclusive, a vítima, demonstrando, assim, que a vítima sofreu a lesão corporal descrita na denúncia. É preciso explicitar que no caso de crime de violência doméstica a palavra da vítima assume especial relevância probatória, uma vez que esse tipo de crime é normalmente praticado na clandestinamente sem a presença de testemunhas. Segundo a vítima, esta iniciou uma discussão com a acusada, onde trocaram xingamentos e agressões mútuas, tendo o acusado chegado ao local para intervir. A testemunha Orlando Rodrigues da Costa relatou, em seu depoimento em juízo, que presenciou uma discussão entre a acusada e a vítima, sob xingamentos e agressões físicas mútuas, restando as duas com as vestes rasgadas. Dessa forma, o narrado na denúncia no sentido de que a ré Maria Oliveira Sá lesionou a vítima Amanda Teixeira de Sá está devidamente comprovado nos autos. Autoria. Os fatos relacionados ao crime de lesão corporal devem ser atribuídos à ré Maria Oliveira de Sá. A palavra da vítima no sentido de afirmar que a ré, lhe lesionou está em harmonia com o conjunto probatório contido nos autos, tendo em vista que a testemunha Orlando Rodrigues da Silva presenciou uma discussão entre a acusada Maria Oliveira Sá e a vítima, sob xingamentos e agressões físicas mútuas, momento em que correu para chamar o acusado e que ao retornar ao local presenciou o acusado retirando a vítima de casa. Além disso, a testemunha Raimundo Gomes Fonseca relatou que presenciou o acusado retirar a vítima de dentro de casa e que esta estava descabelada e nervosa, ratificando, dessa forma, o que foi o que foi afirmado pela vítima. Assim, não resta dúvida da autoria dos fatos imputados à ré. Tipificação. Está correta a tipificação jurídica do fato ofertado na denúncia art.129,§9º do CP. Dispositivo. Ante o exposto, julgo procedente o pedido do representante do Ministério Público para condenar Máximo Ribeiro de Sá e Maria Oliveira Sá como incursos na prática do crime previsto no art.129,§9º do CP.(violência doméstica). Quanto a Máximo Ribeiro de Sá. Atendendo aos comandos dos artigos 59 a 66 é que realizo a dosimetria da pena. As circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do CP são favoráveis a Máximo Ribeiro de Sá. Pelas razões acima é que fixo a pena base de Máximo Ribeiro de Sá em 03 meses de detenção. Não há circunstâncias agravantes e nem atenuantes. Não há causas de diminuição ou aumento. A pena total final cominada ao réu Máximo Ribeiro de Sá é de 03 meses de detenção. O regime inicial de cumprimento de pena é o aberto (art.33,§2º, alínea "c", do CP). Não é cabível a substituição da pena privativa de liberdade, uma vez que o crime foi praticado com violência (art.44,I, do CP). Quanto a Maria de Jesus Sá de Oliveira Atendendo aos comandos dos artigos 59 a 66 é que realizo a dosimetria da pena. As circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do CP são favoráveis a Maria de Jesus Sá de Oliveira. Pelas razões acima é que fixo a pena base de Maria de Jesus Sá de Oliveira em 03 meses de detenção. Não há circunstâncias agravantes e nem atenuantes. Não há causas de diminuição ou aumento. A pena total final cominada à ré Maria de Jesus Sá de Oliveira é de 03 meses de detenção. O regime inicial de cumprimento de pena é o aberto (art.33,§2º, alínea "c", do CP). Não é cabível a substituição da pena privativa de liberdade, uma vez que o crime foi praticado com violência (art.44,I, do CP). Custas pelo vencido (art.804 CPP). Dou por publicada a sentença em mãos do escrivão. Registre-se, intimem-se e cumpra-se. Intime-se os réus pessoalmente e por meio de seu advogado. Intime-se o MP. Após o trânsito em julgado, verificada a condenação de Máximo Ribeiro de Sá e Maria Oliveira Sá: a)inclua-se seu nome no rol dos culpados (art.5º, LVII CF/88);b)oficie-se ao TRE, para as finalidades do art.15, III CF/88c);c)proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto nos arts.38 da Lei nº6.368/76 e art.686 do CPP (no caso de Certificação de não pagamento se expeça Ofício à Procuradoria Geral do Estado para a devida inscrição na dívida ativa; d)expeça-se guia de recolhimento do réu, provisória ou definitiva, conforme o caso. Cumpra-se. Itaueira, 26 de outubro de 2017. Ronaldo Paiva Nunes Marreiros, Juiz de Direito". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaueira, Estado do Piauí, aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito. Eu, aa.,Secretária da Vara Única, conferi o presente aviso.

15.511. EDITAL - VARA ÚNICA DE JAICÓS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JAICÓS)
Processo nº 0000531-44.2017.8.18.0057
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autor: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: JAIRO COSTA CARVALHO, LUAN SILVA DO PRADO
Advogado(s): Dr. Elys Clecyanne Pereira, OAB/PI 12993
DESPACHO: Intimo-lhe para comparecer audiência designada para o dia 17/05/2018, às 10:00, neste Fórum local.

15.512. EDITAL - VARA ÚNICA DE JAICÓS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JAICÓS)
Processo nº 0000401-59.2014.8.18.0057
Classe: Procedimento Comum

Autor: MARIA MADALENA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): HERCÍLIA MARIA LEAL BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 4143)
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Advogado(s): Dr. Lucas Nunes Chama, OAB/PA 16.956
DESPACHO:
Não tendo sido oportunizado à época, nos termos do art. 139, V, do CPC, determino a inclusão do processo em pauta de audiência de conciliação para o dia 05/06/2018, às 09:30, neste Fórum local, por acreditar que o desfecho do caso pode ser obtido pela autocomposição. Outrossim, considerando que o documento de fls. 63, correspondente a outro processo, desentranhe-se e proceda-se com inserção do mesmo no processo pertinente, de tudo certificando

15.513. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800010-32.2018.8.18.0057
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: Y.I.J.C; **AUTOR**: A.G.J.C
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: B.R.C
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.514. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800010-32.2018.8.18.0057
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: Y.I.J.C; **AUTOR**: A.G.J.C
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: B.R.C
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.515. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800043-22.2018.8.18.0057
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO,BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA,EDIMAR CHAGAS MOURAO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ANTONIO AMBROSIO DE SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.516. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800069-20.2018.8.18.0057
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA,EDIMAR CHAGAS MOURAO,LUIS FERREIRA DE MORAES FILHO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JOSE GOMES MONTEIRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.517. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800070-05.2018.8.18.0057
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA,EDIMAR CHAGAS MOURAO,RENATA CRISTINA PRACIANO DE SOUSA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: RAIMUNDO MOURA DE CARVALHO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.518. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800077-94.2018.8.18.0057
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA,EDIMAR CHAGAS MOURAO,FELIPE DANTAS DE CARVALHO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: JUSTINO DE BARROS SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.519. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800095-18.2018.8.18.0057
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA,EDIMAR CHAGAS MOURAO,RENATA CRISTINA PRACIANO DE SOUSA
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ROBERTO CARLOS VELOSO PEREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.520. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0800097-85.2018.8.18.0057
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): ALEXSANDRA DE LIMA,BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA,EDIMAR CHAGAS MOURAO
POLO PASSIVO: EXECUTADO: MANOEL DIAS DO NASCIMENTO - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.521. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000160-82.2014.8.18.0058
Classe: Exibição
Requerente: JOSE PEREIRA NETO
Advogado(s): DANILO BAIÃO DE AZEVEDO RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5963)
Requerido: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A
Advogado(s):
SENTENÇA DE FLS. 68/70 QUE TEM FINAL TEOR:
"...Ante o exposto, Julgo procedente o pleito cautelar, por consequência, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO na forma do artigo 487, I do Código de Processo Civil, configurada pela exibição dos documentos pelo requerido e ausência de resistência por parte deste. Sem custas, eis que sob o pálio da assistência judiciária gratuita, às fls. 23. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos com as formalidades legais. JERUMENHA, 19 de abril de 2018 A) SANDRO FRANCISCO RODRIGUES- Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA".

15.522. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000214-19.2012.8.18.0058
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): MARIA LUCILIA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 3974-A), DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO(OAB/SÃO PAULO Nº 31618)
Requerido: ALDARA ROCHA LEAL VILAR PINTO
Advogado(s):
SENTENÇA DE FLS. 64/65 QUE TEM FINAL TEOR:
"...REVOGO, consequentemente, a Liminar de Busca e Apreensão do bem descrito na inicial concedida às fls. 50/51. Oficie-se ao DETRAN, requisitando a baixa do gravame determinado por este juízo. Custas pela parte autora. Sem honorários, vez que não foi formado o contraditório. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o Trânsito em Julgado. ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais. JERUMENHA, 16 de abril de 2018. A) SANDRO FRANCISCO RODRIGUES- Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA".

15.523. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000266-10.2015.8.18.0058
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORSIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES(OAB/PIAUÍ Nº 13651), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8449)
Requerido: WANDERSON SOUSA ARAÚJO
Advogado(s):
SENTENÇA DE FLS.49/50 QUE TEM FINAL TEOR: "... Ex positis, acolho o pedido da parte requerente para homologar a desistência mencionada, momento o qual julgo extinto o feito sem resolução de mérito com base Custas pela parte autora. Sem honorários, vez que não foi no artigo 485, VIII do CPC. formado o contraditório, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o Trânsito em Julgado, ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais. JERUMENHA, 16 de abril de 2018.A) SANDRO FRANCISCO RODRIGUES-Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA".

15.524. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000222-25.2014.8.18.0058
Classe: Exibição
Requerente: MARIA REGES MUNIZ GUEDES
Advogado(s): DANILO BAIÃO DE AZEVEDO RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5963)
Requerido: BANCO BMC S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA DE FLS 132/134 QUE TEM FINAL TEOR:
"...Ante o exposto, Julgo procedente o pleito cautelar, por consequência,EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO na forma do artigo 487, I do Código de Processo Civil, configurada pela exibição dos documentos pelo requerido e ausência de resistência por parte deste, ficando a parte autora, autorizada a extrair cópias dos documentos exibidos, se assim desejar . Custas de lei pela parte autora, suspensa a exigibilidade em razão dos benefícios da justiça gratuita deferidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos com as formalidades legais. JERUMENHA, 19 de abril de 2018.A) SANDRO FRANCISCO RODRIGUES-Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA".

15.525. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000205-86.2014.8.18.0058
Classe: Exibição
Requerente: MARIA DO SOCORRO DE JESUS SILVA
Advogado(s): DANILO BAIÃO DE AZEVEDO RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5963)

Requerido: BANCO BMC S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA78/80 QUE TEM FINAL TEOR : "...Ante o exposto, Julgo procedente o pleito cautelar, por consequência, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO na forma do artigo 487, I do Código de Processo Civil, configurada pela exibição dos documentos pelo requerido e ausência de resistência por parte deste, ficando a parte autora, autorizada a extrair cópias dos documentos exibidos, se assim desejar. Custas de lei pela parte autora, suspensa a exigibilidade em razão dos benefícios da justiça gratuita deferidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos com as formalidades legais. JERUMENHA, 19 de abril de 2018.A)SANDRO FRANCISCO RODRIGUES-Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA ".

15.526. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000233-25.2012.8.18.0058
Classe: Procedimento Comum
Autor: MANOEL NOGUEIRA DA SILVA
Advogado(s): FAGNNER PIRES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8960)
Réu: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogado(s): NARA LUANE MODESTO GUIMARÃES LISBOA(OAB/PIAUÍ Nº 16330)
SENTENÇA DE FLS.101/103 QUE TEM FINAL TEOR:".. Pelo exposto, HOMOLOGO o acordo retro, na forma delineada nos autos e extingo o processo com resolução do mérito, com suporte no artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. Após as intimações necessárias arquive-se com a devida baixa. Sem custas e honorários em observância ao artigo 54 e 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se. JERUMENHA, 25 de abril de 2018. A) SANDRO FRANCISCO RODRIGUES-Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA."

15.527. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000081-40.2013.8.18.0058
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): FAGNNER PIRES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8960)
Réu: UNIBANCO UNIAO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A
Advogado(s): MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 151056)
SENTENÇA DE FLS. 8184 QUE TEM FINAL TEOR: "... Por fim, EXTINGO o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, face o artigo 54 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se os autos, independentede nova conclusão. JERUMENHA, 25 de abril de 2018. A) SANDRO FRANCISCO RODRIGUES-Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA".

15.528. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000224-29.2013.8.18.0058
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): EDEMILSON KOJI MOTODA(OAB/PIAUÍ Nº 231747)
Requerido: JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA
Advogado(s):
SENTENÇA DE FLS. 63/64 QUE TEM FINAL TEOR:"... REVOGO, consequentemente, a Liminar de Busca e Apreensão do bem descrito na inicial concedida às fls. 36/37. Oficie-se ao DETRAN, requisitando a baixa do gravame determinado por este juízo. Custas pela parte autora. Sem honorários, vez que não foi formado o contraditório. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o Trânsito em Julgado, ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais. JERUMENHA, 16 de abril de 2018. A)SANDRO FRANCISCO RODRIGUES- Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA".

15.529. EDITAL - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JERUMENHA)
Processo nº 0000182-14.2012.8.18.0058
Classe: Procedimento Comum
Autor: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - SINTE
Advogado(s): FRANCISCO SALVADOR GONÇALVES MIRANDA(OAB/PIAUÍ Nº 6694)
Réu: MUNICÍPIO DE JERUMENHA ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
SENTENÇA DE FLS. 108/109 QUE TEM FINAL TEOR: "...Isto posto, com fundamento no artigo 290 do CPC, extingo o processo sem resolução do mérito, procedendo-se ao cancelamento na distribuição. Custas de lei. Sem honorários. P. R. I. Cumpra-se. JERUMENHA, 25 de abril de 2018. A) SANDRO FRANCISCO RODRIGUES-Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JERUMENHA".

15.530. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800026-17.2017.8.18.0058
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE BONFIM DA SILVA MONTEIRO
ADVOGADO(s): JOAO CARLOS ALVES DOS SANTOS SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: JOSE WENES DA COSTA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.531. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800057-03.2018.8.18.0058
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: ALCIDINEY DOS SANTOS FEITOSA; **REQUERENTE**: DENILSON DOS SANTOS FEITOSA; **REQUERENTE**: MARIA APARECIDA DOS SANTOS FEITOSA; **REQUERENTE**: AUCELIO DOS SANTOS FEITOSA

ADVOGADO(s): TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA
POLO PASSIVO: INTERESSADO: ALCENIRA DOS SANTOS COSTA FEITOSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.532. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800140-19.2018.8.18.0058
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PALMAS - TO
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.533. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800100-37.2018.8.18.0058
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: RENAN DE SOUSA LOPES
ADVOGADO(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: LORENZO DUARTE; **REQUERIDO**: HORRANA MICHELE DUARTE BRITO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.534. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800017-21.2018.8.18.0058
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE JESUS VIEIRA RAMOS
ADVOGADO(s): TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.535. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800080-46.2018.8.18.0058
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: V.S.S
ADVOGADO(s): RODOLFO ROCHA DUARTE
POLO PASSIVO: REQUERIDO: B.F.C.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.536. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800113-36.2018.8.18.0058
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAUJO
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: RÉU: SOLENITA DA CRUZ SILVA
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

15.537. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800107-29.2018.8.18.0058
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.P.G
ADVOGADO(s): RAFAEL SANTANA BEZERRA
POLO PASSIVO: RÉU: T.P.S
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.538. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800049-26.2018.8.18.0058
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: RAIONETE DE SOUSA ARAUJO
ADVOGADO(s): RICHEL SOUSA E SILVA
POLO PASSIVO: REQUERENTE: PAULO DUARTE DE ARAUJO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.539. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800132-42.2018.8.18.0058
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: EXEQUENTE: ANTONIO DE MELO BORGES
ADVOGADO(s): NULL

POLO PASSIVO: EXECUTADO: INACIO ALMEIDA MARTINS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.540. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800075-24.2018.8.18.0058
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: GILVAN DE SOUSA SA
ADVOGADO(s): BRUNO ALVES BESERRA,MARCIO CAMARGO DE MATOS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.541. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800077-91.2018.8.18.0058
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: RODRIGO SANTANA RIBEIRO
ADVOGADO(s): BRUNO ALVES BESERRA,MARCIO CAMARGO DE MATOS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.542. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE JERUMENHA

PROCESSO Nº: 0800072-69.2018.8.18.0058
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: WALDOLEIDE ELIAS DA SILVA; **AUTOR**: JESSIKA CRISLLANE DA SILVA ROSAL
ADVOGADO(s): TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.543. DESPACHO - VARA ÚNICA DE JOAQUIM PIRES

Processo nº 0000534-46.2012.8.18.0098
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA SAMPAIO DE CARVALHO
Advogado(s): JONIELSON DA CUNHA NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 5490)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s):
DESPACHO Intimem-se as partes para tomar conhecimento do laudo social (fls.97/99), apresentar manifestação e alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem os autos conclusos para sentença.

15.544. DESPACHO - VARA ÚNICA DE JOAQUIM PIRES

Processo nº 0000113-90.2011.8.18.0098
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDO NONATO CORREIA PARENTE
Advogado(s): MARIO COELHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 3300)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Advogado(s):
DESPACHO Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, retornem-se os autos conclusos.

15.545. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOAQUIM PIRES

PODER JUDICIáRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA Vara Única DA COMARCA DE JOAQUIM PIRES
Av. Jurandir Pires, JOAQUIM PIRES-PI
PROCESSO Nº 0000191-11.2016.8.18.0098
CLASSE: Ação de Alimentos
Exonerante: ANTÔNIO LINDOMAR DE SAMPAIO PORTELA
Advogado(a): Drª LIVIANY SAMPAIO DE OLIVEIRA, OAB-PI 10.369
Exonerado: KAROLAINE RODRIGUES DE SOUSA PORTELA
Oficial de Justiça:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
O ERMANO CHAVES PORTELA MARTINS, Juiz de Direito da Comarca de JOAQUIM PIRES, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc. INTIMA, pelo presente edital, a parte exonerante através de seu advogado(a) LIVIANY SAMPAIO DE OLIVEIRA, a comparecer, à audiência de Conciliação do Proc. nº 0000191-11.2016.8.18.0098, designada para o dia 07 de Junho de 2018, às 08:30 horas, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de JOAQUIM PIRES, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, RICARDO RODRIGUES GOMES, Cedido Prefeitura, o digitei, e eu, MAX DANIZIO SANTOS CAVALCANTE, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.
ERMANO CHAVES PORTELA MARTINS
Juiz de Direito da Comarca de JOAQUIM PIRES

15.546. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)
Processo nº 0000402-65.2013.8.18.0029
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: MELCHESEDEC DA SILVA LEITE, FRANCISCO WALBSON DA CUNHA SAMPAIO, MAXSUEL DE LIRA AGUIAR
Advogado(s): JOSENINO COSTA SOUSA (OAB/PIAUÍ Nº 10772), JOSE POLICARPO DE MELO (OAB/PIAUÍ Nº 2057)
DESPACHO: "Vistos. Compulsando os fólios, constata-se juntado aos autos resposta à acusação em favor dos acusados, entretanto, por não elucidarem fatos aptos e concretos que viessem a demonstrar a configuração de qualquer das hipóteses de absolvição sumária, previstas no artigo 397 do Código de Processo Penal, marco audiência de instrução e julgamento para o dia **15/05** do ano em curso, às **08**:**00** horas, no fórum local, devendo a Secretaria proceder com as intimações necessárias. Expedientes necessários. José de Freitas-PI, 15 de março de 2018. LIRTON NOGUEIRA SANTOS. Juiz de Direito da Comarca de José de Freitas-PI.

15.547. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)
Processo nº 0000408-09.2012.8.18.0029
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu:JORGE LUIS ARAUJO DO NASCIMENTO
Advogado(s): ANTONIO ALBERTO NUNES DE CARVALHO (OAB/PIAUÍ Nº 1637)
ATA DA AUDIÊNCIA: "Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2018 (dois mil e dezoito)... Diante disso, foi pelo MM. Juiz remarcada a presente audiência para o dia 15 de maio do ano em curso, às 12:00 horas, no fórum local, ficando todos os presentes cientes e os ausentes por intimar, ficando a genitora do acusado na incumbência de informar a data da audiência aprazada..."

15.548. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)
Processo nº 0000464-03.2016.8.18.0029
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Tipificação: art. 157, § 2º, I do CP e art. 28 da Lei 11.343/06
Réu: LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO
Advogado(s): LUIZ EDUARDO DAS NEVES SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12324)
DESPACHO: Intime-se pessoalmente o patrono constituído pelo acusado para que apresente suas alegações finais em forma de memoriais, sob pena de incorrer nos moldes do artigo 265 do Código de Processo Penal. Expedientes necessários. JOSÉ DE FREITAS, 2 de maio de 2018. LIRTON NOGUEIRA SANTOS. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de José de Freitas-PI.

15.549. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)
Processo nº 0000338-50.2016.8.18.0029
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Tipificação: art. 33 da Lei 11.343/06
Réu: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS
Advogado(s): FRANCISCO LUCAS FONTINELE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 13574)
DESPACHO: Tendo em vista documentação de fls. 89/92 dos autos, e em atenção à cota ministerial de fl. 96, determino a intimação da defesa, para que se manifeste sobre eventual diligência a ser requerida. Expedientes necessários. JOSÉ DE FREITAS, 2 de maio de 2018. LIRTON NOGUEIRA SANTOS. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de José de Freitas-PI.

15.550. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

Processo nº 0000108-71.2017.8.18.0029
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSEFA GOMES DE LIMA
Advogado(s): KALLENMAX DE CARVALHO GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 14164)
Réu: BANCO PANAMERICANO
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
DISPOSITIVO (...) Posto isto, JULGO IMPROCEDENTE, o pedido da requerente, com a devida resolução do seu mérito com fundamento no art. 487, I do CPC, condeno a parte autora em litigância de má-fé, e, assim, pagar multa no valor de 2% sobre o valor corrigido da causa, nos termos do art. 80, inciso II c/c art. 81, do CPC. Sem custas, face a gratuidade de justiça. P.R.I. JOSÉ DE FREITAS, 4 de maio de 2018 LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JOSÉ DE FREITAS.

15.551. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)
Processo nº 0000066-13.2003.8.18.0029
Classe: Procedimento Comum
Autor: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOSE DE FREITAS - SISMUJOF
Advogado(s): LUCIANO JOSE LINARD PAES LANDIM(OAB/PIAUÍ Nº 2805), IRISTELMA MARIA LINARD PAES LANDIM PESSOA(OAB/PIAUÍ Nº 4349), GEOVANE DE BRITO MACHADO(OAB/PIAUÍ Nº 2803)
Réu: MUNICIPIO DE JOSE DE FREITAS- PI
Advogado(s): NEY AUGUSTO NUNES LEITÃO(OAB/PIAUÍ Nº 5554), KARINE NUNES MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 9508), JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108), AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
DESPACHO:
Vistos.
Dê-se vista sucessiva às partes, por 15 (quinze) dias, para que apresentem suas razões finais, devendo ser iniciada pela requerente e sucessivamente pelo requerido.
Após, com ou sem manifestação das partes, dê-se vistas ao Ministério Público.

Cumpra-se.
JOSÉ DE FREITAS, 4 de maio de 2018

15.552. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)
Processo nº 0000174-85.2016.8.18.0029
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: MARIA DO NASCIMENTO LOPES
Advogado(s): FRANCISCO CARDOSO JALES - DEFENSOR PÚBLICO(OAB/PIAUÍ Nº)
Requerido: JORGE ALVES DOS PASSOS
Advogado(s): JOAO BATISTA ALVES DE CASTRO(OAB/PIAUÍ Nº 119-A), FRANCISCO CARLOS FEITOSA PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5042)
DESPACHO: Vistos,
Intime-se a parte requerida, por seu causídico, para apresentar suas alegações finais, em forma de memoriais, no prazo de lei.
Cumpra-se.

15.553. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)
Processo nº 0000538-33.2011.8.18.0029
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARCELO CÁSSIO FERREIRA DA SILVA
Advogado(s): LUIS MOURA NETO (OAB/PIAUÍ Nº 2969)
Réu: ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
DESPACHO:
Vistos,
Recebo a apelação de fls. 139 dos autos nos efeitos legais.
Intime-se o apelado para, no prazo legal, apresentar contrarrazões.
A seguir, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens.
Expedientes necessários.
JOSÉ DE FREITAS, 2 de maio de 2018

15.554. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

Processo nº 0000249-73.2012.8.18.0059
Classe: Procedimento Sumário
Autor: BENEDITO PEREIRA DE SOUSA
Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), DANIEL DA COSTA ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 7128), DANILO BAIÃO DE AZEVEDO RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 5963)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI, OAB/PI 8203-A.
SENTENÇA (...) III DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) DECLARAR A NULIDADE do contrato nº. 190862444, devendo o BANCO BMG S.A. devolver na forma dobrada todos os descontos feitos junto ao benefício previdenciário do autor, a ser apurado por simples cálculo aritmético, com correção monetária nos termos da Tabela de Correção adotada na Justiça Federal (Provimento Conjunto nº 06/2009 do Egrégio TJPI), acrescentado o percentual de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atendendo ao disposto no art. 406, do Código Civil vigente, em consonância com o art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, a contar da data de cada desconto indevido (súmulas 43 e 54 do STJ). b) CONDENAR ao pagamento do valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) pelos danos morais causados a autora. Sobre tal valor a ser pago deverá incidir também a correção monetária nos termos da Tabela de Correção adotada na Justiça Federal (Provimento Conjunto nº 06/2009 do Egrégio TJPI), a contar da data da publicação desta sentença, conforme súmula 362 do STJ, acrescentado o percentual de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da data do primeiro desconto indevido, conforme art.398 do CC/02 e Súmula 54 do STJ. Condeno a Requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sob o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil. Notifique-se, com urgência, o Banco promovido e o INSS para suspenderem imediatamente os descontos, caso ainda existam, independentemente de Haver ou não recurso dessa decisão, devendo, em caso descumprimento, a título de multa, devolver o valor supervenientemente cobrado de forma dobrada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. LUIS CORREIA, 20 de abril de 2018. WILLMANN IZAC RAMOS SANTOS Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de LUIS CORREIA.

15.555. DESPACHO - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

Processo nº 0000062-89.2017.8.18.0059
Classe: Procedimento Comum
Autor: GALENO ARISTOTELES COELHO DE SÁ
Advogado(s): MAURO MONÇÃO DA SILVA(OAB/CEARÁ Nº 22502)
Réu: IMOBILIÁRIA LIVRAMENTO LTDA, CARLOS FORTES IMOVEIS LTDA
Advogado(s):
DESPACHO (...)Sendo assim, em razão do princípio da primazia da decisão de mérito, determino a parte autora que se manifeste em quinze dias acerca da possível ilegitimidade ativa. Após, conclusão dos autos. LUIS CORREIA, 2 de maio de 2018. WILLMANN IZAC RAMOS SANTOS, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de LUIS CORREIA.

15.556. DESPACHO - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

Processo nº 0000757-14.2015.8.18.0059
Classe: Execução da Pena
Exequente: 3ª VARA CRIMINAL DE GUARUJÁ-SP
Advogado(s):
Executado(a): MAURO PEREIRA DIAS
Advogado(s): MARCIO ARAUJO MOURAO(OAB/PIAUÍ Nº 8070)
Ante o exposto, remetam-se as principais peças do presente processo via Malote Digital a 1º Vara Criminal da Comarca de Parnaíba PI, para a competente unificação de penas do condenado e, o regular processamento da Execução Penal, conforme estabelecido pela Legislação Vigente.

LUIS CORREIA, 4 de maio de 2018 WILLMANN IZAC RAMOS SANTOS Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de LUIS CORREIA

15.557. DESPACHO - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

Processo nº 0000680-39.2014.8.18.0059
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Autor: FRANCISCO CARLOS ALVES DE SOUSA, TÂNIA MARIA GALENO VAZ DE SOUZA
Advogado(s): LUIZ PAULO DE CARVALHO GONÇALVES FERRAZ(OAB/PIAUÍ Nº 6867), MARIA LUCIA PINTO DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 7596)
Requerido: EDILSON MARQUES FONTENELE, JOSE WILSON PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): ANDRE RAMOS DE RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 10348), EDILSON MARQUES FONTENELE JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 10126)
DECISÃO. (...) DISPOSITIVO Inicialmente, quanto ao pedido de assistência, tendo as partes transigido ao direito de manifestação, ocorrendo a preclusão temporal (art. 120 do CPC), corroborado com os documentos que carreiam a petição, dando conta de que JOSÉ WILSON PEREIRA DA SILVA possui legítimo interesse sobre o desfecho desta lide, DEFIRO o pedido de Assistência, para o qual recebe o processo no estado em que se encontra, não podendo suscitar questões que o ato jurídico perfeito e coisa julgado já tenha alcançado. Logo, considerando a existência de contestação nos autos, determino a intimação do autor e do assistente para, para, no prazo sucessivo de quinze dias, apresentem réplica à contestação.**LUIS CORREIA, 4 de maio de 2018. WILLMANN IZAC RAMOS SANTOS,** Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de LUIS CORREIA.

15.558. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUZILÂNDIA)
Processo nº 0001424-60.2016.8.18.0060
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: JOAQUIM PEREIRA DE ARAÚJO
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO SANTANDER S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
DESPACHO: ... Isto posto, homologo, por sentença, o acordo entre as partes, confome termo de audiência (fl. 34) para que produza os jurídicos e legais efeitos, declarando a extinção do processo, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil, e determino o arquivamento dos autos, inclusive baixando os autos junto à distribuição, observada as formalidades legais."

15.559. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUZILÂNDIA)
Processo nº 0000660-74.2016.8.18.0060
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA: ... Isto posto, homologo, por sentença, o acordo entre as partes, conforme petilção eletrônica anexada no sistema para que produza os jurídicos e legais efeitos, declarando a extinção do processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil, e determino o arquivamento dos autos, inclusive baixando os autos junto à distribuição, observada as formalidades legais."

15.560. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUZILÂNDIA)
Processo nº 0000890-53.2015.8.18.0060
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA DA GLORIA OLIVEIRA SANTOS
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 11570)
Réu: BANCO BCV S/A (SCHAHIN S/A)
Advogado(s): ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA(OAB/PERNAMBUCO Nº 33980)
SENTENÇA: Homologada a sentença de acordo, conforme fls. 52, a parte autora veio requereu a expedição do competente alvará para liberação dos valores em nome da parte autora no percentual de 70% (setenta por cento), e em nome do causídico o percentual de 30% (trinta por cento). ? Por fim, defiro o pedido de expedição dos alvarás em separado, uma vez que há informações nos autos sobre o contrato de honorários celebrados entre a parte autora e o seu patrono, o qual o autoriza a levantar o alvará no percentual de 30% (trinta por cento) do valor da condenação, conforme se ver às fl. 102/103. Assim sendo, na forma do artigo 924, inciso II, c/c art. 925, ambos do CPC/2015, julgo extinto o processo de execução. Determino as expedições dos alvarás para levantamento do valor depositado em conta judicial, nos termos do contrato de fls. 102/103, ou seja, 70% (setenta por cento) para parte autora e 30% (trinta por cento) para seu patrono.

15.561. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000091-71.2016.8.18.0093
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B V. FINANCEIRA S.A
Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148)
Requerido: TARCISIO ROCHA DE ARAUJO
Advogado(s): MOISÉS BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 4217), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7031)
SENTENÇA: ..."
Posto isso, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Determino que seja recolhido o mandado de busca e apreensão já expedido contra o requerido. Expeça-se ofício junto ao DETRAN-PI para proceder ao desbloqueio do veículo. Oficie-se o SERASA para que seja providenciada a exclusão da restrição do nome do requerido referente ao presente feito. Nos termos do art. 90 do CPC, condeno a parte autora ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios. Publique. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, Arquivamento e baixa dos autos.

15.562. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)

Processo nº 0000002-38.2017.8.18.0085
Classe: Procedimento Comum
Autor: PAULO DALTO NETO
Advogado(s): FELIPE PONTES LAURENTINO(OAB/PIAUÍ Nº 7755)
Réu: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ.
Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4640)
SENTENÇA:
..."Ante o exposto e considerando tudo mais que do processo consta, confirmo os efeitos da liminar deferida, quais sejam, abstenção da interrupção no fornecimento de energia elétrica ao imóvel do autor e retirada do nome deste do cadastro de inadimplência em relação à dívida questionada, e JULGO PROCEDENTE a ação declaratória de inexistência de débito proposta por PAULO DALTO NETO contra a ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO-PIAUÍ e, em conseqüência, declaro inexigível a quantia de R$ 326.059,96 (trezentos e vinte e seis mil, cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos) em relação ao autor. Condeno a requerida a pagar as custas em devolução, despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor atualizado da ação. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa."

15.563. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000362-85.2013.8.18.0093
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s): HIRAN LEAO DUARTE(OAB/CEARÁ Nº 10422), ELIETE SANTANA MATOS(OAB/CEARÁ Nº 10423)
Réu: NATALINO BISPO DE ARAÚJO
Advogado(s):
SENTENÇA:
..."Isto posto, antecipo o julgamento da lide, com fulcro nos arts. 344 e 355 do NCPC, e JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a ação proposta, nos termos do art. 487, I, para o fim de consolidar a posse e a propriedade plena do bem descrito na exordial nas mãos do proprietário fiduciário, nos termos do que dispõe o art. 3º, §1º do DL 911/69. Condeno o requerido no pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios, no percentual de 10% sobre o valor atual da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CUMPRA-SE. Após o trânsito em julgado, arquivem-se."

15.564. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000174-03.2015.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA
Advogado(s): HIRAN LEAO DUARTE(OAB/CEARÁ Nº 10422), ELIETE SANTANA MATOS(OAB/CEARÁ Nº 10423)
Réu: MARIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO
Advogado(s):
SENTENÇA: Posto isso, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Determino que seja recolhido o mandado de busca e apreensão já expedido contra o requerido. Oficie-se para o desbloqueio do veículo junto ao DETRAN. Nos termos do art. 90 do CPC, condeno a parte autora ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios. Publique. Registre-se. Intimem-se.

15.565. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000061-12.2011.8.18.0093
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUCI VILA NOVA
Advogado(s): JÔNATAS BARRETO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 3101)
Réu: BANCO BMC S.A.
Advogado(s): TARCISIO ROCHA DE ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 5268), URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 17700)
SENTENÇA:
..."Diante do exposto, e tudo mais que dos autos consta, julgo procedente a pretensão contida na inicial e: a) declaro nulos de pleno direito o contrato de empréstimo consignado objeto do presente processo indigitado na inicial; b) condeno a requerida ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (CINCO mil reais), com correção monetária, da data do arbitramento e juros de um por cento ao mês, a partir da data do primeiro desconto no benefíco da parte autora, a título de danos morais; c) condeno ainda à devolução em dobro dos valores debitados mensalmente, com correção monetária e juros de um por cento ao mês, da data de desconto de cada parcela. Condeno, por fim, a requerida ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa.

15.566. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000223-44.2015.8.18.0100
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA, ANTONIO JOSÉ RODOLFO DE OLIVEIRA
Advogado(s): EDEMILSON KOJI MOTODA(OAB/SÃO PAULO Nº 231747)
Réu:
Advogado(s):
SENTENÇA: Posto isso, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Determino que seja recolhido o mandado de busca e apreensão já expedido contra o requerido. Oficie-se para o desbloqueio do veículo junto ao DETRAN. Nos termos do art. 90 do CPC, condeno a parte autora ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios. Publique. Registre-se. Intimem-se.

15.567. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000321-63.2014.8.18.0100
Classe: Procedimento Sumário
Autor: MARIA PEREIRA DO ROSÁRIO

Advogado(s): PAULO NIELSON DAMASCENO MESSIAS(OAB/PIAUÍ Nº 9230)
Réu: BANCO DE CRÉDITO E VAREJO - BCV(SCHAHIN)
Advogado(s):
SENTENÇA: ... Ante o exposto, indefiro a petição inicial e extingo o processo extinto sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 330, IV e 485, I, Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, face à gratuidade deferida. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

15.568. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000116-29.2017.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: CAMILO NETO ALVES
Advogado(s): DOLLY DE ALCOBAÇA BRITO PARENTE(OAB/PIAUÍ Nº 10990)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s): LIDIANE CARNEIRO CUNHA GUIMARÃES(OAB/PIAUÍ Nº 1422568)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 10:10 horas na sede deste juízo.

15.569. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000348-75.2016.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSE FERREIRA DE ARAUJO
Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 2767)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s): ROSEANE DE CARVALHO VALE(OAB/PIAUÍ Nº 5081)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 10:20 horas na sede deste juízo.

15.570. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000242-16.2016.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: ALAIDE CARDOSO DA SILVA
Advogado(s): LAERCIO CARDOSO VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 10200)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s): LIDIANE CARNEIRO CUNHA GUIMARÃES(OAB/PIAUÍ Nº 1422568)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 10:30 horas na sede deste juízo.

15.571. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000246-45.2014.8.18.0093
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA ARLINDA PEREIRA DO NASCIMENTO
Advogado(s): MARAIZA NUNES DE AGUIAR(OAB/PIAUÍ Nº 7253)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s): LEANDRO MELO CAVALCANTI SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10066)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 11:10 horas na sede deste juízo.

15.572. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000112-81.2015.8.18.0093
Classe: Procedimento Comum
Autor: EDIMAR BORGES LEITE
Advogado(s): FILIPE RODRIGUES DE BARROS ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 9846)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s): LUCAS ARAÚJO FORTES(OAB/PIAUÍ Nº 8095)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 09:00 horas na sede deste juízo.

15.573. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000400-71.2016.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: ALDENIRA FERREIRA DE SOUSA FRANÇA
Advogado(s): MARENIZE LEITE MACENA(OAB/PIAUÍ Nº 12080), ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 16112)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s): LIDIANE CARNEIRO CUNHA GUIMARÃES(OAB/PIAUÍ Nº 1422568)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 09:30 horas na sede deste juízo.

15.574. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000396-34.2016.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: CATIA DA SILVA
Advogado(s): MARENIZE LEITE MACENA(OAB/PIAUÍ Nº 12080), ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 16112)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): SÍLVIA GUALBERTO CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 1378085)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 09:40 horas na sede deste juízo.

15.575. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000151-23.2016.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ ROBERTO MIRANDA DOS SANTOS
Advogado(s): MARENIZE LEITE MACENA(OAB/PIAUÍ Nº 12080), ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 16112)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s): LIDIANE CARNEIRO CUNHA GUIMARÃES(OAB/PIAUÍ Nº 1422568)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 10:50 horas na sede deste juízo.

15.576. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000279-43.2016.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA CLECINALDA NUNES DE SOUSA
Advogado(s): FILIPE RODRIGUES DE BARROS ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 9846)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s): LIDIANE CARNEIRO CUNHA GUIMARÃES(OAB/PIAUÍ Nº 1422568)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 09:10 horas na sede deste juízo.

15.577. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000152-29.2016.8.18.0093
Classe: Procedimento Comum
Autor: RODRIGO DE CARVALHO OLIVEIRA
Advogado(s): FILIPE RODRIGUES DE BARROS ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 9846)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s): ERASMO DE SOUSA ASSIS(OAB/PIAUÍ Nº 1343), CLAUDIA VIRGINIA E SANTANA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 281697)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 09:20 horas na sede deste juízo.

15.578. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000519-95.2017.8.18.0100
Classe: Procedimento Comum
Autor: LEIDIANE NASCIMENTO DE SOUSA
Advogado(s): PAULO NIELSON DAMASCENO MESSIAS(OAB/PIAUÍ Nº 9230), DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOACIAL - INSS
Advogado(s): LUCAS ARAÚJO FORTES(OAB/PIAUÍ Nº 8095)
DESPACHO: Impulsionando o feito, designe-se audiência para o dia 04 de julho de 2018, às 10:00 horas na sede deste juízo.

15.579. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)
Processo nº 0000047-31.2016.8.18.0100
Classe: Procedimento Sumário
Autor: AMÉLIA FRANCISCA DOS SANTOS MARTINS
Advogado(s): ADÃO LEAL DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 9280), ADELSON JUNIOR TUMAZ DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 9366), JÔNATAS BARRETO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 3101)
Réu: BANCO FICCA S.A
Advogado(s): ADRIANO MUNIZ REBELLO(OAB/PIAUÍ Nº 6822-A)
DESPACHO:
..."Chamo o feito à ordem e determino seja intimada a parte autora, por meio de seu representante legal, para, no prazo de quinze (15) dias, a fim de juntar aos autos os extratos bancários da conta corrente e da poupança de titularidade do autor, em relação ao mês em que ocorreu o primeiro desconto supostamente indevido e aos dois meses anteriores".

15.580. EDITAL - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MARCOS PARENTE)
Processo nº 0000095-13.2017.8.18.0081
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: GILDEON NEVES DE ABREU
Advogado(s): MILLON MARTINS DA ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 6561)
Réu: PLATINUM ASSESSORIA DE CRÉDITO
Advogado(s): FERNANDA HERONDINA RODRIGUES ALVES(OAB/SÃO PAULO Nº 362161)
SENTENÇA: "...Caso haja apelação, intime-se a parte apelada para contrarrazões no prazo de 10 dias e encaminhem-se os autos à Turma Recursal..."

15.581. EDITAL - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MARCOS PARENTE)
Processo nº 0000094-28.2017.8.18.0081
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: ROSILENE SANTA BRÍGIDA TAVARES
Advogado(s): MILLON MARTINS DA ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 6561)

Réu: PLATINUM ASSESSORIA DE CRÉDITO
Advogado(s): FERNANDA HERONDINA RODRIGUES ALVES(OAB/SÃO PAULO Nº 362161)
SENTENÇA: "...Caso haja apelação, intime-se a parte apelada para contrarrazões no prazo de 10 dias e encaminhem-se os autos à Turma Recursal..."

15.582. EDITAL - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MARCOS PARENTE)
Processo nº 0001339-45.2016.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: DOMINGOS MOTA DA SILVA
Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)
Réu: BANCO VOTORANTIM
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
SENTENÇA: "...Caso haja recurso, intime-se a outra parte para contrarrazões e remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça..."

15.583. EDITAL - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MARCOS PARENTE)
Processo nº 0001338-60.2016.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: DOMINGOS MOTA DA SILVA
Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)
Réu: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2338)
SENTENÇA: "...Caso haja recurso, intime-se a outra parte para contrarrazões e remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça..."

15.584. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000219-69.2012.8.18.0081
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DA PAZ FERREIRA RODRIGUES
Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751-A)
Réu: BANCO BMC S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Recolha a parte requerida as custas iniciais e finais, no prazo de 10 (dez) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 228, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.585. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000032-22.2017.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADÉLIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11044)
Réu: BANCO PANAMERICANO S.A
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 37, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.586. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000157-92.2014.8.18.0102
Classe: Cumprimento de sentença
Autor: MARIA PASTORA DOS SANTOS
Advogado(s): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11044)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 181, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.587. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000455-16.2016.8.18.0102
Classe: Cumprimento de sentença
Autor: MARIA GOMES DE OLIVEIRA
Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S.A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 187, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.588. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000948-90.2016.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDA LUZIA DE SOUSA
Advogado(s): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11044)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 79, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.589. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000890-87.2016.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIA MARIA DE PASSOS
Advogado(s): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11044)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 89, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.590. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0001370-65.2016.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA HELENA BARROS
Advogado(s): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11044)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA(OAB/MINAS GERAIS Nº 109730)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 73, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.591. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000053-95.2017.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: ADÉLIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11044)
Réu: BANCO PANAMERICANO S.A
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 36, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.592. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000022-75.2017.8.18.0102
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO ITAUCARD S.A
Advogado(s): LUIZ CÉSAR PIRES FERREIRA JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5172), ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7036-A)
Requerido: JOBSON GUIMARÃES MESSIAS - ME
Advogado(s):
Recolha a parte requerente as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 69, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.593. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000144-88.2017.8.18.0102
Classe: Procedimento Comum
Autor: NELI MARIA DA CONCEIÇÃO GUIMARÃES
Advogado(s): MARCOS MATHEUS MIRANDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 11044)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAUÍ Nº 8203-A)
Recolha a parte requerida as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme boleto de custas processuais anexado em fl. 53, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.594. EDITAL - VARA ÚNICA DE MATIAS OLÍMPIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MATIAS OLÍMPIO)
Processo nº 0000008-25.2016.8.18.0103
Classe: Divórcio Litigioso
Autor: FRANCISCO SAMPAIO DAMASCENO
Advogado(s): LUIZ RODRIGUES LIMA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8243)
Réu: MARIA DILEUZA ALVES SOUSA
Advogado(s):
DESPACHO: Aberta a audiência, foi verificada a ausência do aut or e de seu advogado em que pese devidamente intimados, presente a demandada desacompanhada de Defensor Público. Em seguida, O Mediador verificou a impossibilidade da realização de eventual composição, pelo que redesignou o ato para o dia 08 de junho de 2018, às 09:30 horas, ficando a demandada intimada. Intime-se a parte autora via DJE. Matias Olimpio, 04 de maio de 2018. Antonio Edilson de Oliveira, Mediador Designado

15.595. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MATIAS OLÍMPIO

PROCESSO Nº: 0800100-96.2018.8.18.0103
CLASSE: REMOÇÃO, MODIFICAÇÃO E DISPENSA DE TUTOR OU CURADOR
POLO ATIVO: REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA DO AMPARO DA SILVA SOUSA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.596. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MATIAS OLÍMPIO

PROCESSO Nº: 0800124-27.2018.8.18.0103
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: RAQUEL RODRIGUES VAZ
ADVOGADO(s): GILMARCUS ALVES DOS SANTOS
POLO PASSIVO: IMPETRADO: PREFEITO MUNICIPAL
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.597. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800148-52.2018.8.18.0104
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: MISSIAS FERREIRA RIOS
ADVOGADO(s): MARCOS ANDRE LIMA RAMOS
POLO PASSIVO: RÉU: MONICA DA CUNHA SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.598. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800048-97.2018.8.18.0104
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO BRADESCO SA
ADVOGADO(s): WILSON SALES BELCHIOR
POLO PASSIVO: RÉU: NEUDO RIBEIRO PESSOA 28821777391
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.599. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800057-59.2018.8.18.0104
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ELIUDE PEREIRA DA SILVA ARAUJO - ME
ADVOGADO(s): AGEU PIRES DE SOUSA,DAYSE MACHADO SILVA,THIAGO MACHADO SILVA
POLO PASSIVO: RÉU: FRANCISCA MICHAELA DE SOUSA FERNANDES BATISTA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.600. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800060-14.2018.8.18.0104
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: RICHARD ARISON BORGES MOURA
ADVOGADO(s): FRANCISCO ALVES DE SOUSA
POLO PASSIVO: RÉU: RAYNE VANESSA RIBEIRO MOURA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.601. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800134-68.2018.8.18.0104
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCO RIBEIRO LIMA
ADVOGADO(s): JOSE NETO CASTELO BRANCO DE VASCONCELOS
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE MIGUEL LEAO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.602. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800090-49.2018.8.18.0104
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIA FRANCISCA DE ARAUJO
ADVOGADO(s): DIOGO JOSENNIS DO NASCIMENTO VIEIRA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE MIGUEL LEAO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.603. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800098-26.2018.8.18.0104
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: GIRLENO DANTAS DE QUEIROGA
ADVOGADO(s): BRUNA VIEIRA CASTELO BRANCO QUEIROGA
POLO PASSIVO: RÉU: CLAUDIANA SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.604. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800041-08.2018.8.18.0104

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISMAR MARIA DE SOUSA CRUZ
ADVOGADO(s): SATYRUM DARLLAN DE SOUZA COELHO
POLO PASSIVO: RÉU: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.605. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800226-80.2017.8.18.0104
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOAO DE DEUS PEREIRA
ADVOGADO(s): GUILHERME MARTINS NORONHA MADEIRA CAMPOS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO PAN S.A.
ADVOGADO(s): GILVAN MELO SOUSA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.606. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR DE GIL

PROCESSO Nº: 0800225-95.2017.8.18.0104
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOAO DE DEUS PEREIRA
ADVOGADO(s): GUILHERME MARTINS NORONHA MADEIRA CAMPOS
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO PAN S.A.
ADVOGADO(s): GILVAN MELO SOUSA
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

15.607. EDITAL - 1ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0001700-89.2013.8.18.0030
Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor: MUNICIPIO DE COLONIA DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: LUCIA DE FATIMA BARROSO MOURA DE ABREU SÁ
Advogado(s): BRENNO ALVES CARVALHO CHAVES(OAB/PIAUÍ Nº 16214)
DESPACHO: Intimo para manifestar sobre o despacho de fls. 118, destes autos e também quanto a necessidade de produção de provas em audiência, no prazo de 15 (quinze) dias.

15.608. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000073-11.2017.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: NAYLA REIJANE ALVES SALDANHA FREITAS
Advogado(s): FIDELMAN FAO FLORENCIO FONTES(OAB/PIAUÍ Nº 10962)
Réu: ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se (advogado supracitado), para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se, sobre os embargos opostos à fl. 125/126 dos autos (art. 1.023, § 2º do CPC).

15.609. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000869-36.2016.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOAQUIM NETO SANTANA DE SOUSA
Advogado(s): FABRICIO DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 13309), DANIEL VIANA LIMA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 11884)
Réu: CHICO REINALDO, MUNICIPIO DE OEIRAS
Advogado(s): VALDEMIR LEITE ARAGAO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 14336)
DECISÃO: Intimem-se (advogados supracitados), para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem se têm provas a produzir em audiência, especificando-as, e/ou querendo ratificar as já existentes.

15.610. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000855-91.2012.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DAS NEVES DE MOURA LACERDA E SILVA
Advogado(s): EVILASIO RODRIGUES DE OLIVEIRA CORTEZ(OAB/PIAUÍ Nº 7048)
Réu: BANCO PANAMERICANO S A
Advogado(s): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A)
DESPACHO: Intime-se a requerente, por intermédio de seu advogado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se, sobre a petição acostada às fls. 96/97 dos autos.

15.611. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000363-31.2014.8.18.0030

Classe: Alvará Judicial
Requerente: JOANA RODRIGUES DE ALENCAR, FRANCISCO FERREIRA
Advogado(s): CAIO CESAR GONÇALVES DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 10960)
Réu:
Advogado(s):
DESPACHO: Face o teor da certidão acostada à fl. 41/v, determino que se intimem os requerentes, por intermédio de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço do pai biológico da menor MICAELLY CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES ou requerer o que enteder de Direito.

15.612. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000033-97.2015.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: EDILEUSA ANCELMO DE SOUSA
Advogado(s): KAIRO FERNANDO LIMA OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9217)
Réu: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO, O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se (advogado supracitado) para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se têm provas a produzir em audiência, especificando-as, conforme despacho de fls.43 dos autos da Ação em epígrafe.

15.613. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000700-15.2017.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: SOLANGE MARIA MENDES DIVINA SENE, MARIA DA CONCEIÇÃO NEIVA SANTOS BARBOSA, RÉGIA MARIA DE FREITAS SOUSA, AMELIA MARIA BARBOSA MONTEIRO CARDIAL, ESPOLIO JOSE SALDANHA MAIA, MARIA DE JESUS DA SILVA, ESPOLIO VERA LÚCIA GOMES ROCHA, MARGARETE SOARES DO NASCIMENTO SILVA, GERALDA PEREIRA DE SOUSA, ZILMA MARIA ROMÃO RIBEIRO, MARIA DALVA DE CARVALHO SANTOS, RITA DE JESUS DOS SANTOS MENDES GONÇALVES, ROSANA FERREIRA ROMÃO RODRIGUES DA SILVA, MARGARIDA MARIA DA SILVA, LUZIA ALVES SALDANHA MAIA, TERESINHA DE FREITAS SILVA, MARIA DO SOCORRO NAZARÉ ROCHA MUNIZ, MARIA DE LOURDES RODRIGUES DOS SANTOS, MARIA DO SOCORRO BARBOSA DE DEUS, HONORINA VIEIRA LIMA
Advogado(s): MARCO AURÉLIO NUNES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 10551)
Réu: .O ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
DESPACHO: Intimem-se os autores, através do advogado constituído nos autos, para, querendo oferecerem réplica, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351 do CPC).

15.614. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000207-38.2017.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIO LIMA DA SILVA
Advogado(s): BENOAR FRANCISCO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6602)
Réu: MARIA TERESA DE SOUSA, ELIZETE MARIA DA SILVA, JOSINA MARIA DOS SANTOS, FRANCISCA DA SILVA LIMA, JOSE VIEIRA DOS SANTOS, MARIA DALVA SOARES, EDIA REGINA MAURIZ VIEIRA, LUISA NUNES DE SOUSA, LEONORA MARTINS DA SILVA, SECILIA PRIMO DA SILVA, JOSE AVELINO BORGES NETO, JOSINA MARIA DOS SANTOS SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO CARLOS FEITOSA PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5042), KAIRO FERNANDO LIMA OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9217)
DESPACHO: Intimem-se as partes, por intermédio de seus representantes judiciais para, no prazo de 05 (cinco) dias sucessivos, apresentarem alegações finais em forma de memoriais escritos, iniciando pelo requerente.

15.615. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000903-74.2017.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: KLEBER RANGEL DA COSTA FIGUEIREDO
Advogado(s): GARCIAS GUEDES RODRIGUES JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 6355)
Réu: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se (advogado supracitado) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a cerca da Contestação acostada às fls. 30/42 dos autos da ação em epígrafe.

15.616. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0001265-76.2017.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: NILSON CRONEMBERGER
Advogado(s): VANIA COIMBRA SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 5054)
Réu: .O ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se o requerente, através de seu Advogado, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a cerca da Contestação (protocolo de petição eletrônico) acostada às fl. 57/60v dos autos, bem como os documentos que acompanham na exordial.

15.617. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000953-03.2017.8.18.0030

Classe: Procedimento Comum
Autor: ANA COROLINY MIRANDA SIQUEIRA
Advogado(s): NOAC ALMEIDA GONCALVES(OAB/PIAUÍ Nº 9755)
Réu: MUNICIPIO DE OEIRAS
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se (advogado supracitado) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a cerca da Contestação (protocolo de petição eletrônico) acostada às fls. 135 dos autos da ação em epígrafe.

15.618. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0001605-54.2016.8.18.0030
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Autor: JOSÉ AMÉRICO FERREIRA LIMA
Advogado(s): MARIA VITORIA DA SILVA SÁ(OAB/PIAUÍ Nº 9598), MARIA VITORIA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9598)
Requerido: RAIMUNDO DE SOUSA MOURA
Advogado(s): EVARISTO DE BARROS ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 1932)
DESPACHO: Intimem-se as partes, por intermédio de seus representantes legais para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem se têm provas a produzir em audiência, especificando -as, e/ou querendo ratificar as já existentes.

15.619. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000997-22.2017.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: NAIDE ALVES DA SILVA
Advogado(s): LAIS DA LUZ CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 12040)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s):
DECISÃO: Intime-se (advogada supracitada) para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as contrarrazões, conforme decisão de fls. 155 dos autos da ação em epígrafe.

15.620. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000959-78.2015.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO MOREIRA DA SILVA
Advogado(s): LAIS DA LUZ CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 12040)
Réu: MUNICIPIO DE OEIRAS-PI
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se (advogada supracitada) para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as contrarrazões, conforme despacho de fls. 180 dos autos da ação em epígrafe.

15.621. EDITAL - 2ª VARA DE OEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de OEIRAS)
Processo nº 0000385-55.2015.8.18.0030
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA NAZARE DA COSTA
Advogado(s):
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
DESPACHO: Intime-se (advogado supracitado) para, no prazo de 05 (cinco) dias, sanar a irregularidade (petição eletrônica fls. 59 dos autos), sob pena de não fazendo não ser homologado o acordo celebrado entre as partes, conforme despacho de fls. 60 dos autos da ação em epígrafe.

15.622. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001702-21.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO ARISTÁQUIO DOS SANTOS
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h20min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.623. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001699-66.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO ARISTÁQUIO DOS SANTOS

Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h20min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.624. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001694-44.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO ARISTÁQUIO DOS SANTOS
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2338)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h20min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.625. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001696-14.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO ARISTÁQUIO DOS SANTOS
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO PAN
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h20min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.626. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001692-74.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO ARISTÁQUIO DOS SANTOS
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO PAN
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h20min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.627. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000595-39.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s):
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de

audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.628. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000610-08.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s):
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.629. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000604-98.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.630. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000598-91.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.631. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000607-53.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da

movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.632. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000609-23.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.633. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000590-17.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.634. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000596-24.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.635. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000589-32.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.636. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000614-45.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.637. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000585-92.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS NEVES SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BMG S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 09h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.638. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000630-96.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: CATARINA RAIMUNDA GRANJA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BRADESCO - S.A
Advogado(s): JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7198-A)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h50min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.639. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000618-82.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: CATARINA RAIMUNDA GRANJA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO PAN S/A
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h50min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.640. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000616-15.2017.8.18.0062

Classe: Procedimento Comum
Autor: CATARINA RAIMUNDA GRANJA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 392-A)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h50min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.641. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000623-07.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: CATARINA RAIMUNDA GRANJA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO CETELEM S.A
Advogado(s):
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h50min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.642. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000615-30.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: CATARINA RAIMUNDA GRANJA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO PAN S/A
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h50min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.643. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000621-37.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: CATARINA RAIMUNDA GRANJA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
Advogado(s):
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h50min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.644. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001750-77.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIO JULIO DA SILVA
Advogado(s): JOSE BENEDITO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12511)
Réu: BANCO CETELEM S.A (BGN S.A)

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h50min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.645. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000903-75.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA DIONISIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PARAÍBA Nº 17314-A), ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO(OAB/CEARÁ Nº 8502)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.646. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000922-81.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA DIONISIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.647. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000923-66.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA DIONISIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.648. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000880-32.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA DIONISIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: BANCO BRADESCO
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PARAÍBA Nº 17314-A), ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO(OAB/PARAÍBA Nº 8502-A)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de

audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.649. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000870-85.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA DIONISIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.650. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000893-31.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA DIONISIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: BANCO BRADESCO
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/CEARÁ Nº 17314)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.651. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000902-90.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: JULIA DIONISIA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PARAÍBA Nº 17314-A)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.652. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000898-53.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO BRAZ DA SILVA
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: BANCO PANAMERICANO
Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da

movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.653. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0000901-08.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO BRAZ DA SILVA
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526), ROBSON LUIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 14945)
Réu: BANCO VOTORANTIM
Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAUÍ Nº 8203-A)
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h40min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.654. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001465-84.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA LUIZA FERREIRA DA SILVA
Advogado(s): THAYRO RAFFAEL PEREIRA ABREU(OAB/PIAUÍ Nº 11669)
Réu: BANCO ORIGINAL
Advogado(s):
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.655. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO
Processo nº 0001462-32.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA LUIZA FERREIRA DA SILVA
Advogado(s): THAYRO RAFFAEL PEREIRA ABREU(OAB/PIAUÍ Nº 11669)
Réu: BANCO BRADESCO
Advogado(s):
Ficam as partes acima nominadas intimadas por seus patronos do r. Despacho proferido nos autos cujo o teor é o seguinte: " b) a designação de audiência de instrução para o dia 24 de maio de 2018 às 08h00min, neste Fórum de Justiça, intimando-se as partes para comparecerem a audiência munidas, se ainda não trazidos aos autos, (a) do instrumento do contrato objeto da demanda; (b) do comprovante da disponibilização do crédito em favor da parte autora (comprovante da transferência bancária) e (c), na hipótese de cartão de crédito consignado, de extrato simplificado da movimentação financeira do cartão de crédito consignado fornecido à parte autora (parte requerida), e do extrato da movimentação bancária da conta na qual recebe, ou recebia, o benefício previdenciário referente aos três meses anteriores e aos três meses posteriores ao primeiro desconto no benefício relacionado ao contrato bancário/cartão de crédito objetado nos autos (parte autora)". A parte autora deverá se fazer presente independentemente de intimação, vez que, intimada neste ato por seu patrono. Padre Marcos-PI, 04 de maio de 2018

15.656. EDITAL - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PADRE MARCOS)
Processo nº 0000405-76.2017.8.18.0062
Classe: Execução de Alimentos
Exequente: MARIA ELIETE DA COSTA
Advogado(s): FREDERICO LEONARDO DAMASCENO ALENCAR, (OAB/PIAUÍ Nº 14848)
Executado(a): JOSÉ ANTONIO DE SOUSA FILHO
DESPACHO: Diante da certidão de fl. 49, intime-se a parte autora por seu patrono para, no prazo de 10 (dez) dias declinar o endereço correto do executado.

15.657. EDITAL - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PADRE MARCOS)
Processo nº 0001387-90.2017.8.18.0062
Classe: Procedimento Comum
Autor: CONSTRUTORA AVANCO LTDA
Advogado(s): FRANCINEIDE MOURA BEZERRA LUZ(OAB/PIAUÍ Nº 13949), FRANCK SINATRA MOURA BEZERRA(OAB/PIAUÍ Nº 4935)

Réu: MUNICIPIO DE FRANCISCO MACEDO
Advogado(s):
DESPACHO: Diante da documentação de fls. 69/91 percebe-se que o autor pode suportar com o pagamento das custas processuais, e assim sendo, tenho por indeferir o pedido de gratuidade formulado na exordial e, por conseguinte, determino que se intime a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias efetuar o pagamento das custas iniciais sob pena de, em não fazendo ser indeferida a petição inicial.

15.658. EDITAL - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PADRE MARCOS)
Processo nº 0000106-36.2016.8.18.0062
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autora: A JUSTIÇA PUBLICA
Advogado(s):
Réu: REGIONALDO GERALDINO DE SOUSA
Advogado(s): ALANNA EUGENIA SOUSA BELO, (OAB/PIAUÍ Nº 13727), MARCELO DE ARAUJO BORGES, (OAB/PIAUÍ Nº 6949)
DESPACHO: Ficam os advogados acima nominados intimados do despacho proferido às fls. 96 dos autos em epígrafe, cujo despacho em síntese é o seguinte:"Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22.05.2018, às 11h05mim neste Fórum de Justiça. Notifique-se o Ministério Público.

15.659. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000002-54.2003.8.18.0109
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: MARCINEI MATIAS DE CARVALHO
Advogado(s): EDSON LUIZ GUERRA DE MELO(OAB/PIAUÍ Nº 86-B)
Ante o exposto, restando comprovada a materialidade do delito e existindo indícios suficientes de autoria, PRONUNCIO MARCINEI MATIAS DE CARVALHO, dando-lhe como incurso nas sanções do artigo 121, §2º, inciso IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), a fim de que seja submetido a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri desta comarca, o que faço com fundamento no artigo 413 do Código de Processo Penal.
Em observância ao que dispõe o artigo 413, §3º do Código de Processo Penal, defiro ao pronunciado o direito de responder ao processo em liberdade, uma vez ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

15.660. DECISÃO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000205-59.2016.8.18.0109
Classe: Execução de Alimentos
Exequente: D. L. L. S., REPRESENTADO POR SUA GENITORA ERICA RODRIGUES LUSTOSA
Advogado(s): MARCIA BATISTA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 13454), GABRIELA OLIVEIRA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 13890)
Executado(a): MARCOS AURÉLIO SOUZA MAIA
Advogado(s):
Ante o exposto, e em harmonia com o parecer ministerial, DECRETO A PRISÃO CIVIL DE MARCOS AURÉLIO SOUZA MAIA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, pelo prazo de 3 (três) meses, a teor do que dispõe o art. 528, § 3º, do CPC.
A prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar separado dos presos comuns (art. 528, § 4 º, do CPC). Uma vez pago o valor do débito referente aos meses de junho a agosto de 2016 e os demais que se vencerem no curso do processo, nos termos do acordo celebrado entre as partes às fls.08, mediante comprovação nos autos, deverá o devedor ser posto imediatamente em liberdade, mediante alvará de soltura.

15.661. DECISÃO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000002-05.2013.8.18.0109
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ
Advogado(s):
Indiciado: ALAN DA ANUNCIAÇÃO GOMES
Advogado(s):
Pelo exposto, decreto a PRISÃO PREVENTIVA de ALAN DA ANUNCIAÇÃO GOMES, como sendo medida necessária para assegurar a aplicação da lei penal, o que faço com fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal.

15.662. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000023-73.2016.8.18.0109
Classe: Interdição
Interditante: PEDRO DOS SANTOS COIMBRA
Advogado(s): CLAUDIMIRO NUNES NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3979-B)
Interditando: DENISE MACIEL COIMBRA
Advogado(s):
Conforme certidão acostada às fls.23, a interditanda, apesar de intimada em audiência para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar a ação, quedou-se inerte. Assim, em observância ao que preleciona o artigo 752, §2º do Código de Processo Civil, bem como artigo 4º, inciso XVI da Lei Complementar 80/1994, nomeio curador especial a Defensoria Pública do Estado do Piauí.

15.663. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000184-59.2011.8.18.0109
Classe: Carta Precatória Cível
Deprecante: JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIARIA DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Deprecado: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARNAGUÁ - PIAUÍ, ONOFRE ANTUNES MAASCARENHAS
Advogado(s):
Intime-se a União Federal, mediante vista dos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em relação aos documentos de fls.20/21 e 23, devendo requerer todas diligências que entender necessárias à efetiva satisfação do crédito.

15.664. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000291-35.2013.8.18.0109
Classe: Carta Precatória Cível
Deprecante: 4ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Advogado(s):
Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARNAGUÁ/PI, EDSON LUIZ GUERRA DE MELO
Advogado(s):
Determino que o oficial de justiça realize nova avaliação do bem descrito às fls.09, tendo-se em vista que o laudo de avaliação, fls.11, foi confeccionado em 09 de agosto de 2008, podendo não mais espelhar a realidade de mercado.
Após juntado aos autos o laudo de avaliação, vista às partes para manifestarem no prazo de 5 (cinco) dias.

15.665. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000004-14.2009.8.18.0109
Classe: Carta Precatória Cível
Deprecante: JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA/PI
Advogado(s):
Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARNAGUÁ/PI
Advogado(s):
Intime-se a União Federal, mediante vista dos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em relação aos documentos de fls.88/90 e 92, devendo requerer todas diligências que entender necessárias à efetiva satisfação do crédito.

15.666. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000012-30.2005.8.18.0109
Classe: Carta Precatória Cível
Deprecante: JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA/PI, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE
Advogado(s):
Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARNAGUÁ/PI, EDSON LUIZ GUERRA DE MELO
Advogado(s):
Intime-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, por meio de vista dos autos, para manifestar-se sobre as certidões de fls.136/138, bem como requerer todas as providências que entender cabíveis para completa satisfação do crédito.

15.667. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000129-69.2015.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: NOCLECI NUNES DA SILVA
Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)
Réu: O MUNICIPIO DE PARNAGUÁ/PI
Advogado(s):
Assim, detemino a expedição de ALVARÁS JUDICIAIS em nome de NOCLECI NUNES DA SILVA, no valor de R$811,66 (oitocentos e onze Reais, sessenta e seis centavos) e ANDRÉ ROCHA DE SOUZA, inscrito na OAB/PI 6992, no valor de R$121,74 (cento e vinte e um Reais, setenta e quatro centavos), para que levantem as referidas importâncias depositadas em conta judicial nº 700102944617, agência 609, no Banco do Brasil.

15.668. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000107-11.2015.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOELMA RAMOS DE OLIVEIRA SENA
Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)
Réu: O MUNICIPIO DE PARNAGUÁ/PI
Advogado(s):
Assim, detemino a expedição de ALVARÁS JUDICIAIS em nome de JOELMA RAMOS DE OLIVEIRA SENA, no valor de R$274,75 (duzentos e setenta e quatro reais, setenta e cinco centavos) e ANDRÉ ROCHA DE SOUZA, inscrito na OAB/PI 6992, no valor de R$41,21 (quarenta e um Reais, vinte e um centavos), para que levantem as referidas importâncias depositadas em conta judicial nº 700102944617, agência 609, no Banco do Brasil.

15.669. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000311-55.2015.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR SOBRAL
Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)
Réu: O MUNICIPIO DE PARNAGUÁ/PI
Advogado(s):
Assim, detemino a expedição de ALVARÁS JUDICIAIS em nome de MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR SOBRAL, no valor de R$1.113,17 (um mil, cento e treze Reais, desessete centavos) e ANDRÉ ROCHA DE SOUZA, inscrito na OAB/PI 6992, no valor de R$166,97 (cento e sessenta e seis Reais, noventa e sete centavos), para que levantem as referidas importâncias depositadas em conta judicial nº 700102944617, agência 609, no Banco do Brasil.

15.670. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000135-76.2015.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: VALDIRENE LEONIDAS DA SILVA
Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)
Réu: O MUNICIPIO DE PARNAGUÁ/PI

Advogado(s):
Assim, detemino a expedição de ALVARÁS JUDICIAIS em nome de VALDIRENE LEONIDAS DA SILVA, no valor de R$301,64 (trezentos e um Reais, sessenta e quatro centavos) e ANDRÉ ROCHA DE SOUZA, inscrito na OAB/PI 6992, no valor de R$45,24 (quarenta e cinco Reais, vinte e quatro centavos), para que levantem as referidas importâncias depositadas em conta judicial nº 700102944617, agência 609, no Banco do Brasil.

15.671. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000102-86.2015.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PASSOS
Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)
Réu: O MUNICIPIO DE PARNAGUÁ/PI
Advogado(s):
Assim, detemino a expedição de ALVARÁS JUDICIAIS em nome de JOÃO ALBERTO RIBEIRO PASSOS, no valor de R$830,80 (oitocentos e trinta reais, oitenta centavos) e ANDRÉ ROCHA DE SOUZA, inscrito na OAB/PI 6992, no valor de R$124,62 (cento e vinte e quatro Reais, sessenta e dois centavos), para que levantem as referidas importâncias depositadas em conta judicial nº 700102944617, agência 609, no Banco do Brasil.

15.672. EDITAL - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PARNAGUÁ)
Processo nº 0000063-55.2016.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: LUCIANO FERREIRA MACIEL
Advogado(s): HENRIQUE MARCEL MASCARENHAS PARANAGUA(OAB/PIAUÍ Nº 9854)
Réu: .BANCO VOTORANTIM S/A
Advogado(s): LENON CORTEZ PIRES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11418)
SENTENÇA:
Aos 11 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito(2018), às 13h30min,perante a Dra. RITA DE CÁSSIA DA SILVA, MM. Juíza de Direito Substituta da Comarca de Parnaguá Piauí; foi aberta a presente AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO referente ao processo em epígrafe. Feito o pregão, não compareceu a parte autora, nem mesmo seu advogado constituído, apesar de regularmente intimado para o ato.Compareceu a parte ré, presentada por seu prepostos, Sr. Roberto Marques da Silva, RGnº2008379843-3, acompanhado pela sua advogada, Dra. Tamira Moreira Guerra, OAB/PI
10.22. INICIADA A AUDIÊNCIA, restou prejudicada a tentativa de conciliação, em razão da ausência injustificada da parte autora. Dada a palavra à advogada da parte ré, esta assim manifestou-se: MM. Juíza, Diante da ausência injustificada do autor, requer a extinção processo, de acordo com o que determina o artigo 51, inciso I da Lei 9099/95. Requer,ainda, que as intimações futuras sejam feitas em nome da Dra. Manuela Sarmento, OAB/PI.9499. Pede deferimento. Decidiu a MM. Juíza, em audiência: Defiro os pedidos requeridos pela parte ré. Compulsando os autos, verifica-se que a ação tramita sob o rito da Lei. 9099/95, conforme pedido do autor na inicial. Ademais, documento de fls.69 atesta que o autor foi regularmente intimado para o ato, por meio de seu advogado constituído nos autos. Ante o exposto, extingo o processo sem julgamento do mérito, o que faço com fundamentO. no artigo 51, inciso I da Lei.9099/95. Deixo de condenar em custas e honorários E advogado, nos termos do artigo 55 da Lei 9099/95. Após o trânsito em julgado, arquive-se.Com baixa na distribuição. Expedientes necessário
Eu_____Oficial de Gabinete de Magistrado digitei e colhidas as assinaturas.Nada mais havendo, ordenou o MM. Juiz fosse lavrado o presente Termo, por abaixo:PARNAGUÁ, 12 de abril de 2018, vARA UNICA, AOS 04 DE MAIO DE 2018.Aldeniza Guimaraes Pereira Rodrigues Dias- o digitei ass dra. RITA DE CÁSSIA DA SILVA

15.673. EDITAL - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

PODER JUDICIáRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA Vara Única DA COMARCA DE PARNAGUÁ
Rua Danton Mascarenhas, s/n, PARNAGUÁ-PI
PROCESSO Nº 0000104-22.2016.8.18.0109
CLASSE: Dissolução e Liquidação de Sociedade
Requerente: JOANA PINHEIRO MARIANO
Requerido: FELICIANO RODRIGUES DE SOUSA
Oficial de Justiça:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
A MM RITA DE CÁSSIA DA SILVA, Juiza de Direito da Comarca de PARNAGUÁ, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
INTIMA, pelo presente edital, a requerente JOANA PINHEIRO MARIANO, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de conciliação/mediação do Proc. nº 0000104-22.2016.8.18.0109, designada para o dia 06 de 06 de 2018, às 08h30min, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de PARNAGUÁ, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, DOURIMAR ALEXANDRE DE CARVALHO ROMÃO, Analista Judicial, o digitei, e o conferi e subscrevi.
RITA DE CÁSSIA DA SILVA
Juiz de Direito da Comarca de PARNAGUÁ

15.674. EDITAL - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

PODER JUDICIáRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA Vara Única DA COMARCA DE PARNAGUÁ
Rua Danton Mascarenhas, s/n, PARNAGUÁ-PI
PROCESSO Nº 0000254-03.2016.8.18.0109
CLASSE: Procedimento Comum
Autor: JULIANO TOLEDO FERNANDES
Réu: BANCO ITAU UNIBANCO S. A.
Oficial de Justiça:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
A MM RITA DE CÁSSIA DA SILVA, Juiza de Direito da Comarca de PARNAGUÁ, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
INTIMA, pelo presente edital, o requerido BANCO ITAU UNIBANCO S. A., a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração

e julgamento do Proc. nº 0000254-03.2016.8.18.0109, designada para o dia 06 de 06 de 2018, às 09h, no fórum local. Intimação feita através de advogados: ANASTÁCIO MARINHO-OAB/CE 8.502 - OAB/PI 9.018 e WELSON SALES OAB/CE 17.314 - OAB/PI 9.016. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de PARNAGUÁ, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, DOURIMAR ALEXANDRE DE CARVALHO ROMÃO, Analista Judicial, o digitei, e o conferi e subscrevi.
RITA DE CÁSSIA DA SILVA
Juiz de Direito da Comarca de PARNAGUÁ

15.675. EDITAL - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

PODER JUDICIáRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA Vara Única DA COMARCA DE PARNAGUÁ
Rua Danton Mascarenhas, s/n, PARNAGUÁ-PI
PROCESSO Nº 0000254-03.2016.8.18.0109
CLASSE: Procedimento Comum
Autor: JULIANO TOLEDO FERNANDES
Réu: BANCO ITAU UNIBANCO S. A.
Oficial de Justiça:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
A MM RITA DE CÁSSIA DA SILVA, Juiz de Direito da Comarca de PARNAGUÁ, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
INTIMA, pelo presente edital, o requerente JULIANO TOLEDO FERNANDES, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instrução e julgamento do Proc. nº 0000254-03.2016.8.18.0109, designada para o dia 06 de 06 de 2018, às 09h, no fórum local. Intimação feita através de advogado JULIANO TOLEDO FERNANDES-OAB/BA 20872, advogado em causa propria. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de PARNAGUÁ, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, DOURIMAR ALEXANDRE DE CARVALHO ROMÃO, Analista Judicial, o digitei, e o conferi e subscrevi.
RITA DE CÁSSIA DA SILVA
Juiz de Direito da Comarca de PARNAGUÁ

15.676. EDITAL - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

PODER JUDICIáRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA Vara Única DA COMARCA DE PARNAGUÁ
Rua Danton Mascarenhas, s/n, PARNAGUÁ-PI
PROCESSO Nº 0000409-74.2014.8.18.0109
CLASSE: Procedimento Comum
Autor: MARLENE FRANCISCA DO NASCIMENTO
Réu: JOSÉ BEZERRA CAMPELO
Oficial de Justiça:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
A MM RITA DE CÁSSIA DA SILVA, Juiz de Direito da Comarca de PARNAGUÁ, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
INTIMA, pelo presente edital, a requerente MARLENE FRANCISCA DO NASCIMENTO, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instrução e julgamento do Proc. nº 0000409-74.2014.8.18.0109, designada para o dia 06 de 06 de 2018, às 14h30min, no fórum local. Intimação feita através de advogado: ELIOMAR CASTRO FERNANDES-OAB/PI-2317/92. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de PARNAGUÁ, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, DOURIMAR ALEXANDRE DE CARVALHO ROMÃO, Analista Judicial, o digitei, o conferi e subscrevi.
RITA DE CÁSSIA DA SILVA
Juiz de Direito da Comarca de PARNAGUÁ

15.677. EDITAL - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PARNAGUÁ)
Processo nº 0000135-76.2015.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: VALDIRENE LEONIDAS DA SILVA
Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)
Réu: O MUNICIPIO DE PARNAGUÁ/PI
Advogado(s):
SENTENÇA:
Vistos. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA intentada por VALDIRENE LEONIDAS DA SILVA contra o Município de Parnaguá, todos devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, pleiteando o pagamento de adicional de férias referente ao período de 2012, no importe de R$ 301,64 (Trezentos e um reais, sessenta e quatro centavos). Conforme sentença, fls.47/48, o pedido foi julgado procedente. Inconformado com a decisão, o Município de Parnaguá interpôs recurso de Apelação às fls.51/55. O referido recurso foi conhecido e provido, em parte, para afastar a condenação das custas e honorários advocatícios arbitrados na sentença, mantendo-se, no mais, o decisium recorrido. Realizada audiência pública para celebração de acordo entre as partes, a fim de que os autores tivessem seus créditos satisfeitos, sem comprometer o bom funcionamento do Município, esta foi exitosa. O Município de Parnaguá, fls.82/83, juntou aos autos comprovante de depósito judicial referente ao pagamento do crédito da autora, bem como honorários advocatícios. Assim, detemino a expedição de ALVARÁS JUDICIAIS em nome de VALDIRENE LEONIDAS DA SILVA, no valor de R$301,64 (trezentos e um Reais, sessenta e quatro centavos) e ANDRÉ ROCHA DE SOUZA, inscrito na OAB/PI 6992, no valor de R$45,24 (quarenta e cinco Reais, vinte e quatro centavos), para que levantem as referidas importâncias depositadas em conta judicial nº 700102944617, agência 609, no Banco do Brasil. Expeça-se os competentes alvarás judiciais, com as cautelas necessárias. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.PARNAGUÁ, 4 de maio de 2018.RITA DE CÁSSIA DA SILVA
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de PARNAGUÁ

15.678. EDITAL - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PARNAGUÁ)

Processo nº 0000102-86.2015.8.18.0109
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PASSOS
Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)
Réu: O MUNICIPIO DE PARNAGUÁ/PI
Advogado(s):
SENTENÇA: Assim, detemino a expedição de ALVARÁS JUDICIAIS em nome de JOÃOALBERTO RIBEIRO PASSOS, no valor de R$830,80 (oitocentos e trinta reais, oitentacentavos) e ANDRÉ ROCHA DE SOUZA, inscrito na OAB/PI 6992, no valor de R$124,62
(cento e vinte e quatro Reais, sessenta e dois centavos), para que levantem as referidas, importâncias depositadas em conta judicial nº 700102944617, agência 609, no Banco do Brasil.Expeça-se os competentes alvarás judiciais, com as cautelas necessárias.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na Disstribuição.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.PARNAGUÁ, 4 de maio de 2018

15.679. ATO ORDINATÓRIO - 1ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0000519-36.2002.8.18.0031
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAUÍ Nº 7847-A), PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)
Executado(a): ANTONIO DE PADUA DE MORAES
Advogado(s):
Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.
CUSTAS DEVIDAS:
Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21.
Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14.
TOTAL: Valor: R$ 114,35.

15.680. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0002258-24.2014.8.18.0031
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: B.V. FINANCEIRA S.A C.F.I.
Advogado(s):MOISES BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 4217), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7031)
Requerido: MARCOS ANTONIO DE CASTRO SOUZA
Advogado(s):
DESPACHO: Fl. 58: intime-se o procurador habilitado para, no prazo de 05(cinco) DIAS, requerer o que entender de direito.

15.681. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Cível de PARNAÍBA)
Processo nº 0001333-23.2017.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELIZAMAR BACELAR DE OLIVEIRA
Advogado(s): ANA KAROLINE CARVALHO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 8904)
Réu: BANCO PAN S.A, LOTERIA BOA SORTE
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
DESPACHO: fl. 96. "vista à parte autora e ao primeiro promovido, para se manifestar sobre o documento juntado às fl. 97/100, e que também se manifestará sobre os documentos da réplica, pelo prazo comum de 15 (quinze) dias.

15.682. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Criminal de PARNAÍBA)
Processo nº 0003436-03.2017.8.18.0031
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES DE PARNAIBA - PI
Advogado(s):
Réu: WAGNER ALEXANDRE DE JESUS OLIVEIRA
Advogado(s):
SENTENÇA: ... Diante de todo o exposto, impõe-se a CONDENAÇÃO do acusado WAGNER ALEXANDRE DE JESUS OLIVEIRA pela prática dos crimes descritos nos artigos 129, § 9º (LESÃO CORPORAL), 213, caput (ESTUPRO), c\c art. 226, II, todos do Código Penal c\c art. 5º e ss da Lei nº 11.340\2006 (LEI MARIA DA PENHA). Por força do disposto no artigo 69 do Código Penal, somo as penas impostas ao acusado, encontrando o total de 18 (dezoito) anos, 05 (cinco) meses e 12 (doze) dias de reclusão.

15.683. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0000451-52.2003.8.18.0031
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Réu: MARIA DEOLINDA MARINHO
Advogado(s): ANA SILVIA DA COSTA BRITTO(OAB/PIAUÍ Nº 1924/00)
CELSO BARROS COELHO - OAB\PI nº 298\55
(....) EX POSITIS, nos termos do art. 107 c/c 109, inc. III, do Código Penal Brasileiro, decreto a extinção da pretensão punitiva por parte do Estado em relação a acusada MARIA DEOLINDA MARINHO.

15.684. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0002211-45.2017.8.18.0031
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Réu: ANTONIO TOMAZ PAULINO SILVA
Advogado(s): BRUNA DA SILVA BRIGONI(OAB/PIAUÍ Nº 10701)
(....)EX POSITIS, julgo PROCEDENTE a denúncia para condenar o acusado ANTONIO TOMAZ PAULINO SILVA nas penas do artigo 155, §§ 1º e 4º II e IV, do Código Penal.

15.685. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0003031-64.2017.8.18.0031
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciado: MARCIA APARECIDA ZAMBONI, OMAR AYOUB
Advogado(s): PAULO CESAR DA SILVA FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9258)
(....) EX POSITIS, julgo improcedente a denúncia, para ABSOLVER os acusados MARCIA APARECIDA ZAMBONI e OMAR AYOUB quanto aos fatos narrados na denúncia, com fulcro no art. 5º, LVII da CF, c/c 386, II, do CPP..

15.686. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0001478-79.2017.8.18.0031
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES DE PARNAIBA - PI
Réu: CRISTIANO DA SILVA SANTOS
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. MARIA DO P. SOCORRO IVANI DE VASCONCELOS, Juiz de Direito desta cidade e comarca de PARNAÍBA, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **CRISTIANO DA SILVA SANTOS,** residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PARNAÍBA, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.
MARIA DO P. SOCORRO IVANI DE VASCONCELOS
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de PARNAÍBA

15.687. DESPACHO - 1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800007-58.2018.8.18.0031
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AYMORE CREDITO
ADVOGADO(s): TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA
POLO PASSIVO: RÉU: DOMINGOS VIANA FERREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.688. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0000156-20.2000.8.18.0031
Classe: Consignação em Pagamento
Consignante: COMERCIO E INDUSTRIA DE MINERAIS LTDA
Advogado(s):
Consignado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 5525), ANTONIO DO NASCIMENTO COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 13901), BERNARDO ALCIONE RODRIGUES CORREIA(OAB/PIAUÍ Nº 3556)
DESPACHO:
Intime-se o consignado, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre petição de fls. 168/172.

15.689. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0001170-14.2015.8.18.0031
Classe: Cautelar Inominada
Requerente: BANCO BRADESCO S. A.
Advogado(s): JOAO PAULO ARRUDA BARRETO CAVALCANTE(OAB/CEARÁ Nº 22880)
Requerido: MARIA DE FÁTIMA SANTOS SOUSA
Advogado(s):
DESPACHO:
Intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar sobre a certidão de fls. 39-verso no prazo de 10 (dez) dias, bem como requerer o que entender de direito. No silêncio deste, intime-se a parte pessoalmente para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termosdo artigo 485, §1º, do CPC/2015. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

15.690. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0004244-42.2016.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: DANILO DE ANDRADE REGO
Advogado(s): MARIA FERNANDA DE ALMEIDA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 13662), ERNESTINO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 3959)
Réu: FRANCISCO JOSE SILVA PEREIRA, BANCO PAN S.A
Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)
Recolha a parte interessada as custas relativas à expedição da Carta Precatória, no prazo de 05 (cinco) dias.

15.691. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0002562-04.2006.8.18.0031
Classe: Despejo
Autor: INVESTIMOVEIS IMOBILIARIA E CONSTRUCOES LTDA
Advogado(s): IGOR DE MELO CUNHA(OAB/PIAUÍ Nº 9093), FRANCISCO FABIO OLIVEIRA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 4896)
Réu: FABIO DANIEL TEIXEIRA PINHEIRO, ANA TELMA BRITO DE MENEZES
Advogado(s): CLAUDIO MANOEL DO MONTE FEITOSA(OAB/MARANHÃO Nº 7067-A)
Recolha a parte interessada as custas relativas à expedição da Carta Precatória, no prazo de 05 (cinco) dias.

15.692. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0001210-64.2013.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: CONMAR - CONSTRUCOES E MARICULTURA LTDA
Advogado(s): CLEANTO JALES DE CARVALHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 7075), SABRINA DE SOUSA ARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 5939)
Réu: CPH AQUACULTURA LTDA, CLAUDIO HENRIQUE COELHO DE CARVALHO, FRANCISCO HIRAN FARIAS COSTA, INGRED MILENA ALVARENGA WERCKLOSE, ROSANA CARNEIRO EUSTÁQUIO
Advogado(s): ERNESTINO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 3959), JARBAS MACHADO(OAB/PIAUÍ Nº 4987-B)
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Recolha a parte interessada as custas relativas à expedição de mandado/oficial de justiça da Carta Precatória no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará , no prazo de 05 (cinco) dias.
PARNAÍBA, 7 de maio de 2018
NATÁLIA MARIA ROCHA GOMES
Analista Judicial - Mat. 3855

15.693. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0002014-47.2004.8.18.0031
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: BANCO BRADESCO S.A, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Advogado(s): FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES(OAB/PIAUÍ Nº 13651), MARIA LUCILIA GOMES(OAB/SÃO PAULO Nº 84206), FERNANDA DO NASCIMENTO MONTEIRO(OAB/CEARÁ Nº 30467)
Réu:
Advogado(s):
DESPACHO: Fica intimada a parte autora, por seu advogado do despacho que segue transcrito: Determino a intimação da parte autora, por meio de seu advogado, para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

15.694. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0000123-93.2001.8.18.0031
Classe: Cumprimento de sentença
Exequente: ANNA DE LIMA COSTA BACELLAR, MARIA DE JESUS COSTA BACELLAR
Advogado(s): RENATO ARARIBOIA DE BRITTO BACELLAR(OAB/PIAUÍ Nº 775), FRANCISCO VERAS FONTENELE(OAB/PIAUÍ Nº 7584)
Executado(a): JOAO PAULO JOSE DO NASCIMENTO
Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE OLIVEIRA (OAB/RIO DE JANEIRO Nº 72589)
DESPACHO: Fica intimada a parte autora, por seu a dvogado, para se manifestar sobre os cálculos apresentados e requerer diligências no prazo de 10 dias.

15.695. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0001720-48.2011.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: BANCO RURAL S/A
Advogado(s): LOURENÇO GOMES GADÊLHA DE MOURA(OAB/PERNAMBUCO Nº 21233), LEONARDO NASCIMENTO GONCALVES DRUMOND(OAB/PERNAMBUCO Nº 768-A)
Réu: Q-ODOR INDUSTRIAS QUIMICAS DO NORDESTE LTDA, ABDON TEIXEIRA, MAURICIO FREITAS TEIXEIRA
Advogado(s):
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para que se manifeste sobre certidão de fls. 125.

15.696. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0004257-46.2013.8.18.0031
Classe: Embargos à Execução
Autor: BRUNA ROGÉRIA DOS SANTOS ARAUJO INDUSTRIA DE MASSAS, MARCONDES ALBUQUERQUE DE ARAUJO
Advogado(s): LUIZ ANTONIO FURTADO DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 3250)
Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s):
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI)
Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.
CUSTAS DEVIDAS:
Preparo dos autos Processo com até 50 folhas - Valor: R$ 62,05.
Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14.
TOTAL: Valor: R$ 88,19.
PARNAÍBA, 7 de maio de 2018
NATÁLIA MARIA ROCHA GOMES

Analista Judicial - Mat. nº 3855

15.697. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0003428-75.2007.8.18.0031
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(s): MOISÉS BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 4217)
Requerido: JORGE RICARDO DA SILVA ARAUJO
Advogado(s): ROSÉLIA MARIA SOARES SANTOS DREHER(OAB/PIAUÍ Nº 205)
DESPACHO: Fica intimada a parte autora e requerida por seus advogados do despacho que segue Intime-se a advogada da parte requerida/exequente, indicada às fls. 59, para manifestar-se sobre o petitório de fls. 72 e documentos anexos, no prazo de 10 dias. Após, conclusos.

15.698. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0000244-38.2012.8.18.0031
Classe: Usucapião
Usucapiente: MAGVALDO DE SÁ CARDOSO, ZENAIDE TEIXEIRA OLIVEIRA CARDOSO
Advogado(s): FRANCISCO KENNEDY VANDERLEI OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4794/06)
Usucapido: GILBERTO MENDES FARIAS
Advogado(s):
DESPACHO: Abra-se vista dos autos por 5 (cinco) dias à parte, conforme requerido às fls. 83.

15.699. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0000578-67.2015.8.18.0031
Classe: Usucapião
Usucapiente: NATALIA VERAS NASCIMENTO
Advogado(s): DANIEL NOGUEIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 6636)
Usucapido: OSCAR COSTA VAZ
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a parte autora, por seu advogado,para no prazo de 10 (dez) dias se manifestar sobre parecer ministerial de fls 46/47.

15.700. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0000600-28.2015.8.18.0031
Classe: Usucapião
Usucapiente: MARIA DOS SANTOS PINTO MENEZES
Advogado(s): ANTONIO DEFRISIO RAMOS FARIAS(OAB/PIAUÍ Nº 9246)
Usucapido: SHIRLEY BARROSO DE SOUSA
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a parte autora, por seu advogado,para no prazo de 10 (dez) dias se manifestar sobre parecer ministerial de fls 50/51.

15.701. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0003358-77.2015.8.18.0031
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), NELSON PASCHOALOTTO(OAB/SÃO PAULO Nº 108911)
Requerido: ANTONIO BASILIO DA SILVA
Advogado(s):
DESPACHO:
Fica intimada a parte autora por seus advogados do despacho que segue transcrito: Compulsando os autos, verifico que em petitório de fls. 56, a parte autora trouxe endereço atualizado do requerido, motivo pelo qual, entendo necessário o cumprimento de novo mandado de citação e intimação. Contudo, hei de condicionar o cumprimento do presente ato ao pagamento da complementação das custas necessárias, especificamente, neste caso, a que se destina ao serviço de código 18 (Oficiais de Justiça por diligência). Após paga a complementação, expeça-se novo mandado de penhora e avaliação com ordem de arrombamento e força policial, alertando ao executado que a desobediência consiste em ato atentatório a dignidade da justiça.

15.702. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0002674-65.2009.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO JANE DA SILVA SANTOS, SOLUCAO FACTORING E FOMENTO MERCANTIL LTDA
Advogado(s): JOSE NORBERTO LOPES CAMPELO(OAB/PIAUÍ Nº 2953), CLOVIS PORTELA VELOSO (OAB/PIAUÍ Nº 1458)
Réu:
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a parte autora, por seu advogado,para no prazo de 10 (dez) dias se manifestar sobre certidão de fls. 91-verso.

15.703. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0003043-83.2014.8.18.0031

Classe: Busca e Apreensão
Requerente: BANCO BV FINANCEIRA S.A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7031)
Requerido: MARCIO SILVA DOS SANTOS
Advogado(s):
DESPACHO: Fica intimado a parte autora, por seu advogado do despacho que seuge: Intime-se a parte para fins de recolhimento de custas processuais, a taxa referente à descrição do serviço Oficiais de Justiça por diligência, Código 18. Assim, em conformidade com o art. 321 do NCPC, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, juntando guia de recolhimento que atenda as necessidades acima apontadas, sob pena de indeferimento do pedido de fls. 57.

15.704. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0002158-69.2014.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: PAULO JOSE LOPES DE SOUSA
Advogado(s): ARTHUR FERREIRA DE SIQUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8910), ISAAC EMANUEL FERREIRA DE CASTRO(OAB/PIAUÍ Nº 7593)
Réu: TAURELIO DE MORAES REGO
Advogado(s): FAMINIANO ARAÚJO MACHADO(OAB/PIAUÍ Nº 3516), JOSE CICERO FERREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 6858)
DESPACHO: Desta feita, visto o transcurso de prazo, hei de determinar a intimação da parte subscritora do petitório de fls. 151/154 para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar a este juízo se já houve adoção de alguma providência neste sentido, informando número do processo e evenuais decisões já prolatadas.

15.705. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0001179-78.2012.8.18.0031- IMPUGNAÇÃO
Classe: Procedimento Comum
Autor: ZACARIAS GOMES PORTELA, REGINA DE ARAUJO PORTELA
Advogado(s): VILMAR OLIVEIRA FONTENELE(OAB/PIAUÍ Nº 5312)
Réu: MAURICIO XAVIER DE SOUSA TELES, ANTONIO ISIDORIO DE OLIVEIRA, MARIZA DA COSTA ARAUJO DE OLIVEIRA
Advogado(s): JANES CAVALCANTE DE CASTRO(OAB/PIAUÍ Nº 7390), FRANCISCO FABIO OLIVEIRA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 4896), CARLOS HENRIQUE QUIXABA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10696), TIAGO CERQUEIRA COUTO(OAB/PIAUÍ Nº 7600)
SENTENÇA: " JULGO IMPROCEDENTE o incidente de impugnação ao pedido de assistência judiciária gratuita."

15.706. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0004778-88.2013.8.18.0031
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): JOÃO CARVALHO QUIXABA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 9501), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR(OAB/SÃO PAULO Nº 107414)
Requerido: ANTONIO DE PAULO BRITO DA SILVA
Advogado(s):
DESPACHO: Determino a suspensão do feito do feito pelo prazo e conforme requerido pela parte autora, às fls. 75. Após o transcurso do referido prazo, certifique-se e voltem-me conclusos. Intime-se.

15.707. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0001295-50.2013.8.18.0031
Classe: Usucapião
Usucapiente: ADRIANO DE MORAES SANTOS
Advogado(s): JOAO BATISTA SILVA DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 5484), IRISMAR SILVA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 9429)
Réu:
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a certidão de fls. 132 no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Após, conclusos.

15.708. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0005630-10.2016.8.18.0031
Classe: Usucapião
Usucapiente: JOELIA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Advogado(s): OSMAR MENDES DO AMARAL(OAB/PIAUÍ Nº 11361)
Usucapido: SOCIEDADE DE ASSISTENCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPRA DE PARNAÍBA
Advogado(s):
DECISÃO: Ante o exposto, indefiro o pedido de gratuidade de justiça devendo o requerente pagar todas as custas devidas No processo, no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Transcorrido o prazo, determino que a Secretaria certifique acerca do recolhimento ou não das custas iniciais.

15.709. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0002693-32.2013.8.18.0031
Classe: Usucapião
Usucapiente: FRANCISCA EDILEUSA ARAÚJO DE BRITO
Advogado(s): MARIANNA DE MORAES RUBIM PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 7022)
Réu:
Advogado(s):

DESPACHO: Por tal razão, determino a intimação da parte autora, por seu advogado, para que, em um prazo de 5 (cinco) dias, proceda a informação do CNPJ da empresa ROBERTO BRODER CONSTRUÇÕES LTDA. Após cumprida a determinação interposta, proceda-se o integral cumprimento do despacho de fls. 40, bem como, a citação do requerido a ser cumprida no endereço posto em fls. 39.

15.710. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0001966-05.2015.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOÃO MENDES DOS SANTOS
Advogado(s): SAMMAI MELO CAVALCANTE(OAB/PIAUÍ Nº 4758)
Réu: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S. A.
Advogado(s):
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI)
Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.
CUSTAS DEVIDAS:
Preparo dos autos Processo com até 50 folhas - Valor: R$ 62,05.
Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14.
TOTAL: Valor: R$ 88,19.
PARNAÍBA, 7 de maio de 2018
NATÁLIA MARIA ROCHA GOMES
Analista Judicial - Mat. nº 3855

15.711. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0003112-47.2016.8.18.0031
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/PIAUÍ Nº 8204-A)
Executado(a): HELIO IANELLO AUTO PEÇAS ME, HELIO IANELLO, NINA MARIANO IANELLO, ALEXANDRO MARIANO IANELLO, ROSANGELA BATISTA DA SILVA IANELLO
Advogado(s):
DESPACHO:
Intime-se o autor por seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar sobre as documentos de fls. 95/100, requerendo o que entender de direito, No silêncio do advogado, intime-se o autor por seu representante legal via carta de aviso de recebimento (AR), para no prazo de 05 (cinco) dias cumprir a determinação acima, sob pena de extinção, nos termos do art.485 III, § 1º do CPC.

15.712. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0002496-77.2013.8.18.0031
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 5525), ANTONIO DO NASCIMENTO COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 13901), ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/MARANHÃO Nº 9506-A)
Executado(a): M M PAIVA DOS SANTOS, JOSE AMAURI DE ARAUJO PAIVA, CONCEIÇÃO DE MARIA ALBUQUERQUE PAIVA
Advogado(s):
DESPACHO:
Intime-se o autor por seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar sobre as documentos de fls. 95/100, requerendo o que entender de direito, No silêncio do advogado, intime-se o autor por seu representante legal via carta de aviso de recebimento (AR), para no prazo de 05 (cinco) dias cumprir a determinação acima, sob pena de extinção, nos termos do art.485 III, § 1º do CPC.

15.713. DESPACHO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0004027-33.2015.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: SILMA REGINA SILVA GOMES
Advogado(s): HÍGIMA LOPES DO NASCIMENTO AGUIAR(OAB/PIAUÍ Nº 4477)
Réu: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARNAÍBA-PI, MANOEL DE ABREU FILHO
Advogado(s): RENATO ARARIBOIA DE BRITO BARCELAR(OAB/PIAUÍ Nº 77573)
DESPACHO
Considerando as audiências designadas para a presente data, referentes aos processos da 1ª Vara Cível, da qual encontro-me em substituição, a exemplo dos processos nº 0002021-24.2013.8.18.00031, 0001899-69.2017.8.18.00031 0000530-41.1997.8.18.0031, este último inclusive com audiência marcada para o horário das 09:30 hs, hei de redesignar a audiência de instrução e julgamento do presente feito, ante a impossibilidade de realizá-la, para o dia 27/06/2018, às 09:00 hs, na sala de audiências da 2ª vara Cível.
Intimações e demais expedientes necessários.
PARNAÍBA, 7 de maio de 2018
GEORGES COBINIANO SOUSA DE MELO
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de PARNAÍBA, em substituição.

15.714. DESPACHO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0002207-08.2017.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: FELIPE CALAZANS DE CARVALHO SILVA
Advogado(s): FRANCISCO FABIO OLIVEIRA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 4896)
Réu: JUSCELINO MARQUES DE OLIVEIRA
Advogado(s): DORGIEL DE SOUSA MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 14092)
DESPACHO

Considerando as audiências designadas para a presente data, referentes aos processos da 1ª Vara Cível, da qual encontro-me em substituição, a exemplo dos processos nº 0801203-97.2017.8.18.00031, 0800546-24.2018.8.18.0031, 1997-59.2014.8.18.00031, este último inclusive com audiência marcada para o horário das 09:00 hs, hei de redesignar a audiência de instrução e julgamento do presente feito, ante a impossibilidade de realizá-la, para o dia 26/06/2018, às 09:00 hs, na sala de audiências da 2ª vara Cível.
Intimações e demais expedientes necessários.
PARNAÍBA, 7 de maio de 2018
GEORGES COBINIANO SOUSA DE MELO
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de PARNAÍBA, em susbstituição

15.715. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PARNAÍBA

Processo nº 0003758-62.2013.8.18.0031
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): MARIA LUCILIA GOMES(OAB/SÃO PAULO Nº 84206), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8449-A)
Requerido: JUCINEIDE SANTOS SILVA
Advogado(s):
ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI)
Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.
CUSTAS DEVIDAS:
Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R$ 88,21.
Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R$ 26.14.
TOTAL: Valor: R$ 114,35.
PARNAÍBA, 7 de maio de 2018
NATÁLIA MARIA ROCHA GOMES
Analista Judicial - Mat. nº 3855

15.716. EDITAL - 2ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNAÍBA)
Processo nº 0000666-08.2015.8.18.0031
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA VALMIR RIOS
Advogado(s): ROBSON CARLOS PORTO DE GOIS(OAB/PIAUÍ Nº 9265)
Réu: CIPRIANO CANUTO DE AGUIAR NETO
Advogado(s): ROSÉLIA MARIA SOARES SANTOS DREHER(OAB/PIAUÍ Nº 205), ROSANE MARIA SOARES SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 6211)
DESPACHO:
Considerando as audiências designadas para a presente data, referentes aos processos da 1ª Vara Cível, da qual encontro-me em substituição, a exemplo as dos processos nº 1997-59.2014.8.18.00031, 0800546-24.2018.8.18.0031, 00800547-09.2018.8.18.0031, este último inclusive com audiência marcada para o horário das 10:00 hs, hei de redesignar a audiência de instrução e julgamento do presente feito, ante a impossibilidade de realizá-la, para o dia 26/06/2018, às 10:00 hs, na sala de audiências da 2ª vara Cível. Intimações e demais expedientes necessários.

15.717. EDITAL - 2ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Criminal de PARNAÍBA)
Processo nº 0002890-45.2017.8.18.0031
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES DE PARNAÍBA-PI
Advogado(s):
Indiciado: GERSON VITOR DE SOUZA NASCIMENTO
Advogado(s): TARCISO RODRIGUES TELES DE SOUZA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 10694)
ATO ORDINATÓRIO:
A Srta. ANA VIRGÍNIA MATOS DE CASTRO DIAS, estagiária da 2ª Vara Criminal desta cidade e comarca de Parnaíba, do Estado do Piauí, de ordem do (a)MM (a) Juiz (a) de Direito em exercício na 2ª Vara Criminal desta cidade e comarca de Parnaíba, do Estado do Piauí, INTIMA, por meio deste, o(s) advogado(s) Dr(s).TARCISO RODRIGUES TELES DE SOUZA NETO - OAB/PI 10694, para comparecer(em) a Audiência de Instrução e Julgamento a acontecer no dia 09 de MAIO de 2018, às 11:00 horas, nos autos acima epigrafados. Aos 07.05.2018. Eu, Ana Virgínia Matos de Castro Dias, estagiária, digitei e subscrevi, em conformidade com o art. 2º, XVIII, do Provimento nº 029/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí.

15.718. DECISÃO - 2ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0000637-50.2018.8.18.0031
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES DA COMARCA DE PARNAÍBA - PI
Advogado(s):
Requerido: GERSON DA SILVA NASCIMENTO
Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS MOURA CONSTÂNCIO JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 16540)
Ante o exposto, INDEFIRO os pedidos formulados às fls. 23 e 26/59 e mantenho a prisãopreventiva em desfavor de GERSON DA SILVA NASCIMENTO.

15.719. EDITAL - 2ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Criminal de PARNAÍBA)
Processo nº 0000274-78.2009.8.18.0031
Classe: Inquérito Policial
Autor:
Advogado(s):
Indiciado: MIGUEL DUARTE FROES
Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO:
A Srta. ANA VIRGÍNIA MATOS DE CASTRO DIAS, estagiária da 2ª Vara Criminal desta cidade e comarca de Parnaíba, do Estado do Piauí, de ordem do (a)MM (a) Juiz (a) de Direito em exercício na 2ª Vara Criminal desta cidade e comarca de Parnaíba, do Estado do Piauí, INTIMA, por meio deste, o(s) advogado(s) Dr(s). IRANILDA DA SILVA CASTILLO - OAB/PI 6640, para comparecer(em) a Audiência de Instrução e Julgamento a acontecer no dia 10 de MAIO de 2018, às 09:30 horas, nos autos acima epigrafados. Aos 07.05.2018. Eu, Ana Virgínia Matos de Castro Dias, estagiária, digitei e subscrevi, em conformidade com o art. 2º, XVIII, do Provimento nº 029/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí.

15.720. EDITAL - 2ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Criminal de PARNAÍBA)
Processo nº 0000395-33.2014.8.18.0031
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciado: EDUARDO MACHADO VERAS
Advogado(s): FRANCISCO LUCIO CIARLINI MENDES (OAB/PIAUÍ Nº 2275)
ATO ORDINATÓRIO: A Secretaria da 2ª Vara Criminal da Comarca de PARNAÍBA, de ordem da MM. Juíza DrªCARMELITA ANGÉLICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA de acordo com o Provimento 07/2012 da Corregedoria Geral da Justiça, INTIMA o Sr Advogado acima identificado, da Sentença de fls. 79: "Ante o exposto, com esteio no art. 89, §5º da Lei 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de EDUARDO MACHADO VERAS. E para constar, Eu, SIMONE VARGAS BARCELLOS, Analista Judicial,digitei e conferi o presente aviso. PARNAÍBA, 04 de setembro de 2017.

15.721. EDITAL - 2ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Criminal de PARNAÍBA)
Processo nº 0000506-75.2018.8.18.0031
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Indiciado: MARCIO GEOVANNY DE SOUSA LIMA, JAILSON BORGES DO MONTE
Advogado(s): REBECA VASCONCELOS BENVINDO(OAB/PIAUÍ Nº 12463)
ATO ORDINATÓRIO:
A Srta. ANA VIRGÍNIA MATOS DE CASTRO DIAS, estagiária da 2ª Vara Criminal desta cidade e comarca de Parnaíba, do Estado do Piauí, de ordem do (a)MM (a) Juiz (a) de Direito em exercício na 2ª Vara Criminal desta cidade e comarca de Parnaíba, do Estado do Piauí, INTIMA, por meio deste, o(s) advogado(s) Dr(s). REBECA VASCONCELOS BENVINDO - OAB/PI 12463, para comparecer(em) a Audiência de Instrução e Julgamento a acontecer no dia 09 de MAIO de 2018, às 10:00 horas, nos autos acima epigrafados. Aos 07.05.2018. Eu, Ana Virgínia Matos de Castro Dias, estagiária, digitei e subscrevi, em conformidade com o art. 2º, XVIII, doProvimento nº 029/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí.

15.722. DECISÃO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800922-10.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: A.P.G.N
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: N.M.N
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.723. DECISÃO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800928-17.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE TERESINA
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARNAIBA PI
941 - DECISÃO --> DECLARAÇÃO --> INCOMPETÊNCIA:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

15.724. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800935-09.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCO CHARLES BARROS DO NASCIMENTO
ADVOGADO(s): THIAGO MENEZES DO AMARAL GOMES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JANICE DE MELO CARDOSO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.725. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800936-91.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCO CHARLES BARROS DO NASCIMENTO
ADVOGADO(s): THIAGO MENEZES DO AMARAL GOMES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: JANICE DE MELO CARDOSO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.726. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800937-76.2018.8.18.0031

CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: J.S.A; **REQUERENTE**: E.S.A
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ,MARCOS ANTONIO SIQUEIRA DA SILVA
POLO PASSIVO:
11024 - DESPACHO --> CONCESSÃO --> ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:
CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE

15.727. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800937-76.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: J.S.A; **REQUERENTE**: E.S.A
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ,MARCOS ANTONIO SIQUEIRA DA SILVA
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.728. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800952-45.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: GARDILENE ARAUJO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): TIAGO BRUNO PEREIRA DE CARVALHO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: AURENY DIAS DE OLIVEIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.729. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800967-14.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: JANICE DE MELO CARDOSO
ADVOGADO(s): IRISMAR SILVA DE SOUZA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: FRANCISCO CHARLES BARROS DO NASCIMENTO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.730. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800954-15.2018.8.18.0031
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: A.D.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: I.M.F.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.731. DECISÃO - JECC PARNAÍBA ANEXO I UESPI

PROCESSO Nº: 0800133-26.2018.8.18.0123
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: JEAN OLIVEIRA LUCAS
ADVOGADO(s): PAULO ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO PAN S.A.
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.732. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PAULISTANA

Processo nº 0000109-87.2013.8.18.0064
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s): FRANCISCO JESUS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2051)
Réu: FRANCISCO PEREIRA DE LIMA, DEWILSON PEDROSA DO BONFIM, VICENTE RICARDO ARRAIS NETO, REGINALDO RAMOS DA CRUZ, RAIMUNDO AVANIR DE OLIVEIRA
Advogado(s): LUCAS CORTEZ RUFINO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 7580), JOSÉ URTIGA DE SÁ JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2677), DEFENSORA PUBLICA DRA PRISCILA POEGERE(OAB/PIAUÍ Nº), JAYLMA FERREIRA GOIS(OAB/PIAUÍ Nº 4177), TAILLA DE SOUSA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12514)
Tendo em vista a certidão de fls. 318, nomeio como defensor do acusado Reginaldo Ramos da Cruz, o Dr. Joays André de Araújo, OAB/PI Nº. 10.664.
Designo para o dia 02/07/2018,às 09:00 horas, na Sala de Audiências, a realização da audiência de instrução e julgamento.
Junte-se nos autos certidão deantecedentes criminais do(s) réu(s).
Cientifique-se orepresentante do Ministério Público.
Intimem-se o(s) ofendido(s), a(s) testemunha(s) de acusação e defesa e odefensor público/advogado de defesa.
Expedientes necessários.

15.733. EDITAL - VARA ÚNICA DE PAULISTANA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PAULISTANA)
Processo nº 0000066-63.2007.8.18.0064
Classe: Procedimento Comum

Requerente: JOÃO FLORÊNCIO RODRIGUES
Requerido: CRISTIANO PAIXÃO DE SOUSA, CLAUDEMIR DE SOUSA CAMPOS
Advogado: MAX NILSON BORGES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 2929)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar para dizer se tem provas a produzir em audiência, em caso negativo, deverá apresentar razões finais. Eu, Sandro Henrique Reis de Sousa, Escrivão Judicial, matricula nº. 4124596, digitei. Paulistana/PI, 07 de maio de 2018.

15.734. EDITAL - VARA ÚNICA DE PEDRO II

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PEDRO II)
Processo nº 0000327-39.2018.8.18.0065
Classe: Carta Precatória Criminal
Deprecante: 3ª VARA- TERESINA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Requerido: RAIMUNDO VIANA NETO
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: INTIMO o Advogado **Antonio dos Santos da Silva, OAB/PI,** para informar, se ainda atua na defesa do acusado Raimundo Viana Neto, nos autos da açãoPenal, Proc. 24029-89.2014.4.01.4000, que tramita no Juízo Federal de 1ª Instância Seção Judiciária do Piauí - 3ª Vara, no prazo de 05(cinco) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pedro II/PI, aos 04 de maio de 2018. Eu, Francisco José de Carvaho, Analista Judicial, digitei.

15.735. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000678-17.2015.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: RITA MARIA DE JESUS BARROSO
Advogado(s): ANTONIO DOS SANTOS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12311)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas dos autos ao Procurador da parte apelada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrações ao recurso de apelação de fls. 101/105. PEDRO II, 4 de maio de 2018 ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Escrivão(ã) - Mat. nº 26599

15.736. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000039-33.2014.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIA MARCIA DE ARAÚJO SOUSA
Advogado(s): AARAO ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9688)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas dos autos ao procurador da parte apelada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação de fls. 68/71. PEDRO II, 4 de maio de 2018 ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Escrivão(ã) - Mat. nº 26599

15.737. EDITAL - VARA ÚNICA DE PEDRO II

3ª Publicação
Processo nº: 0000928-55.2012.8.18.0065
Classe: Interdição
Interditante: JOÃO DA SILVA BARROS
Advogado(s):
Interditando: DOMINGOS PEREIRA BARROS
Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA(OAB/PIAUÍ Nº)
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O (A) Dr (a). LARA KALINE SIQUEIRA FURTADO, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de PEDRO II, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **DOMINGOS PEREIRA BARROS, vulgo(a) "", Brasileiro(a) , Nao Informado , filho(a) de ANTONIA BARROSO DA SILVA e JOSE PEREIRA BARROS, residente e domiciliado(a) em RUA- EPIFANIA GETIRANA NETA, 250, , PEDRO II - Piauí** nos autos do Processo nº 0000928-55.2012.8.18.0065 em trâmite pela Vara Única da Comarca de PEDRO II, por sentença, declarando a parte interditada incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curador JOÃO DA SILVA BARROS, vulgo(a) "", Brasileiro(a) , Casado(a) , filho(a) de FRANCISCA DA SILVA BARROS , residente e domiciliado(a) em RUA- EPIFANIA GETIRANA NETA, 250, SANTA FÉ, PEDRO II - Piauí, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.
Eu, JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR, Analista Judicial, digitei e subscrevo.
PEDRO II, 16 de abril de 2018.
LARA KALINE SIQUEIRA FURTADO
Juiz de Direito da Comarca da Vara Única da PEDRO II.

15.738. EDITAL - VARA ÚNICA DE PEDRO II

3ª Publicação
Processo nº: 0000462-95.2011.8.18.0065
Classe: Interdição
Interditante: DOMINGOS DE OLIVEIRA SILVA
Advogado(s):
Interditando: FRANCISCA MARIA SILVA CARDOSO
Advogado(s):
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O (A) Dr (a). KILDARY LOUCHARD DE OLIVEIRA COSTA, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de PEDRO II, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **F. M. S. C, Brasileiro(a), Nao**

Informado , filho(a) de M. L. N. O. e J. A. S, residente e domiciliado(a) em RUA JOÃO PEREIRA COSTA, 51, AREIA BRANCA, PEDRO II - Piauí nos autos do Processo nº 0000462-95.2011.8.18.0065 em trâmite pela Vara Única da Comarca de PEDRO II, por sentença, declarando a parte interditada incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curador D. O. S, Brasileiro(a), filho(a) de M. L. N. O. e J. A. S, residente e domiciliado(a) em RUA JOÃO PEREIRA COSTA, 51, AREIA BRANCA, PEDRO II - Piauí, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume. Eu, _____ REGINALDO DE PAULA LEAL ARAÚJO, Cedido Prefeitura, digitei e subscrevo. PEDRO II, 17 de abril de 2018. **KILDARY LOUCHARD DE OLIVEIRA COSTA** Juiz de Direito da Comarca da Vara Única da PEDRO II.

15.739. EDITAL - VARA ÚNICA DE PEDRO II

3ª Publicação
AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PEDRO II)
Processo nº 0001074-62.2013.8.18.0065
Classe: Interdição
Interditante: MARIA HELENA DE OLIVEIRA SILVA
Advogado(s):
Interditando: MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA SILVA
Advogado(s):
SENTENÇA: Pelo exposto, julgo procedente o pedido inicial, no sentido de decretar a interdição de M. H. DE O. DA S., declarando-o[a] absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II e 1.772 CCB, nomeando a parte M. DO S. O. S. como seu [ua] curador[a] e representante legal para todos os atos que se fizerem necessária a sua representação.

15.740. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000729-62.2014.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ PORTELA DE SOUSA
Advogado(s): ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 5610)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Manifeste-se, em até 15 (quinze) dias, a parte Autora, por seu procurador, sobre a contestação protocolada. PEDRO II, 7 de maio de 2018 ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Escrivão(ã) - 26599

15.741. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001099-41.2014.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: EMILIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Advogado(s): ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 5610)
Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ATO ORDINTÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Manifeste-se, em até 15 (quinze) dias, a parte Autora, por seu procurador, sobre a contestação protocolada. PEDRO II, 7 de maio de 2018 ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Escrivão(ã) - 26599

15.742. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001325-41.2017.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDA CONRADO DA SILVA
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES (OAB/PI 11.570) ; LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB/PI 4027-A)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação. Pedro II, 07 de maio de 2018. ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Secretária da Vara

15.743. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001572-22.2017.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: CICERO LINO RIBEIRO
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES (OAB/PI 11.570) ; LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB/PI 4027-A)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação. Pedro II, 07 de maio de 2018. ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Secretária da Vara

15.744. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001595-65.2017.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: EXPEDITO JOSE DA SILVA
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES (OAB/PI 11.570) ; LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB/PI 4027-A)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação. Pedro II, 07 de maio de 2018. ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Secretária da Vara

15.745. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001567-97.2017.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDA MARIA DE JESUS MACEDO
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES (OAB/PI 11.570) ; LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB/PI 4027-A)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar,

no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação. Pedro II, 07 de maio de 2018. ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Secretária da Vara

15.746. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001928-17.2017.8.18.0065
Classe: Procedimento Comum
Autor: CRISTINO LUIZ SOARES
Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES (OAB/PI 11.570) ; LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB/PI 4027-A)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação. Pedro II, 07 de maio de 2018. ÉRIKA CRISTINA BRAGA CASTRO Secretária da Vara

15.747. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000756-79.2013.8.18.0065
Classe: Ação Civil Pública
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: ELISSIANE MARIA ALVES COSTA
Advogado(s): MÁRLIO DA ROCHA LUZ MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 4505)
De ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca de Pedro II, Dr. Kildary Louchard de Oliveira Costa, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/06/2018, às 13:00hs.

15.748. EDITAL - VARA ÚNICA DE PEDRO II

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PEDRO II)
Processo nº 0000919-93.2012.8.18.0065
Classe: Alvará Judicial
Requerente: MENOR - J. C. DE A. M, GENITORA: MARIA DOS REMÉDIOS DE ARAÚJO OLIVEIRA, MENOR - A. F. V. DA S, GENITORA: ROSILENE FERREIRA VIANA
Advogado(s): WAGNER PASSOS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4923)
SENTENÇA: Pelo exposto, declaro extinto o presente feito, sem resolução do mérito. Sem custas. PRI e arquive-se, com as devidas baixas. PEDRO II, 10 de junho de 2015 KILDARY LOUCHARD DE OLIVEIRA COSTA Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de PEDRO II

15.749. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.750. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.751. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.752. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.753. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.754. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.755. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.756. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.757. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.758. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800256-04.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: MORADORES DA COMUNIDADE AROEIRA DE PEDRO II-PI
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.759. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800184-17.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JUAREZ RODRIGUES DE MELO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICÍPIO DE PEDRO II - PI
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.760. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800219-74.2018.8.18.0065
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA CECILIA GOMES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: KAIO CESAR GOMES TEIXEIRA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.761. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800162-56.2018.8.18.0065
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.F.S.S; **REQUERENTE**: M.P.C
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: R.S.P; **REQUERIDO**: J.D.S.C
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.762. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800190-24.2018.8.18.0065
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOAO EDSON DE SOUSA FEITOSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INTERESSADO: DEUSDEDITE DE SOUSA FEITOSA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.763. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800220-59.2018.8.18.0065
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: SAVIO DA COSTA SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ROMARIO DA COSTA SOUSA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.764. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800224-96.2018.8.18.0065
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA EDILEUSA FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: GEAN CARLOS DE OLIVEIRA PERERIRA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.765. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800238-80.2018.8.18.0065
CLASSE: REMOÇÃO, MODIFICAÇÃO E DISPENSA DE TUTOR OU CURADOR
POLO ATIVO: REQUERENTE: IVAN ALVES DE SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: NEUMA ALVES DA SILVA SOUSA
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.766. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800248-27.2018.8.18.0065
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.A.C
ADVOGADO(s): ALESSANDRA MAGALHAES SANTOS DE ARAUJO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: J.S.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.767. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800163-41.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.S.S.M; **REQUERENTE**: R.M.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.768. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800176-40.2018.8.18.0065
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.H.B.M
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: A.J.M.S
892 - DECISÃO --> CONCESSÃO EM PARTE --> LIMINAR:
CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR

15.769. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800180-77.2018.8.18.0065
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: D.E.S.L
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: J.E.L.B
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.770. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800186-84.2018.8.18.0065
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A
ADVOGADO(s): HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS
POLO PASSIVO: RÉU: FRANCISCO HELIO RODRIGUES DA CUNHA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.771. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800192-91.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: C.D.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: J.C.L
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.772. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800200-68.2018.8.18.0065
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MIGUEL DE ALMEIDA OLIVEIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.773. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800202-38.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE ZICO CAFE FERREIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.774. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800143-50.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: RITA MARIA PEREIRA LOPES; **REQUERENTE**: SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.775. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800152-12.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DO ROSARIO CAFE DE SOUZA
ADVOGADO(s): ABIMAEL ALVES DE HOLANDA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE PEDRO II
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.776. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800122-74.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE LOURDES PAIXAO DA SILVA
ADVOGADO(s): ABIMAEL ALVES DE HOLANDA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE PEDRO II
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.777. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800127-96.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSEFA GONCALVES BARBOSA
ADVOGADO(s): ABIMAEL ALVES DE HOLANDA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE PEDRO II
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.778. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800205-90.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM

POLO ATIVO: AUTOR: J.A.S; **AUTOR**: L.M.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.779. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800166-93.2018.8.18.0065
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOSE UCHOA COSTA
ADVOGADO(s): JOSIANE MARIA SOTERO MARQUES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA LETICIA ROCHA DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.780. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800166-93.2018.8.18.0065
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOSE UCHOA COSTA
ADVOGADO(s): JOSIANE MARIA SOTERO MARQUES
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA LETICIA ROCHA DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.781. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800105-38.2018.8.18.0065
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA RODRIGUES LIMA DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.782. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800130-51.2018.8.18.0065
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: FLAVIA LOPES ALVES; **REQUERENTE**: ANTONIO WANDERSON DA SILVA ALVES; **REQUERENTE**: WELISON DE ASSIS ALVES DA SILVA; **REQUERENTE**: FRANCISCO CHARLES DA SILVA ALVES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.783. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800110-60.2018.8.18.0065
CLASSE: MONITÓRIA
POLO ATIVO: AUTOR: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A,SERVIO TULIO DE BARCELOS
POLO PASSIVO: RÉU: ANTONIO BRAGA MARTINS; **RÉU**: JOAO BRAGA MARTINS - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.784. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800136-58.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE LOURDES SANTOS DE ARAUJO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.785. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800144-35.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: D.M.L; **REQUERENTE**: L.U.N.L
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.786. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800153-94.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: A.M.G.M; **REQUERENTE**: M.M.P

ADVOGADO(s): MAURO BENICIO DA SILVA JUNIOR
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.787. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800194-61.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: V.M.C.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERENTE: D.M.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.788. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800206-75.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: R.B.S; **REQUERENTE**: A.R.B
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.789. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800206-75.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: R.B.S; **REQUERENTE**: A.R.B
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.790. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800210-15.2018.8.18.0065
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: G.M.S.G
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: G.M.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.791. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800070-15.2017.8.18.0065
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANTONIO MARQUES DA SILVA NETO; **REQUERENTE**: JOCILENE MARIA DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INTERESSADO: MARIA DE FATIMA DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.792. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800296-20.2017.8.18.0065
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO PEREIRA RODRIGUES
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INTERESSADO: DANILO PEREIRA RODRIGUES
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.793. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800124-44.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ADALBERTO ANDRADE BARROS
ADVOGADO(s): ABIMAEL ALVES DE HOLANDA
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE PEDRO II
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.794. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800002-31.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANTONIO PEDRO DE ARAUJO
ADVOGADO(s): JOAO DIAS DE SOUSA JUNIOR
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA DO SOCORRO DE SOUSA RODRIGUES

11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.795. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800282-36.2017.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: S.S.O.C; **AUTOR**: B.B.O.C
ADVOGADO(s): MAURO BENICIO DA SILVA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: B.V.L.H; **RÉU**: V.L.O
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.796. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800336-02.2017.8.18.0065
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANA CAROLINE ALVES COSTA
ADVOGADO(s): FAELEM DA SILVA NASCIMENTO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: PAULO MIGUEL COSTA CAFÉ; **REQUERIDO**: ROBERTO CAFÉ DE OLIVEIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.797. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800062-04.2018.8.18.0065
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCA DE SOUSA OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.798. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800062-04.2018.8.18.0065
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCA DE SOUSA OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.799. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800062-04.2018.8.18.0065
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCA DE SOUSA OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.800. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800044-80.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO(s): DAYANE REIS BARROS DE ARAUJO LIMA,HILZIANE LAYZA DE BRITO PEREIRA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.801. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800058-64.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.S.S.P
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: F.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.802. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800084-96.2017.8.18.0065
CLASSE: INVENTÁRIO
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCO ALVES SOBRINHO; **REQUERENTE**: ARILSON COSTA ALVES; **REQUERENTE**: MARIA DO ROSARIO ALVES PINHEIRO; **REQUERENTE**: FRANCISCO ALVES FILHO; **REQUERENTE**: CARLOS COSTA ALVES
ADVOGADO(s): AMANDA MENDES DIAS,JOANNA CAROLINE ALVES UCHOA
POLO PASSIVO: INVENTARIADO: JOANA PINHEIRO COSTA ALVES
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.803. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800126-48.2017.8.18.0065
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: F.M.S.A
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: I.S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.804. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800070-78.2018.8.18.0065
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: SAMARA SUELLEM DE OLIVEIRA CAFE MARTINS
ADVOGADO(s): MARCOS FRANCISCO CAMPELO,MARIA JARDILANE BARBARA DE OLIVEIRA FURTADO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: MUNICIPIO DE PEDRO II
ADVOGADO(s): MARCIO BARBOSA DE CARVALHO SANTANA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.805. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800342-09.2017.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: W.M.S.S; **REQUERENTE**: M.S.O.M
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.806. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800102-83.2018.8.18.0065
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: B.R.P; **REQUERENTE**: F.M.P
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.807. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800228-70.2017.8.18.0065
CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
POLO ATIVO: REQUERENTE: ANTONIA RAFAELA DE SOUZA CASTRO; **REQUERENTE**: CORINTO PACHECO CASTRO; **REQUERENTE**: MARIA DE CASTRO PACHECO
ADVOGADO(s): DANIEL DA COSTA ARAUJO
POLO PASSIVO: REQUERIDO: IVAN PACHECO CASTRO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.808. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800064-71.2018.8.18.0065
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: A.K.G.A
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: F.A.A.F
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.809. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800122-11.2017.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: G.F.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: A.F.S.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.810. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800042-13.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARLENE ALVES BRITO
ADVOGADO(s): DAYANE REIS BARROS DE ARAUJO LIMA,HILZIANE LAYZA DE BRITO PEREIRA LIMA
POLO PASSIVO: RÉU: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.811. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800012-12.2017.8.18.0065
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: LUIZ RODRIGUES BRANDAO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.812. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800201-53.2018.8.18.0065
CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: TATIANA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INTERESSADO: SERGIO PEREIRA DA SILVA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.813. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800241-35.2018.8.18.0065
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA ALVES DE SOUSA; **REQUERENTE**: ANTONIO GILDALIO DE OLIVEIRA CARVALHO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: INTERESSADO: FRANCISCO RAIMUNDO PEREIRA; **REQUERIDO**: FRANCINETE PEREIRA DE ANDRADE
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.814. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800165-11.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: A.S.R
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: V.P.P
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.815. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800189-39.2018.8.18.0065
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.S.A
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: D.A.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.816. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800193-76.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: J.S.L
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: I.S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.817. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800195-46.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: R.S.F.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: F.S.V
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.818. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800197-16.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: J.S.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: M.A.C
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.819. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800199-83.2018.8.18.0065
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: MIGUEL DE ALMEIDA OLIVEIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.820. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800255-19.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: G.F.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: A.F.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.821. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800155-64.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO SUMÁRIO
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DE ARAUJO MACEDO; **AUTOR**: SUDARIO ANDRADE SOUZA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: JOSÉ DE SOUSA COSTA; **RÉU**: REMÉDIOS
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.822. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800179-92.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO SUMÁRIO
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA MARIA BARROS DE SOUZA; **AUTOR**: ROBERVALDO LEITE DE SOUZA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: ESPOSO(A)/COMPANHEIRO(A) DE ADELINA NOGUEIRA LIMA; **RÉU**: ADELINA NOGUEIRA LIMA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.823. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800249-12.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: CONVENCAO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUI
ADVOGADO(s): MAURO BENICIO DA SILVA JUNIOR
POLO PASSIVO: RÉU: FRANCISCO DAS CHAGAS VIANA PEREIRA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.824. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800231-88.2018.8.18.0065
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA JOANA GONCALVES DA SILVA
ADVOGADO(s): ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES
POLO PASSIVO: INTERESSADO: JOANA MARIA DA CONCEICAO
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.825. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800311-86.2017.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: TALITA MARIA CARDOSO SILVA; **AUTOR**: TALISSON SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.826. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800222-29.2018.8.18.0065
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: INTERESSADO: J.P.A.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: M.M.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.827. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800223-14.2018.8.18.0065
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: J.P.A.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: M.M.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.828. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800250-94.2018.8.18.0065
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: E.F.S.N
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: F.B.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.829. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800251-79.2018.8.18.0065
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: E.F.S.N
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: F.B.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.830. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800141-80.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MANOEL VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.831. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800140-95.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: HORACIO ANTONIO DO NASCIMENTO
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BMG
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.832. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800151-27.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOANA PEREIRA BRANDAO
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.833. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800150-42.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RAIMUNDO JOSE RIBEIRO
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BONSUCESSO S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.834. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800147-87.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LUSIA PEREIRA DE SOUSA
ADVOGADO(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.835. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800131-36.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO SUMÁRIO

POLO ATIVO: AUTOR: MARIA ALVES DA SILVA
ADVOGADO(s): ANA DEUSA TEIXEIRA DO AMARAL GALVAO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.836. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800185-02.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOAO BATISTA DE SOUSA CASTRO
ADVOGADO(s): ESMAELA PEREIRA DE MACEDO ARAUJO
POLO PASSIVO: REQUERENTE: ISABEL ALVES FERREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.837. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800177-25.2018.8.18.0065
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: P.A.J; **AUTOR**: C.M.O
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.838. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800175-55.2018.8.18.0065
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.E.B.S; **REQUERENTE**: G.N.S
ADVOGADO(s): MAURO BENICIO DA SILVA JUNIOR
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.839. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800171-18.2018.8.18.0065
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: 3ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II - PI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.840. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800167-78.2018.8.18.0065
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
POLO ATIVO: DEPRECANTE: 2ª VARA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II - PI
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.841. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800341-24.2017.8.18.0065
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
POLO ATIVO: REQUERENTE: ODILIA PACHECO COSTA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.842. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800027-78.2017.8.18.0065
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS FILHO
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.843. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO II

PROCESSO Nº: 0800119-56.2017.8.18.0065
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AYMORE CREDITO
ADVOGADO(s): CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ

POLO PASSIVO: RÉU: ANTONIO RAIMUNDO DE SOUSA
463 - JULGAMENTO --> SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO --> EXTINÇÃO --> DESISTÊNCIA:
EXTINTO O PROCESSO POR DESISTÊNCIA

15.844. DESPACHO - 1ª VARA DA COMARCA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0800876-18.2018.8.18.0032
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: VIRGINIA GONCALVES PORTELA NOGUEIRA MENDES
ADVOGADO(s): EZEQUIAS PORTELA PEREIRA
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO MACHADO DE ASSIS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.845. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002892-17.2014.8.18.0032
Classe: Cumprimento de sentença
Exequente: MARIA DOS REMEDIOS DA LUZ, ANDELY GOMES DA SILVA, MARIA DE LOURDES MOURA, FRANCISCO MENDES BARBOSA, RAIMUNDO BARBOSA DE MOURA, FRANCISCO FIRMINO DE SOUSA, IRACEMA FEITOSA DE OLIVEIRA, CONTARDO LUIZ FEITOSA, JOAQUIM MANOEL BEZERRA, TERMULTES MARIA LEAL FEITOSA, JOSÉ VIEIRA DE ARAÚJO, FRANCISCA DOS SANTOS NETA, ANTONIO VICENTE FILHO
Advogado(s): KAREM ALINE DE CARVALHO ISIDORO(OAB/PIAUÍ Nº 4568), DANILO DE MARACABA MENEZES(OAB/PIAUÍ Nº 7303-A), CLEANTO JALES DE CARVALHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 7075)
Executado(a): BANCO DO BRASIL S.A
Advogado(s): JOAO VICTOR DE ARAUJO MARQUES ALCANTARA(OAB/PIAUÍ Nº 4292-E), JOSÉ ALBERTO DE CARVALHO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2107)
SENTENÇA: Ante o exposto, afastando as preliminares e prejudicial de impugnação: a) ACOLHO, em parte, a impugnação protocolizada eletronicamente no Sistema ThemisWeb, via Escritório Digital, no dia 15 de agosto de 2017, às 15:55H, pelo que os cálculos e a HOMOLOGO os cálculos e DETERMINO a EXCLUSÃO dos exequentes MARIA DOS REMÉDIOS DA LUZ e ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA, este último unicamente em relação à conta nº 130.004.006-5 e; b) JULGO PREJUDICADOS os aclaratórios de fl. 597. INCLUA-SE a multa de 10% sobre a diferença não depositada (art. 523, §2º,do CPC). Custas iniciais e finais pelo executado. Honorários advocatícios no importe de 10% (Súmula nº 517 do STJ e art. 85, §1º, do CPC). Preclusas as vias impugnatórias, RETORNEM os autos à Contadoria Judicialdo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para reformulação de planilha de cálculos.

15.846. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000069-46.2012.8.18.0095
Classe: Procedimento Comum
Autor: VIAÇÃO FRANCISCO SANTOS LTDA
Advogado(s): GEANCLECIO DOS ANJOS SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 8693), GEANCLÉCIO DOS ANJOS SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 6393)
Réu: JARDIEL DOS SANTOS BARROS
Advogado(s): GLEUTON ARAÚJO PORTELA(OAB/CEARÁ Nº 11777)
SENTENÇA: Ante o exposto, DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art.485, VI do CPC. CANCELE-SE a audiência anteriormente aprazada. Sem custas adicionais e sem honorários advogatícios.

15.847. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002279-02.2011.8.18.0032
Classe: Monitória
Autor: IRMÃOS EVÊNCIO PETRÓLEO LTDA-POSTO EVÊNCIO
Advogado(s): UBIRATAN RODRIGUES LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 4539)
Réu: GILMAR FRANCISCO DE DEUS
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Recolha a parte sucumbente (Autor) as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.848. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001859-26.2013.8.18.0032
Classe: Procedimento Comum
Autor: CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS LTDA
Advogado(s): MARIA EDUARDA MARTINS URTIGA DE SÁ(OAB/PIAUÍ Nº 10312), JOSÉ URTIGA DE SÁ JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2677/95), TAÍS GONÇALVES BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 10313)
Réu: NET PUBLICIDADE EDITORA
Advogado(s): MARCOS VINÍCIUS BRUGUGNOLI BENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 179242)
ATO ORDINATÓRIO: Recolha a parte sucumbente as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.849. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000268-34.2013.8.18.0095
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA LOPES DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO VIEIRA SALES NETO(OAB/CEARÁ Nº 21906)
Réu: BANCO BMC (BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A)
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

SENTENÇA: Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes, clausulado com às fls. 89/91, pelo que DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. III, b, do CPC. Custas pelo requerido. Honorários advocatícios suportados por cada parte contratante.

15.850. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000475-33.2010.8.18.0032
Classe: Procedimento Comum
Autor: PAULINO ROCHA DE SOUSA
Advogado(s): LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 3919)
Réu: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148)
ATO ORDINATÓRIO: Recolha a parte sucumbente (Autor) as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscriçãona Dívida Ativa do Estado.

15.851. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000254-50.2013.8.18.0095
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA LOPES DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO VIEIRA SALES NETO(OAB/CEARÁ Nº 21906)
Réu: BANCO BMC (BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A)
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA: Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes, clausulado às fls. 74/76, pelo que DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. III, b, do CPC. Custas pelo requerido. Honorários advocatícios suportados por cada parte contratante.

15.852. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000049-56.1989.8.18.0032
Classe: Cumprimento de sentença
Exequente: MOTO MEG PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
Advogado(s): NILSON MARTINS DA SILVA(OAB/SÃO PAULO Nº 94767)
Executado(a): ANTONIO RAIMUNDO DE LIMA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Recolha a parte sucumbente as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.853. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002034-83.2014.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ZÉLIA DE MOURA SILVA
Advogado(s): ANTONIA MARIA DE SOUSA LEAL(OAB/PIAUÍ Nº 5056)
Réu: DIRETORA PEDAGÓGICA DA UNIDADE ESCOLAR DES. VIDAL DE FREITAS
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls.18/22, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.854. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000563-42.2008.8.18.0032
Classe: Procedimento Comum
Requerente: JOSÉ OTAVIANO FERREIRA, ANA MARIA DANTAS DA SILVA FERREIRA
Advogado(s): JOSE URTIGA DE SA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2677)
Requerido: ARMANDO CAETANO DE ARAÚJO
Advogado(s):
DESPACHO: INTIMEM-SE os requerentes para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizerem se têm interesse no prosseguimento do feito, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

15.855. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0003115-33.2015.8.18.0032
Classe: Monitória
Autor: NOVO DERIVADO DE PETRÓLEO LTDA
Advogado(s): AUDERI MARTINS CARNEIRO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 10783)
Réu: JOSIMAR PIRES FERREIRA
Advogado(s): UBIRATAN RODRIGUES LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 4539), ADJANILDO ARTHUR E SILVA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 13421), DIOGO RODRIGUES LEONIDAS(OAB/PIAUÍ Nº 13297)
DESPACHO: INTIME-SE o embargado para responder aos embargos no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º do CPC.

15.856. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002096-26.2014.8.18.0032

Classe: Mandado de Segurança
Autor: RONILSON DA SILVA
Advogado(s): DAMÁSIO DE ARAÚJO SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 1735)
Réu: DIRETORA DA UNIDADE ESCOLAR SÃO JOSÉ - MANOELA TEREZA SOUSA PORTO
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 34/37, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.857. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000015-94.2010.8.18.0113
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): JEAN MARCEL DE MIRANDA VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3490)
Executado(a): ALMIR RODRIGUES DE SOUSA
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, DECLARO A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, nos termos 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Custas *ex lege.*(sentença digitalizada no sistema).

15.858. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001400-87.2014.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: FRANCINALDO COSTA PEREIRA
Advogado(s): ANTONIO WANDERLEY LEAL BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 1763)
Réu: DIRETOR(A) DO COLÉGIO SÃO LUCAS A SRA ANA MARIA DE SOUSA
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 17/21, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.859. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001474-10.2015.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ARLINDO ANTONIO DA SILVA
Advogado(s): FERNANDO FERNANDES DOS SANTOS NETO(OAB/PIAUÍ Nº 10856)
Réu: DIRETOR(A) DO COLÉGIO ROSIANE MACHADO EDUCACIONAL RM LTDA
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 29/33, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.860. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002312-55.2012.8.18.0032
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado(s): MARIA LUCILIA GOMES(OAB/PIAUÍ Nº 3974-A), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8449-A)
Requerido: POSTO JUNCO LTDA - EPP
Advogado(s):
SENTENÇA: ...Intime-se a parte exequente para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha atualizada do débito, com acréscimo de multa de 10%, bem como honorários, que arbitro em 10% do valor da causa. Ou para no mesmo prazo, indicar bens livres e desembaraçados em nome do executado.

15.861. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001663-85.2015.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: VANDA MARIA DE ARAÚJO LUZ
Advogado(s): CASSIO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 9809)
Réu: DIRETOR(A) DA UNIDADE ESCOLAR ARAUJO LUZ - EDNAMARA MARIA LUZ, ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 28/31, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.862. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002044-30.2014.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: EDVAN LUZ
Advogado(s): ANTONIO WANDERLEY LEAL BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 1763)
Réu: GENI LEAL DA SILVA (DIRETORA DA UNIDADE ESCOLAR HELVÍDEO NUNES), MARIA ONESIA DOS ANJOS SOUSA - DIRETORA DA

NONA DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (9º GRE)
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 19/23, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.863. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000371-41.2010.8.18.0032
Classe: Procedimento Comum
Requerente: ERASMO MOURA DE CARVALHO E CIA LTDA
Advogado(s): GILSON DE MOURA CIPRIANO(OAB/PIAUÍ Nº 4697)
Requerido: A SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS
Advogado(s): GIBRAN SILVA DE MELO PEREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5436)
ATO ORDINATÓRIO: Recolha a parte sucumbente (autor) as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.864. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002395-66.2015.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ESTENIO HOLANDA DE MACEDO
Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS LEAL ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 10397)
Réu: DIRETORA DA UNIDADE ESCOLAR SÃO JOSÉ - MANOELA TEREZA SOUSA PORTO
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 28/31, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.865. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001678-54.2015.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: KELWIN WERNEK RODRIGUES BARROS
Advogado(s): EVARISTO DE BARROS ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 1932)
Réu: RITA MARIA ALVES DANTAS-DIRETORA DO COLÉGIO SANTA RITA
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 34/38, CONCEDO a liminar para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.866. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PICOS

Processo nº 0001170-74.2016.8.18.0032
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)
Executado(a): MARIA DE JESUS CARVALHO
Advogado(s):
Forneça a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré MARIA DE JESUS CARVALHO.

15.867. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001387-88.2014.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: FABRÍCIA SANTOS DA CRUZ LIMA
Advogado(s): ANTONIO WANDERLEY LEAL BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 1763)
Réu: DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL PROFISSIONAL PETRÔNIO PORTELA - PREMEM - SR. MARIA ENÓI COSME DA SILVA
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 23/27, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.868. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000267-49.2013.8.18.0095
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA LOPES DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO VIEIRA SALES NETO(OAB/CEARÁ Nº 21906)
Réu: BANCO BMC (BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A)
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA: Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes, clausulado às fls. 89/91, pelo que DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. III, b, do CPC. Custas pelo requerido. Honorários advocatícios suportados por cada parte contratante.

15.869. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000257-05.2013.8.18.0095
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA LOPES DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO VIEIRA SALES NETO(OAB/CEARÁ Nº 21906)
Réu: BANCO BMC (BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A)
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA: Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes, clausulado às fls. 89/91, pelo que DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc III, b, do CPC. Custas pelo requerido. Honorários advocatícios suportados por cada parte contratante.

15.870. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001136-56.2003.8.18.0032
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: PINGUIM GÁS LTDA
Advogado(s): AGENOR ARAUJO SANTOS FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 93-B)
Requerido: JOSÉ MARIA DE MOURA
Advogado(s): OZILDO BATISTA DE BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 1844)
ATO ORDINATÓRIO: Recolha a parte requerente as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

15.871. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PICOS

Processo nº 0003362-14.2015.8.18.0032
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Advogado(s): ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 11500)
Executado(a): TORNEARIA FREI GALVÃO LTDA ME
Advogado(s):

ato ordinatório: Forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré TORNEARIA FREI GALVÃO LTDA ME.

15.872. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001520-96.2015.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: DOUGLAS DE BRITO SILVA
Advogado(s): LAERTE RODRIGUES DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 12878)
Réu: DIRETOR(A) DO COLÉGIO SANTA RITA - RITA MARIA ALVES DANTAS
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 46/50, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.873. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000590-20.2011.8.18.0032
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A
Advogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/PIAUÍ Nº 8204)
Executado(a): URBANO LEAL NETO PROMED PROD M HOSP
Advogado(s):
DESPACHO: ...Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o exequente manifeste-se sobre a informação de fl. 54v.

15.874. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001381-76.2017.8.18.0032
Classe: Procedimento Comum
Autor: ROSA MARIA DOS SANTOS
Advogado(s): MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 8526)
Réu: BANCO BRADESCO S.A
Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 392-A)
SENTENÇA: Ante o exposto, superadas as preliminares suscitadas na contestação, ACOLHO os pedidos articulados na exordial. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, monetariamente corrigidos (sentença digitalizada no sistema).

15.875. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000214-97.2015.8.18.0095
Classe: Procedimento Comum
Autor: BRUNO ARTUR DA SILVA SANTOS
Advogado(s): SIMONE MARIA DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 11063)
Réu: SEGURADORA COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo que DECLARO A EXTINÇÃO DO FEITO, nos termos dos arts. 290, caput e 321, parágrafo único, ambos do CPC, bem como o cancelamento da distribuição do feito. CALCULE-SE o *quantum* devido a tiítulo de custas

judiciais de ingresso, expedindo-se certidão, com remessa à Procuradoria Geral do Estado para os fins de direito.

15.876. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002268-94.2016.8.18.0032
Classe: Mandado de Segurança
Autor: EDILENE MARIA ARRAIS DA SILVA
Advogado(s): RODRIGO DE LIMA LEAL(OAB/PIAUÍ Nº 10474)
Réu: DIRETORA DA UNIDADE ESCOLAR MIGUEL LIDIANO
Advogado(s):
SENTENÇA: Ante o exposto, ratificando a liminar deferida às fls. 21/24, CONCEDO a segurança para determinar a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar pelo impetrado. Custas judiciais pela autoridade coatora impetrada (sentença digitalizada no sistema).

15.877. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001713-43.2017.8.18.0032
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELONEIDE FERREIRA DE SOUSA
Advogado(s): FERDINANDO BEZERRA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 15453)
Réu: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO NAO PADRONIZADO - FICD
Advogado(s): OTTOMAR DE MOURA AYRES(OAB/PIAUÍ Nº 9399), GIZA HELENA COELHO(OAB/SÃO PAULO Nº 166349)
SENTENÇA: Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes, clausulado às fls. 78/79, pelo que DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. III, b, do CPC. Custas finais pelo requerido. Honorários advocatícios suportados por cada contratante.

15.878. EDITAL - 2ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000253-65.2013.8.18.0095
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCA LOPES DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO VIEIRA SALES NETO(OAB/CEARÁ Nº 21906)
Réu: BANCO BMC (BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A)
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
SENTENÇA: Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes, clausulado às fls. 74/76, pelo que DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. III,b, do CPC. Custas pelo requerido. Honorários advocatícios suportados por cada parte contratante.

15.879. JULGAMENTO - 2ª VARA DA COMARCA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0800131-38.2018.8.18.0032
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: MARIA BETANIA DOS SANTOS SALES
ADVOGADO(s): JULIO EMILIO LIMA DE MOURA
POLO PASSIVO: IMPETRADO: INSTITUTO EDUCACIONAL INCENTIVO LTDA - ME; **IMPETRADO**: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
442 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> CONCESSÃO --> SEGURANÇA:
CONCEDIDA A SEGURANÇA

15.880. JULGAMENTO - 2ª VARA DA COMARCA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0800427-60.2018.8.18.0032
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ELPIDIO JOAO DE SOUSA
ADVOGADO(s): LAERTE RODRIGUES DE MOURA
POLO PASSIVO: RÉU: CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
219 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> PROCEDÊNCIA:
JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO

15.881. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0800681-67.2017.8.18.0032
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RICARDO ALVES DE ALMEIDA
ADVOGADO(s): JOEDER JOAN DE SOUSA BORGES
POLO PASSIVO: RÉU: IMOBILIARIA MOURA LTDA - ME
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.882. EDITAL - 3ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000626-77.2002.8.18.0032
Classe: Procedimento Comum
Requerente: MARIA ALCINA MENDES DA SILVA
Advogado(s): FILOMENO PORTELA RICHARD NETO(OAB/PIAUÍ Nº 3244)
Réu:
Advogado(s):

SENTENÇA: Face as razões de fato e de direoto acima expendidas, à falta de interesse dos herdeiros, com base no inc. VI do art. 267 do CPC, decreto a Extinção do processo sem resolução do mérito.

15.883. EDITAL - 3ª VARA DE PICOS

2ª Publicação
Processo nº: 0000160-34.2015.8.18.0095
Classe: Tutela e Curatela - Nomeação
Requerente: FRANCISCA ANTÕNIA DA SILVA
Advogado(s): ANDREIA LIMA ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 10660)
Requerido: CÁSSIA CAMILA E SILVA
Advogado(s):
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O (A) Dr (a). JOSE AIRTON MEDEIROS DE SOUSA , Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de PICOS, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **CURATELA** de **CÁSSIA CAMILA E SILVA, brasileira, solteira, filha de FRANCISCA ANTÔNIA DA SILVA e OSMAR ELIAS DA SILVA, residente e domiciliada em RUA LINO RODRIGUES, Nº 196, CENTRO, SANTO ANTÔNIO DE LISBOA - Piauí** nos autos do Processo nº 0000160-34.2015.8.18.0095 em trâmite pela 3ª Vara da Comarca de PICOS, por sentença, declarando a parte interditada incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, **tendo sido nomeado curadora FRANCISCA ANTÕNIA DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, filha de ANTÔNIA MARIA DA SILVA e GABRIEL JOAQUIM DA SILVA, residente e domiciliada em RUA LINO RODRIGUES, Nº 196, CENTRO, SANTO ANTÔNIO DE LISBOA - Piauí**, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ JOSÉ AQUINO DE MORAIS NETTO, Estagiário(a), digitei e subscrevo.
PICOS, 25 de abril de 2018.
JOSE AIRTON MEDEIROS DE SOUSA
Juiz de Direito da Comarca da 3ª Vara da PICOS.

15.884. EDITAL - 3ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000564-32.2005.8.18.0032
Classe: Inventário
Inventariante: ANTÔNIO RUFINO DO RÊGO, JOSÉ SANTOS RÊGO, MARIA BERNADETE LOPES RÊGO, JOÃO MATEUS DODS SANTOS REGO, MARIA DE FÁTIMA PORTELA REGO, MARIA SANTOS REGO E SILVA, FRANCISCO DE ASSIS LIMA E SILVA, ESPEDITO ANTÔNO DOS SANTOS REGO, ROSÂNA NOGUEIRA MARTINS BARBOSA RÊGO, CELITA MARIA DOS SDANTOS REGO LEOPOLDO, CARLOS ANTÔNIO GONÇALVES LEOPOLDO, JOAQUIM SANTOS REGO, MARIA CÉLIA LEAL REGO, MARIA DE JESUS SANTOS REGO
Advogado(s): DANIEL LOPES REGO (OAB/PIAUÍ Nº 3450), MAURICIO MACEDO DE MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 9278), FABIO LOPES VERAS (OAB/PIAUÍ Nº 3567)
Inventariado: ANA DE SOUSA SANTOS RÊGO
Advogado(s):
DESPACHO: Intimação da parte autora de Despcaho de fls. 97 dos autos.

15.885. EDITAL - 3ª VARA DE PICOS

1ª Publicação
Processo nº: 0000264-55.2014.8.18.0032
Classe: Interdição
Interditante: LEANDRO ANTÔNIO DA COSTA
Advogado(s): FRANCISCO GILVAN GOMES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 7576)
Interditando: DANILO DE MOURA
Advogado(s):
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O Dr. JOSE AIRTON MEDEIROS DE SOUSA, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de PICOS, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **DANILO DE MOURA, Brasileiro(a) , Solteiro(a) , filho(a) de FRANCISCA MARIA DE JESUS , residente e domiciliado(a) em POVOADO CURRALINHO, S/N, ZONA RURAL, PICOS - Piauí** nos autos do Processo nº 0000264-55.2014.8.18.0032 em trâmite pela 3ª Vara da Comarca de PICOS, por sentença, declarando a parte interditada incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curador LEANDRO ANTÔNIO DA COSTA, Brasileiro(a) , Solteiro(a) , filho(a) de FRANCISCA MARIA DE JESUS e ANTÔNIO RAIMUNDO DA COSTA, residente e domiciliado(a) em POVOADO CURRALINHO, S/N, ZONA RURAL, PICOS - Piauí, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ EVERALDO DE MOURA ROCHA, Analista Judicial, digitei e subscrevo.
PICOS, 7 de maio de 2018.
JOSE AIRTON MEDEIROS DE SOUSA
Juiz de Direito da Comarca da 3ª Vara da PICOS.

15.886. EDITAL - 3ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000264-55.2014.8.18.0032
Classe: Interdição
Interditante: LEANDRO ANTÔNIO DA COSTA
Advogado(s): FRANCISCO GILVAN GOMES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 7576)
Interditando: DANILO DE MOURA
Advogado(s):
SENTENÇA: Intimar o advogado, acima identificado, da sentença, cuja parte final tem o seguinte teor: "ANTE O EXPOSTO , julgo procedente o pedido, para decretar a curatela de DANILO DE MOURA, CPF Nº 614.276.023-01, nomeando como curador LEANDRO ANTÔNIO DA COSTA, CPF Nº 058.257.673-39, apenas com poderes para representá-lo em assuntos de cunho econômico/patrimonial, dispensando a hipoteca legal,

diante da inexistência de notícia de bens em nome do curatelando."

15.887. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0800880-55.2018.8.18.0032
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: J.M.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: A.D.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.888. DESPACHO - 3ª VARA DA COMARCA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0800831-14.2018.8.18.0032
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA INFÂNCIA E JUVENTUDE
POLO ATIVO: DEPRECANTE: J.D.1.V.C.F.S.C.C.S.C
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.3.V..C.P./
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.889. DECISÃO - 3ª VARA DA COMARCA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0800831-14.2018.8.18.0032
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA INFÂNCIA E JUVENTUDE
POLO ATIVO: DEPRECANTE: J.D.1.V.C.F.S.C.C.S.C
ADVOGADO(s): NULL
POLO PASSIVO: DEPRECADO: J.D.3.V..C.P./
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.890. EDITAL - 4ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002250-20.2009.8.18.0032
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO
Advogado(s):
Réu: RAFAEL FERREIRA DE SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO KLEBER ALVES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6914), ANTONIO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5763)
ATO ORDINATÓRIO: Em cumprimento a determinação de fls. 238, e considerando que a acusação apresentou alegações finais às fls. 240/257 , intime-se a defesa para apresentar suas alegações finais, no prazo de 05(cinco) dias.

15.891. EDITAL - 4ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001336-09.2016.8.18.0032
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS/PI
Advogado(s):
Réu: APARECIDO ADÃO CAIANO
Advogado(s): LAIS RODRIGUES PIO GONÇALVES(OAB/PIAUÍ Nº 8403)
ATO ORDINATÓRIO: Em cumprimento a determinação de fls. 65 , e considerando que a acusação apresentou alegações finais às fls. 57/63 , intime-se a defesa para apresentar suas alegações finais, no prazo de 05(cinco) dias.

15.892. EDITAL - 4ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000737-36.2017.8.18.0032
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: AMAURY FÉLIX DE BARROS
Advogado(s): OZILDO HENRIQUE ALVES ALBANO(OAB/PIAUÍ Nº 12491)
SENTENÇA: (...) DISPOSITIVO. Diante do exposto, Julgo PROCEDENTE a denúncia, para CONDENAR o réu Amaury Félix de Barros, como incurso nas sanções do art. 129, § 9º do Código Penal (...) Assim, considerando as circunstâncias judiciais acima, fixo a pena base em 11 (onze) meses e 07 (sete) dias de detenção, a qual torno definitiva, à míngua de circunstâncias atenuantes ou agravantes e causas de aumento ou diminuição de pena. Não é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos tendo em vista tratar-se de crime cometido com violência ou grave ameaça (...) Deixo, ainda, de conceder ao réu a suspensão condicional da pena devido o acusado responder a outro processo penal e possuir cndenação transitada em julgado em seu desfavor. Fixo o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena, com fulcro no art. 33, § 3º do CPC, uma vez que a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis impede a aplicação de regime mais benéfico, bem como inviabiliza a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, e no caso em apreço o réu além de possuir condenação transitada em julgado por tráfico de drogas responde a outros processos criminais e as circunstâncias do crime foram desfavoráveis. DA DETRAÇÃO. (...) a detração pode ser mais bem analisada pelo Juízo da Execução, o qual detém mais informações sobre a situação do acusado e poderá analisar com a acuidade necessárias, as circuntâncias do caso concreto e a possibilidade de progressão de regime (...) Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que a prisão preventiva foi decretada pelo descumprimento das medidas protetivas deferidas em favor da vítima, e na fase instrutória ficou comprovado que autor e vítima tinham voltado a conviver na época dos fatos e a vítima em juízo disse não ter mais interesse nas medidas protetivas deferidas. Expeça-se Alvará de Soltura. Por derradeiro, condeno o réu ao pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado da sentença: a) lance-se o nome do réu no rol de culpados; b) Comunique-se ao TRE, para fins do art. 15, III, da Constituição Federal. c) Expeça-se guia de recolhimento do réu ao juízo da execução, depois de transitado em

julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Picos, 12 de janeiro de 2018. Sérgio Luís Carvalho Fortes. Juiz de Direito.

15.893. EDITAL - 4ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de PICOS)
Processo nº 0001063-64.2015.8.18.0032
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS/PI
Advogado(s):
Réu: IMERVALDO JOSÉ DO NASCIMENTO
Advogado(s): GLEUTON ARAÚJO PORTELA(OAB/CEARÁ Nº 11777)
DESPACHO: Tendo em vista a decisão proferida nos autos da apelação nº 2016.0001.011434-7, na qual anulou o processo a partir das alegações finais da defesa, determino que se intime o advogado constituído nos autos para apresentar alegações finais, mo prazo de 05(cinco) dias.

15.894. EDITAL - 4ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000071-38.2015.8.18.0086
Classe: Boletim de Ocorrência Circunstanciada
Requerente: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Requerido: V. M. D. S.
Advogado(s): MAYCON JOAO DE ABREU LUZ(OAB/PIAUÍ Nº 8200)
SENTENÇA: (...) Diante do exposto, acompanho o parecer ministerial e declaro extinta as medidas socioeducativas impostas pelo cumprimento, em realação ao adolescente (...). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Picos, 18 de abril de 2018. Sérgio Luís Carvalho Fortes. Juiz de Direito.

15.895. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara de PICOS)
Processo nº 0003408-03.2015.8.18.0032
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: A PRESIDÊNCIA DO EGREGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO DOUGLAS DA SILVA SANTOS
Advogado(s): TIAGO SAUNDERS MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 4978)
DESPACHO:
INTIMAR a defesa (TIAGO SAUNDERS MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 4978)) para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar, querendo, rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 05 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligências.

15.896. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000495-43.2018.8.18.0032
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS/PI
Advogado(s):
Réu: ROMÁRIO DE MOURA SOUSA
Advogado(s): FRANCISCO BATISTA DE FRANÇA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 15483), ÂNGELA MARIA DE CARVALHO E FRANÇA(OAB/PIAUÍ Nº 15484)
DESPACHO: Intimar a defesa para, no prazo de 10(dez) dias , apresentar resposta à acusação.

15.897. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000196-66.2018.8.18.0032
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS/PI
Advogado(s): HERVAL RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 4213)
Réu: LUIZ IDERLANE DE SOUSA SILVA
Advogado(s): MANOEL JURACI BEZERRA(OAB/PIAUÍ Nº 152-A), PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 15115)
DESPACHO: INTIMAR Dr. Herval Ribeiro OAB/PI: 4213(Assistente de Acusação) para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05(cinco)dias, contados da intimação pelo Diário da Justiça.

15.898. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara de PICOS)
Processo nº 0002711-11.2017.8.18.0032
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINSTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Advogado(s):
Réu: JOSENILTON RODRIGUES VIRGULINO
Advogado(s): GLEUTON ARAÚJO PORTELA(OAB/PIAUÍ Nº 6828)
ATO ORDINATÓRIO: Intime-se a defesa para apresentar alegações finais no prazo legal.

15.899. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000314-42.2018.8.18.0032

Classe: Representação Criminal/Notícia de Crime
Representante: DELEGADO DA 3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE PICOS-PI
Advogado(s):
Representado: WLISSES DE MOURA ARAÚJO
Advogado(s):
DESPACHO: PUBLICAR a decisão proferia à fl. 18, cujo teor se segue: "Tendo em vista o cumprimento do mandado de busca e apreensão pela autoridade policial, ARQUIVE-SE os presentes autos. Inexistindo razão, em homenagem ao princípio constitucional da publicidade dos atos judiciais, para manter o regime de sigilo, levanto o sigilo deste autos, determinado ao setor competente as providências de estilo. Publique-se. Intime-se. Após, ARQUIVE-SE. PICOS, 26 de abril de 2018 NILCIMAR R. DE A. CARVALHO Juiz(a) de Direito da 5ª Vara da Comarca de PICOS".

15.900. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara de PICOS)
Processo nº 0003301-85.2017.8.18.0032
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA DE OLIVEIRA
Advogado(s): DIOGO RODRIGUES LEONIDAS(OAB/PIAUÍ Nº 13297)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar o advogado de defesa para que tenha ciência da expedição do mandado de restituição de veículo, encaminhado, por oficial de justiça, ao Detran em Picos-PI.

15.901. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (5ª Vara de PICOS)
Processo nº 0000028-64.2018.8.18.0032
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS
Advogado(s):
Réu: NAIARA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO
Advogado(s): FRANKLIN DOURADO REBELO(OAB/PIAUÍ Nº 3330), EVA MIKAELA DE ANDRADE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 10661), MARDONIO MENEZES DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 11837)
DESPACHO: INTIMAR os Advogados Dr. MARDÔNIO MENEZES DO NASCIMENTO - OAB/PI nº 11.837 e Dra. EVA MIKAELA DE ANDRADE LIMA - OAB/PI nº 10.837, para comparecer(em) à audiência de oitiva de testemunhas e interrogatório do(a) ré(u), (Instrução), designada para o dia 29/05/2018, ás 12hs, na sala de audiências deste juízo - Picos/PI, conforme despacho de fls. 62 nos autos em epígrafe.

15.902. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0000220-12.2009.8.18.0032
CLASSE: Ação Penal de Competência do Júri
Indiciante: MINISTERIO PUBLICO
Indiciado: RAIMUNDO NONATO BARBOSA DE ARAÚJO FILHO
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. NILCIMAR R. DE A. CARVALHO , Juiz de Direito desta cidade e comarca de PICOS, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 5ª Vara, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **RAIMUNDO NONATO BARBOSA DE ARAÚJO FILHO,** residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PICOS, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.
NILCIMAR R. DE A. CARVALHO
Juiz(a) de Direito da 5ª Vara da Comarca de PICOS

15.903. EDITAL - 5ª VARA DE PICOS

PROCESSO Nº: 0000738-31.2011.8.18.0032
CLASSE: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: 5ª PROMOTORIA DE DE JUSTIÇA DE PICOS
Réu: FRANCINAR ALVES PEREIRA, EDMILSON SANTOS DA COSTA
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. NILCIMAR R. DE A. CARVALHO , Juiz de Direito desta cidade e comarca de PICOS, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 5ª Vara, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **FRANCINAR ALVES PEREIRA,** residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PICOS, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.
NILCIMAR R. DE A. CARVALHO
Juiz(a) de Direito da 5ª Vara da Comarca de PICOS

15.904. EDITAL - JECC PICOS - SEDE

AVISO DE INTIMAÇÃO (JECC Picos - Sede de PICOS)
Processo nº 0000132-21.2017.8.18.0152
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Autor:
Advogado(s):
Réu: MIRIA ELLEN DOS SANTOS VIEIRA, IONE GONÇALVES DE MOURA, DENERSON LIMA LOPES
Advogado(s): ALEXSANDER RENZO DE ARAUJO SOARES CORREIA E OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13418), EMANUELA DE MOURA OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 14365), ANA CAROLINA RODRIGUES LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 6424)
DESPACHO: (Intimo MIRIA ELLEN DOS SANTOS VIEIRA através de sua Advogada EMANUELA DE MOURA OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 14365), para, querendo, no prazo de 05(cinco) dias apresente às alegações finais. Eu, Rocini de Moura Santos, Analista Judicial, digitei o presente aviso de intimação em 07/05/2018.

15.905. EDITAL - JECC PICOS - SEDE

AVISO DE INTIMAÇÃO (JECC Picos - Sede de PICOS)
Processo nº 0000061-58.2013.8.18.0152
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Autor: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: FRANCIVALDO DA COSTA
Advogado(s): ARISTEU RODRIGUES NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 3892-B)
DESPACHO: " Dê-se ciência às partes do retorno dos autos da Turma Recursal Cível e Criminal de Teresina-PI, volte-me concluso."

15.906. EDITAL - VARA ÚNICA DE PIO IX

PROCESSO Nº: 0000566-45.2015.8.18.0066
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor:
Réu: FERNANDO FRANCISCO DE SOUSA
Vítima: ANTONIO JOSÉ CIRILO DOS SANTOS OLIVEIRA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O (A) Dr (a). JOSÉ EDUARDO COUTO DE OLIVEIRA, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de PIO IX, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença nos autos do processo em epígrafe, ficando o acusado/indiciado, **FERNANDO FRANCISCO DE SOUSA, vulgo(a) "", Brasileiro(a) , Nao Informado , filho(a) de RITA IZABEL DE SOUSA e FRANCISCO JOÃO DE SOUSA, residente e domiciliado(a) em RUA DEZOITO DE DEZEMBRO, Nº 530, VILA SÃO JORGE, SÃO JULIÃO - Piauí, residente em local incerto e não sabido,** por este edital, devidamente **INTIMADO** de todo o conteúdo da sentença, cujo dispositivo é o seguinte: " Ante o exposto, julgo procedente a pretensão punitiva do Estado e CONDENO o acusado FERNANDO FRANCISCO DE SOUSA como incurso nas penas do art. 302, Parágrafo Único, I do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n° 9.507/97). Em vista do disposto nos arts. 59 e 68 ambos do Código Penal, passo a individualizar a pena. DOSIMETRIA DA PENA Observando os parâmetros ditados pelo art. 59 do Código Penal, bem como o princípio da proporcionalidade, passo a fixar a pena-base: Avaliando o grau de reprovação da conduta do réu ao adotar um comportamento ilícito, tendo condições de se conduzir de acordo com o direito, entendo média a medida de sua culpabilidade, eis que se espera outra conduta de um jovem que goza de suas faculdades mentais. Considerando não haver antecedentes a considerar. Considerando possuir boa conduta social. Não tenho como aferir a índole moral do agente. Deixo de considerar os motivos do crime, já que toda conduta culposa é involuntária. Considerando ter o fato delituoso ceifado a vida de uma pessoa, como consequência à espécie criminal. Considerando não ter o comportamento da vítima contribuído para a realização do fato, vez que, segundo as provas colhidas e estatuídas nos autos a mesma trafegava em sua mão. Fixo a pena-base em 2 (dois) anos de detenção. Não há circunstâncias agravantes a serem consideradas. Aplico as causas de aumento de pena prevista 302, Parágrafo Único, I do CTB e aumento a pena em um terço, fixando-a em 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de detenção. Não há causas de diminuição de pena. Fixado o quantum da pena definitiva, para o início do cumprimento da pena, A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento informando o identificador e o código verificador . 17336409 C5C5D.6E144.49F5C.35D3A.C4063.A83C5 defino o regime ABERTO (alínea c, §2°, do art. 33 do CP). Considerando que estão presentes os requisitos constantes do art. 44, I, e seu § 2º, CP, substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, quais sejam, prestação pecuniária e interdição temporária de direitos que serão oportunamente especificadas em audiência admonitória. Com relação à pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, prevista cumulativamente (art. 293 do CTB), fixo-a pelo mesmo período de duração da pena privativa de liberdade concretamente imposta. Publique-se. Registre-se. Intime-se Pio IX (PI), 05 de outubro de 2017. JOSÉ EDUARDO COUTO DE OLIVEIRA Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de PIO IX". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.
Eu, _____ THAISE KAREN DE ALENCAR PINHEIRO, Cedido Prefeitura, digitei e subscrevo.
PIO IX, 7 de maio de 2018.
JOSÉ EDUARDO COUTO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito da Comarca da Vara Única da PIO IX.

15.907. EDITAL - VARA ÚNICA DE PIRACURUCA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PIRACURUCA)
Processo nº 0000019-12.2009.8.18.0067
Classe: Procedimento Comum
Requerente: MARIA DOS REMÉDIOS SALES
Advogado(s): GILBERTO ESCÓRCIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS(OAB/PIAUÍ Nº 362014), GILBERTO DE MELO ESCORCIO(OAB/PIAUÍ Nº 7068)
Requerido: O INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: INTIMAR OS ADVOGADOS DR. GILBERTO ESCÓRCIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS(OAB/PIAUÍ Nº 362014), GILBERTO DE MELO ESCORCIO(OAB/PIAUÍ Nº 7068), para que se mnifeste sobre o Laudo Social realizado nos autos da Ação supra. Eu, Maria Gardênia Carvalho de Cerqueira, Analista Judicial, digitei e conferi o presente aviso. PIRACURUCA, 04 de maio de 2018.

15.908. EDITAL - VARA ÚNICA DE PIRACURUCA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PIRACURUCA)
Processo nº 0000392-96.2016.8.18.0067
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIA MENDES DA SILVA
Advogado(s): ROBERT RIOS MAGALHÃES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8677)
Réu: FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA
Advogado(s):
DESPACHO: INTIMAR A DRª MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO CERQUEIRA DE AGUIAR (OAB-PIAUÍ Nº 2266), para que tome conhecimento de sua nomeação como curadora especial do interditando Francisco Rodrigues de Souza, e, dizer se aceita o honroso cargo e, se assim o fazendo, manifeste-se nos autos, no prazo de 15 (quinze). Eu, Maria Gardênia Carvalho de Cerqueira, Analista Judicial, digitei e conferi o presente aviso. PIRACURUCA, 04 de maio de 2018.

15.909. EDITAL - VARA ÚNICA DE PIRACURUCA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PIRACURUCA)
Processo nº 0000168-95.2015.8.18.0067
Classe: Procedimento Comum
Autor: RAIMUNDO NONATO RODRIGUES
Advogado(s): MATIAS DE BRITO MORAIS(OAB/PIAUÍ Nº 10271)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: INTIMAR O DR MATIAS DE BRITO MORAIS(OAB/PIAUÍ Nº 10271), da designação da pericia que se realizará dia **17/05/2018, às 15:00**, no PSF, sito à Av. Clementino Escórcio de Cerqueira, s/nº, Centro, Piracuruca-Piauí, acompanhado de seu constituinte. Eu, Maria Gardênia Carvalho de Cerqueira, Analista Judicial, digitei e conferi o presente aviso. PIRACURUCA, 07 DE MAIO DE 2018.

15.910. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PIRACURUCA

Processo nº 0000571-64.2015.8.18.0067
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA VITÓRIA FORTES LAGES CAVALCANTE, JOSÉ RENATO LAGES CAVALCANTE FILHO, MARIA DO SOCORRO MARQUES CAVALCANTE
Advogado(s): OSVALNILSON DE FREITAS MARTINS COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4386-B)
Réu: ALEXANDRE MARCELO MARQUES LAGES CAVALCANTE, FERNANDO DE BRITO MAGALHAES, MILTON DA SILVA MELO
Advogado(s):
Tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo com , nos termos do CPC 487, III, alínea b, do NCPC. resolução de mérito. Sem custas. Expedidas as comunicações necessárias e feitas as anotações devidas, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado desta decisão, por se tratar de feito cujo deslinde se deu sob o pálio da composição. P.R.I.

15.911. EDITAL - 1ª VARA DE PIRIPIRI

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PIRIPIRI)
Processo nº 0001300-95.2015.8.18.0033
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DA 1ª VARA
Advogado(s):
Réu: TACIANA DA SILVA SOUSA, ANTONIO FRANCISCO DA SILVA, FRANCISCO DE ASSIS SILVA, VULGO "DIASSIS" OU "ASSIS"
Advogado(s): HIGOR PENAFIEL DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 8500), EUGENIOLEITEMONTEIROALVES(OAB/PIAUÍ Nº 165786)
ATO ORDINATÓRIO: A Secretaria da 1ª Vara INTIMA o advogado HIGOR PENAFIEL DINIZ e a advogada CARMEM GEAN VERAS DE MENESES, para, no prazo legal, apresentarem as alegações finais do réu FRANCISCO DE ASSIS SILVA, vulgo DIASSIS ou ASSIS. Piripiri, 04.05.2018. Eu, Rejane Maria Silva Oliveira, Secretária da 1ª Vara, o digitei.

15.912. EDITAL - 1ª VARA DE PIRIPIRI

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PIRIPIRI)
Processo nº 0000217-88.2008.8.18.0033
Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional
Autor:
Advogado(s):
Indiciado: FRANCISCO JOSE IBIAPINA NERES, MANOEL MOACIR DE MELO SOUSA
Advogado(s): DAYANE REIS BARROS DE ARAÚJO LIMA, OAB/PI nº 4116
ATO ORDINATÓRIO: A Secretaria da 1ª Vara INTIMA a advogada DAYANE REIS BARROS DE ARAÚJO LIMA, OAB/PI nº 4116, da sentença que EXTINGUIU A PUNIBILIDADE dos réus. Piripiri, 07.05.2018. Eu, Rejane Maria Silva Oliveira, Secretária da 1ª Vara, o digitei.

15.913. EDITAL - 1ª VARA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0003472-73.2016.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI - PI
Réu: FRANCISCO COELHO DA SILVA
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA, Juiz de Direito desta cidade e comarca de PIRIPIRI, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **FRANCISCO COELHO DA SILVA,** residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a

defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PIRIPIRI, Estado do Piauí, aos 7 de maio de 2018 (07/05/2018). Eu, Karoline Ferreira Andrade, Estagiária, o digitei. (a) LUCIANA CLÁUDIA MEDEIROS DE SOUZA - JUÍZA DE DIREITO

15.914. EDITAL - 1ª VARA DE PIRIPIRI

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PIRIPIRI)
Processo nº 0000488-29.2010.8.18.0033
Crime cintra o Patrimônio- FURTO
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: Ministério Público Estadual
Réu: FRANCISCO PEREIRA PINTO DE SOUZA
Advogado(s): Dr. Eugênio Leite Monterio Alves OAB/PI 1657/86.
ATO ORDINATÓRIO: Fica intimado o Dr. Eugênio Leite Monterio Alves OAB/PI 1657/86, da sentença da extinção da punibilidade. Por conseguinte, declaro extinta a punibilidade do ac usado com fundamewnto na ocorrência da Prescrição Virtual, lastreado no artigo 107, IV, e IV, ambos do Código Penal, porquanto não podeo Estado exercer o seu jus puniendi. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se. Intimações necessárias. Eu, Ândrea Maria Seraine Custódio Viana, analista judicial o digitei.

15.915. EDITAL - 1ª VARA DE PIRIPIRI

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PIRIPIRI)
Processo nº 0000188-28.2014.8.18.0033
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: JONAS MEDEIROS DOS SANTOS
Advogado(s): EDCARLOS JOSÉ DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4780)
ATO ORDINATÓRIO: Fica intimado o Dr. EDCARLOS JOSÉ DA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4780) da sentença de extinção da punibilidade. Por conseguinte, declaro extinta a punibilidade da acusado com fundamento na ocorrência da prescrição Virtual, lastreado no artigo 107, IV, e 109, VI, ambos do Código Penal, porquanto não mais pode o Estado exercer o seu jus puniendi. Eu, Ândrea Maria Seraine Custódio Viana, analista Judicial.

15.916. EDITAL - 2ª VARA DE PIRIPIRI

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PIRIPIRI)
Processo nº 0000584-97.2017.8.18.0033
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA LAIANA DE ARAUJO PEREIRA, MARIA CECÍLIA PREIRA DE OLIVEIRA
Advogado(s): NATHANA HEVILA DA SILVA VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 11444), FRANKMARA CERQUEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10678)
Réu: JOSE DE OLIVEIRA
Advogado(s): ANTONIO MENDES MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 2692)
SENTENÇA: De ordem, ficam intimados da sentença proferida nos autos supra, Autora e Reú, bem como os Advogados acima mencionados, cuja parte final é a seguir: SENTENÇA ,Vistos etc.... Ante o exposto, face ao descumprimento pela parte autora do dever de informar ao Juízo a sua mudança de endereço, e, presumindo-se válida a intimação, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, IV, c/c art. 274, parágrafo único, do CPC. Publique-se. Registre-se, Intime-se e, após o trânsito em julgado, arquive-se. Cumpra-se com as formalidades legais. Piripiri, 29 de novembro de 2017. a) Raimundo José Gomes-Juiz de Direito". Piripiri-Pi, 04 de maio de 2018, eu, Josemar de s. Amorim), Secretário da 2ª Vara digitei.

15.917. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800356-89.2017.8.18.0033
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: J.B.S.S.S
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: A.R.S
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.918. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800340-38.2017.8.18.0033
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: ANA CLAUDIA DE SOUSA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: MARCONE ALVES PEREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.919. DECISÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800596-44.2018.8.18.0033
CLASSE: ADOÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: A.C.S; **REQUERENTE**: A.C.S.S
ADVOGADO(s): HIGOR PENAFIEL DINIZ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: B.M.D
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.920. DECISÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800601-66.2018.8.18.0033
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: ANA KESSIA DE SOUZA SILVA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: ROBSON DA SILVA
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.921. DECISÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800600-81.2018.8.18.0033
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: TAINARA NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: ODON ALCEU DE CASTRO MARTINS
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.922. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800085-46.2018.8.18.0033
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCINETE DA SILVA NASCIMENTO
ADVOGADO(s): DAYANE REIS BARROS DE ARAUJO LIMA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: WILTON JONH DA SILVA; **REQUERIDO**: ROSILANE DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.923. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800085-46.2018.8.18.0033
CLASSE: GUARDA
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCINETE DA SILVA NASCIMENTO
ADVOGADO(s): DAYANE REIS BARROS DE ARAUJO LIMA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: WILTON JONH DA SILVA; **REQUERIDO**: ROSILANE DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.924. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800213-66.2018.8.18.0033
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: JOAQUIM ALVES PEREIRA; **REQUERENTE**: FRANCISCA MARIA DA SILVA SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.925. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800090-05.2017.8.18.0033
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: EXEQUENTE: KAROLAYNE FERNANDES LOPES PEREIRA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: EXECUTADO: AMILTON PEREIRA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.926. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800608-58.2018.8.18.0033
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: RAIMUNDA DA SILVA MESQUITA ALVES; **REQUERENTE**: ANTONIO WILSON DA SILVA ALMEIDA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.927. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800613-80.2018.8.18.0033
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: MARIA HELIDA JESUINO SILVA; **REQUERENTE**: ENILDA LINA DA CRUZ
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.928. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800614-65.2018.8.18.0033
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL

POLO ATIVO: REQUERENTE: GUIDO JOSE DE SOUSA MACEDO; **REQUERENTE**: HIDELIANE NAIARA DA SILVA LIMA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.929. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800609-43.2018.8.18.0033
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: DIANA SANTIAGO DE ANDRADE; **REQUERENTE**: FRANCISCO BEZERRA DE MOURA FILHO
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.930. DESPACHO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800607-73.2018.8.18.0033
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: EDINALDA DOS SANTOS SILVA; **REQUERENTE**: JUSTINO DA CRUZ SOUSA
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.931. DECISÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800079-73.2017.8.18.0033
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: F.M.T.S.R
ADVOGADO(s): MARIA WANESSA ALVES
POLO PASSIVO: RÉU: F.G.P.R
339 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> LIMINAR:
CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.932. DECISÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0800561-84.2018.8.18.0033
CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO
POLO ATIVO: REQUERENTE: M.V.O.M
ADVOGADO(s): ANTONIO MENDES MOURA
POLO PASSIVO: REQUERIDO: J.F.D.S.C
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.933. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE PIRIPIRI

Processo nº 0002686-29.2016.8.18.0033
Classe: Procedimento Comum
Autor: BANCO DO BRASIL S.A
Advogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/PIAUÍ Nº 8204-A)
Réu: RR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, RAFAEL DE ANDRADE CAVALCANTE
Advogado(s):
Manifeste-se, a parte Autora, dentro do prazo legal, por seu procurador, sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 81v.
BELA. MAURENICE RIBEIRO LIMA
Analista Administrativo - 995891-3
GUSTAVO DA COSTA LUZ
Secretário da 3ª Vara

15.934. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE PIRIPIRI

Processo nº 0000623-65.2015.8.18.0033
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado(s): LAURISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3454)
Requerido: JORGILTON MUNIZ DA SILVA SOUSA
Advogado(s):
Manifeste-se, dentro do prazo legal, a parte Autora, por seu procurador, sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 38v.
BELA. MAURENICE RIBEIRO LIMA
Analista Administrativo - 995891-3
GUSTAVO DA COSTA LUZ
Secretário da 3ª Vara

15.935. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE PIRIPIRI

Processo nº 0002643-92.2016.8.18.0033
Classe: Procedimento Ordinário
Autor: ELIENE DE FREITAS PESSOA
Advogado(s): DAYANE REIS BARROS DE ARAUJO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 4116)
Réu: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):
Ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI)
Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação apresentada pela parte ré.
PIRIPIRI, 7 de maio de 2018
NATHANIELLY DE ANDRADE MELO
Cedido Prefeitura - Mat. nº 9960471

15.936. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE PIRIPIRI

Processo nº 0000269-60.2003.8.18.0033
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): JOÃO PEDRO DE MACEDO(OAB/PIAUÍ Nº 1174), JOSÉ ACÉLIO CORREIA(OAB/PIAUÍ Nº 1173)
Executado(a): IND E COM DE ROUPAS JEITO DE CORPO LTDA ME
Advogado(s): MARIA DO CARMO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 12469)
ATO ORDINATÓRIO: Intimação dos advogados das partes para no prazo de lei, apresentarem manifestação acerca do laudo de avaliação e certidão fornecida pela Oficiala de Justiça e Avaliadora.

15.937. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE PIRIPIRI

Processo nº 0002520-94.2016.8.18.0033
Classe: Monitória
Autor: VISÃO MÓVEIS INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA, AFONSO MARX
Advogado(s): MARINA GUERINI(OAB/SANTA CATARINA Nº 28067)
Réu: N.G. COMERCIO DE MÓVEIS LTDA EPP
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Manifeste-se a parte autora, no prazo de lei, sobre a certidão do Oficial de Justiça, constante de fl. 32 dos autos.

15.938. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE PIRIPIRI

Processo nº 0000213-66.1999.8.18.0033 **Classe:** Execução de Título Extrajudicial **Exequente:** BANCO DO BRASIL S/A **Advogado(s): LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS(OAB-PR 8123)**
Executado(a): ALVARO FRANCISCO DA CRUZ CASTRO, WALDECY JOSE DE SOUSA **Advogado(s):** EDIVAR GOMES DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 994), EDIVARGOMESDEARAUJO(OAB/PIAUÍ Nº 99477)
ATO ORDINATÓRIO: Manifeste-se a parte autora no prazo de lei, sobre as certidões da Oficiala de Justiça constante de fls. 308vº/309vº dos autos.

15.939. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE PIRIPIRI

Processo nº 0002281-90.2016.8.18.0033
Classe: Monitória
Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)
Réu: R. F. A CARVALHO & CIA LTDA -ME
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: Manifeste-se a parte autora no prazo de lei, sobre a certidão do Oficial de Justiça constante de fls. 29vº dos autos.

15.940. EDITAL - 3ª VARA DE PIRIPIRI

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara de PIRIPIRI)
Processo nº 0000127-56.2003.8.18.0033
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): JOÃO PEDRO DE MACEDO(OAB/PIAUÍ Nº 1174), JOSÉ ACÉLIO CORREIA(OAB/PIAUÍ Nº 1173)
Executado(a): GENIVAL GOMES DE OLIVEIRA ME
Advogado(s): ANTONIO FERREIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2492)
ATO ORDINATÓRIO: Intimação dos advogados do exequente para fins de manifestação acerca do laudo de avaliação de imóvel apresentada pela Oficiala de Justiça, constante de fls.73/75 dos autos.

15.941. EDITAL - VARA ÚNICA DE PORTO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PORTO)
Processo nº 0000591-23.2013.8.18.0068
Classe: Procedimento Sumário
Autor: ROSINALDA COSTA CARVALHO
Advogado(s): DENIS GOMES MOREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2718)
Réu: O MUNICIPIO DE PORTO PI
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: INTIMA a parte autora por seu advogado, para conhecimento do retorno dos autos.

15.942. EDITAL - VARA ÚNICA DE PORTO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PORTO)
Processo nº 0000548-86.2013.8.18.0068
Classe: Procedimento Comum
Autor: ANTONIO JOSE SAMPAIO BASTOS
Advogado(s): DENIS GOMES MOREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2718)
Réu: O MUNICIPIO DE PORTO PI
Advogado(s): VIRGILIO BACELAR DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2040)
ATO ORDINATÓRIO: INTIMA a parte autora por seu advogado, para conhecimento do retorno dos autos.

15.943. EDITAL - VARA ÚNICA DE PORTO

PROCESSO Nº: 0000208-06.2017.8.18.0068
CLASSE: Averiguação de Paternidade
Requerente: O MINISTERIO PÚBLICO ESTADUA DE PORTO-PI
Requerido: CARLOS ALFREDO DUTRA SANTOS
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. ***Ulysses Gonçalves da Silva Neto***, Juiz de Direito desta cidade e comarca de Porto, Estado do Piaui, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 212, Porto - Piauí, a Ação acima referenciada, proposta por M. C. R S, representada por sua genitora Claudelice Rodrigues Silva, residentes e domiciliadas na Av. Matias Olimpio, S/N, Centro, cidade de Porto - Piauí, face de CARLOS ALFREDO DUTRA SANTOS, brasileiro, residente e domiciliadomna rua São Mateus, S/N, Centro, Porto - Piauí, atualmente se encontra em local incerto e não sabido; fica por este edital, possíveis interessados citados, para, querendo, possam no prazo de 20 (vinte) dias, contestar o pedido inicial, para sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justica e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de Porto, Estado do Piauí, aos sete de maio de dois mil e dezoito (07/05/2018). Eu,___,José Francisco Sampaio Barbosa, digitei, subscrevi.
PORTO, 7 de maio de 2018
ULYSSES GONÇALVES DA SILVA NETO
Juiz de Direito

15.944. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000026-64.2010.8.18.0068
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: JOSE ORLANDO ARAUJO DE SOUSA, ANTONIO LUIS RIBEIRO DA SILVA
Advogado(s):
DESPACHO: "Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 17/10/2018, às09:00 horas."

15.945. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0001230-07.2014.8.18.0068
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA EDUARDA PEREIRA MENOR, ROSIRAR PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICADO DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA SOUSA
Advogado(s): Virgílio Bacelar de Carvalho (OAB/PI Nº 2040)
DECISÃO: (...) "Considerando a necessidade de produção de prova oral para corroborareventuais indícios de prova documental, designo para o dia 05/07/2018, às 11h30 horas, aaudiência de instrução e julgamento."

15.946. DECISÃO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000008-96.2017.8.18.0068
Classe: Separação Litigiosa
Suplicante: POLYANA DE SOUSA FERREIRA
Advogado(s): LUIZ RODRIGUES LIMA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8243)
Suplicado: ANTONIO NETO ALVES DE FRANÇA
Advogado(s):
DECISÃO: (...) " Designo audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para a data de 09/08/2018, às 12:00 horas.".

15.947. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000094-52.2014.8.18.0107
Classe: Ação de Alimentos
Requerente: O M.P, EM PROL DE B.D.O.DA S, B.T.O.DA S, E.D.O.DA S, REPS. POR SUA GENITORA MARIA DOS REMÉDIOS SAMPAIO DE OLIVIERA
Advogado(s):
Requerido: EDICO PEREIRA DA SILVA
Advogado(s): DANILO CASTELO BRANCO SOARES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6612)
DESPACHO: (...) "Em virtude do lapso temporal entre o pedido feito pelo Ministério Público(19/04/2017) até a presente data, determino a intimação da parte autora para que, no prazode 10 (dez) dias, apresente planilha de cálculo atualizada dos débitos alimentares ematraso, bem como o endereço atualizado do requerido, sob pena de extinção do feito semresolução do mérito."

15.948. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000518-12.2017.8.18.0068
Classe: Mandado de Segurança
Autor: ANTONIO CARLOS TORRES SANTOS
Advogado(s): ANTONIO WILSON LAGES DO REGO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 12175)
Réu: REGINALDO CARLOS TORRES SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIAPL DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS-PI
Advogado(s): ANIBAL CEZAR ROMULO DE CARVALHO COELHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9110)
SENTENÇA: (...) "Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem exame do mérito, porausência de prova pré-constituída acerca dos fatos alegados pelos impetrantes., nos termosdo artigo 485, VI do Código de Processo Civil."

15.949. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000124-68.2018.8.18.0068
Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS -PI, NESTE ATO REP. PELO PREFEITO MUNICICIPAL, SR. MANOEL DE JESUS

SILVA.
Advogado(s): LUANA FERREIRA DOS REIS(OAB/PIAUÍ Nº 13114)
Réu: RONALDO CESAR LAGES CASTELO BRANCO
Advogado(s):
DESPACHO: (...) "Tendo em vista que os Embargos de Declaração interposto teriam efeitomodificativo, caso sejam acolhidos, e em homenagem ao princípio constitucional docontraditório e da ampla defesa, intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-seno prazo de 5 (cinco) dias, conforme dispõe o Art. 1.023, §2° do Código de Processo Civil."

15.950. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000459-92.2015.8.18.0068
Classe: Procedimento Comum
Autor: EDIMAR ROCHA
Advogado(s): LEANDRO MARTINS BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 9735)
Réu: BANCO ITAU BMG S.A
Advogado(s): JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7198-A)
DESPACHO: (...) "Em razão da alegação da parte ré de ter realizada acordo com o requerente,determino a intimação do autor para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se dizendose anui com o acordo apresentado pelo demandado às fls.76 dos autos.No mesmo prazo, manifeste-se sobre os embargos de declaração de fls.87/88."

15.951. DECISÃO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000312-32.2016.8.18.0068
Classe: Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Autor: JOSE CHARLES FORTES CASTRO
Advogado(s): CESAR WYLLANNE DE PAULA ALVES GERONCO(OAB/PIAUÍ Nº 12848)
Réu: ESTADO DO PIAUI -TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI(TCE/PI)
Advogado(s):
DECISÃO: (...) "Posto isso, não vislumbro a ocorrência de contradição ou omissão na sentençaatacada, dessa forma, conheço dos embargos e lhes nego seguimento."

15.952. DECISÃO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000537-86.2015.8.18.0068
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: ADALTON RODRIGUES DE FREITAS
Advogado(s): THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 7558)
Requerido: MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS
Advogado(s): VIRGILIO BACELAR DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2040)
DECISÃO: "(...) Considerando a necessidade de produção de prova oral para corroborar eventuais indícios deprova documental, designo para o dia **14/11/2018, às 10h00** horas, a audiência de instrução e julgamento.Intimem-se as partes para comparecer à audiência ora designada, cientificando-as que suastestemunhas deverão comparecer independentemente de intimação."

15.953. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000155-08.2006.8.18.0069
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS
Advogado(s): TÁCIA HELENA NUNES CAVALCANTE(OAB/PIAUÍ Nº 5454), SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5446)
Réu: O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte ré para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

15.954. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000153-38.2006.8.18.0069
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: MARIA DA PAZ DE SOUSA ANDRADE
Advogado(s): TÁCIA HELENA NUNES CAVALCANTE(OAB/PIAUÍ Nº 5454), KARINA CRISTINA NUNES MORAES(OAB/PIAUÍ Nº 2807), SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5446)
Réu: O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte ré para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

15.955. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000158-60.2006.8.18.0069
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: MARIA DA COSTA E SILVA
Advogado(s): TÁCIA HELENA NUNES CAVALCANTE(OAB/PIAUÍ Nº 5454), SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5446)
Réu: O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte ré para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

15.956. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000157-75.2006.8.18.0069
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: CÍCERO MARTINS DA SILVA
Advogado(s): SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5446)
Réu: O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte ré para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

15.957. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000090-76.2007.8.18.0069
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: SOCORRO MARIA DO ROSÁRIO
Advogado(s): MÁRIO JOSÉ RODRIGUES NOGUEIRA BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 2566)
Réu: O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
ATO ORDINATÓRIO: INTIMAR a parte autora para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

15.958. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000174-14.2006.8.18.0069
Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Autor: ROSINETE DE CARVALHO
Advogado(s): SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5446)
Réu: O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte ré para apresentar as contrrrazões no prazo legal.

15.959. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000364-64.2012.8.18.0069
Classe: Procedimento Comum
Autor: O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO - PIAUÍ
Advogado(s): JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 2108)
Réu: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ(COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ-CEPISA
Advogado(s): DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE(OAB/MINAS GERAIS Nº 56543)
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

15.960. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

Processo nº 0000305-13.2011.8.18.0069
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARGARETH MARIA DE SOUSA PACHECO
Advogado(s): SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5446)
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Faço vista dos autos à parte autora, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o documento juntado à(s) fl(s) 124/131.
REGENERAÇÃO, 7 de maio de 2018
MARCOPOLO FIGUEREDO
Analista Judicial - 26592

15.961. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

Processo nº 0000278-64.2010.8.18.0069
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA AUGUSTA DA SILVA DAMASCENO
Advogado(s): SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 5446)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Faço vista dos autos à parte autora, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o documento juntado à(s) fl(s) 175181.
REGENERAÇÃO, 7 de maio de 2018
MARCOPOLO FIGUEREDO
Analista Judicial - 26592

15.962. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de REGENERAÇÃO)
Processo nº 0000472-25.2014.8.18.0069
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Autor: AUGUSTA ALVES DE MACEDO
Advogado(s): AFONSO LIMA DA CRUZ JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5265-B)
Requerido: JOÃO FRANQUELINO
Advogado(s): NEY AUGUSTO NUNES LEITÃO(OAB/PIAUÍ Nº 5554), CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 2723)

ATO ORDINATÓRIO: De ordem do MM Juiz de Direito Titular desta Comarca, Dr. Alberto Franklin de Alencar Milfont, INTIMO o advogado do réu, Dr. Ney Augusto Nunes Leitão(OAB-PI nº 5.554), para que esclareça se o pedido de renúncia ora formulado limita-se apenas à sua pessoa, ou estende-se ao causídico, a quem tambem foram outorgado poderes no mandato de fls. 29, Dr. Carlos Augusto Teixeira Nunes(OAB-PI nº 2.723), ocasião em que, em permanecendo este último habilitado nos autos, fica o mesmo de já, INTIMADO para que, no prazo de 05 dias, especifique as provas que pretende produzir.

15.963. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE REGENERAÇÃO

PROCESSO Nº: 0800125-17.2018.8.18.0069
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
POLO ATIVO: INTERESSADO: MARIA DAS GRACAS MOURA PACHECO
ADVOGADO(s): JOSE HILTON RODRIGUES DE ARAUJO
POLO PASSIVO: INTERESSADO: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.964. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

3ª Publicação
Processo nº 0000640-86.2015.8.18.0135
Classe: Interdição
Interditante: VERONICE TERESA COELHO
Advogado(s):
Interditando: TEREZA RAIMUNDA COELHO
Advogado(s): MOISES NUNES DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 5122)
DISPOSITIVO Ante o exposto, e o que mais constam dos presentes autos, considerando que foram atendidas as formalidades legais pertinentes à espécie, julgo procedente o pedido e DECRETO a interdição da Sra. TERESA RAIMUNDA COELHO, e para assumir o encargo, nomeio como curadora da interditanda sua filha VERONICE TERESA COELHO que deverá representá-la somente quanto aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Os valores recebidos de entidade de previdência deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar da interditanda. Ao final, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC/2015. Ressalto que "A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto" (art. 85,§1º da lei nº 13.146/2015). Lavre-se o termo de curatela contendo as restrições acima. Cumpra-se como o disposto no art. 755, §3º do CPC/2015, inclusive publicando os editais. Inscreva-se a sentença no Registro Civil competente. Publique-se na Imprensa Oficial por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Intime-se o curador para o compromisso, em cujo termo deverão constar as restrições supracitadas. Sem custas e emolumentos, pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. SÃO JOÃO DO PIAUÍ, 16 de abril de 2018 FILIPE BACELAR AGUIAR CARVALHO Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de SÃO JOÃO DO PIAUÍ

15.965. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Processo nº 0000116-84.2018.8.18.0135
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor:
Advogado(s):
Autor do fato: JOSE NETO FRANÇA
Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ-PI(OAB/PIAUÍ Nº)
Diante da resposta à acusação apresentada, não verifico nos autos qualquer
causa de absolvição sumária prevista no art. 397 do CPP.
Designo o dia 29/05/2018, às 08:00 horas, para a realização de audiência
de instrução e julgamento.
A Secretaria deverá observar o causídico constituído pelo acusado, se
advogado particular ou Defensor Público, a fim de evitar equívoco na intimação para o ato.
A Secretaria deverá observar se já existe testemunha ouvida em Juízo, para
evitar intimações desnecessárias.
Autorizo a expedição de Carta Precatória para oitiva(s) da(s) vítima(s), da(s)
testemunha(s) e para o(s)interrogatório(s) do(s) réu(s) que não possue(m) domicílio nesta
ou, no caso último, esteja preso em outra Comarca.
Requisite(m)-se o(s) réu(s) para o interrogatório, se estiver(em) preso(s).
Intime(m)-se o(s) réu(s) para que compareça(m) ao interrogatório.
Intime(m)-se a(s) testemunha(s) de acusação e de defesa, se for o caso.
Intime(m)-se o(s) Advogado(s) do(s) réu(s), se for o caso.
Intime-se a Defensoria Pública para querendo, arrolar as testemunhas a serem
ouvidas na referida audiência. Desde já, determino que a Secretaria, caso sejam arroladas
testemunhas, proceda a intimação das mesmas.
Intime-se o Ministério Público.
Publique-se via DJ-e.
Cumpra-se.
SÃO JOÃO DO

15.966. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Processo nº 0000587-37.2017.8.18.0135
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA SANTA DE CARVALHO SILVA
Advogado(s): GILVAN JOSE DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 10710), JONELITO LACERDA DA PAIXAO(OAB/PIAUÍ Nº 11210)
Réu: MUNICIPIO DE PEDRO LAURENTINO-PI
Advogado(s): IVAN LOPES DE ARAUJO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 14249)
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/07/2018 às 10:00 horas.
Intimem-se as partes por seus advogados.

15.967. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Processo nº 0000935-55.2017.8.18.0135
Classe: Procedimento Comum
Autor: LAGOA DO BARRO II ENERGIAS RENOVAVEIS S.A
Advogado(s): JAIVAN CARVALHO MOURA(OAB/PIAUÍ Nº 10935), ADRIANO MARTINS DE HOLANDA(OAB/PIAUÍ Nº 5794)
Réu: JOÃO SOARES NETO
Advogado(s): ADAO VIEIRA SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 12464)
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/07/2018 às 09:00 horas.
Intimem-se a partes por seus advogados.

15.968. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Processo nº 0001497-69.2014.8.18.0135
Classe: Procedimento Comum
Autor: KAMILA COELHO DE SOUSA
Advogado(s): GILVAN JOSE DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 10710), GILVAN JOSE DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 10710), JAMES BRITO MARTINS DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 10496)
Réu: ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/07/2018 às 08:00 horas.
Intimem-se a parte autora por seus advogados.

15.969. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800386-75.2018.8.18.0135
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: P.O.M
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: F.S.P.L
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.970. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800302-74.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: POLIANA NUNES OLIVEIRA
ADVOGADO(s): MARA RAYLANE DE SOUSA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.971. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800320-95.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: LAURENTINA MARIA RIBEIRO REIS
ADVOGADO(s): MARA RAYLANE DE SOUSA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.972. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800322-65.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARILETE PEREIRA DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO(s): MARA RAYLANE DE SOUSA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.973. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800326-05.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ANA MARIA RAMOS FEITOSA
ADVOGADO(s): MARA RAYLANE DE SOUSA REIS
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.974. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800288-90.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM

POLO ATIVO: AUTOR: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SAO JOAO DO PIAUI
ADVOGADO(s): MARCELLO RIBEIRO DE LAVOR
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.975. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800290-60.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SAO JOAO DO PIAUI
ADVOGADO(s): MARCELLO RIBEIRO DE LAVOR
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.976. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800292-30.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SAO JOAO DO PIAUI
ADVOGADO(s): MARCELLO RIBEIRO DE LAVOR
POLO PASSIVO: RÉU: MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.977. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800328-72.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA LEONICE DOS SANTOS
ADVOGADO(s): MONIQUE SILVA RIBEIRO
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.978. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800378-98.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: ELENILSON DE FIGUEIREDO SOUSA
ADVOGADO(s): NOAC ALMEIDA GONCALVES
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
792 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> LIMINAR:
NÃO CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR

15.979. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800186-68.2018.8.18.0135
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA
POLO ATIVO: IMPETRANTE: LARISSA RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(s): GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO
POLO PASSIVO: IMPETRADO: MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUI
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.980. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800274-09.2018.8.18.0135
CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
POLO ATIVO: EXEQUENTE: LUANA DA CONCEICAO COELHO
ADVOGADO(s): GUSTAVO BARBOSA NUNES
POLO PASSIVO: EXECUTADO: ERIVELTON RODRIGUES DE SOUSZA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.981. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800216-06.2018.8.18.0135
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
POLO ATIVO: AUTOR: M.N.R
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: RÉU: H.A.S
332 - DECISÃO --> CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.982. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800380-68.2018.8.18.0135
CLASSE: REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS
POLO ATIVO: REQUERENTE: J.C
ADVOGADO(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO: REQUERIDO: V.S.F
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.983. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PROCESSO Nº: 0800233-42.2018.8.18.0135
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: JOSE GOMES FERREIRA
ADVOGADO(s): ITALO FERNANDO DE CARVALHO GONCALVES ARAUJO
POLO PASSIVO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(s): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.984. EDITAL - VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

REPUBLICAÇÃO DE SENTENÇA/AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SÃO MIGUEL DO TAPUIO)
Processo nº 0000691-95.2015.8.18.0071
Classe: Procedimento Sumário
Autor: RAIMUNDA CANDIDA DA CONCEIÇÃO
Advogado(s): LUCAS SANTIAGO SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 8125)
Réu: BANCO VOTORANTIM S.A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
SENTENÇA: " **VISTO ETC**. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Negócio Jurídico c/c Repetição de Indébito com Pedido de Indenização por Danos Morais, ajuizada pela parte autora contra a instituição financeira e, apresentada a contestação, o demandado acostou minuta de composição amigável, bem como comprovante de depósito do valor avençado, em conta de titularídade do Patrono Lucas Santiago Silva, pugnando pela homologação e consequente extinção do feilo, na forma do art. 269, III, do CPC. Ante o exposto, homologo o acordo firmado para que produza os efeitos legais, e julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Novo Código de Processo Civil. Custas pró rata, ficando dispensada a demandante do pagamento, devido à concessão do benefício da justiça gratuita. Intime-se o Advogado da inicial para, no prazo de 05(cinco) dias, comprovar que a quantia oriunda da avença reverteu em favor da parte autora, sob pena de responsabilidade.**Transitada em julgado, após o pagamento das custas, dê-se baixa nos assentamentos necessários e arquive-se**. P. R. I. São Miguel do Tapuio-PI, 31 de maio de 2016. **Roberth Rogério Marinho Arouche, Juiz de Direito**."

15.985. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

Processo nº 0000606-41.2017.8.18.0071
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA
Advogado(s):

15.986. EDITAL - VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SÃO MIGUEL DO TAPUIO)
Processo nº 0000059-79.2009.8.18.0071
Classe: Ação Civil Pública
Autor: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Advogado(s):
Réu: RAIMUNDA LOPES PEREIRA
Advogado(s): JORGEVANIO SOARES DE MORAIS(OAB/PIAUÍ Nº 29801)
DESPACHO: "Designo para o dia 3/7/2018, às 11:00, a realização de audiência de instrução. Intimem-se partes e advogado(s), se for o caso, devendo constar do mandado que as testemunhas deverão comparecer independente de intimação."

15.987. EDITAL - VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA E AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SÃO MIGUEL DO TAPUIO)
Processo nº 0000259-42.2016.8.18.0071
Classe: Divórcio Litigioso
Autor: J. H. R. L.
Advogado(s): RENATA ARAUJO CAMPELO LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 11227)
Réu: J. C. DE S.
Advogado(s): RENATA ARAUJO CAMPELO LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 11227)
SENTENÇA:
"...Diante do exposto, e com fundamento no art. 487, III, 'b' do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO com relação ao pedido de divórcio, homologando o acordo firmado entre as partes a fim de surtir seus efeitos, para o fim de decretar o divórcio do casal J. H. R. L. e J. C. DE S. Custas na forma da lei. Fixo honorários advocatícios em R$ 500,00, atendendo-se ao critério previsto no art. 85, nos §§ 8º e 3º, do CPC. Todavia, suspendo o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios em conformidade com o art. 98, VI, §§ 2º e 3º do mesmo estatuto processual. Registre-se. Expeçam-se os necessários mandados de averbação após o trânsito em julgado desta decisão. Prolatada esta decisão em audiência, dou-a por publicada e os presentes por intimados, determino a intimação dos ausentes. Face ao sigilo da matéria aqui tratada, publique-se esta decisão apenas com as iniciais dos Nomes das partes, conforme art. 189, inciso II, do Código de Processo Civil".

15.988. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800186-66.2018.8.18.0071
CLASSE: INTERDIÇÃO
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCA LUCILENE ALVES ARAUJO
ADVOGADO(s): LENIARIA ALVES DE ABREU
POLO PASSIVO: REQUERIDO: MARIA DE FATIMA ALVES DE ARAUJO
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.989. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800201-35.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.990. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800203-05.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.991. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800202-20.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.992. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800204-87.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.993. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800205-72.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.994. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800206-57.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.995. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800207-42.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: JOAO PEDRO ALVES
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.996. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800208-27.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: JOAO PEDRO ALVES
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.997. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800209-12.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: JOAO PEDRO ALVES
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.998. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800200-50.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.999. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800199-65.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1000. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800198-80.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1001. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800198-80.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1002. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800197-95.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(s): MANOEL OLIVEIRA CASTRO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(s): BANCO DO BRASIL S.A
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1003. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800149-39.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: FRANCISCA NAIANA ALVES SOARES
ADVOGADO(s): LENIARIA ALVES DE ABREU

POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.1004. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800192-73.2018.8.18.0071
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
POLO ATIVO: REQUERENTE: FRANCISCO LOPES DOS SANTOS
ADVOGADO(s): RENATA ARAUJO CAMPELO LEITE
POLO PASSIVO:
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.1005. DECISÃO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800123-41.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: CLAUDIO ALVES BATISTA
ADVOGADO(s): JOSE LUAN DE CARVALHO BEZERRA,LENIARIA ALVES DE ABREU
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO SA
785 - DECISÃO --> NÃO-CONCESSÃO --> ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
NÃO CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

15.1006. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800043-77.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): RENATA ARAUJO CAMPELO LEITE
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1007. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800043-77.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: FAUSTA FERREIRA COSTA SILVA
ADVOGADO(s): RENATA ARAUJO CAMPELO LEITE
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO CETELEM S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1008. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800048-02.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
POLO ATIVO: AUTOR: MARIA DA CRUZ LEANDRO
ADVOGADO(s): RENATA ARAUJO CAMPELO LEITE
POLO PASSIVO: RÉU: CCB BRASIL S/A CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1009. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800063-68.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RITA RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO(s): JOSE LUCAS LEODIDO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO(s): ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1010. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800064-53.2018.8.18.0071
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM
POLO ATIVO: AUTOR: RITA RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO(s): JOSE LUCAS LEODIDO NETO
POLO PASSIVO: RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1011. JULGAMENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800160-68.2018.8.18.0071
CLASSE: DIVÓRCIO CONSENSUAL
POLO ATIVO: REQUERENTE: L.R.S.M.L; **REQUERENTE**: M.P.E.P; **REQUERENTE**: J.C.L
ADVOGADO(s): PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
POLO PASSIVO:

466 - JULGAMENTO --> COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO --> HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO:
HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

15.1012. DESPACHO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO Nº: 0800210-94.2018.8.18.0071
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
POLO ATIVO: AUTOR: AYMORE CREDITO
ADVOGADO(s): CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ
POLO PASSIVO: RÉU: ELISLANDIO LUIZ DA SILVA
11010 - DESPACHO --> MERO EXPEDIENTE:
PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

15.1013. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ

Processo nº 0000384-41.2015.8.18.0072
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS MERCÊS DOS SANTOS
Advogado(s): HUMBERTO VILARINHO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4557)
Réu: BANCO BMC/BRADESCO S/A
Advogado(s): ANANDDHA KELLEN DE MORAIS MARQUES DOS REIS(OAB/PIAUÍ Nº 16143), FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)
Ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a CONTESTAÇÃO apresentada via ESCRITÓRIO DIGITAL (protocolo de petição eletrônica de fls. 46). SÃO PEDRO DO PIAUÍ, 7 de maio de 2018 JOSÉ VALDO DE SANTANA Analista Judicial - Mat. nº 4088000

15.1014. EDITAL - VARA ÚNICA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SÃO PEDRO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000261-19.2010.8.18.0072
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA
Advogado(s): LUCIANA RAMOS BATISTA(OAB/GOIÁS Nº 21798)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO: PUBLICADO POR INCORREÇÃO
De ordem do MM. juiz desta Comarca, designo audiência, para o dia11 de setembro de 2018, às 10hs00min.

15.1015. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ

Processo nº 0000078-19.2008.8.18.0072
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA JOSINEIDE DO ESPÍRITO SANTO
Advogado(s):
Réu: PONTO FRIO - GLOBEX UTILIDADES S.A
Advogado(s):
Ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré PONTO FRIO - GLOBEX UTILIDADES S.A.
SÃO PEDRO DO PIAUÍ, 7 de maio de 2018
ANTONIA PEREIRA DE SOUSA SANTANA
ANALISTA JUDICIAL

15.1016. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ

Processo nº 0000232-56.2016.8.18.0072
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DE LOUDES FERREIRA DA SILVA
Advogado(s): HUMBERTO VILARINHO DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4557)
Réu: BANCO BCV-SCHAHIN S/A
Advogado(s): JOSÉ ROBERTO ARANTES(OAB/SÃO PAULO Nº 398646)
Ato ordinatório
(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Faço vistas dos autos ao Procurador da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação de fls. 50/83, apresentada no prazo legal, sob pena de revelia.
SÃO PEDRO DO PIAUÍ, 7 de maio de 2018
ANTONIA PEREIRA DE SOUSA SANTANA
Analista Judicial - 409261-9

15.1017. EDITAL - VARA ÚNICA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SÃO PEDRO DO PIAUÍ)
Processo nº 0000105-65.2009.8.18.0072
Classe: Ação Civil Pública
Autor: A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Advogado(s):
Réu: MARA ADRIANINE DOS SANTOS BRITO
Advogado(s):
DESPACHO: Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação retro apresentado. Após, com ou sem manifestação da parte recorrida, remeta-se os presentes autos para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

15.1018. EDITAL - 1ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0001561-66.2017.8.18.0073
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Indiciante: DELEGACIA DE POLICIA DE SAO RAIMUNDO NONATO
Indiciado: IAGO GABRIEL DE SANTANA RIBEIRO
Advogado(s): MARCO TULIO ARAUJO DE CASTRO(OAB/PIAUÍ Nº 250)
DESPACHO: Designo audiência de Instrução e Julgamento para 24/07/2018 às 08h30min.

15.1019. EDITAL - 1ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0001409-52.2016.8.18.0073
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: 8ª DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI
Advogado(s):
Indiciado: FRANCISCO ELTON LOPES DANTAS, EDRIELSON DA SILVA MACIEL
Advogado(s): DOURIVAL RIBEIRO SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 1728)
ATO ORDINATÓRIO: Fica o advogado do réu intimado para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17 de julho de 2018, às 10h00min, na sala de audiências desta 1ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato/PI.

15.1020. EDITAL - 1ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0000022-65.2017.8.18.0073
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Requerente: 8ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI
Advogado(s):
Requerido: RAIMUNDO MARQUES DE OLIVEIRA
Advogado(s): NILO EDUARDO FIGUEREDO LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 10375), NILO JUNIOR LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 2980)
DESPACHO: 1. Designo audiência de instrução e julgamento para 25/07/2018 às 08:30 horas; 2. Intimem-se o Acusado, seu Defensor, o Ministério Público Estadual e as testemunhas, estas últimas com a advertência de que a ausência injustificada ensejará condução coercitiva e aplicação de multa, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência (arts. 218 e 219 do Código de Processo Penal); 3. Havendo testemunha residente em outra comarca, expeça-se a competente carta precatória, com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, intimando-se as partes da expedição; 4. Existindo armas, munições ou entorpecentes apreendidos, requisite-se à Autoridade Policial a remessa do respectivo laudo até a data da audiência, caso ainda não tenha sido apresentado.

15.1021. EDITAL - 1ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0000435-78.2017.8.18.0073
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Indiciante: 8ª DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI
Advogado(s):
Indiciado: ROMÁRIO DA SILVA DIAS
Advogado(s): NILO JUNIOR LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 2980)
DESPACHO: Designo audiência de instrução para o dia 24/07/2018 às 11h30min.

15.1022. EDITAL - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0001679-52.2011.8.18.0073
Classe: Busca e Apreensão
Requerente: BANCO HONDA S/A
Advogado(s): **RAFAEL DA SILVA RODRIGUES OAB/PI Nº 10.985**
Requerido: MAGNALDO DE SOUSA SILVA
Advogado(s):
DECISÃO PARTE FINAL: Decido. Defiro o pedido feito pela parte autora às fls. 61/62, desta forma, faça-se pesquisa através do sistema BANCEJUD, no intuito de localizar o possível paradeiro da parte requerido. Após realizada a pesquisa solicitada, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste nos autos sobre o resultado, requerendo o que for de direito, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se. Documento assinado eletronicamente por IGOR RAFAEL CARVALHO DE ALENCAR, Juiz(a), em 25/04/2018, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento informando o identificador 19726737 e o código verificador E25F4.E6E41.AF8BE.48762.8100C.31C84. SÃO RAIMUNDO NONATO, 25 de abril de 2018 IGOR RAFAEL CARVALHO DE ALENCAR Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de SÃO RAIMUNDO NONATO

15.1023. EDITAL - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0000496-56.2005.8.18.0073
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A
Advogado(s): ANDREI ALEXANDRE TAGGESEL GIOSTRI(OAB/PIAUÍ Nº 246), PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)
Executado(a): VIRGILIO DA SILVA COSTA, MARIA DO SOCORRO DA SILVA COSTA, MARGARIDA DA SILVA COSTA, ALDEMAR DA SILVA COSTA
Advogado(s): JÔNATAS BARRETO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 3101)
DESPACHO: Intime-se a parte autora, através do seu patrono, para manifestar interesse no seguimento do feito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Em caso de persistência do interesse deve a parte autora requerer, em igual prazo, o que entender de direito para o seguimento do feito. Cumpra-se com cautelas legais. São Raimundo Nonato, 22 de março de 2018. Italo Marcio Gurgel de Castro, Juiz de Direito.

15.1024. DESPACHO - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Processo nº 0000945-67.2012.8.18.0073
Classe: Ação Civil Pública
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado(s):
Réu: O MUNICIPIO DE SAO LOURENÇO DO PIAUI - PI
Advogado(s): PEDRO DE ALCÂNTARA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 2402)
DESIGNO audiência de Instrução e Julgamento para o dia às 18 de junho de 2018, às 15:00 horas, na sala de audiência deste Juízo. Intimem-se O Ministério Público, bem como o requerido pessoalmente, vez que se trata de Pessoa Jurídica de Direito Público interno. Expedientes necessários.

15.1025. DESPACHO - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Processo nº 0000924-91.2012.8.18.0073
Classe: Procedimento Comum
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: MUNICIPIO DE SAO LOURENÇO DO PIAUI-REP. MANOEL ILDEMAR DAMASCENO CRUZ
Advogado(s):
DESIGNO audiência de Instrução e Julgamento para o dia às 18 de junho de 2018, às 15:00 horas, na sala de audiência deste Juízo. Intimem-se O Ministério Público, bem como o requerido pessoalmente, vez que se trata de Pessoa Jurídica de Direito Público interno. Expedientes necessários.

15.1026. EDITAL - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0000488-59.2017.8.18.0073
Classe: Procedimento Comum
Autor: DEYSE AVYLLA FIGUEIREDO CUSTODIO
Advogado(s): KLEISAN ROBSON RIBEIRO DE NEGREIROS(OAB/PIAUÍ Nº 262-B)
Réu: DIRETORA DA SEDUC - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Advogado(s): CAIO VINICIUS SOUSA E SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 12400)
DESPACHO: Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20/06/2018, às 15:45 horas. Intimem-se as partes, por meio dos advogados constituídos no autos, devendo, independente de intimação, trazer as testemunhas para depor em juízo, ou depositar o rol com antecedência de 15 dias. Cumpra-se com as cautelas legais. SÃO RAIMUNDO NONATO, 12 de abril de 2018 ITALO MARCIO GURGEL DE CASTRO Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de SÃO RAIMUNDO NONATO-PI.

15.1027. EDITAL - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0000614-12.2017.8.18.0073
Classe: Procedimento Comum
Autor: EDIVAN DE JESUS DIAS
Advogado(s): WILLIAN SANTOS DIAS(OAB/BAHIA Nº 38606), ADELINO EVANGELISTA DE ALMEIDA NETO(OAB/BAHIA Nº 52018)
Réu: MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI
Advogado(s): EDNALDO DE ALMEIDA DAMASCENO(OAB/PIAUÍ Nº 6902)
DESPACHO: Converto o julgamento em diligência para que o autor comprove a efetiva prestação de serviço contratado durante o do o período objeto do pedido. **Designo, para tanto, audiência de instrução e julgamento para o dia 15 de agosto de 2018, às 08h30min**, Intimações necessárias. SRNonato-PI, 11 de abril de 2018. ITALO MARCIO GURGEL DE CASTRO Juiz de Direito da 2ª Vara.

15.1028. EDITAL - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0001294-94.2017.8.18.0073
Classe: Procedimento Comum
Autor: CELIA MARIA ALVES RIBEIRO
Advogado(s): LINDOMAR DE SOUSA COQUEIRO JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 12176)
Réu: MUNICIPIO DE BONFIM DO PIAUI
Advogado(s):
DESPACHO: Vistos etc. Defiro a gratuidade da justiça **Designo audiência para o dia 20/06/2018, às 11:15 horas**. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo, de 15 dias úteis, para contestar será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Intimem-se. SÃO RAIMUNDO NONATO, 16 de abril de 2018 ITALO MARCIO GURGEL DE CASTRO Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de SÃO RAIMUNDO NONATO

15.1029. EDITAL - 2ª VARA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)
Processo nº 0000220-10.2014.8.18.0073
Classe: Inventário
Inventariante: MARILENE DE CASTRO MACEDO LIMA, MARILUCE MACEDO MENEZES, LENY DE MACEDO CASTRO, LUZIA DE CASTRO MACEDO NEGREIROS, GERSON DE CASTRO MACEDO, GERCILIO DE CASTRO MACEDO PRIMO, CLEIDE MACEDO CORREA, MARIA JOSE MACEDO E ARAUJO, NATERCIA DE MACEDO ARAUJO NUNES, HELENA TANYA MACEDO ARAUJO, JUSSARA MACEDO ARAUJO
Advogado(s): JOSÉ ADAILTON ARAÚJO LANDIM NETO(OAB/PIAUÍ Nº 13752), **WAGNER NOBRE DE CASTRO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 10705)**
Inventariado: NATERCIA DE CASTRO MACEDO
Advogado(s): RAIMUNDO DIÓGENES DA SILVEIRA NETO(OAB/PIAUÍ Nº 5462)

DESPACHO: Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20/06/2018, às 16 horas. Intimem-se as partes, por meio dos advogados constituídos no autos,devendo, independente de intimação, trazer as testemunhas para depor em juízo, ou depositar o rol com antecedência de 15 dias. Cumpra-se com as cautelas legais. SÃO RAIMUNDO NONATO, 13 de abril de 2018 ITALO MARCIO GURGEL DE CASTRO Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de SÃO RAIMUNDO NONATO

15.1030. DESPACHO MANDADO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000150-35.2016.8.18.0101
Classe: Execução de Alimentos
Autor: R. P. DE J. S., R. I. DA S. F.
Advogado(s): ANTONIA JESSIKA DO NASCIMENTO SILVA ARRUDA BATISTA(OAB/PIAUÍ Nº 12496)
Réu: L. A. F.
Advogado(s): MARCELO DE ARAUJO BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 6949)
Na forma dos artigos 523 e 528, § 8º do CPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art.523 sem o pagamento voluntário, ini-cia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Oficie-se a Prefeitura Municipal de Marcolândia para que realize o desconto de 21% (vinte e um por cento) do salário mínimo vigente no país diretamente na folha de pagamento do executado e realize o depósito na conta de titularidade da representante da menor, qual seja, Caixa Econômica Federal, agência 0639, operação 023, conta 00059314-5, fls. 10. Expedientes necessários. Intime-se

15.1031. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000239-92.2015.8.18.0101
Classe: Procedimento Sumário
Autor: FRANCISCO GERALDO ALENCAR
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO BMB - BANCO MERCANTIL DO BRASIL
Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB/PIAUÍ Nº 10480)
Considerando o disposto no art. 370 do CPC de que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito e que a parte requerida juntou aos autos comprovante detransferênica realizado na conta de titularidade do requerente (fls. 120), intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, via DJ, para, no prazo de 15 dias, apresentar extratos bancário do mês de agosto de 2010, relativo a conta n. 00000660073-5, agência 1081, Banco Bradesco (237), sob pena de serem presumidos contra si os fatos que pretende comprovar documentalmente. Intime-se.

15.1032. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000161-64.2016.8.18.0101
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELVIDIO LEONEL DA SILVA
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR (OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Considerando o disposto no art 370 do CPC de que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito e que a parte requerida juntou aos autos comprovante de depósito realizado na conta de titularidade da requerente (fls. 66), intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, via DJ, para, no prazo de 15 dias, apresentar extratos bancário do mês de abril de 2015, relativo a conta n. 501687-8, agência 1081-2, Banco Bradesco (237), sob pena de serem presumidos contra si os fatos que pretende comprovar documentalmete. Intime-se.

15.1033. EDITAL - VARA ÚNICA DE SIMÕES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SIMÕES)
Processo nº 0000667-92.2014.8.18.0074
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: CARLOS MANOEL DA SILVA
Advogado(s): JUSTINO CAROLINO DE SOUSA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 12568)
DESPACHO: Considerando que não há patrono para defesa do acusado no presente ato processual, **redesigno a presente audiência para data de 14 de maio de 2018 Às 16:40 horas, a ser realizada neste Fórum.** Fica neste ato intimado o acusado e a vítima, devendo serem intimados o advogado do acusado e a representante do Ministério Público. Intime-se a testemunha policial, através de seu comandante em Paulistana-PI. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termos de audiência

15.1034. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000162-49.2016.8.18.0101
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELVIDIO LEONEL DA SILVA
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Considerando o disposto no art. 370 do CPC de que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito e que a parte requerida juntou aos autos comprovante de depósito realizado na conta de titularidade da requerente (fls. 61), intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, via DJ, para, no prazo de 15 dias, apresentar extratos bancário do mês de abril de 2015, relativo a conta n. 501687-8, agência 1081-2, Banco Bradesco (237), sob pena de serem presumidos contra si os fatos que pretende comprovar documentalmente. Intime-se.

15.1035. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000388-88.2015.8.18.0101
Classe: Procedimento Sumário
Autor: BERTA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR (OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Compulsando os autos vejo que a parte requerida junto cópia do contrato contestado, no entanto, não desimcumbiu de compovar a disponibilidade do valor do contrato em favor da requerente. Sendo assim, com fundamento no art. 370 do CPC, intime-se a parte requerida para, por meio de seu patrono, via DJ, para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar comprovante de disponibilidade financeira em favor do requerente do contrato guerreado. Intime-se também as partes, por meio de seus patronos, via DJ, para no mesmo prazo acima, dizer se há necessidade de provas, em caso positivo, justificando e especificando suas necessidades. Após, concluso. intime-se.

15.1036. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000153-87.2016.8.18.0101
Classe: Procedimento Sumário
Autor: ELVIDIO LEONEL DA SILVA
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO BMB S/A
Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9499)
Considerando o disposto no art. 370 do CPC de que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito e que a parte requerida juntou aos autos comprovante de depósito realizado na conta de titularidade da requerente (fls. 93), intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, via DJ, para, no prazo de 15 dias, apresentar extratos bancário do mês de fevereiro de 2013, relativo a conta n. 501687-8, agência 1081-2, Banco Bradesco (237), sob pena de serem presumidos contra si os fatos que pretende comprovar documentalmente. Intime-se.

15.1037. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000163-34.2016.8.18.0101
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELVIDIO LEONEL DA SILVA
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR (OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Considerando o disposto no art. 370 do CPC de que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito e que a parte requerida juntou aos autos comprovante de transferênica realizado na conta de titularidade do requerente (fls. 61), intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, via DJ, para, no prazo de 15 dias, apresentar extratos bancário do mês de abril de 2015, relativo a conta n. 501687-8, agência 1081-2, Banco Bradesco (237), sob pena de serem presumidos contra si os fatos que pretende comprovar documentalmente. Intime-se.

15.1038. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000115-75.2016.8.18.0101
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ MANOEL DE CARVALHO
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO BMG
Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB/PIAUÍ Nº 8203)
Considerando que o requerido juntou cópia do contrato contestado nos autos, mas não comprovou a disponibilidade do valor em favor do requerente, com fundamento no art. 370 do CPC, intime-se o requerido por meio de seu patrono, via DJ, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar comprovante de disponibilização do valor do contrato para a requerente, bem como, no mesmo prazo, devem as partes dizer se há necessidade de produção de provas, em caso positivo, especificando e justificando suas necessidades. Intime-se.

15.1039. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000004-85.2010.8.18.0074
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): RAFAELA BARBOSA PAES BARRETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 20422)
Executado(a): ADALBERTO PEDRO DE CARVALHO, FRANCISCO CÍCERO DE CARVALHO, JOSÉ CARVALHO COELHO, JOSÉ RAIMUNDO DE CARVALHO, OSVALDO JOSÉ DA SILVA
Advogado(s):
Ante o exposto, DECLARO extinto parcialmente o processo com fulcro no inciso II, do art. 924 do Código de Processo Civil. Autorizo a entrega dos títulos de crédito ao causídico do exequente, mediante recibo, ficando cópias nos autos. Sem honorários. Em caso de eventual inscrição dos dados do executado junto aos cadastros restritivos não foi por determinação deste juízo, portanto indefiro o pedido de expedição de ofício ao SERASA, fls. 62. Em caso de custas remanescentes a cargo do executado, no entanto em razão de ser do executado ser agricultor e presumidamente hipossuficiente, concedo a Justiça Gratuita. Levante-se a penhora se houver. Verifico que às fls. 55 fora juntada certidão de óbito do executado José Carvalho Coelho. Sendo assim, intime-se o exequente, por meio de seu patrono, via DJ, para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for seu sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, na forma do art. 313,§2º, inc. I do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

15.1040. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000184-67.2011.8.18.0074
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s): GILDO TAVARES DE MELO JÚNIOR(OAB/PERNAMBUCO Nº 14096)
Executado(a): MIGUEL AMBRÓSIO DO NASCIMENTO
Advogado(s):
Diante do acima exposto e do que mais consta nos autos, houve equívoco quanto ao disposto na sentença posto que homologou pedido de desistência quando, na verdade ocorrera transação. Ante o acima exposto, com fulcro no art. 1.022 e ss. do CPC, RECEBO o presente embargo de declaração, face à sua tempestividade e ante a contradição apontada e verificada ACOLHO, para modificar a sentença esclarecendo que em face de acordo realizado entre as partes: homologo a transação e, por consequência as custas remanescentes ficam dispensadas conforme dispõe art. 90,§3º do CPC. Documento assinado eletronicamente por CLAYTON RODRIGUES DE MOURA SILVA, Juiz(a), em 04/05/2018, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. P. R. I. Expedientes necessários.

15.1041. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000114-90.2016.8.18.0101
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ MANOEL DE CARVALHO
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO BMG
Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAUÍ Nº 8203-A)
Intime-se as partes por meio de seus patronos, via DJ, para no prazo de 15 (quinze) dias dizer se há necessidade de produção de provas, em caso positivo, justificando e especificando suas necessidades. Após, volte-me os autos conclusos.

15.1042. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000160-79.2016.8.18.0101
Classe: Procedimento Comum
Autor: ELVIDIO LEONEL DA SILVA
Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Considerando o disposto no art. 370 do CPC de que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito e que a parte requerida juntou aos autos comprovante de depósito realizado na conta de titularidade da requerente (fls. 60), intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, via DJ, para, no prazo de 15 dias, apresentar extratos bancário do mês de abril de 2015, relativo a conta n. 501687-8, agência 1081-2, Banco Bradesco (237), sob pena de serem presumidos contra si os fatos que pretende comprovar documentalmente. Intime-se.

15.1043. EDITAL - VARA ÚNICA DE SIMÕES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SIMÕES)
Processo nº 0000250-87.2016.8.18.0101
Classe: Ação de Alimentos
Requerente: A MENOR: E. J. C. S., A. C. E. C.
Advogado(s): CICERO GUILHERME CARVALHO DA ROCHA BEZERRA(OAB/PIAUÍ Nº 7864), RUBENS BATISTA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7275)
Requerido: E. P. DA S.
Advogado(s): ANTONIA JESSIKA DO NASCIMENTO SILVA ARRUDA BATISTA(OAB/PIAUÍ Nº 12496)
SENTENÇA: Vistos,Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto do termo retro, celebrada nestes autos pelas partes acima nominadas, todas devidamente qualificadas e representadas.Em consequência, acorde com a manifestação Ministerial e, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, nos termos do CPC 487, III, julgo extinto o processo com resolução de mérito alínea b, do NCPC. Sem custas. Expedidas as comunicações necessárias e feitas as anotações devidas, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado desta decisão, por se tratar de feito cujo deslinde se deu sob o pálio da composição. P.R.I.C. SIMÕES, 15 de fevereiro de 2018. CLAYTON RODRIGUES DE MOURA SILVA, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de SIMÕES.

15.1044. DESPACHO - VARA ÚNICA DE SIMPLÍCIO MENDES

Processo nº 0001019-42.2017.8.18.0075
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Requerente: 18ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE SIMPLÍCIO MENDES-PI
Advogado(s):
Réu: JOSÉ ILSON DE SOUSA SILVA
Advogado(s):
DESPACHO
Na forma do artigo 396-A § 2o do CPP, NOMEIO o Defensor Público para
oferecer a resposta, referentes ao acusado que foi citado e não apresentou defesa
conforme certidão de fl. 75, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.
SIMPLÍCIO MENDES, 2 de maio de 2018
DANIEL GONÇALVES GONDIM
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de SIMPLÍCIO MENDES

15.1045. EDITAL - VARA ÚNICA DE UNIÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de UNIÃO)
Processo nº 0001258-77.2016.8.18.0076
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):
Réu: EDMILSON DAS CHAGAS DAMASCENO
Advogado(s): ADAILTON DE OLIVEIRA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4438)
DESPACHO: INTIMAR o Dr. ADAILTON DE OLIVEIRA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4438), para comparecer a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22.05.2018, ás 10:00h, na Sala das audiências da Vara Única da Comarca de União-PI.

15.1046. EDITAL - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de URUÇUÍ)
Processo nº 0000545-75.2011.8.18.0077
Classe: Execução de Alimentos
Exequente: ITAMYRES SILVA BARROS, CLEUDES PEREIRA DOS SANTOS, BRIALA DOS SANTOS SILVA
Advogado(s): GINUZZA ALEXANDRIA DULCETTI(OAB/PIAUÍ Nº 6829-B), RAIMUNDO BARBOSA DE MATOS NETO(OAB/PIAUÍ Nº 8853)
Executado(a): VALTEVI BARROS DE SOUSA
Advogado(s): RAIMUNDO BARBOSA DE MATOS NETO(OAB/PIAUÍ Nº 8853)
SENTENÇA: 1. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto da , celebrada nestes autos pelas partes acima nominadas, todas devidamente qualificadas e petição de fls. 59-60 representadas. 2. Em consequência, acorde com a manifestação Ministerial e, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, , nos termos do CPC 487, III, julgo extinto o processo com resolução de mérito alínea b, do NCPC. 3. Atento ao princípio da causalidade, condeno o requerido no pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários sucumbenciais, que fixo em 10% sobre o valor da causa. Intime-se para pagamento no prazo de 15 dias, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. 4. Expedidas as comunicações necessárias e feitas as anotações devidas, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado desta decisão, por se tratar de feito cujo deslinde se deu sob o pálio da composição. P.R.I.C. URUÇUÍ, 7 de março de 2018 MÁRIO CÉSAR MOREIRA CAVALCANTE Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de URUÇU

15.1047. EDITAL - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de URUÇUÍ)
Processo nº 0000030-89.2001.8.18.0077
Classe: Inventário
Inventariante: ODONISA DA SILVA LIMA PEREIRA
Advogado(s):
Inventariado: JOSE WILLIAM PEREIRA DE ARAUJO E SILVA
Advogado(s):
DESPACHO: Cls., Intime-se o sucumbente para no prazo de 10(dez) dias pagar as custas finais, conforme boleto nos autos.

15.1048. EDITAL - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de URUÇUÍ)
Processo nº 0001470-95.2016.8.18.0077
Classe: Procedimento Comum
Autor: MARIA DE LOURDES FERREIRA DOS SANTOS
Advogado(s): JHOSE CARDOSO DE MELLO NETTO(OAB/PIAUÍ Nº 7474), RICARDO MELO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12605)
Réu: BANCO BGN, ATUAL BANCO CETELEN S/A
Advogado(s): CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO(OAB/PERNAMBUCO Nº 19357)
SENTENÇA: Ex positis, acolho o pedido da parte requerente para homologar a desistência mencionada, momento o qual julgo extinto o feito sem resolução de mérito com base no artigo 485, VIII do CPC. Após o trânsito em julgado arquive-se adotando o procedimento legal. Custas pela parte autora, entretanto, sendo beneficiária da gratuidade da Justiça, sua exigibilidade se encontra suspensa.P.R.I. Cumpra-se.

15.1049. EDITAL - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de URUÇUÍ)
Processo nº 0000146-22.2006.8.18.0077
Classe: Procedimento Comum
Autor: FRANCIDALVA ALMEIDA DO NASCIMENTO
Advogado(s): DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº 0)
Requerido: EVERALDO MONTEIRO LIMA
Advogado(s): RAINOLDO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3893), WALKIRIA EMANUELA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4689), MICHEL GALOTTI REBELO(OAB/PIAUÍ Nº 4123)
DESPACHO: Cls.,Intime-se a parte requerida, por seu patrono, para apresentação de suas alegações finais.

15.1050. DESPACHO - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

Processo nº 0001098-83.2015.8.18.0077
Classe: Procedimento Comum
Autor: JOSÉ DE SOUSA MARTINS
Advogado(s): RICARDO MELO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 12605)
Réu: BANCO ITAU BMG S.A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)
Cls., Intime-se o sucumbente para no prazo de 10(dez) dias pagar as custas finais, conforme boleto nos autos. Cumpra-se. URUÇUÍ, 2 de maio de 2018 MÁRIO CÉSAR MOREIRA CAVALCANTE Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de URUÇUÍ

15.1051. DESPACHO - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

Processo nº 0000314-87.2007.8.18.0077
Classe: Inventário
Inventariante: GISÉLIA GOMES DA SILVA MOTA
Advogado(s): ROSANGELA BERNARDETE STEFFEN WERNER(OAB/PIAUÍ Nº 4242-B)
Réu:
Advogado(s):
Cls.,Intime-se o sucumbente para no prazo de 10(dez) dias pagar as custas finais,conforme boleto nos autos.Cumpra-se.URUÇUÍ, 2 de maio de 2018MÁRIOCÉSAR MOREIRA CAVALCANTEJuiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de URUÇUÍ

15.1052. EDITAL - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de URUÇUÍ)
Processo nº 0001013-97.2015.8.18.0077
Classe: Procedimento Comum
Autor: NILZA MARIA DA SILVA
Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 2767)
Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s):
DESPACHO: Tendo em vista a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos ao direito do autor, intime-o, para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de provas, que deverá ser requerida e especificada nesta oportunidade, conforme o ditado no art. 350 do NCPC. URUÇUÍ, 24 de janeiro de 2018 RODRIGO TOLENTINO Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de URUÇU

15.1053. EDITAL - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de URUÇUÍ)
Processo nº 0000243-41.2014.8.18.0077
Classe: Cumprimento de sentença
Autor: MARINEIS VENANCIO DA SILVA
Advogado(s): CARLOS AUGUSTO PEREIRA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 8716)
Réu: BANCO BGN S.A.
Advogado(s): CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO(OAB/PERNAMBUCO Nº 19357)
DESPACHO: Altere-se no sistema ThemisWeb para cumprimento de sentença. Intime-se a parte executada, através de seu(s) procurador(es) para efetuar o pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da incidência da multa de 10% e do acréscimo dos honorários advocatícios de 10%, nos termos do art. 523, §1º do NCPC. Caso seja assistida pela Defensoria Pública ou não tenha procurador habilitado, intime-se via postal com ARMP. Decorrido o prazo sem pagamento, expeça-se de imediato mandado de penhora e avaliação. URUÇUÍ, 3 de julho de 2017 RODRIGO TOLENTINO Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de URUÇU

15.1054. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

Processo nº 0001061-90.2014.8.18.0077
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DAS DORES ALVES XAVIER
Advogado(s): FABIO ALVES DOS SANTOS SOBRINHO(OAB/PIAUÍ Nº 8270)
Réu: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(s):
Forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré BANCO PANAMERICANO S/A, eis que o informado de fls.30 o requerido não foi informado.

15.1055. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE URUÇUÍ

Processo nº 0001056-68.2014.8.18.0077
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: CALISTO FRANCISCO XAVIER
Advogado(s): FABIO ALVES DOS SANTOS SOBRINHO(OAB/PIAUÍ Nº 8270)
Réu: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(s):
Forneça o interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, novo endereço da parte ré BANCO PANAMERICANO S/A, EIS QUE O ENDEREÇO INFORMADO FLS. 30, o requerido não foi encontrado, por motivo "Mudou-se".

15.1056. EDITAL - VARA ÚNICA DE VALENÇA DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de VALENÇA DO PIAUÍ)
Processo nº 0000586-34.2014.8.18.0078
Classe: Execução Fiscal
Exequente: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
Advogado(s): MARCOS WENDEL SIQUEIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4911), SERGIO TABATINGA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7067-B)
Executado(a): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIOFUSÃO TAMBORIL DE LAGOA DO SÍTIO-PI
Advogado(s):
DESPACHO: Fica a parte exequente, por seu procurador, intimado para, no prazo de dez (10) dias, manifestar se ainda tem interesse no prosseguimento da ação, sob pena de extinção do processo, tendo em vista a petição de fls.36 que informou que o débito principal encontra-se quitado, restando apenas o residual de R$ 199,61, a título de encargos legais.

15.1057. EDITAL - VARA ÚNICA DE VALENÇA DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de VALENÇA DO PIAUÍ)
Processo nº 0000635-80.2011.8.18.0078
Classe: Procedimento Comum
Autor: SILVIA CÉLIA COSTA DE SOUSA
Advogado(s): LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7301)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 3148)
SENTENÇA: Ficam as partes intimadas da sentença judicial, cujo final tem o teor seguinte: "
É O RELATÓRIO. DECIDO. No vertente caso, é manifesta a transação da ação e a renúncia das partes em relação à demanda, pois houve acordo extrajudicial anuído. Como se trata de direito disponível, outra opção não resta senão extinguir a demanda. ANTE AO EXPOSTO, com base no Art. 487, III, alíneas b e c, do NCPC, homologo a extinção do processo, com resolução do mérito, ante a transação e a renúncia da pretensão formulada na ação. Em consequência, REVOGO a liminar concedida às fls. 77/78. As partes deverão responder pelas custas processuais igualmente, conforme preleciona o §2º do art. 90 do NCPC, sendo os honorários arcados por cada parte, consoante acordo extrajudicial. Após o atendimento das formalidades legais, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. P. R. I. VALENÇA DO PIAUÍ, 4 de julho de 2016. JUSCELINO NORBERTO DA SILVA NETO. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de VALENÇA DO PIAUÍ."

16. EXPEDIENTE CARTORÁRIO

16.1. 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA

INTIMAÇÃO
Tendo em vista o grande lapso temporal, intime-se os advogados abaixo qualificados para devolução dos autos no prazo de 72 horas sob pena de busca e apreensão.

PROCESSO	ADVOGADO	OAB
0029498-59.2008	AUGUSTO DE MELO CASTELO BRANCO	2080
0010678-94.2005	ADRIANA DE SOUSA GONÇALVES	2762
0001455-39.2013	MAURICIO CEDENIR DE LIMA	5142
0002330-19.2007	FRANCISCO BORGES SAMPAIO JUNIOR	2217
0012841-37.2011	MAURICIO CEDENIR DE LIMA	5142
0004632-26.2004	JOSINO RIBEIRO NETO	748
0018618-71.2009	JOSUE ALVES DE CARVALHO VITORINO	6552
0003848-59.1998	WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO	2644
0027364-83.2013	MISHELLE COELHO E SILVA	7520
0008046-51.2012	EDNA DA FRANCA SILVA GOMES	12660
0001515-27.2004	JOSE MARQUES DE OLIVEIRA	2659
0006302-46.1997	REGINALDO NUNES GRANJA	824
0014894-64.2006	MARCOS FERREIRA LIMA	7070
0017848-34.2016	MARCOS FERREIRA LIMA	7070
0010342-56.2006	LEONARDO BURLAMAQUI FERREIRA	12795
0027769-22.2013	MARLOS LAPA LAIOLA	8119
0029678-70.2011	PAULO VICTOR DE LIMA SANTOS	16582
0015051-71.2005	GENTIL LOPES SARAIVA NETO	4030
0015154-68.2011	GABRIEL SOUTO MAIOR ARBOES	12593
0007917-75.2014	RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS	3047
0025434-93.2014	RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS	3047
0007851-81.2003	PAULO VICTOR MOREIRA DE OLIVEIRA	12679
0026769-16.2015	RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS	3047
0017055-76.2008	FABIO RENATO BOMFIM VELOSO	3129
0008054-53.1997	MARCUS FERREIA LIMA	7070
0008054-53.1997	MARINA GADRIELLE CARDOSO DE OLIVEIRA	16310
0007603-18.2003	DEFENSORIA PÚBLICA	
0011816-09.1999	ALEXANDRE HERMANN MACHADO	2100
0008393-07.2000	ADAUTO FORTES JUNIOR	5756
0006343-08.2000	DANILO RIBEIRO CARVALHO	8697
0009115-55.2011	LUCIMAR MENDES PEREIRA	3501
0021985-35.2011	KALIANI ALVES DE SOUSA	9731
0007020-38.2000	JORGE HENRIQUE CASTRO TOURINHO	1979
0003652-50.2002	MONICA MARIA FRAZÃO BRITO CERQUEIRA	3610
0024230-82.2012	KALIANI ALVES DE SOUSA	9731
0024255-95.2012	KALIANI ALVES DE SOUSA	9731
0000514.07.2004	PAULO GUSTAVO COELHO SEPULVEDA	3923
0007120-46.2007	JOSE ANCHIETA GOMES CORTEZ	2309
0012999-58.2012	ADAUTO FORTES JUNIOR	5756

0000946-31.2001	PAULO VICTOR DE LIMA SANTOS	16582
0002070-78.2003	PAULO VICTOR DE LIMA SANTOS	16582
0014322-06.2009	CARLOS HENRIQUE MARTINS PINTO	6415

17. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DO PIAUI

17.1. PAUTA DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/PI

PAUTA DE JULGAMENTO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA TURMA
DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/PI - TED,
A SER REALIZADA ÀS 18H30MIN DO DIA 30/05/2018.
I -EXPEDIENTE:
Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior.
Leitura das Correspondências.
Outros Assuntos.
II - ORDEM DO DIA:
III - PROCESSOS PARA JULGAMENTO:
01 - Processo Disciplinar nº 002/2015 - TED
Representantes: Sr. Francisco das Chagas Filho e a Srª. Maria das Neves Sena (Interditada) representada por sua curadora a Srª. Ana Maria Sena dos Santos.
Representados: Adv. M. R. S. L. e a Advª. A. K. de C. O.
Patronos: Adv. Mário Regino Santiago Lages (OAB/PI n° 6.178) e a Advª. Anne Karine de Carvalho Oliveira (OAB/PI n° 4.382)
Relator do voto: Dr. Eriverton Bezerra Policarpo
02 - Revisão nº 001/2017 - TED referente ao Processo Disciplinar nº 6262/110/12 - TED
Requerente: Adv. L. da S. C. J.
Relator: Dr. Luiz José Ulisses Júnior.
Teresina/PI, 07 de maio de 2018
Conselheiro Hamilton Ayres Mendes Lima Júnior
Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina

18. OUTROS

18.1. ATA DE JULGAMENTO DA EGRÉGIA 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2018.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DA EGRÉGIA 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2018.
Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito reuniu-se, em Sessão Ordinária, a Egrégia **3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL**, sob a presidência do Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Presentes os Exmos. Srs. Des. Hilo de Almeida Sousa, Dr. Olímpio José Passos Galvão (juiz convocado) e Des. José James Gomes Pereira (convocado). Com a presença da Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça, Procuradora de Justiça, às 09:25 (nove horas e vinte e cinco minutos), comigo, BacharelaNatália Borges Bezerra, Secretária, e com o auxílio funcional do Oficial de Justiça - Juarez Chaves de Azevedo, como também da Operadora de som - Cinthia de Almeida Coutinho -, foi aberta a Sessão, com as formalidades legais. Participaram da Sessão os acadêmicos do curso Bacharelado em Direito das faculdades Estácio-CEUT, Santo Agostinho, Instituto Camilo Filho e Universidade Estadual do Piauí: Taiwan Soares Sousa, Vanessa Kelly Gonçalves do Nascimento, José W. Nunes Silva Júnior, Iure Gustavo Nazario de Oliveira, Francisco Jean Memória do Nascimento, Vanessa Lopes Ribeiro Brandão, Thissiane Kaline de Oliveira Mesquita, Juliana Soares Aguiar, Wirllane Virgínia Silva Barreto, Ronilson Pereira Ribeiro de Sousa, Yago Kelvin Feitoza Silva, Francisco Ariel Alves Meneses, Andrea Karolyne Barbosa de Oliveira Silva, Raquel Maria Delfino Mendes, Natália Thaís Lima Alencar, Isaías Magalhães Ramos, Jorge Cardoso de Macedo, John Kennedy Alves Meneses, Ana Roberta Silveira Guimarães, Jessiane Ribeiro Lima, Ruana Vanessa Paiva Nunes, Claubernards Barbosa Bonfim, Gilderlan Melo dos Santos, Antony Batista Moura Fé, Hênio Caíque Lopes de Oliveira, Thiago Nunes de Andrade, Victor Nagiphy Albano de Oliveira, Damaris Iara Lima Leal, Edimar Linhares da Silva Júnior, Marcus Vinícius Borges da Silva, Benise Batista Leite, Havilla de Paula Mesquita da Costa, Bruna Soares Pinheiro, Leilane Aparecida Vieira da Silva, Kétenna Cristina Brito Linhares, Laís Barbosa Lima, Dayane de Sousa e Silva, Milton Santos Marinho. Foi submetida à apreciação a **ATA DA SESSÃO ANTERIOR**, realizada no dia 25 de abril de 2018, publicada no **Diário da Justiça Eletrônico nº 8.424 de 30 de abril de 2018 (disponibilizada em 27 de abrilde 2018),** e, até a presente data, não foi impugnada - APROVADA, sem restrições. **JULGAMENTO DOS PROCESSOS PAUTADOS: 2016.0001.005030-8 - Embargos de Declaração na Apelação Cível.** Origem: Arraial / Vara Única. Embargante: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ. Advogados: Ayslan Siqueira de Oliveira (OAB/PI nº 4.640) e outros. Embargada: RAIMUNDA ALVES DE SOUSA E SILVA. Advogado: francisco Nunes de Brito Filho (OAB/PI nº 2.975). **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa,** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe parcial provimento, reconhecendo o prequestionamento da matéria e entendendo inexistente a omissão apontada no acórdão recorrido, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2017.0001.009312-9 - Agravo de Instrumento.** Origem: Teresina / 4ª Vara Cível. Agravante: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S. A. Advogados: Carlo André de Mello Queiroz (OAB/PI nº 12.011) e outros. Agravada: PATRICIA DE SOUZA ANDRADE TAJRA MENDES. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, confirmando a liminar anteriormente deferida, determinando o regular prosseguimento do feito, desde que comprovada a constituição da mora, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2011.0001.005009-8 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 3ª Vara Cível. Apelante: CAIXA SEGURADORA S/A. Advogados: Celso Barros Coelho Neto (OAB/PI nº 2.688) e outros. Apelado: JOSÉ MARIA DE CARVALHO. Advogado: George Magno Carvalho Cardoso 3.004). **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a sentença de piso, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des.

Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.008658-0 - Agravo de Instrumento.** Origem: Teresina / 4ª Vara Cível. Agravantes: EDITE CARVALHO e outros. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outro. Agravada: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, com a reforma da decisão guerreada, no sentido de deferir o benefício da justiça gratuita aos Autores, ora Agravantes, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2014.0001.005661-2 - Apelação Cível. Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A). Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros. Apelada: FRANCISCA MARIA NETA. Advogados: Danilo Baião de Azevedo Ribeiro (OAB/PI nº 5.963) e outros. Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe parcial provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 551873868, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) reduzir a condenação em danos morais para R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos), incidindo para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2014.0001.005675-2 - Apelação Cível. Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A). Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros. Apelada: MARIA VICENCA DA CONCEIÇÃO. Advogados: Danilo Baião de Azevedo Ribeiro (OAB/PI nº 5.963) e outros. Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe parcial provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 559992416, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) reduzir a condenação em danos morais para R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos), incidindo para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.007016-9 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: ODETA NOÊMIA RAMOS DE CARVALHO. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outro. Apelado: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A. Advogados: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/PI nº 10.480) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 009802849, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.007930-6 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: JOSINA ELVINA DE JESUS. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros. Apelado: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A). Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE nº 23.255) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 544884647, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.010881-1 - Apelação Cível. Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: MARIA LUZIA ASSUNÇÃO RODRIGUES. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros. Apelado: BANCO BMG S.A. Advogados: Marina Bastos da Porciúncula Benghi (OAB/PI nº 8.203-A) e outros. Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 209918633, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por**

meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2014.0001.002490-8 - Apelação Cível.** Origem: São Gonçalo do Piauí / Vara Única. Apelante: LUSIA MARIA DE ARAÚJO. Advogado: Humberto Vilarinho dos Santos (OAB/PI nº 4.557). Apelado: BANCO FICSA S.A. Advogados: Adriano Muniz Rabello (OAB/PI nº 6.822-A) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO: **Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 40150612-10, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2013.0001.007923-1 - Apelação Cível. Origem: Antônio Almeida / Vara Única. Apelante: FRANCISCA LOURENÇO FERREIRA. Advogados: Danilo Baião de Azevedo Ribeiro (OAB/PI nº 5.963)e outros. Apelado: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A). Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros. Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 512197903, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2014.0001.002487-8 - Apelação Cível.** Origem: São Gonçalo do Piauí / Vara Única. Apelante: MARIA NEUZA DE JESUS SOUSA. Advogado: Humberto Vilarinho dos Santos (OAB/PI nº 4.557). Apelado: BANCO BONSUCESSO S.A. Advogados: Celso Henrique dos Santos OAB/PI nº 10.064) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 59354871, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.010885-9 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: MARIA BELIZARIO DO NASCIMENTO. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros. Apelado: BANCO BMG S.A. Advogados: Marina Bastos da Porciúncula Benghi (OAB/PI nº 8.203-A) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 206343406, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2014.0001.007528-0 - Apelação Cível.** Origem: Francinópolis / Vara Única. Apelante: RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA. Advogados: Danilo Baião de Azevedo Ribeiro (OAB/PI nº 5.963) e outros. Apelado: BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. Advogados: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/PI nº 8.454-A) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do**

Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para reformar a sentença e: i) decretar a nulidade do contrato nº 462442055, eis que celebrado por analfabeto, sem escritura pública, ou, ainda, por meio de procurador constituído através de instrumento público; ii) condenar o banco apelado a restituir, em dobro (parágrafo único do art. 42 do CDC), o valor descontado indevidamente do benefício previdenciário da parte apelante, valor este que deverá ser compensado, nos termos do art. 368 do CC, e, em havendo saldo em favor do credor, sobre este que será aplicado a repetição do indébito, sob pena de enriquecimento ilícito, já que não há nos autos comprovação a respeito da devolução do crédito; iii) condenar o banco apelado em danos morais no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros e correção monetária, cujo índice a ser aplicado deverá ser a TAXA SELIC (que já engloba ambos),para os danos materiais a partir da citação, e para os danos morais, a partir do arbitramento, porque só a partir de então se configura a mora, consoante entendimento do STJ. Prevalência do termo inicial indicado no enunciado nº 362 da súmula do STJ. Inaplicabilidade do verbete sumular n. 54 do STJ. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme o Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2009.0001.004251-4 - Agravo Interno no Agravo de Instrumento.** Agravante Interno: BAUKE DOUWE DIJKSTRA. Advogados: Valdemar Jose Koprovski (OAB/PI nº 3.725-A) e outros. Agravado Interno: ROBERT ANTHONY NEDERLOF. Advogados: Marco Ferreira Lima (OAB/PI nº 7.070-B) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para cassar a decisão monocrática prolatada em plantão judiciário, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2009.0001.004251-4 - Agravo de Instrumento.** Agravante: ROBERT ANTHONY NEDERLOF. Advogados: Marco Ferreira Lima (OAB/PI nº 7.070-B) e outros. Agravado: BAUKE DOUWE DIJKSTRA. Advogados: Valdemar Jose Koprovski (OAB/PI nº 3.725-A) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, para, preliminarmente, afastar a alegação de carência de ação. E, no mérito, negar-lhe provimento, para: i) manter a decisão agravada; ii) determinar a reintegração da posse do imóvel em favor do Agravado; iii) determinar a devolução dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Agravado. Deixam de fixar honorários recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC (Enunciado Administrativo nº 07 do STJ), na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2009.0001.004281-2 - Agravo de Instrumento.** Agravantes: AGROPASTORIL ENGANO LTDA. e TAPERA AGROPECUÁRIA LTDA. Advogados: Janaina Sena Taleires (OAB/CE nº 21.492) e outros. Agravado: BAUKE DOUWE DIJKSTRA. Advogados: Valdemar Jose Koprovski (OAB/PI nº 3.725-A) e outro. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para: i) manter a decisão agravada; ii) determinar a reintegração da posse do imóvel em favor do Agravado; iii) determinar a devolução dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Agravado. Deixam de fixar honorários recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC (Enunciado Administrativo nº 07 do STJ), na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça. **2015.0001.011559-1 - Apelação Cível.** Origem: São João do Piauí / Vara Única. Apelante: PRECILIA MENDES DA COSTA. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros. Apelado: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A. Advogados: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/PI nº 10.480) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para determinar: i) a anulação da sentença *a quo,* eis que a inicial não é inepta, pois restou demonstrado, pela parte autora, o desconto em conta de benefício, e os extratos bancários são desprovidos de utilidade, na medida em que os empréstimos bancários são realizados, em sua maioria, em instituição financeira diversa da qual recebe o benefício, e, ainda, podem ser pagos em espécie; ii) o regularprocessamento do feito na origem, aplicando-se à espécie as normas consumeristas, face à hipossuficiência econômica e técnica da parte autora/ora apelante, e invertendo o ônus da prova em desfavor do banco. Mantendo-se, no entanto, o deferimento da gratuidade de justiça à parte autora. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme determinação do Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.006829-1 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: MARIA ISABEL DE OLIVEIRA. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros. Apelado: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A. Advogados: Leonardo Nascimento Goncalves Drumond (OAB/PI nº 16.312) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO: **Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, para determinar: i) a anulação da sentença *a quo,* eis que a inicial não é inepta, pois restou demonstrado, pela parte autora, o desconto em conta de benefício, e os extratos bancários são desprovidos de utilidade, na medida em que os empréstimos bancários são realizados, em sua maioria, em instituição financeira diversa da qual recebe o benefício, e, ainda, podem ser pagos em espécie; ii) o regularprocessamento do feito na origem, aplicando-se à espécie as normas consumeristas, face à hipossuficiência econômica e técnica da parte autora/ora apelante, e invertendo o ônus da prova em desfavor do banco. Mantendo-se, no entanto, o deferimento da gratuidade de justiça à parte autora. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme determinação do Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.007738-3 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: ELISIO FERREIRA DA SILVA. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros. Apelado: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Advogados: Marina Bastos Porciúncula Benghi (OAB/PI nº 8.203-A). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO: **Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, para rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva do Banco Votorantim, e dar-lhe provimento, para determinar: i) a anulação da sentença *a quo,* eis que a inicial não é inepta, pois restou demonstrado, pela parte autora, o desconto em conta de benefício, e os extratos bancários são desprovidos de utilidade, na medida em que os empréstimos bancários são realizados, em sua maioria, em instituição financeira diversa da qual recebe o benefício, e, ainda, podem ser pagos em espécie; ii) o regularprocessamento do feito na origem, aplicando-se à espécie as normas consumeristas, face à hipossuficiência econômica e técnica da parte autora/ora apelante, e invertendo o ônus da prova em desfavor do banco. Mantendo-se, no entanto, o deferimento da gratuidade de justiça à parte autora. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme determinação do Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2013.0001.005876-8 - Apelação Cível. Origem: Castelo do Piauí / Vara Única. Apelante: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A). Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros. Apelado: ANTÔNIO ALVES DA SILVA. Advogados: Ricardo Azevedo Basílio (OAB/PI nº 8.311) e outros. Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia**

3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, mantendo-se a sentença atacada, no sentido de: i) declarar inexistente a relação jurídica contratual; ii) condenar o Banco Réu, ora Apelante, à restituição em dobro do indébito, com correção monetária e juros legais; iii) condenar o Banco Réu, ora Apelante, ao pagamento dos danos morais, no importe de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com incidência de juros e correção monetária na forma da lei, nos termosdo voto do Relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça. **2013.0001.004766-7 - Apelação Cível. Origem: Teresina / 1ª Vara Cível. Apelante: LYA RAQUEL DE PÁDUA GALDINO SANTANA. Advogados: Marcus Vinícius da Silva Rêgo (OAB/PI nº 5.409) e outros. Apelado: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A. Advogados: Antônio Braz da Silva (OAB/PI nº 7.036-A) e outros. Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento no sentido de i) acolher a preliminar de cerceamento de defesa; ii) determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, para que promova a instrução processual, com a inversão do ônus da prova, com vistas a juntada do contrato celebrado entre as partes litigantes, aplicando-se, à espécie, as normas consumeristas, face à hipossuficiência econômica e técnica da parte Autora/ora Apelante, e invertendo o ônus da prova em desfavor do Banco Réu, ora Apelado. Deixam de fixar honorários recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC, conforme Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.000381-8 - Apelação Cível.** Origem: Luzilândia / Vara Única. Apelante: ANTÔNIO ALVES DE ARAÚJO. Advogado: Victor Vinícius Soares do Rego (OAB/PI nº 6.078). Apelado: BANCO PANAMERICANO S.A. Advogados: Gilvan Melo Sousa (OAB/CE nº 16.383) e outros. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe parcial provimento, reformando a sentença hostilizada para condenar o banco Apelado ao pagamento de danos morais, contudo, fixam em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devendo o termo inicial da incidência de juros e correção monetária ocorrer a partir do arbitramento, ambos calculados a um só tempo pela aplicação da taxa Selic. Condenam o apelado ao pagamento dos honorários sucumbenciais no valor de 10% do valor da condenação, nos termos do art. 20 do CPC/73, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2017.0001.012503-9 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: MARIA ZILMA GOMES DA SILVA. Advogada: Lorena Cavalcanti Cabral (OAB/PI nº 12.751-A). Apelado: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A). Advogados: Frederico Nunes Mendes de Carvalho Filho (OAB/PI nº 9.024) e outros. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, a fim de modificar a sentença "a quo" e julgar procedente o pedido de exibição do contrato de empréstimo, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2017.0001.010515-6 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: JOANA DE ARAUJO SOUSA. Advogada: Lorena Cavalcanti Cabral (OAB/PI nº 12.751-A). Apelado: BANCO BRADESCO S/A. Advogados: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/PI nº 392-A) e outros. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, a fim de modificar a sentença "a quo" e julgar procedente o pedido de exibição do contrato de empréstimo, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2017.0001.012718-8 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: FRANCISCA ANTONIA DE SOUSA. Advogada: Lorena Cavalcanti Cabral (OAB/PI nº 12.751-A). Apelado: BANCO BRADESCO S/A. Advogados: Geraldo Souza Cancio Neto (OAB/PI nº 12.268) e outros. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, a fim de modificar a sentença "a quo" e julgar procedente o pedido de exibição do contrato de empréstimo, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2017.0001.012216-6 - Apelação Cível.** Origem: Fronteiras / Vara Única. Apelante: MARIA JOANA DE SOUSA. Advogada: Lorena Cavalcanti Cabral (OAB/PI nº 12.751-A). Apelado: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A). Advogados: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/PI nº 392-A) e outro. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe provimento, a fim de modificar a sentença "a quo" e julgar procedente o pedido de exibição do contrato de empréstimo, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2012.0001.007882-9 - Apelação Cível.** Origem: Itaueira / Vara Única. Apelante: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DA COMUNIDADE BAIXA DA PINCADA. Advogado: Washington Luís R. Ribeiro (OAB/PI nº 276). Apelada: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MICRO - PRODUTORES DO ASSENTAMENTO DA BAIXA DA PINICADA. Advogado: Flávio Ferreira Amorim (OAB/PI nº 4.868). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, mantendo-se a sentença vergastada. Deixam de fixar honorários recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC (Enunciado Administrativo nº 07 do STJ), na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça. **2012.0001.008075-7 - Apelação Cível. Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Apelante: ODILO JAMES PEREIRA SENA. Advogados: Daniel Moura Marinho (OAB/PI nº 5.825) e outros. Apelado: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Luís Soares de Amorim (OAB/PI nº 2.433). Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em entender que, no julgamento da Apelação, esta 3ª Câmara não divergiu da orientação jurisprudencial do STF, firmada no julgamento do RE 632853 (Tema 485), razão porque votam para que seja negada a retratação do julgamento e devolvidos os autos à Presidência do TJ-PI, para que decida sobre a admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Piauí, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. José James Gomes Pereira (convocado) e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). **Suspeição: Exmo. Des. Hilo de Almeida.** Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2014.0001.009473-0 - Apelação Cível.** Origem: Parnaíba / 1ª Vara. Apelante: J. CASTRO ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA. Advogados: Igor de Melo Cunha (OAB/PI nº 9.093) e outros. Apelada: VIAÇÃO PARNAÍBA LTDA. Advogada: Eliane Delmondes de Sousa (OAB/PI nº 4.059). **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe parcial provimento, para desconstituir a sentença, determinando o retorno dos autos a origem para que seja dado prosseguimento ao feito, tendo em vista que não existe ilegitimidade passiva, uma vez que a execução foi proposta corretamente em face da pessoa jurídica Viação Parnaíba Ltda., deixando de apreciar a desconsideração da personalidade jurídica, em sede recursal, em razão da necessidade de instrução**

processual, determinando, entretanto, a sua análise no juízo *a quo,* na formado voto do Relator.Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Des. José James Gomes Pereira (convocado). Impedido: Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2015.0001.005198-9 - Apelação Cível.** Origem: Castelo do Piauí / Vara Única. Apelante: SEBASTIÃO FRANCISCO ALVES LIMA. Advogados: Marcello Vidal Martins (OAB/PI nº 6.137) e outro. Apelado: SERASA-CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS S.A. e outro. Advogados: Felipe Matos Anchieta de Moura (OAB/PI nº 5.768) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, mantendo-se a sentença recorrida *in totum.* Além disso, deferem o pedido de prioridade de tramitação do presente processo e determinam à Secretaria que proceda à alteração de sua capa, para identificá-lo como prioritário, em consonância com o disposto no parágrafo 1º do art. 1.211-B do CPC/73. Ademais, deixam de fixar honorários recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC (Enunciado Administrativo nº 07 do STJ), na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Houve sustentação oral: Dr. Marcello Vidal Martins (OAB/PI nº 6.137) - Advogado da parte Apelante. Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2014.0001.008863-7 - Apelação Cível.** Origem: Manoel Emídio / Vara Única. Apelante: BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S. A. (BANCO SCHAHIN). Advogados: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/PI nº 7.198-A) e outros. Apelado: RAIMUNDO ROSENDO DA SILVA. Advogados: Adelson Júnior Tumaz de Souza (OAB/PI nº 9.366) e outro. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe parcial provimento, para manter a sentença quanto à condenação do Banco Réu, ora Apelante, no pagamento de danos morais no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), entretanto, com incidência de juros e correção monetária, a partir do arbitramento, pela taxa SELIC. Mantendo-se, ainda, a sentença recorrida quanto à condenação em repetição do indébito, quanto à aplicabilidade das astreintes no valor fixado de R$ 200,00 (duzentos reais), limitado a 20 vezes esse valor, e, ainda, quanto aos honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor da condenação. Ademais, deixam de fixar honorários recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC (Enunciado Administrativo nº 07 do STJ), na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2013.0001.000990-3 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 8ª Vara Cível. Apelante: ANTÔNIA ROSÂNGELA DA SILVA NASCIMENTO. Advogado: Marcos Luiz de Sá Rego (OAB/PI nº 3.083). Apelado: BANCO ITAÚ VEÍCULOS S/A. Advogados: Antônio Braz da Silva (OAB/PI nº 7.036-A) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, mantendo-se a sentença recorrida *in totum,* na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2013.0001.003460-0 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 6ª Vara Cível. Apelante: CÍCERO ALVES DE ABREU. Advogado: Marcos Luiz de Sá Rego (OAB/PI nº 3.083). Apelada: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Advogados: Fernando Luz Pereira (OAB/PI nº 7.031-A) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe dar-lhe parcial provimento, para determinar o retorno dos autos ao juízo de origem, com devolução do prazo para complementação das custas iniciais, que deverão ser recolhidas sobre o valor da causa correspondente ao proveito econômico pretendido, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2013.0001.006717-4 - Apelação Cível.** Origem: Luzilândia / Vara Única. Apelante: OTILIA DA SILVA PINTO. Advogados: Danilo Baião de Azevedo Ribeiro (OAB/PI nº 5.963) e outros. Apelado: BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S. A. (BANCO SCHAHIN). Advogados: André Lopes Augusto (OAB/SP nº 239.766) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, para reconhecer a legalidade do contrato de empréstimo realizado entre as partes e julgar improcedentes os pleitos indenizatórios. Ademais, deixam de fixar honorários advocatícios recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC (Enunciado Administrativo nº 07 do STJ), na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2011.0001.000503-2 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / Registro Público. Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Apelados: JOSÉ VILARINHO DE ANDRADE e outros. Advogados: Eliana Freire do Nascimento (OAB/PI nº 3.136) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, mantendo-se, *in totum,* a sentença vergastada. Ademais, deixam de fixar honorários recursais, na forma do art. 85, parágrafo 11, do novo CPC (Enunciado Administrativo nº 07 do STJ), na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2009.0001.001477-4 - Agravo de Instrumento.** Agravante: ADVALDO DE SOUSA FERREIRA. Advogado: Adriano Martins de Holanda (OAB/PI nº 5.794) e outros. Agravado: OSMAR POSSER. Advogado: Rodrigo Xavier Pontes de Oliveira (OAB/PI nº 11.086). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursoe negar-lhe provimento, mantendo-se, *in totum,* a decisão agravada. Ao lado disso, negam o pedido do Agravado de condenação do Agravante em litigância de má-fé, por entender não comprovadas quaisquer das hipóteses do art. 17 do CPC/1973. Ademais, deixam de fixar honorários advocatícios recursais, conforme determinação do Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**2008.0001.001685-7 - Agravo de Instrumento.** Origem: Bom Jesus / Vara Única. Agravantes: DIRCEU MILTON ALBERTI e LUCÍLIA CALISTO DOS SANTOS CUNHA. Advogado: Manoel de Barros e Silva (OAB/PI nº 1.575). Agravados: IVALDO FELÍCIO BORGES e EULINA MARTINS DO LAGO BORGES. Advogado: Patricia Cristina Ceccato Barili (OAB/PI nº 3.649-B). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.** DECISÃO:**Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recursopara, preliminarmente: i) afastar a impugnação dos documentos apresentadas, por se tratar de questão de mérito da demanda originária; ii) afastar a preliminar de carência da ação por inadequação da via eleita; iii) reconhecer a aplicação do rito ordinário, por se tratar de ação proposta há mais de 01 (um) ano e 01 (um) dia do suposto esbulho ou turbação. E, no mérito,dar-lhe provimento, para reformar a decisão agravada, determinando a imediata devolução da posse do imóvel aos Agravantes. Ademais, deixam de arbitrar honorários advocatícios recursais, conforme determinação do Enunciado Administrativo nº 07 do STJ, na formado voto do Relator.**Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho, Des. Hilo de Almeida Sousa e Dr. Olímpio José Passos Galvão (Juiz designado). Presente à sessão a Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.**PROCESSOS ADIADOS:** Foi adiado o julgamento dos seguintes processos em razão da ausência justificada dos Excelentíssimos Desembargadores convocados para compor o quórum de julgamento da Câmara. **2013.0001.003837-0 - Apelação Cível. Origem: Teresina / 4ª Vara Cível. Apelante: COMPANHIA MARESIA DE RAÇÕES LTDA. e outro. Advogados: Sílvio Augusto Moura Fé**

(OAB/PI nº 2.422) e outro. Apelado: LUAUTO FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA.Advogados: José Coelho (OAB/PI nº 747) e outros. Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa. 2009.0001.003064-0 - Agravo Interno na Apelação Cível. Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Agravante: ESTADO DO PIAUÍ. Procurador do Estado: Gabriel Marques Oliveira (OAB/PI nº 13.845). Agravada: SHEVA COSTA ARAÚJO. Advogados: Alexandre de Almeida Ramos (OAB/PI nº 3.271) e outro. Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem. 2010.0001.002230-0 - Apelação Cível. Origem: Floriano / 2ª Vara. Apelantes: MARIA ELSA VALETIM DE SOUSA e JOSÉ DE AQUINO DA SILVA. Advogados: Juscelino Lopes Bezerra(OAB/PI nº 2.488) e outro. Apelado: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA. Advogados: Amélia Lúcia Brandão Araújo (OAB/PI nº6.527) e outros. Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem. PROCESSOS ADIADOS: Foram ADIADOSos seguintes processos a pedido do eminente Relator:2017.0001.005101-9 - Embargos de Declaração na Apelação Cível. Origem: Marcos Parente / Vara Única. Embargante: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A) e outro. Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016) e outros. Embargada: PEDRA MARIA DA CONCEIÇÃO e outro. Advogada: Lorena Cavalcanti Cabral (OAB/PI nº 12.751-A). **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa. 2013.0001.002612-3 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 6ª Vara Cível. Apelante: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. Advogados: Francisco Borges Sampaio Júnior (OAB/PI nº 2.2170 e outros. Apelado: ESCÓRCIO E DIAS LTDA. Advogados: Jorge Henrique Castro Tourinho (OAB/PI nº 1.979) e outros. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa. 2016.0001.002091-2 - Apelação Cível.** Origem: Castelo do Piauí / Vara Única. Apelante: JOSÉ PEREIRA. Advogado: Marcello Vidal Martins (OAB/PI nº 6.137). Apelado: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS-CNDL (SPC BRASIL). Advogada: Alice Pompeu Viana (OAB/PI nº 6.263). **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa. 2015.0001.004307-5 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 5ª Vara Criminal (Maria da Penha). Apelante: MARIA DO ROSÁRIO LEAL SILVA CARDOSO. Defensora Pública: Elisabeth Maria Memória Aguiar. Apelado: MÁRCIO WILLAMES VIEIRA CARDOSO. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa. 2013.0001.001274-4 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 3ª Vara Cível. Apelante: DECOLAR.COM LTDA. Advogado: Rodrigo Soares Valverde (OAB/PI nº 294.437). Advogado: Diego Pecheira de Queiroz Araújo (OAB/PI nº 22.903). Advogada: Larissa Ilana Soares Lopes (OAB/PI nº 5.119). 1º Apelado: JOSÉ RAIMUNDO BOGÉA FRANÇA JÚNIOR. Advogado: Valterlim Pereira Noleto (OAB/PI nº 11.666). 2º Apelado: VRG LINHAS AÉREAS S/A e GOL LINHAS AÉREAS S/A. Advogado: Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB/RJ 84.367). Advogado: Daniel Correia (OAB/PI 4.825). 3º Apelado: JOSÉ RAIMUNDO BOGÉA. Advogado: Valterlim Pereira Noleto (OAB/PI nº 11.666). **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa. PROCESSOS ADIADOS:** Foram **ADIADOS** os seguintes processos em razão do adiantado da hora: **2015.0001.001860-3 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 6ª Vara de Família e Sucessões. Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Apelados: A. F. L. e T. F. C. L. representados por sua genitora C. F. da S. Advogados: João Castelo Branco de Vasconcelos Neto (OAB/PI nº 3.289) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2015.0001.004973-9 - Apelação Cível.** Origem: Campo Maior / 1ª Vara. Apelante: ANTONIA ALVES DE OLIVEIRA. Advogados: Gilberto Leite de Azevedo Filho (OAB/PI nº 8.496) e outro. Apelada: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA. Advogados: Ayslan Siqueira de Oliveira (OAB/PI nº 4.640). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2014.0001.006843-2 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 1ª Vara Cível. Apelante: CARMEM DA SILVA DE SOUZA. Advogados: Eros Silvestre da Silva Vilarinho (OAB/PI nº 7.976) e outros. Apelado: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ - CEPISA. Advogados: Elano Silva Mendes e Silva (OAB/PI nº 5.554) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2015.0001.007309-2 - Apelação Cível.** Origem: Cocal / Vara Única. Apelante: GENEZIA DE ALMEIDA CARDOSO. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outros. Apelado: BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S. A. (BANCO SCHAHIN). Advogados: Fabio Frasato Caires (OAB/PI nº 13.278) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2015.0001.000846-4 - Apelação Cível.** Origem: Nossa Sra. dos Remédios / Vara Única. Apelante: DOMINGAS SIRINA DOS SANTOS CARVALHO. Advogados: Francisco Inacio Andrade Ferreira (OAB/PI nº 8.053) e outros. Apelado: BANCO BONSUCESSO S.A. Advogada: Manuela Sampaio Sarmento e Silva (OAB/PI nº 9.499). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2015.0001.000433-1 - Apelação Cível.** Origem: Santa Cruz do Piauí / Vara Única. Apelante: TELEFÔNICA BRASIL S. A. Advogados: Eduardo Costa Bertholdo (OAB/SP nº 115.765) e outros. Apelada: FRANCISCA SANTOS BARROS. Advogado: Fabrício Bezerra Alves de Sousa (OAB/PI nº 4.918) e outro. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2015.0001.002427-5 - Apelação Cível.** Origem: Picos / 4ª vara. Apelante: LUIS CARLOS DA SILVA SANTOS. Advogados: Manoel Firmino de Almodes (OAB/PI nº 1.470) e outro. Apelado: JOSÉ DE AQUINO DANTAS. Advogados: Vidal Gentil Dantas (OAB/PI nº 99-B) e outro. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2012.0001.006437-5 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 8ª Vara Cível. Apelante: BANCO ITAULEASING S.A. Advogados: Michela do Vale Brito (OAB/PI nº 3.148) e outros. Apelada: MARIA DO SOCORRO NUNES MONTEIRO. Advogado: Marcos Luiz de Sá Rego (OAB/PI nº 3.083). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2011.0001.005361-0 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 2ª Vara Cível. Apelante: CARLOS SAMPAIO IMÓVEIS LTDA.-ME. Advogados: Ana Teresa Nunes d'Albuquerque (OAB/PI nº 4.126) e outra. Apelado: MIGUEL MENDES ARCOVERDE. Advogados: Gerardo Alves de Almeida (OAB/PI nº 702) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2015.0001.002887-6 - Apelação Cível.** Origem: Cocal / Vara Única. Apelante: TIM CELULAR S.A. Advogados: Christianne Gomes da Rocha (OAB/PE nº 20.335) e outros. Apelada: LEIA SELENE DE ARAÚJO FARIAS. Advogados: Daniel de Vasconcelos Mello (OAB/CE nº 20.783) e outro. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2015.0001.002257-6 - Apelação Cível.** Origem: Elesbão Veloso / Vara Única. Apelante: SEBASTIÃO ALTINO DO NASCIMENTO. Advogados: Danilo Baião de Azevedo Ribeiro (OAB/PI nº 5.963) e outros. Apelado: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Advogados: Manuela Sarmento (OAB/PI nº 9.499) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2013.0001.004934-2 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 7ª Vara Cível. Apelante: ROSEMARY DO NASCIMENTO. Advogados: Henry Wall Gomes Freitas (OAB/PI nº 4.344) e outros. Apelado: BV FINANCEIRA S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Advogados: Patrícia Cavalcante Pinheiro de Oliveira (OAB/PI nº 3.184) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2014.0001.009017-6 - Apelação Cível.** Origem: Bocaina / Vara Única. Apelante: LUIZA JOANA DE SOUSA BATISTA. Advogada: Hercília Maria Leal Barros (OAB/PI nº 4.143). Apelado: PONTO FRIO-GLOBEX UTILIDADES S.A. Advogados: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG nº 63.440) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2016.0001.002726-8 - Apelação Cível.** Origem: São João do Piauí / Vara Única. Apelante: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES PEREIRA. Defensora Pública: Elisabeth Maria Memória Aguiar. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho.PROCESSO RETIRADO DE PAUTA: Foi RETIRADO DE PAUTAo seguinte processo a pedido do eminente Relator:2011.0001.001169-0 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 1ª Vara Cível. Apelante: 5239 COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.-STOC SUPERMERCADOS. Advogado: Luiz Gonzaga Soares Viana Filho (OAB/PI nº 184-B). Apelado: MARIANO GAYOSO CASTELO BRANCO NETO. Advogados: Marcelo Leonardo de Melo Simplício (OAB/PI nº 2.704) e outros. **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Pedido de Vista: Des. Relator. 2015.0001.005334-2 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 2ª Vara Cível. Apelante: IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS DO DIRCEU DOIS. Advogado: Daniel Paz de Carvalho (OAB/PI nº 13.338). Apelada: IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS. Advogados: Cleiton Aparecido Soares da Cunha (OAB/PI nº 6.673) e Manoel Francisco de Sousa Cerqueira Júnior (OAB/PI nº 3.794). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2016.0001.000845-6 - Embargos de Declaração na Apelação Cível.** Origem: Teresina / 3ª Vara Cível. 1OS Embargantes: AFRÂNIO CARVALHO DE ARAÚJO e KELLY CREISTINE NUNES ARAÚJO. Advogado: Adriana de Sousa Gonçalves (OAB/PI nº 2.762). 2OS Embargantes: ROBERT DIAS DE ALMEIDA e ADELINA SANTOS CARVALHO. Advogada: Isabella Carvalho de Maria Santos Melo. Embargada: Conceição de Maria Santos de Melo. Advogada: Maria Ayawaska Modesto da Silva (OAB/PI nº 6.395). **Relator: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. 2014.0001.009311-6 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 1ª Vara Cível. Apelante: RODRIGO DE MORAES MELO. Advogados: André Monteiro Portela Martins Cunha (OAB/PI nº 4.819) e outros. Apelada: LENA ALMENDRA FREITAS MENDES DE CARVALHO. Advogados: Rodrigo Xavier Pontes de Oliveira (OAB/PI nº 11.086) e outros. **Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa.** E, nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada com as formalidades de estilo, do que, para constar, eu, Natália Borges Bezerra, Secretária, lavrei a presente ata, sendo por mim subscrita, que, após a sua publicação no Diário da Justiça e, não havendo impugnação, será assinada pelo Exmo. Sr. Des. Presidente.